**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

RAFAEL DE FREITAS E SOUZA

**TRABALHO E COTIDIANO NA MINERAÇÃO
AURÍFERA INGLESA EM MINAS GERAIS:
A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)**

SÃO PAULO

2009

RAFAEL DE FREITAS E SOUZA

**TRABALHO E COTIDIANO NA MINERAÇÃO
AURÍFERA INGLESA EM MINAS GERAIS:
A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como requisito
para a obtenção do título de doutor em
História.

Campo do conhecimento: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Pereira
Toledo Machado

SÃO PAULO
2009

RAFAEL DE FREITAS E SOUZA

**TRABALHO E COTIDIANO NA MINERAÇÃO
AURÍFERA INGLESA EM MINAS GERAIS:
A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de doutor em História.

Campo do conhecimento: História Social

Data de aprovação: 03/08/2009

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado (Orientadora) – USP

Prof. Dr. Laura de Mello e Souza

Prof. Dr. Douglas Cole Libby

Prof. Dr. José Flávio Gomes

Prof. Dr. Flávio Mota

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Thales: ao dedicar-lhe esta tese, meu querido filho, apenas pago um justo tributo àquele que, incessantemente, meu pensamento e amor se dirigiam durante as ausências e distância coercitiva. É minha força e inspiração. Espero que seja para você demonstração de minha terna e eterna afeição.

Ao meu pai Aloísio e à minha mãe Sebastiana: portos seguros nos momentos de tormenta da vida. Apoio e âncoras sem limites. Presença nas alegrias, conselheiros exatos e fontes de meus valores humanos. Espero que seja para o senhor e para a senhora demonstração de minha terna e eterna gratidão.

À minha avó Maria: matriarca que ensinou aos filhos, netos e bisnetos o valor da educação e que o amor aos livros pode brotar de mãos que nunca os manusearam.

Aos meus irmãos: Miguel, Gabriel e Daniel. Cada um de vocês é responsável por uma parcela de minha formação humana.

AGRADECIMENTOS

Não é possível dimensionar com palavras todo o incentivo e apoio que recebi da Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado. Encontrei nela o rigor nos detalhes e precisão no essencial que tanto procurava. Foi mais que orientadora, é o alicerce e coluna deste trabalho. Por isso, gostaria de agradecê-la pela orientação nestes quatro anos, cujo significado para meu processo de formação é inestimável.

Consigno meus sinceros agradecimentos e reconhecimentos a:

Todos os contribuintes brasileiros que possibilitaram a concessão da bolsa de estudos através do CNPq.

Profa. Dra. Cristina Wissenbach e Profa. Dra. Elizabeth Cancelli que integraram a banca de qualificação. Sou muito grato pela leitura atenta, críticas pontuais e sugestões mais que pertinentes.

Prof. Dr. Nicolau Sevcenko de quem tive o privilégio de ser aluno.

Todos os membros da banca de defesa: prof. Dr. Douglas Cole Libby, Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes, prof. Dr. José Flávio Motta e profa. Dra. Laura de Mello e Souza. Devo-lhes as valiosas críticas e sugestões finais para a conclusão deste trabalho.

Prof. Dr. Marshall C. Eakin que, gentilmente, presenteou-me com seu precioso livro sobre a história da Mina de Morro Velho.

Todos os funcionários do Setor de pós-graduação da FFLCH: Osvaldo Medeiros e Priscila de Carvalho Cardoso.

Maria das Dores Gomes Gonçalves (Didi), Escrivã de Paz e Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas do Distrito de Passagem de Mariana e seu marido Bento Quirino Gonçalves. A eles devo o acesso irrestrito ao arquivo de seu cartório. Sou grato também pela indicação da localização de diversos sítios históricos de Passagem. Pessoas que zelam com especial cuidado e lutam pela restauração de seu precioso acervo. Um dia espero poder colaborar neste empenho.

Leandro Henrique dos Santos, diretor do jornal *O Espeto*. Historiador e pesquisador da História de Passagem de Mariana e sua mina; incansável defensor de nosso patrimônio e da comunidade. A ele devo a concessão de fotos inéditas, documentos, da *Aunt Jess' Memories* e preciosas informações. Sem suas contribuições este trabalho ficaria incompleto.

Sr. Antônio Pessoa, ex-mineiro da Mina da Passagem. Sua prodigiosa memória de octogenário ajudou-nos a melhor entender o mundo do trabalho subterrâneo, as lendas e o

cotidiano da localidade. Igual valor tiveram as informações de sua esposa, Sra. Alaíde Moreira Pessoa que mostrou-nos as angústias que acompanham a vida das mulheres dos mineiros.

Aos ex-mineiros da Mina da Passagem que, a pedido, omitimos os nomes. Seus depoimentos enriqueceram o trabalho com as insubstituíveis informações de quem trabalhou na mina e sobreviveu para narrar suas experiências.

Ao dr. Salvador Geraldo Ferrari, ex-médico da companhia. Seus depoimentos ajudaram a conhecer o ponto de vista daqueles que tinham a função de cuidar da saúde dos trabalhadores da mina e de seus familiares.

Toda a pesquisa seria impossível sem o inestimável, desinteressado e competente apoio dos diretores e funcionários dos arquivos que frequentamos ao longo destes quatro anos. São, sem dúvida alguma, profissionais que dignificam o serviço público e particular. CECO: Ângela, Conceição, Douglas, Juninho e Lúcia; ACPOP: Suely Perucci, Carmem, Kelly e Bernardo; ACSM: Cristina, Cássio, Antero, Consolação e Marlene; APEMOP: professor Gilson Antônio Nunes pela autorização de reprodução de seu raro acervo fotográfico; Biblioteca de Obras Raras: a bibliotecária Sione Galvão Rodrigues, ao insubstituível Júlio César Neves e aos estagiários Raul Pires Oliveira, Ana Maria, Marcel e Alessandro; AEAM: Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues por ter franqueado a pesquisa da documentação referente aos Governos Episcopais, Adelma dos Santos, Luciana Viana Assunção, Fabiani Borges Maia Moreira, José Mário Pinto, Elaine Ceatana Ferreira Hilário; AHCM: Silvânia Arlinda Carneiro Mendes, Lucinéia Antunes Vieira, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves e o professor Marco Antônio Silveira. APM: ao professor Renato Pinto Venâncio que desenvolve trabalho de extrema competência à frente desta instituição e a todos os funcionais que nos auxiliaram nas pesquisas.

Álvaro de Araújo Antunes, Pedro Eduardo dos Santos, José Arnaldo Coêlho de Aguiar, Heloisa Teixeira, Flávia Maria da Mata Reis, Valéria Mara da Silva e Renata Diório pelas informações repassadas e estímulos ao trabalho. Amigo(a)s com quem partilhei muitas horas-arquivo no exercício da garimpagem de documentos.

Aos alunos Gilson Xavier Moutinho e Diogo Borsoi pela competente e ágil transcrição de alguns documentos. À Daniele Souza, Paulo Roberto de Freitas, Bárbara Carneiro Filgueiras e Iandara Reis de Oliveira pelo auxílio na tradução dos trechos em inglês.

Ao diretor do IFET/Rio Pomba, Arnaldo Prata Neiva Junior, pelo apoio incondicional e oportuno.

**“Aqui jaz João Ninguém; morreu na mina;
como morreu, ninguém de fato ensina”**

Citado por BURTON (1976, p. 274)

RESUMO

Esta pesquisa destaca a história da mineração aurífera inglesa em Minas Gerais na segunda metade do século XIX até 1927. Nosso objetivo foi levantar a “baeta de ferro” que encobre a trajetória destes gigantescos empreendimentos fabris enfocando o caso da Mina da Passagem situada na cidade de Mariana.

O processo de mono-industrialização capitalista vivido por um pequeno arraial aurífero mineiro insere-o numa nova realidade sócio-laboral. Por isso, o mundo do trabalho na mina e a vida fora dela foram analisados sob uma perspectiva dialeticamente complementar.

A extração do ouro da jazida primária exigiu da companhia técnicas, maquinários, normas e relações de trabalho típicas do capitalismo. Para isso, fez uso do trabalho escravo e do trabalho livre de nacionais e imigrantes europeus, assim como da mão-de-obra feminina e infantil.

As duras condições de trabalho no subsolo e na superfície a que estavam submetidos o(a)s mineiro(a)s fizeram seu cotidiano ser marcado por contínuos acidentes e enfermidades avassaladoras. É neste contexto que entendemos a relação trabalho/religiosidade matizada pela crença em entidades metafísicas que os acompanhavam em sua faina diária.

A presença de ingleses, nacionais, africanos e imigrantes europeus fizeram de Passagem de Mariana um típica “zona de contato”. Os hábitos sociais, esportes, lazeres, formas de organização e resistência são fruto dos entrelaçamentos harmoniosos e tensos entre estes atores sociais.

Por fim, tentamos esboçar outro ponto de vista no que tange aos legados da companhia inglesa para os trabalhadores e a localidade. Verificamos que seu passivo sócio-ambiental sobrepuja seus pretensos benefícios.

Palavras-chave: Minas Gerais, mineração, trabalho, cotidiano, escravidão

ABSTRACT

This study emphasizes the history of English auriferous mining in Minas Gerais State from the second half of 19th century until 1927. Our purpose was to raise the “baeta de ferro” (iron tissue) that covers the trajectory of these giant factory undertaking, focusing the *Mina da Passagem* case located in Mariana City.

The capitalist one-industrialization process lived by a small miner auriferous village introduce the place into a new social-labour reality. For this reason, the work cycle in the mine and the life outside were analyzed under a supplementary dialectally perspective.

The gold extraction from the primary bed demanded from the company: techniques, machinery, rules and work relations characteristics of capitalism. In order that, it used the slave work and the free work of natives and European immigrants, as well as female and infant labour.

The hard work conditions in the underground and surface that the workers were submitted to made their everyday be marked by ongoing accidents and great diseases. It is in this context that we understand the work/religiosity relation adorned by the belief in metaphysical entities that came along with the workers in their daily work.

The presence of Englishmen, Natives, Africans and European immigrants transformed *Mina de Passagem* a typical “contact zone”. The social habits, sports, leisure time, organization structures and resistance are the results of the harmonious and tense interlacements between these social actors.

At last, we have tried to sketch another point of view touching the English company legates for the workers and the place. We have verified that its social-environment passive surpass its alleged benefits.

Key-words: Minas Gerais, mining, labour, everyday, slavery

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 1 - Região mineradora de Minas Gerais	41
Figura 2 - Buraco de sarilho no Morro de Santo Antônio em Passagem	44
Figura 3 - Sarilho	44
Figura 4 - Brasão da <i>Anglo-Brazilian Gold Company Limited</i>	47
Figura 5 - Pilão hidráulico	52
Figura 6 - O escravo Justino	105
Figura 7 - Corte segundo o mergulho da jazida	123
Figura 8 - Pilares de sustentação do teto	126
Figura 9a - Interior da mina da Passagem, século XX	135
Figura 9b – Escoramento feito com madeira, século XX	135
Figura 10 - Vagonete	138
Figura 11 - Planos inclinados. Disposição geral	141
Figura 12 - Vagonete basculante	148
Figura 13 - Britador Blake Marsden	150
Figura 14 - Britador Sandycroft	150
Figura 15 - Pilão californiano Sandycroft	150
Figura 16 - Mineiras nos tanques de lavagem de areia aurífera	154
Figura 17 - Aqueduto metálico	156
Figura 18 - Minas da Passagem: Planta Geral	171
Figura 19a - Instrumentos de mineração, séc. XVI	176
Figura 19b - Mineiro usando a bateia, séc. XVI	176
Figura 20 - Lavagem de Ouro (perto do Itacolomi), século XIX.	178
Figura 21 - The fortnightly slave muster at the Casa-grande, Morro Velho	180
Figura 22 - Grupo de crianças trabalhadoras da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i>	191
Figura 23 - Menina no canteiro de obras <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i>	191
Figura 24 - Extração de <i>diamante</i> . Minas Gerais, século XVIII	218
Figura 25 - Negro transportando cascalho no carumbé sobre a cabeça	221
Figura 26 - Maquinista perfurando a rocha no interior da Mina de Passagem- séc. XX	230

Figura 27 - Hospital da Mina da Passagem: meados do séc. XX	266
Figura 28 - Bom-Será em Passagem de Mariana	272
Figura 29 - Medalha conferida pela <i>St. John d'el Rey Mining Company</i> aos escravos por boa conduta (verso e anverso)	278
Figura 30 - D. Pedro II e D. Teresa Cristina em trajes de mineiro quando da visita à Mina de Morro Velho, em 1881	279
Figura 31 - La Reine des Metaux et les Nains	292
Figura 32 - Festa na Mina da Passagem	305
Figura 33 - Ingleses praticantes de tênis em Passagem de Mariana (1925)	311
Figura 34 - Ex-mineiro com seu gasômetro	318
Figura 35 - Gasômetro do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana	318
Figura 36 - Casa-grande da Mina da Passagem com seu jardim	342
Figura 37 - Jess	343
Figura 38 - Fachada da Capela dos Ingleses em Passagem de Mariana	352
Figura 39 - Lápide de Annie Gifford. Esposa de Henry J. Gifford.	353
Figura 40 - Lápide com epitáfio furtado	353
Figura 41 - Desmatamento provocado pela mineração	390

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 - “Relação dos escravos engajados na Cia. Anglo Brasileira Pelos Snr.s Conigo Antonio Bernardino dos Reis e Irmãos	102
Quadro 2 - Plantel do Vigário Antônio Bernardino dos Reis (1870)	103
Quadro 3 - Escravos do plantel do Vigário Antônio Bernardino dos Reis não alugados à <i>Anglo-Brazilian Gold Company</i> (1870)	106
Quadro 4 - Profissões e ofícios em Passagem de Mariana (1895-1897)	207
Quadro 5 - Produtos comercializados por Jorge Merry Moyle (1895)	287
Quadro 6 - Clubes de futebol de Passagem de Mariana, séc. XX	310

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - População por condição/Província de Minas Gerais (números absolutos: 1831-1872)	63
Tabela 2 - Minas Gerais: valor per capita das exportações (1819-1873)	64
Tabela 3 - Força de trabalho da Mina da Passagem (1867-1917)	65
Tabela 4 - Produção mundial de ouro em t.m (1493-1930)	73
Tabela 5 - Número de trabalhadores e proprietários nas lavras auríferas em atividade em Minas Gerais (1814)	76
Tabela 6 - Turnos de Trabalho na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	137
Tabela 7 - Mão-de-obra no subsolo na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	143
Tabela 8 - Resumo das Operações da <i>Anglo-Brazilian Gold Company Limited</i> (janeiro de 1864 a fevereiro de 1874)	145
Tabela 9 - Resultado das Operações da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	158
Tabela 10 - Pessoal da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1892-1893) ...	158
Tabela 11 - Força de Trabalho da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1896-1897)	159
Tabela 12 - Força de Trabalho da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1914)	160
Tabela 13 - Relação tonelada minério/ouro apurado na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1898-1899)	163
Tabela 14 - Organização do pessoal da usina da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1894)	181
Tabela 15 - Mão-de-obra feminina da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893-1914)	182
Tabela 16 - Remuneração do(a)s trabalhadore(a)s da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	194
Tabela 17 - Preço de execução das vias de comunicação na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	196
Tabela 18 - Custo do tratamento do minério na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1892-1893)	196

Tabela 19 - Salários do(a)s operário(a)s da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1894)	199
Tabela 20 - Gastos mensais do mineiro na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1893)	200
Tabela 21 - Estado civil dos eleitores de Passagem de Mariana (1895-1897)	208
Tabela 22 - Faixa etária dos eleitores de Passagem de Mariana (1895-1897)	209
Tabela 23 - Faixa etária dos mineiros. Subgrupo 21 a 30 anos (1895-1897)	209
Tabela 24 - Acidentes de trabalho na <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1891- 1927)	234
Tabela 25 - Taxa de mortalidade infantil em Passagem de Mariana (1891-1927)	258
Tabela 26 - General expenditure in Brazil (1890- 1904)	268
Tabela 27 - Retorno da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1885-1890) ...	360
Tabela 28 - Taxa de criminalidade no Termo de Mariana: localidades com maior incidência (1863-1899)	380
Tabela 29 - Situação escolar no Termo de Mariana – frequência (1892-1894)	384
Tabela 29 - Situação escolar no Termo de Mariana – evasão (1892-1894)	385
Tabela 31 - Áreas em matas por município e distritos (1921)	394

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 - Incidência de tuberculose em Passagem de Mariana (1891-1927)	244
Gráfico 2 - Taxa de criminalidade no Termo de Mariana: localidades com maior incidência (1863-1899)	382

LISTA DE ORGANOGRAMAS

	Página
Organograma 1 - O trabalho na superfície	147
Organograma 2 - Estrutura hierárquica da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i>	172

LISTA DE ESQUEMAS

	Página
Esquema 1 - Disposição tumular do Cemitério dos Ingleses de Passagem	355

ABREVIATURAS

ABN – Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro
ACC/CECO - Arquivo da Casa dos Contos/ Centro de Estudos do Ciclo do Ouro
ACPOP – Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto
ACRCPM - Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana
ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana
ADIM – Autos de Devassa da Inconfidência Mineira
AEAM - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AEMOP – Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto
AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana
APEMOP – Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto
AJM – Aunt Jess’ Memories
APM – Arquivo Público Mineiro
AR - Annual Reports: The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited (1889-1904)
CCM – Códice Costa Matoso
CECO – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – Ouro Preto/MG
MJ – Minning Journal
RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGMG – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
RIMG – Revista Industrial de Minas Geraes

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	22
 CAPÍTULO I – A MINERAÇÃO AURÍFERA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: CRISE, POTENCIALIDADES E EXPANSÃO	
1 Breve história da Passagem de Mariana e de sua mina	41
2 A fundação da primeira sociedade mineradora do Brasil	50
3 Impressões dos viajantes europeus sobre Passagem e a mina (1816-1851)	54
4 A mineração aurífera em Minas Gerais no século XIX: o olhar inglês	58
 CAPÍTULO II – TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE ASSALARIADO NA MINERAÇÃO AURÍFERA INGLESA NO SÉCULO XIX: CONVÍVIO E TRANSIÇÃO	
1 Advertência prévia: o conceito de mineiro	81
2 Mineiros escravos e livres: convívio e transição	86
3 Os contratos de aluguel de escravos	97
4 Os mineiros ingleses	110
5 A contratação de imigrantes europeus: 2ª Fase	113
 CAPÍTULO III – AS NOVAS TECNOLOGIAS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA MINA	
1 A formação geológica da mina	123
2 A organização do trabalho na mina	127
2.1 O trabalho no subsolo	128
2.2 O trabalho na superfície	144
3 Os relatórios da superintendência da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i>	160
4 A estrutura hierárquica da <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i>	171
5 O trabalho feminino e infantil	
5.1 O trabalho feminino	173
5.2 O trabalho infantil	184
6 Salários e outras formas de remuneração	193
7 Atração populacional	202

8 Perfil social dos trabalhadores livres nacionais <i>da The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> (1895-1897)	206
--	-----

CAPÍTULO IV – O OURO GOSTA DE SANGUE

1 Acidentes de trabalho	214
2 Doenças ocupacionais e epidêmicas	237
2.1 A tuberculose	238
2.2 A silicose e o envenenamento por arsênico	246
2.3 As epidemias de varíola e cólera	249
3 Outras enfermidades comuns	257
4 O alcoolismo entre os mineiros.....	259
5 A política de assistência aos trabalhadores e familiares: hospital e moradia	
5.1 O hospital	264
5.2 A moradia dos escravos: a senzala	269
5.3 As moradias dos trabalhadores livres	270
6 O vestuário de trabalho	277
7 A alimentação dos trabalhadores	283
8 A religiosidade e o mundo do trabalho	
8.1 As entidades subterrâneas	289
8.2 Inovações hagiográficas: o culto a Santa Bárbara e a São Miguel	294

CAPÍTULO V – A VIDA FORA DA MINA

1 Passagem como “zona de contato”	299
2 Esportes, lazeres, festejos e cultura popular	301
3 A cultura material dos mineiros	316
4 Formas de organização e resistência	320
4.1 As associações de mútuo socorro	329
5 O papel das igrejas católica e protestante	332
6 A cultura inglesa em Passagem	337
6.1 Arquitetura, hábitos sociais e cultura material dos ingleses	341
6.2 A capela e o cemitério dos ingleses	347

CAPÍTULO VI – O PASSIVO SOCIO-AMBIENTAL DA MINA

1 A concessão de privilégios estatais	358
2 Degradação sócio-ambiental	377
2.1 Taxa de criminalidade	378
2.2 Taxa de alfabetização	382
2.3 A poluição e intoxicação pelo mercúrio	387
2.4 Impactos ambientais e apropriação dos recursos naturais	389
CONCLUSÃO	398
REFERÊNCIAS	401
ANEXOS	454

INTRODUÇÃO

A temática da mineração na historiografia clássica internacional pauta-se, sobretudo, em apontar as condições materiais e as formas da classe trabalhadora vivenciar o cotidiano face ao processo de industrialização. Nesta perspectiva, destacam-se os trabalhos que enfocam a situação física, intelectual e moral dos trabalhadores. As obras de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1985) e *A questão do alojamento* (1975) analisam o capitalismo industrial e suas consequências sociais, políticas e econômicas. Na primeira, o autor dedica capítulo especial ao ‘Proletariado das Minas’ inglesas, descrevendo com detalhes suas condições de habitação, higiene, salubridade e exploração do trabalho feminino e infantil.

Karl Marx também voltou sua atenção para as condições de vida dos mineiros. Em *O capital* (1980), no capítulo XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista, diz que seu objetivo era “examinar a situação do trabalhador fora da fábrica, suas condições de alimentação e habitação”. Considera o mineiro sob dois ângulos: como categoria bem remunerada e nômade. Analisa então as *cottages* - alojamentos improvisados, insalubres e lucrativos construídos pelos patrões. Situando-se perto da mina, estas habitações contribuíam tanto para o controle quanto para a imobilização da mão-de-obra.

Thompson em *A formação da classe operária inglesa* (1987) insurge-se contra a corrente por ele denominada de “otimista” por enfatizar apenas os benefícios gerados pelas indústrias. Ou seja, aquela que ignora que neste processo os trabalhadores sentiam “uma transparente intensificação da exploração econômica e da opressão política”. Aspecto facilmente verificável entre os mineiros de carvão que, apesar dos salários reais comparativamente mais altos em relação às demais categorias, provavelmente sofriam as piores condições de trabalho.

Hobsbawn busca construir uma história social da classe operária não mais reduzida à ‘missão histórica do proletariado’. Em suas obras, *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado* (1981) e *Mundos do trabalho* (2000) as lutas dos mineiros de carvão são consideradas em suas manifestações e reivindicações contra os altos preços dos alimentos e redução de salários como meio de pressão sobre os empregadores e como forma de construir a solidariedade entre os trabalhadores.

Provavelmente o trabalho mais completo e pioneiro acerca da mineração em diversas partes do mundo seja o de Paul Sébillot, *Les travaux publics e les mines dans les traditions e les superstitions de tous les pays* (1894). Profundamente influenciado pela obra de

Agrícola, sua perspectiva de conjunto abarca tanto as condições de trabalho, como o universo cultural dos mineiros: suas lendas, superstições, crenças, religiosidade, vestimenta, cultura material, dentre outros aspectos. Além dele, Richard Hoggart em *As utilizações da cultura* (1973) fornece uma das mais exaustivas descrições do modo de vida, relações, atitudes e manifestações culturais da classe trabalhadora inglesa, dentre ela, os mineiros.

A obra conjunta de Dennis, Henriques e Slaughter, *Coal is our life* (1956), de cunho antropológico calcada em trabalho de campo focaliza a comunidade mineira de Ashton na Inglaterra, marcada por operários com maior consciência de classe e sua luta contra a pobreza e a opressão feminina. Os autores enfocam ainda a vida cultural dos mineiros (clubes, bandas, bailes) e sua falta de horizontes existenciais provocada pelos contínuos desabamentos e imobilidade sócio-econômica. George Friedman em *O trabalho em migalhas* (1972) estuda as práticas de lazer dos mineiros constatando certa indiferença quanto aos divertimentos, preferindo recuperar o esgotamento físico devido ao trabalho extenuante, insípido e arriscado.

No campo literário, os mineiros foram foco de inspiração para autores como Émile Zola em *Germinal* (1981), Joseph Cronin em *Cidadela* (1939), Manuel Scorza em *Bom dia para os defuntos* (1972) e Avelino Foscolo em *Morro Velho* (1999). São, respectivamente, romances sobre comunidades mineiras da França, Inglaterra, Peru e Brasil. O primeiro ressalta as condições de vida e trabalho com seus conflitos (baixos salários, fome, acidentes, greves, trabalho feminino e infantil); o segundo descreve a trajetória de um médico que atendia aos mineiros, enfocando suas doenças ocupacionais; o terceiro trata sobre as condições de aliciamento e subordinação de mineiros peruanos ao capital norte-americano que explorava as jazidas minerais daquele país e, o último, destaca o trabalho escravo na mineração inglesa, a incúria dos chefes com a segurança, a presença dos imigrantes estrangeiros (italianos, ingleses, chineses, dentre outros), o cotidiano da localidade e o amor platônico de um brasileiro por uma inglesinha.

Haja vista que a América Latina tem sua história inextricavelmente ligada à exploração de minerais (ouro, prata e cobre p. ex.), diversos autores tendem a pesquisar os sistemas de trabalho como a encomienda, a mita e a escravização de índios e negros. Vale destacar a iniciativa de Peter Bekewell, *A mineração na América Espanhola colonial* (1999). O processo colonizador vem sendo estudado sob o ponto de vista de “encontro de culturas” por autores como Serge Gruzinski em *O pensamento mestiço* (2001) e *Mineiros de la Montaña Roja* (1989); Carmen Salazar-Soler em *Innovaciones técnicas, mestizajes y formas de trabajo en Potosi del siglo XVI y XVII* (2002). Nesta mesma perspectiva situa-se a pesquisa de Cleber Cristiano Prodanov *Cultura e sociedade mineradora - Potosi: 1569-1670* (2002)

onde analisa algumas manifestações culturais e suas imbricadas relações com o contexto sócio-político da Vila Imperial de Potosi.

A historiografia brasileira, que chamaremos de clássica (Furtado, 1959; Simonsen, 1969; Iglésias, 1967; Cano, 1977; Gorender, 1980; Paula, 1988), inspirada pelo viés economicista, enfatizou o “sucateamento compulsório da máquina” quando da escassez do ouro aluvional e a consequente crise econômica do século XIX. Todavia, estes autores se esqueceram que o capital circulante que permanecia na Capitania (depois Província) era capaz de movimentar sua economia e ignoraram que o processo de alforrias não era regido apenas por determinantes econômicas e políticas. Além disso, sabe-se que a economia mineira não dependia exclusivamente da mineração para seu dinamismo; dela fazia parte, desde os primeiros tempos, o comércio, a agricultura e pecuária e que no século XIX Minas era verdadeira potência agrária auto-suficiente e exportadora de produtos agro-pecuários e manufaturados para a praça mercantil do Rio de Janeiro e São Paulo, além de comportar um dos maiores plantéis de escravos do mundo (Paiva, 1996; Lenharo, 1979; Martins, 1980).

A célebre trilogia acerca da mineralogia brasileira é composta pelas obras: *Pluto Brasiliensis* (1833), de Eschwege; *Observations on Metalliferous Deposits, and on subterranean temperature* (1871), de William J. Henwood e *L'Or a Minas Gerais* (1894), de Paul Ferrand. Este último, dedica especial capítulo à Mina de Passagem, quando nela trabalhou durante o período em que fora propriedade da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*, descrevendo a rotina de trabalho, os equipamentos, os valores salariais, o trabalho feminino e infantil, dentre outros assuntos.

Especificamente sobre o trabalho nas minas inglesas instaladas em Minas, temos as obras de Yonne Grossi (1981) e Douglas Libby (1984) que, sob o ponto de vista da Ciência Política e da História analisam, respectivamente, as lutas sindicais, condições e disciplinamento da força de trabalho, hierarquia interna, vida social dos operários no século XX e o emprego do trabalho escravo no século XIX na Mina de Morro Velho. A obra de Marshall Eakin (1989) também deve ser lembrada, pois enfatiza o legado positivo da *St. John d'el Rey Mining Company* para os trabalhadores e para a localidade de Nova Lima/MG.

Nos últimos anos vieram à luz os trabalhos de Fabiano Lopes de Paula, *O espaço da morte nas minerações inglesas em Minas Gerais - o exemplo de Morro Velho* (1997), Fábio Carlos da Silva, *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil – a companhia inglesa de Macaúbas e Cocais: 1828-1929* (1997) e Tânia Maria Ferreira de Souza, *Onde o sol nunca brilha: uma história dos investimentos britânicos e da mudança tecnológica na mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX* (2002) que analisam, dentre outros

assuntos, a mudança tecnológica introduzida na mineração aurífera de Minas no XIX, o espaço cemiterial britânico e as escusas relações que os ingleses travaram com o trabalho escravo em Minas Gerais no século XIX.

Cumprir lembrar que os estudos referentes à história da mineração em Minas Gerais ainda privilegiam o século XVIII. Além disso, a maioria dos trabalhos voltados para o estudo da sociedade mineira dos séculos XIX e XX simplesmente ignoram as vicissitudes da rotina de trabalho nas mineradoras inglesas, enfatizando apenas os benefícios da revolução tecnológica, sem estabelecer qualquer relação mais profunda desta com a vida e a morte dos trabalhadores e o cotidiano da comunidade.

Assim, a temática das interações culturais havidas nas localidades mineiras a partir do século XIX é praticamente negligenciada pela historiografia. Também neste campo a maior exceção e pioneirismo são devidos a Gilberto Freyre. Sua obra, *Ingleses no Brasil* (1977), investiga não somente a penetração da técnica e capital britânico nos diferentes setores da economia brasileira. Freyre estava atento aos hábitos religiosos, epítetos, vestuário, casamentos, arquitetura, jardins e objetos ingleses nos trópicos.

Nas últimas décadas a historiografia brasileira vem se dedicando ao estudo do cotidiano, da formação cultural, religiosidade, modos de vida, laços familiares, sexualidade, dentre outros temas, daqueles que fizeram a história e eram por ela negligenciados. Esta pesquisa pretende apontar alguns caminhos que auxiliem no estudo da vida dos “mineiros”, preenchendo o hiato deixado pela historiografia que sempre privilegiou o denominado “ciclo do ouro” do século XVIII ou o “ouro verde” no século seguinte.

Na história das empresas, como salientou Eulália Lobo (1982), “A problemática que domina os estudos é a da origem do capital das empresas, a forma de organização, as raízes sociais dos acionistas, a política dos empresários em relação à mão-de-obra, as peculiaridades regionais da empresa” perdendo a oportunidade de traçarem estudos “numa perspectiva mais ampla”. É esta a perspectiva que perseguiremos.

O presente trabalho visa a oferecer uma contribuição ao estudo de crucial aspecto da história de Minas Gerais; mais precisamente, da história social da mineração aurífera inglesa. O objeto estudo adotado foi a importante Mina de Passagem - situada na cidade de Mariana/MG, que funcionou quase ininterruptamente desde o século XVIII até a segunda metade do século XX.

Cronologicamente, o recorte abrange o período “franco-inglês” iniciado com a *Anglo-Brazilian Gold Company Limited* (novembro de 1863 a fevereiro de 1873) chegando ao

longo controle exercido pela *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (março de 1883 a maio de 1927), encerrando a fase de proprietários estrangeiros.

A Mina de Passagem foi a segunda mais longa das empresas britânicas que afluíram para Minas Gerais na segunda metade do século XIX e uma das mais produtivas e lucrativas. Sua história permite acompanhar as mudanças ocorridas no processo extrato-produtivo da mineração: a introdução da exploração mais racional, científica e mecanizada das riquezas do subsolo, as inovações científicas e técnicas, a transição no uso da mão-de-obra escrava para a assalariada, nas condições de trabalho, na vida e na formação cultural da localidade e as variações da capacidade organizativa dos trabalhadores, além de permitir acompanhar as transformações na política nacional e na legislação para o uso das riquezas minerais adotadas nos períodos imperial e republicano. Além disso, sua existência pesou na escolha de Gorceix para a instalação da Escola de Minas em Ouro Preto em 1876, pois poderia ser usada como campo de aulas práticas. Tudo isso sem perder de vista o papel exercido pela companhia no cenário econômico local, regional, nacional e internacional e seu dinamismo extrato-produtivo.

Cumprir lembrar que inexistia, até então, um trabalho acadêmico realizado, sob o ponto de vista histórico, exclusivamente dedicado a esta importante mina, da comunidade que vivia em seu entorno, da vida de seus trabalhadores e trabalhadoras e dos diretores estrangeiros.

O período destacado (1863-1927) está inserido na etapa de consolidação do capitalismo em escala global, do liberalismo econômico triunfante e da formação do império industrial ultramarino inglês, cuja ponta de lança eram as grandes companhias de negócios da “era vitoriana”. No campo político internacional, apenas para citar alguns importantes acontecimentos, assistimos à publicação do Manifesto do Partido Comunista, à eclosão da I Guerra Mundial, à Revolução Russa, chegando às vésperas do *crack* da Bolsa de Nova York.

Nesta “era do capital, das máquinas e do progresso” o mundo do trabalho é marcado pela mecanização do processo produtivo. Ao lado dos maiores símbolos do progresso, como a estrada de ferro e o trem, ocorria o desenvolvimento de novas máquinas, processos extrativos e invenções que provocaram verdadeira revolução no setor mineratório, como por exemplo a dinamite e a perfuratriz.

A história do Brasil está igualmente marcada por grandes eventos como a mudança do regime político, o desenvolvimento da imprensa e o poderio do Partido Republicano Mineiro. Nas relações sociais de trabalho, esta fase perpassa largos anos da vigência do escravismo, além do convívio no mundo do trabalho entre escravos alugados, ex-escravos,

homens livres nacionais e estrangeiros, mineiros profissionais e trabalhadores semi-especializados e da paulatina substituição do trabalho servil pelo livre assalariado, do processo de proletarianização dos ex-escravos e homens livres pobres. Décadas difíceis para os trabalhadores livres desprovidos de sindicatos que fomentassem ações organizadas contra a exploração de homens, mulheres e crianças submetidos às duras condições de trabalho e vida.

Tempo marcado pelo insulamento da Revolução Industrial na Província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX e quando a região ainda servia de rico enredo para relatos dos viajantes europeus. Não por acaso, esta é a fase do ressurgimento da atividade extrativa aurífera com capital e tecnologia britânicos regida por racional e eficiente sistema administrativo.

Não obstante, veremos que a história da mineração inglesa em Minas Gerais vai muito além do conflito capital/trabalho, dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho, da lucratividade e da alta tecnologia introduzida. Neste vasto contexto, nosso tema não é o ouro nem as máquinas, mas o homem; numa palavra, a amalgama que uniu tudo isso num conjunto compreensível.

São os *oubliés* que interessaram neste trabalho. Aqueles que, diariamente, partiam para a faina mineradora, adentravam na mina ao raiar do sol para carregar o pesado carumbé sobre as cabeças, empurrar os vagonetes, fazer os escoramentos, triturar as pedras, socorrer aos amigos, manobrar o malho, operar as perfuratrizes, rezar para sua padroeira e retornavam à noite, quando retornavam... Homens que corriam todos os perigos: esmagamentos, mutilações, explosões e doenças infecto-contagiosas como a tuberculose, conhecida com “a doença da mina”. Homens, mulheres e crianças que produziram a riqueza, mas não tiveram acesso a ela mais que o necessário à mera sobrevivência.

Quatro grandes blocos temáticos se interpenetram e perpassaram toda a pesquisa: o mundo do trabalho, a vida privada, a cultura e o meio-ambiente. Fazendo o deslocamento do campo investigativo buscamos colocar de outra forma os problemas pertinentes à história social do trabalho: a divisão do trabalho e a respectiva diferenciação social e salarial, as condições de trabalho no subsolo e na superfície, as regras internas, os costumes peculiares na mina, as concepções acerca do significado do trabalho na mineração, os incidentes, acidentes fatais e doenças mais frequentes, os momentos de descontração e ócio e os impactos sócio-ambientais provocados pelas companhias inglesas na localidade.

Buscamos focalizar os pequenos momentos que muitas vezes se revelam indispensáveis para a melhor compreensão da realidade histórica de uma localidade mineradora de Minas Gerais, de uma classe social, de uma categoria profissional, de povos e

culturas que mantiveram diversos contatos e de homens, mulheres e crianças simples soterrados pelo peso do esquecimento. Muito se fala sobre a extração do ouro, sobre o fausto barroco que ele proporcionou, mas pretere-se de investigar como a riqueza e a pobreza foram extraídas e produzidas no cotidiano do trabalho de prospecção deste valioso metal que já foi considerado como uma das riquezas que conferiram o verdadeiro “sentido da colonização” à América portuguesa.

Não nos preocupamos apenas com as condições de vida dos trabalhadores da mina e com as vicissitudes políticas de seu cotidiano – viés predominantes nesta seara. Sua história foi abarcada da forma mais abrangente possível, tangenciando o universo cultural, religioso, demográfico, educacional, ambiental sem negligenciar as estreitas relações que travam com a economia e a política. Esta postura foi mais que uma opção metodológica ou ideológica, mas uma determinação imposta pela própria realidade local.

Por outro lado, a história dos trabalhadores não vem à tona somente a partir da história de suas organizações, de seus líderes e dos conflitos sociais que protagonizaram. Assim, “política” torna-se um conceito muito mais amplo quando se entende que está presente na fuga dos escravos, no descanso aos domingos, nos festejos, na legislação trabalhista e tributária, no saneamento básico, na introdução de imigrantes, na educação dos filhos dos trabalhadores, no preço dos alimentos, nas formas de lazer, na prostituição, na exposição às epidemias, na dieta, dentre outros campos.

É sobre estes mundos que a História deve se debruçar para melhor compreender a vida e a morte destes homens do *menu peuple* que, como diria Martin Heidegger, em *O Ser e o Tempo*, referindo-se à “massa”, estão imersos na totalidade do *ov*. Homens que não possuem, ou melhor, não possuíam altar no templo de Mnemósine.

Esta pesquisa pretende, portanto, apontar alguns caminhos que auxiliem no estudo da vida dos trabalhadores das minas inglesas do século XIX e duas primeiras décadas do XX preenchendo o hiato deixado pela historiografia. Embora o enfoque seja o período 1863-1927 um estudo de fases anteriores ao apontado tornou-se indispensável para a devida contextualização de alguns dos temas abordados facilitando a visualização das diferenças entre o “antes” e o “depois” da chegada das referidas companhias ao distrito de Passagem de Mariana.

Metodologia e fontes

A diversidade e riqueza das fontes relativas à história da mineração inglesa em Minas Gerais impressionam. Por outro lado, no Brasil, a literatura histórica sobre o tema da mineração que abarque a história social dos mineiros sob o ponto de vista que perseguimos não é tão rica como aquela que encontramos entre pesquisadores estrangeiros.

Não obstante, o avanço e profundidade das análises e conclusões foram favorecidos pela riqueza das fontes disponíveis, muitas das quais inéditas: registros fotográficos, policiais, cartorários, eclesiais, fazendários, registros de acidentes de trabalho, mapas de alunos, alistamentos eleitorais, censos demográficos, ações cíveis e criminais, inventários, testamentos, listas nominativas, atas das reuniões da Câmara Municipal de Mariana, jornais que circulavam em Mariana e Ouro Preto, além do *Mining Journal* e dos *Repports* redigidos pelos administradores da mina.

Esta documentação ofereceu suporte para a investigação de instigantes aspectos da vida social: a taxa de natalidade, mortalidade e sinistralidade, as condições de moradia e salubridade, o índice de alfabetização, festividades, religiosidade, ações filantrópicas, o dinamismo econômico dos distritos (comércio, agricultura e ofícios urbanos complementares à atividade minerária), a vida das mulheres e dos filhos dos mineiros.

As “bocas da mina” muito revelaram sobre o cotidiano e a cultura dos mineiros que ali trabalharam e/ou habitaram. Tentamos trazer à superfície novas interpretações e evidências que lançassem novas luzes sobre aspectos ainda não suficientemente claros na abordagem do cotidiano destes trabalhadores solífugos.

Quando se estuda uma história tão carregada de ideologias, é preciso ter o máximo cuidado para não tombar na tentativa de produzir uma história oficial dos trabalhadores. Não cometemos aqui tal erro. Não procedemos a uma seleção parcial dos fatos. Mantivemo-nos equidistantes da apologia e da hostilidade. Esta postura contribuiu para ampliar a gama de documentos a que recorremos e, neles considerar o que era historicamente relevante. Pequenos detalhes, sem nos deixar seduzir por curiosidades triviais, mostraram-se indispensáveis para a reconstrução aproximativa do cotidiano.

A documentação coligida encontra-se sob a guarda e conservação das seguintes instituições: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Arquivo da Casa dos Contos/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto, Arquivo Permanente da Escola de Minas de

Ouro Preto (no qual se encontram a Biblioteca Carlos Walter e a Biblioteca de Obras Raras) e Arquivo Público Mineiro. Vejamos a seguir a tipologia das fontes contidas em cada um destes arquivos:

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Não obstante sua denominação, este arquivo guarda vastíssima documentação referente aos séculos XIX e XX. Nele, levantamos e transcrevemos toda documentação referente ao Distrito de Passagem. São: processos-crimes (1º e 2º Ofícios), testamentos, inventários, ações cíveis, audiências, execuções, justificações, notificações, procurações, livros da Câmara Municipal de Mariana, ações de liberdade, escrituras de compra e venda e execuções.

A pesquisa neste arquivo consistiu no escrutínio prévio e seletivo de todos os documentos; isso porque não há uma catalogação “por localidade” da maioria deles.

Os processos-crimes são compostos por 620 autos contidos em 29 códices do Primeiro Ofício e 1489 autos reunidos em 56 códices do Segundo Ofício. Sua organização onomástica (por sobrenome do autor ou do réu) embora traga a cronologia dos processos, possui a desvantagem de não conter no catálogo a localidade de sua procedência. Este inconveniente obrigou-nos a manusear todos os 2109 autos a fim de selecionar para leitura e transcrição apenas os referentes a Passagem de Mariana. Tal fato, embora moroso e laborioso, revelou-se profícuo, pois encontramos 18 processos no Primeiro Ofício e 30 no Segundo Ofício. De maneira geral, esta documentação registra casos de homicídios, furtos, agressões físicas e verbais, etc. Sua estrutura jurídica mostrou-se de grande utilidade ao realizar, detalhadamente, a qualificação dos envolvidos: nome, idade, naturalidade, nível de alfabetização, filiação, estado civil, local de moradia e profissão. Além de contribuir para esclarecer em que tipo de criminalidade os “mineiros” se envolviam, ajudou a determinar o perfil social destes. Todos os processos trazem em suas páginas inúmeras informações de extrema relevância para a melhor contextualização do cotidiano desta localidade mineradora. Para a pesquisa interessou, sobretudo, as ocorrências que envolveram, direta ou indiretamente, os trabalhadores, feitores e os administradores da mina.

De seus meandros, extraímos dados sobre a moradia dos “mineiros” (os Bom-Será e cafuas), a solidariedade e inimizade entre os imigrantes e entre estes e os nacionais, armas empregadas no crime (dentre elas, a dinamite), casos de alcoolismo (principalmente em dia de

pagamento da Companhia), crimes passionais, conflitos étnicos, a presença de ex-escravos como trabalhadores da mina, ocupações exercidas por alguns ingleses e outros estrangeiros na mina e fora dela (p. ex. negociantes), violência oriunda de desacordos ocorridos no local de trabalho, violência contra a mulher, contratação de artistas para encenarem espetáculos aos funcionários da companhia, hábitos de consumos, oferta de gêneros alimentícios, endividamento, dentre outros.

Os testamentos e inventários de diversos moradores de Passagem de Mariana (ingleses, italianos e brasileiros que administraram ou trabalharam na mina e daqueles que viviam de outros ofícios como negociantes e artistas) formam um grupo de documentos exaustivamente explorado pelos historiadores. Sua importância para este trabalho reside no fato de revelarem que o cônego José Botelho Borges foi o primeiro proprietário da mina antes de sua aquisição pelo barão de Eschwege. Através deles, foi possível analisar também a estrutura de posses de ingleses e demais estrangeiros que residiram em Passagem (mobiliário, vestuário, prataria, armas, hábitos de consumo, livros, bebidas, clientes e produtos comercializados – no caso de dois negociantes: um inglês e um italiano).

É digno de registro que neste arquivo encontramos um documento inédito de singular importância para a história da mineração em Minas e no Brasil. Trata-se da arrematação da lavra da Passagem feita pessoalmente por Eschwege em 1819.

Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana

Por sua natureza cartorial, guarda os registros de nascimento, casamento e óbito da localidade desde o período republicano. O primeiro registro data de 1891. Sua documentação, até então inédita, mostrou-se uma das mais importantes para o trabalho por sua riqueza e variedade.

Transcrevemos todos os 1418 registros de óbitos do período que abrange entre 25 de setembro de 1891 a 31 de dezembro de 1927. Este volumoso *corpus* documental é sobremaneira suficiente para apontar a estimativa de mortalidade que foi dividida em diversas categorias: nacionalidade, profissão, religião, local do óbito, estado civil, faixa etária, horário, sexo, “cor”, enfermidades e acidentes fatais mais comuns, taxa de alfabetização dos declarantes e testemunhas. Permite ainda acompanhar o impacto da introdução das inovações tecnológicas sobre as condições de segurança dos trabalhadores da mina, assim como a ocorrência de epidemias na localidade. A partir dele foi possível demonstrar os índices de

acidentes ocorridos dentro e fora da mina. Os dados permitiram apontar ainda casos concretos de acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais, indicando a quantidade, horário e o perfil dos atingidos.

Transcrevemos também, em sua totalidade, todos os 1912 registros de nascimentos ocorridos entre 06 de setembro de 1891 e 22 de novembro de 1926 e os 523 registros de casamentos realizados entre 22 de fevereiro de 1894 e 22 de outubro de 1927. Os primeiros permitem acompanhar a taxa de natalidade do distrito, a idade das parturientes, dentre outros aspectos; os segundos confirmaram os hábitos endogâmicos dos ingleses.

A partir desta vastíssima documentação foi possível determinar com precisão todas as nacionalidades de imigrantes que, ao longo do período estudado, trabalharam na Mina, habitaram na localidade e/ou ali exerceram outras atividades e ofícios.

O Arquivo possui ainda alguns documentos avulsos, dentre os quais encontramos passaporte de imigrantes italianos e o Alistamento Eleitoral Federal de 1895 que agrupa ainda as qualificações eleitorais realizadas em 1890 e 1892. Através deles podemos acompanhar a mobilidade espacial, bem como a exclusão da lista quando ocorria óbito no intervalo entre os alistamentos, o percentual de mineiros votantes entre o total dos habitantes da localidade, os casos de paternidade ignorada, etc.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

A riqueza e importância deste arquivo dispensam comentários. Nele, levantamos para fins de complementação, os registros de casamento, nascimento e óbito que estão sob a guarda da Igreja católica realizados antes do período republicano (e mesmo durante, pois nem todos indivíduos fizeram o registro civil conforme determinava a lei).

Perscrutamos também seu vasto acervo de jornais. Lemos e transcrevemos o conteúdo das matérias referentes a Passagem de Mariana nos seguintes periódicos que circulavam em Ouro Preto e Mariana: *O Bom Ladrão* (1874 a 1876), *O Viçoso* (1893-1898), *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* (1902 a 1928), *Rio Carmo* (1901 a 1902), *Agulha* (1923) e *O Germinal* (1915 a agosto de 1926).

Nestes jornais era comum o registro da eclosão de epidemias (cólera, varíola e alastrim), festas religiosas promovidas pelos imigrantes italianos em Passagem a louvor a seus santos protetores, inauguração do ramal ferroviário, jogos, assassinatos, assaltos praticados por imigrantes, conflitos entre os trabalhadores da fábrica de cerveja situada em Passagem e a

polícia, visita do núncio apostólico à mina, substituição do superintendente Henry Gifford por Arthur J. Bensusan na direção da mina, festejos de São João em Passagem envolvendo os brasileiros e demais imigrantes europeus, comemoração do dia do trabalhador, acidentes que ocorriam nas outras minas da região, formas de tratamento dispensada aos diretores da Mina da Passagem, esmola colhida entre os trabalhadores da mina para a reforma e inauguração do sino na capela local, subscrição feita entre os ingleses para seus compatriotas em guerra, compra de propriedades fundiárias pela mina e Cartas Pastorais do Bispo de Mariana (nos quais constavam a posição da Igreja frente aos protestantes, leis do governo republicano, visitas de pastores protestantes, casamentos mistos e venda de bíblias “falsas”).

Os *livros de Compromisso* das irmandades e os *livros de Devassas* iniciam-se em datas anteriores ao corte cronológico adotado, por isso somente foram consultados com o propósito de descobrir os santos cultuados em Passagem antes da chegada dos imigrantes e o início da devoção a Santa Bárbara na localidade. Tratava-se de uma documentação capaz de revelar as diversas formas de solidariedade grupal existente entre os mineiros a partir de 1863, bem como suas crenças, festividades e o interesse da administração da mina em interferir nas práticas religiosas subvencionando as festas da padroeira dos mineiros (Santa Bárbara).

Investigamos ainda a documentação dos *Governos Episcopais* e alguns *Processos de Habilitação Matrimonial* que cobrem o período cronológico adotado para este trabalho.

Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

Nele encontramos documentos de vital importância para a pesquisa, tal como os levantamentos demográficos promovidos pelos camaristas que permitiram acompanhar o desenvolvimento demográfico da localidade. Transcrevemos ainda diversos *Mappas* dos alunos da escola pública do termo de Mariana, a partir dos quais foi possível conhecer a taxa de assiduidade e evasão das crianças em Passagem e compara-las com aquelas dos distritos onde não havia companhias auríferas inglesas.

Através da leitura das Atas da Câmara Municipal de Mariana verificamos as sinuosas relações travadas entre a companhia e os camaristas; o pagamento de impostos, os pedidos de aforamentos de terrenos, a assinatura de contratos como o de fornecimento de energia elétrica à cidade e ao distrito da Passagem pela *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*. Tudo feito sob a regência de vereadores que tinham outros laços com a companhia.

Além destes, encontramos ainda documento de inestimável valor para a história da mineração inglesa em Minas Gerais. Trata-se da procuração bilíngue passada por Peter Atrell, Herbert Hardie e Edward Pugh, liquidadores da Anglo-Brazilian Gold Company Limited, a George Beken para negociar a venda da referida Companhia a Robert Wendeborn datada de 4 de dezembro de 1875.

Arquivo da Casa dos Contos/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

Neste arquivo recorreremos à sua coleção legislativa para acompanharmos *pari passu* as modificações pelas quais passou a legislação provincial e federal no que tange aos direitos de exploração das riquezas do subsolo.

Nele encontramos também a série, quase ininterrupta, de *Relatórios* das diretorias (Terras e Viação, Agricultura e Interior) e os respectivos relatórios das secretarias às quais estavam hierarquicamente vinculados (Agricultura, Finanças e Interior) que, por sua vez, eram remetidos ao governo provincial para que este elaborasse as *Fallas* destinadas à Assembléia Legislativa Provincial. Há também alguns Relatórios de Transmissão de Administração e Sinopses dos trabalhos do Senado.

Estes *Relatórios* mostraram-se de inigualável utilidade para a pesquisa. Deles extraímos as impressões, opiniões e medidas adotadas pelas autoridades para o setor mineral, bem como todo o trâmite para introdução (subvencionada pelo Estado) de imigrantes em Minas Gerais, combate às epidemias, situação da Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora (local onde os imigrantes eram alojados antes de serem distribuídos entre os agricultores e indústrias de Minas), faixas salariais para os trabalhadores da agricultura e indústria, valor dos gêneros alimentícios, etc. Anexos vinham também os Relatórios do chefe de polícia (que narram as principais ocorrências policiais - conflitos entre nacionais e estrangeiros, homicídios, desastres e greves e as diligências empregadas:); do Diretor de Higiene (que discorrem sobre “campanhas” de vacinação, origem das epidemias e estado sanitário das localidades). Foi nesta documentação que encontramos o primeiro registro oficial da introdução de imigrantes europeus na Mina da Passagem, extraído da *Estatística de pedidos de imigrantes no Estado durante o ano de 1894*.

No *Inventario Analítico do Arquivo Criminal do Fórum de Ouro Preto* pudemos observar e confirmar o alto grau de periculosidade do trabalho na mineração expresso nos

registros de diversos casos de acidente de trabalho em outras mineradoras de ouro e outros minerais no século XX.

Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto

Recorremos a este arquivo para proceder à leitura dos jornais do período. Foram lidos e transcritos o conteúdo dos artigos dos Jornais: *O Conservador de Minas* (1870), *O Liberal de Minas* (1869), *A Ordem* (1890), *Opinião Mineira* (1894), *A União* (1886), *Liberal Mineiro* (1882), *Diário de Minas* (1867), *O Estado de Minas* (1892 e 1896).

Deles foi possível extrair notícias que tangenciam o tema da mineração (legislação, debates parlamentares e acidentes), posições da Igreja Católica frente ao protestantismo e casamentos mistos, anúncios de venda de piano e de remédios para tuberculose, opiniões sobre o caráter dos ingleses, venda de chácaras; anúncios dirigidos especialmente aos “senhores broqueiros”, propaganda dos artigos importados à venda no armazém de secos e molhados de Mariana, fuga de escravos da “Lavra da Passagem”, o resumo de um relatório do diretor da Mina da Passagem publicado no *South American Journal* e reproduzido num dos referidos jornais e, por fim, distúrbios ocorridos em Passagem do ano de 1896 – prontamente reprimidos pela polícia.

Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto

O arquivo está instalado onde outrora foi a Escola de Minas de Ouro Preto. Nesta instituição trabalharam diversos professores e especialistas do ramo de mineração. O material usado nas aulas (reunidos sob o título de *Caderneta de professores*), assim como os relatórios das visitas técnicas que os alunos faziam nas minas circunvizinhas não puderam ser analisados com maior nível de detalhamento, pois nem todos estavam disponíveis à pesquisa.

Nele foi possível encontrar uma sequência ininterrupta (1890 a 1916) do jornal indispensável para qualquer pesquisa que aborde o tema da mineração: *The Mining Journal*. Este periódico possui as seguintes colunas principais de onde extraímos a maioria dos dados: *Companies and Their Doings*: reproduz basicamente o volume de ouro extraído ao longo do semestre-base do relatório ou de determinado mês; *Mining Notes e Notes and Comments*: registram casos de acidentes, greves e congressos de mineiros na Europa, ações do

Parlamento inglês; *Reports From The Mine*: transcreve resumos de relatórios de administradores de minas inglesas de diferentes partes do globo – geralmente o avanço dos trabalhos no subsolo; *Meeting of Mining Companies*: transcreve notícias mais detalhadas sobre as minas inglesas.

Também neste arquivo encontramos o *Annual Reports* da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil* (1889-1904). Compilação dos relatórios redigidos por Henry Gifford, administrador da mina remetidos ao Conselho de acionistas reunido em Londres. Neles, Gifford detalha todo o andamento dos trabalhos realizados na mina: avanço subterrâneo, construção de casas para os trabalhadores, contratação de imigrantes, medidas contra desabamentos, instalação de novos equipamentos e maquinário, conjuntura política brasileira (transição da Monarquia para a República), impostos, taxa de câmbio, redução de salários, medidas para tornar a água e o ar da mina menos insalubres. É desnecessário enfatizar aqui sua importância para a pesquisa.

Duas importantes fontes primárias deste arquivo são os *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto* (1881 a 1935) e a *Revista Industrial de Minas Gerais* (1893 a 1897). Ambas trazem artigos de especialistas no ramo da mineralogia e metalurgia (como Paul Ferrand, Louis Lombard, Henri Gorceix, Francisco de Paula Oliveira, dentre outros). De maneira geral, os autores opinam sobre as inovações tecnológicas, alterações legislativas (p. ex. quando o direito do solo tornou-se extensivo ao das riquezas do subsolo com o advento da República), vantagens da transição do trabalho escravo para o livre, sinopses sobre as minas em funcionamento, índices salariais, vantagens de conceder a exploração aurífera a estrangeiros e os benefícios auferidos pelas localidades onde elas se instalam, dentre outros assuntos.

O Arquivo guarda precioso acervo fotográfico do local de trabalho e dos trabalhadores da Mina de Passagem. Nas fotos vemos o trabalho infantil, a ausência de equipamentos de segurança, a infra-estrutura instalada para a extração, a degradação ambiental e a “Casa-grande”.

Arquivo Público Mineiro.

Dele recolhemos dados referentes à Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora e fizemos a leitura dos exemplares da *Revista do Arquivo Público Mineiro* que não encontramos em Ouro Preto e de alguns exemplares do *Anuário Demográfico de Minas*

Gerais. Este último, traz dados do censo de 1920 referentes ao contingente populacional (nacionais e estrangeiros), alfabetização, dinamismo econômicos (telégrafo, telefone, correios) e das associações (esportivas, filantrópicas e de classe) existentes em Passagem de Mariana.

Site da Universidade de Chicaco (www.crl.edu/content/brazil/mina/htm)

Encontra-se on-line e disponível para *download* todas as *Fallas* dos presidentes da Província de Minas Gerais dentro do corte cronológico de nosso interesse. Nelas, as autoridades sintetizam as informações extraídas dos Relatórios das Secretarias de governo e emitem a opinião oficial acerca de tudo que diz respeito ao contexto econômico, industrial, fiscal, social, criminal de Minas Gerais. Servem de excelente esteio na discussão sobre a penetração da influência das companhias no cenário político local e das medidas governamentais para o setor mineratório.

História Oral

Inicialmente, não prevíamos recorrer à História Oral. No entanto, devido às frequentes visitas à localidade, ela se mostrou mais que necessária e não mero complemento. Os depoimentos dos ex-mineiros que ainda residem em Passagem foram mais que indispensáveis, pois eles carregam consigo a “memória” do mundo do trabalho narrada pelos antepassados.

Cumpramos esclarecer que não empregamos qualquer metodologia sistemática de história oral, além de algumas poucas entrevistas. Aplicamos o “método etnográfico” adotado no campo das pesquisas antropológicas: conversas corriqueiras e informais com os moradores, ex-trabalhadores e suas esposas e com um ex-médico da mina. A maioria das informações veio de relatos espontâneos e de perguntas isoladas que fazíamos no intuito de descobrir dados que não encontrados nos livros e documentos.

Este tipo de inserção na comunidade foi facilitada pela intermediação de um de seus membros: Leandro Henrique dos Santos (descendente de imigrantes italianos, historiador, professor e atual diretor do jornal local, *O Espeto*).

Adotamos a postura de “atenção flutuante” (mínima intervenção possível e liberdade de fala ao informante que goza de livre associação de idéias). O uso da técnica de “história de vida” mostrou que ninguém melhor que eles, herdeiros da memória do local de trabalho e da localidade para relatar suas experiências, expor sua visão de mundo e levantar o véu do esquecimento.

Tudo conspira contra a memória dos trabalhadores da mina: os homens morrem, as lembranças se apagam, o medo silencia, a culpa esconde e o mandonismo proíbe. Assim, a História se perde... Os moradores e ex-mineiros da localidade conhecem o passado da mina e guardam a longa tradição de famílias inteiras que dela viveram e muitas que nela morreram. De suas informações colhemos a história “esquecida” que o tempo vem soterrando: acidentes, falhas humanas, opressão, não cumprimento dos contratos de trabalho, a vida familiar, social, religiosa e cultural, as lendas, a localização de alguns sítios históricos (Bom-será e o cemitério dos variolosos do século XIX). Foi por meio desta intervenção que fomos informados da existência do “pacto de morte” que havia entre os mineiros com avançado estágio de silicose e da existência de uma função ligada à higiene no local de trabalho que os livros e documentos impressos não citam: os “bosteiros” ou “papai-bunda”. Foi numa das conversas descompromissadas que ouvimos a frase lapidar que remonta a tempos imemoriais: **“o ouro gosta de sangue”**. Foram eles também que primeiro descreveram os diferentes tipos de acidentes e informaram que em Passagem havia muito assassinato.

Somente através do depoimento de ex-mineiros é que podemos perceber a angústia de estar na mina na hora de um acidente e ver os restos mortais dos amigos serem recolhidos em sacos por aqueles que também poderiam ter morrido e ter a felicidade de sair vivo. Somente visitando as casas dos ex-mineiros, é que foi possível perceber de perto o valor simbólico que eles atribuem a seu antigo lampião de carbureto pendurado com zelo e carinho na parede.

É importante advertir que os dados colhidos por estes meios foram cotejados e endossados com fontes documentais manuscritas ou impressas para, como advertiu Marc Bloch, não tombarmos no perigo que este tipo de fonte representa. Tudo isso, sem esquecer que a hegemonia adentra a produção dos documentos históricos.

Obras dos Viajantes Europeus

A leitura crítica das obras dos viajantes que visitaram a mina e de técnicos que nela atuaram mostrou-se de inestimável importância. Embora tenham se dedicado, sobretudo aos aspectos técnicos e estejam embebidas de concepções eurocêntricas, oferecem dados que muito revelam sobre o cotidiano dos trabalhadores: o trabalho feminino e infantil, as relações e condições de trabalho (escrava e livre assalariada), a origem dos trabalhadores, as instalações, o valor do salário, a manipulação do mercúrio, a fiscalização contra roubo, as doenças, a marcação do ritmo do trabalho dos escravos, os ritos fúnebres dos ingleses. Desta fonte extraímos os raros momentos quando é dado voz aos protagonistas anônimos da história

O estudo exigiu, necessariamente, um caráter interdisciplinar, pois a história está indissolúvelmente ligada às outras ciências do homem. Por isso, obras de especialistas no ramo de geologia, mineração, segurança e saúde do trabalho, doenças ocupacionais, epidemiologia e patologia foram consultadas com o objetivo de alargar a compreensão sobre o trabalho em minas de grande profundidade e para atualização nosológica.

O texto divide-se em 6 capítulos interligados que procuram mostrar a história como um todo coerente onde técnica, política, economia, relações e condições de trabalho, cultura, religião, festejos, crimes, natureza e outros aspectos do passado estão articulados.

O primeiro capítulo, *A mineração aurífera em Minas Gerais no século XIX: crise, potencialidades e expansão*, traça breve histórico do arraial e da antiga “Mina da Passagem”, desde as primeiras explorações aluvionais no ribeirão do Carmo em 1696, a descoberta do veio aurífero que deu origem à Mina, passando pelo emprego do trabalho escravo com técnicas disponíveis no século XVIII até a introdução do pilão hidráulico na primeira metade do século XIX pelo barão de Eschwege. Era imperativo conhecer o período anterior à chegada dos ingleses para melhor compreendermos a força e impacto da presença das companhias inglesas no distrito a partir de 1863.

O capítulo 2, *Trabalho escravo e trabalho livre assalariado na mineração aurífera inglesa no século XIX: convívio e transição*, aborda o papel da mineração na economia mineira no século XIX e a posterior entrada do capital e tecnologia ingleses no ramo e sua nova visão sobre a potencialidade extrativa e sistema de organização laboral. Enfoca ainda o tema do convívio e transição do trabalho escravo para o livre na atividade minerária.

No capítulo 3, *As novas tecnologias e a organização do trabalho na mina*, o mundo do trabalho é abarcado em conjunto, destacando a lide na superfície e no subsolo, as

novas técnicas, equipamentos e maquinários, os salários e outras formas de remuneração dos mineiros chegando à tentativa de esboçar um “perfil médio” do mineiro livre nacional, no final do século XIX.

O Capítulo 4, *O ouro gosta de sangue*, dedica-se ao estudo detalhado dos acidentes e enfermidades mais frequentes no mundo do trabalho subterrâneo, tocando em temas como a política de assistência aos trabalhadores, a moradia, o vestuário, a alimentação e a religiosidade dos mineiros.

O capítulo 5, *A vida fora da mina*, está dedicado ao estudo da vida fora da mina: as diversões, a divisão sócio-espacial, os conflitos urbanos, o papel das igrejas, a dupla constituição do espaço religioso e cemiterial (católico e protestante) e as formas de luta e organização do mineiros.

O último capítulo, *O passivo sócio-ambiental da mina*, destaca os impactos sócio-ambientais causados pelos 63 anos da presença das companhias inglesas na localidade.

A observação das circunstâncias históricas apresentadas ao longo do texto não nos permite compartilhar do otimismo daqueles que enfatizam o legado positivo da mineração inglesa para os trabalhadores e para a localidade.

CAPÍTULO I

A MINERAÇÃO AURÍFERA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: CRISE, POTENCIALIDADES E EXPANSÃO

1 Breve história de Passagem de Mariana e de sua mina

A região de Passagem de Mariana foi descoberta em 1696 por bandeirantes paulistas (**Figura 1**). A fundação do Arraial remonta a 1710. Neste lugar havia um marco de pedra que dividia os termos de Vila Rica e Mariana. O nome adveio do fato “por nelle se paçar do Norte para o Sul o Ribeyrão do Carmo” onde então recebe o nome de Ribeirão da Passagem.¹ Segundo a narrativa popular coligida por Israel Quirino, o nome Passagem é devido ao estreitamento do leito ao pé do Morro de Santo Antônio, permitindo ali a “passagem” de uma à outra margem do Ribeiro do Carmo.²

Figura 1- Região mineradora de Minas Gerais. Fonte: EAKIN, 1989, p. 5.

O orago de devoção de sua capela é dedicado a N. S. da Glória. O IEPHA/MG considera que sua construção seja datada de 1724 por iniciativa de José de Oliveira e Paes. Germain Bazin destaca as influências neoclássicas do campanário isolado do frontispício. Em

¹ Registro da Rellação dos Lugares, e Povoações do Termo desta Cidade de Marianna nomes das mesmas com a sua Longitude e descripção dos Rios que por ellas pação. Texto redigido por João da Costa Azevedo, escrivão da Câmara de Mariana em 20 de abril de 1757. In: *RAPM*. Anno XI. Fascículos I-IV. 1906, p. 716.

² QUIRINO, Israel. *Galerias*. Belo Horizonte: Ed. Arte Quintal, 1986, p. 47.

seu interior predomina o estilo D. João V evoluído, muito próximo ao da capela-mor da igreja de N. S. do Pilar de Ouro Preto.³

Sabe-se que em 1814 cinquenta faiscadores escravos labutavam nas lavras e no rio em Passagem de Mariana. Pouco acima, no morro de Santo Antonio, a lavra do padre Bento de Melo ocupava 16 escravos, além de 30 faiscadores livres e 12 escravos.⁴

Em termos demográficos, quando D. Frei José da Santíssima Trindade partiu para executar as visitas pastorais em 1821, anotou que Passagem possuía 929 almas e o morro de Santo Antonio 103, com sua respectiva capela. Nove anos depois, em 1830, o arraial da Passagem possuía 190 fogos, sendo a segunda maior povoação dentre as quarenta então pertencentes à Sé de Marianna.⁵ A obra do cônego Raimundo Trindade cita o Relatório do Cura Agostinho Isidoro do Rosário de 2 de dezembro de 1833, onde se lê que

Neste Curato (Mariana) há [...] a capela da Passagem com o orago de Nossa Senhora da Gloria, a qual, sendo feita a expensas dos povos, veio a ficar curada por permissão destes, substituindo a de Santo Antonio do Morro, ereta na fazenda do Tenente-coronel Maximiano de Oliveira Leite, hoje de sua viúva e herdeiros, a qual sendo curada em princípios veio, pela decadência de seus habitantes e mesmo por ser em lugar menos cômodo, a ficar particular daquela fazenda e se mantém por expensas daquela família. Há outra capela de Nossa Senhora da Guia pertencente a Lavra da Sociedade. Há uma ermida com porta para a rua, dedicada a Sto. Antonio, em casa de D. Ana Felícia Rosa de São Lourenço.⁶

Em 41 anos (de 1821 a 1862), Passagem experimentou um recuo demográfico de 55,66%, contando então com 111 fogos compostos por 412 pessoas assim distribuídas: Livres (142 homens e 196 mulheres); escravos (32 homens e 42 mulheres). Quanto ao estado civil, havia 142 solteiros e 199 solteiras, 34 casados e 37 casadas. A distribuição da população por faixa etária era: 59 (de 1 a 7 anos), 78 (de 8 a 15 anos), 84 (de 16 a 30 anos), 125 (de 31 a 50 anos) e 65 (de 50 em diante).⁷ Esta situação foi provisória, pois a partir da aquisição da mina pelos ingleses em 1863, a localidade passou por profundas modificações econômicas e experimentou novo surto demográfico, tornando-se um dos distritos mais populosos e economicamente prósperos de Mariana.

³ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956. vol. 2, p. 91.

⁴ ESCHWEGE, W.L. von. *Pluto brasiliensis*. Prefácio Mário G. Ferri. Trad. de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, vol. 2, p. 20-49.

⁵ Relação das cidades, villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração do número de fogos em cada uma (1830). In: *RAPM*. Anno II, fascículo 1º, janeiro a março de 1897, p. 18.

⁶ TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais (1821-1825)*. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira; estabelecimento de texto e índices José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima e Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro/ IEPHA/MG, 1998, p. 215.

⁷ AHCM. Códice 694 – Miscelânea (1801-/1866). Doc. 255: Freguesia de Mariana em 1861.

Embora tivesse todas as peculiaridades dos pequenos povoamentos setecentistas, como exposição de crianças, padre sodomita, perseguição a marranos, ajuntamento de negros nas vendas, o arraial de Passagem tem uma história bastante singular desde princípios do século XVIII.⁸

Mas, a importância histórica do arraial ultrapassa suas dimensões geográficas.⁹ Em 1713 os moradores da Vila do Carmo amotinaram-se contra o Superintendente das minas quando este, durante as vistorias, detectou a ocupação irregular dos morros (considerados realengos) e tentou reintegrar as lavras à Real Fazenda. Um destes morros era o de Passagem. No ano seguinte, um edital informava que “no morro de Mata Cavalos e em outras partes há grande falta de mantimentos para o sustento dos negros e ainda dos brancos”.¹⁰ Provavelmente, em virtude do grande número de pessoas que ali habitavam.

Sérgio Buarque de Holanda situa em 1721 o ano de importante melhora no sistema de exploração das minas, quando os mineradores passaram, pela primeira vez, a atacar as encostas das montanhas, e isso se deu no morro de Mata Cavalos nesta localidade.¹¹ Eschwege acrescenta que pelo bando de 26 de setembro de 1721, expedido pelo governador D. Lourenço de Almeida

Permitiu-se a qualquer pessoa a abertura de poços na encosta do mesmo morro, acima da linha do rego, que ali existia, assim como em todos os terrenos devolutos. Exigia-se, porém, que os poços distassem, um do outro, pelo menos 40 palmos, e que fossem entupidos logo que não fossem mais utilizados, a fim de não constituírem perigo para homens e animais. A infração desse dispositivo seria punida com dois meses de prisão e tronco.¹²

⁸ Em artigo referente à exposição de crianças em Mariana, Laura de Mello e Souza levantou o número de 30 expostos matriculados para este período em Passagem, o quarto maior índice para o termo da cidade - cf. SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito*, aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999, p. 54. Luís Mott mostrou que no século XVIII a capela de Passagem foi assistida pelo padre sodomita Baltazar Pereira de Meireles - cf. MOTT, Luís. Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760. In: *Revista Dep. de História*. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, n. 9, 1989, p. 104. Sobre a prisão do cristão-novo João de Moraes Montezinhos em 1729 dentro da capela de N. S. da Glória, veja FERNANDES, Neuza. *A inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 184. O tema da participação ativa das mulheres em Minas onde cita os ajuntamentos de negros nas vendas existentes em Passagem foi discutido por FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-188.

⁹ O distrito foi suprimido pela lei n. 116, de 9 de março de 1839, tendo seu território incorporado ao de Mariana. Foi elevado a Distrito de Paz pelo decreto n. 155, de 26 de julho de 1890. A denominação Passagem foi mudada para Passagem de Mariana pelo decreto-lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938 - cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. Saberb, 1971, p. 354.

¹⁰ Citado por ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 36.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. São Paulo: Difel, T.I, v.2, 1985 (a), p. 275.

¹² ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 104.

Empregando mão-de-obra escrava, a mineração em Passagem era realizada a céu aberto com prospecção por bateia no leito do Ribeirão do Carmo. Na encosta, os mineiros executavam pequenos serviços de minas e perfuração de poços subterrâneos, que geralmente estacionavam ao atingir o lençol freático (**Figuras 2 e 3**).¹³ O escoramento insuficiente e a falta de drenagem tornavam frequentes os desabamentos.

Figura 2 – Buraco de sarilho no Morro de Santo Antônio em Passagem. Acervo do autor.

Figura 3 – Sarilho. Fonte: AGRICOLA, 1950, p. 213

¹³ Estes trabalhos nas minas e nos poços verticais ou “serviços de buraco”, denominados buracos de sarilho realizados nos morros da Passagem no século XVIII são assim descritos pela documentação coeva: “Neste se observou no princípio em que se descobriu o da Passagem, como era uma só formação e esta geral, darem-se buracos de 40 palmos de distância uns dos outros, ficando cada um com 20 palmos em todo para todos os lados, com o domínio nesta distância tanto em cima como em baixo da terra na formação. Em tendo cada um lavrado os ditos 20 palmos, não podem entrar no que pertencer aos outros dos lados, ainda que veja o ouro em grande conta. Sobre estas divisões havia muitas contendias partindo de esbulhos uns dos outros. As minas deixadas deram a mesma distância para os lados, e no comprimento para diante 100 palmos. Nas minas de Olivél, se deram 25 palmos para os lados e 400 para diante, ficando com o domínio e posse nesta distância de cima até o centro da terra – o que, para adquirir a dita posse, bastava fazer serviço da ponta para dentro 15 palmos, tanto em minas como em buracos, ainda que não continuassem donos. E nesta forma se observou no morro dito de Santana, no qual até agora se observa. No que toca aos tanques, regos e vertentes, é o mesmo que se observa neste Morro de Vila Rica” – Cf. CCM. Doc. 109 – [Modo e estilo de Minerar nos morros de Vila Rica e Mariana], p. 768ss. Augusto de Lima Junior, sem apontar a fonte, cita um relatório de 1740 que descreve o funcionamento dos sarilhos: “Tem esses buracos, duzentos e trinta palmos de fundo e daí para baixo se continua, conforme a formação e a altura dos morros. ‘em cima deles se metem duas forquilhas grandes, uma de cada parte, e sobre elas um sarilho grande de paus com uma corda de couro cru (trançado) e um gancho de ferro na ponta, para pegar em dois barris, um de cada vez, com dois negros ao sarilho. Isso basta para deitar toda a terra fora e pela mesma nos servimos e nela nos amarramos para ir abaixo’. Sucedendo quebrar, diz o autor, ‘o mais que acontece é se ficar em pedaços. No fundo desses buracos não se pode meter mais de que três solapões, que é quanto cata um negro; mas o comprimento pode ir a cem palmos, se necessário for. Não tendo luz, dá-se outro buraco ao pé – Cf. LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 47.

De acordo com o pesquisado, o primeiro proprietário da lavra da Passagem foi Antonio Luiz Brandão. Mais tarde, em 1784, as datas foram adquiridas em conjunto por José Botelho Borges.¹⁴ O escrivão Gonçalo da Silva Lima certificou que

pelo adiante assignado me foi apresentado o livro de Receita e despesa do falecido cônego José Botelho Borges, relativa a lavra da Passagem e nelle se acha a escrituração do theor seguinte.// tomei posse da lavra da Passagem de Antonio Luiz Brandão em virtude de huma escritura de venda que se fes nos fins de julho do anno de mil sette centos e oitenta e quatro.¹⁵

Falecido a 15 de agosto de 1795, Borges teve seus bens inventariados no dia 2 de setembro do mesmo ano pelo Sargento-mor José da Costa Ferrão no “alto da Passagem do termo de Marianna em [suas] casas de morada”. Dentre os diversos bens de sua lavra encontravam-se martelos, correntes, bigorna, torno, alavancas, almocafres, serra de mão, oratório com três imagens¹⁶ e outros objetos típicos da estrutura de posses um minerador.¹⁷

A escravaria do referido cônego, majoritariamente masculina, era formado por 36 escravos e 1 escrava, visto que dois se achavam fugidos (**Anexo A**). Sua lavra assim foi descrita e avaliada:

huma lavra de Minas, e buracos constante de seos títulos feita no fundão da Passagem desta cidade com seos engenhos de moer pedra, e todos os seos pertences com casa de vivenda feitos no alto do dito fundão, cobertas de telha, moinho com sua cappella, e todos os mais pertences, e todas as terras minerais, que foi tudo visto, e avaliado pelos ditos louvados em a quantia de seis contos, e quatrocentos réis.¹⁸

Aos seis dias do mês de maio de 1817 foi passado o Termo de entrega de todos os bens situados no arraial da Passagem a Pedro Dias de Carvalho (testamenteiro e herdeiro de José da Costa Ferrão) por intermédio de seu procurador, o capitão Lucindo Pereira dos Passos.¹⁹ Aos três dias de 1819 os louvados avaliaram os bens de herança do finado José Botelho Borges. Dentre outras posses constavam:

¹⁴ Cônego da Sé de Mariana. Em seu testamento, redigido a 12 de abril de 1788, declara que era natural da freguesia de São João de Filgueiras, conselho de Resende, comarca e bispado de Lamego; filho legítimo de Pedro Borges e de sua mulher (ilegível) Botelho. Nomeou como herdeira de todos os bens em Portugal, sua irmã Angélica Maria e na sua falta o seu filho Manoel Antônio. Faleceu a 15 de agosto de 1795. A partir de 5 de outubro do mesmo ano, todos seus bens, exceto a lavra, foram levados à praça.

¹⁵ ACSM. Testamentária. 1º Ofício. Códice 267, auto n. 4856 (1796), f. 337v.

¹⁶ O Termo de avaliação passado pelos louvados nomeados para este fim a 3 de fevereiro de 1819 descreve em detalhes a imaginária pertencente ao vigário. As três imagens do oratório eram: N. S. das Necessidades, Santo Elesbão e Santa Efigênia. A caixa de Presépio guardava as imagens de N. S. do Rosário, outra de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Havia ainda imagens de N. S. da Conceição, do Senhor Crucificado, de São João Marcos, Senhora Santa Anna, Santa Emerenciana e Santo Antonio - ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), f. 74.

¹⁷ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), f. 74.

¹⁸ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), f. 7v.

¹⁹ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), f. 58vss.

Hua morada de casas cobertas de telha com todos os seus pertences sitas no alto da Passagem vistas e avaliadas na quantia de cem mil reis.
Hua lavra de minas e buraco com todas as terras mineraes e suas Agoas respectivas e regos metidos constantes dos respectivos títulos com seus engenhos de socar pedra, e outro de bornir com sua carpintaria, casas de vivenda no alto do fundão, com sua capella tudo coberto de telha tudo visto e avaliado na quantia de dois contos e quatrocentos mil reis.²⁰

Em virtude da mudança de orientação política do setor extrativo ocorrida no Brasil a partir de 1817, quando o governo imperial autorizou a formação de companhias por ações para atuar neste ramo da economia, Eschwege arrematou-a em 12 de março de 1819 por cinco contos²¹ (**Anexo B**). Em seguida, fundou a *Sociedade Mineralógica de Passagem*, a primeira empresa mineradora do Brasil, com capital inicial de £1.900.

O referido barão vendeu-a em 1º de junho de 1859 ao inglês Thomas Bawden²² pelo preço de 12 contos de réis. Bawden, por sua vez, a revendeu em 26 de novembro de 1863 a Thomas Treloar, representante da *Aglo-Brazilian Gold Company Limited* com capital de £100.000 (**Figura 4**). Richard Burton opina que:

A ‘Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Limited)’ foi fundada em janeiro de 1865, com capital de £100.000, metade subscrito no ato, e as ações estão agora com uma valorização de 3/8, sinal favorável. Li o 3º Relatório, de 31 de março de 1866, e achei-o muito satisfatório, prometendo um brilhante futuro. Os trabalhos estão apenas começando; tudo é feito em pequena escala, e especulação não paga dividendos. Trata-se contudo de um negócio ‘promissor’, que ainda pode ter muito êxito, e não hesito em considera-lo como um meio de sucesso, mesmo agora”.²³

²⁰ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), p. 76.

²¹ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Caixa 14, auto n. 453 (1795), pp. 87ss. Este documento, seguido de comentário analítico por nós redigido, será publicado no próximo número da revista *LPH* do Dep. de História da UFOP.

²² Biografia de Thomas Bawden e de seu filho João Bawden como “capitalistas” e grandes comerciantes de escravos em Mariana foi traçada por FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. 2006. 202f. Dissertação (Mestrado em História). ICHS/UFJF, Minas Gerais. Thomas Bawden foi membro da Câmara de Mariana e adquiriu o título de capitão. Seu filho, João Bawden, formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868, foi vereador por dois mandatos, juiz de órfãos em Mariana e Senador. A citada autora diz que “de modo geral, a família Bawden foi a que mais realizou negócios no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX” – p. 154.

²³ BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução David J. Junior; apresentação e notas Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 284.

Figura 4 - Brasão da Anglo-Brazilian Gold Company, Limited. Fonte: AHCMM. Documentos avulsos. Foto gentilmente cedida por Pedro Eduardo dos Santos.

Esta companhia adquiriu em seguida mais três propriedades vizinhas: as lavras do Fundão, do Paredão e Mata-Cavalos. A do Fundão pertencera ao comendador Francisco de Paula Santos, que a adquirira em 17 de fevereiro de 1835, onde organizou a *Sociedade União Mineira*; devido ao insucesso do empreendimento, vendeu-a a Thomas Bawden e Antonio Buzelin²⁴ em 12 de abril de 1850, que igualmente a revenderam à *Anglo-Brazilian Gold Company*; a do Paredão, pertencente a Antônio Mendes da Fonseca desde 1758, passou às mãos da família de José Martins Coelho em 1843, que também a vendeu à nascente companhia inglesa, por intermédio do mesmo Bawden.²⁵

²⁴ Antonio Buzelin faleceu a 3 de junho de 1862. Em seu inventário consta como bens de raiz: “Parte nas lavras, matos, cazas da (ilegível) em que há Sociedade com Thomaz Bawden” - ACSM. 1º Ofício. Códice 64, auto n. 1390 (1862), f. 8v. Buzelin tinha ainda 33 escravos e 15 escravas, além de livros, instrumentos de engenharia, alavancas, enxadas, carros de boi, barômetro, almofariz, balança para pesar ouro e outros instrumentos minerários. Seu inventário traz a *Escriptura de arredamento ou Locação de quarenta escravos feita por Antonio Buzelin e Thomas Bawden á Companhia Ingleza de Mineração denominada de San João d’El Rey estabelecida no Morro Velho* (f. 13v).

²⁵ FLAUSINO, Camila. Op. cit. 2006, p. 156ss, demonstrou que Thomas Bawden era genro de José Martins Coelho, pois casou-se com sua filha, a mulata Maria Martins e teria se convertido ao catolicismo, visto que além de casar-se na igreja católica batizou seu filho João Bawden na igreja de Nossa Senhora da Glória em Passagem no ano de 1843 e foi testemunha de casamento de Antonio de Sales Couto em 1864. No entanto, o casamento entre protestante e católica não implicava na conversão daquele, pois havia os chamados “casamentos mistos”.

A nova empresa tomou posse destas três minas em 26 de novembro de 1863. De acordo com Antonio Olyntho Pires, suas atividades iniciaram-se em janeiro de 1864 e logo se construíram “54 piloes, lavadouros, arrastas e aparelhos de amalgamação”.²⁶

A mina de Mata-Cavalos pertencente à Dona Feliciano Maria de Moraes, João Cypriano Alves²⁷ e outros e foi comprada pela *Anglo-Brazilian Gold Company* no dia 30 de setembro de 1865 pelo preço de 5:160\$000.²⁸ Esta mina era a mais importante das quatro e, segundo Ferrand, “provinha da reunião de várias concessões, entregues a diferentes mineradores (entre 1729 e 1756) e passadas pelas mãos de diversos proprietários para, finalmente, serem compradas em 1784 por um único, o cônego José Botelho Borges”.²⁹ Portanto, a propriedade mineral da *Anglo-Brazilian Gold Company* passou a ser composta por 4 lavras: *Fundão* (8,28 ha), *Mineralógica* (5,34 ha), *Paredão* (1,2 ha) e *Mata-Cavalos* (0,2 ha), totalizando 15,02 ha.

Devido à má direção técnica, grandes despesas, indevida distribuição de dividendos, dificuldades geradas pela inundação e o contato com o filão de quartzo pobre, os trabalhos foram suspensos em fevereiro de 1873. Durante seus nove anos de atividade moeu “103.978 toneladas de minério” e extraiu “753.560 grammas de ouro”, que correspondem a um teor médio de “7, 24 gramas de ouro por tonelada”. Seu balanço financeiro fechou deficitário, pois o valor do ouro produzido “se elevou a 87.795 libras” e as despesas atingiram “115.962 libras, causando assim uma perda de 28.167 libras”.³⁰

A 4 de dezembro de 1875, os liquidadores da *Anglo-Brazilian Gold Company* Peter Atrel, Herbert Hardie e Edward Pugh Rowsell nomearam a George Beken morador no Morro de Sant’Anna

para que possa em nosso nome vender e ceder ao Sr. Robert Wendeborn de Passagem na Província de Minas Geraes no Império do Brazil, a propriedade mineira de que nós, em qualidade de Liquidadores da dita Anglo Brazilian Gold Company Limited, estamos de posse chamada ‘Passagem’ compreendendo quaesquer propriedades contíguas possuídas ou arrendadas com ella [...] pagando por seu preço na forma que estimar conveniente o dito George Beken a somma de mil libras esterlinas.³¹

²⁶ PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A mineração: riquezas mineras (Memória). In: *RAPM*. Anno VIII. Fascículos III e IV, jul. a dez. 1903. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1903, p. 963.

²⁷ No dia 2 de dezembro de 1850 o jornaleiro Jozé da Rocha é denunciado por ter arrombado o caixa e furtado todo o esmeril “da lavra de Mata Cavallos, pertencente a João Cypriano Alves” – ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 341, auto n. 7534.

²⁸ ACSM. Livro de Notas. 1º Ofício. Códice 76, auto n. 118 (1864-1868), f. 124.

²⁹ FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana, p. 194.

³⁰ Id. *ibid.*, p. 197.

³¹ AHCM. Documentos avulsos. Documento gentilmente cedido por Pedro Eduardo dos Santos.

Wendeborn a adquiriu de fato por 8:767\$000 (o que equivalia pelo câmbio de então a mil libras esterlinas) a 9 de fevereiro de 1876, conforme registrado no Livro de Notas do 1º Ofício do Termo de Mariana.³² A 24 de março de 1883 Wendeborn vendeu-a por 40\$000.000 a Joseph Robey Partridge³³, representante da uma sociedade (*syndicat*) francesa organizada em 1880, que criou a empresa *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* - denominação que adquiriu em fevereiro de 1884 - com capital de £400.000 em 80.000 ações de £5 cada uma.

O engenheiro Ch. Monchot fora enviado em 1881 para iniciar os trabalhos de estudo, desobstrução da mina e reconstrução da usina, deixando-a apta para operação em junho de 1882 servindo-se de um engenho de 12 pilões.

A nova companhia adquiriu ainda as jazidas de Raposos e Espírito Santo localizadas perto de Sabará e Borges (contendo 16 pilões e enorme reserva de florestas virgens) próximo a Caeté em 1883. A exploração da Mina da Passagem nesta nova fase iniciou-se então em abril de 1884 por mostrar um futuro mais promissor.

Segundo Frederick Renger, a empresa era uma das poucas de capital francês, apesar do nome inglês.³⁴ Douglas Libby informa que ela foi “a primeira empresa de mineração européia a ser capitalizada na bolsa de Paris”.³⁵ Sua sede administrativa funcionava em N. 6, Queen Street Place, London e seu maior acionista em 1897 era o Barão de Oberkampf.³⁶

Em suma, a *The Ouro Preto Gold Mines* era formada por 4 minas: Passagem, Raposos, Espírito Santo e Borges. Em 1901 a Companhia adquiriu, sob vantajosas condições, a *Santa Anna Gold Mining Company* que englobava as minas de Maquiné e Santa Anna, próximas a Passagem.

A companhia inglesa operou até 19 de maio de 1927. Neste ano foi vendida ao grupo Ferreira Guimarães, banqueiros e industriais de Minas, pertencente ao coronel Benjamim Ferreira Guimarães que a adquiriu por “oitocentos contos de reis (800.000.000)”, finalizando a fase de proprietários europeus.³⁷ Foi criada então a *Companhia Mina da*

³² ACSM. Livro de Notas. 1º Ofício. Códice 81, auto n. 122 (1873-1875), f. 124 a 127v.

³³ ACSM. Livro de Notas. 1º Ofício. Códice 83, auto n. 123 (1881-1887), f. 51v.

³⁴ RENGGER, Frederick. Paul Ferrand e o ouro em Minas Gerais. In: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 16.

³⁵ LIBBY, Douglas Cole. Estudo crítico. In: COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Trad. de Julio Castañon. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997, p. 17.

³⁶ AR. 1897, p. 11.

³⁷ O valor citado é resultado da inclusão no contrato de compra e venda de diversas propriedades rurais, casas, instalações e o contrato de fornecimento de energia elétrica à cidade de Mariana e ao Distrito de Passagem assinado em 1910; este último, no valor de duzentos e trinta e cinco contos. A escritura de Compra e venda

Passagem Sociedade Anonyma que operou até 1954 atingindo 70 km de galerias. Depois, esteve paralisada até 1960.

As tentativas de reabertura implementadas até 1966 foram infrutíferas. De 1967 a 1973 ficou inativa. A 19 de dezembro de 1973, a *Companhia Anglo Brasileira de Construções* adquiriu o controle acionário sem, no entanto, obter sucesso no empreendimento. Em setembro de 1976 os acionistas majoritários, reconhecendo o insucesso de suas tentativas retornaram o controle acionário para Walter Rodrigues. A mina estava inundada até a galeria de drenagem e manteve o trabalho em ritmo lento até 1984.

Devido a esta longa trajetória, Tânia M. F. de Souza a considera “a mina de exploração regular mais antiga do país”.³⁸ Atualmente, é um mini-parque temático aberto à visitação turística. O **Anexo C** sintetiza a transição proprietária da Mina da Passagem de 1784 a 1927.

Neste texto, adotaremos “Mina da Passagem” quando analisarmos em conjunto a trajetória histórica das duas companhias (1863-1927). Do contrário, usaremos o nome das respectivas empresas quando a reflexão se referir a apenas uma delas.

2 A fundação da primeira sociedade mineradora do Brasil

Este importante feito, considerado por Paul Ferrand como o início de uma nova fase para a indústria das minas, deve-se a Eschwege.³⁹ Em 1810 ele já propusera a D. João VI o estabelecimento de Companhias mineradoras por ações. Tal proposta teve pronto atendimento no governo, na pessoa do Conde de Linhares. No ano seguinte, munido das devidas instruções, partiu para Minas Gerais com o objetivo de encontrar o melhor local para o estabelecimento de tal empreitada.

Com a morte de Conde de Linhares, Eschwege encontrou apoio em seu sucessor, o Conde da Barca, que chegou a colocar seis escravos a sua disposição e animou acionistas do Rio de Janeiro a se engajarem nesse ambicioso empreendimento. Falecido também este, apenas 30 investidores mantiveram seu apoio ao projeto que contava ainda com falta de

relativa a esta transação encontra-se no ACSM. Livro de Notas nº 42 do Cartório do 2º Ofício de Notas, fls. 79 a 96v.

³⁸ SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. *Onde o sol nunca brilha*: uma história dos investimentos britânicos e da mudança tecnológica na mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX. 2002. 251f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, p. 145.

³⁹ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 89.

favorecimento do novo ministro, inimigo de seu antecessor. Mas, a entrada do Rei reanimou os acionistas, chegando a acumular 36000 florins.⁴⁰

A 12 de agosto de 1817 foi publicada a tão esperada *Carta Régia e Estatutos do Estabelecimento da Sociedade de Mineração de Minas (Anexo D, n. 27)*. Eschwege foi nomeado Intendente Geral das minas de toda a Capitania.⁴¹ Um ano e sete meses depois, ele arrematou a Mina da Passagem no dia 12 de março de 1819. Diz ele:

Por essa ocasião, finalmente, foi levada à praça, para pagamento de dívidas, uma lavra tida como rica outrora e situada no Arraial da Passagem, a uma légua de Vila Rica. Incluíam-se na venda vinte escravos, casa e terrenos, e, como tal venda, na maior parte, fosse feita a crédito, aproveitei a oportunidade. O negócio foi fechado e eu vi-me dono de um terreno de que muito esperava.⁴²

Ficou estipulado o pagamento de “todos os [bens] por 2.264\$000 a vista e da lavra com todos os seus pertences, e casas do Alto da Passagem por 2.801\$792 fiado [ilegível] três anos a 200\$000 por cada anno e o mais a 400\$000”.⁴³

O próprio barão Eschwege informa que a Real Fazenda tinha parte na recém-fundada Sociedade, cujos fundos foram aplicados na “compra de Escravos, Lavras, e erecção de Engenhos”.⁴⁴ Em outra obra diz ter feito algumas despesas com sua “modesta instalação”, que contava então com 40 escravos (**Anexo E**): “não gastei anualmente mais de £600 com a manutenção dos mesmos (incluindo, também, salário semanal, como se os mesmos fossem de aluguel) e ordenados de um administrador e de um feitor”.⁴⁵ Nenhum destes escravos arrematados por Eschwege, situados na faixa etária entre 32 e 70 anos viveu para trabalhar na mina quando esta se tornou inglesa em 1863. Talvez, apenas Ludovino Angola de 18 anos, caso não tenha falecido, fugido ou sido vendido, teria na ocasião 62 anos.

Na mina recém-adquirida, Eschwege fez importantes trabalhos de penetração no solo, instalou engenho com nove pilões de socamento hidráulico (**Figura 5**) com seu respectivo grande tanque de fornecimento de água, aperfeiçoou as ferramentas necessárias, utilizou rosários manuais e duas bombas de vinte palmos para esgotamento da água e estabeleceu o primeiro plano inclinado de lavra subterrânea, para cuja abertura os escravos

⁴⁰ Toda esta tramitação foi narrada pelo próprio ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 27-52.

⁴¹ Antes desta, foi editada a Lei de 16 de janeiro de 1817 para reger a constituição de uma sociedade para a exploração das lavras de Cuiabá – Cf. ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 18ss.

⁴² Id. Ibid., vol. 1, p. 46.

⁴³ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453 (1795), p. 87.

⁴⁴ ESCHWEGE, W. L. von. Notícias e reflexões estadísticas da província de Minas Gerais. In: *RAPM*. Ano IV, fascículos III e IV, jul. a dez. de 1899. Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1900, p. 757.

⁴⁵ Idem. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 82.

trabalharam dia e noite. O processo extrato-produtivo contava com tanques de decantação, bateias e uma mesa oscilante para a separação de minério. Diz o barão:

Todos os maquinismos que se encontravam em Ouro Preto fiz transportar ao local, onde construí ainda uma bateria de nove pilões - assentada junto dos lavadouros necessários - e moinhos para pedras, até então desconhecidos. Dei início, então, a uma profunda galeria, porque o serviço e o escoamento da água se haviam tornado difíceis e caros; enfim, tomei todas as providências para que o trabalho em poucos anos produzisse consideráveis lucros [...] Em abril de 1821 parti de Vila Rica [...] tive a satisfação de saber que o serviço até 1824 não só pagara as dívidas de que era responsável, ainda consideráveis, mas dava tanto lucro, que os acionistas haviam recebido a importância com que haviam entrado para a sociedade (...)⁴⁶.

Figura 5 - Pilão hidráulico. Fonte: PINTO, 1981, p. 119.

As razões políticas, administrativas e fiscais do insucesso de sua iniciativa podem ser encontradas na obra *Pluto Brasiliensis*.⁴⁷ cremos que não será de todo inútil repetir que a estadia de Eschwege em Minas ficou marcada pela obsessão em introduzir modernizações no processo extrativo do ouro que implicaria na redução do capital humano (escravos) e maior lucratividade face às técnicas adotadas por empreendimentos apegados às “antigas rotinas”. Fatigado por reiteradas recusas de proprietários que preferiam “gastar quatrocentos mil réis com a compra de um escravo, a dispender cem com a aquisição de maquinismos, que

⁴⁶ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 46.

⁴⁷ Id. Ibid. vol. 1, p. 195.

poupariam o serviço de dez escravos”⁴⁸ - como o que era feito na britagem e pulverização das rochas⁴⁹ - dá ele próprio o convincente exemplo em Passagem, transformando-a num modelo do prenúncio dos futuros imperativos exigidos pela mineração ao longo do século XIX em Minas Gerais.

No século XIX, o esgotamento do ouro aluvional exigia, cada vez mais, que os trabalhos de prospecção buscassem as jazidas primárias situadas a centenas de metros e até quilômetros de profundidade ainda intactas, inatingíveis com as técnicas e conhecimentos dos mineiros do século XVIII que não conseguiam solucionar de maneira eficaz e muitas vezes negligenciavam os serviços de drenagem, ventilação e escoramento. A exploração do minério aurífero das rochas matrizes, além de exigir pesadas inversões de capital, demandava rigorosos conhecimentos de geologia, química, física, engenharia, o emprego de mão-de-obra especializada (em geral estrangeira) e diversificadas instalações.

Com o avançar dos anos, a elevação dos custos de trabalho, dos materiais e o aumento da profundidade em que eram encontrados os veios, esta verdade torna-se axiomática. O experiente engenheiro de minas, Joaquim Candido da Costa Sena, afirmou em 1881: “hoje, com o aumento da profundidade, tornando-se indispensáveis instalações mais complicadas e dispendiosas, só podem ser empreendidos por companhias, ou particulares que disponham de fundos suficientes”.⁵⁰

Parece-nos exata a afirmação de Armand Bovet, segundo a qual “isso teve como consequência o terem as explorações importantes passado das mãos dos nacionais a companhias estrangeiras, em geral inglesas, que introduziram novos processos, explorando-as com sucesso variável”.⁵¹ De fato, este foi o destino de Passagem, Gongo Soco, Morro Velho, Sant’Anna e outras.

A iniciativa de Eschwege em Passagem faz recuar para as primeiras décadas do século XIX o surgimento daquela que seria a base de toda a mineração futura: avultado capital, conhecimento técnico-científico, administração racional-empresarial, maquinários modernos e mão-de-obra abundante. O elevado valor do ouro no mercado internacional fez de Passagem e de outras minas regidas pelos mesmos princípios científicos, empreendimentos lucrativos em boa parte de sua história.

⁴⁸ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 171.

⁴⁹ Sobre o emprego desta técnica na primeira metade do século XIX, veja o próprio ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 191s. Para sua permanência na segunda metade deste século na extração do ouro e do ferro, consulte SENA, Joaquim Candido da Costa. Viagem de Estudos Metallurgicos no centro da província de Minas. In: *AEMOP*. 1881, n. 1, p. 116 e BOVET, Armando de. A indústria mineral na província de Minas Gerais. In: *AEMOP*. 1883, n. 2, p. 62.

⁵⁰ SENA, Joaquim Candido da Costa. Op. cit. 1881, p. 117.

⁵¹ BOVET, Armand. Op. cit. 1883, p. 64.

3 Impressões dos viajantes europeus sobre Passagem e a mina (1816-1851)

Diversos viajantes, por diferentes motivos, teceram comentários sobre o arraial e/ou visitaram a mina pouco anterior, durante e depois do período em que esteve sob a direção de Eschwege. Diferentes nacionalidades, interesses, profissões, formações sócio-culturais produziram discrepantes visões sobre a realidade observada. Alguns deixaram relatos superficiais, enquanto outros legaram maiores detalhes. Embora tenham se dedicado primordialmente aos aspectos técnicos, ofereceram dados reveladores sobre o contexto histórico, econômico e social de então, e sobre os primeiros passos das profundas transformações que o alargamento da atividade mineratória começava a provocar na localidade. Permitem ainda traçar o paralelo entre o cenário do período “pré-companhias estrangeiras” e aquele posterior a esta iniciativa.

Lamentavelmente, John Mawe em 1809, George Wilhelm Freyreiss em 1814 e Francis De La Porte Castelnau em 1843 passaram por Mariana e nada comentaram sobre o distrito de Passagem. As observações deixadas pelo naturalista Charles James Fox Bunbury em 1834 e pelo zoólogo Herman Burmeister em 1851 referem-se superficialmente à paisagem local e, por esse motivo, não foram aqui consideradas.

O primeiro viajante a registrar informações consistentes sobre o arraial foi **Saint-Hilaire**. O naturalista francês, em 1817, anotou que Passagem era um “povoado de pouca importância situado sobre a encosta dos morros, e que tem uma capela dependente da paróquia de Mariana”. A alteração da paisagem motivada pela necessidade de provimento de água aos trabalhos da mina foi o aspecto que mais despertou sua atenção:

um desses aquedutos rústicos que os mineradores constroem para conduzir água, às vezes de muito longe, até suas lavagens. Esses aquedutos, que consistem simplesmente em condutos de madeira descobertos e suportados por longos esteios, formam, às vezes, como o de Passagem, curvaturas bastante largas, e produzem na paisagem um efeito bastante decorativo.⁵²

Em 1818, o comerciante inglês **John Luccock** viu Passagem como uma “aldeia de cerca de cento e cinquenta casas”. Indicaram-lhe “um ponto bem no cume de um morro que ali se inclina para o norte, que é tido por ter sido um dos mais ricos do Brasil”. Quanto às técnicas de mineração ali adotadas assevera que “foi conduzida em larga escala, como também por processos que, embora imperfeitos, se colocam entre os melhores e mais

⁵² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 2000, p. 78.

geralmente adotados nesta parte do continente”.⁵³ Contemplou o local e ouviu das pessoas relatos sobre a quantidade de ouro ali recolhida e, por isso, indagou para onde tinha ido todo esse tesouro, onde estavam seus afortunados donos e onde estavam os permanentes sinais de seu sucesso. Responderam-lhe que “foram-se e nada mais resta”. Perguntou então, porque esta gente não cultivou o solo e que se assim o tivessem feito, a família estaria rica embora soubesse que “a procura do ouro é verdadeira mania e geralmente incurável”.

Ciceroneados pelo compatriota Eschwege, o zoólogo **Spix** e o botânico **Martius** visitaram Vila Rica em 1818. Uma légua depois da capital atravessaram o

grande arraial da Passagem, cujos habitantes, em geral, vivem das plantações e vitualhas que vendem na capital. Antes eram as minas de ouro deste lugar muito produtivas, sobretudo a do morro de Santo Antonio, onde este santo tem uma capela votiva; agora, porém, quase não existe indústria alguma ali.⁵⁴

Isto indica que os moradores de Passagem se voltaram para a agricultura após redução da atividade extrativa anteriormente realizada no leito do rio e no morro de Santo Antônio, assim como ocorreu em outras localidades mineradoras que acomodaram a força de trabalho livre e escrava em atividades primárias na primeira metade do século XIX.

Em dezembro de 1820, foi a vez do médico, mineralogista e botânico austríaco **Johann Emanuel Pohl**. Após atravessar o morro de Santo Antônio alcançou “o pequeno Arraial de Passagem, onde outrora havia muitas lavras de ouro”. Contudo, sua veia de mineralogista impediu que as impressões se reduzissem a estas poucas linhas. Pohl visitou a Mina do Fundão situada ao pé do morro de Santo Antônio e teceu importantes observações sobre a organização do trabalho, a técnica extrativa, o uso da mão-de-obra escrava e revelou o curioso artifício usado no desmonte da rocha:

Para fazer o buraco onde se põe o explosivo, usa-se um furador raiado e, para a explosão, emprega-se um cartucho curiosíssimo. Trata-se de uma camisa de milho, fechada, cheia de pólvora até à metade, sendo o resto completado com serragem bem comprimida. Dela sai um rastilho de palha de milho, que representa o estopim da escorva usada entre nós. Considera-se esse tipo de cartucho não só mais eficiente e econômico de pólvora, como também, pelo emprego do rastilho, muito menos perigoso.⁵⁵

⁵³ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Prof. Milton da Silva Rodrigues. Apresentação de Mário G Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 339.

⁵⁴ SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lucia Furquim Lahmayer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 329.

⁵⁵ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênia Amado. Apresentação e notas Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 402.

Nesta ocasião a mina empregava “quarenta mineiros” que percebiam a remuneração diária de “doze vinténs e, às vezes, mais”. Diz que o minério era retirado da mina em “bateias [certamente, carumbés] que os trabalhadores trazem na cabeça ou que vão passando uns para os outros”. Munido da típica visão estereotipada européia, diz que eles não gostam de usar os carros “porque a sua preguiça inata se recusa a executar um trabalho com rapidez, quando é possível fazê-lo lentamente”. Por isso, somente coagidos por meio de ameaças foi possível fazê-los usar os carros. A tarefa que então desempenhavam era a de aplinar e drenar a galeria com uso do engenho hidráulico.⁵⁶

Nesta fase, o engenhoso espírito de Eschwege tencionava introduzir outras inovações na mina, como uma bomba hidráulica e “carros rolantes sobre trilhos de madeira, puxados por um cabrestante, para a condução do minério”. Mas, os avanços técnicos não paravam aí. A mina contava também com um “tanque forrado de pano grosseiro, considerado mais eficiente que o anteriormente usado no País, revestido de couro de boi” na lavagem da areia aurífera que, depois deste processo, passava por “vários receptáculos em série, nos quais de novo é colhido o ouro arrastado na lavagem”. Segue-se nova trituração em moinho de pedra, lavagem (feita em grandes bateias quando usa-se o sumo espremido de ervas para fazer baixar as partículas mais finas que ainda flutuam na água) e secagem final sobre fogo de carvão, após a qual, a coleta diária era guardada “num recipiente próprio, bem fechado”.⁵⁷

Ao longo de seis meses extraiu-se 583 gramas de ouro que foram pesadas na presença do governador. Este volume, segundo Pohl, “não daria para estimular os donos de minas, com o seu sistema de exploração menos complicado e dispendioso, a imitarem esta mina estabelecida de acordo com as regras da arte”.⁵⁸

A chegada do mineralogista inglês **Alexander Caldcleugh** à mina ocorreu em setembro de 1821, conduzido pelo próprio administrador da companhia, o Capitão Penna. O quadro funcional estava composto por três capatazes e trinta e oito negros. Os negócios “tem apenas coberto as despesas, e os sócios não dividem nada”. A trituração do minério era feita pelo moinho de nove pilões e, depois, pulverizado entre duas chapas horizontais de ferro. Ambos eram movidos à água. Diz que os diretores pretendiam “erguer uma fornalha para torrar o minério, pois acreditava-se que o ouro, em alguns casos, existia num estado de combinação química”. A forja, a casa dos capatazes e a dos escravos ficavam atrás do engenho. Ao descer na mina percebeu que havia muita umidade “por causa de algumas

⁵⁶ Id. Ibid., p. 402.

⁵⁷ Id. Ibid., p. 402.

⁵⁸ Id. Ibid., p. 403.

bombas (macacos) terem se estragado”. O transporte do minério ainda era levado ao moinho em bateias colocadas sobre a cabeça dos negros. De volta à casa, o capataz mostrou-lhe algumas plantas “cujo sumo se espreme nas bateias contendo ouro para levar as partículas mais leves para o fundo”. A preferida para isso era a “itambamba”, cujas folhas “tinham um gosto amargo e eram grudentas ao toque”.⁵⁹

Outro naturalista que visitou Passagem por volta de 1840 foi o escocês **George Gardner**. Ao cruzar Passagem, comentou: “a estrada corta o pequeno Arraial da Passagem, cujos habitantes outrora viviam da lavagem do ouro, mas agora, extintas as minas, se ocupam na plantação de gêneros alimentícios, de fácil venda em Ouro Preto”.⁶⁰ Nesta época a mina estava inativa.

Sem dúvida alguma, o somatório de todas as inovações técnicas introduzidas pela *Sociedade Mineralógica da Passagem* representa grande salto qualitativo na história da mineração brasileira. Nota-se que Eschwege mesclava técnicas e instrumentos “obsoletos” (bateia, carumbé, precipitação do ouro sobrenadante por meio de ervas) e “modernos” (carros-de-mão, substituição do couro pelo tecido, pulverizador de ferro). Embora tenha promovido a introdução de maquinismos hidráulicos capazes de reduzir a dependência frente ao homem, a principal força-motriz ainda continuava sendo o braço escravo. Se em 1820 foram introduzidos, coercitivamente, os carros para transporte e remoção do minério, em 1821 o carumbé continuava sendo usado, provavelmente por sua facilidade de chegar aos pontos onde ainda não havia trilhos. Os novos instrumentos não eliminam da noite para o dia, nem de um ano para outro, os mais antigos.

É importante observar ainda dois aspectos relacionados à tecnologia extrativa no desmonte e à organização da mão-de-obra nesta fase. Primeiro, o desmonte no subterrâneo era feito com um furador manual usado para abrir os buracos onde se colocavam os cartuchos de pólvora que eram acesos por meio de um rastilho, mostrando haver ao mesmo tempo preocupação com a eficiência, economia e segurança dos trabalhadores. Segundo, a casa dos escravos ficava atrás do engenho, ao lado da qual estava a dos capatazes. De um só golpe a direção da empresa situou a mão-de-obra e a vigilância dentro do próprio local de trabalho.

⁵⁹ CALDCLEUGH, Alexander. *Viagens na América do Sul*: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil. Tradução e ensaio introdutório Julio Jeha. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 2000, p. 135s.

⁶⁰ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. Milton Amado. Apresentação de Mario G. Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1975, p. 228.

4 A mineração aurífera em Minas Gerais no século XIX: o olhar inglês

“Nas minas, como nas estradas de ferro, a causa do fracasso, repito, está, não nos brasileiros, mas em nós” (BURTON, 1976, p. 186).

A penetração da influência política, material, ideológica, cultural, tecnológica e financeira dos ingleses na vida social brasileira possui marco divisor preciso: a transferência da família real em 1808 feita sob a égide da marinha britânica. Sérgio Buarque de Holanda acredita que disso resultou novo estatuto para a antiga colônia, o fim de sua “condição de menoridade”.⁶¹ A partir desse novo *status*, verificou-se a abertura dos portos pela Carta Régia de 28 de fevereiro de 1810 enquanto contrapartida aos “benefícios” ingleses.

A abertura dos portos representou a chance de negócios rentáveis para as nações européias em diversos setores da economia e o franqueamento de infinitas possibilidades para profissionais de diferentes países: comerciantes, agricultores, padeiros, marceneiros, artistas, naturalistas, engenheiros e mineiros. Para Olga Pantaleão, o século XIX, sobretudo em sua primeira metade, foi no Brasil “o século inglês por excelência”.⁶²

Ao longo do século XIX, a Inglaterra agiu como verdadeiro aríete das barreiras coloniais derrubando-as pela diplomacia, pelos encantos da libra ou mesmo pelo uso da *ultra ratio regis*. Esta profunda transformação faz parte do processo de expansão do capitalismo rumo às mais diferentes e remotas regiões do globo fornecedoras de matéria-prima (de que a mineração de ouro faz parte, pois é ao mesmo tempo mercadoria-dinheiro),⁶³ mercado consumidor de seus produtos industrializados e áreas de inversão de capitais. Vias férreas, comunicação, eletricidade, instituições bancárias e mineração eram promissores campos de geração de lucro aos capitalistas do *ante-bellum*.

Em termos político-ideológicos, o liberalismo havia saltado das mentes dos filósofos e economistas e das páginas dos livros tocando a prática. Barreiras aduaneiras caíram, reis foram depostos ou tiveram seus poderes limitados, privilégios foram suspensos, leis modernas foram promulgadas. O vento do *laissez-faire*, *laissez-passer* soprava com força as ondas da economia mundial.

⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio B de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, t. II, v.1, 1993, p. 11.

⁶² PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. 1993, p. 65.

⁶³ Sobre o papel do ouro no mercado veja: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história: 1450-1920*. Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980, p. 21.

O século XIX foi para o Brasil época de profundas mudanças, mas também de sólidas permanências de aspectos essenciais como a escravidão, analfabetismo, pobreza e exclusão da maioria. A vinda da família real e da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro trouxe inúmeras modificações para a política interna e externa, para a administração do Estado e gerência econômica, assim como para a cultura e hábitos sociais mais comezinhos.

Foi neste século, na esteira das grandes transformações abertas no ano de 1808, que também se verificou a mudança da política estatal no que tange às riquezas do subsolo - embora se mantivesse o direito real *ad inferos* e o sistema tributário ficou praticamente inalterado até a República, quando o direito de propriedade do solo passa a se estender ao do subsolo. Embora os portos tenham sido abertos às nações estrangeiras desde a primeira década do século dezenove, faltava ainda abrir as bocas das minas aos investidores estrangeiros, principalmente ingleses.

Por outro lado, há uma lacuna entre a constatação de que as minas podiam ser exploradas apenas por companhias e o fato de terem sido abarcadas em sua quase totalidade por companhias inglesas. Fatores como os elencados por Armand Bovet como a “repugnância que têm os habitantes da província de fazer despesas consideráveis e prolongadas, que só devem ser remuneradas em futuro mais ou menos remoto”⁶⁴ ou por Eschwege que enfatizou o apego à rotina, não explicam as verdadeiras razões que devem ser buscadas na política econômica e nas relações diplomáticas estabelecidas pelo governo brasileiro com S.M.B. que franqueou aos britânicos diversos setores da economia brasileira ao longo do século XIX.

A penetração de capital estrangeiro na mineração somente foi possível, pela primeira vez na história do Brasil, devido à mudança promovida pela Independência e, sobretudo, pela Constituição de 1824 no que toca à exploração das riquezas do subsolo, bem como a substituição do Quinto por taxas.

A primeira empresa inglesa de extração aurífera a se estabelecer em Minas Gerais foi a *Imperial Brazilian Mining Association* no ano de 1824. Cinco anos depois surge o **Decreto Imperial de 27 de janeiro de 1829 (Anexo D, n. 34)** pelo qual ficava permitida a associação de estrangeiros e brasileiros (que não precisavam mais de autorização para minerar em terras de sua propriedade) para a exploração de minas no Brasil. De 1824 a 1898 foram instaladas 18 companhias inglesas em Minas Gerais.⁶⁵

⁶⁴ BOVET, Armand. Op. cit. 1883, p. 111.

⁶⁵ São as seguintes: Imperial Brazilian Mining Association – Gongo Soco/Santa Bárbara (1824-56), General Mining Association - São José d'el Rei (1827-?), St. John d'el Rey Mining Company Limited – Morro Velho (1830-1960), Brazilian Company Limited – Cata Branca/Itabira do Campo (1833-44), National Brazilian Mining Association - Barão de Cocais (1833-1846), Serra da Candonga Gold Mining Company Limited - Serra da

J. F. Rippy atribui à maior estabilidade política brasileira verificada nos sessenta anos seguintes a 1824 a principal razão do grande influxo de capitais britânicos para o Brasil. “Maior estabilidade”, neste contexto, deve ser entendida como o aferimento de maiores vantagens contratuais para a criação de empresas em solo brasileiro.⁶⁶

Em termos político-ideológicos, foram travados diversos combates no Parlamento sobre estes novos direitos. A posição vitoriosa foi, ao término, a de abertura de concessões. A própria Escola de Minas de Ouro Preto, fundada na segunda metade do século XIX, deve ser vista como verdadeiro baluarte, erigido *cum mente et maleo*, da consolidação da vertente que preconizava os benefícios que estrangeiros eivados de práticas e mentalidade científicas trariam para o setor minerador.

Por estes fatores, Louis Lombard entendeu que, a partir de então, foi aberta a “era moderna” da mineração no Brasil. Moderna, pois as explorações feitas pelas companhias ou sociedades organizadas “foram sempre dirigidas pelos sistemas modernos mais conhecidos da época e nas jazidas origens do ouro, facto este que caracteriza bem o período que continua ainda hoje nas mesmas condições”.⁶⁷ Sua plenitude, ainda de acordo com este engenheiro-geólogo, foi atingida com a abolição da escravatura, golpeando de morte a rotina dos processos inadequados.

Modernização que, lentamente, veio acompanhada dos elementos infra-estruturais facilitadores da mesma (estradas, urbanização, ferrovias e comunicação) e rapidamente daqueles que a sustentavam (força de trabalho, mudanças legais e tráfico de influências). Assim, as minas inglesas se transformaram em ilhas de modernidade inseridas num oceano agrícola-manufatureiro das Minas Gerais oitocentista. Modernas mas que se serviram do trabalho escravo enquanto foi possível, mesmo que nele tentasse imprimir novos padrões de

Candonga/Serro (1834-?), East Del Rey Mining Company Limited - Morro das Almas (1861-1876), Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company Limited - Morro de Sant'Anna e Maquiné/Mariana (1862-1896), Santa Bárbara Gold Mining Company Limited - Pari (1862-1898), Anglo-Brazilian Gold Mining Company Limited - Passagem de Mariana (1863-1883), Roça Grande Brazilian Gold Mining Company - Roça Grande (1864-?), Anglo-Brazilian Gold Syndicate Limited - Itabira (1868-1874), Brazilian Consols Gold Mining Company - Taquara Queimada/Mariana (1873-1875), Pitangui Gold Mines Limited - Pitangui (1876-1887), Brazilian Gold Mines Company Limited - Descoberto (1880-1887), The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited - Passagem de Mariana (1884-1927), São José D'el Rey Gold Mining Company Limited - Caçula (1886-?), São Bento Gold Estates Limited - São Bento (1898-1905). Extraído de EAKIN, Marshall C. *British enterprise in Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*. Duke University Press. Durham and London, 1989, p. 17.

⁶⁶ RIPPY, J. F. *The evolution of international business (1800-1945): british investments in Latin America, 1922-1949*. London: Routledge, 2000, p. 150. Apud SOUZA, Tânia M. Ferreira de. Op. cit. 2002, p. 65.

⁶⁷ LOMBARD, Louis. A mineração nos municípios de S. João D'El Rey, Tiradentes e Prados no Estado de Minas Geraes. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de julho de 1894 (b), Anno I, n. 10, p. 243.

comportamento tipicamente industriais (eficiência, diligência, disciplina, racionalidade, cooperação e frugalidade).

Myriam Ellis cita as quatro principais fontes do discurso decadentista da sociedade mineira da primeira metade do século XIX.⁶⁸ A eles podemos acrescentar a obra *Pluto brasiliensis* de Eschwege (aquele que mais influenciou as futuras gerações), os textos dos viajantes de maneira geral, os dados estatístico-tributários, os discursos dos camaristas de diversas cidades, as *Fallas* dos presidentes da Província, os memorialistas e autores da envergadura de Domingos Vandelli e Paul Ferrand, este já no último quartel do oitocentos.⁶⁹

Acreditar cegamente na tese da decadência e que ela se arrastou por longas décadas do século XIX é crer e repetir a superada tese de que a economia mineira era regida prioritariamente pela mineração aurífera desde o século XVIII, embora o ouro tenha sido a principal força centrípeta para o povoamento da região. Sabe-se hoje que isto é impreciso, pois desde os primórdios, muitos mineiros acumularam suas riquezas através da integração de atividades agro-pastoris, comerciais, financeiras e ofícios urbanos. Uma detida observação na estrutura de posse dos Inconfidentes de Minas Gerais já seria suficiente para ratificar esta certeza.⁷⁰

Alguns autores chegam ao ponto de responsabilizar o predatório “modo de produção escravista colonial” pela decadência volumétrica da extração aurífera, como se fatores pertinentes à agricultura pudessem ser aplicados para explicar problemas referentes a uma atividade econômica diametralmente oposta a ela. É o que fez Silvia F. de M. Figuerôa. Assim ela explica a crise:

Tal situação explica-se à luz da lógica de exploração econômica mercantil-escravista do antigo sistema colonial, onde a produção se processa em meio a condições de escassez de capital e abundância do fator terra, crescendo extensivamente, isto é, por

⁶⁸ ELLIS, Myriam. Estudo sobre a decadência das minas, através de um documento. In: *Revista de História*. São Paulo, 1967. As fontes consideradas são: *Memória sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais*, escrita por José Eloi Ottoni (1798); *Informação da capitania de Minas Gerais* de Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire (1805); *Exposição do governador D. Rodrigo Jozé de Menezes sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meio de remedial-o*; *Memória Q' Je. Mel de Seqra. Presbe. Secular Professor Real da Filosofia Racal. E Moral da Va. de Cuyabá acadêmico da Rl. Academia das Sciencias de Lxa. Enviou a Mma. Academia sobre a Decadência actual das três capitanias de Minas e os meios d'a reparar; no anno de 1802*.

⁶⁹ Os dados estatísticos tributários entre 1700-1820 foram sintetizados por ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 203. Os discursos dos camaristas podem ser encontrados no *Arquivo Público Mineiro*. Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Colônia e Província (1712-1866) e Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana (1705-1885). As *Fallas* dos Presidentes da Província de Minas Gerais estão disponíveis in: www.crl.edu/content/brazil/mina.html.

⁷⁰ Veja, por exemplo, BOSHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Imprensa Oficial, 2002, p. 57-65. Cf também FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da inconfidência mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Capítulo 2 – Fragmentos (Lavras, finanças, ofícios e roças).

agregação de novas unidades com a mesma composição de fatores. E como não reinveste em escala crescente, mas apenas repõe e agrega, dilapida a natureza. A economia colonial, escravista e mercantil é, portanto, uma economia predatória e, neste sentido, a expansão colonial tinha limites naturais: o esgotamento dos recursos dilapidados pelo modo de produção.⁷¹

Ora, no caso da mineração, por se tratar de um recurso natural não renovável, o esgotamento não depende deste ou daquele modo de produção, desta ou daquela relação social de trabalho (escravismo antigo, servidão, escravismo moderno ou assalariada), tampouco da “escassez de capital” ou da “abundância do fator terra”. O importante não é a terra, mas o potencial da jazida e, assim, o capital nada vale quando o teor ouro/rocha decai a níveis não lucrativos. Em todo tempo e lugar o ouro acabou ou acabará, independentemente da forma como foi explotado. Mesmo que ele seja extraído da forma menos predatória possível, ele acabará, ou tornar-se-á financeiramente inviável mais cedo ou mais tarde.

Roberto Borges Martins confirma o decréscimo da atividade mineradora no início e meados do século XIX. Para ele, Minas não podia ser mais considerada como uma economia mineradora, pois “a produção de ouro, que atingira uma média anual de 10.036 quilos em 1736-51, declinou drasticamente na segunda metade do século, alcançando apenas 1.833 quilos por ano no período 1801-20”. Além disso, argumenta que “os centros mineradores estavam parcialmente desertos e a população tinha se dispersado pela zona rural, dedicando-se principalmente, à agricultura e à pecuária”.⁷² Sob este ponto do vista, o problema central residia na vertiginosa queda da tonelagem de ouro extraída, na migração da força de trabalho e capital para outros setores econômicos (agropecuária) e regiões (principalmente o sul de Minas) e a consequente redução do imposto devido.

De fato, diversas lavras e minas foram abandonadas em virtude da migração dos proprietários para setores produtivos mais rentáveis como a agropecuária, além de oferecer menos perigos aos escravos. Assim foi, por exemplo, o caso de Campanha da Princesa na segunda década do século XIX, quando muitos mineradores passaram a investir na cultura do fumo, milho e criação de suínos, “especialm.e depois que a Corte se acha na Cidade do Rio de Janeiro”.⁷³

⁷¹ FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX). In: *América Latina en la Historia Económica*. N. 1, enero-junio de 1994, p. 43.

⁷² Ambas as citações in: MARTINS, Roberto Borges. *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980, p. 6. Mimeo.

⁷³ Resposta que dá a Câmara da Villa da Camp.a da Princêza aos – Quezitos – remetidos por off.o de 23 de junho de 1825, p.r ordem do Exmo. Conselho acerca dos objetos abaixo relacionados. O quesito 14º indagava “Se há Minas, de que, e se estão em effectiva laboreação”. In: *RAPM*. Anno I, fasc. 1º, jan. a mar. 1896, p. 629.

Robert W. Slenes desfere acuradas críticas ao texto de Amílcar Martins Filho e Roberto B. Martins.⁷⁴ Frisa que, ao contrário do que eles argumentaram, a economia mineira estava vinculada à “economia exportadora” com diversos efeitos multiplicadores sobre a economia local. Embora não rejeite o quadro traçado por estes autores referente à primeira metade do século XIX, diz que é necessário “reavaliar o ritmo, a localização no espaço e a profundidade de tal decadência”.⁷⁵

Não obstante, a conjuntura econômica da segunda metade do século XIX, quando a maioria das mineradoras inglesas estava em plena atividade, a agropecuária, alguns empreendimentos fabris e a ferrovia avançavam, o contingente mancipio e livres crescia (embora ainda não totalmente disciplinada) já apontava sensíveis diferenças (**tabela 1**).

Tabela 1 - População por condição/Província de Minas Gerais
(números absolutos: 1831-1872)

Regiões	1831-1840		1854-1857		1872	
	Livre	Escrava	Livre	Escrava	Livre	Escrava
Metalúrgica/Mantiqueira	15.875	9121	172283	63261	383601	90148
Província	75477	34384	714939	246643	1669276	370459
Totais	109861		961582		2039735	

Fonte: Adaptado de LIBBY, 1988, p. 367.

Nesta fase, a mineração tinha maior importância que aquela jogada na primeira metade, embora inferior à do século XVIII. É por demais desarmônico comparar o volume de ouro (sobretudo o secundário) extraído no decorrer do século XVIII disponibilizado pela milenar ação da natureza que o lançou nos ribeiros com o ouro primário apurado por meio de novas tecnologias em, aproximadamente, apenas meio século.

Slenes apresenta o valor *per capita* das exportações de Minas Gerais entre 1819 e 1870. Observa-se o progressivo aumento do valor do ouro exportado decaindo em 1854, mas até 1873, ainda mantinha-se acima do registrado em 1819 - **Tabela 2**.

⁷⁴ MARTINS FILHO, Amílcar; MARTINS, Roberto B. Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais Revisited. In: *Hispanic American Historical Review*. Vol. 63, n. 3, agosto de 1983, p. 537-568. A crítica de Robert W. Slenes foi publicada no mesmo número à p. 582-584 sob o título Comments on ‘slavery in a nonexport economy’.

⁷⁵ SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: *Cadernos IFCH*. Campinas: UNICAMP, 1985, p. 63.

Tabela 2 - Minas Gerais: valor per capita das exportações (1819-1873)

Ano	Ouro
1819	\$330
1845	2\$100
1854	1\$480
1873	\$800

Fonte: Adaptado de SLENES, 1985, p. 48.

Isto se explica, pois nesta fase, segunda metade do século XIX,

a mineração de ouro foi cada vez mais dominada por companhias inglesas, adquirindo características de uma economia de enclave. Isto é, a quantidade de mão-de-obra que ela utilizava provavelmente diminuiu, devido à introdução de novas técnicas de organização e de uma tecnologia melhor, e mais e mais certos gastos (por exemplo, em equipamentos) se faziam no exterior, e os lucros eram remetidos para a Inglaterra.⁷⁶

Foi este grande volume de ouro e diamantes extraídos nesta fase da história da mineração que, segundo ele, deu a Minas “a capacidade de importar que os Martins querem negar à província”.⁷⁷ Fica evidente a grande importância que Slenes atribui à mineração (então controlada por companhias inglesas) na segunda metade do século XIX para a economia de Minas. Notemos que a nova e avançada tecnologia, os métodos administrativos e de divisão do trabalho permaneceram largamente associados ao trabalho escravo até 1888.

Dentre os argumentos apresentados pelo autor cabe-nos apenas uma ressalva. Diz ele que a quantidade de mão-de-obra “provavelmente diminuiu, devido à introdução de novas técnicas de organização e de uma tecnologia melhor”. Pelo contrário, as novas técnicas e máquinas, por aumentarem o volume de minério extraído do subsolo elevaram, e muito, o contingente absoluto de trabalhadores nas companhias inglesas, decaindo o número relativo (aquele que seria necessário considerando-se, hipoteticamente, a ausência desta tecnologia para extrair o mesmo volume). Douglas Libby exemplifica que “a título comparativo, sem as técnicas novas, a produção de minério reduzido na Mina de Morro Velho do ano de 1856 teria demandado o emprego de 5.056 escravos, enquanto o número de cativos utilizados no departamento de redução não ultrapassou 370 naquele ano”.⁷⁸ Tendência que se manteve até o século XX. A **Tabela 3** apresenta a evolução do quadro funcional da Mina da Passagem sem

⁷⁶ Id. Ibid., p. 49.

⁷⁷ Id. Ibid., p. 41.

⁷⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 264.

distinção das condições sociais (livre ou cativo), gênero, faixa etária e nacionalidade (embora os imigrantes representassem 50% da mão-de-obra da companhia em 1897).

Tabela 3 - Força de trabalho da Mina da Passagem (1867-1917)

<i>Ano</i>	Total
1867	380 a 400
1893	433
1897	880
1914	1114
1915	1400
1916	1375
1917	1230

Fonte: Elaboração própria.

O mesmo ocorreu com as outras companhias inglesas. O número total oscilou, para cima e para baixo de acordo com seu estágio de incremento tecnológico, acidentes graves que levaram à paralisação das atividades e marcha para a falência que, mesmo assim, pode se manter acima do número de trabalhadores, quando de sua fundação.

Em economia, a pujança de setores extrativos se mede também por seu potencial, inclusive quando se trata de recursos naturais não renováveis como o ouro. Embora não se possa negar que tenha ocorrido queda dos índices tributários, da mão-de-obra relativa (quando comparado com o século XVIII) ocupada no setor e dos índices de extração, toneladas de ouro ainda jaziam no subsolo “à espera” de novas tecnologias para serem extraídas. Em outras palavras, o ouro, enquanto capital, ainda era capaz de gerar riqueza, movimentar a economia e aguçar os espíritos especulativos, sobretudo na Europa. Pierre Vilar assim se pronuncia sobre esta característica especulativa em relação ao ouro brasileiro: “pode-se pensar que o ouro das minas não está na origem da expansão comercial, que é anterior aos descobrimentos; mas só a esperança do descobrimento já é uma atração e quando intervém o ouro, o impulso se confirma e a economia se consolida”.⁷⁹ Este efeito “psicológico”/especulativo do ouro exerceu poderoso papel na movimentação demográfica e no incremento do comércio (inclusive de escravos).

Portanto, sob este ponto de vista, sob o olhar inglês, Minas Gerais no século XIX continuava sendo uma “economia mineradora”, uma zona potencialmente rica e não decadente. Não se trata de contar com o lucro antes que seja contabilizado, mas de observar que diversos esforços e capitais vinham sendo encetados para colhê-lo. Em suma, o ouro não estava esgotado. O que estava esgotado era o *know-how* português/africano, incapaz de extrair

⁷⁹ VILAR, Pierre. Op. cit. 1980, p. 283.

o ouro das rochas matrizes instaladas a grandes profundidades de maneira segura, rápida, eficaz e lucrativa.

Louis Lombard assim comentou sobre esta conjuntura: “pela historia conhecida da mineração na província de Minas, no século passado [XVIII], sabemos que nem todas as explorações pararam por ter-se esgotado as jazidas auríferas nos pontos minerados”.⁸⁰ Para os investidores e especuladores ingleses o que contava era este potencial “abandonado”, é ele a medida da riqueza a ser explorada; ou seja, Minas continuava sendo verdadeira mina de ouro, uma região potencialmente rica e promissora. Ao contrário do que o senso comum acredita, a Coroa portuguesa conhecia muito bem este potencial. José Vieira Couto deixara isto bastante claro através de sua obra datada de 1799, aliás, encomendada pela própria Rainha.⁸¹ Os ingleses também tinham este conhecimento, afinal diversos viajantes deixaram isso bastante claro. Vejamos:

Os arautos ingleses do liberalismo repetem no século XIX as mesmas virtudes da terra ressaltadas pelos propagandistas do povoamento brasileiro no século XVI: a fertilidade do solo, o clima ameno e a hospitalidade do povo – apesar de sua conhecida indolência, acrescido agora das esperanças comerciais e industriais. Nas palavras de Southey: “‘The times are south-american mad’” – para os ingleses, frise-se.⁸²

As obras de John Mawe e de John Luccock, que visitaram o Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, exerceram influência determinante para aguçar o interesse inglês pelo ouro de Minas Gerais.⁸³ Este último alardeia que “sendo o ouro produto tão copioso de quase todas as partes deste país, é visto em grande abundância, tanto sob a forma de pó como de barras”.⁸⁴ A isto Eschwege acrescentou que

Pode concluir-se que o Brasil encerra ainda formidáveis tesouros em seu subsolo e que um vasto campo de trabalho haverá ainda para os vindouros. Nada, porém, se deverá esperar enquanto os serviços não forem realizados em bases seguras por companhias de mineração bem administradas e não forem promulgadas leis mais oportunas.⁸⁵

⁸⁰ LOMBARD, Louis. Op. cit. 1894(b), p. 243.

⁸¹ COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania de Minas Gerais*; seu território, clima e produções metálicas. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

⁸² Apud CAMPOS, Pedro Moacy. *Imagens do Brasil no velho mundo*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. t.II, v.1, 1993, p. 49.

⁸³ Veja: MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Selena B. Viana. Prefácio Mário G. Ferri. Introdução e notas Clado R. Lessa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1978 e LUCOCK, John. Op. cit. 1975.

⁸⁴ LUCOCK, John. Op. cit. 1975, p. 280.

⁸⁵ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, p. 179.

Roberto B. Martins reconhece que a entrada em atividade das companhias estrangeiras após a independência injetou novo ânimo à empresa aurífera, elevando a produção de 1.635 quilos do período compreendido entre 1821-60 para 2.174 entre 1860-84.⁸⁶ É verdade que muitos destes empreendimentos foram efêmeros e poucos bem sucedidos, como Morro Velho e Passagem. Mas, até mesmo nisso, Marshall Eakin⁸⁷ entende que o Brasil não foi uma exceção na onda de fracassos nas aventuras mineratórias espalhadas pelo globo. Fracassaram, pois muitos investidores estavam mais interessados em especulação que em prospecção propriamente dita.

Observador contemporâneo destes acontecimentos, Francisco de Paula Oliveira acrescenta outros elementos que, para ele, explicam a falência das empresas inglesas: “devido principalmente a moldarem ellas as suas despesas pelas de Gongo Socco, sem economia, construindo palácios, egreja, casas luxuosas, machinismos, etc.”⁸⁸ Em outro texto, adiciona também que estas companhias eram “organizadas em geral com capital insuficiente e dando preços fabulosos por minas ainda pouco estudadas e que não poderiam dar lucros immediatos (...) falta de constancia e tenacidade dos seus administradores”.⁸⁹

É imprescindível desmistificar também a repisada tese do “atraso tecnológico” da atividade aurífera de Minas nos séculos XVIII e XIX. Frisemos que, de maneira geral, todas as minas (de ouro, prata, hulha, estanho e outros minerais) da Europa, América espanhola e inclusive do Oriente no século XVIII não adotavam técnicas extrativas e maquinários mais avançados que aqueles aplicados na América portuguesa no mesmo período.⁹⁰

Quanto às minas de ouro, todas eram incapazes de conter, de maneira satisfatória e ágil, os problemas naturais das lavras de subsolo e de apurar com eficácia o ouro flutuante com o fito de reduzir ao máximo o teor de perda. Desmoronamentos, explosões de grisú e alagamentos eram corriqueiros. As ferramentas manuais não foram abandonadas de imediato (a bateia, p. ex., foi usada até o século XX nas empresas mineradoras do Brasil; o couro de boi só foi abolido em Morro Velho em 1880), a força motriz dependia dos homens e animais; a iluminação, oxigenação e controle da temperatura eram precários; os conhecimentos científicos não eram ainda largamente disseminados. Quando Paul Sébillot escreveu sua obra

⁸⁶ Segundo FERRAND (1998, p. 27): “entre 1826 e 1886, foram gerados cerca de 82 toneladas de ouro, isto é, aproximadamente 1,37 toneladas anuais. Em contraposição, entre 1700 e 1820 produziram-se 4,46 toneladas anuais”.

⁸⁷ EAKIN, Marshall C. Op. cit. 1989, p. 2ss.

⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco de Paula. Valor das jazidas metallíferas no Brazil: Estado de Minas. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de dezembro de 1893. Anno I, n. 3, p. 68.

⁸⁹ Idem. A pequena industria extractiva mineral. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de janeiro de 1894 (b). Anno I, n. 4, p. 93.

⁹⁰ Cf. RICKARD, T. A. *L'homme et les metaux*. Trad. F. V. Laparra. Paris: Gallimard, 1938.

em 1894, assegurou que “des nos jours, les Bohémiens exploitent encore des sables aurifères avec des couvertures de laine et des toisons, comme aux temps légendaires des Argonautes”.⁹¹

O primitivo método de fragmentar a rocha por meio da alternância fogo-água permaneceu em uso na Noruega até 1885, mesmo após a invenção dos explosivos. Na Alemanha tal prática perdurou até 1860. Neste último caso, T. A. Rickard encontra sua explicação no baixo preço da madeira e da mão-de-obra então vigente.⁹²

Por conseguinte, não é de todo correto afirmar, como o fez Francisco Iglesias, que o setor mineratório de Minas passou todo o século XVIII até a transferência da Corte “sem ter conhecido a indispensável assistência técnica, apesar de denúncias e reclamações”.⁹³ É inválido, pois ao longo do setecentos, oficiais mineiros práticos deviam descer nas minas para fiscalizar a segurança a fim de evitar danos aos que nelas trabalhavam e às minas vizinhas. Se objetarem que poucos foram enviados para este fim, o motivo deve ser procurado antes na carência destes profissionais, sobretudo daqueles com diploma.

Foge aos propósitos deste trabalho descrever longamente o percurso histórico do envio de mineiros para o Brasil pelas Coroas espanhola e portuguesa a fim de auxiliarem na procura do ouro desde o século XVI. Basta citar que isso ocorreu a partir das primeiras notícias de seu achamento nos sertões.⁹⁴

Pandiá Calógeras cita a Carta régia 26 de janeiro de 1700, enviada em resposta às reclamações de Arthur de Sá e Meneses anuncia-lhe a vinda para Minas de “quatro mestres na arte de minerar (...): João Nunes, Antonio Borges, Antonio da Silva, e Antonio Martins”.⁹⁵ Domingos Vandelli atribui às lições destes práticos “(...) a aprendizagem, fenomenalmente

⁹¹ “Atualmente, os Boêmios ainda exploram as areias auríferas com coberturas de lã e tecidos, como nos tempos dos legendários Argonautas”. SÉBILLOT, Paul. *Les travaux publics e les mines dans les traditions e les superstitions de tous les pays*. Paris: J. Rothschild Éditeur. 1894, p. 434.

⁹² RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 185

⁹³ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). Op. cit. 1967, p. 375.

⁹⁴ Para conhecer os casos de envio de mineiros para o Brasil e a participação destes em expedições em busca do ouro no final do século XVI e ao longo do XVII, cf. REIS, Flávia Maria da Mata. Op. cit. 2007, p. 35ss. A autora demonstrou que a presença de técnicos estrangeiros, sobretudo espanhóis, na América Portuguesa desde o século XVI contribuiu para incrementar a atividade minerária devido à experiência que haviam adquirido nas minas de Castela e alguns na África. Apoiada em Charles Boxer duvida que a inexperiência portuguesa seja tão crassa como geralmente se argumenta. Diz a autora que vários testemunhos atestam suas habilidades na metalurgia empregada nos ofícios de ensaiador, fundidor, afinador e ourives. E não é raro encontrar esses oficiais especializados participando das expedições que se internavam pelos sertões à procura de riquezas. Esta habilidade veio da tradição portuguesa na atividade minerária nos aluviões e minas existentes desde a ocupação romana que adotava instrumentos e métodos semelhantes àqueles que foram empregados em Minas durante o século XVIII (desvio dos cursos d'água e a *arrugia*: desmonte dos morros com o auxílio da força das águas conduzidas por canais). Além disso, lembra que “é preciso considerar ainda a presença árabe na Península que, na mineração, contribuiu com a introdução das rodas hidráulicas para o esgotamento de infiltrações nas escavações” (p. 54ss). Rodas que os romanos também usavam. No permanente contato com povos *experts* em mineração, os portugueses intercambiaram seus conhecimentos e os disseminaram em Minas.

⁹⁵ CALÓGERAS, Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1904, v. 1, p. 112.

rápida, dos mineiros da terra”; confere-lhes ainda a “multiplicação dos métodos, admiravelmente adaptados às condições locais e ao estado dos conhecimentos dos operários em breve ostentada pelas lavras de Minas Geraes e outros pontos, desenvolvimento inteligente dos primeiros princípios propagados pelos portugueses”. Vandelli reconhece a falta de “Pessoas inteligentes”; contudo, não preconiza a vinda de estrangeiros, pois “estando já muitos nacionaes instruídos na mineralogia e chimica, aos quaes somente falta hua instrução em grande, a qual podem adquirir em dois, ou três annos viajando à Alemanha”.⁹⁶

É evidente que portugueses e espanhóis não podiam ser iguallados aos alemães no domínio de métodos e instrumentos de mineração. Por isso, os germânicos sempre foram requisitados para que viessem a Minas (como o fez o Conde de Assumar em 1717) visto que entre todos eram reputados por mais inteligentes. Quando o conde de Suzannet visitou a *Brazilian Company Limited* (Cata Branca) em 1843, ressentiu-se da falta de alemães na mina, “os únicos trabalhadores que poderiam tornar o trabalho produtivo” e o mal resultado colhido pela companhia devia-se à “má escolha dos chefes mineiros enviados da Inglaterra”.⁹⁷ E, também estes, quando em atividade nos rios e minas do sertão, transmitiram seus conhecimentos para aqueles que os acompanhavam.

Crítica mais pertinente deve ser dirigida à política metropolitana que impedia a instalação de “aulas” e a edificação de fábrica de ferro e pólvora em Minas, exigindo a importação de profissionais diplomados e destes indispensáveis itens de trabalho. Tão cruciais que o governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783) sugeriu a el-Rei o estabelecimento de uma fábrica de ferro, evitando-se assim pagar por ele “avultadas sômas aos Suecos, Hamburgueses e Biscainhos”.⁹⁸

Mesmo no século XIX, uma empresa podia preterir o uso de profissionais diplomados em nome da economia. Richard Burton diz que os mineiros da Cornualha “havia adquirido, empiricamente, alguns conhecimentos de Mineralogia, nenhum de geologia”. Mas, operacionalmente, seu custo era menor. Afirma ter visto “o oferecimento de um ‘prático da Cornualha’ para fazer por £ 50.000 o que um ‘teórico’, quer dizer, um profissional, um homem que estudou em escolas científicas, não faria por £ 100.000”.⁹⁹

⁹⁶ Ambas as citações in: VANDELLI, Domingos. Memória sobre as minas de ouro do Brazil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 266 – grifo nosso.

⁹⁷ SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de M. Castro. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954, p. 111.

⁹⁸ Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas-Geraes e meios de remedial-o. In: *RAPM*. Anno II, fascículo 2º, abril a junho de 1897, p. 315.

⁹⁹ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 164.

Da mesma forma, é inexato e anacrônico o dizer de Francisco Iglesias que “os processos eram primários, tosco o material usado”;¹⁰⁰ ou, como o fez Tânia de Souza que, acriticamente amparada pelos relatos dos viajantes, considerou acanhado o “padrão tecnológico da mineração aurífera à época”.¹⁰¹

Respiradouros, esgotos e escoramentos eram uma exigência legal e costumeira e sua existência fiscalizada. A inexistência, quando ocorria, era motivada mais por negligência que por imperícia. Mesmo nas minas inglesas, com todo seu aparato, o escoramento foi considerado ineficiente por alguns técnicos e viajantes e atemorizava aqueles que ousavam descer em suas galerias.

A mineração em Minas seguia regras que demonstram seu grau de organização desde o século XVIII. Citando apenas alguns exemplos: proprietários de minas que desabavam e prejudicavam casas de vivenda e caminhos públicos ficavam “com o encargo de pagar e ressarcir todo o dano que causarem”.¹⁰² O domínio das águas nativas e o direito de fazer sua transposição só era permitido a quem tivesse provisão e os donos de roças não podiam impedir que o rego cruzasse sua propriedade se isto fosse necessário, cabendo-lhe, entretanto, indenização por danos. Todos estes serviços e pormenores (por exemplo, cobrir as bicas com tábuas) eram vistoriados como ocorreu “em uma vistoria que se fez no morro de Santana, do Ribeirão, no tempo do doutor Caetano Furtado de Mendonça”.¹⁰³ Burlas, evidentemente ocorriam, e não somente na mineração, mas também nos tribunais, na cobrança do quinto, nos registros e demais normas.

Quando se fala da sociedade mineira do século XIX, há que relativizar o trágico quadro pintado pelos viajantes. Suas opiniões, provavelmente, não seriam mais lisonjeiras se aportassem nas vilas no auge da extração aurífera e de sua densidade populacional. Não devemos nos esquecer que seus juízos são marcados por comparações com as cidades e a cultura européias.¹⁰⁴ Elucidemos com um exemplo que interessa à história social do trabalho: eles frequentemente criticaram os hábitos etílicos dos brasileiros, subtraindo a verdade histórica do elevado consumo de bebidas entre a classe trabalhadora na Europa. Evidentemente, também por razões históricas, não compreendiam o papel social da bebida no

¹⁰⁰ IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit. 1976, p. 378.

¹⁰¹ SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. Op. cit. 2002, p. 68.

¹⁰² CCM. Doc. 109 – Modo e estilo de minerar nos morros de Vila Rica e de Mariana (1750), p. 768.

¹⁰³ Idem, p. 768.

¹⁰⁴ Na obra de Robert Southey, *História do Brasil* (1862), que influenciou muitos historiadores, é marcante o quadro caótico que traça da sociedade mineira do século XVIII e seu desditoso legado ao XIX: “nenhuma prosperidade permanente deixou apoz si este ouro, que nem criou indústrias nem bons costumes” (vol. 6, p. 469), onde apenas os “corações honrados e os espíritos cultivados” dos homens das letras se indignavam contra os “vícios e males d’aquella sociedade” (vol. 6, p. 481).

mundo do trabalho, tanto como válvula de escape face ao desespero da vida ou mesmo como fonte de satisfação para “repor o suor” no trabalho, proteção contra o frio ou para suportar o número excessivo de horas de trabalho e pela dieta inadequada de homens que viviam no nível da mera subsistência.

Exemplarmente, Peter Bekewell refuta os equivocados juízos emitidos por Alexander Humboldt quando este visitou a exploração da prata no início do século XIX na Nova Espanha. Lá, ele criticou o atraso secular marcado por desperdício de pólvora, aumento demasiado das galerias, falta de uso de vagonetes e de tração animal, dentre outras demonstrações de arcaísmo técnico. O problema é que ele desconhecia ali o uso do chamado *sistema del rato*, que abria poços o mais fundo possível para atacar as concentrações mais ricas. Sistema que conferia algumas vantagens.¹⁰⁵

Reafirmamos que, salvo honrosas exceções possíveis de serem encontradas nas poucas regiões mais avançadas da Europa, principalmente na Alemanha, todo o restante adotava as técnicas mais adequadas ou então possíveis na primeira metade do século XIX. Edward. P. Thompson atesta que, pelo menos até 1830 nas minas inglesas “havia pouca ou nenhuma mecanização, assim como nas docas, nos trabalhos de alvenaria, na produção de gás e nas construções em geral, incluindo a de canais e estradas”.¹⁰⁶

De maneira geral, o que primeiro se encontra nas regiões auríferas é o ouro de aluvião; o ouro dos filões subterrâneos só é extraído quando os mineiros buscam a fonte do ouro aluvional dentro das rochas e montanhas. Por isso, toda operação mineratória começa por uma “fase rudimentar” servindo-se de “instrumentos e técnicas rudimentares”. Se havia algo de “democrático” em Minas Gerais no século XVIII, era o acesso aos rudimentares instrumentos de trabalho como a bateia e não as relações sociais de produção. Ninguém que pudesse deixaria de extrair para si o abundante ouro dos rios que, inicialmente, não exige nenhum aparato sofisticado. Portanto, o que Roberto Simonsen considerou “aparelhamento técnico rudimentar”¹⁰⁷ está correto desde que considere seu adequado tempo e lugar.

Em síntese, eram “primários” e “toscos”, pois somente assim eram possíveis e necessários. É preciso situar a crítica aos processos extrativos, equipamentos e instrumentos no seu devido contexto espacial, geográfico e temporal. Além disso, quando Richard Burton

¹⁰⁵ BEKEWELL, Peter. A mineração na América Espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Trad. Mary A. Leite Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999, vol. II, p. 99-150.

¹⁰⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 2, p. 176.

¹⁰⁷ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 271.

visitou a moderna mina de Morro Velho em 1876, ali ainda se empregava o “antiquado” - de acordo com suas palavras – processo de retenção de partículas de ouro com o couro de boi colocado com os pelos em direção contrária à corrente, tal qual se fazia no século XVIII. Recurso que Eschwege já havia substituído pelo tecido nas operações de sua mina em Passagem de Mariana na primeira metade do século XIX.

Em termos acadêmicos, vale lembrar que a célebre Escola de Freyberg foi criada em 1765, a de Schemnilz na Hungria em 1770, a de São Petersburgo em 1772, a de Almadén na Espanha em 1777, a Escola de Minas de Paris em 1778, a Escola Prática de Mont-Blanc em 1802, a de Saint Etienne em 1816 e o King’s College de Londres no ano de 1829 e, por fim, a Escola de Minas de Ouro Preto no ano de 1876. Por outro lado, na América Espanhola, a precocidade da fundação de instituições de ensino verifica-se também no setor mineratório com a fundação do Real Colégio de Mineração em 31 de outubro de 1792.

Note que as minas de prata de Freyberg foram descobertas em 1170, distando 595 anos da fundação de sua famosa escola. Tomando o ano de 1492 como o da descoberta de ouro na América espanhola, o interstício é de 300 anos. Já na América portuguesa, o hiato é de aproximadamente 283 anos, se tomarmos o ano de 1693 para os primeiros achamentos de ouro nos sertões. Logo, é a menos tardia dentre todas, adotando-se este outro ponto de vista.

Contar apenas com o conhecimento de “práticos” – como Minas Gerais contou - durante longos anos era mais que usual, era o possível e, muitas vezes, o desejável. Muitos donos de lavras continuariam dependendo dos “práticos”, assim como os alemães deles dependeram por quase seiscentos anos até a estruturação e institucionalização de um saber acadêmico especializado. O primeiro perito alemão a cruzar as montanhas de Minas no século XIX talvez tenha sido aquele originário de Harts que acompanhou Mr. Duval e indicou-lhe onde devia ser instalada a *General Mining Association*. Após ele, a mesma companhia importou mais mineiros alemães da mesma região que chegaram ao porto do Rio de Janeiro em abril de 1828 e logo se dirigiram para São José d’el Rei.¹⁰⁸

No campo tecnológico, a lâmpada de Davy foi inventada em 1815, os ventiladores a vapor em 1830, a nitroglicerina em 1847, o uso do ar comprimido para acionamento de máquinas de drenagem, corte e transporte de carvão em 1863, a dinamite de Alfred Nobel em 1866. A invenção das perfuratrizes pode ser dividida em três tipos de tecnologia: a Fowle movida a vapor em 1849; as perfuratrizes a ar comprimido como a Sommeiller em 1861, a perfuratriz diamantada foi patenteada em 1875 e, a perfuratriz elétrica da *General Eletric* em

¹⁰⁸ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, p. 67s.

1891. O uso da eletricidade somente se popularizou no final dos anos 1880. E mais, antes de 1890 a capacidade de trituração dos moinhos não excedia a 500 toneladas por dia, os britadores somente se proliferaram no mercado a partir de 1850-60, o eficiente processo de cianetação foi descoberto em fins dos anos 1880, os moinhos rolantes para pulverização em 1890, dentre outros exemplos possíveis de serem citados à exaustão.¹⁰⁹

Como ficou demonstrado, as principais inovações que revolucionaram a extração aurífera nas minas, salvo a lâmpada de Davy, somente surgiram a partir da segunda metade do XIX. É devido a este lento processo que o salto vertiginoso da extração mundial de ouro somente ocorreu após o ano de 1850, conforme pode ser visto na **Tabela 4** elaborada por Kitchin:

Tabela 4 - Produção mundial de ouro em t.m (1493-1930)

Período	Produção total	Média anual
1493-1600	446	4,1
1601-1700	539	5,4
1701-1800	1.421	14,2
1801-1850	700	14,0
1851-1885	7.770	107,7
1886-1900	2.370	158,0
1901-1930	10.544	351,5

Fonte: KITCHIN, Joseph. *Encyclopaedia of Social Sciences*. Nova York, ed. 1944, 6:689. Apud OLIVEIRA, 1977, p.20.

Portanto, a queda da extração aurífera de Minas, verificada a partir da segunda metade do século XVIII, e o quadro “caótico” da primeira metade do século XIX, estão perfeitamente inseridos nos padrões internacionais da taxa de produção do ouro e de domínio tecnológico e não há nada de estarrecedor nisso. Esta “estagnação” não era problema exclusivo de Minas Gerais que, assim como outras regiões do globo, tinham em seu subsolo toneladas de ouro ainda adormecidas à espera do aprimoramento técnico-industrial. Este, por sua vez, somente despertou de seu sono profundo a partir da segunda metade do século XIX.

Apenas com a consolidação da segunda fase da Revolução industrial no século XIX e a ampla difusão do uso do ferro e do aço é que se verificou o grande salto de qualidade do maquinário, instrumentos e técnicas empregados na mineração – anteriormente capitaneado pela Alemanha - e, com ele, o novo *boom* da exploração do ouro e de outros metais na Europa, África, Ásia e América do Sul. Não é por acaso que a primeira mineradora inglesa, a *Imperial Brazilian Mining Association* aqui se instalou em 1824. O “atraso” deve

¹⁰⁹ Confira estes e outros dados em SOUZA, Tânia M. F. de. Op. cit. 2002. Principalmente o capítulo 3 – O estágio tecnológico da mineração mundial.

antes ser medido pela lacuna de tempo existente entre a invenção, comercialização, aquisição, importação e aplicação do sofisticado maquinário industrial produzido pelos ingleses, desde que medido por sua necessidade e adequação à realidade local. Assim considerado, somente a Inglaterra, os EUA e a Alemanha, detentoras de *know-how*, bens de produção (carvão e ferro) e parque industrial não estariam “atrasadas” no século XIX.¹¹⁰

É preciso frisar ainda que, em termos tecnológicos, nem sempre a mais arrojada invenção é a mais adequada para ser introduzida. Citemos quatro contundentes exemplos demonstradores que nem todo avanço tecnológico é o mais útil e econômico levando em consideração os condicionamentos locais onde a empresa se encontrava instalada.

Primeiro, quando George Gardner visitou a *National Brazilian Mining Association* em 1840 viu o uso de ventiladores movidos à água (apesar da invenção dos ventiladores à vapor uma década antes). Segundo, Richard Burton percebeu que na *St. John d’el Rey Mining Company* também era inviável o uso do maquinário a vapor devido à abundância de água no local, sendo mais adequado e econômico o emprego da força hidráulica para movimentar os pilões no processo extrativo das minas de ouro de prospecção em profundidade. Terceiro, na *Imperial Brazilian Mining Association*, o uso das máquinas a vapor tornou-se inexecutável devido ao alto custo do carvão. Quarto, também em *St. John*, as máquinas de extração movidas por eletricidade tiveram que ser substituídas pelas de ar comprimido, apesar de mais antigas. Isto se deu, essencialmente, por dois fatores: as máquinas elétricas não resistiram ao ar quente e úmido carregado de pó que alterava o isolamento dos fios e porque as descargas de dinamite interrompiam seu funcionamento. Por isso, a instalação elétrica teve de ser “montada na superfície para mover as machinas de ar comprimido e seu funcionamento é perfeitamente satisfatório”.¹¹¹

Acrescentemos o caso das colônias espanholas. Quando a coroa enviou técnicos alemães no século XVIII para ensinar o mais moderno método de amalgamação, estes tiveram que admitir a maior eficácia dos métodos locais. Um dos técnicos, Friedrich Sonneschmidt, assim se pronunciou: “o método, disse ele, era lento. Mas podia ser implantado praticamente

¹¹⁰ Estudo comparativo entre o estágio tecnológico em que se encontrava a mineração na segunda década do século XIX na Alemanha, França e Inglaterra foi feito por KEATING, W. H. *Considerations upon the art of mining, to which are added, reflections on its actual state in Europe and the advantages which would result na introduction of this art into the United States*. Philadelphia: M. Carey and Sons, 1821. Apud SOUZA, Tânia M. F. Op. cit, 2002, p. 103. Esta autora cita dois outros artigos nesta mesma linha comparativa: B. F. Comparative view of celebrated mines in Europe and América. *The Quaterly Mining Review*, n. 7, jul. 1835, p. 61-66 e TAYLOR, John. Lecture on the economy of mining. *The Quaterly Mining Review*, n. 10, dez. 1837, p. 261-272.

¹¹¹ GARDNER, George. Op. cit. 1975, p. 222s ; BURTON, Richard Francis. Op. cit, p. 201s. 1976 e *RIMG*. 30 de dezembro de 1897, Anno V, n. 36, p. 162.

em qualquer lugar; utilizava pouca água; usava um aparelho e ferramentas simples e de rápida confecção; possuía técnicas de aprendizado rápido mesmo para o ignorante.”¹¹²

Tânia M. F. Souza equivocava-se ainda ao afirmar que “o sistema utilizado pelas companhias britânicas em Minas Gerais, desde a primeira metade do Oitocentos, em nada devia à tecnologia utilizada pelos países mineradores mais tradicionais”.¹¹³ O avanço científico-tecnológico não ocorre aos saltos e instrumentos e técnicas consideradas “obsoletas” conviveram ao lado das mais avançadas inovações. A história das minas inglesas é a mais forte comprovação deste fato. Vale citar, por exemplo, o uso da tração animal, da bateia e couros nas canoas nestas empresas até o final do século XIX e mesmo no século XX. O pilão californiano é um aperfeiçoamento dos pilões anteriormente usado em várias outras regiões mineiras.

Esta noção de “atraso” técnico foi muito bem relativizada por K. Neville Moss ao argumentar que, embora a mineração britânica parecesse atrasada frente à norte-americana no final do século XIX, a vida útil da mina e a segurança do trabalhador gozavam de melhores condições na primeira.¹¹⁴

Em suma, o que os críticos geralmente denominam de “rotina” – que pode ser exemplificado com o enfadonho processo de trituração do minério com martelo e depois pulverizado entre blocos de diorito -, nada mais era que a absoluta necessidade de ocupar avultada mão-de-obra para extrair a maior quantidade de ouro possível em jazidas ricas (veio subterrâneo ou cascalho aluvional) com o regime de trabalho e as técnicas então vigentes em seu devido contexto histórico. O apego à tradição não se explica pelo apego à escravidão, pois os ingleses dela se serviram mesmo com seus métodos modernos.

Por tudo isso, fazemos nossas as palavras do engenheiro de minas Francisco de Paula Oliveira. Ele considera que “no Brasil a mineração quasi cessou justamente quando a arte de minas estava em embrião, quando erão desconhecidos todos os meios que a industria moderna põe em execução”.¹¹⁵

Por conseguinte, os três obstáculos principais que Eschwege enumera “a ignorância, os preconceitos arraigados e o egoísmo”¹¹⁶ ao se referir ao estágio da mineração em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, devem-se antes às comparações que fez

¹¹² BEKEWELL, Peter. Op. cit. 1999, p. 112.

¹¹³ SOUZA, Tânia M. F. de. Op. cit. 2002, p. 175.

¹¹⁴ MOSS, K. Neville. *British mining practice: a comparison with América*. In: *The Times*. October 8th. 1927. [Panfleto]. Apud SOUZA, Tânia M. F. de. Op. cit. 2002, p. 107

¹¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de Paula. Valor das jazidas metallíferas no Brazil: Estado de Minas. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de maio de 1894 (d). Anno I, n. 8, p. 185.

¹¹⁶ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 128.

com o adiantado estágio do avanço tecnológico experimentado na Alemanha e aquele visto em Minas. Em outras palavras, Minas encontrava-se “atrasada” se comparada com seu país de origem, não com a maior parte das regiões mineiras do globo. O barão parece sonhar com um ritmo de trabalho rigidamente disciplinado que não era realidade nem mesmo na Europa deste mesmo período que enfrentava outras formas de interrupções como greves, guerras e epidemias.

É necessário refutar mais um equívoco que ronda o tema da mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX. É impreciso utilizar a redução absoluta de braços empregados na mineração como um dos fatores para balizar a “crise”. O levantamento do número de lavras auríferas em funcionamento assim como o contingente de escravos e homens livres ocupados nesta atividade em Minas Gerais no ano de 1814 feito por Eschwege demonstra que, ao contrário da vulgarmente aceita tese da decadência/falência, o que se vê é este setor da economia, apesar da redução no contingente de senhores de escravos e trabalhadores (escravos e livres) ainda com certo fôlego, considerando-se as técnicas e instrumentos então empregados e o evidente empobrecimento aluvional. Segue abaixo sua *Relação* (**Tabela 5**), destacando o número de proprietários, escravos e homens livres ocupados na extração aurífera:

Tabela 5 - Número de trabalhadores e proprietários nas lavras auríferas em atividade em Minas Gerais (1814)

Mineiros		Trabalhadores nas lavras		Faiscadores	
Com 30 ou mais escravos	Com menos de 30 escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
54	501	169	6.493	3.876	1.871
Total 1: 555		Total 2: 6.662		Total 3: 5.747	
Total 4 (2+3): 12.409					

Fonte: Relação de todas as lavras de ouro de cada distrito da Província de Minas Gerais, incluindo o nome dos proprietários, situação e natureza das lavras, número de trabalhadores e produção total do ouro em 1814. Adaptado de ESCHWEGE, 1979, vol.2, p. 20-49.

De seu levantamento Eschwege tira as seguintes conclusões:

a maioria dos 555 mineiros não têm mais de 10 escravos cada um, embora sejam as lavras extensas. Deles, somente 114 empregavam ainda de 11 a 20 escravos; 32, de 21 a 30; 21 de 31 a 40; 3, de 41 a 50; 6 de 51 a 60; 2, de 61 a 70; e 4 de 71 a 80. Somente havia um mineiro que empregava 100 escravos; e um outro que dispunha de 122.¹¹⁷

¹¹⁷ Id. Ibid. 1979, vol. 2, p. 50.

Esta estrutura de posse de escravos, vigente entre os proprietários de lavras da primeira metade do século XIX, era ainda aquela que predominou em Minas Gerais no século anterior. Mariana e Ouro Preto continuavam os dois principais pólos extrativos concentrando o maior número de lavras e braços.

Paul Ferrand, baseado em Eschwege, argumenta que, após o refluxo da mineração em meados do século XVIII e na entrada do século XIX, o volume da extração assim como o número de homens envolvidos na atividade extrativa havia decaído sensivelmente: “em torno de 1750, aproximadamente, o número de trabalhadores que se ocupavam no trabalho das minas chegava a mais de 80.000, enquanto que em 1820 havia apenas 6.000”.¹¹⁸

Este tipo de argumento não pode ser adotado como parâmetro para todo o século XIX. Se no século XVIII o vigor de determinado setor da economia podia ser medido pelo contingente de mão-de-obra nele ocupado, como no caso da lavoura ou da mineração em Minas Gerais, isto já não é válido para o século das máquinas. Se, em termos absolutos, o contingente de mão-de-obra, instrumentos e instalações empregados numa grande empresa mineradora do século XIX era maior que aquele ocupado numa grande lavra regida por técnicas “pré-mecanizadas”, em termos relativos, era menor, pois era maior o volume de minério extraído assim como maior era a apuração, se considerarmos que atuavam em jazidas com o mesmo potencial aurífero. Ou seja, extraía-se mais com proporcionalmente menos homens que seria necessário se o processo fosse menos aperfeiçoado.

As companhias inglesas destacam-se também neste ponto. Douglas Libby notou que em 1830, “as únicas posses de escravos em Minas acima de 200 cativos pertenciam justamente a companhias de mineração inglesas”. Na segunda metade do XIX se constituíram em verdadeiros colossos industriais, “criando concentrações de trabalhadores raras vezes vistas no Brasil escravista”.¹¹⁹ Empresas que reuniram trabalhadores livres e escravos (inclusive alugados), nacionais e estrangeiros, homens, mulheres e crianças. Todos submetidos a uma rígida organização fabril de enorme complexidade.

Quanto à lucratividade, esta pode ser maior ou menor dependendo também - e não somente - da riqueza do veio, para ambos os casos. Acrescentemos ainda que lavrar em veio rico com técnicas obsoletas pode ser tão ou mais lucrativo quanto lavrar em veio pobre com técnicas avançadas. Devemos lembrar que operar em veio pobre demandando grande inversão

¹¹⁸ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 87.

¹¹⁹ Ambas as citações in: LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988, p. 266 e 258.

de capital foi uma das razões que explicam a transferência, a efemeridade e a falência de algumas mineradoras inglesas no século XIX.¹²⁰

Minas Gerais se diferenciou das outras regiões da América devido à imensa riqueza de suas jazidas de aluvião e, por isso, o alto volume de ouro imediatamente recolhido com instrumentos simples. Pode parecer truísmo, mas não é demais ressaltar que ouro não se produz, se extrai. Os rios e veios são pobres, medianos ou ricos deste recurso natural não renovável. Este fato não pode ser modificado. O que se altera é a eficiência da extração, redução e refino. As companhias apenas produzem as barras de ouro, cujo volume está diretamente relacionado tanto com os instrumentos e processos adotados quanto à riqueza da jazida e seu valor dependia das flutuações internacionais do câmbio. A confluência destes dois elementos: jazida abundante e processos eficazes resultam no sucesso do empreendimento. Daí, o interesse dos ingleses em adquirir lavras afamadas por suas riquezas. Contudo, o enigma do sucesso das companhias bem sucedidas vai muito além de ter operado em lavras potencialmente ricas com técnicas avançadas compensadoras de todo investimento, como veremos adiante.

É preciso continuar acompanhando os argumentos enumerados por Eschwege para explicar, segundo seu prisma, a crise da mineração aurífera de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. São eles: o contrabando, a diminuição do número de mineiros, os métodos extrativos inadequados, a legislação impeditiva (privilégio da *trindade*), o burocratismo e corrupção estatal, a falta de administradores capacitados, a preguiça dos trabalhadores, a fragmentação da propriedade pela herança, as intermináveis demandas jurídicas e a pesada tributação (por isso, ele sugeriu a redução do imposto para 10% e a isenção dos impostos de importação).¹²¹ É oportuno lembrar que Eschwege tinha razões particulares para frisar com tanta veemência este atraso.

Todos estes problemas foram de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, suplantados pelo poder dos ingleses. O contrabando os favorecia (pois compravam ouro dos

¹²⁰ Cf. LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988. Especialmente o Capítulo 5.

¹²¹ Raimundo José da Cunha Matos, autor da *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*, inspirado por Eschwege, de quem era leitor, elenca os seguintes fatores para explicar a decadência da mineração: a pobreza da maior parte dos habitantes; a falta absoluta, escassez, ou alto preço dos escravos; a desordenada distribuição das terras minerais, e a vexação praticada pelos guardas-mores a respeito das pessoas menos poderosas; os processos das questões sobre as terras minerais; a ignorância da teoria e prática montanística; a falta de capital; a divisão ou venda das fábricas; a preguiça de muitos milhares de homens e as obrigações do serviço público. É importante lembrar que Matos ressalta as vantagens da agricultura face à mineração e os problemas gerados por esta última, como inutilização dos terrenos, assoreamento dos rios e a fraqueza e pobreza em que tomba a maioria dos mineiros. Antes, o governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783), citara fatores semelhantes: excessivo trabalho, despesas avultadíssimas, natureza do terreno, execuções dos credores, demandas jurídicas, falta ou grande distância da água necessária aos trabalhos e o elevado preço do ferro importado – In: *RAPM*. Anno II, fascículo 2º, abril a junho de 1897, p. 31 lss.

garimpeiros), as companhias compraram minas abandonadas, os métodos eram novos e eficazes, a legislação foi modificada, o Estado foi colocado a seu serviço, os administradores eram *experts*, imigrantes foram introduzidos e a tributação reduzida. As mineradoras inglesas se aproveitaram do vasto mercado de mão-de-obra barata, desqualificada e desorganizada, gerado pelo longo processo de alforrias. A frase que Eschwege por diversas vezes ouviu dos homens livres que se recusavam a exercer um trabalho árduo, perigoso e monótono: - “Não sou escravo!” foi paulatinamente sufocada no lento processo de proletarização por que passaram. São estes, mais os escravos alugados, homens livres pobres e, depois, imigrantes europeus igualmente necessitados que compuseram a maioria do quadro funcional destas companhias. Maioria, pois a mineração movida por novos preceitos tecnológicos exigiu também mineiros especializados.

Este é o novo tempo da mineração em Minas Gerais no século XIX. O relevante era que, nas palavras de Marc Ferro os ingleses tinham a “convicção de que encarnavam a ciência e a técnica e de que o seu saber fazia progredir as sociedades que eles submetiam a seus domínios (...) a convicção de estar a civilizá-los”.¹²² Sob o ponto de vista deles, isto era o que importava, pois criam fielmente (e fizeram crer) na inelutabilidade do desenvolvimento das sociedades e da vitória da civilização técnica de que eram os mais legítimos representantes.

Por fim, é importante lembrar que localmente as minas inglesas convergiam com diversos e poderosos interesses: dos senhores de escravos à medida que passaram a representar fonte de geração de recursos através do aluguel de seus cativos; dos comerciantes, que viam as minas e seus trabalhadores como novos consumidores de gêneros (muitas mercadorias eram importadas da Inglaterra para atender ao “gosto inglês” e dos demais estrangeiros), da elite interessada em bons maridos para as filhas solteiras e dos poderes públicos federal, estadual e municipal que visavam à captação de impostos. Além disso, geraram novos postos de trabalho para a população das localidades onde se instalaram e representavam a chegada da tão desejada “modernidade”. Por outro lado, o setor de bens de capital não foi desenvolvido em Minas para supri-las, pois todo o maquinário e praticamente todas as ferramentas eram importadas ou mesmo fabricadas nas oficinas destas companhias.

Este papel de reanimador da economia mineira foi muitas vezes reiterado pelos políticos de então que frisavam apenas as vantagens de sua instalação em Minas, cujo eco ainda hoje se faz ouvir através de Marshall Eakin. Contudo, é preciso abandonar a visão

¹²² FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências* – séculos XIII-XX. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Stampa, 1996, p. 42.

triunfalista da história da mineração, ou seja aquela que apenas vê os “benefícios” legados pela companhias inglesas.

No capítulo 3 demonstraremos que todo o espetacular avanço das forças produtivas introduzidos pelas companhias inglesas em Minas Gerais não representou nenhum avanço para a segurança e melhoria da qualidade de vida dos mineiros. Pelo contrário, elevou as taxas de criminalidade, de desmatamento e de mortalidade por acidentes e doenças (ocupacionais e infecto-contagiosas) na localidade-sede.

Sem exagero, há todo um rastro dilapidação das riquezas, tráfico de influências, mortes, assassinios, superexploração e destruição ambiental que acompanha e ofusca o dourado brilho da história destes empreendimentos. O quadro geral é, sem dúvida alguma, estarrecedor.

CAPÍTULO II

TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE ASSALARIADO NA MINERAÇÃO AURÍFERA INGLESA NO SÉCULO XIX: CONVÍVIO E TRANSIÇÃO

1 Advertência prévia: o conceito de mineiro

A exploração dos recursos naturais é tão antiga quanto o próprio homem. Os minerais sempre tiveram diferentes formas de utilidade para as sociedades primitivas: ornamentação, meio de escambo, armas, símbolo de *status*, dentre outras. Quando as sociedades se tornaram mais complexas, a atividade extrativa passou por fases de especialização. Nestas, alguns homens passaram a exercer ofícios específicos e indispensáveis para a coletividade como a cunhagem de moedas, confecção de armas e jóias a que a mineração está diretamente ligada.

Na Roma antiga usava-se a palavra *cuniculus* (coelho) para designar os buracos destinados a destruir as fortificações inimigas. Durante a Idade Média francesa, mina não significava escavação no sentido industrial; o termo era empregado para expressar a idéia de cavar, fazer uma passagem subterrânea para fins militares. Portanto, *mineur* era o engenheiro de minas de profissão. Em latim, *fodina* (escavação) é derivado do verbo *fodeo* (escavar) de onde origina-se também *fossor* (mineiro). Em outras regiões da Europa os mineiros eram chamados de “homens das montanhas”: *bergleute* entre os alemães e *montani* entre os boêmios.¹²³

No Portugal setecentista o padre Raphael Bluteau em seu *Vocabulário* (1712-1728) define “mineiro” como: “homem que trabalha nas minas” - não fazendo qualquer distinção entre escravo, forro ou livre; branco, mulato ou negro. Este jesuíta define “Minadôr” como: “o engenheiro, que faz minas”. Não existe nele o termo “minerador”.¹²⁴

O primeiro documento a regulamentar a mineração em Minas, o *Regimento do Superintendente, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro* de 1702, é de capital importância para esclarecer quem eram os mineiros no despertar da atividade minerária na Capitania dourada. Através dele, o rei, além de resguardar seus privilégios, disciplinou a distribuição de datas minerais: “estando, porém, todos os mineiros acomodados

¹²³ RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 10ss.

¹²⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-28, p. 493.

e havendo mais terra para repartir, então se atenderá aos que tiverem mais negros”.¹²⁵ Distribuídas, estabelece o imposto do quinto. Portanto, mineiros são aqueles proprietários de escravos que receberam esta mercê e que, por isso, deviam pagar o imposto previsto na legislação pelo direito de extrair o ouro pertencente ao rei de Portugal.

O *Regimento de Capitação* de 1735 tem entendimento similar ao de Bluteau. Referindo-se aos forros, diz: “todos os mulatos e mulatas forras que nasceram escravos e, como roceiros ou mineiros tiverem escravos”.¹²⁶

Por outro lado, o cirurgião Luís Gomes Ferreira que atuou em Minas na primeira metade do século XVIII, em seu *Erário Mineral* (1735), emprega o termo “mineiro” para se referir aos escravos que trabalham na extração do ouro. Ao discorrer sobre a doença chamada Formigueiro, diz: “há uns que nascem nas solas dos pés dos pretos mineiros”.¹²⁷

Ainda mais explícito é o documento denominado *Papel acerca dos danos da capitação e de proposta de arrecadação do real quinto do ouro por contrato* redigido pelo desembargador frei Sebastião Pereira de Castro, datado de 1747, no qual ele argumenta que:

Concluindo ultimamente que o meio mais natural era cobrarem-se os quintos, pagando-se por cada negro mineiro, se não as oitavas que era obrigado a pagar, ao menos as em que por avença se ajustassem, ficando os mineiros favorecidos no pagamento dos quintos e a Fazenda Real menos prejudicada.¹²⁸

Ao final do século XVIII, prossegue a mesma concepção, pois em 1791, quando ocorreu o sequestro dos bens do inconfidente José de Resende Costa, o ouvidor da Comarca de Sabará, José Caetano César Manitti, registrou o escravo “Manuel Banguela, mineiro, de idade de trinta e seis anos, pouco mais ou menos”.¹²⁹

Em 1799, José Vieira Couto divide os mineiros em “mineiros de montes e mineiros de rios”. Mas, “mineiros” são, para ele, “esta preciosa classe de homens” que se descuidou “de se instruir, em tempo, na sua profissão”.¹³⁰ Ou seja, são os proprietários de lavras ou minas de ouro que através do trabalho escravo exploram este mineral.

¹²⁵ CCM. Documento 18 - Regimento original do Superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de Ouro que há nos sertões do Estado do Brasil, p. 311-324 (grifo nosso). Na verdade, segundo Caio Prado Júnior, antes dele, foi editada a *Carta régia de 15 de agosto de 1603*, que já estabelecia a livre exploração e o direito do quinto. O referido *Regimento* veio para substituí-la, permanecendo válido, com algumas modificações, até o Império - PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 174.

¹²⁶ CCM. Documento 17 - Regimento da Capitação, p. 304 – grifo nosso.

¹²⁷ FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral dividido em doze tratados*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002, vol. 2, p. 567 - grifo nosso.

¹²⁸ CCM. Documento 51- *Papel acerca dos danos da capitação e de propostas de arrecadação do real quinto do ouro por contrato*, p. 436 – grifo nosso.

¹²⁹ ADIM, vol. VI, p. 427.

¹³⁰ COUTO, José Vieira. Op. cit. 1994, p. 62.

Evidentemente, quando ele emprega o termo “classe”, é para distingui-los dos agricultores, sem a conotação assumida por este termo no século XIX como classe social enquanto proprietária dos meios de produção distinta daqueles que vendiam a força de trabalho, na teoria econômica marxiana.

Lembremos que faisqueiro e garimpeiro são termos usados na documentação dos séculos XVIII e XIX para se referir aos “mineiros” que extraíam ouro ou diamantes nos leitos e grimpas dos rios.

Nas primeiras décadas do século XIX, Eschwege não deixa dúvidas quanto à mudança surgida ao que se entendia por mineiro. Diz ele: “assim, também, é o termo mineiro, que se dá a todo proprietário de lavras. Em Minas Gerais, assim é. Fora dela, entretanto, mineiro também é todo aquele que mora naquela Província”.¹³¹ Freyreiss diz o mesmo em 1814: “mineiro – é este o nome dos habitantes de Minas Gerais”.¹³² Em 1851 diz o Sr. Nogueira: “Sou mineiro, e muito temo quando vejo esta província vai como que cahindo no esquecimento”.¹³³

Mineiro sempre foi também entendido como aquele que domina o ofício de minerar; em outras palavras, um prático. Esta noção atravessa os séculos e, na primeira metade do século XIX, o governador do Espírito Santo Bartholomeu de Souza Botelho de Vasconcellos em Carta ao ministro Antonio de Villa Nova Portugal em 1820 diz que o tenente-coronel responsável pela abertura da estrada que ligaria a província do Espírito Santo a Minas “mandará á sua custa vir bons mineiros” para explorar as riquezas dos córregos que cortavam a referida estrada que ele estava abrindo.¹³⁴

Na segunda metade do oitocentos, quando Richard Burton visitou Minas Gerais em 1867, advertiu que “‘Mineiro’ é habitante da Província de Minas Gerais, e não deve ser confundido pelo estrangeiro com os ‘minas’ africanos de São Jorge da Mina, na Costa da Guiné”. Burton reservou em sua obra, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, um capítulo dedicado ao “Mineiro Branco” (white miner), um ao “Mineiro Pardo” (brown miner) e outro ao “Mineiro Preto” (black miner). Embora distinga os trabalhadores livres dos escravos, todos são tratados genericamente como “mineiros”. Faz alusão também aos mineiros ingleses da

¹³¹ ESCHWEGE, W. L.von. Op. cit. 1979, vol. 2, 215.

¹³² FREYREISS, George Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren; revisão e notas Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 34.

¹³³ *O Conciliador*. Ouro Preto, segunda-feira, 20 de outubro de 1851, Anno 3º, n. 264, p. 2.

¹³⁴ *RIHGB*. 1865, Tomo VI, n. 24, p. 468s, grifo nosso.

Cornualha que exerciam funções diretivas no interior da mina. Usa ao mesmo tempo o termo “operário inglês” para se referir aos trabalhadores livres e aos mineiros ingleses da mina.¹³⁵

No último quartel do século XIX Paul Ferrand assim entendia o conceito de mineiro: “Ouro Preto se tornou rapidamente o centro de um vasto território, denominado Minas Gerais e cujos habitantes foram chamados Mineiros (mineradores)”. Em sua obra os mineiros aparecem nitidamente distintos dos marcadores, fogueteiros, operários, carreiros, pedreiros e carpinteiros.¹³⁶

Nos diversos processos-crime cobrindo toda a segunda metade do século XIX os trabalhadores da Mina da Passagem são qualificados e se auto-qualificam tanto como mineiros como jornaleiros e broqueiros num mesmo processo. Este tipo de documento possui a enorme vantagem de trazer a forma como eles próprios se definiam nas respostas dadas à seguinte pergunta feita pelas autoridades: “*Qual é a sua profissão ou meio de vida?*”. O caso do italiano José Casini é bastante representativo do exposto. Primeiramente, ele se apresenta como “contratista da Companhia de mineração deste arraial” para mais adiante definir-se como “mineiro”.¹³⁷ Em outro processo, o austríaco Giacomo Simoni identifica-se tanto como “broqueiro” quanto “trabalhador na mina”.¹³⁸

Nos *Alistamentos Eleitorais Federais* de 1895 e 1897,¹³⁹ os trabalhadores da *The Ouro Preto Gold Mines* são identificados, em sua absoluta maioria (400, dentre 585), como **mineiros**, distintos dos feitores, jornaleiros e punguistas.

Dado o exposto, percebe-se que somente com a especialização do trabalho, verificada, sobretudo ao longo do século XIX, passa a existir explícita distinção de funções no local de trabalho, entre mineiro, fugueteiro, broqueiro, carpinteiro, marreteiro, carreiro e outras especialidades embora ainda permanecesse a referência genérica a “mineiros” para se referir àqueles que trabalham nas minas, seja na superfície ou no subsolo, livre ou escravo.

Portanto, “Mineiro” enquanto categoria funcional e operário enquanto classe social são conceitos que somente foram amadurecidos e definidos, sobretudo ao longo do século XX no Brasil. Na Mina de Morro Velho, quando o movimento sindical passa a ser estruturado no século XX esta noção parece estar relativamente clara ao menos na cabeça dos líderes comunistas do sindicato.

¹³⁵ Todas as citações in: BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 88 e 228.

¹³⁶ Ambas as citações in: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 82 e 245s.

¹³⁷ ACSM. Crimes. 2º Ofício. Códice 200, auto n. 5012 (1895), fls. 7v e 16.

¹³⁸ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 360, auto n. 7934 (1884), fls. 2 e 6.

¹³⁹ AHCM. Códice 470.

Em suma, documentalmente, não há nenhum anacronismo conceitual usar o termo “mineiro” para classificar tanto a escravos, quanto a forros e homens livres, nacionais ou estrangeiros, desde que se faça a devida distinção do lugar que cada um ocupava na divisão social do trabalho, de sua condição no cotidiano da sociedade e das peculiaridades e imperativos cronológicos da documentação.

Os “mineiros” da Mina de Passagem, escravo e livre, nacional e estrangeiro estão equidistantes tanto do “mineiro” proprietário de lavras do século XVIII quanto do proprietário inglês do século XIX.

Resta ainda mais uma distinção a fazer. O mineiro-escravo, embora pudesse receber compensações em dinheiro e conquistasse outras vantagens, estava submetido ao regime escravista – inclusive quando alugado de terceiros. Por outro lado, o trabalho do mineiro-livre (nacional e estrangeiro) estava atrelado ao regime de trabalho assalariado, inclusive os “contratistas”. Escravidão e regime assalariado são duas relações sociais de produção diametralmente opostas nos seus vínculos essenciais com o trabalho. Portanto, o principal fator de distinção entre o mineiro escravo e mineiro livre no local de trabalho será justamente esta ou aquela condição essencial enquanto o escravismo perdurou no canteiro de obras da mina e, por longo tempo, conviveu ao lado do trabalho livre.

Neste trabalho, o “mineiro-escravo” da Mina da Passagem ou por ela alugado estará sempre distinto do “mineiro-livre”. Os primeiros trabalhavam sob a supervisão dos segundos, conforme a ocasião. O qualificativo “operário” será sempre dirigido ao trabalhador livre, nunca ao escravo. Não obstante, todos eram “mineiros”.

Em síntese, entendemos mineiro (livre ou escravo) como definido por Cornélia Eckert: “a categoria de trabalhador inserida na unidade produtiva de transformação primária de minerais” - no caso, o ouro.¹⁴⁰ Dentro de nosso corte esta categoria foi primeiramente representada em conjunto por escravos, forros e livres e, depois de 13 maio de 1888, apenas pelos últimos.

Pode parecer tautológico, mas ser mineiro é uma consequência de trabalhar na mina, tanto no subsolo quanto na superfície, embora a identificação maior seja relativa àqueles que trabalham no interior da mina, cujo protótipo vulgar é o broqueiro (posteriormente, o operador da perfuratriz).

¹⁴⁰ ECKERT, Cornelia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS*. 1985. 565f. Dissertação (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). IFCH. UFRS. Porto Alegre, p. 13.

2 Mineiros escravos e livres: convívio e transição

“Tem-se dito que os ingleses, quando vão à Índia, deixam a consciência no Cabo da Boa Esperança, e esquecem-se de apanhá-la quando regressam. Não sei onde os europeus guardam aquela incômoda bagagem quando vêm ao Brasil, ou se a recuperam quando ‘en route’ para o lar” (BURTON, 1976, p. 186).

No caminho para Minas, os ingleses deixaram a consciência no porto da Estrela e levaram consigo a esperança de um enriquecimento sem limites. Usando a descrição poética de Dante Alighieri, podemos dizer que ali também encontraram “almas sofredoras que já perderam seu livre poder de arbítrio”¹⁴¹ e, aquelas almas livres que ainda o possuíam, perdendo-as com a sua ajuda.

A abordagem do tema do trabalho na história da mineração inglesa deve estar atenta, principalmente, às vicissitudes do convívio e transição do uso da mão-de-obra cativa para a livre, visto que estas duas relações sociais de trabalho coexistiram durante décadas nas minas. A transição do trabalho escravo para o livre assalariado supõe um exame, senão exaustivo, pelo menos o suficientemente claro para indicar que o processo de alforrias em Minas Gerais provocou significativa redução da mão-de-obra disponível para o trabalho na agricultura e mineração ao longo do século XIX. Os relatórios dos presidentes da Província estão repletos de clamores por mão-de-obra livre imigrante para substituir os escravos nas lavouras e indústrias.

A partir deste pressuposto podemos responder à indagação que Thompson considera fundamental no terreno da formação do mercado de trabalho; qual seja, “como o indivíduo veio a ocupar esse ‘papel social’ e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou”.¹⁴² Em outras palavras, é preciso acompanhar o processo de constituição de uma classe sob o prisma de sua formação social, econômica, cultural e política, numa sociedade capitalista ainda balbuciante e fragmentária, mas a procura de seus instrumentos básicos: uma nova ideologia do trabalho e de mão-de-obra assalariada abundante.

A teoria marxiana sublinhou, com precisão, que no princípio do desenvolvimento do capitalismo, tornar efetivo o controle sobre os trabalhadores foi mais importante que a própria organização do sistema produtivo. Acompanhemos agora este processo em Minas Gerais ao longo do século XIX.

¹⁴¹ ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Canto III. ebooks.

¹⁴² THOMPSON, E. P. Op. cit. 1987, vol. 1, p. 11.

A transição do trabalho escravo para o livre é um capítulo dos mais importantes na história do Brasil e da mineração em Minas Gerais no século XIX, sobretudo quando sabemos da adoção pelos ingleses, concomitantemente, de ambas as formas de relação de trabalho em suas minas. Que fique claro, a introdução do trabalhador livre (nacional e estrangeiro) não ocorreu somente após a abolição da escravidão, foi seu contemporâneo. Portanto, antes da transição, é necessário analisar esta coexistência no mundo do trabalho e na localidade de Passagem de Mariana.

Faz-se necessário, portanto, fixar alguns pontos básicos. O primeiro deles, resultante daquilo que já foi exposto, é o fato de que este fenômeno precisa ser analisado a partir de uma perspectiva de conjunto. Em outras palavras, todas as mineradoras inglesas instaladas em Minas adotaram a força de trabalho escrava ombreada ao trabalho livre.¹⁴³

O período que abordamos, 1863 em diante, está inserido num contexto muito preciso da história da escravidão internacional e brasileira. Duas grandes modificações devem servir como eixo norteador. Primeiro, desde 1843, pela lei de Lord Brougham, os britânicos estavam proibidos de participar do comércio negreiro. Isto impedia-lhes a compra, venda e posse de cativos. A saída encontrada foi alugar escravos dos senhores vizinhos aos estabelecimentos ou de outras companhias auríferas em processo falimentar. Isto se tornou possível em virtude da lacuna deixada pela referida lei, pela conivência do Estado Brasileiro e pela miopia da justiça britânica.

O segundo marco é a proibição do tráfico no Brasil a partir de 1850. Apesar da existência do contrabando, o suprimento de mão-de-obra africana decaiu sensivelmente e trouxe consigo a elevação do valor dos escravos. Não obstante, o comércio regional e interprovincial continuava vigoroso e foi capaz de suprir a demanda daqueles que podiam comprar ou alugá-los. Os ingleses, tal qual os proprietários de terras eram muito apegados ao trabalho escravo pelas vantagens que este oferecia, como a assiduidade absoluta e o menor custo frente ao trabalhador livre.¹⁴⁴ Douglas Libby sugere que foi “com visível desgosto que as administrações dos empreendimentos sobreviventes se viam forçadas a lançar mão do

¹⁴³ Esta estratégia não é uma inovação inglesa na longa história da mineração mundial. Talvez nem seja mesmo para Minas Gerais no século XIX. Na Grécia antiga os inspetores ou *espitatai* eram igualmente escravos, mas às vezes também estrangeiros ou libertos. Estes últimos se mostravam os mais duros contramestres. Rickard cita o verso de um poeta cômico que dizia: “Esclave (...) garde-toi de servir un ancien esclave; quand le taureau se repose, il oublie le joug” - “Escravo (...) previna-se de servir a um ex-escravo; quando o touro descansa, ele esquece o jugo”. In: RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 168.

¹⁴⁴ Douglas Libby (1998, p. 360) calcula que o escravo era “25% mais barato do que o trabalhador livre, em 1867, e 45% mais barato, em 1879” e “em aluguel sustento e prêmios, o escravo de primeira categoria custava à Saint John uma média de 376\$560 por ano em 1879, enquanto o broqueiro livre, de comparecimento regular, podia perceber 682\$000 anuais”.

recrutamento agressivo de trabalhadores livres para manter suas forças de trabalho numericamente adequadas” e acredita que estas mudanças “têm como mola mestra a gradual, mas inexorável, extinção do regime escravista”.¹⁴⁵

O braço escravo masculino compunha significativa parcela da força de trabalho das companhias e, salvo nos postos de comando mais elevados, esteve presente em todos os setores exercendo as mais variadas funções. Esta versatilidade do trabalhador cativo foi encontrada por Douglas Libby também na mina de Morro Velho onde trabalhavam “ao lado de operários livres, brasileiros e europeus, em todos os departamentos do estabelecimento. Eles eram empregados como ferreiros, carpinteiros, broqueiros, tropeiros, lenhadores e em várias outras ocupações”. Para o autor, isto demonstrava “não só a versatilidade do trabalho cativo, mas também sua importância como base de um esquema de distribuição racional da força de trabalho”.¹⁴⁶ Vejamos alguns exemplos:

Quando Richard Burton visitou a *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1867, desceu na galeria principal e deparou-se com “mineiros, todos escravos, dirigidos por feitores brancos”.¹⁴⁷ Quatorze anos mais tarde, quando D. Pedro II foi ao subsolo da mina de Morro Velho viu que “cada mineiro inglês dirige o trabalho de 13 a 15 brocadores”.¹⁴⁸

Ao longo do século XIX a função de feitor nas minas inglesas não foi ocupada somente por ingleses. Trabalhadores livres nacionais, imigrantes e também escravos ocuparam este importante posto de comando. A superintendência da *Imperial Brazilian Mining Association* experimentou, com bons resultados, a introdução de feitores escravos no ano de 1833. Esta forma de premiação, também adotada pela *St. John d’el Rey Mining Company*, além de mudar o senso de hierarquia e estimular a produtividade e a disciplina, trouxe a eliminação de uma “raça” que Burton e os administradores ingleses consideravam “demasiado devassa e contraproducente”. Douglas Libby esclarece que esta “raça” seria composta pelos feitores livres. Lamentavelmente, não foi possível identificar a adoção desta prática na Mina da Passagem. No entanto, tendo em vista o “padrão inglês de administrar”, é muito provável que ali também tenham existido feitores escravos.

Contudo, havia ainda um problema crucial a ser superado para o pleno fornecimento de mão-de-obra para estas companhias. Ao longo de todo o século XIX, inclusive após a abolição da escravatura, a força de trabalho livre, embora abundante, ainda

¹⁴⁵ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988, p. 357.

¹⁴⁶ Id. Ibid. 1988, p. 326.

¹⁴⁷ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 285 (grifo nosso).

¹⁴⁸ DOM PEDRO II. Diário da viagem do imperador a Minas (1881). Introdução de Hélio Viana. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, vol. XVIII, 1957, p. 83.

não estava suficientemente disciplinada e gozava de relativo grau de autonomia que a tornava refratária ao exercício de ocupações que lembravam o trabalho escravo.

Neste debate é preciso recorrer aos testemunhos daqueles que presenciaram, preconizaram e implementaram esta mudança. Eschwege foi o primeiro estrangeiro a enfrentar o problema da arregimentação e disciplinamento de trabalhadores livres e ex-escravos para suas empresas. Sua fala toca em dois problemas cruciais: a independência econômica e a aversão geral ao trabalho na sociedade escravista. Por diversas vezes ele ouviu a seguinte frase proferida por homens pobres, mas livres e independentes: “Não sou escravo!” quando tentava arregimentá-los para trabalhar. Homens que não suportavam qualquer tom imperativo de voz e não toleravam uma só ideia de obrigação e, neste ponto, diz o barão: “os mulatos são os mais ativos”. Estarrecido, declara que não havia “meios eficazes de obrigar os homens ao cumprimento dos seus deveres e de torná-los perfeitamente submissos e obedientes”. Isto, porque negros e mulatos eram pessoas que viviam “no angustioso receio de ser confundidas como escravos”. Restava, pois “sermos obedientes criados dos nossos criados”. Consternado, conclui que “é quase impossível, pois, no Brasil, fazer prosperar uma indústria, quando se depende do concurso dos homens livres”. Sobre as famílias ele diz que: “a maioria vive no isolamento, com os seus próprios recursos, sem necessitar do auxílio alheio” e suas necessidades podiam ser supridas em 4 semanas de trabalho sem a perda da liberdade.¹⁴⁹

Para Eschwege, o branco: “mesmo quando pobre, não move uma palha, pois até na vadiagem encontra com que viver. O mais das vezes, limita-se a possuir um escravo, que se encarrega de sustentá-lo; o mulato livre que também possui escravos: “vive de braços cruzados e considera o trabalho uma coisa indigna”. Nos lugares mais povoados, entretanto, faz parte propriamente da classe operária, embora seja o modelo da mandriagem imoral, raramente se encarregando de algum trabalho para o qual possua aptidão”.¹⁵⁰ Por outro lado, o negro forro

Nunca dispõe de meios para adquirir um escravo que o ajude. Embriagado de se ver livre, foge de todo trabalho, não se submetendo de modo algum a novo senhor. Assim, trabalha só o necessário para não morrer de fome. Além disso, seguindo o exemplo do mulato, se ganha em um único dia o suficiente para comer durante a semana, só volta ao trabalho depois de findos os sete dias.¹⁵¹

¹⁴⁹ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 2, pp. 249 e 263ss – grifo nosso.

¹⁵⁰ Id. Ibid., vol. 2, p. 264.

¹⁵¹ Id. Ibid. vol. 2, p. 264.

Neste contexto, para ele era perda de tempo percorrer as vizinhanças procurando homens livres que quisessem trabalhar e, caso os encontrasse, via-os “abandonar o serviço logo depois de engajados” ou então se via “obrigado a despedi-los logo em seguida”. É preciso frisar que Eschwege tem em mente a grande e estável oferta de mão-de-obra exigida por empresas do ramo de mineração. Ele então se pergunta: “dessa população, qual é a classe dos trabalhadores? Propriamente, apenas a classe servil”. Assim, restava-lhe e aos outros proprietários um único recurso “alugar escravos, ou adquiri-los por compra. Só neste caso é que poderá contar com serviço permanente, que lhe dá lucro, mesmo que o seu custo se eleve três vezes mais”.¹⁵²

Além da redução de impostos a favor da qual sempre se empenhou, Eschwege percebeu que faltava ainda a adoção de outra medida em relação à mão-de-obra. Para ele, “essa raça de cor, mas livre”, precisava ser “educada convenientemente, a fim de que aprenda a conhecer o verdadeiro valor do homem”. Sem isso, antevia que “todas as empresas tropeçarão em obstáculos invencíveis, assim que o tráfico de africanos for extinto. Assim, todos os setores da indústria brasileira sofrerão as funestas conseqüências dessa medida”. Havia para ele um fato incontestável: “é que a atual geração de homens livres jamais se submeterá ao trabalho rude, feito até agora pelos escravos”.¹⁵³

Em termos econômicos, Eschwege lembra que o prazo de amortização do investimento feito na compra (150 a 200 mil réis) ou aluguel (\$600 por cabeça) do escravo girava em torno de cinco a cinco anos e meio em 1821, quando sua renda anual era 28\$000. “Isto se o dono não tiver a infelicidade de perder o escravo por morte natural”, cujo índice anual chegava a 7.000 (4%); impossível de ser repostado pela reprodução natural. Daí, Minas se via obrigada a importar, anualmente, de 5 a 6 mil escravos.

Por esse e outros motivos Minas teve uma das maiores concentrações de escravos do mundo no século XIX e, paralelamente, um enorme contingente de ex-escravos lançados num potencial mercado de trabalho a espera desta mão-de-obra abundante, barata, dividida, desorganizada e educada. Douglas Libby considerou o forro como “o elemento mais despossuído e fraco e, portanto, mais plenamente proletarizado”.¹⁵⁴

O absenteísmo do homem livre ao trabalho que preocupava tanto a Eschwege quanto a Ferrand e, depois, aos ingleses, é o voluntário, cujos móveis são os mais variados:

¹⁵² Id. Ibid. vol. 2, p. 264 – grifos nossos.

¹⁵³ Id. ibid. vol. 2, p. 265 – grifos nossos.

¹⁵⁴ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988, p. 333.

embriaguês, hábitos culturais (domingos e dias santos), migração sazonal (trabalho em épocas de plantio e colheita), cuidado com as pequenas roças familiares e aversão à rotina.

Este foi, portanto, o contexto social encontrado pelos ingleses em Minas Gerais na primeira e segunda metades do século XIX quando adquiriram as minas de ouro. O relatório de janeiro de 1831 da *Imperial Brazilian Mining Association* comentava que “um exame geral das obras será necessário, assim que os brasileiros se cansem das festas do fim do ano”. Em outubro se queixava:

A semana tem sido muito improdutiva, não por culpa da mina, e sim, do povo. Muitos foram a Sabará para as comemorações do aniversário do Imperador [...] Imaginem a inconveniência disso, uma vez que a nossa força já se encontra diminuída; e quanto aos nativos, muitos se ausentam durante a semana inteira.¹⁵⁵

Os relatórios da *St. John d'el Rey Mining Company* têm a mesma tônica e seria redundante citá-los. As queixas falam da inconstância de seus hábitos, da ausência em épocas de plantio do milho, de festejos, de feriados, dentre outros motivos de absenteísmo ao trabalho. Para contornar ou mesmo amenizar este grave obstáculo à rotina as companhias adotaram variadas formas de aliciamento e fixação dos trabalhadores livres: a oferta de salários maiores, de habitação, de serviço médico e facilidades para realizar compras em seus armazéns.

Paul Ferrand chama a atenção para o fato de que devido à alta taxa de absenteísmo ao trabalho até a última década do século XIX a superintendência da *The Ouro Preto Gold Mines* se viu obrigada a “reforçar o pessoal em cerca de um terço, para se ter o efetivo completo para os trabalhos” devido à elevada falta de assiduidade que “em 25 dias de trabalho por mês, é raro que cumpra mais de 18 a 20 dias”.¹⁵⁶ Ferrand não percebeu que esta falta ao trabalho estava relacionada à própria natureza da execução repetida de tarefas: quanto mais repetidas e árduas, mais o trabalhador apresenta uma taxa de absenteísmo.¹⁵⁷

Quando Ferrand escreveu estas palavras, a companhia tinha seu quadro funcional formado por 433 trabalhadores livres: ingleses, imigrantes e boa parte de brasileiros “quase todos mulatos ou negros”.¹⁵⁸ Portanto, não ocorreu uma substituição do negro pelo branco

¹⁵⁵ Citado por LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988, p. 298s.

¹⁵⁶ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 257.

¹⁵⁷ FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p. 58.

¹⁵⁸ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 257.

européu, pois os ex-escravos continuaram trabalhando na mina com o estatuto, mais formal que de fato, de homens livres.¹⁵⁹

Este absenteísmo de ex-escravos que a companhia tentava disciplinar à rotina da “fábrica” deve ser visto pelo prisma de uma refração à tentativa de reduzi-los ao papel a que a maioria dos escravos sempre esteve delimitada: o trabalho braçal para outrem. Enquanto eles, por outro lado, procuravam dele se distanciar e se dedicar à ocupação de terras e/ou ofícios autônomos onde podiam engajar sua personalidade (dando sentido às tarefas realizadas), buscando novas direções para si e suas famílias e resistindo tanto à antiga escravidão quanto à nova proletarianização. Logo, não se tratava de mera troca de trabalhos. Enquanto homens, estavam assumindo seu estatuto ontológico de Ser-para-si, dando livre fluxo à sua autonomia, mesmo que ainda pobres e circunscritos aos limites impostos pela sociedade que os marginalizava.

O que estava em jogo era sua independência em relação aos empregadores, ou seja, a necessidade de garantir seu *status* de homem livre através da mobilidade espacial voluntária, uma das mais importantes marcas da liberdade individual na sociedade escravocrata e pós-escravocrata. Faltar ao trabalho quando bem quisesse, atestava diante da sociedade que não era escravo. Esta independência está relacionada a não receber ordens, a poder dizer NÃO! Mais que uma independência econômica, é uma postura existencial.

Georges Friedmann ressalta que a coerção entra em doses variadas em todos os gêneros de trabalho.¹⁶⁰ Cita o trabalho do psicólogo L. S. Hearnshaw¹⁶¹ que chega a considerá-la como o principal critério que permite reconhecer se uma atividade humana deve ser ou não considerada como trabalho. Quanto menor a coação, maior a possibilidade de realização. Sobre este aspecto, Maria Helena Machado mostrou que uma das maiores aversões dos escravos era o trabalho vigiado nas fazendas e, estar isento desta submissão, era um atestado de liberdade socialmente reconhecido.¹⁶²

Tanto Eschwege quanto os diversos viajantes europeus perceberam claramente o gigantesco significado do não-trabalho, sobretudo do não-trabalhar-para-outrem na sociedade escravista do século XIX. Entenderam a força da mudança da situação de escravo para não-

¹⁵⁹ Sobre este debate, cf. LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto História*. Puc/SP. São Paulo: n. 16, fev. 1998, p. 25-38.

¹⁶⁰ FRIEDMANN, Georges. Op. cit. 1972, p. 110.

¹⁶¹ *Le but et le domaine de la psychologie industrielle*: (comunicação ao XI Congresso Internacional de Psicologia técnica. Paris, 1953. In: *Le travail humain*, XVII, 1954, números 1-2). Apud FRIEDMANN, Georges. Op. cit. 1972, p. 110.

¹⁶² MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994, p. 21ss.

escravo. Nesta nova condição, a ociosidade, a recusa a trabalhos extenuantes similares àqueles feitos pelos ainda-escravos era ponto de honra e diferenciação social da qual os *nouveaux-dégagés* não podiam transigir sob pena de, simbólica e concretamente, extinguirem mesmo que de maneira provisória, esta diferenciação essencial.

Na sociedade escravista o trabalho compulsório permeava a vida privada, pública e o mundo do trabalho. Nela, a ordem aristocrática balizada pela epiderme continuava inserindo e/ou excluindo os indivíduos dos meios sociais, definindo seus papéis no trabalho. Mundo em que o branco pobre julgava-se superior aos mulatos ou negros mais abastados; onde o mulato discriminava o negro e este, por sua vez, quando livre, negava seu passado de cativo buscando formas de ostentação de sua nova condição: vestuários, imóveis e escravos. Para homens como Eschwege, viajantes e autoridades de então era evidente que aqueles para os quais só cabia o trabalho, a “ociosidade” só podia ser vista como indolência.

Em suma, Eschwege e também os ingleses são típicos proprietários que colocavam a pragmática e a utilidade acima dos valores morais. Superficialmente simpáticos às idéias humanitárias, nos trópicos suas ações eram determinadas antes de tudo pelo lucro.

Roberto Borges Martins já se debruçou sobre estas questões que tanto incomodaram a Eschwege e aos ingleses. Além do fator cultural que levava os homens livres a recusarem o trabalho duro e contínuo por assemelhar-se à escravidão, o autor acredita que “o camponês não se submete ao trabalho assalariado porque ele tinha acesso a outras alternativas econômicas”.¹⁶³ Trata-se do fator Wakefield, ou seja, o acesso à terra, aos meios de subsistência conferia-lhe a liberdade de escolha, mobilidade espacial e a coragem de afirmar: “Não sou escravo!”.

A maneira como o tema da transição geralmente é abordado na historiografia nos leva a pensar que estamos analisando a vida de seres privados de estatuto ontológico. Como se os homens livres pobres e ex-escravos, talvez justamente por isso, fossem dirigidos apenas pela satisfação de necessidades básicas e não sentissem em seu corpo e em sua *psique* os efeitos nocivos de um trabalho privado de sentido, cuja habituação a ele gerava graves empobrecimentos e alterações da personalidade.¹⁶⁴ Pessoas que sempre tiveram seu coeficiente de individualidade e exigências psicosociais (e não somente econômicas) pertinente à sua cultura sufocado pela rotina do trabalho e por relações sociais muitas vezes marcadas pela impessoalidade. Homens e mulheres que sentiam insatisfação no trabalho e eram-lhe refratários. Há algo de humano, demasiadamente humano, nisso.

¹⁶³ MARTINS, Roberto Borges. Op. cit. 1980, p. 53.

¹⁶⁴ Sobre o conceito de habituação, veja FRIEDMANN, Georges. Op. cit. 1972, p. 39.

Esta repulsa de trabalhar-para-outrem não se restringiu à primeira metade do oitocentos, permaneceu até a abolição da escravatura e resistiu a ela. Em 1883 o experto Armand Bovet corrobora com sua pragmática e balizada opinião técnica a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava no processo extrativo. A questão da mão-de-obra era, para ele, “das que mais devem preocupar os espíritos dos exploradores”. Quanto aos brasileiros livres, a quem se confiavam os trabalhos mais fáceis, embora indispensáveis, diz: “é quasi impossível obter-se que se submettam a um serviço regular”; quando isso é possível, “é raro que um obreiro do paiz faça por dia o mesmo trabalho que o europeu”. Digamos, rotineiro e árduo muito próximo ao trabalho escravo, profundamente deplorado por estes homens livres pobres. No que tange aos escravos, Bovet assegura que: “nada disto tem-se a temer quanto aos escravos”. Mas, sobretudo na segunda metade do século XIX, “graças às novas leis, a escravidão foi desaparecendo pouco a pouco e os aluguéis tornam-se mais caros e mais difícil a aquisição do braço escravo”.¹⁶⁵

É necessário acrescentar que a substituição do trabalho escravo ocorreu também por fatores advindos do processo de abolição, da alta taxa de mortalidade (doenças e acidentes) associada ao baixo índice de reprodução natural.

O trabalhador estrangeiro especializado, embora oneroso, era mais que indispensável por seu conhecimento e disciplina. Por seu turno, o trabalhador livre nacional era menos dispendioso, porém pouco assíduo. É preciso considerar que a abundância de mão-de-obra de imigrantes forçou a deterioração do poder aquisitivo dos salários tanto dos nacionais quanto dos próprios estrangeiros. Quando a *National Brazilian Mining Association* necessitou reduzir seus gastos, o fez amortizando em maior grau o número de trabalhadores europeus e brasileiros livres. Seu quadro funcional passou de 125 europeus, 450 negros (exclusive as crianças) e 50 brasileiros em 1835 para 30 europeus, 300 escravos e 30 brasileiros em 1840. Em termos percentuais a diminuição foi, respectivamente, de: 76%, 40% e 33.3%.¹⁶⁶ Note que a presença dos europeus continuou indispensável. Sem a orientação e direção daqueles que permaneceram, a produtividade decairia vertiginosamente e tornaria inviável o empreendimento.

Outro fator que explica a substituição do braço escravo nas minas auríferas são os elevados valores atingidos em Minas. Mais altos que em Vassouras no Rio de Janeiro, por exemplo, a partir de 1850 com a proibição do tráfico atlântico. A partir de 1880 ocorreu ainda a criação de impostos proibitivos sobre a importação dos escravos de outras regiões para

¹⁶⁵ Todas as citações in: BOVET, Armand. Op. cit. 1883, p. 23ss.

¹⁶⁶ Cf. LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1988, p. 274.

Minas. Esta restrição gerou, evidentemente, o aumento do número daqueles que não mais puderam viver do trabalho alheio e foram forçados a viver de seu próprio suor e de seus familiares. Crescia, portanto, a oferta de mão-de-obra livre como substituto ao trabalho servil.

A lei de terras que impediu a “posse” da terra data de 1850. Se muitos ainda podiam adquirir escravos nesta conjuntura, milhares não o faziam. São aqueles que não podiam comprar ou alugar escravos e tampouco possuíam parcela suficiente de terra para sua manutenção ou mesmo de uma casa que compuseram, majoritariamente, o quadro de trabalhadores livres nacionais que moveu as minas inglesas.

Aqui o “fator Wright” mostra toda sua eficácia. Trata-se do modelo teórico elaborado por Gavin Wright, segundo o qual o camponês independente (proprietário de terras, sem escravos e que vive do trabalho familiar) quando não consegue expandir sua produção, só eventualmente coloca no mercado o excedente, mas não antes de cuidar de sua subsistência e de sua família. Acrescentemos que o surgimento de qualquer eventualidade que viesse impedi-lo de se manter, como seca prolongada, perda de colheita e gado; ou mesmo a prole numerosa obriga-o a vender sua força de trabalho por não encontrar outra saída. Logo, vender a força de trabalho foi a única “alternativa” de sobrevivência para milhares de homens e mulheres ao longo do século XIX.

Homens livres pobres alijados da posse da terra, pequenos agricultores e mesmo “desocupados” também passaram pelo processo de proletarização e se viram compelidos a vender sua força de trabalho às companhias inglesas. Deve ser acrescido ainda que o considerável percentual de forros e homens livres existente em Minas tinha a opção de trabalhar para si em suas roças, faisqueiras, tropas e outros ofícios, além de poder vender sua força de trabalho para outros setores da economia que disputavam trabalhadores com as minas, como as nascentes fundições de ferro e ferrovias. Costa Senna, outro experimentado engenheiro de minas, constatou que:

Já não é mais possível seguirem-se os systemas rudimentares que nos legaram nossos antepassados. O desenvolvimento de outras indústrias torna cada vez mais sensível a falta de braços. O preço da mão-d’obra impõe a introdução de meios mais aperfeiçoados, com os quais possamos nos utilizar das riquezas de nosso solo.¹⁶⁷

Outro fator que não deve ser esquecido no estudo da conjuntura sócio-econômica de Minas Gerais na segunda metade do século XIX é o crescente aumento do peso dos setores primários, chegando a atingir altos índices de produção e ocupação de mão-de-obra e

¹⁶⁷ SENA, Joaquim Candido da Costa. Notícia sobre a mineralogia e geologia de uma parte do norte e nordeste da província de Minas Gerais. In: *AEMOP. Collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1883, n. 2, p. 117.

migração de investimento de capital. Acreditamos que a conclusão extraída por Arthur Thiré seja bastante pertinente e pode ser aplicada como o coroamento de um gradativo processo que vinha ocorrendo desde a primeira metade do referido século, ou até mesmo do anterior: “aujord’hui, beaucoup pensent que l’or est moins facile à extraire directement du sein de la terre, qu’à gagner directement en plantant du café en fabriquant des tissus de coton, ou en se livrant à de nombreuses autres industries rémunératrices”.¹⁶⁸

Enquanto a abolição não chegava, o mercado de trabalhadores livres era difícil e incerto. Mesmo quando contratado, a falta ao trabalho era considerável e até redutora ou paralisante das atividades das companhias auríferas inglesas, a saída foi recorrer à compra e ao aluguel de escravos. À medida que se aproximava o ano de 1888 e aumentava a escassez de cativos, as companhias tiveram que se render à contratação, cada vez maior, de trabalhadores livres nacionais (muitos dos quais eram ex-escravos) e estrangeiros.

Voltando agora nossa atenção para o caso da Mina da Passagem, é preciso descobrir o início do processo de introdução de imigrantes antes da fase diretamente promovida e subvencionada pelo Estado. Num processo-crime de dezembro de 1884 percebe-se que neste ano já havia o sistema de contratos assinado entre a mina e imigrantes (italianos e austríacos).¹⁶⁹ Esta data é, até então, a mais recuada da inserção planejada de imigrantes a que tivemos notícia.¹⁷⁰ Isto significa, evidentemente, que no mesmo canteiro de obras trabalhavam escravos, forros, homens livres nacionais e imigrantes. Dois anos depois, quando Ernest de Courcy visitou a *The Ouro Preto Gold Mines* deixou mais de um registro da presença de significativo número de italianos trabalhando na mina onde ainda havia muitos escravos.

Um processo-crime revelou-se muito eficaz para preencher certas lacunas quanto ao contingente de italianos ocupados na Mina da Passagem nesta fase. Trata-se do homicídio do italiano Pedro Chiodo por seu compatriota José Boggione ocorrido em setembro de 1888. A 12ª Testemunha: Bertoldo Wandeborn de 39 anos, negociante, solteiro, alemão, morador

¹⁶⁸ “hoje, muitos pensam que o ouro é menos fácil de extrair do seio da terra, que a ganhá-lo indiretamente plantando café, fabricando tecidos de algodão, ou dedicando-se a diversas outras indústrias compensadoras” In: THIRÉ, Arthur. L’État de Minas Geraes et sa situation économique actuelle. In: *RIMG*. 15 de julho de 1894, Anno I, n. 10, p. 242.

¹⁶⁹ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 360, auto n. 7934 (1884). Um ano antes, num processo-crime de 1883, localizamos o austríaco André Moricf de 43 anos que residia em passagem e era “empregado em mineração”. Embora se trate de apenas um indivíduo é bem provável que houvesse outros patrícios de André em Passagem neste ano trabalhando com ele na mina. Se isso se confirmar, podemos recuar em um ano a data de início da introdução dos imigrantes na companhia – Cf. ACSM. Crimes. 2º Ofício. Códice 182, auto n. 4541 (1883).

¹⁷⁰ Como veremos adiante, em 1876 encontramos a primeira referência à existência de alojamentos coletivos na *Anglo-Brazilian Gold Company* quando de sua venda a Robert Wendeborn. Porém, o documento não faz referência ao tipo de trabalhadores que habitavam nestas de moradias; ou seja, se eram livres nacionais ou estrangeiros. É provável que se trate das instalações destinadas aos primeiros mineiros ingleses que vieram para trabalhar na mina em 1864.

em Passagem, ao ser “inquerida de baixo do juramento de sua religião [protestante]”, disse que chegou à casa de Pedro onde “achou grande numero de italianos ali reunidos a ponto de não poder entrar logo”. Além deste loquaz testemunho, vários italianos foram qualificados no processo onde declararam trabalhar como broqueiros na companhia inglesa.¹⁷¹

Estes três exemplos evidenciam que, face à carência de mão-de-obra escrava para alugar e a consequente elevação destes custos às vésperas da abolição e, depois de maio de 1888, à ausência de escravos e ainda devido às dificuldades de provimento de trabalhadores livres, a companhia vinha substituindo o elemento servil e livre nacional pelos imigrantes que passaram a executar as tarefas anteriormente à cargo dos cativos e livres nacionais. Estes imigrantes, provavelmente, foram trazidos por intermédio da *Associação Promotora da Imigração de Minas* ou por empresas como a *John Petty & Ca.* que assinou contrato com o governo provincial em 12 de dezembro de 1881.

3 Os contratos de aluguel de escravos

Toquemos agora a delicada corda da relação que os ingleses estabeleceram com a escravidão no Brasil no século XIX. De maneira geral, ressalta-se sua colaboração/imposição para o fim do comércio atlântico e da própria escravidão enquanto modo de produção no Brasil ao colocarem sua diplomacia e a poderosa marinha de guerra a serviço de seus interesses anti-escravistas (da qual nem todos partilhavam por convicção)

Vimos que os britânicos estavam proibidos de comercializar e servir-se do trabalho escravo sob ameaça de fortes sanções pela lei Lord Brougham de 1843. Entretanto, é gigantesco o abismo que separa a lei e o fato. Face à grande dificuldade que suas mineradoras enfrentaram para obter suprimento de mão-de-obra estável ao longo do século XIX e estando instalados na *hinterland* mineira distante do olhar do Parlamento inglês fizeram largo recurso da força de trabalho escrava. Como o princípio do lucro muitas vezes é mais avassalador que os valores humanos, recorreram ao aluguel de escravos, uma forma sutil, mas direta de exploração do trabalho servil. Isto demonstra que não permaneceram fiéis aos princípios anti-escravistas a ponto de comprometerem seus lucros.

Uma das formas de arregimentação da força de trabalho escrava era recorrendo à ajuda do Estado. Em 1865, o então presidente da Província de Minas Gerais em relatório

¹⁷¹ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), p. 16 e 16v. Grifo nosso.

dirigido à Assembléia Legislativa deixa entrever como funcionava o esquema de contratação de africanos livres para trabalhar nas companhias inglesas. Diz ele:

Attendendo ás representações de um dos meios Antecessores, o Ministério da Justiça, por aviso de 16 de julho do anno passado, recommendou a Presidência que mandasse passar pelo Juízo d'Órfãos cartas de emancipação aos africanos livres que da Corte havião sido enviados para serem empregados nesta Província, de conformidade com a ultima parte do Decreto n. 1.303 de 28 de dezembro de 1853. Neste sentido officiou-se ao Juiz Municipal remettendo o modelo das cartas enviado pelo mesmo Ministério.

Em consequência forão já emancipados 107 africanos, dos quaes, em virtude do contracto celebrados entre o Chefe de Polícia e o Director da Companhia de Mineração do Morro Velho, existem neste estabelecimento 35, fora alguns menores, e alguns poucos ao serviço das companhias do Morro de Santa Anna e Passagem de Mariana.¹⁷²

Fica claro, no texto acima, que estes escravos foram emancipados, exclusivamente, para ser engajados nas referidas companhias. É provável sejam fruto de apreensões feitas pela marinha inglesa após 1850. Feito isso, eram seduzidos a assinarem contratos com os ingleses em nome de uma pretensa liberdade. Contrato, como critica Ernest de Courcy, “do qual nada compreendem, é claro, e pelo qual se comprometem, *de plena vontade*, a servir a seus protetores durante toda sua vida, só pedindo em troca abrigo, alimentação e proteção”.¹⁷³

Três anos depois do citado relatório, os africanos livres continuavam trabalhando na *Anglo-Brazilian Gold Company*. Em 1868, o mineiro/broqueiro Amaro Africano de nação Moçambique foi acusado de espancar e matar a Manoel Ferreira. Duas testemunhas deste processo, Maurício Cabinda de 28 anos e o broqueiro de 30 anos chamado Trajano “natural da África” eram jornaleiros.¹⁷⁴ Em outro processo de 1870, o mesmo Amaro deixa claro que era “Africano livre” e jornaleiro “empregado nos serviços da Comp.a aqui estabelecida”.¹⁷⁵

A segunda alternativa para provimento de mão-de-obra servil ocorria através de assinatura de contratos de aluguel entre as companhias e proprietários de escravos. A própria *Anglo-Brazilian Gold Company* firmou alguns com os senhores marianenses em 1860. Segue abaixo o contrato assinado entre a referida companhia e Antonio Bernardino dos Reis, José Bernardino dos Reis, D. Leocádia Clementina Marcianna de Souza, e D. Thereza Maria de

¹⁷² *Relatório que á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865 o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Luiz, Presidente da mesma Província*. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1865, p. 33.

¹⁷³ COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Trad. de Julio Castañon. Estudo crítico Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997, p. 85.

¹⁷⁴ ACSM. 2º Offício. Códice 231, auto n. 5750 (1868). fls. 11, 14v e 15v.

¹⁷⁵ ACSM. 2º Offício. Códice 208, auto n. 5201 (1870), fls. 7 e 36.

Jesus aos 28 de Setembro de 1860 (mas principiado a 3 de setembro deste ano), tendo como credor hipotecário dos contratantes o inglês Thomas Bawden:¹⁷⁶

“Contratamos alugar para a Companhia Anglo Brasileira limitada os escravos abaixo mencionados, na forma das condições estipuladas nos artigos seguintes:

1º Os escravos que pelo presente contracto alugo a referida Companhia são

Francisco dos Reis	1ª classe	208\$000	p.r anno
Miguel d.o	1ª	208\$000	
Raphael d.o	1ª	208\$000	
Germano d.o	1ª	208\$000	
Agostinho d.o	1ª	208\$000	
Domingos d.o	2ª	170\$000	
Gabriel d.o	2ª	170\$000	
Felício d.o	2ª	170\$000	
Antonia d.o	1ª	96\$000	
Ignês d.o	1ª	96\$000	
Mauricia d.o	1ª	96\$000	
Anna d.o	1ª	96\$000	
Margarida d.o	2ª	76\$000	
R.o 2:013\$000			

2º. Logo que fallecer qualquer dos ditos escravos se fará aviso aos Contractantes acima mencionados declarando-se o nome do escravo fallecido, a enfermidade de que falleceo.

3º. Se acontecer que um ou mais dos ditos escravos fujão da Companhia, se fará aviso aos Contractantes acima mencionados declarando-se seus nomes e o dia em que fugirão, e durante o tempo que andarem fugidos não será a Companhia obrigada a pagar o jornal que vencerão, durante este tempo, como se estivessem trabalhando.

4º. A Companhia obriga-se a pagar os jornaes dos ditos escravos durante os Cinco annos, ainda que morrão algum delles, ou todos dos supramencionados escravos, e a única suspensão do jornal será no caso da fuga de qualquer delles como está declarado no artigo 3º.

5º. Se qualquer escrava durante este contracto ficar prenhe, neste caso se abaterá o jornal correspondente a seis mezes, ficando porem a Companhia obrigada a trata-las, e sustenta-las como se suas próprias fosse.

6º. Este contracto não poderá ser dissolvido durante o tempo estipulado senão por mutua convenção, e se por algum incidente qualquer das partes contratantes não quizer cumpri-lo, será obrigada a pagar em dinheiro o tempo que faltar para preencher o engajamento.

7º. Se por acaso um ou mais dos escravos fugirem da Companhia nos obrigamos a preencher os seus lugares ou deixar ficar os outros na Companhia até acabar o dinheiro adiantado, ou pagar no fim do Contracto qualquer somma que fique devendo.

8º. Os pagamentos são de trez em trez mezes.

9º. Este Contracto vigorará pelo tempo de cinco annos, principiando do dia 3 de Setembro de 1860.

10º. E para firmeza deste meo tracto assigno esta Contracto, com as testemunhas abaixo assignadas.

*11º. Fica salvo a Companhia, quando esta queira, o direito de sublocar ou passar os referidos escravos a qualquer outro estabelecimento, com as mesmas condições do prezente contracto. Erat ut supra”.*¹⁷⁷

Douglas Libby acredita que o *alugado* foi o segredo do grande sucesso das companhias inglesas. Suas vantagens iam além do que os trabalhadores livres podiam oferecer: “o controle do empregador sobre o escravo era absoluto, indo do trabalho ao lar”; a triagem dos alugados “obedecia estritamente às conveniências da organização produtiva”; a

¹⁷⁶ Ainda que este contrato tenha sido assinado em 1860, seu tempo de vigência (5 anos) adentra nosso corte cronológico, por isso sua inclusão neste item.

¹⁷⁷ ACSM. Inventário Avulso. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 70 e 70v.

companhia “determinava o lugar de moradia, uma boa parte do regime alimentício”; em caso de acidentes, definia também “o tratamento adequado e o tempo de recuperação necessário” e controlava um dado crucial, a assiduidade, pois “o não comparecimento ao trabalho era impensável”; caso fosse necessário, apesar das restrições contratuais, “os cativos podiam ser dispensados sem maiores complicações ou ônus para a empresa”; o contrato possibilitava ao contratante “utilizar um escravo durante seus anos mais produtivos – dos 20 aos 40 anos, por exemplo – e descartar o trabalhador desgastado depois”.¹⁷⁸

Apesar desta possibilidade, Libby diz que a *St. John d’el Rey Mining Company*, pelo contrário, preferiu “manter, quando possível, um corpo de trabalhadores treinados”. Acrescenta ainda que as articulações entre o sistema de aluguel e o mercado de trabalho local eram bastante complexas, pois um escravo de aluguel, especializado, uma vez alforriado, “teria poucas oportunidades de outro emprego. Isso, junto com as possíveis ligações familiares e de amizade com seus colegas não emancipados, fazia com que frequentemente ele se fixasse em Congonhas de Sabará após sua libertação”.¹⁷⁹

O valor do contrato assinado pela *Anglo-Brazilian Gold Company* encaixa-se na média daqueles encontrados por Douglas Libby para a *St. John d’el Rey Mining Company*, situados entre “90\$ a 240\$, conforme a classificação (determinada pelo médico da companhia) e sexo de cada cativo”.¹⁸⁰ Em termos gerais, o contrato mostra-se extremamente vantajoso para a companhia. Primeiro porque o salário pago a escravos de primeira classe equivalia ao valor mensal de 17\$400, aos de segunda a 14\$170; às escravas de primeira classe pagava-se 8\$000 e às de 2ª classe 6\$350 (os valores foram arredondados para cima em alguns décimos). Convertidos para diárias, num mês de 25 dias de trabalho temos, respectivamente: \$696 e \$567 para os homens; \$320 e \$254 para as mulheres. Divididos para uma jornada média de 10 horas percebiam \$69,6 e \$56,7; \$32 e \$25,4 por hora.

Os contratos firmados entre a *Anglo-Brazilian Gold Company* e os senhores de escravos de Mariana, no final do século XIX, trazem algumas variantes que não estavam presentes naqueles assinados pela *St. John d’el Rey Mining Company* que serviram de base para as análises de Douglas Libby. Nota-se que o contrato dava à companhia mais direitos que deveres. Contudo, a única cláusula desvantajosa (4ª) era a que estabelecia sua obrigação de pagar os jornais dos escravos durante cinco anos, mesmo que falecessem. Tendo em vista as condições sanitárias e o grau de sinistralidade da mina isto era um risco bastante iminente. O

¹⁷⁸ LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit. 1988, p. 330s.

¹⁷⁹ Id. Ibid. p. 330s.

¹⁸⁰ Id. Ibid. p. 320.

documento é omissivo quanto ao destino que teriam os filhos nascidos durante sua vigência de cinco anos, mas qualquer criança que nascesse neste interstício não atingiria a idade produtiva para trabalhar na mina.

O 11º artigo dava à companhia o direito de alugá-los a terceiros e, com isso, obter lucros através da relocação. Assim, ela já não seria mera locatária, assumia o papel anteriormente ocupado pelos proprietários de poder auferir lucro com o aluguel de escravos.

Aos 28 de setembro de 1860 a *Anglo-Brazilian Gold Company* alugou dos mesmos contratantes mais três escravos. Neste novo contrato houve a supressão dos artigos 4º e 7º do anterior e a inclusão de um novo artigo que estabelecia o seguinte: “6º. *Se durante o tempo deste Contracto a Companhia se ver obrigada a descontinuar os seus trabalhos, ella se reserva o direito de dar um avizo de trez mezes parra entregar os mencionados escravos*”.¹⁸¹ Os escravos, todos de 3ª classe, alugados foram: Joaquim e João a 100\$000 por ano cada um e Izabel a 60\$000.

No dia 28 de novembro do mesmo ano, a *Anglo-Brazilian Gold Company* assinou novo contrato com os mesmos contratantes, sob os termos idênticos ao primeiro contrato alugando um escravo e uma escrava, ambos de 1ª classe: Lucindo dos Reis a 208\$000 por ano e Maria da Conceição por apenas 96\$000 por ano.¹⁸²

Em 1870, após a morte do cônego Antônio Bernardino dos Reis, Thomas Bawden elaborou uma lista dos escravos engajados na *Anglo-Brazilian Gold Company* onde introduz o nome da escrava Maria dos Reis. Anotou que o engajamento de todos eles na companhia ocorreu no dia 03 de setembro de 1866 e que o contrato expiraria no dia 02 de setembro de 1871, cinco anos depois conforme estava previsto (**Quadro 1**).

¹⁸¹ ACSM. Inventário Avulso. 1º Offício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 72 e 72v.

¹⁸² ACSM. Inventário Avulso. 1º Offício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 71 e 71v.

N.	Nome	Jornaes por anno	Data em que forão engajados	Quando espira o Contracto
1	Francisco dos Reis	208\$000	3 de setembro	2 de setembro
2	Miguel dos Reis	208\$000	1866	1871
3	Raphael dos Reis	208\$000		
4	Agostinho dos Reis	208\$000	arrematado	
5	Germano dos Reis	208\$000	arrematado	
6	Gabriel dos Reis	170\$000		
7	Felício dos Reis	170\$000	arrematado	
8	Antonia dos Reis	96\$000		
9	Ignez dos Reis	96\$000		
10	Mauricia dos Reis	96\$000		
11	Margarida dos Reis	76\$000	arrematada	
12	Joaquim dos Reis	100\$000	D.a	
13	João dos Reis	100\$000		
14	Izabel dos Reis	60\$000	’ arrematada	
	2º Contracto			
15	Lucindo dos Reis	Arrematado	1 de Novembro 1866	31 de Out.o 1871
16	Maria dos Reis			
	Por 5 annos			

Quadro 1 – “Relação dos escravos engajados na Cia. Anglo Brasileira Pelos Snrs. Conigo Antonio Bernardino dos Reis e Irmãos”. Fonte: ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 16.

Thomas Bawden remeteu esta lista junto a uma declaração dirigida ao Juiz Municipal de Órfãos no intuito de informar aos arrematantes dos escravos que eles não poderiam desligá-los da companhia antes de completado o prazo de engajamento, haja vista que Bawden era credor do cônego e seus irmãos vinham pagando suas dívidas através do aluguel destes escravos. Esta dívida atingia a elevada cifra de 23:794\$000. Citemos o documento:

“Ilmo. Sr. Juiz Municipal de Orphãos

Mariana, 12 de (ilegível) de 1870.

Diz o Director da Companhia Anglo Brasileira Limitada, sita no Arraial da Passagem desta Cidade, que havendo o finado Conigo (sic) Antonio Bernardino dos Reis, e seus irmãos se constituído devedores ao Capitalista Cap.m Thomas Bawden de quantia que por empréstimo receberão e fizerão ao credor hipoteca de bens e penhor de escravos com a clauzula de ser estes engajados na Companhia e o producto dos jornaes aplicado ao pagamento da divida e em virtude d’esses effectivam.e forão engajados os escravos constantes da relação junta e o credor tem recebido os jornaes.

Procedendo-se a inventario nos bens do Capm. Lucio Bernardino dos Reis a cujo escravo pertencem os bens de que trata e tendo de ser vendidos na forma da lei os escravos inventariados comprehendidos os que se achão engajados na Companhia por tempo determinado razão pela qual vem o Supp.e requerer que se junte esta aos autos a fim dos arrematantes saberem que os escravos engajados não podem ser desligados da Companhia se não preenchido o engajamento.

O Supp.e faz esta declaração por não saber se no inventario existem as precisas declarações a respeito.

Pede a V. Sa. Deferimento,
juntando-se esta aos autos.
E. Re. Mce.

O que se pode deduzir dos denominados escravos alugados de 1ª, 2ª e 3ª classes a partir desta documentação? Para isso, será preciso, primeiramente, discriminar as características destes escravos e escravas. O inventário do cônego supra citado e de seus irmãos traz a listagem nominal de todo o plantel da família. Embora fragmentário, pois não registra os ofícios que exerciam, dele se desprende alguns indícios que ajudam a esclarecer os critérios adotados para tal classificação (**Quadro 2**).

Escravos Alugados à <i>Anglo-Brazilian Gold Company</i>					
1ª Classe					
Homens					
N.	Nomes	Idade	Nação	Valor	Observação
1	Francisco dos Reis	26 anos	Crioulo	1:400\$000	
2	Miguel dos Reis	30 anos	Crioulo	1:400\$000	
3	Raphael dos Reis	60 anos	Negro da Costa	-	Morto
4	Agostinho dos Reis	25 anos	Crioulo	1:400\$000	
5	Germano dos Reis	NC	NC	NC	
6	Lucindo dos Reis	23 anos	Crioulo	1:400\$000	
Mulheres					
1	Antonia dos Reis	22 anos	Crioula	1:000\$000	
2	Ignez dos Reis	20 anos mais ou menos	Crioula	1:000\$000	
3	Mauricia dos Reis	20 anos	Crioula	1:200\$000	Mãe de Júlio de 3 meses
4	Anna dos Reis	NC	NC	NC	
5	Maria da Conceição [dos Reis]	35 anos mais ou menos	Crioula	700\$000	
2ª Classe					
Homens					
1	Gabriel dos Reis	18 anos	Crioulo	1:000\$000	Doente
2	Felício dos Reis	17 anos mais ou menos	Crioulo	1:300\$000	
3	Domingos dos Reis	NC	NC	NC	Fugiu em 21 de outubro de 1867
Mulheres					
1	Margarida dos Reis	18 anos	Crioula	1:000\$000	
3ª Classe					
Homens					
1	Joaquim dos Reis	NC	NC	NC	
2	João dos Reis	70 anos mais ou menos	Negro	250\$000	
Mulheres					
1	Izabel dos Reis	60 anos mais ou menos	Negra da Costa	300\$000	

Quadro 2: Plantel do vigário Antônio Bernardino do Reis (1870). Fonte: ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 5ss. Elaboração própria.

O plantel era composto, majoritariamente, por crioulos (típico da segunda metade do século XIX). Estes escravos e escravas estavam engajados na companhia desde 1866, exceto Anna dos Reis e Domingos dos Reis. Raphael dos Reis, o único homem idoso de 1ª

classe, havia falecido no intervalo entre o engajamento e o inventário (feito em 1870). Portanto, é necessário reduzir em 4 anos a idade de todos para saber com que idade começaram a trabalhar na companhia. Salta aos olhos que o principal critério diferenciador adotado para enquadrar tanto homens quanto mulheres nas diferentes classes é a idade, haja vista que nenhum deles exercia qualquer ofício relacionado à mineração antes de seu engajamento - provavelmente apenas Raphael - o que explicaria sua posição, apesar de sua idade. Isto porque quando o nível de mecanização não era alto não exigia, *a priori*, nenhuma formação anterior.

A grosso modo e deduzindo-se 4 anos, teríamos em média: 1ª classe (entre 18 e 30 anos), 2ª classe (entre 14 e 18 anos) e 3ª classe (acima de 55 anos). Podemos acrescentar que um(a) adolescente de 2ª classe podia ascender a trabalhador(a) de 1ª classe, assim como um homem ou mulher de 1ª classe podia descer à 3ª classe à medida que a idade avançasse, caso permanecessem trabalhando na mina.

Apenas uma mulher com filho, Maurícia, foi alugada (por isso sua avaliação foi superior às outras em sua faixa etária). A doença de Gabriel, embora tenha reduzido seu valor, não era fator limitante às funções que desempenhou na mina.

Confirma-se, portanto, a conclusão de Douglas Libby de que a companhia utilizava-se dos escravos durante os anos mais produtivos, podendo descartar aqueles mais desgastados e/ou transferi-los de setor conforme sua conveniência. É este vigor físico de homens e mulheres de primeira classe que Richard Burton viu no pleno exercício de suas tarefas no departamento de redução da mina de Morro Velho em 1867. Diz ele: “uma mulher de primeira categoria quebra uma tonelada e meia [de minério aurífero] por dia” usando martelos compridos com cabeças de aço que pesavam 750 gramas. Além disso, elas “facilmente aprendem a separar o minério rico do pobre”.¹⁸³

Isto sugere que a capacidade intelectual também era um critério adotado para selecionar os escravos por classes e não apenas por sua força bruta. Mesmo sob a brutal desumanização a que estavam submetidos, os escravos eram seres humanos e, enquanto tais, era o uso de suas faculdades racionais que lhes permitiam aprender com destreza o ofício e mesmo ensiná-los aos neófitos. Se assim não fosse, não seriam seres humanos.

O trabalho na mineração baseia-se, sobretudo, na *experiência*. São a rotina e os ensinamentos dos mais velhos que convertem o aprendiz em especialista. Esta formação é diferente da teórica. É através dela que se converte em *expert* – torna-se mineiro(a). Esta

¹⁸³ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 219 (grifo nosso).

expertise é atributo somente da idade que lhe proporciona a correta apreensão das técnicas, detalhes, agilidade e sensibilidades (no caso acima, principalmente a acuidade visual); numa palavra, a destreza. Assimilado, o conhecimento é transmitido aos aprendizes, assegurando assim a continuação da arte até que ela seja superada por novas técnicas ou equipamentos. É esta especialização que resguarda os trabalhadores das circunstâncias adversas.

Quando Ernest de Courcy visitou a *The Ouro Preto Gold Mines* em 1886 teve dois escravos à sua disposição (Germain e Justine¹⁸⁴ - este era camareiro, cozinheiro e palafrenero - **Figura 6**). Portanto, era um escravo de primeira classe com tripla habilidade que prestava seus serviços diretamente ao corpo diretor da mina. O palafrenero devia passar por processo de aprendizagem do cerimonial pertinente ao exercício de sua função.

Figura 6 – O escravo Justino. Fonte: COURCY, 1997, p. 84.

Nota-se que sua vestimenta (com colarinho e punhos definidos) é bem caracterizada como a de um escravo doméstico. Traz consigo uma espécie de abanador, espanador ou leque e usa esporas em seus pés descalços – marca distintiva da escravidão.

¹⁸⁴ O tradutor da obra de Courcy supõe que em português Germain seja Germana e Justine, Justino. Temos dúvidas quanto a isso, pois no plantel alugado à *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1860 havia um escravo chamado Germano. É provável que ele tenha continuado na mina até à visita de Ernest de Courcy em 1886.

Em resumo, a mina tinha imediatamente à sua disposição durante 5 anos escravos em plena idade produtiva como, por exemplo, os de 1ª classe pagando por eles apenas 208\$000 anuais. Se, por outro lado, quisesse comprá-los, teria que desembolsar 1:400\$000 por cada um. Este valor venal equivale a, aproximadamente, 6 anos e meio de aluguel (descontados os custos de sua manutenção). O **Quadro 3** aponta os escravos do plantel Vigário Antônio Bernardino dos Reis que não foram alugados à mina.

	Nome	Idade	Nação	Valor	Observação
	Júlio	3 meses	Crioulo	NC	Filho de Maurícia Crioula
1	Gesuíno	30 e (?)	Crioulo	1:300\$000	
2	Marcos	32 anos	Crioulo	1:450\$000	Tropeiro
3	Sabino	16 anos	Crioulo	1:400\$000	
4	Theodosa	30 anos	Crioula	900\$000	Mãe de 4 filhos
5	Luís	12 anos	Crioulo	1:200\$000	Filho de Theodosa
6	Jacinto	10 anos mais ou menos	Crioulo	1:000\$000	Filho de Theodosa
7	Manoella	9 anos	Crioula	600\$000	Filha de Theodosa
8	João	1 ano	Crioulo	300\$000	Filho de Theodosa
9	Paulina	14 anos	Cabra	1:000\$000	
10	Luiza	28 anos	Crioula	1:000\$000	
11	Raymundo	8 anos	Pardo	800\$000	Filho de Luiza
12	José	1 ano e meio	Pardo	350\$000	Filho de Luiza
13	Joanna	25 anos	Mulata	800\$000	
14	Roza	50 anos	Negra	300\$000	Papuda
15	Ritta	2 anos	Crioula	500\$000	
16	Feliciano	8 anos	Crioulo	800\$000	
17	Gracianna	9 anos	Crioula	550\$000	
18	Bonifácio	60 anos	Negro	500\$000	

Quadro 3 - Escravos do plantel do Vigário Antônio Bernardino dos Reis não alugados à *Anglo-Brazilian* (1870).
Fonte: ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 5ss. Elaboração própria.

Vemos que a companhia preteriu, principalmente, das crianças (a maioria, abaixo da idade produtiva). Não é possível saber as razões que a levaram a não alugar escravos e escravas em plena idade produtiva, como Gesuíno, Marcos (que era tropeiro), Luiza e Joanna. Roza não foi alugada certamente por ser “papuda”. Provavelmente porque os herdeiros não puderam ou não quiseram abrir mão de todos. Salvo o caso de Maurícia, as outras mães do plantel não foram alugadas à companhia.

O que mais seria possível descobrir da trajetória social destes homens e mulheres que estavam alugados à *Anglo-Brazilian Gold Company* desde 1866? Domingos dos Reis e mais três cativos fugiram no dia 21 de outubro de 1867. O fato foi imediatamente comunicado a Thomas Bawden no dia seguinte:

“Copia / Comp.a Anglo Brasileira
Ilmo. Snr. Thomas Bawdem
Passagem 22 de Octr. 1867

Communico a V. S. que ontem desaparecerão d'este estabelecimento os
escravos Domingos dos Reis, Benedicto, João e Francisco Vieira.
Sou com estima

De V. Sa.
Assignado (ilegível) S. Symons”¹⁸⁵

Em cumprimento das cláusulas 3ª e 4ª do contrato a companhia imediatamente cortou o pagamento de seus jornais. Esta informação é dada pelo mesmo Symons em carta resposta remetida a Elias Augusto do Carmo a 21 de abril de 1871: “os jornais do dito escravo forão suspensos desde o dia de sua fuga (21 de outb.o de 1867)”¹⁸⁶ Após sua escapada, Domingos retornou para a casa de seus senhores onde veio a falecer, de acordo com testemunho de José de Souza Cunha Junior, credor do tenente José Bernardino dos Reis e administrador dos bens do falecido Lucio Bernardino dos Reis. Diz ele: “Domingos, o escravo que fugiu da Companhia, veio falecer no mesmo dia em casa de um herdeiro”¹⁸⁷

É provável que Domingos tenha adquirido uma doença ocupacional e buscou a proteção de seus antigos donos ou parentes nos últimos momentos de sua vida. Se ele fugiu da mina era porque ali não encontraria todo o cuidado que certamente teria junto aos herdeiros do cônego e, talvez, de familiares.

O empenho de Thomas Bawden para que os devedores pagassem a dívida por meio destes escravos alugados adentra o ano de 1871. Enquanto credor do espólio do finado Bernardino dos Reis, através de carta datada de 12 de agosto de 1871, dirigida ao Juiz de Órfãos da cidade de Mariana, argumenta que:

faltando p.a completar o pagam.to do Supp.e, calculado na q.tia de 4:694.664 pela ultima liquidação, e não havendo lançadores aos escravos Mauricia e seo filho Julio, Graciana, Rita, Gabriel, Antonia, Rosa e Bonifácio nas differentes praças em que andarão, pretende o Supp.e, mais em beneficio do mmo. espolio, onerado de outras dividas que como o do Supp.e (ilegível) que se lhe adjudiquem aquelles escravos (ilegível) o valor dos mmos. a q.tia de 2:738.000, salvo engano.¹⁸⁸

O procurador Geral Rezende declarou aos 17 dias do mesmo mês e ano que:
“Parece-me rasoavel que sejam adjudicados os escravos de que trata a petição pela

¹⁸⁵ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 92.

¹⁸⁶ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 91.

¹⁸⁷ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 137v.

¹⁸⁸ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 110.

avaliação”.¹⁸⁹ Em termos jurídicos, adjudicação é “o ato judicial, mediante o qual se estabelece e se declara que a propriedade de uma coisa se transfere de seu primitivo dono para outra pessoa, que, então, assume todos os direitos de domínio e posse, que são inerentes a toda e qualquer alienação”.¹⁹⁰ Logo, se Thomas Bawden obteve a adjudicação solicitada, tornou-se imediatamente proprietário destes oito escravos.

Luiza, depois de morte de sua senhora, D. Leocádia, “tem vivido sobre si, serve, e aluga-se a quem quer”. Mas, ela e seus filhos (Raymundo e José) foram levados à praça por 2:150\$000 em 5 de novembro de 1874.¹⁹¹ Tudo indica que após a morte de sua mãe, o menino Raymundo foi arrematado ou adjudicado a Thomas Bawden pois em 1875, segundo declaração do testamenteiro e inventariante Elias Augusto do Carmo, “Raymundo está na companhia do Capm. Thomas Bawdem”, enquanto José estava “na de D. Margarida, viúva de Antonio Nunes Alves”.¹⁹² Embora não saibamos quem era o pai dos meninos, percebe-se que a família da crioula Luiza foi fragmentada somente após a sua morte. Isso ratifica o forte papel da mãe escrava, enquanto elemento aglutinador da família escrava.

Este fato demonstra claramente que os ingleses¹⁹³ recorriam a estratégias legais para possuir escravos. Reforça ainda a declaração de Ernest de Courcy que ouvira do contador da *St. John d’el Rey Mining Company* dizer como os ingleses não podiam comprar negros, serviam-se de “testas-de-ferro aos quais dão dinheiro para que adquiram negros para eles, mas, feito isto, os testas-de-ferro os alugam a eles por um preço qualquer que nunca é pago, obviamente”.¹⁹⁴

Fábio Carlos da Silva diz que no litígio aberto pelos acionistas da *National Brazilian Mining Association* contra Oxenford, o “curioso é constatar que a Justiça britânica não se manifestou quanto ao fato de cidadãos ingleses possuírem e negociarem com escravos, o que a legislação britânica teoricamente não permitia”.¹⁹⁵

Este mesmo historiador revela que em 1865 Penicock Brown da *Brazilian Land and Mining Company* “realizou negócios ilícitos de comum acordo com seu cunhado James Gordon (Superintendente da Morro Velho) no que tange ao aluguel de 237 escravos (sendo

¹⁸⁹ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876) f. 111-149.

¹⁹⁰ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, vol. 1, p. 85.

¹⁹¹ ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 144.

¹⁹² ACSM. Inventário Avulso. 1º Ofício. Códice 14, auto n. 284 (1870-1876), f. 149.

¹⁹³ Não localizamos a naturalização de Thomas Bawden, nem sabemos se ela ocorreu. Caso tenha acontecido, essa reflexão, especificamente sobre ele, precisará ser revista.

¹⁹⁴ COURCY, Ernest de, Visconde. Op. cit. 1997, p. 98.

¹⁹⁵ SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a companhia inglesa de Macaúbas e Cocais (1828-1912)*. 1997. 150f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, p. 98.

112 homens, 99 mulheres e 26 crianças) da *National Brazilian*".¹⁹⁶ Não obstante, a justiça inglesa recusou por várias vezes conceder autorização para que essa companhia vendesse os escravos de Cocais em 1880, quando ela atravessava dificuldade de manutenção de seu plantel.

O mais escandaloso caso de transação locativa de homens foi aquele firmado em 1844 entre a *National Brazilian Mining Association* e a *St. John d'el Rey Mining Company* para o aluguel de 385 escravos. Embora o contrato estabelecesse a libertação de todos os escravos após 14 anos de serviço e de todos os filhos quando alcançassem 21 anos, ele foi renovado em 1859. Este caso foi denunciado pelo deputado abolicionista Joaquim Nabuco em 1879, resultando num processo movido pelos escravos contra a *St. John d'el Rey Mining Company*, culminando em sua libertação pelo Supremo Tribunal em 1881.

Em sua licença artística, Avelino Fóscolo, autor da obra *Morro Velho*, serve-se de narrativa similar para acusar a empresa do escandaloso e ilegítimo uso do trabalho de libertos oriundos de Catas Altas como se ainda fossem escravos. O advogado destes precisou apelar para a justiça de Ouro Preto e talvez tivesse que recorrer ao Supremo, pois "a Companhia é poderosa e pesa sempre na balança da justiça" que é "uma cega manhosa que vê bem por debaixo da venda à luz do ouro".¹⁹⁷ O advogado venceu a causa, mas, desafortunadamente, caiu pneumônico e a empresa aproveitou-se disso para lesar os libertos mantendo-os ainda cativos.

O destino da maioria dos escravos alugados pela Mina da Passagem, tal qual os de Morro Velho, foi continuar oferecendo seus serviços à mina após a alforria. Isto foi passível de constatação através do: *Aunt Jess' Memories*.¹⁹⁸ Por volta de 1888-1890, quando ainda era uma criança de 3 anos, a pequena Jess foi levada pela empregada negra ao Fundão que "was the old slave quarter (...) The people now living in the Fûndaô were free: they still worked in the gold mine and used the metal as an alarm clock".¹⁹⁹

¹⁹⁶ Id. Ibid., p. 108.

¹⁹⁷ FOSCOLO, Avelino. *Morro Velho*. Edição, apresentação e notas Letícia Malard e José Américo Miranda. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999, p. 149s.

¹⁹⁸ Trata-se do diário, ainda inédito, redigido por uma jovem inglesa chamada Jess que residiu no Morro de Santana e em Passagem de Mariana no Final do século XIX. Jess era neta de Richard Martins, capitão de mina natural da Cornunalha. Este precioso documento, em fase de tradução para futura publicação, registra diversos momentos da trajetória dos trabalhadores da mina e do cotidiano da família inglesa na localidade.

¹⁹⁹ "Era a velha senzala (...) O povo que habitava o Fundão já era livre e ainda trabalhava na mina de ouro e usava o metal como despertador. *AJM*. Acervo do autor, sd., sp.

4 Os mineiros ingleses

“O operário que vem para o Brasil, mineiro, carpinteiro ou ferreiro, torna-se feitor de mina – talvez proprietário de mina – feitor ou proprietário de terra, engenheiro” (BURTON, 1976, p. 21).

No século XIX, as empresas auríferas inglesas necessitavam muito mais que o “trabalho braçal” de escravos e homens livres pobres. Outra parcela que compunha seu quadro funcional era formada por mineiros ingleses, geralmente trazidos da Cornualha. Trata-se de homens especializados contratados para dirigir e supervisionar os trabalhadores escravos e livres no subsolo e na superfície. Não estamos nos referindo aos engenheiros e administradores, mas aos **mineiros** propriamente ditos. Seu saber, fruto de longa experiência e aprendizagem prática, comporta todo um conhecimento do trabalho mineratório: procedimentos, instrumentos, termos técnicos, processos, maquinário e mesmo lendas.

Esses homens eram de fundamental importância para as companhias inglesas, pois conheciam todos os aspectos da profissão. Eram os detentores e executores na linha de frente de todo o *know-how* inglês de extração e beneficiamento do ouro e na relação com os outros trabalhadores. O saber, disciplina, experiência e baixo custo de sua mão-de-obra quando comparados a profissionais formados em escolas científicas, tornava-os indispensáveis. Armand Bovet diz que no estágio da mineração no final do século XIX, “quasi não se pôde confiar um trabalho um pouco delicado senão a operários europeus”.²⁰⁰

No Brasil foram, tal qual os capitães de minas e os índios chefes de Potosi, os *pongos*, “intermediarios entre los dos mundos”.²⁰¹ Esta função diretiva, à medida que foi ocupada por brasileiros e mineiros de outras nacionalidades fez deles também mediadores culturais (*passeurs*). Na mina da Passagem havia ainda outro tipo de intermediário, não ligado diretamente às funções de chefia: o intérprete, cargo geralmente ocupado por descendentes de ingleses, como Jorge Moyle em 1920.

Tânia M. F. de Souza, tendo como fonte o *Mining Journal*, registra que os mineiros cónicos chegaram à *Anglo-Brazilian Gold Company* no dia 12 de abril de 1864.²⁰² Na *The Ouro Preto Gold Mines* em 1897 eles eram menos representativos que a força escrava, imigrante e livre nacional (somavam apenas 30 entre 880 trabalhadores). Neste meio,

²⁰⁰ BOVET, Armand. Op. cit. 1883, p. 23 (grifo nosso).

²⁰¹ Sobre os *pongos*, cf. SALAZAR-SOLER, Carmen. Innovaciones técnicas, mestizajes y formas de trabajo em Potosí del siglo XVI y XVII. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 145.

²⁰² SOUZA, Tânia M. F. de. Op. cit. 2002, p. 198.

dispunham de um diferencial, eram trabalhadores especializados. Por isso, recebiam salários acima da média.

John Calvert²⁰³ sustenta que o conhecimento técnico dos mineiros cômicos acerca da mineração de ouro era nulo. Este julgamento parece-nos equivocado ao pecar por unilateralismo tecnicista. O que se buscava neles não era apenas o domínio das técnicas de extração de determinado minério (cujo domínio podia demandar algum tempo), mas o conhecimento dos métodos de trabalho no subsolo (escoramento, drenagem, manipulação de explosivos e máquinas); além das imprescindíveis noções de disciplina, hierarquia e liderança, entendimento da língua dos chefes, dentre outras qualidades que os administradores ingleses dificilmente encontrariam em outros trabalhadores igualmente reunidas.

Todos os setores das minas inglesas: desmonte, redução, fundição e refinamento exigiam a presença de trabalhadores altamente qualificados como eram os ingleses. O anúncio publicado na coluna “Wanted” do *Mining Journal* em 1894 procurava: “MINERS – TWO GOOD MEN WANTED for Brazil. Must be accustomed to timbering in soft ground. Wages £12”.²⁰⁴ Homens que a Inglaterra produzia em abundância e com elevado conhecimento técnico-prático. Mineiros experientes no trabalho específico de minas de ouro podiam ser facilmente encontrados na segunda metade do século XIX. Novamente é o *Mining Journal* de 1894 que o atesta: “ADVERTISER, DESIRES SITUATION as Mill Superintendent or Assayer. Experience in Californian and other Gold Fields. First rate testimonials”.²⁰⁵

Fábio Carlos da Silva demonstrou que mineiros experientes eram buscados também na Alemanha, pois eram “tão habilidosos quanto os britânicos e sujeitavam-se a trabalhar por salários mais baixos, o que representava economia para a Companhia”. Por isso, George Vincent Duval da *National Brazilian Mining Association*, recrutou-os em Hartz no ano de 1828 para trabalharem na mina do Pacú. Em fevereiro de 1834 a Companhia de Cacaís trouxe da Inglaterra 53 homens (capitães de mina, funcionários, mineiros, artesãos, pedreiros, carpinteiros e mecânicos). Este contingente foi reforçado com mais 39 homens e garotos em maio do mesmo ano. Mais tarde, chegaram mais um capitão de mina e 20 mecânicos, todos ingleses.²⁰⁶

²⁰³ CALVERT, John. *The gold rocks of Great Britain and Ireland, and a general outline of the gold regions of the world, with a treatise on the geology of gold*. London: Chapman and Hall, 1853, p. 321. Apud SOUZA. Op. cit. 2002, p. 43.

²⁰⁴ “MINEIROS - Dois excelentes homens para o Brasil. Preferencialmente acostumados a fazer vigamentos em chão macio. Salários de £12”. *MJ*. January 6, 1894. n. 3046, vol. LXIV, p. 19.

²⁰⁵ “Precisa-se Superintendente de moinho ou ensaiador. Experiência na Califórnia e outros Campos de Ouro” *MJ*. February 10, 1894. n. 3051, vol. LXIV, p. 159.

²⁰⁶ SILVA, Fábio Carlos da. Op. cit. 1997, p. 76s.

O conde de Suzannet mostra que o custo de um mineiro inglês “menos categorizado” na mina de Gongo Soco em meados de 1845 era muito superior ao do escravo. Enquanto o primeiro recebia “250 francos por mês”, o segundo “custa uns quinhentos francos por ano em média”, o que equivale a 41,66 francos mensais. Outra vantagem do cativo era que “o trabalho de um negro inteligente corresponde ao de um mineiro inglês beerrão e insubmisso”.²⁰⁷

No subsolo ou na superfície durante a supervisão dos trabalhos, os mineiros ingleses estavam expostos a quase todos os perigos que seus dirigidos. Muitos ingleses morreram junto com seus chefiados. Richard Burton registra acidente ocorrido em Cata Branca no ano de 1844, onde “treze trabalhadores, entre os quais um inglês, foram mortos”.²⁰⁸ Assim sucedeu também em Morro Velho, Passagem e nas outras minas inglesas.

O próprio Burton impede-nos de ver a história destes trabalhadores apenas pelo dourado prisma de vencedores, pois muitos deles “não progrediram, em via de regra, nos trópicos”. E completa que “o inglês, exceto sob a disciplina de Morro Velho, enfraquece e bebe”. Inebriados pelo espírito da “branquinha”, muitos se envolveram em crimes triviais, sendo em alguns processos as vítimas e, em outros, os réus.²⁰⁹

Caso típico de inglês que dedicou sua vida a diferentes tipos de vícios pode ser citado Thomas Andrus da *Don Pedro North del Rey Gold Mining Company* em Mariana que faleceu repentinamente na madrugada do dia 24 de agosto de 1877 no hospital desta companhia. Os peritos concluíram que o falecimento deste súdito de S.M.B de “trinta e cinco anos mais ou menos, temperamento sanguíneo, estatura regular, côr branca, cabelos (ilegível) castanhos escuros” ocorreu “por vida extravagante e abuso de bebida alchoolica”.²¹⁰

Por sua vez, E. P. Thompson assinalou que na Inglaterra os mineiros da Cornualha eram conhecidos por seu caráter turbulento.²¹¹ Eric Hobsbawm confirma este viés desordeiro, mas assinala que eles, de maneira geral, eram preocupados “menos com política do que com suas lutas econômicas especializadas”.²¹² O amor à bebida, à preguiça, chantagens e desordens eram “vícios” pertencentes também a alguns trabalhadores estrangeiros, como demonstraram Richard Burton e diversos processos-crime que consultamos.

²⁰⁷ SUZANNET, Conde de. Op. cit. 1954, p. 120.

²⁰⁸ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 164.

²⁰⁹ Id. ibid. pp. 24 e 264.

²¹⁰ ACSM. Crimes. 2º Ofício. Códice 215, auto n. 5361 (1877), f. 3v.

²¹¹ THOMPSON, E. P. Op. cit. 1987, vol. 3, p. 69.

²¹² HOBBSAWM, Eric. *Trabalhadores*: estudo sobre a história do operariado. Trad. Mariana L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 45.

Não localizamos a participação dos mineiros cónicos em qualquer movimento reivindicatório em Minas no período abarcado por esta pesquisa na Mina da Passagem. Qual foi então a estratégia adotada pela administração da mina capaz de dissipar a tradição rebelde destes homens? Fatores alheios aos interesses da companhia também interagiram neste processo? Esboçaremos tentativa de resposta a estas indagações mais adiante.

5 A contratação de imigrantes europeus: 2ª fase

A introdução dos trabalhadores livres europeus no Brasil na segunda metade do século XIX ocorreu quando ainda vigorava o trabalho escravo. As razões para esta inovação nas relações de trabalho no campo e nas cidades já foram exaustivamente discutidas na bibliografia histórica e não podemos aqui entrar nas numerosas controvérsias de sua interpretação. Nosso objetivo é abordar, especificamente, sua inserção nas minas inglesas instaladas em Minas Gerais (especialmente na Mina da Passagem), enfocando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais deste fenômeno.

José Murilo de Carvalho apresentou as razões que levaram a lei de terras de 1850 (regulamentada em 1853) a relativo fracasso: resistência dos proprietários, a falta de agrimensores e engenheiros e o elevado custo da medição das terras. A lei não conseguiu provocar a expropriação coletiva dos meios de produção daqueles que dependiam da terra e vinham ocupando-a como posseiros há séculos. Até 1866 permaneceu letra morta quando muitas terras públicas continuavam sendo ocupadas. Por isso, “a imigração passou a ser feita através de verbas orçamentárias”.²¹³

A necessidade de importação de mão-de-obra estrangeira está associada também à conjuntura do tráfico negreiro a partir de 1850. A proibição do comércio de escravos neste ano provocou a paulatina escassez do suprimento externo e a elevação dos preços de venda e aluguel, onerando os proprietários.

A abolição da escravidão em 1888 acabou por lançar no mercado nova massa de trabalhadores, os chamados “negros 13 de maio”. Privados dos meios de produção, muitos dos ex-escravos continuaram a trabalhar nas minas junto aos novos empregados. A erradicação do trabalho escravo intensificou a necessidade de prover, maciçamente, Minas Gerais com novo tipo de trabalhador que conjugasse as virtudes e vantagens do próprio

²¹³ CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras no Império. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 1, março de 1981, p. 51.

escravo, do trabalhador especializado europeu e do obreiro nacional: disciplina, operosidade, assiduidade, baixa remuneração e, se possível, conhecimento técnico. Os proprietários ingleses da Mina da Passagem esperaram encontrá-las reunidas nos imigrantes europeus.²¹⁴

O quarto aspecto a ser observado nesse campo é que, embora a saída encontrada para grande parcela de homens livres pobres tenha sido se proletarizar nas fazendas e minas, o crescimento da economia mineira continuava carente de mão-de-obra. Ou seja, o processo de disciplinamento dos ex-escravos e dos homens livres pobres estava caminhando a passos largos para seu desfecho.

É preciso esquivar-se do monismo da causa e do economicismo, pois além de suprirem a “falta de braços” para a lavoura e indústrias esperava-se, por intermédio destes imigrantes, promover o “branqueamento” da nação e contribuir para “a regeneração dos costumes nacionais, mediante o exemplo do trabalho fecundo”.²¹⁵ Tarefa que não poderia ser cumprida pelos asiáticos. A imigração européia promovida e financiada pelo Estado de Minas Gerais no final do século XIX coroou este processo possibilitando aos proprietários prescindirem da exclusiva oferta de trabalho local acirrando a tendência de elevada oferta de mão-de-obra e baixa remuneração dos trabalhadores.

Preteriremos do estudo do contexto sócio-econômico dos países europeus fornecedores de cidadãos para a América, assim como das condições de vida durante a travessia do Atlântico em navios superlotados que comportavam de 1.000 a 1.500 pessoas: fome, maus-tratos, doenças, tempo de travessia, dentre outros aspectos.²¹⁶

Não obstante, não se deve perder do horizonte esta ambiência social, pois ela elucida o estado de espírito, condições salutaras e falta de bens com que aqui aportaram estes trabalhadores. Interessa tão-somente a chegada no porto do Rio de Janeiro, o contato com as autoridades mineiras, a estadia na Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora e a posterior mudança para Passagem de Mariana e sua mina. Vale lembrar que nem todos os imigrantes que se dirigiram para esta localidade tornaram-se mineiros; muitos exerceram ocupações como agricultores, comerciantes, sapateiros, padeiros, dentre outras.

²¹⁴ Em toda documentação averiguada não encontramos trabalhadores asiáticos (chineses e japoneses) na Mina da Passagem, tal como ocorreu em Morro Velho.

²¹⁵ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas pelo Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes. 1899, p. 48.

²¹⁶ Há autores que traçam paralelo entre as condições dos navios negreiros e aqueles que transportavam os imigrantes. Cf. KLEIN, H. S. *The Middle Passage: comparative studies in the atlantic slave trade*. Princeton, 1978.

Para suprir esta carência de mão-de-obra, antes mesmo da abolição foi aberto o processo migratório para Minas Gerais. Inicialmente, de acordo com Carla Anastasia, a iniciativa não foi bem sucedida, pois “até agosto de 1883 somente duas centenas de imigrantes haviam entrado em Minas Gerais”.²¹⁷ A **Lei n. 2819 de 1887** autorizou o governo a dispor auxílio aos imigrantes, a criar núcleos coloniais e a construir a Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora. Inicia-se também a propaganda do Estado na Europa. A Inspetoria de Imigração de Minas Gerais criada em 1888 foi “suprimida por **Decreto de 7 de dezembro de 1889** em razão de achar-se interrompida a corrente immigratória para este Estado”.²¹⁸ Por este fator, somente na última década do século XIX o processo migratório para Minas foi regulamentado, embora houvesse pequena imigração espontânea anterior.

É neste contexto, quando a abolição era ainda recente e suas marcas ainda se faziam presentes nas relações de trabalho e na sociedade como um todo, que em 1892 a Secretaria dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais chefiada por David Moretzsohn Campista enviou para todas as cidades de Minas um questionário, anexo à circular de 17 de setembro, contendo questões relativas aos “Braços úteis à Sociedade”, imigração, emigração e salubridade.²¹⁹

Na cidade de Mariana, apenas os Conselhos de São Domingos e Furquim cumpriram à determinação estadual. Não obstante a baixa representatividade, as respostas foram significativas. Ambos os distritos marianenses atestaram a falta de trabalhadores, que não vinham praticando nenhum meio de obtê-los e que não havia nenhum movimento migratório para a zona. Enquanto São Domingos preferiu as nacionalidades espanhola e alemã, Furquim escolheu a inglesa.

Na última década do século XIX a *The Ouro Preto Gold Mines*, tal qual os agricultores, sentia falta de braços para o trabalho. Em 1891 o secretário Henry Ward anotara que “great difficulty has been experienced in obtaining labour”.²²⁰ Dois anos depois, o superintendente Henry J. Gifford também lamentou a carência de mão-de-obra. Diz ele: “la main-oeuvre est toujours insuffisante et parfois il a fallu envoyer des agents recruter des

²¹⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 220.

²¹⁸ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, p. 212.

²¹⁹ *Idem*. 1893, p. 8-67.

²²⁰ “grande dificuldade tem sido experimentada na obtenção de trabalho”. In: AR. 1891, p. 4.

ouvriers; mais il y a eu assez pour permettre d'effectuer les travaux d'exploration et autres indispensables".²²¹

Diante deste urgente problema e atendendo à pressão dos proprietários, o governo do Estado regulamentou o provimento de trabalhadores europeus através da **Lei n. 32 de 18 de julho de 1892** “elaborada no intuito de auxiliar e reorganizar a lavoura pela concorrência de trabalhadores estrangeiros (...) attento ao mallogro conhecido de tentativas anteriores para a introdução de imigrantes entre nós”.²²² A referida lei autorizou o governo estadual a despendar a quantia de 5 mil contos nesta operação, enquanto a receita não atingia 10 mil contos. A epidemia de cólera na Europa e a Revolta da Armada retardaram sua aplicação.

O **Decreto n. 612 de 6 de março de 1893** “fixou os favores que seriam concedidos a particulares ou empresas²²³ que introduzissem imigrantes, traçou as regras de fiscalização pelo estado e lançou as bases da colonização”.²²⁴ Criou também os postos de Superintendente e emissários de imigração na Europa e na Ásia. Organizou ainda seis distritos de imigração; Mariana pertencia ao 3º Distrito, cuja sede era a cidade de Saúde.

Para seduzir os emigrantes, o Estado de Minas contou com a publicação de obras de cunho laudatório acerca das riquezas e vantagens que aqueles somente poderiam encontrar nas fazendas e cidades de Minas. O próprio David Campista redigiu um opúsculo intitulado *Lo Stato di Minas Geraes - Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti*, publicado em Gênova. Escrito “no methodo de exposição socrática”, traz em cerca de 80 páginas a posição geográfica, hidrografia, fertilidade do solo, clima, população, costumes, língua, religião, agricultura, riquezas minerais, instrução pública, leis sobre imigração, carta geográfica e várias vistas de fazendas, cidades e dos principais edifícios da nova capital.²²⁵

O Estado oferecia ao estrangeiro e sua família “passagem gratuita, desde o ponto de sahida fora do Estado até ao da collocação definitiva nelle”.²²⁶ Para realizar o pedido, o

²²¹ “a mão-de-obra é sempre insuficiente e à vezes foi necessário enviar agentes para recrutar operários; mas foi o bastante para permitir efetuar os trabalhos de exploração e outros indispensáveis”. In: AR. 1893, p. 31.

²²² MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, p. 212.

²²³ Em 1897 o Estado já não tinha contratos com empresas. Cuidava ele mesmo através da Superintendência na Europa do aliciamento, escolha e fiscalização do serviço de imigração. O transporte era feito através de companhias de navegação com as quais o Estado negociava diretamente a redução dos custos.

²²⁴ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 59.

²²⁵ RIMG. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno III, n. 20 e 21, p. 245.

²²⁶ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 60.

peticionário devia dispor de meios de alimentação, casas “bem collocadas, em logar enxuto, ventiladas, bem cobertas, si tem água para o serviço doméstico, si satisfazem as condições hygienicas”, informar se “o gênero da cultura ou a qualidade de industria explorada na fazenda ou estabelecimento, dão ou podem dar bons resultados no logar”; e ainda se o modo de remuneração prometido é “regular, conforme os usos adoptados e assegura a subsistência aos colonos”.²²⁷ O contrato assinado com a empresa Jacomo N. Vicenzi e Filho previa a introdução de 20% de mulheres no contingente total.²²⁸

O proprietário podia também contratar imigrantes introduzidos por outro, tendo para isso que pagar as despesas, caso não tivessem sido saldadas por este. O proprietário ficava isento de pagar pelos imigrantes que fossem inválidos e inaptos para o trabalho como criminosos (“desordeiros e gatunos”) ou mendigos. Além dos evidentes problemas sociais que causariam, este tipo de imigrante era considerado incapaz de fazer retornar seus custos aos cofres públicos por meio da cadeia produtiva onde seria inserido. Se o braço imigrante significa trabalho, este deve se traduzir por produção e esta por arrecadação de impostos.

Mas, no ano seguinte à promulgação da lei, problemas internos de ordem política e a incidência de cólera na Europa retardaram a instalação da corrente migratória. Apesar dos esforços, “todos os pedidos feitos até 31 de dezembro de 1893, não excederam de 22, referentes a 58 famílias 309 indivíduos”.²²⁹ Destes, nenhum imigrante foi para a *The Ouro Preto Gold Mines*. Apenas a *The St. John d’el Rey Mining Company* pediu a introdução de 150 portugueses, cuja ordem de introdução data de 24 de agosto de 1893.²³⁰ A 21 de outubro do mesmo ano esta mesma companhia recebeu mais 9 famílias alemãs.

Outro importante fator contribuiu para este fracasso inicial. Os proprietários se recusaram a despender capital no pagamento das passagens. Diante deste obstáculo, o Estado associado a algumas Câmaras, descentralizou o processo de introdução, criando hospedarias regionais, repassando aos municípios as despesas do transporte, alojamento, alimentação, médico, medicamento e outras. Os gastos com o combate às epidemias correriam por conta do

²²⁷ Idem, p. 62.

²²⁸ Vigorou de 2 de junho de 1893 a 3 de junho de 1896. Outros contratos temporários foram celebrados também com as empresas de Camilo Cresta, Silva Sanches, Cavenzi e Gallezi, Gustavo Garotti e a Companhia francesa Transports Maritimes .

²²⁹ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894. Idem, p. 63.

²³⁰ Idem. 1894, p. 64s. Mas, até o dia 13 de setembro apenas 9 dos 50 imigrantes embarcados no paquete inglês *Magdalena* chegaram à estação de Honório Bicalho, conforme relato do fiscal do primeiro distrito de imigração, Estevam de Oliveira – Cf. MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894. Anexo B, p. 69.

Estado. Ou seja, tratava-se de reduzir ao máximo o custo do trabalho para os novos empregadores. O objetivo foi finalmente alcançado através do **Decreto n. 786 de 15 de outubro de 1894** que determinou que as passagens dos imigrantes fossem integralmente pagas pelo Estado.²³¹

Desembarcados no porto do Rio de Janeiro, os imigrantes que se destinavam para a agricultura, domicílios e empresas mineradoras de Minas Gerais eram conduzidos, numa viagem coberta em 27 horas, para a Hospedaria Central de Imigrantes (Hospedaria Horta Barbosa) localizada há cerca de 2 km do centro de Juiz de Fora. Fundada em 1888, “é um vasto e sólido edifício, construído a expensas da província de Minas, com acomodações para alojar 2.200 pessoas”.²³² Esta “expansão e solidez” não a imunizaram das sucessivas epidemias que vitimavam parcela dos imigrantes nela adentrados para aguardar a transferência. Ali deparavam-se com “más condições higiênicas (...) aglomeração de pessoas (...) e falta de isolamento dos enfermos”.²³³ Situação que se agravava no verão com a chegada das chuvas, calor e doenças tropicais:

Infelizmente para nós, a época em que da Itália é mais fácil a emigração e do melhor elemento, é justamente a pior para serem aqui recebidos e collocados os colonos; corresponde aos mezes de novembro a fevereiro, época em que são mais intensos o calor e a chuva e em que há menos procura de immigrants por parte dos lavradores.²³⁴

De acordo com o relatório do Dr. Nicolau B. da Gama Cerqueira redigido a 05 de março de 1895, o quadro da Hospedaria era caótico. Nela carecia de tudo: hospital, enfermaria e enfermeiro, farmácia e farmacêutico, cemitério, pintura, drenagem, necrotério, lavanderia, a divisão dos cômodos era inadequada, pouca água, as latrinas mal feitas e mal situadas. Sua capacidade real era de, no máximo, 400 a 450 pessoas; mas, chegou a acolher até 2.500 como em novembro de 1897.²³⁵

Na epidemia que perdurou de dezembro de 1894 a março de 1895, em apenas um mês, 79 indivíduos foram atacados de cólera, falecendo 36 (45,56%). Algumas crianças já chegavam acometidas de “sarampão” ao qual se deve acrescentar a desnutrição e afecções intestinais. Aquelas em idade de amamentação sofriam com a queda ou supressão da lactação

²³¹ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1895, p. 386.

²³² Idem. 1894, p. 69.

²³³ Idem. 1895. Quarta Parte, p. 369. Para descrição pormenorizada das condições da Hospedaria de Juiz de Fora, confira o Anexo F, pp. 2-23.

²³⁴ Idem. 1898, p. 75.

²³⁵ Idem. 1898. Anexo F: Hospedaria de Immigrantes de Juiz de Fora, p. 3-23.

materna devido à desnutrição e fadiga da travessia. Os mortos eram enterrados em cova única no cemitério Municipal da cidade.

No ano de 1896, enfim o governo concluiu diversas obras emergenciais, tais como o refeitório (com capacidade para 1.200 pessoas), o muro, encanamento d'água, poço, casa de bomba, enfermaria e esgotos. Medidas que não solucionaram os problemas, pois sucessivas remessas de imigrantes seguiam umas às outras e com elas novas epidemias como a Sarampão em 1896, difteria e varíola em 1897 que explodiram nos meses de junho e outubro. As 3.000 receitas aviadas na farmácia confirmam as más condições sanitárias do estabelecimento.²³⁶ As crianças eram as mais fáceis vítimas de outras moléstias como a atrepsia e a gastroenterite, haja vista que chegavam debilitadas pelo excessivo calor e pela falta de aleitamento materno que obrigava as mães a alimentá-las artificialmente com leite de má qualidade.²³⁷

No relatório datado de 30 de janeiro de 1897, o médico Belisario Augusto de Oliveira Penna deixa transparecer a má impressão que o local lhe causou, pois continuava sem o hospital, sem água suficiente “barrenta e lodosa”, as três únicas latrinas a exalar mau cheiro “a bem grande distancia”, sem lavanderia e sem cemitério exclusivo para os imigrantes.²³⁸ O hospital, “provido de material insuficiente” e outras obras (esgoto com manilhas, caixa d'água e enfermaria com farmácia foram executadas meses depois).

Os sobreviventes da dupla travessia – atlântica e terrestre – eram então conduzidos ao destino final. A melhor época para a localização dos imigrantes enviados à agricultura era durante os meses de abril a setembro, devido à colheita de café e também porque ocorre a redução da incidência de “febres palustres” no litoral. Mas, nas embarcações vinham também aqueles destinados às empresas auríferas de Minas que não precisavam observar a sazonalidade agrícola.

Quanto à nacionalidade dos imigrantes introduzidos, os italianos sobrepujaram numericamente às outras. As razões para isso é que eram considerados pelos proprietários como “profundamente religiosos”²³⁹ e preferíveis aos espanhóis “pela sua índole menos

²³⁶ SOUZA, Francisco Emílio de. Anexo F - Relatório do Administrador da Imigração de Juiz de Fora. In: MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1898, p. 275s.

²³⁷ Relatório do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna - Juiz de Fora, 30 de janeiro de 1897. In: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspetor de Terras e Colonização*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1897, p. 167. Veja também o Mappa Estatístico das Enfermarias durante o anno de 1896, p. 169.

²³⁸ Idem. 1896, p. 166.

²³⁹ Relatório do fiscal do 1º distrito de imigração. In: MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1894. Anexo B, p. 71.

agitada”.²⁴⁰ Já os alemães e suíços “afeiçoam-se ao paiz onde adquirem propriedade são, pode-se dizer que na sua totalidade, mais estimados, mais ordeiros e dotados de grande energia”²⁴¹ - o lema protestante *bete und arbeite* (ora e trabalha) estava profundamente arraigado em seus espíritos. No campo das confissões religiosas, de forma geral, poucos imigrantes apresentaram-se como “acatholicos” - apenas 40 em 1897, contra 17.538 que se confessaram católicos.

Dentre os italianos, os procedentes do norte eram mais bem aceitos. Havia “certa desconfiança relativamente aos que emigraram do sul”.²⁴² Desta região procediam geralmente “os pequenos commerciantes, os artistas ambulantes, os que exercem nas cidades as profissões mais humildes, os que não são agricultores”;²⁴³ ou seja, os “operários de toda sorte”. Outras vantagens contribuíram para a escolha dos italianos, como “a corrente já de longo tempo estabelecida para a América do Sul (...) a comunidade da raça e da religião e a simelhança da língua, tornam fácilimo o alliciamento dos immigrants”.²⁴⁴

Havia também explícita preferência por agricultores, pois do total apenas “5% de cada expedição poderá ser de operários de artes mechanicas ou industriaes, trabalhadores aptos para a construção de ferrovias”.²⁴⁵ Quanto ao estado civil, os solteiros só podiam seguir “com auctorização especial do superintendente ou de seu encarregado”.²⁴⁶ Por fim, cumpre lembrar que alguns imigrantes europeus deslocavam-se para Minas oriundos de outros Estados brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A plurinacionalidade adotada pelo Estado era observada por objetivos de estratégia política que considerava importante evitar o perigo que o exclusivismo de uma nacionalidade

²⁴⁰ Relatório do fiscal do 2º distrito de imigração, Nominato José de Souza Lima. In: MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1894. Anexo B, p. 75. Foi com os espanhóis que George Chalmers da *St. John d'el Rey Mining Company* enfrentou mais problemas em sua administração, a ponto de planejar substituí-los por maquinismos automáticos e mineiros cónicos – Cf. *RIMG*. 30 de dezembro de 1897, Anno V, n. 36, p. 168.

²⁴¹ Idem, p. 75.

²⁴² PRATES, Carlos. Relatório do Inspetor de Terras e colonização. In: MINAS GERAES. Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspetor de Terras e Colonização Dr. Carlos Prates, em 1897. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1897, p. 93.

²⁴³ Idem, p. 93.

²⁴⁴ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1897, p. 159.

²⁴⁵ MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 90.

²⁴⁶ Idem, p. 90. Sobre a composição etária e civil dos imigrantes alojados na hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora, veja o texto de BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo: vol. 7, n. 54, p. 155-176, 2007. Neste artigo os autores não fazem qualquer referência aos imigrantes que se destinaram para as minas inglesas, levando a crer, enganosamente, que foram ocupados apenas nas fazendas de café e núcleos coloniais.

poderia trazer para a ordem e tranquilidade públicas, quando acidentes diplomáticos excitam o sentimento patriótico.²⁴⁷ Em 1915, o então Presidente da Província de Minas, Delfim Moreira, declarou que:

De minha parte, não me animo a tomar a responsabilidade de introduzir imigrantes que não se deixam caldear e absorver, procurando constituir um prolongamento do paiz de origem e cujo cruzamento com a raça brasileira, ‘já por demais confusa’ no dizer de Pedro II, seria altamente inconveniente.²⁴⁸

A primeira introdução oficialmente documentada de imigrantes estrangeiros na *The Ouro Preto Gold Mines* nesta segunda fase ocorreu em 1894. Dois documentos, a *Estatística de pedidos de imigrantes no Estado durante o anno de 1894* (**Anexo F**) e o *Mappa Demonstrativo* produzido pela Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora (**Anexo G**), registram o envio de 175 imigrantes para a mina a pedido do superintendente e de parentes já instalados. A maioria destes imigrantes foi introduzida justamente no difícil mês de novembro.

Embora o primeiro registro devidamente documentado do envio de imigrantes italianos para a Mina da Passagem nesta segunda fase date de 1894, encontramos no relatório de Gifford redigido em agosto de 1891 a seguinte informação:

To obtain an adequate supply of labour has been a constant source of anxiety, for if in times past the supply was somewhat scarce, it is doubly so now since the recent flood of speculation has created new works and enterprises of all descriptions throughout the country. Native labour is very scarce and precarious, and it is only by the employment of a large force of Italian miners and labourers (of whom we have about 200) that the mine can be kept going. Immigrants are constantly arriving, but are immediately employed near the coast at higher rates of wages by new concerns, and it is with great difficulty that we can maintain a proper working staff.²⁴⁹

A pequena Jess presenciou a chegada de imigrantes italianos em 1892 anotou que:

When the Italian immigrants arrived they were a sad sight, dozens of them, mothers with babies and small children walked from Ouro Preto to Passagem (8 miles?) in

²⁴⁷ RIMG. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno III, n. 20 e 21, p. 240.

²⁴⁸ MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, no anno de 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1913, 1º vol., p. 44.

²⁴⁹ “Tem sido uma fonte constante de ansiedade obter uma oferta adequada de trabalho, por vezes, se no passado, a oferta era algo raro, é duplamente então agora já que a recente avalanche de especulações criou novas obras e empresas de todos os tipos em todo o país. O trabalho nacional é muito escasso e precário, e é somente através do emprego de uma grande força dos mineiros e dos trabalhadores italianos (dos quais temos cerca de 200) que a mina pode ser mantida como vai. Os imigrantes estão constantemente chegando, mas são imediatamente contratados junto à costa com altos salários nos novos empreendimentos, e é com grande dificuldade que podemos manter um bom contingente de trabalhadores” - AR. Agosto de 1891, p. 34s.

the sweltering sun and dusty roads. They were dirty and exhausted and sat on the cobbles outside our house. We took them some water, coffee, cakes and the English got accommodation and food for them. One day, many years after Father died, a rich Italian contractor told us when he arrived with some other young fellows at one of the stations, they were penniless in a strange country, not knowing what to do or where to go. An English gentleman came to them, hearing their tale, gave them a chit to take to the hotel and money for a nights lodgings and passage to Passagem, where they could get work. The Italians did not forget, but Father never mentioned it.²⁵⁰

Esta mesma inglesinha informa uma das ocupações exercidas pelas imigrantes em Passagem de Mariana. A casa inglesa, além do serviço de um jardineiro negro alforriado por Mr. Martin, contava também com os serviços de uma negra e, depois da chegada dos imigrantes europeus, com “a Bohemian maid called Anna whom we loved she was so kind (...). We were very sorry when she went back to Europe”.²⁵¹ A chegada das imigrantes européias pobres em Passagem, como Anna, proporcionou aos ingleses a possibilidade de convívio no lar com mulheres, provavelmente mais aceitáveis para o trato das crianças. Mulheres mais próximas ao “padrão europeu”.

Através do **Decreto Federal n. 6.455, de 19 de abril de 1907** o serviço de imigração passou a cargo da União, sendo que a chegada dos imigrantes já vinha decrescendo há alguns anos, devido à supressão de passagens gratuitas pelo governo de Minas. Em 1909 foram introduzidos apenas 136 imigrantes por conta do Estado; destes, somente 2 se destinaram para Passagem. Ainda não foi possível encontrar nos arquivos os requerimentos de imigrantes feitos pela Mina da Passagem, a partir da fase sob controle federal.

Após sucessivos decréscimos, em 1913 o governo constatou: “é facto que, de tempos para cá, nenhuma corrente de immigrants, expontanea ou subvencionada, tem se encaminhado para o Estado”.²⁵² No ano seguinte, a conflagração mundial restringiu a imigração européia para o Brasil. De 1910 a 1917 computou-se a entrada de 6.682 imigrantes em Minas. Em 1929 este número caiu a 186.

²⁵⁰ “Quando os imigrantes italianos chegaram, eles eram uma visão da tristeza, eram dezenas, mães com crianças pequenas e de colo caminharam de Ouro Preto até Passagem de Mariana (8 milhas ou 6,7 km) sob um sol escaldante e sobre estradas empoeiradas. Eles estavam sujos e exaustos e se sentaram nas pedras de fora da nossa casa. Nós demos-lhes água, café, bolos e os Ingleses os acomodaram. Um dia, muitos anos depois da morte do meu pai, um contratador italiano muito rico, que chegara à estação com mais alguns companheiros mais jovem, nos disse que estava sem um centavo em um país estranho, sem saber para onde ir e o que fazer. Um senhor inglês se aproximou deles ao ouvir o que diziam, deu a eles um papel para irem ao hotel, algum dinheiro para alojamento e passagem para Passagem de Mariana, onde poderiam trabalhar. Os Italianos não se esqueceram, mas meu pai nunca mencionou o acontecido” - *AJM*. Acervo do autor. S.d. s.p.

²⁵¹ “uma empregada da Bohemia chamada Anna, a quem nós amávamos. Ela era ótima (...) Ficamos muito tristes quando ela voltou para a Europa”. Tradução Nossa. *AJM*. Acervo do autor. S.d. s.p.

²⁵² MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, no anno de 1913*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1913, p. 8.

CAPÍTULO III

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA MINA

1 A formação geológica da mina

A transdisciplinaridade é uma postura metodológica de que o historiador jamais pode preterir quando busca alargar os horizontes da análise para tecer cenários mais abrangentes do objeto em foco. Se o desconhecimento das condições geológicas das jazidas (sua estrutura e riqueza) provocou a falência de muitos empreendimentos, para os historiadores, tal negligência pode ocasionar a ruína da pesquisa histórica.

Neste íterim, o estudo das condições de trabalho no subsolo e na superfície da mina, os investimentos necessários, as técnicas mineratórias, o impacto ambiental sobre a vegetação circundante, a maior ou menor periculosidade, a vigilância contra furto estão estreitamente relacionados à estrutura geológica da jazida.

O grave engenheiro Paul Ferrand assim classificou a jazida de Passagem: “é um filão de quartzo e pirita aurífera, composto essencialmente de quartzo branco leitozo, de turmalina e pirita arsenical, com menores quantidades de pirita comum de ferro e pirita magnética”²⁵³ - (Figura 7).

Figura 7 – Corte segundo o mergulho da jazida. Legenda: Canga, itabirito, micaxistos quartzizosos, entrada do plano inclinado n° 1, xistos criptocristalinos, quartzitos e filão. Fonte: FERRAND, 1998, p. 221.

²⁵³ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 221.

Juvenil Felix acrescenta que sua formação geológica era composta, principalmente, por camadas de quartzo, minerais sulfo-arsenicados (dos quais se aproveitava o arsênico), lentes turmalínicas, piritas, itabirito e quartzito dolomítico. Estas rochas, de maneira geral, possuem considerável dureza, sendo pouco friáveis e refratárias ao tratamento convencional por gravimetria, o que exigia processo metalúrgico mais complexo compreendido por três fases: preparação mecânica, amalgamação e cloretação.²⁵⁴ Esta estrutura das rochas da parede e do teto permitia, segundo Ferrand, que o escoramento fosse “quase dispensável”:

Os acessos abertos na jazida não necessitam qualquer revestimento; nas frentes da lavra, os pilares de sustentação são estabelecidos de modo a manter o teto, onde uma camada de xistos cristalinos muito resistente, apesar de sua pequena espessura, separa o filão do itabirito suscetível de se partir em placas finas, impedindo-as de ruir. Nos locais onde o itabirito se encontra exposto, estabelecem-se algumas elevações, não tanto para sustentar o teto, mas para servir de testemunho e avisar da iminência de um desabamento; nos pontos lavrados, chega-se mesmo a provocá-lo.²⁵⁵

De acordo com Abreu Fróes, o rendimento de seu veio aurífero (situado de 136 a 138 metros) entre os anos 1896 e 1904 variou de 9,3 a 13 gr./ton., enquanto o de Morro Velho acusou 18 gramas em seus melhores anos e diversas minas da África do Sul e Austrália tinham riqueza variável entre 10 e 17 gramas.²⁵⁶ Ferrand constatou que suas carvoeiras (onde aparecem o mispíquel e a turmalina) podiam atingir 150-200 gr./ton.; as massas de quartzo leitoso eram pobres e tocavam de 2 a 3 gr./ton, mas podiam se elevar a 10 e 15 gr./ton, quando tinham suas fraturas preenchidas por matérias metálicas e as piritas compartimentadas unidas à turmalina atingiam o teor de 20 a 30 gr./ton.²⁵⁷

Em suma, o teor médio do veio aurífero não fazia de Passagem um empreendimento deficitário. No século XIX, as minas se tornavam inviáveis financeiramente, quando o teor médio caía abaixo de 7g por tonelada de minério extraído.²⁵⁸ Passagem fornecia

²⁵⁴ FELIX, Juvenil. Práticas de Mineração na Mina de Passagem. In: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 50ss.

²⁵⁵ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 245.

²⁵⁶ FRÓES, Abreu. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937, p. 163s.

²⁵⁷ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 227.

²⁵⁸ LIBBY (1998, p. 340) mostrou que este foi o caso da *Brazilian Company Limited (Cata Branca)* que cessou suas atividades em 1844 quando o teor diminuiu de 14,6 para 7,1gr./ton. A própria *Anglo-Brazilian Gold Company* operou de maneira deficitária durante nove anos, acumulando prejuízos de £27.167 quando a média do teor de ouro caiu para 7,2 gr./ton. O autor aponta que o resultado do teor de ouro de uma companhia podia ser forjado pela superintendência da mina para melhorar a saúde da empresa junto aos acionistas. É o que fez a *St. John d'el Rey Mining Company* para o ano financeiro de 1875-1876. Diz ele: “Adotou-se uma política deliberada de rejeitar, dentro das próprias galerias, minério de teor duvidoso. Assim, somente minério cujo alto teor era visível aos experientes olhos dos mineiros ingleses chegava ao departamento de redução, evidentemente redundando em uma produção aurífera altíssima. Obviamente, porém, o entulho composto pelo minério rejeitado acabou por obstruir as escavações e constituiu um sério problema para o novo superintendente” (id. Ibid, p. 341).

aos seus proprietários além do ouro, a prata, arsênico, bismuto e turmalinas. O aproveitamento destes outros minerais implica que o vigor financeiro da mina não pode ser medido apenas pela extração do ouro, embora esta fosse sua principal fonte de riqueza.

A referência a esta composição geológica interessa ao historiador, pois comparada à da mina do *Don Pedro North Del Rey*, por exemplo, esta explorava uma jazida de jacutinga (itabirito arenoso e friável). De Jacutinga eram também as minas da *Brazilian Company Limited (Cata Branca)* e da *Imperial Brazilian Mining Association*. De acordo com Richard Burton, “a jacutinga era então uma formação desconhecida, mas os mineiros ingleses, especialmente os da Cornualha, já sabiam tudo e, por conseguinte, não toleravam que lhes ensinassem coisa alguma”. Esta arrogância provavelmente tenha produzido certa negligência e, por isso, a mina de Cata Branca desabou em 1844 enterrando vivos “treze trabalhadores, entre os quais um inglês”.²⁵⁹

Se, por um lado, a jacutinga necessitava de menor tratamento no engenho, por outro, sendo menos consistente, exigia maior revestimento de grossos e próximos madeiramentos, com elevada despesa para a administração. Além disso, quanto mais friável a rocha, mais frequentes são os desabamentos. Por isso, nas cabeceiras da mina os mineiros eram obrigados a levar adiante a guarnição, antes de retirarem o minério.

Em 1867 Burton encontrou o interior da *Don Pedro North Del Rey* “literalmente revestido de paredes de madeira, peças de revestimento no alto e escoras, com ripas de troncos inteiros ou divididos de candeia e, às vezes, com tábuas, para impedir os lados de ceder”. Nas minas de jacutinga a ventilação é especialmente necessária pela grande produção de gás e porque é “o pior dos minerais, no que se refere ao aquecimento”.²⁶⁰

Burton chama a atenção para outra peculiaridade da jacutinga: nela o ouro “é solto e, ao contrário do da piritita, exige todo o cuidado para prevenir seu furto; a esse respeito, é tão perigoso quanto o diamante, e, apesar de todas as precauções, os negros, sem dúvida, encontram meio de apanha-lo e furta-lo”.²⁶¹ Nota-se, portanto, que o tema da composição geológica de uma mina é bem mais complexo do que parece. Ele está diretamente ligado à segurança, ao tipo de vestuário de trabalho, às instalações e à ocorrência de furto – assuntos que abordaremos adiante.

²⁵⁹ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 164. A *RIMG*. 1893. Anno I, n.3, p. 67 registra outro acidente ocorrido nesta mina antes de 1830 “que enterrou grande numero de mineiros”. Ao contrário de Burton, afirma que no acidente de 1844 “trabalhavam mais de cem mineiros”.

²⁶⁰ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 282s.

²⁶¹ Id. Ibid. p. 282s.

Quando Ernest de Courcy visitou a *The Ouro Preto Gold Mines* e desceu em seus poços no ano de 1886, percebeu que “a camada aurífera é tão espessa que, sem prejudicar a produção, os pilares das galerias são formados apenas por ela mesma; nenhum madeiramento é empregado para sustentar os trabalhos internos”. Por outro lado, a *St. John d’el Rey Mining Company* dispendia, mensalmente, “3 mil libras esterlinas” com o madeiramento.²⁶²

A maior solidez das rochas da jazida de Passagem exigia, por sua vez, o emprego de explosivos e potentes moinhos e britadores de ferro para trituração do minério. Cada um destes elementos determinava parcela de periculosidade, seja no abalo da estrutura das paredes, teto e pilares de sustentação (**Figura 8**), assim como na liberação de poeiras e gases tóxicos e excesso de ruídos na moagem prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

Figura 8 – Pilares de sustentação do teto. Observe as respectivas camadas geológicas onde ocorre a incrustação do veio aurífero. Acervo do autor.

Daí se conclui que, por ocasião de desmoronamentos, não se pode dizer que os mineiros da Mina de Passagem eram soterrados, mas esmagados. Ou seja, a *causa mortis* não ocorria por asfixia sob terra, mas por diversas formas de traumatismo, sobretudo o craniano. Esta é a razão de encontrarmos nos registros de óbito do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana, entre 1891 e 1927, abundantes casos de “shock traumático”, “esmagamento do crânio”, “hemorragia cerebral” e “esmagamento por pedras”. Isto é uma

²⁶² COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 86 e 97.

diferença essencial no que tange aos perigos, cenas chocantes e temores que rondavam o cotidiano dos trabalhadores do subsolo e que abalavam cotidianamente sua *psique*.

Nas minas, a profundidade, temperatura, umidade e pressão variam em estreita relação entre si. Israel Quirino acredita que a Pia número 1 era a mais profunda, atingindo 1340 metros em meados do século XIX. Sua temperatura média oscilava entre 8 e 9° em áreas mais úmidas até 24 a 30°. ²⁶³

A longa exposição dos trabalhadores a estas baixas temperaturas no subsolo, a roupa encharcada de suor durante a jornada e o contato com temperatura diferenciada na superfície também podem ser apontadas como causadoras de enfermidades pulmonares. A pressão subterrânea, o calor, a desidratação, a fome e o cansaço faziam com que alguns desmaiassem (“sambar”, na linguagem dos mineiros no século XX) durante o trabalho. ²⁶⁴ A falta de ventilação adequada no interior das minas favorecia a proliferação de doenças do aparelho respiratório. Aliado a isso, a acumulação de gases tóxicos oriundos das explosões de dinamite e do apodrecimento da madeira tornavam a mina um ambiente malsão. Para amenizar estes danos, as minas em geral abriam respiradouros e adotavam bombas de ventilação externas, nem sempre eficientes.

O gás grisú sempre presente nas minas de carvão não é encontrado nas minas de ouro de formação rochosa como a de Passagem, devido à composição geológica diferente destas jazidas. Isto se comprova, pois não há nenhum registro de óbito do Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem no período apontado que indique o grisú como causador de óbitos, seja por explosão ou intoxicação.

2 A organização do trabalho na mina

Após o desenvolvimento da seção anterior estamos agora em condições de acompanhar como os trabalhadores e trabalhadoras escravo(a)s e livres se situavam no local de trabalho. Na mina há dois locais de trabalho distintos: a) o subsolo, onde ocorre o

²⁶³ QUIRINO, Israel. Op. cit. 1986, p. 67ss.

²⁶⁴ Encontramos um caso para a Mina de Maquine, pertencente à *Don Pedro North del Rey* no ano de 1879. O inspetor da companhia, Elydio Thomé Cerqueira, relatou ao delegado de polícia de Mariana no dia 13 de outubro que “hoje dia 13 de outubro de 1879 houve um acontecimento dentro da Mina do Maquine na pessoa de Francisco Marcellino. Este hindo em um lugar quente com falta de ares cahio violentamente em dismaio, e creio que não voltará a si, e para q a justiça chegue o conhecimento di facto ou o a cazo acontecido dou-lhe parte como o Inspector da Companhia”. ACSM. Crimes. 2º Ofício. Códice 183, auto n. 4565.

desenvolvimento (ou desmonte), extração e desagüamento; b) A superfície, onde fazem o tratamento mecânico (redução) e metalúrgico do minério içado.

Tentaremos descrever, cuidadosamente, o processo extrativo da mina até chegar à produção dos lingotes e seu envio para a Inglaterra. Nesta trajetória, o desmonte, carregamento e transporte, desagüamento, ventilação, temperatura, umidade e profundidade, iluminação, escoramento, processo metalúrgico (preparação mecânica), processo químico (amalgamação, cloretação e cianetação), equipamentos (vagonetes, brocas, perfuratrizes, moinhos e outros), a produção total e custos interessam tão somente em sua relação com a divisão do trabalho e com a rotina dos mineiros e não com técnica em si.

O objetivo é perceber como estava estruturado o trabalho no subsolo e na superfície da mina, atentando para as modificações técnico-científicas introduzidas neste período na lenta e contínua marcha de substituição do trabalho braçal, da força motriz animal e hidráulica pela mecanização do processo extrativo, sem perder de vista seu impacto sobre a vida dos trabalhadores, no cotidiano da localidade e as relações sociais implícitas em seu gerenciamento.

Para tal, adotaremos três referências principais: a obra de Richard Burton - *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* - situada na fase da *Anglo-Brazilian Gold Company*. Para a o período da *The Ouro Preto Gold Mines*, recorreremos ao livro de Paul Ferrand - *O ouro em Minas Gerais* (publicada em 1894 e que tem como referência o período de 1891 a julho de 1894), os *Annual Reports* redigidos por Henry Gifford no período de 1889-1904, as informações recolhidas das obras de viajantes europeus e de D. Pedro II que visitaram a mina nesta segunda fase de sua história.

2.1 O trabalho no subsolo

O inglês Richard Burton chegou à Passagem de Mariana em 1867. Mr. Symons, um britânico da Cornualha, convidou-o para se hospedar em sua casa que então se encontrava vazia, onde permaneceu por três dias. Sua visita às instalações da *Anglo-Brazilian Gold Company* foi ciceroneada por Mr. Robert Martin, chefe principal de mineração e também mineiro cónico.

São praticamente inexistentes os relatos detalhados sobre a rotina e as condições de trabalho no subsolo das minas inglesas. Quando Richard Burton visitou o interior da *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1867, deixou um dos mais significativos registros sobre o

cotidiano dos mineiros, a técnica extrativa, o maquinário, a mão-de-obra empregada e a organização do trabalho.

Quando desciam, os mineiros usavam uniforme e levavam consigo uma lanterna e um bastão – objetos indispensáveis para seu deslocamento entre as galerias. No subterrâneo trabalhavam então cerca de 50 homens ao mesmo tempo e “cada um tem uma tarefa de quatro a seis palmos, com pagamento extra para o trabalho extraordinário, e cada cavouqueiro produz meia tonelada por dia, com um total de sessenta a setenta toneladas diárias”.²⁶⁵

Maria Helena Machado frisou que esta forma de organização das tarefas sempre foi odiada pelo trabalhador cativo porque era a partir dela que “se definiam os ritmos do trabalho e do descanso, o sistema de exploração do trabalho, com suas cadências históricas, determinava as margens de tempo livre e, por conseguinte, as atividades autônomas dos escravos”.²⁶⁶ Atividades inseparáveis do comer e dormir juntos, também sob fiscalização.

Ao descer 180 metros “íngremes e escuros, mas secos e confortáveis”, pôde perceber que os instrumentos usados para o desmonte eram apenas “malhos e brocas”, a iluminação era feita com tochas e a sustentação das galerias com “vigas e troncos de paucandeia, sempre que o teto exigia proteção”. O mundo do trabalho subterrâneo foi descrito com a minúcia e erudição típicas do autor:

Afinal, chegamos a uma caverna abobadada, a 77 metros de profundidade. Achava-se iluminada com tochas, e os mineiros, todos escravos, dirigidos por feitores brancos, estavam cobertos de suor, e entoavam, alegremente, seus cantos e coros selvagens, acompanhando o compasso com o bater dos malhos e das brocas. A escuridão, o pálido clarão das luzes, a falta de ar, o cheiro peculiar de enxofre, os cantos selvagens, com as paredes pendentes como o rochedo de Sísifo e a espada de Dâmocles, tudo sugeria uma espécie de inferno material de Swendeborgiam e o negrinho Chico balbuciou, quando perguntada a sua opinião:

- Parece o Inferno!²⁶⁷

A descrição é bastante reveladora e sugestiva sob diversos ângulos. Apesar da dureza da rocha era necessário fazer escoramentos, a falta de ar denota problemas no sistema de ventilação e também porque o fogo das tochas consumia o pouco oxigênio existente, o odor era desagradável, o perigo de desabamentos era iminente e a hierarquia bem definida. No interior da mina, na dura faina de minerar sob a vigilância dos feitores brancos, os escravos trabalhavam em equipes e entoavam “cantos e coros selvagens”. Assim como a água do batismo não apagou o fogo de sua religião, o trabalho era espaço e momento de manifestação

²⁶⁵ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 285.

²⁶⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Op. cit. 1994, p. 21.

²⁶⁷ Id. Ibid. p. 285 - (negrito nosso).

de sua cultura original. Infelizmente, mesmo com todo seu preciosismo, Burton não reproduziu as canções para melhor aprofundamento de nossa análise.

O calor, o cheiro de enxofre, a umidade, o crepitar das pancadas dos malhos sobre as brocas, o barulho destas dilacerando as pedras, o eco das vozes pelas galerias, escravos e livres com os corpos cobertos de suor movimentando-se na escuridão, a tênue luz das candeias e a constante ameaça de morte são fatores que justificam a opinião do negrinho Chico carregada de soteriologia cristã nesta atmosfera dantesca. A opinião de Chico é um dos raros momentos em que é concedida a estes protagonistas anônimos da história a oportunidade de se manifestarem, de ocuparem a posição de agentes discursivos ativos no processo de produção do conhecimento diante dos viajantes e dos futuros leitores.

Compartilhamos a idéia defendida por Maria Helena Machado que, neste instante, o caráter essencial da literatura de viagem de “codificador de processos sociais e ideológicos de apropriação discursiva e conquista das populações não-brancas e coloniais”,²⁶⁸ parece cessar e ceder espaço a uma avaliação ideológica do ponto de vista do negrinho Chico que, embora não fosse trabalhador da mina, expressou com mais nitidez a visão daqueles que labutavam nos domínios de plutão e não apenas o visitavam. Isto, evidentemente, por sua própria afinidade étnica e laboral com a dos escravos.

Há muito de parcialidade na forma como o negrinho Chico concebe o local de trabalho, assim como há na de Burton ao ver alegria nos cantos selvagens (uma forma de afirmar a justeza da escravidão cabível aos selvagens e de reafirmar o próprio processo civilizador promovido pelos europeus sobre as costas dos escravos). Verdade é, filosoficamente, um conceito cercado de polêmicas. Mas, neste caso, ela estava literalmente ao lado dos “de baixo”. Trata-se de duas visões de mundo completamente díspares e capazes de formar opiniões diametralmente opostas nos leitores. Este é o cerne do conceito de zonas de contato sintetizado por Maria Helena P. T. Machado:

Zonas fronteira de conformação social, cultural e ideológica complexa, zonas de encontro de culturas, que se sobressaem também (...) como zonas de enfrentamento de diferenças, de tensão e dominação, territórios nos quais o sujeito ocidental se apropria do saber nativo, mas também espaço no qual o nativo apresenta a si mesmo, construindo identidades e saberes, moldando a percepção ocidental e conduzindo a construção de um saber colonial, segundo parâmetros e visões de resistência que a história ocidental, assentada na certeza de sua superioridade e sapiência, tem enorme dificuldade de perceber.²⁶⁹

²⁶⁸ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A sensualidade como caminho. Notas sobre diários e viagens. In: *Revista da USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social, n. 1, mar./mai. 1989, p. 135.

²⁶⁹ Idem. O descontínuo na história da cultura colonial e pós-colonial: acidente ou fatalidade? In: *Revista de História*. São Paulo: Dep. de História da USP. n. 141, terceira série, 2º semestre de 1999a, p. 154. O conceito de

Em 1886, Ernest de Courcy ouviu, na *St. John d'el Rey*, gritos igualmente “selvagens” de homens quase nus e apitos estridentes que comandavam as manobras de trabalho.²⁷⁰ A estes barulhos podemos acrescentar a experiência auditiva que Frank Vincent teve nesta mesma mina, perfeitamente cabível para a Mina da Passagem:

“All through the mine the visitor is started and alarmed by a variety of continuous rumblings and reverberations. The calls of the men to each other and the commands of the bosses have also an ominous sound. These goblin noises, penetrating through the murky darkness, combine with the miners' lights, which dart about like so many vicious jack o'lanterns, to surround one with a pandemonium”.²⁷¹

Vincent ouviu os escravos “cantando um refrão selvagem” e teve uma impressão de inferno dantesco da mina:

“They paused for a moment to salute our party with a double “Viva!” and then the banging, clanging, and strange though not unmusical singing, continued. What a grim picture it all made! I remember some of Doré's illustration of Dante which might be exactly duplicated here; while the uncouth cries, oaths, blows, and rumbles, might with but little stretch of the imagination be thought fit for “the high capital of Satan and his peers”.²⁷²

O juízo de valor emitido por Burton ao considerar que os escravos cantavam “alegremente” é contradito pela negativa avaliação do negrinho Chico. Ninguém canta de alegria no inferno, o motivo do canto era outro. Cantar enquanto exerciam a labuta diária era prática comum dos escravos ocupados na mineração do ouro e do diamante em Minas Gerais. Quando Eschwege visitou o Tijuco no ano de 1811 presenciou: “centenas de escravos seminus, o seu canto monótono nas horas de trabalho, os contínuos gritos dos feitores, à sombra do chapéu de sol e manejando compridos chicotes, eis o extraordinário, porém desagradável espetáculo que se apresenta ao europeu”.²⁷³

Zonas de contato foi elaborado por PRATT, Mary Louise. *Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc. 1999.

²⁷⁰ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 97.

²⁷¹ “Por toda a mina o visitante fica sobressaltado e alertado com a variedade de estrondos e reverberações contínuos. Os gritos dos homens de uns para os outros e as ordens dos chefes também tem um som agourento. Estes clamores de gnomos, penetrando através da escuridão tenebrosa, combinados com as lanternas dos mineiros, os quais arremessam muitas das velhas lanternas viciadas, rodeiam como um pandemônio”. In: VINCENT, Frank. *Around and about south America: twenty months of quest and query*. New York: D. Appleton and Company, 1897, p. 279.

²⁷² “Eles pararam por um minuto para saudar nosso grupo com um duplo 'Viva!' e então o estrondoso, o ressonante e estranho embora não-musical canto, continuou. Que figura horrível formou-se! Eu me lembro de algumas ilustrações de Dante feitas por Doré as quais podem ser exatamente reproduzidas aqui; enquanto os inexplicáveis choros, pragas, perjuros, e rumores, com pouca extensão da imaginação, podem ser pensadas para se ajustar à ‘grande capital do Satã e seus pares’”. In: VINCENT, Frank. Op. cit. 1897, p. 230.

²⁷³ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 133.

Aires da Mata Machado Filho, pesquisador da cultura negra no distrito diamantífero de São João da Chapada, diz que esses cantos de trabalho eram chamados de *Vissungos*, cuja tradução é “fundamento”. Seus cantos cortavam todo o dia de trabalho, havendo aqueles para a manhã, meio-dia e tarde. Segundo ele, estas canções traduzem “a necessidade universal de trabalhar cantando”²⁷⁴ e não a preferência por um regime mais folgado, contribuindo para “conservar entre eles a língua materna”. É preciso acrescentar que, além de significados culturais, a música contribuiu para tornar o trabalho um pouco mais suportável ao desviar o foco da realidade.

Burton não descreve um aspecto essencial da mina neste período: as dimensões das galerias. São nelas e nas câmaras de extração que os mineiros permanecem durante toda a jornada. Este é, efetivamente, seu local de trabalho. Por isso, as dimensões são de grande importância para seu bem-estar. Por esta razão, Engels²⁷⁵ criticou com especial severidade aqueles proprietários de minas de carvão ingleses que, por economia, abriam pequenos túneis para extrair somente a hulha, obrigando os trabalhadores a se arrastarem e permanecerem em posições incômodas e nocivas para sua estrutura óssea e muscular.

Parece-nos que esta crítica pode ser aplicada ao caso em estudo no que tange às suas dimensões, pois nem sempre as galerias e salões da mina foram largos e altos o suficiente para um homem adulto nela circular com relativa folga. Por meio de um anúncio de fuga de um escravo da *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1867, percebe-se nos sinais destacados para sua identificação, as sequelas físicas adquiridas em seu trabalho na mina:

Fugio da lavra da Passagem o escravo Manoel, crioulo, com os seguintes signaes: pés grandes e malfeitos, bastante corcovado e falla alguma cousa fanhozo, idade 50 annos, tem alguns cabellos brancos. Quem o prender e levar ao Ouro Preto ao abaixo assignado, receberá a gratificação de 5\$000 rs. Ouro Preto, 3 de outubro de 1867. – *Albino da Costa Guimarães*».²⁷⁶

Este prejuízo à sua espinha dorsal foi, provavelmente, oriundo de sua rotina de trabalho. Em 1867 a mina não possuía dimensões confortáveis para o trabalho dos escravos, provocando-lhes danos por toda a vida que passaram a ser sinais distintivos usados em sua identificação para possível captura. A deformação dos pés, possivelmente, foi provocada por algum tipo de dermatose devido à frequente umidade. Sua fala pode ter sido prejudicada por problemas nas vias aéreas adquiridos no local de trabalho.

²⁷⁴ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, p. 65.

²⁷⁵ ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985, p. 273ss (passim).

²⁷⁶ *Diário de Minas*. Ouro Preto, segunda-feira, 7 de outubro de 1867. Anno II, n. 329, p. 4. Grifo nosso.

Neste mesmo ano a mina contava com 19 europeus, inclusive o superintendente Mr. Furst²⁷⁷ e 380 a 400 homens e mulheres. Infelizmente, Burton não distinguiu a proporção entre livres e cativos neste contingente, nem os trabalhadores do subsolo daqueles da superfície. Percebe-se, então, que a *Anglo-Brazilian Gold Company* passou por grandes modificações em sua estrutura organizativa, maquinário, instalações e composição da mão-de-obra, quando comparado com o período de Eschwege.

Nota-se então que o quadro funcional da antiga *Sociedade Mineralógica da Passagem*, que era composto por apenas 40 escravos e 3 feitores em 1820, sofreu, respectivamente, um acréscimo de 900% e 533% em 47 anos. Destaque-se também a introdução de mulheres nas equipes de trabalho para a realização de tarefas na superfície, visto que o plantel de Eschwege era exclusivamente masculino.

Em termos técnicos, apesar das perfuratrizes a vapor existirem desde 1849 e a dinamite desde 1866,²⁷⁸ o desmonte era feito apenas com o uso de brocas e malhos. Como dissemos anteriormente, os avanços tecnológicos não são aplicados de imediato, mesmo nas companhias inglesas. A inclusão destes depende dos fatores que já apontamos. Outro dado de suma relevância é a determinação prévia de metas de trabalho a serem cumpridas pelos escravos e a concessão de prêmios àqueles que as ultrapassassem.

Embora a venda oficial da mina para a sociedade anglo-francesa tenha ocorrido no dia 24 de março de 1883, parece certo que Robey Partridge dela já havia tomado posse desde 1881, quando o engenheiro Ch. Monchot fora enviado para fazer sua desobstrução. Assim o foi, pois quando D. Pedro II a visitou, em abril deste mesmo ano, encontrou-se com o antigo proprietário Wandeborn (em 1886 era o engenheiro-chefe e diretor da mina quando Ernest de Courcy a visitou), Robey Partridge (adquirente) e o próprio Monchot. Iniciavam-se os preparativos para a nova e longa fase.

Enquanto esteve paralisada, ocorreram desabamentos, entulhamento de material nas entradas e na galeria de escoamento abaixo da qual os trabalhos estavam inundados e a usina ficou em ruínas. Monchot iniciou o desaguamento da mina e a reconstrução da usina de tratamento; mandou desaterrar o canal (3 a 4 km) que abastecia os trabalhos com água vinda do Pico do Itacolomi; desentulhar a galeria de escoamento para poder secar a mina até este

²⁷⁷ Em nota, Burton (1976, p. 288) diz que este “funcionário da companhia, faleceu, recentemente, de tifo; seu corpo se tornou segundo dizem, ‘amarelo como um guinéu’”. Guinéu era a moeda de ouro inglesa cunhada a partir de 1663, muito usada no tráfico africano.

²⁷⁸ Estranho Burton não se referir ao uso de pólvora no processo de desmonte, haja vista que este explosivo já era utilizado antes dos ingleses adquirirem a mina. Embora não tenha sido possível descobrir a data de fundação, sabemos da existência de uma fábrica de pólvora em Passagem de Mariana em 1869 de propriedade do inglês Guilherme Henrique Holman – ACSM. Crimes. 2º Ofício. Códice 201, auto n. 5025 (1869), f. 19.

nível; construiu uma roda hidráulica de 9 metros de diâmetro que acionava de um lado uma bomba hidráulica e, do outro, um tambor de extração; reativou o Plano Inclinado de Acesso 1 (PIA) - onde instalou a bomba e a via férrea para extração; recuperou a roda motriz dos *Wildes stamps* e reconstruiu um engenho de 12 pilões (que funcionou de junho de 1881 a julho de 1882, quando foi substituído por outra bateria de 12 pilões). O sistema de trilhos conseguiu atingir todas as seções em 1890 e, como informa o Relatório deste ano redigido por Gifford:

“The result of this has been an immense saving in manual labour, as seen by the fact that, though the quantity of stuff brought to surface was about 7.000 tons more, and the quantity of attle stowed away underground was also very much greater, the total cost on transport during the past year was actually less than for the preceding year, and the difference calculated on a ton of ore milled shows a saving of on-quarter of the cost in this department”.²⁷⁹

D. Pedro II foi a mais célebre autoridade a visitar e descer nas galerias da mina em 1881, onde permaneceu durante uma hora acompanhado por Patridge, Wandeborn e Monchot, justamente quando ela passava pelo processo de reestruturação para reabertura. Sua obra é importante, pois situa-se justamente na fase de transição da *Anglo-Brazilian Gold Company* (encerrada em 1873) para a *The Ouro Preto Gold Mines* (iniciada em 1884). Lamentavelmente, suas anotações são superficiais e dizem mais sobre o tratamento de chefe de Estado que recebeu dos ingleses. Quanto aos aspectos técnicos diz apenas que a mina era esgotada por meio de bomba hidráulica, pois a água tinha sido causa da interrupção dos trabalhos e que viu um “trabalhador separar facilmente o ouro, que logo pintou, na bateia”.²⁸⁰

Abril de 1884 marca o início das atividades da nova Companhia, a *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*. Período que se estende até 1927, totalizando 43 anos ininterruptos de prospecção. Este dado, por si só, demonstra que se trata de empreendimento lucrativo. A principal descrição dos trabalhos no subsolo nesta fase continua sendo a crucial obra de Paul Ferrand. Optamos por acompanhar *pari passu* a forma como o autor descreveu a disposição geral dos trabalhos. Esta delimitação temporal previne anacronismos no que tange ao desenvolvimento técnico-científico e à composição de sua força de trabalho.

²⁷⁹ “O resultado disto foi um enorme ganho em trabalho manual, como pode ser visto através do fato de que, embora a quantidade de coisas trazidas para superfície fora cerca de 7.000 mil toneladas a mais, bem como a quantidade de cascalho trazida do subterrâneo era também muito maior, o custo total do transporte durante o ano passado foi realmente menor do que o do ano anterior, e como a diferença calculada sobre uma tonelada de minério moído mostra uma economia de um quarto no custo, neste departamento”. In: *AR*. 30 de junho de 1890, p. 26s.

²⁸⁰

Nesta nova fase, a descida ao interior era feita através de dois PIA, antigas entradas Dawson e Haymen. O primeiro tinha 3,50m de largura e 2,50m de altura; o segundo, 3,20m de largura e 2,20m de altura. Através do primeiro faziam a extração do minério e o esgotamento da água; o segundo, era usado exclusivamente para extração. Adotou-se o método de câmaras e pilares; ou seja, a exploração era feita “cortando a jazida em câmaras longas, por meio de galerias direcionais que formam níveis de 35 e de 50 metros, segundo a inclinação; cada nível é, em seguida, dividido por recortes em porções retangulares, onde se abrem câmaras de extração”. Nestas, são deixados pilares de contenção do “teto” da mina. As galerias de nível “têm 2 metros de largura por 2 metros de altura; os recortes mais largos, têm 3 metros de largura por 2 metros de altura”.²⁸¹

Nota-se sensível diferença em relação à fase anterior e às estreitas e baixas minas frequentes em Minas Gerais no século XVIII (como a Mina do Chico-Rei em Vila Rica) e em algumas de carvão na Europa. Na fase da *The Ouro Preto Gold Mines*, com novas dimensões, um homem de estatura mediana podia ficar perfeitamente em pé. Por outro lado, a enorme altura das câmaras de extração exigia os pilares de sustentação e, em alguns lugares, o auxílio dos escoramentos (**Figuras 9 a e b**) feitos com madeira e pedra seca (minério estéril). Mas, em detrimento destas precauções, desmoronamentos e desabamentos frequentemente ocorreram.

Figura 9a - Interior da Mina da Passagem, século XX. Observe a altura da câmara de extração e da entrada da galeria (indicada pela seta). À direita, o muro de contenção do teto feito com pedra seca, acima do qual nota-se as placas que se desprendiam sobre os trabalhadores.

Figura 9b - Escoramento do teto feito com madeira, século XX.

Vimos que Ferrand julgava o escoramento quase dispensável devido à solidez da rocha, mas pilares de sustentação eram mantidos e muros de contenção eram erguidos nos pontos onde o itabirito se encontrava exposto. Assim, o excesso de confiança na estrutura geológica deve ser apontado como outra causa fundante dos acidentes, cujos responsáveis

²⁸¹ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, pp. 202 e 241.

diretos são os engenheiros e administradores da companhia e não os trabalhadores por sua suposta imperícia ou negligência.

No dia 1º de julho de 1892 a mina atingiu 450 metros de profundidade segundo o mergulho. Ao tempo de Ferrand (1893-94) a lavra tinha 7 níveis (4 em exploração e 3 em desenvolvimento) - correspondendo a apenas 10% do que atingiria em 1958.

Como era feito e quem fazia o desmonte ao tempo de Ferrand? A perfuração dos buracos que recebiam a dinamite era feita manualmente “com a ajuda do ponteiro (broca) e da marreta manipulada pelo operário minerador (broqueiro)”. Os furos variavam de 0,20m a 1,70m. Portanto, ainda não havia perfuratrizes. “O trabalho é geralmente efetuado por um homem que manobra os dois instrumentos; os furos profundos são feitos por dois homens que manejam, alternadamente, um a marreta e o outro, o ponteiro”. As brocas que variavam de 0,30m a 1,80m pesavam 3,10kg por metro linear e a marreta de 2 a 2,5 kg e havia a de duas mãos cujo peso era de 5kg. Sua jornada de trabalho era de 8 horas ao longo da qual faziam em média 7 a 12 palmos. Um simples “descuido” ao manobrar estes instrumentos podia trazer sérias consequências para aquele que segurava o ponteiro. A quantidade, rumo, posição e extensão de cada um destes furos era indicada pelo *Marcador*.²⁸² O uso das brocas predominou até a chegada das perfuratrizes, maiores vedetes da mineração no século XIX, em 1897.

Ao final do turno os furos eram carregados com dinamite e estas eram acesas “por dois operários especiais, os *fogueteiros*”. Cabia a eles ainda “até a hora da retirada do minério em destacar, com a ajuda das alavancas, nas diversas frentes de lavra, os pedaços de rocha, em parte descalços, que ameaçavam cair do teto ou das paredes”.²⁸³ Contudo, de acordo com os relatos de ex-mineiros, esta tarefa era desempenhada pelos *choqueiros*. O nome deriva de “choco”, o barulho seco produzido pela queda das rochas. Muitas vezes, o volume de rocha desprendido por esta ação preventiva era maior que o esperado e apanhava o próprio choqueiro. Esta função de *fogueteiro/choqueiro* era, sem sombra de dúvidas, uma das mais perigosas e mortais realizadas no subsolo. Seu congênere europeu era chamado *penitent* - homem encarregado de verificar as emanções de grisú nas minas de carvão.

Conforme o tamanho, os furos recebiam de 3 a 6 cartuchos. Cada metro cúbico à razão de 3 toneladas de rocha desmontada exigia 6 cartuchos, o que representava “2 cartuchos por tonelada desmontada”. Esta informação não é meramente técnica. Os custos com dinamite eram um dos itens mais elevados para a companhia e, no cômputo final, forçavam a redução

²⁸² FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 242.

²⁸³ Id. Ibid. p. 243.

de gastos que, geralmente, incidia sobre os salários. Para acender os pavios, que tinham de 0,10m a 0,15m, amarrava-se uma mecha de algodão embebida em petróleo em sua extremidade. Isto permitia “acender rapidamente diversos lances em uma mesma frente de lavra”.²⁸⁴ Rapidamente, pois era preciso abandonar o local das explosões por razões de segurança. Transformamos na **Tabela 6** a escala das detonações entre os turnos de trabalho:

Tabela 6 - Turnos de trabalho na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)

Turnos					
1º			2º		
Início	Término	Intervalo	Início	Término	Intervalo
6h	14h	Detonações	17h	01h	Detonações

Fonte: Adaptado de FERRAND, 1998, p. 243.

As detonações eram feitas entre o término de um turno e início do outro para que “se dissipem os vapores nocivos produzidos pelas explosões”. Além disso, havia a precaução de “deixar transcorrer o intervalo de um turno antes de deslocar homens para uma frente onde houve explosões”.²⁸⁵ É neste momento que os *choqueiros* entravam em ação. Porém, duvidamos que estes prazos fossem rigorosamente obedecidos.

Quanto à jornada, esta não se restringia às oito horas conforme parece. Pouco mais adiante em seu texto, o próprio Ferrand mostra que os fogueteiros trabalhavam em média doze horas; os operários, carreiros, pedreiros e carpinteiros, dez.²⁸⁶ Isto porque, durante as detonações, eles certamente eram transferidos para outras frentes de trabalho.

Em seguida, os operários faziam uma primeira triagem “a fim de separar o minério dos quartzitos e dos xistos estéreis”. Os primeiros eram levados para perto da via férrea ou transportados em carrinhos de mão sem pé que trafegavam sobre caminhos de tábuas. O material estéril era utilizado como aterro de câmaras abandonadas e, como já apontamos, na edificação de muros de contenção do teto.

Outro meio de transporte do minério eram os vagonetes (**Figura 10**). Abastecidos e empurrados por dois *carreiros* que os faziam deslizar sobre trilhos Vignole nas diversas frentes de trabalho até as caixas de recepção e distribuição (com capacidade de 40 toneladas). A instalação e manutenção destas caixas ficavam sob a responsabilidade dos *estivadores*.

²⁸⁴ Id. Ibid. p. 243.

²⁸⁵ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 243.

²⁸⁶ Id. Ibid., p. 245s.

Através da descrição de sua estrutura e dimensões percebe-se quão impactante foi a introdução deste veículo na mineração quando comparado aos carumbés:

Todos os vagonetes são do mesmo modelo: são formados por uma caixa retangular de ferro, montada em balanço sobre o carrinho de madeira, no qual são fixados os eixos das rodas; soltando o gancho que liga a caixa ao carrinho na parte de trás, ela se move em torno de uma charneira horizontal e se inclina para diante, abrindo-se como uma porta e permitindo escoar a carga.

Sua capacidade é de 350 litros, e o peso específico do minério em fragmentos é 1,5. A carga de minério que recebem é de 500 quilogramas, aproximadamente.²⁸⁷

Fig. 10 – Vagonete. Observe a haste de metal usada como freio.
Fonte: FERRAND, 1998, p. 252.

Fica patente que, quanto mais as galerias se aprofundam, os perigos eram outros e a segurança fazia parte das preocupações no canteiro de obras. É lícito perguntar: preocupava-se com a segurança dos mineiros ou com o bom andamento do trabalho? O perigo residia na ruptura accidental do cabo de içamento e o consequente atropelamento de trabalhadores. Toda a confiança, para evitar os acidentes, era depositada na garra que servia como freio, pois:

Se o cabo se rompe ou o veículo se solta, imediatamente a garra cai devido a seu peso e afunda na terra, parando o vagonete. No caso de uma descida rápida que impediria a garra de ancorar suficientemente, esta sempre faz sair dos trilhos virando-o para um lado e produzindo apenas alguns estragos materiais, em lugar de continuar a correr sobre a via, com uma velocidade acelerada e se arrebentar no fundo, produzindo acidentes, frequentemente graves”.²⁸⁸

Mas, na vida real do mundo do trabalho subterrâneo nem tudo transcorria conforme o previsto pelos técnicos. Entre os mineiros de Passagem encontramos casos de

²⁸⁷ Id. Ibid., p. 244. De acordo com Eschwege (1979, vol. 2, p. 128) a capacidade de transporte dos carumbés era, “no máximo, de 32 a 40 libras”.

²⁸⁸ Id. Ibid., p. 249s.

acidentes fatais provocados pelos vagonetes. O mineiro João Soares teve seu crânio esmagado por um deles no dia 16 de janeiro de 1902, às 14h. O médico da companhia, João Baptista Ferreira Velloso, anotou como *causa mortis* “fractura comminutiva do cérebro com destruição da massa encefálica”.²⁸⁹ O caso foi, inclusive, divulgado pelo jornal *Rio Carmo* da cidade de Mariana com maior riqueza de detalhes: “na companhia de mineração da Passagem, deu-se um lamentável desastre na semana finda, sendo delle victima o *mineiro* João Soares, que foi apanhado pela caçamba esmagando-lhe o crânio”.²⁹⁰ Além dos acidentes, mesmo deslizando sob trilhos, o enorme peso destes veículos causava males deformantes na estrutura óssea e muscular dos *carreiros*.

O desmonte e a abertura dos acessos (galerias e PIA) eram feitos em grande parte por empreitadas, “por mineiros especializados designados por contratistas”.²⁹¹ Em parte, pois a abertura dos PIA era dividida entre os contratistas e a companhia com trabalhadores e equipamentos (iluminação e explosivos) fornecidos por ela. O pagamento era feito por metro cúbico desmontado à razão de 11\$000 réis o metro cúbico. Ou seja, a empresa mantinha a mesma forma de remuneração adotada enquanto vigorava a escravidão.²⁹²

Os contratistas deviam executar todas as tarefas pertinentes ao processo de desmonte, desde a perfuração dos furos até o transporte do minério aos depósitos e erguer os pilares de sustentação. A companhia oferecia-lhes também os dormentes e os trilhos para a instalação das vias férreas. As “esquadras” (equipes de trabalho divididas em dois turnos e compostas por 2 “mineradores” para um carro) eram dirigidas por um chefe que recebia da administração uma determinada frente de lavra. Isto esclarece o anúncio veiculado no jornal *A Ordem* de Ouro Preto em 1890, dirigido especialmente aos broqueiros e empreiteiros:

À rua do Barão do Ouro Branco n. 12, casa do cidadão Boeno, encontram os Srs. Broqueiros e empreiteiros grande quantidade de estopim mineiro, de primeira qualidade e já experimentado por diversos arrebatadores de pedras.

Vende-se em rodilhas de seis metros, pouco mais ou menos, eis os seguintes preços:

De uma até 10 rodilhas, a razão de (cada uma)	\$600
De 11 até 50 « « « « (« «)	\$540
De 51 para cima « « « (« «)	\$500

²⁸⁹ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 2, f. 57 e 57v.

²⁹⁰ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna. 19 de janeiro de 1902, Anno II, n. 4, p. 2. Thompson (op. cit. 1985, vol. 2, p. 465) extraiu do *Relatório da Sociedade para a Supressão da Mendicância* de 1882, o seguinte registro: “Há um homem pernetta, sentado na calçada, que conta uma longa história sobre o vagonete que o atropelou na mina. Ele a conta muito admiravelmente bem”. Nesta mesma obra (p.203), reproduz o relato da jovem Patience Kershaw de apenas dezessete anos que trabalhava numa mina inglesa de carvão e que reclamava de calvície, problemas nas pernas e maus-tratos recebidos enquanto empurrava os vagonetes – in: *Children’s employments comission. Mines* (1842, p.43).

²⁹¹ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 246.

²⁹² Ferrand (Op. cit. 1998, 247s) descreve detalhadamente a maneira como era feita a abertura das galerias de direção e transversais e dos PIA (número e direção dos furos e a quantidade de cartuchos necessários).

Existe também um outro estúpido (em pequena quantidade) de 2^a. Qualidade e que se vende: - Uma rodilha 450 rs; de 10 até 50 a 400 rs». ²⁹³

Ferrand calculou que 150 homens (divididos em 5 esquadras) desmontam 1.500m³ por mês de 25 dias = 60m³ em dois turnos de oito horas de trabalho por dia na abertura das galerias, e 3 turnos de oito horas na abertura dos PIA. Gastam para isso 9.000 cartuchos de dinamite. Os chefes destas esquadras recebiam 150\$000 réis, os “mineradores” 90\$000 e os carreiros 70\$000 mensais. Na tabela 8 de sua obra, Ferrand apresenta o “número mensal médio (deduzida as despesas de dinamite) por homem” que gira em torno de 106\$000 a 132\$000. Portanto, eram mais bem remunerados que os trabalhadores da companhia. ²⁹⁴

Disso se depreende que a mina funcionava 24 horas ininterruptas. Não ocorria a interrupção total dos trabalhos entre os dois turnos. A pausa certamente só acontecia na frente onde ocorriam as detonações e suas adjacências. O transporte do minério já transferido às caixas de recepção e seu içamento deviam transcorrer normalmente.

A execução das tarefas de desmonte nos PIA 1 e 2 seguiam praticamente o mesmo esquema quanto ao número e inclinação dos furos e quantidade de cartuchos. Nestes, “colocam-se os melhores mineradores, por causa das maiores dificuldades de abertura e da obrigação de trabalhar, em parte, na água; assim, o preço da empreitada é calculado de modo a permitir que ganhem um salário um pouco mais elevado”. ²⁹⁵ Ou seja, a periculosidade, insalubridade e esforço físico exigido eram fatores determinantes da faixa salarial dos trabalhadores do subsolo. Os critérios adotados para eleger os “melhores” mineiros certamente eram: idade, força física, saúde, conhecimento técnico, coragem, assiduidade e disciplina.

O desmonte era, portanto, o primeiro passo do processo. A ele seguia-se o serviço de extração do minério do subsolo para ser conduzido ao tratamento mecânico e metalúrgico. O içamento era feito nos PIA n. 1 e 2 através de uma linha férrea de mão única que conduzia o vagonete “ligado a um cabo de aço que se enrola na superfície em uma polia cilíndrica, movida por uma roda mecânica” (**Figura 11**). Sua força motriz era hidráulica e permitia de 200 a 220 viagens de ida e volta durante 24h nos dois planos. Em cada plano havia 2 coletores cuja função era fazer o carregamento dos vagonetes quando estes chegavam às caixas de distribuição. A saída do veículo do subsolo era informada por meio de sinais sonoros emitidos por “um martelo, movido por um fio de ferro que corre ao longo de cada plano”. Quando o

²⁹³ A *Ordem*. Ouro Preto, 19 de junho de 1890. n. 53, p. 4.

²⁹⁴ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 246.

²⁹⁵ Id. Ibid., p. 249.

vagonete chegava à superfície era recebido por 3 coletores que substituíam-no por um vazio e o dirigiam “ao local de triagem para lá bascular sua carga”. A manobra dos guinchos ficava a cargo de dois mecânicos, um para cada guincho e controlavam o pedal de freio, a manivela da embreagem e a entrada da água na roda. Neste setor, os homens trabalhavam em dois turnos de 10 horas durante o dia e 13 horas à noite. Havia mudança semanal de turno.²⁹⁶

Fig. 11 - Planos inclinados. Disposição geral. Legenda: Aparelho de tração mecânica; Plano inclinado n. 2; Motor de esgotamento e Plano inclinado n. 1. Fonte: FERRAND, 1998, p. 250.

O serviço de desagüamento da mina corria ao lado dos outros dois. Era feito por meio de bombas dispostas em série que expulsavam a água do PIA 1 até o nível 150 do PIA 2 de onde partia uma galeria de escoamento, para daí ser lançada no Rio do Carmo acima do nível das cheias e 50 metros abaixo da boca dos planos. Estas bombas eram movimentadas por uma roda hidráulica externa e uma pequena roda Pelton. A vazão da bomba superior “atinge 360 litros por minuto”.²⁹⁷ Isto mostra quão úmido era o subsolo da mina.

Parece que nem tudo transcorria da maneira ordenada como Ferrand pintou. Em 1894 o engenheiro Francisco de Paula Oliveira desenha outro quadro dos serviços subterrâneos. Diz ele que, devido à “péssima direcção technica dada á mineração”, o transporte do minério para a superfície era feito “às costas de homens, e depois em burros até aos pilões que, em pequeno número, só funcionavam seis meses ao anno, durante a época das

²⁹⁶ Id. Ibid., pp. 249 e 253.

²⁹⁷ Id. Ibid. p. 155.

chuvas”. Como não dispunha de força motriz suficiente para subir as águas do interior ao plano inclinado, este trabalho era feito “por meio de baldes e bombas de mão”.²⁹⁸

O controle da ventilação é de fundamental importância para a perfeita oxigenação do ambiente, para a expulsão dos gases nocivos e está em estreita relação com a temperatura e umidade interior. Ares viciados criam condições propícias para a proliferação de doenças infecto-contagiosas do aparelho respiratório (tuberculose, pneumonia e outras) e da silicose. Se no passado toda a renovação do ar dependia da ventilação natural, com o avanço da profundidade da mina isso não era mais possível. O aprofundamento das galerias obrigou a instalação de um compressor na superfície “que envia o ar comprimido para um regulador, que o distribui nos diversos avanços, por meio de tubos de ventilação”.²⁹⁹

O trabalho, às vezes, era interrompido por defeito no maquinário ou fatores geológicos da mina. Por exemplo, em 1891 o serviço foi interrompido no shaft n.1 devido à “breakage of the pumping wheel” e no n.2 pois (...) Work in this shaft was interrupted for some three months on account of water and bad air”.³⁰⁰ Estes incidentes exigiam habilidade e conhecimento técnico da parte dos administradores para superar os problemas e evitar o demasiado retardamento da extração e com ele, a queda da lucratividade.

A iluminação era “feita com óleo de rícino (mamona), em pequenas lâmpadas de ferro do modelo Freiberg”. Cada mineiro tinha a sua lâmpada e pagava pelo óleo e mechas que lhe eram fornecidas pela companhia. O litro do óleo custava 600 réis e o metro da mecha 420 réis. “Em cinco dias ele consome um litro de óleo e 0,50m de mecha; a lâmpada cheia dura um dia inteiro”.³⁰¹ Somando, cada mineiro tinha um gasto mensal de 3\$000 réis em óleo e 1\$050 réis em mechas, totalizando 4\$050 réis em material.

Quanto aos explosivos, Ferrand destaca que a mina empregava um “fogueteiro especial”, que “instalado em uma pequena casa isolada na superfície, prepara os cartuchos pelo procedimento corrente, com um metro de cordel para cada um. É, ao mesmo tempo, o encarregado do serviço das lâmpadas especiais da administração”.³⁰² Esta casa, por seu alto grau de periculosidade ficava localizada à distância segura das outras instalações.

Nesta longa e dura rotina os trabalhadores tinham uma hora de almoço, das 9 às 10 horas. A jornada semanal era interrompida no domingo, devendo todos retornarem na segunda às 6 horas da manhã. Suspeitamos que a observância a estes 60 minutos para refeição não

²⁹⁸ OLIVEIRA. Francisco de Paula de. Op. cit. 1894a, p. 90.

²⁹⁹ Id. Ibid. p. 255.

³⁰⁰ “quebra da roda de bombeamento (...). O trabalho neste shaft foi interrompido durante três meses devido à água e ao ar ruim”. In: AR. Agosto de 1891, p. 18.

³⁰¹ Id. Ibid. p. 226.

³⁰² Id. Ibid. p. 256.

devia ser rigorosa. De maneira geral, os acidentes de trabalho também estão relacionados com o nível nutricional e fadiga dos trabalhadores, por isso, geralmente, ocorrem quando eles estão com fome, cansaço ou sono.

A direção dos trabalhos ordenados pelo superintendente nos diversos setores da mina estavam “sob a direção de um mestre-minerador ou capitão da mina”.³⁰³ O trabalho no subsolo ocupava 306 homens - **Tabela 7**. Ferrand não cita a presença de qualquer mulher, criança ou jovens neste setor da mina. O pessoal da mina estava subdividido em:

Tabela 7 - Mão-de-obra no Subsolo na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)

Tarefa	Função	No.
Serviço de desmonte	Marcadores	4
	Mineiros	100
	Carreiros	50
	Diversos	60
Total 1		214
Serviço de Traçagem	Mineiros	53
	Carreiros	8
	Diversos	2
Total 2		63
Serviço de Extração	Capatazes	2
	Coletores	14
	Mecânicos	4
	Diversos	9
Total 3		29
Total 4 (1+2+3)		306

Adaptado de FERRAND, 1998, p. 256s.

Ferrand usou diferentes termos para caracterizar uma mesma ocupação; outras vezes, parece fundir num único conceito funções diferentes assim como o fez com carpinteiros e pedreiros (provavelmente, os estivadores) e inseriu em sua “tabela” funções que anteriormente não havia citado (os capatazes) e, parece empregar o termo “minerador” apenas para se referir aos contratistas, chamando de mineiros aos trabalhadores empregados pela mina. Resta apenas supor que dentre os “diversos” estejam os foguistas, choqueiros e outros.

Quando Ferrand usa o termo *mineiro*, parece estar se referindo, especificamente, aos *broqueiros*, pois esta última função não aparece em separado. Há uma certeza: ele emprega o termo *mineiro* apenas para os trabalhadores do subsolo, nunca para os da superfície. Os broqueiros são os únicos a perceberem por produtividade. Tal forma de remuneração é, sem dúvida, a mais eficiente para a fixação do trabalhador tendo em vista a natureza de seu trabalho. O salário fixo mensal não estimularia a produtividade, o que comprometeria o ritmo de todos os outros setores.

³⁰³ Id. Ibid. p. 256.

Os broqueiros, marcadores, fogueteiros, choqueiros, carreiros, estivadores e feitores (ou capitães) compõem a linha de frente dos trabalhos. São eles, os mais expostos a toda forma de perigo: umidade, calor, poeira, fraturas, intoxicações, esmagamentos e doenças.

Por fim, Ferrand citou as nacionalidades e composição étnica dos homens da mina: nacionais (quase todos mulatos ou negros) e estrangeiros (a maioria, italianos).³⁰⁴ A sistemática introdução dos imigrantes, como vimos, iniciou-se em agosto de 1894, apenas um mês antes de Ferrand redigir a *Apresentação* à terceira parte de sua obra, onde se dedica especialmente à *The Ouro Preto Gold Mines*. Portanto, acreditamos que ele esteja se referindo aos italianos que já trabalhavam na mina antes do início do processo migratório massivo da 2ª fase. Segundo, dentre os brasileiros sobrepujavam os negros e mulatos, justamente aqueles oriundos do cativeiro e que engrossavam as camadas mais pobres da sociedade oitocentista mineira, ainda não totalmente disciplinadas.

É preciso destacar um tema oculto: a higiene pessoal dos mineiros no subsolo. Não há nenhum documento ou autor que faça a mais leve referência a este importante aspecto da dignidade humana e das condições sanitárias no local de trabalho. Trabalhando no interior da mina era inviável subir à superfície para a satisfação das necessidades fisiológicas. Não havia banheiro e, segundo relato de ex-mineiros, os excrementos eram recolhidos pelo “bosteiro” ou “papai-bunda” que devia polvilhá-los com pó de carbureto (para secagem e eliminação dos odores) e, a determinada hora, retirá-los da mina. Embora este tipo de informação não possa ser confrontada com documentos, tampouco situada com precisão no tempo, deixamos o registro, pois deve se tratar de uma rotina de longa duração.

2.2 O trabalho na superfície

A *Anglo-Brazilian Gold Company* iniciou suas atividades no ano de 1864, aproveitando-se dos engenhos e instrumentos remanescentes. Três anos depois, já tinha aumentado seu poder de trituração para 54 mãos de pilão distribuídas entre três engenhos (1 de 30 e 2 de 12 mãos). Existiam ainda duas arrastras utilizadas na pulverização mais fina das areias das mesas de lavação.

Quando Burton visitou suas instalações em 1867, registrou que na superfície havia dois cabrestantes movidos por mulas para içar o material desmontado que em seguida era

³⁰⁴ Id. Ibid. p. 257.

colocado em quatro planos inclinados de madeira indo fundo da mina até aos locais de britagem e trituração. Este serviço era feito por “quarenta e dois martelos-pilões, dos quais trinta são novos” (que trituravam 1 tonelada de minério por pilão ao dia totalizando, aproximadamente, 42 toneladas/dia). Assim como nas outras minas inglesas, o material era “transportado até eles em gamelas, que as mulheres carregam na cabeça” – tal qual se fazia desde o século XVIII em Minas. Por fim, como as arrastras e a amalgamação ainda não tinham sido introduzidos, depois da terceira trituração, deixava-se escorrer a lama para, em seguida, ser lavada na bateia; o ouro apurado era “guardado em caixas trancadas”. O material mais grosseiro era “esmagado nas pranchas prensoras na ‘câmara de lavagem’”.³⁰⁵

O teor médio de apuração era então de 7,46 gr./ton. A **Tabela 8** mostra o balanço final da *Anglo-Brazilian Gold Company*. Embora a relação ouro extraído/ton. de minério triturado tenha sido de 7,24gr. nestes nove anos, o saldo final foi negativo, pois os custos superaram a produção.

Tabela 8 - Resumo das operações da *Anglo-Brazilian Gold Company, Limited* de janeiro de 1864 a fevereiro de 1874

Anos	Número de toneladas trituradas	Ouro extraído				Produção em libras esterlinas	Custo em libras esterlinas	Perdas em libras esterlinas
		Total		Por Tonelada				
		Em Oitavas	Em Gramas	Em Oitavas	Em Gramas			
1864-1873	103.978	210.123	753.501	2,02	7,24	87.795	115.962	28.167

Fonte: Adaptado de FERRAND, 1998, p. 236s.

Ferrand atribui a diminuição do teor do minério nos últimos três anos (o que colaborou para o saldo negativo) à decisão da diretoria de tratar num dos engenhos itabiritos pouco auríferos tirados do teto da Mineralógica (uma das minas que compunham a *Anglo-Brazilian Gold Company*). Acresce ainda que a tentativa de colocar a mina de Pitangui em condições de trabalho sorveu seus últimos recursos, levando à sua liquidação.

Não obstante, é importante observar que neste período, foram colocados em funcionamento 60 pilões (sendo que 6 pararam em 1867, 12 em 1870 e mais 12 em 1872) e 02 arrastras foram postas em operação em julho e outubro de 1868. O número de pilões trabalhando em média por dia nestes nove anos foi de 41,51. Isso denota que a mina atingira um tamanho considerável. Atendendo a um requerimento da Câmara de Mariana, o diretor da

³⁰⁵ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 256s.

Anglo-Brazilian Gold Company informou, por meio do ofício datado de 12 de fevereiro de 1872, que na companhia, em conformidade com as perguntas:

1ª A classe de mineral mais extrahida da formação da Passagem comprehende-se ‘quartz’ misturado com antimonio e ‘pyrites’ de ferro com arsênico.

2ª A quantidade, annual de mineral que se extrahe varia de 13.000 a 16.000 toneladas.

3ª O maquinismo, que está se usando para quebrar e separar a pedra são:

42 mãos de engenhos tocados por duas rodas d’água.

A extracção do mineral he feita por animaes que trabalham em ‘whim’.

4ª Tem umas 140 pessoas termo médio, no serviço da Companhia, comprehendendo Director, Caixeiros, Mineiros, Carreiros, Mulheres de Engenho e Lavadeiras de ouro quando se separa na Repartição da Reducção.

Deus Gde a V. Sa.

(ilegível) Morrison

Director³⁰⁶

Já na fase da *The Ouro Preto Gold Mines*, em 1886, a mina recebeu a visita de Ernest de Courcy. É preciso atentar para a singularidade do objetivo de sua viagem feita sob o acompanhamento de dois indivíduos incógnitos que ele denomina de senhor H. B. e o barão de P. Este último era o “administrador da grande companhia inglesa que as explorava”.³⁰⁷

Em sua chegada, Courcy encontrou-se com Wandeborn, o “engenheiro-chefe e diretor da mina” (o mesmo com quem D. Pedro II se encontrara em 1881). Courcy maravilhou-se com seu gigantismo e circulou entre a alta esfera econômica da Província (George Chalmers, diretor da *St. John d’el Rey*), política (Francisco Faria Lemos, presidente da Província e o coronel João Paulo de Faria, potentado local de Passagem), intelectual (Paul Ferrand e Henry Gorceix – respectivamente, professor e diretor da Escola de Minas) e participou de fausto banquete no interior da mina embalado por coro de crianças italianas.

Em 1886, segundo o relato do referido visconde, a infra-estrutura externa da mina era composta por um grande galpão que abrigava a marcenaria, armazéns, os escritórios do diretor-chefe, duas grandes rodas hidráulicas (uma para elevar os vagonetes do fundo da mina e a outra para movimentar a bomba de drenagem que conduz a água à ravina de exaustão). Apenas 12 pilões estavam em funcionamento, enquanto 24 aguardavam a inauguração, prevista para o dia seguinte, para começar a triturar e duas novas baterias de 32 e 40 pilões californianos estavam em construção e “não mais parar nem dia nem noite”, além de mesas

³⁰⁶ AHCM. Códice 690 - Correspondência recebida (séc. XIX), f. 152.

³⁰⁷ Douglas Libby (op. cit. 1997, p. 17) acredita que se tratava de uma viagem de inspeção e promocional para “estimular a compra de ações do empreendimento por parte de investidores franceses em potencial”. Libby não deixa claro se tal empreendimento era então inglês ou se fora organizado por ingleses e promovido na França. Esta dúvida procede do fato de que enquanto Courcy a ela se refere como inglesa, Ferrand sugere que era administrada por franceses. A morada em que Courcy ficou alojado era “assinalada pelas bandeiras inglesa e francesa”. Parece-nos que a influência francesa foi maior no início das operações sendo, posteriormente, suplantada por acionistas majoritários ingleses.

de lavagem (de 2 pés de largura x 8 de comprimento cobertas de grossos tecidos que retém todo metal de valor). Os pilões eram revestidos com um ferro “que pesa cerca de 200 quilogramas”, nos quais o autor vê certa musicalidade como cordas que vibram uma após a outra à razão de 65 golpes por minuto.

Data também desta época a iniciativa de substituir o processo de bateamento da areia aurífera por ser “muito lento e muito dispendioso” pelo de amalgamação. Depois de agregado ao ouro, o mercúrio era aquecido para se volatilizar e, em seguida, passava por um tubo cercado de água fria para se condensar. Restava então no cadinho o ouro puro, enquanto o mercúrio era reaproveitado. Sistema que era usado na Califórnia, na Sibéria e “em todas as explorações de algum porte”.³⁰⁸

De maneira geral, ao chegar à superfície, o minério era conduzido ao tratamento mecânico (moagem) para daí seguir ao tratamento metalúrgico (amalgamação ou cloretação). Este setor é importante, pois era nele que as mulheres, crianças e homens idosos estavam ocupados, inclusive durante a fase em que a mina se serviu de trabalho escravo (salvo no processo de cloretação que foi introduzido somente em 1889). É onde também o trabalhador estava exposto a outros perigos como a intoxicação por mercúrio volatilizado, excesso de ruídos e exposição ao calor. O Organograma 1 sintetiza estes processos.³⁰⁹

Organograma 1 – O trabalho na superfície. Fonte: Adaptado de FERRAND, 1998, passim.

Ao tempo de Ferrand, na triagem manual os fragmentos maiores eram “lançados à mão pelos trabalhadores, homens e meninos, nos vagonetes de ferro”, enquanto os fragmentos

³⁰⁸ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 90.

³⁰⁹ A sequência do tratamento adotado em 1888 pode ser vista in: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 261.

menores eram “carregados por mulheres em pequenos *carumbés*, caixas de madeira sem tampa, que enchem com a ajuda de uma enxada e carregam na cabeça”.³¹⁰ Os fragmentos menores eram descarregados nos moinhos e os maiores, conduzidos num vagonete basculante especial (com capacidade de 1 tonelada – **Figura 12**) para em seguida serem levados aos britadores e, daí, alimentavam os pilões californianos. Dois operários, um de cada lado do britador, conduziam o conteúdo destes vagonetes às suas mandíbulas para em seguida executarem outros “serviços acessórios” (limpeza das áreas internas e adjacentes à empresa e o desentupimento dos canais - realizados durante o dia das 6h às 17h). Todo o serviço era chefiado por um capataz.

Figura 12 - Vagonete basculante. Fonte: FERRAND, 1998, p. 288.

O levantamento de poeira no processo de moagem do minério nos engenhos de pilões era reduzida ou eliminada, pois a água era “introduzida por tubos de ferro à razão de 18 a 24 litros por minuto e por haste”.³¹¹ Recurso que indica haver cuidado com a saúde do trabalhador deste setor.

Reduzido à forma de grãos finos, o minério seguia para as mesas de lavação. As areias densas, piritosas, se depositavam nas ranhuras destas mesas e as areias leves (*tailings*) eram levadas pela água para um conduto de madeira colocado na ponta das mesmas. É neste passo que a mão-de-obra infantil e feminina era novamente solicitada, onde “a cada 20 minutos um menino gira sucessivamente as mesas (...). Munido de uma lança, lava o depósito precedente”. Um “operário” retira as areias densas da cuba e despeja numa calha de distribuição onde a água as arrasta para outras mesas. Então, “mulheres são encarregadas de

³¹⁰ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 287.

³¹¹ Id. Ibid. p. 289.

erguer a cada hora as telas das mesas” e lavá-las de hora em hora. As areias leves seguem para as quartas mesas e seus depósitos “são varridos a cada meia hora por garotos, que interrompem, sucessivamente em cada uma das mesas, a passagem das areias, para substituí-la por uma corrente de água pura, que, sob a ação combinada da vassoura, arrasta as areias concentradas para uma cuba de depósito”.³¹² A preparação mecânica termina neste ponto.

O pátio industrial da companhia era organizado de maneira racional e funcional tendo em vista o aproveitamento da força hidráulica. Estava disposto em 4 níveis a partir das bocas da mina ao longo dos quais foram colocadas as dependências de preparação mecânica.

O primeiro andar (50,50m acima do ribeirão do Carmo) era o local de peneiramento e triagem; no segundo andar (41,60m, idem) ocorria a preparação mecânica com o primeiro moinho de 24 pilões brasileiros e mesas de lavação; no terceiro andar (30m, idem) ficavam o engenho de 32 pilões brasileiros, mesas, britadores, moinhos de martelo, oficina de painéis de moagem, oficina de amalgamação, oficina de lavação na bateia e forno de destilação; no quarto andar (14,40m, idem) encontravam-se o engenho de 40 pilões californianos movido por uma roda hidráulica de ferro auxiliada por uma turbina colocada abaixo da oficina, “numerosas mesas” e “dois aparelhos mecânicos destinados a fazer testes para uma melhor concentração das piritas: uma mesa inclinada de Castelneau e uma mesa vibratória de Frue, dita *Frue-Vanner*”.³¹³ As mesas onde as mulheres trabalhavam eram mesas dormentes retilíneas de dois tipos: giratórias e de telas.

A usina de cloretação encontrava-se instalada acima da plataforma de chegada do minério onde também estava o forno de ustulação; por isso, as areias concentradas precisavam ser içadas do 4º andar a este nível “por um pequeno trilho aéreo”.

Como o gênio inglês é inseparável das máquinas, eles introduziram nas minas o mais diversificado e aperfeiçoado maquinário em todos os setores para dinamizar o processo extrato-produtivo. Não pretendemos nos deter aos detalhes operacionais destas máquinas, mas apenas ressaltar o enorme impacto que provocaram não só na rentabilidade (por sua maior força, velocidade, gigantismo e durabilidade), mas também nas mudanças que causaram na relação homem/máquinas e equipamentos de trabalho.

Compostos de madeira resistente e ferro eram: as peneiras, britadores de mandíbula *Blacke Marsden* (**Figura 13**) e *Sandycroft* (com capacidade de trituração de 5,5 a 6 metros cúbicos por hora – **Figura 14**), dois engenhos brasileiros com roda, guias e sapatas

³¹² Id. Ibid. p. 289ss.

³¹³ Id. Ibid. p. 263.

“de ferro do país”³¹⁴ que desferiam 60 golpes por minuto, um engenho californiano tinha seus 40 pilões de ferro importado, pesando 363 quilos e dava 80 golpes por minuto (**Figura 15**), tonéis de moagem (cubas cilíndricas de ferro) que serviam para pulverizar as areias, agitadores, moinho de martelo com sapata de ferro de 50kg.

Figura 13 - Britador Blake Marsden. Fonte: FERRAND, 1998, p. 268.

Figura 14 - Britador Sandycroft. Fonte: FERRAND, 1998, p. 269.

Figura 15 - Pilão californiano Sandycroft. Fonte: FERRAND, 1998, p. 272.

O barulho dos moinhos e britadores anunciava longe ao viajante que ele aproximava-se das companhias inglesas. Quando Frank Vincent ainda estava distante da *St.*

³¹⁴ Id. Ibid. p. 267. As vantagens do pilão californiano sobre o brasileiro residiam nas diferenças construtivas, material empregado (ferro), funcionamento rotativo das hastes redondas, menor necessidade de substituição das sapatas e manutenção geral, peso, velocidade da pancada e maior tonelagem por dia triturada do primeiro. Sobre estas diferenças, confira FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 314-319.

John d'el Rey percebeu que “the clatter of the mills is heard a long way off”.³¹⁵ Se era audível a tão longa distância, podemos imaginar o quanto contribuiu para a queda da capacidade auditiva, cefaléia e *stress* dos homens ocupados em alimentá-los e daqueles que trabalhavam próximos a esta seção. Nisto, ao contrário do que pensava Ferrand, não há nenhuma musicalidade.

A Amalgamação era feita em tonéis *Freiberg* e em saxes. Na destilação usava *retortas de destilação*. Embora Ferrand diga que com a “introdução de uma cunha de ferro entre a flange e a tampa, obtém-se um fechamento hermético” mais adiante ele admite que o processo de amalgamação sofreu poucas mudanças ao longo dos anos e que era preciso “lutar sobretudo contra ações químicas nocivas”.³¹⁶ Fica subentendido que parte do mercúrio volátil escapava e contaminava os trabalhadores.

Os resíduos impuros (misturas) que saíam do saxe e o depósito das quintas mesas contendo uma grande quantidade de mercúrio e de amálgama eram “lavados na bateia por mulheres em local de lavação especial, sob o olhar de um capataz”. Esta vigilância ocorria porque neste momento as areias estão carregadas de amálgama (liga de mercúrio com 35% de ouro). Depois de passar por nova moagem nos moinhos de martelo, filtragem e destilação o ouro bruto seguia para o refino num cadinho de plumbagina para ser derramado em barras na lingoteira de ferro e ser limpo “com um pincel embebido de solução nítrica para lhe dar uma bela cor”.³¹⁷ É o nascimento da criança, como disse Burton.

A oficina de cloretação³¹⁸ era composta por fornos de ustulação, o local de resfriamento das areias e o prédio de cloretação e precipitação. A cloretação era mais complexa e envolvia a combustão das areias, cloretação por via úmida, filtragem e refino. Por esse método chegava-se a aproveitar 2/3 do ouro total contido no minério. Processo altamente dispendioso, só era viável sua aplicação em areias que contivessem 16 gramas de ouro por tonelada para cobrir os custos.

O principal perigo oferecido aos trabalhadores deste setor, era a exposição excessiva ao calor e o contato com um poderoso veneno: o arsênico.³¹⁹ Ao tentar substituir o

³¹⁵ “O ruído do moinho é ouvido a longa distância”. In: VINCENT, Frank. Op. cit. p. 276. Tradução nossa.

³¹⁶ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, pp. 280 e 303

³¹⁷ Ambas as citações in: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 294.

³¹⁸ O cloro (Cl) é um gás extremamente neurotóxico e de odor irritante ao sistema respiratório. No estado gasoso irrita as mucosas e no estado líquido queima a pele. Uma exposição aguda a altas concentrações de cloro (não letais) pode provocar edema pulmonar, ou líquido nos pulmões. Uma exposição crônica (abaixo do nível letal) debilita os pulmões aumentando a susceptibilidade a outras enfermidades pulmonares.

³¹⁹ Plínio falou da existência deste elemento químico nas minas de ouro e prata. O arsênico (As) e seus compostos são extremamente tóxicos, causando irritação dermatológica e danos na respiração celular. A ingestão pode levar à falência dos órgãos. Era muito utilizado em venenos para matar formigas ou ratos. Na obra de

cloro pelo bromo para fazer o ataque às areias ustuladas, a administração teve que renunciar a isto “sobretudo por considerações de higiene, pois os operários tinham dificuldades enorme para trabalhar em um clima quente numa atmosfera carregada de vapores de bromo”.³²⁰ Mas, não informou durante quanto tempo fizeram esta experiência. Nota-se que a sensatez neste caso parece ter falado mais alto embora, na verdade, a cloretação como vinha sendo feita permitia “retirar normalmente 91% do ouro contido nas areias concentradas”, o que era um índice muito vantajoso.

Antes que Gifford introduzisse a cloretação, as areias pobres eram lançadas no rio e que eram aproveitadas por garimpeiros independentes. Este novo sistema além de aproveitar o ouro contido nestas areias não deixava que se perdesse aquele que escapava da amalgamação. Em resumo, o investimento dispensado nesta nova técnica traduziu-se em maior lucratividade para a companhia.

A empresa possuía também um laboratório provido de dois fornos de mufla, onde executava-se o refino do ouro proveniente da amalgamação e da cloretação, além de testes e análises de areias e minérios.

Na oficina das máquinas operatrizes, onde havia 4 forjas sopradas por um ventilador Root, um torno, uma máquina de furar e outra de fazer parafusos, executavam-se os reparos dos instrumentos e peças; construía ou montava aparelhos metálicos e veículos de mina e ainda a moldagem de peças de bronze fundido em cadinho.

A Carpintaria era de vital importância para o funcionamento da mina. Os carpinteiros deviam preparar novas flechas e demais peças de madeira para os pilões (feitos de jacarandá-tão, madeira de grande dureza) e fazer o estivamento das galerias.

Os serviços na usina seguiam certa hierarquia e disciplina quanto aos horários e funções. O mais alto posto era ocupado por um engenheiro especial, chefe do tratamento que dependia unicamente do diretor. Todo o bom andamento do tratamento mecânico e metalúrgico e dos serviços acessórios dependia dele.

A jornada de trabalho dos serviços, como a triagem começava, tal qual no subsolo, à 5h e estendia-se até às 17h com uma hora de interrupção para ao almoço. A moagem e lavação seguiam outro ritmo, com turnos de 12 horas (de 6h às 18h e de 18h às 6h) e a ustulação com 3 turnos de 8 horas. À frente do serviço de preparação mecânica estava o

Umberto Eco, *O Nome da Rosa*, foi a substância usada para envenenar as páginas de um livro de Aristóteles que os monges folheavam e, depois, levavam os dedos à boca.

³²⁰ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 307s. O bromo (Br) é um elemento químico, não metal. No estado líquido é perigoso para o tecido humano provocando inflamações dermatológicas dolorosas e seus vapores irritam os olhos e a garganta. Tem odor forte e desagradável. Mesmo em pequenas quantidades (10ppm) pode causar sérios e imediatos danos à saúde e mesmo levar ao óbito. Seu manuseio requer máxima precaução de segurança.

capataz encarregado de “marcar o número de tremonhas preenchidas com fragmentos menores e de vagonetes preenchidos de fragmentos maiores, por dia de trabalho”.³²¹ Este controle se justificava porque os trabalhadores da mina recebiam por meio de diárias e não por empreitada.

Especificamente na moagem e lavação, feitas em dois turnos, havia dois capatazes para cada turno que se alternavam a cada semana. Eles estavam incumbidos de acompanhar o funcionamento dos moinhos (um, dos dois moinhos brasileiros e o outro, do moinho californiano). O perfeito funcionamento destas máquinas era tão imprescindível que eles comiam no próprio local de trabalho.

A divisão sexual do trabalho no serviço de triagem estava determinada da seguinte forma: a função dos operários (homens e meninos) era carregar os vagonetes com os fragmentos maiores e retirar o estéril, descarregando-os nos lugares respectivos e eram remunerados segundo suas forças. As operárias eram ocupadas na triagem manual do minério e na colocação dos fragmentos menores nas tremonhas dos engenhos.

Nos pilões, os oito operários adultos deviam “cuidar do bom funcionamento dos pilões e das mesas giratórias, e de fazer a limpeza dos almofarizes” ficando um em cada moinho de pilões brasileiros e um em cada série de pilões californianos”.³²²

O trabalho nas mesas de lavação era feito por oito meninos nas primeiras mesas e sete nas quartas mesas e por mulheres nas segundas e terceiras mesas. O serviço das crianças durante a jornada de 12 horas consistia na lavação das mesas e em “ajudar o operário sob as ordens do qual estão colocados”.³²³ As mulheres trabalhavam das 6h às 12h e tinham que lavar as telas destas mesas que só funcionam de dia. Todos faziam a refeição no local.

Os operários dos britadores estavam encarregados de sua operação e, como estas máquinas funcionavam poucas horas por dia, deviam fazer o transporte de areias. Sua jornada era das 6h às 16h.

O serviço de amalgamação funcionava das 6h às 17h com intervalo de uma hora para almoço. As lavadoras na bateia, nas filtragens e na lavação da amálgama ocupadas neste setor trabalhavam num cômodo situado ao lado do engenho de 32 pilões e eram fiscalizadas por um capataz. Ferrand descreveu as condições de trabalho destas mulheres da seguinte forma: “as lavadoras na bateia são instaladas no cômodo de lavação, em bancos em torno de cubas cheias de água. Providas de uma bateia, separam as pequenas gotas de amálgama

³²¹ Id. Ibid. p. 311.

³²² Id. Ibid. p 311.

³²³ Id. Ibid. p. 312.

retidas nas areias”.³²⁴ A **Figura 16**, de data não determinada, mostra mulheres negras trabalhando no processo de lavagem da areia aurífera em tanques com o uso da bateia dentro de um cômodo. Embora a foto esteja parcialmente deteriorada é possível observar que ao lado delas há um homem em pé fiscalizando seu trabalho, tal qual Ferrand narrou.

Figura 16 - Mineiras nos tanques de lavagem de areia aurífera e capataz (destaque). Foto gentilmente cedida por Leandro Henrique dos Santos. S.d.

Havia também as mulheres nas mesas do saxe que estavam encarregadas de ajudar o amalgamador em seu trabalho e executar a lavagem das areias. Ainda neste setor, o amalgamador estava colocado diretamente sob as ordens do engenheiro e exercia suas funções no tonel de amalgamação, no saxe e nos moinhos de martelo. Aos homens - que Ferrand denomina de *peões* - cabia o transporte de areias.

O processo de amalgamação foi substituído pela cloretação no início da última década do século XIX.³²⁵ Com este novo recurso, a mina fez uma “economia considerável de mão-de-obra, devido às diversas manipulações exigidas pelo emprego da amalgamação, que é, em parte, compensada pelo aumento do pessoal necessário à lavagem nas areias na bateia”.³²⁶ Portanto, parte desta força de trabalho foi transferida para a lavagem nas bateias. A introdução das oito mesas *Frue-Vanner* para concentração de pirita permitiram a supressão das terceiras e quartas mesas e, com elas, de outra parte considerável de mão-de-obra feminina e infantil.

³²⁴ Id. Ibid. p. 312.

³²⁵ Após a amalgamação, o material obtido ainda continha 37% de arsênico, 35% de ferro e 14% de ouro; o restante era composto, principalmente, por cobalto, níquel e bismuto. Com a cloretação, o ouro era obtido sem impurezas – Cf. AR. 30 de agosto de 1890, p. 30.

³²⁶ FERRAND, Paul. Op. Cit. 1998, p. 344.

Por meio desta modificação, o rendimento foi elevado de 66 a 73%. Além do lucro assim realizado, “precisa accrescentar a economia de mão de obra devido à diminuição do numero das operações e, sobretudo, a supressão do uso do mercúrio, por conseguinte do importante gasto deste metal, quase igual ao duplo do peso de ouro obtido”.³²⁷

Fica evidenciado que as inovações tecnológicas introduzidas na mina neste período (anos administrativos de 1892-1893 e 1893-1894) atingiram diretamente os setores que empregavam as mulheres e crianças. Por outro lado, o novo engenho Sandycroft construído em junho de 1893 em substituição ao brasileiro de 24 pilões não reduziu a necessidade de mão-de-obra masculina. Neste caso, tratava-se de um aprimoramento técnico e não uma inovação científica. Esta segunda é mais revolucionária que a primeira e afeta de maneira mais profunda o mundo do trabalho.

Os resultados dos novos equipamentos e do novo procedimento pela cloretação foram animadores, pois “o número de toneladas tratadas mensalmente e a correspondente produção de ouro, aumentaram de uma maneira sensível” isto porque “o teor do minério tratado foi de um teor mais ou menos constante”.³²⁸ Se isso não tivesse ocorrido, todos estes esforços seriam inócuos.

O serviço de cloretação era subdividido em ustulação e cloretação propriamente dita. No forno de ustulação trabalhavam 6 operários em duplas por turnos de 8 horas. Um operário recebia e empilhava a madeira destinada à queima e trabalhava apenas durante o dia cumprindo uma jornada de 10h. O trabalho de cloretação funcionava somente durante a semana, excepcionalmente aos domingos, e unicamente de dia. Nele estava escalado um manipulador encarregado do funcionamento dos aparelhos de cloretação.

O serviço de laboratório estava a cargo de um químico responsável direto pela cloretação. Era auxiliado por um menino. Ambos trabalhavam 10 horas por dia.

O serviço da forja e da oficina das máquinas operatrizes era realizado por diversos trabalhadores: um mecânico e seu auxiliar, dois ferreiros e seus três auxiliares e aprendizes. A jornada de todos eles era de 10h. Somente os aprendizes não percebiam nenhuma remuneração.

O serviço de carpintaria era dirigido pelo mestre carpinteiro que era responsável pelos serviços dos carpinteiros que estavam sob suas ordens durante as 10 horas de trabalho.

Todo este aparato recebia sua força motriz de “uma queda d’água de 65,60m de altura com uma vazão média de 450 litros” desviada do Ribeirão do Carmo; sua força total era

³²⁷ RIMG. 15 de janeiro de 1894. Anno I, n. 4, p. 95.

³²⁸ FERRAND, Paul. Op. Cit. 1998, p. 347.

de 303 cavalos-vapor. O provimento de água dependeu de grande esforço de engenharia, pois exigiu a construção de uma barragem de alvenaria no local chamado taquaral e um grande canal de 9 km (com 0,80m de fundo x 1,20m de alto x 0,90m de profundidade) para levá-la à companhia. Este canal foi ampliado a partir daquele de 4 km aberto pela *Anglo-Brazilian Gold Company*. A obra foi realizada por trabalhadores italianos sob a direção de Wandeborn numa obra que exigiu dezoito meses de trabalho, cuja inauguração estava prevista para homenagear a chegada do senhor “B” administrador-delegado da companhia. Sua queda de 40 metros representava “a fortuna e o futuro de Passagem”, nas palavras de Courcy. Relevante para nossa análise é ressaltar os perigos e dificuldades por que passaram estes trabalhadores:

Olhando o Ribeirão do Carmo, que ruge lá em baixo, somos quase tomados de vertigem. O que devem então ter agüentado aqueles que, suspensos por cordames presos no alto da montanha, abriram a golpes de martelo na rocha os buracos destinados aos cartuchos explosivos? Enquanto sob eles, se a corda, ou o pé, viesse a lhes faltar, a morte era certa! Felizmente nenhum acidente houve para se deplorar, e esse curso de água improvisado que traz a riqueza não deixará para trás nenhuma história triste.³²⁹

O aqueduto de madeira então existente exigia reparos anuais que em 1892-1893 chegaram a “mais de vinte contos”. Por este motivo foi substituído por outro de ferro (o conduto semicircular tinha 1,50m de diâmetro x 73m de comprimento que se apoiava a 18m acima do ribeirão sobre quatro pilares: um de alvenaria e os outros três de metal apoiado sobre um pedestal de alvenaria) – **(Figura 17)**.

Figura 17 - Aqueduto metálico. Fonte: FERRAND, 1998, p. 328.

³²⁹ COURCY, Ernest de. Op. Cit. 1997, p. 172.

Esta gigantesca obra de engenharia foi realizada no ano administrativo de 1892-93. Junto com ela a mina acabara de concluir outras importantes construções: máquina de esgotamento de água das galerias, condutores de água que futuramente foram usados como tubos de pressão, quando da instalação de ar comprimido para perfuratrizes, novas casas de operários, ampliação da forja, grande muro ao lado do plano inclinado n. 2 para suportar a oficina e substituir o muro destruído pela estação das chuvas.³³⁰

Os serviços no canal ocupavam 13 trabalhadores (1 capataz, 2 marceneiros, 10 pedreiros e operários dos aterros). Ao primeiro cabia a inspeção do canal e da execução dos trabalhos; os carpinteiros tinham de construir os canais de madeira e os revestimentos das partes instáveis por meio de quadros; os pedreiros e os operários dos aterros deviam executar a movimentação da terra, fazer as paredes de consolidação e obstruir as fugas. A jornada era de dez horas diárias, das 6h às 17h e gozavam de intervalo de uma hora. Tal qual nas outras minas inglesas, a utilização deste canal foi organizada da maneira mais funcional possível, passando por todos os departamentos da superfície para mover as rodas das bombas hidráulicas, a turbina da forja, dos engenhos, nas mesas de lavação e a roda Pelton.

Ferrand inclui outro setor na estrutura organizacional da mina. Trata-se da construção, um serviço extra que se distingue completamente dos anteriores devido à sua finalidade que era a realização de “novos trabalhos e instalações efetuados visando a substituir aparelhos antigos ou modificar o tratamento adotado”, tais como a instalação da cloretação, encerrada em 1890, e a substituição do velho e desgastado engenho de 24 pilões. O pessoal aí empregado era muito variável a cada ano, pois seu número dependia da dimensão dos novos trabalhos planejados. Todos estavam sob as ordens do capataz do canal e trabalhavam nas mesmas condições e recebiam os mesmos salários que os deste setor. O mais curioso é que as despesas com este serviço eram “cobertas por uma conta especial retirada do capital da primeira instalação e não afetam o custo dos trabalhos comuns da mina”.³³¹

Se em 1884 a mina iniciou suas atividades contando com apenas um engenho de 12 pilões, em julho de 1890 a trituração do minério passou a ser feita por engenhos com capacidade de socamento cada vez maior: 2 engenhos brasileiros (um com 24 e outro com 32 hastes de madeira) e um engenho californiano de 40 pilões; totalizando 96 mãos. Isto dava à Companhia a capacidade de tritar, em média, 3.000 toneladas de minério mensais “com uma produção de 30 a 40 quilogramas de ouro”.³³²

³³⁰ FERRAND, Paul. Op. Cit. 1998, p. 34ss.

³³¹ Id. Ibid. 1998, p. 334s.

³³² Id. Ibid. 1998, p. 202.

No início, as areias auríferas eram submetidas a uma primeira lavação em mesas fixas. Neste processo, as areias pobres eram perdidas e as ricas eram amalgamadas no tonel. A perda chegava a 42%. Em dezembro de 1889, quando foi introduzido o tratamento complementar por cloretação às areias, as perdas reduziram-se a 34%, ainda bastante elevadas. Ferrand apresenta os seguintes resultados operacionais para o ano de 1893:

Tabela 9 - Resultado das operações da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)

Operações	Resultado
Minério extraído da mina	279.917 toneladas
Minério triturado nos engenhos	217.804 toneladas
Produção de ouro em lingotes	2.567 quilogramas
Valor do ouro	325.431 libras esterlinas
Rendimento por tonelada triturada	11,8 gramas

Fonte: Adaptado de FERRAND, 1998, p. 202.

Do exposto, é possível observar que os trabalhos na *The Ouro Preto Gold Mines* vinham se desenvolvendo de forma bastante regular desde o início de suas atividades em 1884. Subiu de 12 para 96 mãos de pilão (56 de moinhos brasileiros e 40 do moinho californiano), aumentou a profundidade e passou a contar com o importante avanço técnico-científico da cloretação. Estas mudanças refletiram diretamente no volume de minério extraído, no rendimento de ouro por tonelada, no contingente de mão-de-obra e, conseqüentemente, elevaram a margem de lucro da empresa.

Tabela 10: Pessoal da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1892-1893)

Administração	6
Subsolo	306
Superfície (usina)	127
Canal	13
Construção	7
Total	459

Fonte: FERRAND, 1998, p.311 e 335.

A **Tabela 11** reproduz, com maiores detalhes, o número total da força de trabalho empregada na mina no ano de 1897:

Tabela 11 - Força de trabalho da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1896-1897)

Working Force	
Mina (incluindo trabalhos subterrâneos, mineração, transporte para a superfície)	580
Redução (incluindo mulheres e crianças nos pavimentos, vagonetes, mãos de pilão, fundição e trabalho de cloretação)	220
Superfície (mecânicos, carpinteiros, pedreiros e outros trabalhadores, &c.)	80
Total	880
Nacionalidades	
Inglêses	30
Brasileiros	440
Italianos	300
Austríacos e outros europeus	110
Total	880

Fonte: AR. Setembro de 1897, p. 37.

Os dados apresentados sugerem algumas conclusões. Primeiro, o crescimento da força de trabalho na mina cresceu 52% em apenas três anos; segundo, o trabalho no subsolo ocupava o maior número de braços que na superfície; e que no subsolo não havia mulheres e crianças, pois Ferrand somente as citou na Redução. Em terceiro lugar, que os brasileiros respondiam por 50% do contingente total, seguidos pelos italianos; os outros europeus correspondiam a, aproximadamente, 1/3 do número dos italianos.

Novas informações a respeito dos maquinismos e contingente de trabalhadores ocupados somente foram encontradas para o ano de 1914 e 1915 no *Relatório da Secretaria de Agricultura* de 1916. Diz ele que a empresa operava com cerca de 1.130 cavalos, que estava completando uma instalação hidráulica sobre o ribeirão do Carmo com potencia de mais 500 cavalos, dos quais 200 seriam utilizados sem demora para fazer funcionar um compressor de ar com a capacidade de mil pés cúbicos por minuto. Além disso, “utiliza actualmente o trabalho de 1.195 operários e de 80 pilões californianos”.³³³ Portanto, 315 trabalhadores além do contingente de 1897. Segue abaixo o quadro da força de trabalho válido para 1914:

³³³ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Presidente do Estado de Minas, pelo Dr. Raul Soares de Moura, Secretário de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas no anno de 1916*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1916, p. 275.

Tabela 12 – Força de trabalho da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1914)

Número de pilões californianos	80
Número de empregados por dia:	
Homens	1.114
(em todos os departamentos, sem incluir	
Mulheres	10
servos privados)	
Meninos (Menos de 14 anos)	71
Espessura média de depósito de minério extraído	2, 49 m
Valor médio de minério extraído	11,46g
Porcentagem de ouro extraído	91,68%
Número de motor hidráulico no trabalho	20 Peltons wheels
	& turbines
Total de cavalos de força	1.130
Tamanho do principal plano inclinado (Poços)	3.130 aprox.
Total aproximado de quilômetros de galerias	23.000 aprox.

Fonte: *Relatório da Secretaria de Agricultura*. 1916, p. 290.

3 Os relatórios da superintendência da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*

Fazia parte da rotina dos superintendentes das minas inglesas a elaboração de relatórios anuais abrangendo o período relativo ao mês julho do ano anterior a julho do corrente – por isso, eram redigidos geralmente em agosto e setembro. Eschwege emite a seguinte opinião sobre a confiabilidade destes documentos:

Como a intenção oculta é especular com as ações, percebe-se facilmente que só é publicado aquilo que convém aos seus interesses. Por isso mesmo, tais relatórios não contêm senão excertos das cartas trocadas entre funcionários da companhia, ou recebidas pelo *chairman*, em Londres. Geralmente, não contêm senão congratulações pelos lucros obtidos ou por se obterem. Nelas não se encontram, de modo algum, dados seguros sobre a formação aurífera, e mesmo as informações de natureza técnicas enviadas não são coerentes. Com tais informações, não é possível chegar-se ao conhecimento dos serviços.³³⁴

Não pretendemos refutar o elevado teor especulativo deste tipo de documento explícito nas promessas de lucros. Contudo, os relatórios da *The Ouro Preto Gold Mines* a que tivemos acesso cobrindo o período de 1889 a 1904, embora sejam excertos da realidade relatados sob o ponto de vista da chefia, possuem muito mais que apenas este caráter técnico-descritivo. Há que se considerar tanto o ponto de vista de quem escreve tanto como o

³³⁴ ESCHWEGE, W. L. von. Op. Cit. 1979, vol. 2, p. 51.

interesse imediato dos leitores (acionistas) antes da emissão de qualquer julgamento sobre seu valor.

Remetidos para a Reunião Geral Ordinária dos acionistas londrinos, prestavam contas sobre o andamento do processo extrato-produtivo desenvolvido na mina. Neles, destacam-se notícias sobre o volume de ouro extraído, o avanço da metragem dos níveis (extensão e profundidade), as dificuldades enfrentadas com a drenagem e escoramento, os percentuais anuais da relação tonelada de minério/ouro extraído, as inovações técnicas, as edificações (moinhos, casas para trabalhadores, canais hidráulicos), os salários, acontecimentos políticos da Província e o impacto de tudo isso no capital de empresa.

É preciso estar atento aos aspectos sociais subjacentes a estas informações técnicas à medida que trazem em seu bojo dados ocultos ou expressos de maneira pouco explícita. A introdução de novos maquinários e técnicas implicava, p. ex., tanto na elevação dos lucros e/ou redução do déficit, assim como no aumento do contingente de trabalhadores empregados na mina e/ou sua transferência para outros setores, devido ao incremento da produção.

Poucas vezes estes relatórios mencionam questões políticas ou discorrem sobre a relação capital/trabalho de maneira explícita. Um dos raros momentos foi quando o secretário H. Ward aproveitou para tranquilizar os acionistas que “the recent revolution in Brazil, substituting a Republican (sic) for a Monarchical (sic) of government, appears in no way to have adversely affected the interests or the operations of the company”.³³⁵ Alguns anos depois, disse que a conjuntura política brasileira de 1892 retardou a chegada da maior parte da bateria de 20 pilões da usina de Sandycroft. Mas, além deste, a mina possuía outro do mesmo modelo com 40 pilões de ferro (construídos em 1889) e mais uma bateria de 32 pilões em madeira, capazes de desenvolver trabalhos satisfatórios.³³⁶ A *Revista Industrial de Minas Gerais* confirma estas modificações que vinham ocorrendo em 1893:

Além disso, occupa-se actualmente a mina da Passagem de substituir um dos engenhos de pilões brasileiros por um outro de pilões californianos de maior potencia. Sabe-se que a usina se compõe de três engenhos: dois brasileiros, um com 24 mãos de pilões de madeira e outro com 32, e um californiano de 40 mãos de ferro; o de 32 mãos de madeira vai ser substituído por ouro de 20 mãos de ferro, de sorte que a quantidade de toneladas socadas por dia nos engenhos elevar-se-á de 100 a 120 [...] todas as peças de machinismos do engenho, enviadas pela casa Sandycroft (de Chester, Inglaterra) já chegaram no lugar da mina, promptas para a montagem.³³⁷

³³⁵ “A recente revolução no Brasil, substituindo o governo Republicano (sic) pelo Monárquico (sic), em nada parece ter afetado negativamente os interesses ou as operações da companhia”. In: *AR*. 1889, p. 6.

³³⁶ *AR*. 1893, p. 10s.

³³⁷ *RIMG*. 15 de janeiro de 1894. Anno I, n. 4, p. 95.

O relatório de 1894 informa as modificações introduzidas ao longo do *past financial year*: construção de novo moinho com 20 pilões e capacidade de triturar 1.200 toneladas por mês para substituir o velho de 24 pilões que triturava apenas 400, nova oficina de carpintaria, 2 novas casas para trabalhadores, o escritório da Companhia passou a ser conectado por telefone com Ouro Preto onde ficava a estação central, tornando mais conveniente a comunicação com os agentes e com a estrada de ferro³³⁸ e a **luz elétrica** “has been provided for the chlorination works, hauling machine, and ore floors. It is also proposed to illuminate the mill houses in the same manner, which will be a great advantage to the men working by night, and also effect a considerable saving in cost”.³³⁹

Em março de 1897, a companhia esperava “uma nova bateria de engenhos californianos que poderá quebrar 5.000 toneladas por mez, e produzir £80.000 de ouro no próximo anno, comparado com £68.000 em 1896”. Além disso, a porcentagem do ouro extraído ia aumentando anualmente “de 60% em 1893 a 68% em 1894, a 74% em 1895 e a 76% em 1896”.³⁴⁰

O passo seguinte, planejado por Gifford, visando a elevar ainda mais o volume de minério extraído foi a **instalação da perfuratriz** movida a ar comprimido, que entrou em atividade no ano financeiro de 1896-1897. Havendo, portanto, um intervalo de 35 anos desde a invenção desta máquina e sua introdução na companhia. Embora a adoção das perfuratrizes tenha elevado o custo por metro devido ao maior uso de dinamites, eram mais vantajosas que o trabalho manual, pois agilizaram o desmonte implicando em maior volume de minério extraído e triturado, atingindo a cifra de 74,764 toneladas no ano financeiro de 1898:

Rock Drills: The working of the rock drills has been perfectly satisfactory, the rate of driving in a level being about three and a half that of hand labour. The cost per metre is considerably higher than by hand labour, owing to the greater proportion of dynamite used, and the high duty on this article, but is of an immense advantage to us to be able to develop rapidly in the deeper part of the Mine even at extra cost.³⁴¹

³³⁸ A inauguração do ramal férreo ligando Ouro Preto a Marianna ocorreu somente no dia 12 de outubro de 1914 – Cf. *O Germinal*. Organ do Partido Republicano Mineiro no Município. Mariana, 18 de outubro de 1914. Anno X, n. 398, p. 1.

³³⁹ “tem sido fornecida pelos trabalhos da cloração, a máquina de extração e os pavimentos de minério. Também é indicado para iluminar os moinhos da mesma maneira, o que será uma grande vantagem para os homens trabalhando à noite, e também gerar uma considerável economia em custo”. In: *AR*. Agosto de 1894, p. 7 e 41.

³⁴⁰ *RIMG*. 30 de março de 1897. Anno IV, n. 22, p. 285.

³⁴¹ “Perfuratrizes: O trabalho das perfuratrizes tem sido perfeitamente satisfatório, a taxa de condução tem sido mais ou menos de três horas e meia de trabalho manual. O custo por metro é consideravelmente mais elevado do que o de trabalho manual, devido à maior proporção de dinamite utilizada, bem como o elevado imposto especial sobre este artigo, mas é de uma enorme vantagem para nós, por ser capaz de desenvolver rapidamente a parte mais profunda da Mina requerendo um custo extra”. In: *AR*. Setembro de 1897, p. 27.

Por meio do relatório de 1899 ficamos sabendo que o volume de minério extraído não determina, necessariamente, a quantidade de ouro apurada. A riqueza do veio em determinados locais de extração e a maior capacidade de reduzir sua perda é que implicam em seu maior aproveitamento. A **Tabela 13** foi elaborada pelo secretário Henry Ward em 1899:

Tabela 13 - Relação tonelada minério/ouro apurado na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1898-1899)

	1898	1899
July	6,465 tons 1,796 ozs.	5,716 tons 2,011 ozs.
Aug.	6,396 tons 1,815ozs.	5,933 tons 2,022 ozs.
Sept.	5,888 tons 1,756 ozs.	5,460 tons 2,034 ozs.
Oct.	6,179 tons 1,696 ozs.	5,671 tons 2,073 ozs.
Total	24,940 tons 7,063 ozs.	22,780 tons 8,140 ozs.

Fonte: AR. 1899, p. 8.

Quanto ao suprimento de mão-de-obra, houve significativa mudança na quantidade, mas não na qualidade dos trabalhadores indispensáveis para o acompanhamento do ritmo da extração oriundo das inovações técnicas e tecnológicas introduzidas nos últimos anos: novos moinhos e perfuratriz, que aumentaram para 5.500 toneladas de minério extraídas por mês. Como antes, o maior dinamismo da mina exigiu a contrapartida de suprimento de mão-de-obra para acompanhá-lo. Gifford relatou em 1897 que:

The supply of labour has been more plentiful of late, but it is not of the class most suitable for underground work. Of actual miners, the supply is limited, and consequently the increase in force entailed by increased output, has to be drawn from the emigrant class of ordinary labourers. The average standard of work performed is therefore lower than when a smaller force the proportion of trained miners was greater.³⁴²

Todos estes esforços contribuíram para a almejada redução do custo por tonelada que chegou a cair de 22s 51/2d. para 20s em 1897 e 19s 7d no ano seguinte. Embora esperasse reduzi-la ainda mais, duvidava que chegasse a 18s como projetara. Julgava que “in a district where the ores are so low grade, and the margin over working costs is necessarily very narrow, such a tax as this is most oppressive, and becomes a severe burden on the

³⁴² “A oferta de trabalho tem sido ultimamente mais abundante, mas não é a classe mais adequada para o trabalho subterrâneo. Atualmente, a oferta de mineiros é limitada, e, conseqüentemente, o aumento na força acarretado pelo aumento da produção, tem que ser tirado a partir da classe de trabalhadores emigrantes comuns. A média normal de trabalho realizado é, portanto, menor do que quando a proporção de mineiros formados era maior”. In: AR. Setembro de 1897, p. 28.

industry generally”.³⁴³ O total anual pago ao governo, oriundo do imposto de 5%, atingiu a cifra de R\$ 130.000,000 gerando uma elevação de 1s. no custo por tonelada. Face a esta adversidade tributária somada ao aumento dos preços dos víveres e dos salários, as companhias inglesas, unidas, solicitaram ao Congresso Estadual a redução da taxa estipulada:

An exposition of all the circumstances has been laid before the State Congress during the present session, and a petition made by the mining companies for a reduction in the tax. This petition was strongly supported by petitions from several municipal councils of districts where mining is carried on, but the Government declined to allow any abatement of the tax, and the same impost of 5 per cent, has already been voted in the budget estimates for next year.³⁴⁴

No relatório de 1898 Gifford toca, pela primeira vez, em assunto relacionado à segurança da mina e dos trabalhadores. Durante o ano de 1897-1898 ocorreram problemas de infiltração - imediatamente contornados com o emprego das bombas e também frequentes quedas do teto da mina no Shaft n. 1:

The old timbering in No.1 Shaft above the adit having become very rotten, and frequent falls of the roof occurring, it became necessary to thoroughly secure the incline, either by new timbering or stone arching. Preference was given to the latter as being more lasting, and relieving us once for all of further trouble. The arching was begun from below, and brought up in short lengths at a time, the ground over each length being thoroughly secured by stuff obtained in opening for the next length. In this way the shaft has been securely arched in dry masonry for 68 metres without accident and without any stoppage of the hoisting.³⁴⁵

Em 1899, de acordo com o superintendente, os problemas de drenagem estavam sob controle, pois “no water has been met with in the deeper parts of the mine (...) there have been no falls of the roof”.³⁴⁶

Assim, ano após ano, a profundidade dos *shafts* foi aumentada. Novos cortes transversais foram abertos. O bom andamento dos trabalhos implicou na elevação final de

³⁴³ “Num distrito onde os minérios são de grau tão baixo, e a margem dos custos de trabalho é necessariamente muito apertada, uma taxa mais opressiva geralmente se torna um fardo severo para indústria”. In: AR. Setembro de 1897, p. 36.

³⁴⁴ “Uma exposição de todas as circunstâncias foram apresentadas durante a presente sessão do Congresso do Estado, e uma petição feita pelas empresas mineiras para uma redução de impostos. Esta petição foi fortemente apoiada por petições de vários conselhos municipais dos distritos onde a exploração mineira é feita, mas o Governo recusou a permitir qualquer abatimento de taxa, e o mesmo imposto já aumentou em cinco por cento, já foi votado na previsão orçamentária para o próximo ano”. AR. Setembro de 1897, p. 36.

³⁴⁵ “As antigas vigas de madeira no Shaft No. 1 tornaram-se muito podres, e quedas frequentes ocorreram nos tetos, tornando-se necessário assegurar a inclinação, que viriam através de novas vigas de madeira ou pedras arqueadas. Foi dada preferência a esta última como sendo mais duradoura, e aliviou todos nós de mais dificuldades. O arqueamento foi iniciado de baixo, e cresceu lentamente, em um momento, o solo ao longo alargamento foi sendo exaustivamente garantido por coisas obtidas na abertura do alargamento próximo. Desta forma, o shaft tem sido solidamente arqueado em alvenaria seca de 68 metros, sem acidentes e sem qualquer paralisação do içamento” AR. Setembro de 1898, p. 23.

³⁴⁶ “Nenhuma água foi encontrada nas partes mais profundas da mina (...) assim como não havia quedas do teto” In: AR. Setembro de 1899, p. 30s.

gramas de ouro apurada: 658,512 gr. em 1899 para 741,781 em 1900, embora a tonelagem de minério tenha sido 3,756 tons. menor neste último ano, devido ao contato com minério de elevada dureza nas frentes de prospecção.³⁴⁷

Em 1900 foi experimentado o processo de tratamento da areia com cianureto.³⁴⁸ Inicialmente não foi satisfatório mas, posteriormente, mostrou-se mais “eficiente e econômico” que a cloretação que funcionava regularmente desde 1890.³⁴⁹ O mérito desta inovação, leia-se economia de custo, coube ao Superintendente Gifford e a Mr. Kendall, Oficial da Redução.

Neste mesmo ano novas aquisições e introdução de maquinário foram feitas pela administração: a compra de propriedade do Bucão próxima à companhia e a ereção de um concentrador Wilfley. O custo do minério tratado elevou-se a 22s. 6d, um crescimento de 1s. 10d. em relação ao ano precedente, devido à queda do volume de minério triturado.

Em novembro de 1900, terrível tempestade se abateu sobre Passagem e grande volume de água e lama entrou na mina, interrompendo o trabalho por longo tempo. No ano seguinte, o Presidente da Companhia anunciou a compra da *Santa Anna Gold Mining Company* sob vantajosas condições por £ 4, 807 15s. 5d, inclusos o maquinário e instalações (representando valor mais alto que o montante pago por toda a companhia). Esta empresa englobava duas minas distintas próximas a Passagem: Santa Anna e Maquiné (trabalhadas pela antiga *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company*).

O diretor acreditou que a companhia adquiriu uma propriedade que provaria ser de grande valor, pois amostras levadas da mina e analisadas por Gifford deram resultados promissores. Adquiriu-se ainda a propriedade chamada Boa Esperança “por um preço verdadeiramente razoável”. Fizeram também arranjos com a Municipalidade de Mariana para o arrendamento de outra propriedade adjacente, chamada Valle Quem Tem.³⁵⁰

1901 foi o ano da abertura de novo PIA, o de número 3. Composto por peça de difícil trabalho que exigia muita cautela, mas segundo o relatório, tudo foi realizado sem

³⁴⁷ AR. Setembro de 1900, p. 27.

³⁴⁸ O problema do processo de cloretação anteriormente adotado era a grande quantidade de combustível exigida para a calcinação do minério e a madeira tornava-se “cada vez mais difícil de obter-se e de preço mais elevado”. Por esse motivo, desde 1893, “tem-se procurado aplicar a cyanuretação, e experiências foram feitas em Londres com areias concentradas, enviadas pelo director. Novas porções serão enviadas a Glasgow sob a fiscalização de um empregado da Companhia e a adopção desse processo dependerá dos resultados colhidos dessas experiências” Cf. Ata da Assembléia Geral, realizada em Londres, a 18 de dezembro de 1893, publicada no *Mining World* e transcritas para a *RIMG* de 15 de março de 1894. Anno I, n.6, p. 146.

³⁴⁹ *RIMG*. 15 de dezembro de 1893. Anno I, n. 3, p. 70.

³⁵⁰ O pedido e concessão de aforamento do terreno denominado “Vale quem Tem” à Companhia The Ouro Preto Gold Mines ocorreu no dia 25 de janeiro de 1900 e consta no Livro de Aforamentos da Câmara Municipal de Mariana. In: AHCM. Códice 783 – Livro de aforamentos (1886-1904).

acidentes. Registrou-se ainda a redução na quantia de ouro em barra frente ao ano precedente 718,591 gramas. Entretanto, devido à maior pureza obtida pelo novo processo de refinamento adotado nos últimos seis meses, o produto do ouro em barra foi de, aproximadamente, 220 onças superior a 1900.

Fica claro que qualquer medição de rentabilidade destas empresas considerando apenas o volume de ouro apurado incorrerá no engano se negligenciar o cálculo de sua pureza e o valor de sua venda. Não obstante, o custo por tonelada atingiu 25s. 1d., o que representa o incremento de 2s. 7d. face ao ano anterior.

A eficiência dos resultados obtidos com o cianureto levou à elaboração de um plano de aumento da capacidade de sua planta para 500 toneladas por mês e a eventual interrupção do trabalho de cloretação.

Gifford concluiu então que o ano de 1901 teve resultados satisfatórios sob o ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhos na mina. Sob o prisma financeiro, entretanto, “have unfortunately been far from satisfactory”. Não obstante, o futuro mostrava-se promissor, pois “the most important development, however, for the future of the Mine is, perhaps, the great development which has taken during the year on the Barril Shoot”,³⁵¹ onde havia corpo de mineral com boa média de valor. O mesmo se esperava para o Gongo Shoot que guardava grandes reservas de minério lucrativo.

Em 1901 Gifford voltou atenção para a complexa cadeia de fatores que implicam no sucesso ou insucesso do setor mineratório: valor do ouro no mercado, redução salarial, flutuações do câmbio, especulação financeira e medidas econômicas governamentais:

The ore milled has shown no falling off in value, and a large reduction was made in wages and in general costs, but the latter has been more than discounted by the decrease in currency value of gold through the great rise in rate of exchange.

During the previous year the average exchange at which the Company's transactions were made was at the rate of Rs 31\$210 per L sterling, whilst during last year the average rate was 23\$180, or a difference against the Company of over 25 per cent. during the twelve months.

As stated above, a considerable reduction in wages was made, but it was not possible to make the reduction at the same rate as the average difference in exchange, for owing to the violent fluctuations in exchange it was impossible to form an exact basis of prices or costs.

Not only has the mining industry suffered from the rapid rise in exchange, but nearly every other industry in the country, and the crisis has been such, that many mines and other works have had to be closed.

During the past few months, however, the rate has shown more stability and a further reduction in wages has been possible.

³⁵¹ “Foi infelizmente longe de satisfatório” (...) o mais importante desenvolvimento, contudo, para o futuro da Mina é, talvez, o grande desenvolvimento que tem o ‘Barril Shoot’ ao longo do ano”. In: *AR*. Agosto de 1901, p. 40.

The chief cause of speculation and fluctuations in exchange, viz., the uncertainty as to whether the Government would resume gold payment for interest on foreign loans, has now been settled, and with the more steady condition of exchange now prevalent, and the further reduction in wages lately made, it is hoped that the Company's operations during the ensuing year will be attended with more profitable results.³⁵²

O ano de 1902 presenciou o aumento do volume de mineral tratado: 67.792 tons. frente ao ano findo que atingira a marca de 64.082 tons. Isto foi possível graças à conclusão do PIA n.3 e às alterações feitas nos pilões. Por outro lado, o trabalho rendeu 718,591 gramas de ouro, na proporção de 10,1 gramas de ouro por tonelada em 1901, enquanto 1902 registrou queda na produção de barras, 691,043 gramas e na proporção gr./ton, que caiu para 9,75. Para otimizar o aproveitamento do ouro, erigiu-se a *Cyanide Plant* que substituiu completamente o processo anterior de cloretação em janeiro.³⁵³ Ocorreu ainda a elevação da taxa média de câmbio em 1d. em comparação a 1901. Apesar desta elevação de 10%, foi possível reduzir os custos de trabalho em 1s. 2 1/2d. por tonelada.³⁵⁴

Por razões operacionais, Gifford sentiu a necessidade de renomear as seis bocas da mina. De SO para NE foram assim classificadas: “South-West”, “Main”, “North-West”, “Buraco Secco”, “Barril” e “Gongo”.

O ano de 1903 mostrou-se econômica e tecnicamente satisfatório, registrando significativa porção de minério triturado devido ao uso de telas de malha mais grossa nos moinhos assim como maior apuração pelo cianureto. Por outro lado, 1904 registrou, pela primeira vez, a exaustão parcial dos níveis superiores³⁵⁵ e, com ela, relativa queda na tonelagem de minério triturado. Para evitar séria queda na produção ou suspensão dos

³⁵² “O minério moído não tem mostrado queda no valor, e uma grande redução foi feita nos salários e custos gerais, mas este último tem sido mais descontado pela diminuição do valor da moeda em ouro através do grande aumento na taxa de câmbio. Durante o ano anterior a média de câmbio na qual as transações da Companhia foram feitas foi a uma taxa de Rs 31\$210 por Libra esterlina, enquanto durante o último ano a taxa média foi Rs 23\$180, ou uma diferença contra a Companhia de mais de 25% durante doze meses. Como afirmado acima, foi feita uma redução considerável nos salários, mas não foi possível fazer a redução no mesmo índice da média da diferença de câmbio, pois devido a violentas flutuações no câmbio não foi impossível formar uma base exata de preços e custos. Não somente a indústria mineradora sofreu com o rápido aumento no câmbio, mas quase toda outra indústria no país, e a crise tem sido tal, que muitas minas e outros trabalhos tiveram que ser fechados. Durante os últimos meses, entretanto, a taxa tem se mostrado mais estável e uma maior redução de salários foi possível. A principal causa da especulação e flutuação no câmbio, a saber, a incerteza se o Governo retomaria o pagamento em ouro dos juros de empréstimos estrangeiros, foi agora acertada, e com a condição mais estável de câmbio que prevalece agora, e a maior redução em salários feita recentemente, é esperado que as operações da Companhia durante o ano seguinte sejam realizadas com resultados mais lucrativos”. In: AR. Setembro de 1901, p. 41s.

³⁵³ “Planta de cianureto - Esta planta consiste em um tanque para tratamento preliminar dos concentrados, enquanto as caixas são carregadas, agitadores, barril de filtro de aço e fossas, e aparatos vazios, organizada em passos de tal maneira que minimize a manipulação da areia e proporcione trabalhos contínuos”. In: AR. Julho de 1902, p. 33.

³⁵⁴ AR. 1902, p. 7s.

³⁵⁵ AR. 1904, p. 7.

trabalhos e compensar esta redução foi elaborado plano de aumento do poder de içamento do minério. A produção e produtividade aurífera da companhia de 1881 até o ano de 1915 pode ser vista no **Anexo H**.

Devido à limitação cronológica destes relatórios, foi preciso recorrer a fontes complementares para conhecermos a trajetória de seu rendimento. Fleischer aponta que, entre 1884 e 1927, verificou-se um aumento do teor médio de 7,24 g/t para 11,57g/t, sendo fruto das melhorias introduzidas na lavra e/ou no beneficiamento, conforme acabamos de demonstrar.³⁵⁶

A fase situada entre 1886 e 1900 é o período-chave para o desenvolvimento dos trabalhos na mina e, conseqüentemente, para seus resultados financeiros. Em outubro de 1886 entraram em operação 16 dos 32 pilões do moinho brasileiro, sendo que a outra metade começou a funcionar 3 meses depois, em janeiro de 1887; o moinho californiano de 40 pilões teve 10 destes operando em outubro de 1888, mais 10 em dezembro deste mesmo ano; outros 10 em julho de 1890 e a última quarta parte em fevereiro de 1891. Em 1890 foi implantada a cloretação, em 1894 chegaram os imigrantes europeus e a luz elétrica, em 1896 as perfuratrizes foram adotadas e em 1900 inicia-se o processo de cianuretação.³⁵⁷

É fácil observar como ocorreu sensível aumento a partir destes anos na quantidade de minério triturada e na produção de barras de ouro. Se esta produção não se manteve constante, isto deve ser atribuído à “redução do teor do minério tratado nestes últimos anos”. Não obstante, anteriormente a estas inovações, 1888, “o teor se elevava a 24 gramas por tonelada da qual se retiravam no máximo 15 gramas; de um minério cujo teor se reduziu para 15 gramas, chega-se a retirar 10 gramas. E mais, “a perda em ouro, que era de 42%, reduziu-se, portanto, para 34%”.³⁵⁸ Tudo isso, graças aos novos pilões (que compensavam o socamento do quartzo pobre anteriormente descartado, pois só se triturava o minério rico nos pilões brasileiros após uma triagem cuidadosa) e ao processo de cloretação.

Portanto, no interstício de Eschwege a Burton, D. Pedro II, Courcy, Ferrand e o último relatório de 1904, a mina passou por profundas mudanças no que tange ao uso da força motriz, equipamentos, mão-de-obra e maquinários: a tração humana foi substituída pela animal e esta pela hidráulica, a amalgamação pela cloretação e esta pela cianuretação; no subsolo, as brocas foram trocadas pelas perfuratrizes e os carumbés pelos vagonetes; a luz elétrica foi instalada em vários departamentos, dentre outros. Tudo isso representa

³⁵⁶ FLEISCHER, Ronald. O ouro em Minas Gerais: aspectos geológicos. In: FERRAND, Paul. Op. Cit. 1998, p. 31-38.

³⁵⁷ Id. Ibid. 1998, p. 336.

³⁵⁸ Id. Ibid. 1998, p. 340.

considerável avanço tecnológico que repercutiu em sua saúde financeira e na vida dos trabalhadores.

Para além dos aspectos técnicos, é preciso salientar que todas estas transformações causaram, paralelamente, profundas modificações na rotina de trabalho da mina e no cotidiano da localidade. O aumento do número de pilões significou que no subsolo os processos de desmonte e elevação do minério estavam mais rápidos e eficazes devido ao incremento do número de mão-de-obra e da tecnologia (dinamite) e maquinismos adotados (vagonetes e perfuratrizes). À medida que a mina se aprofundava, elevavam-se a temperatura e a umidade que interferiam na saúde dos trabalhadores. Da mesma forma, quanto maior a tonelagem triturada, maior é o volume de poeira e ruídos produzidos, que também afetavam o bem-estar geral.

As inovações técnicas introduzidas como a cloretação e a cianuretação provocaram aquilo que os ingleses denominavam de *deskilling process* (desqualificação de tarefas), evidenciado, por exemplo, na redução e eliminação das mesas de lavação onde trabalhavam as mulheres. Quanto mais ampla a divisão de tarefa e a complexidade das funções executadas na empresa e maior o nível de especialização exigido em determinados setores, maior o fosso que separa os trabalhadores não especializados dos especializados e, proporcionalmente, maior a impossibilidade de ascensão vertical (promoção).

Se a fábrica é a principal instituição da era industrial, as máquinas são seus principais instrumentos simbólicos. Dentre todos os produtos que a Inglaterra exportou para os outros países, o mais importante deles foi a necessidade de também se industrializarem ou sucumbirem sob o peso das mercadorias produzidas em série.

Gilberto Freyre afirma que uma das características marcantes do gênio inglês foi a substituição da madeira pelo aço.³⁵⁹ O aqueduto, os britadores, os vagonets, a perfuratriz e outros equipamentos ratificam esta assertiva. Sua vantagem reside na maior durabilidade, dureza e não emissão de gases tóxicos oriundos da madeira quando em estado de decomposição, traduzindo-se em maior segurança no local de trabalho, economia para os acionistas e qualidade do ar no subsolo.

A seu modo, as máquinas inglesas representam tudo isso em sua maneira de transformar a natureza. Seu som, seu grunhido seco e compassado é a música da modernidade na mineração. A alteração da vida chega aos liames do intangível, mas perceptível. Os moinhos e britadores devoravam toneladas de rochas e produziam um barulho

³⁵⁹ FREYRE, Gilberto.. *Ingleses no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

ensurdecedor. A perfuratriz e a dinamite aceleraram o desmonte; os vagonetes aumentaram a capacidade de içamento do minério que, aliado ao compressor, substituíram a tração animal. A luz elétrica alterou o ritmo de trabalho, a noção de tempo e tornou o ambiente de trabalho mais seguro do ponto de vista da localização e deslocamento. A dilatação do tempo de trabalho, o aumento da produção e da produtividade e o encurtamento das distâncias são características do mundo das máquinas.

A abrupta transferência técnica e científica alterou tanto o controle e a velocidade da extração do ouro e a produção dos lingotes como a composição e organização da mão-de-obra. A companhia serviu-se de escravos e transformou camponeses e ex-escravos em operários do progresso capitalista regido pela disciplina industrial.

Este feixe de circunstâncias mostra que a cadeia extrato-produtiva estava equipada tanto com instrumentos de trabalho rudimentares quanto com as mais modernas máquinas e técnicas desenvolvidas na Europa. Sintonizada com os princípios tayloristas, a organização do trabalho era, do ponto de vista técnico, minuciosamente racionalizada, mantendo uma estrita separação entre pensamento e execução de tarefas. Todo este aparato estava apoiado sob um *planning* (planejamento) montado para extrair o sobre-trabalho com eficácia cada vez maior e evitar a queda da taxa de produtividade e lucratividade diária.

A natureza rotineira, fatigante, insalubre e perigosa do trabalho na mina, associada à rigorosa coerção e organização, além de serem causadoras diretas das ausências, provocavam também a queda da quantidade e qualidade do trabalho que sempre exigiam sua minimização por meio de estímulos previstos nos manuais da administração científica como prêmios e promoções. Por isso, a empresa adotava o sistema de prêmios aos escravos, aos feitores que coordenassem trabalhos com ágeis avanços no subterrâneo e aos trabalhadores que arregentassem novo suprimento de mão-de-obra. Ou seja, havia vasto aparato técnico/administrativo necessário para tornar o empreendimento eficaz e lucrativo.

A **Figura 18**, embora situada alguns anos posteriores ao nosso corte cronológico, mostra a dimensão e o aspecto de labirinto que mina atingiu a partir do século XIX.

Figura 18 – Minas da Passagem: Planta Geral. Fonte: CAMPOS, 1938.

4 A estrutura hierárquica da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*

Todo este aparato e capital humano da *The Ouro Preto Gold Mines* era dirigido por uma estrutura hierárquica rígida e eficaz. Abaixo da assembléia dos acionistas londrinos, as ordens eram transmitidas pelo Superintendente. Ao tempo de Ferrand, este cargo era ocupado por Henry J. Gifford. O superintendente era secundado por um engenheiro-chefe do serviço de superfície e pelo capitão da mina, responsável pelos serviços subterrâneos. Estes dois eram auxiliados pelos capatazes situados nos diversos setores da empresa. Paralelamente, a mina comportava ainda os cargos de secretário, contador, almoxarife, intérprete, médico e enfermeiro(a)s. Ferrand destacou que na última década do século XIX “os chefes de serviço são ingleses, bem como quase todos os capatazes”.³⁶⁰

É preciso atentar para dois problemas: o de terminologia e a real ocupação destes cargos por nacionais. O termo usado com maior frequência para se referir aos “capatazes” no século XIX era, na verdade, “feitor”. Assim consta, por exemplo, em diversos processos-crimes, registros civis e nos *Alistamentos Eleitorais Federais* de 1895 e 1897 onde fica registrada a presença de 5 *feitores* (sendo 3 nacionais e 2 filhos de estrangeiros já naturalizados). Esta denominação permanece até o século XX, quando os ingleses continuam

³⁶⁰ FERRAND, Paul. Op. Cit. 1998, p. 335.

ocupando estas funções na mina. Em 1900, Richard Kisman e Andrew Hart eram “feitores” – pois assim eles se denominaram quando assinaram como testemunhas do casamento de seu compatriota Richard Rowe.³⁶¹ O Organograma 2 hierarquiza os principais cargos diretivos da *The Ouro Preto Gold Mines* no final do século XIX:

Organograma 2 – Estrutura hierárquica da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil* Limited. Fonte: FERRAND, 1998, p. 332.

A longa fase da direção de Gifford à frente da mina ao que tudo indica, estava prevista para expirar em 1902. Neste ano, segundo matéria publicada no jornal *Rio Carmo*, era esperado para a segunda semana de março deste ano o novo superintendente, o engenheiro H. Desrameaux, que viria acompanhado de sua família.³⁶² Entretanto, dias depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, veio a falecer no *Estranger's Hospital*, “tendo sofrido a bordo acessos de febre biliosa veio a succumbir de uma toxicose uremica”.³⁶³ Em maio deste ano o “distinto e correcto cavalheiro” Gifford redigiu uma carta para ser publicada neste mesmo jornal. Assim diz sua missiva:

Henry J. Gifford, Superintendente das Minas da Passagem penhoradissimo pela insigne prova de apreço e estima que lhe deram os seus amigos na apresentação de uma carta exprimindo seu pezar pela próxima retirada do mesmo d'este paiz, e sendo-lhe impossivel, em vista do grande número dos assignantes da referida carta, lhes agradecer a todos pessoalmente, vem por este meio exprimir aos mesmos amigos os seus profundos e sinceros agradecimentos. Tem ao mesmo tempo o prazer de lhes anunciar que a sua retirada será somente temporária, e que espera voltar brevemente a Passagem e continuar a merecer a honrosa estima de seus bons amigos. Passagem de Marianna, 14 de maio de 1902.³⁶⁴

³⁶¹ ACRCPM. Livro de Casamentos n. 2, f. 36 e 36v.

³⁶² *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 3 de março de 1902, Anno II, n. 8, p. 3.

³⁶³ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 30 de março de 1902, Anno II, n. 10, p. 2.

³⁶⁴ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 17 de maio de 1902, Anno II, n. 14, p. 2.

No entanto, até meados de dezembro de 1902 o *gentleman* Gifford ocupava seu cargo. Sabemos que neste mês e ano regressara de viagem à Europa onde provavelmente fora tratar do assunto de sua saída da mina.³⁶⁵ Posteriormente, Gifford foi substituído pelo novo *manager*, Arthur J. Bensusan que permaneceu até 1927.

5 O trabalho feminino e infantil

5.1 O trabalho feminino

Harriet Bradley acredita, enganosamente, que tanto quanto a pescaria, a mineração (de carvão, pois enfoca o caso inglês) talvez seja “the most exclusively and essentially masculine of occupations”.³⁶⁶ O *Mines Act* de 1842, prossegue, excluiu as mulheres do trabalho subterrâneo. Friedrich Engels comentou que esta lei, na verdade, “permaneceu letra morta na maior parte das regiões, pois não se teve o cuidado de nomear inspetores de minas encarregados de vigiar a sua execução”.³⁶⁷ A própria cronologia apresentada pela autora nega sua assertiva e não exige muitos contra-argumentos, pois constata que o trabalho feminino só desapareceu das minas em 1970.

A exploração do trabalho de mulheres e crianças nas minas inglesas e de outros países da Europa continuou intensa na segunda metade do século XIX. Tal fato gerava profundo desconforto entre os mineiros e a abolição do trabalho feminino e infantil foi uma das bandeiras de luta do movimento operário. Muito embora, alguns mineiros se preocupavam mais com o emprego de sua mulher e filha que com a segurança, moralidade e higiene das minas. Por outro lado, os patrões viam a maior pontualidade e atenção no trabalho como fatores suficientemente vantajosos para a contratação de mulheres.

O trabalho extenuante, perigoso, insalubre e degradante, o distanciamento do lar durante a jornada de trabalho, o ambiente promíscuo, a multidão de filhos ilegítimos, o abuso dos capitães de mina, são os argumentos geralmente apresentados pelas autoridades do Parlamento, clérigos, sindicalistas e mineiros ingleses para justificar a luta contra o trabalho feminino na mineração. Engels diz que as mulheres pareciam sofrer mais com o trabalho nas

³⁶⁵ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 14 de dezembro de 1902, Anno II, n. 29, p. 2.

³⁶⁶ “a mais exclusiva e essencial das ocupações masculinas”. In: BRADLEY, Harriet. *Mens work, womens work: a sociological history of the sexual division of labour in employment*. Mineapolis: University of Minesota Press, 1989, p. 104.

³⁶⁷ ENGELS, Friedrich. Op. Cit. 1985, p. 282.

minas e jamais conseguiam se manter eretas como as outras mulheres. Afirma então que “é igualmente testemunhado que o trabalho das mulheres nas minas também provoca deformações da bacia e consequentemente partos dolorosos, ou mesmo mortais”.³⁶⁸

O mais proeminente tema sobre a presença feminina nas minas é a moral sexual no local de trabalho. A obra *Germinal* está repleta de ocasiões em que a prática sexual é favorecida pelo ambiente escuro e solitário das galerias onde corpos suados e seminus de homens e mulheres se unem. Encontros muitas vezes desejados e proporcionados pela livre vontade de ambos, outras vezes, forçados pelos homens. Vejamos um dos trechos mais carregados de uma sexualidade animalesca criado pelo autor: “havia um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro, o traseiro ao ar, as ancas arrebatando as calças de homem”.³⁶⁹ Algumas mineiras desfrutavam de ampla liberdade sexual na escolha e número de parceiros como a filha do mineiro Mouque, uma gradadora de 18 anos que no inverno e no verão “entregava-se ao prazer com seu namorado da semana. Toda a mina estava passando pelos seus braços, num verdadeiro torneio entre os colegas”.³⁷⁰

Fatos similares são encontrados em profusão nos relatórios dos comissários que visitavam as minas inglesas ao longo do século XIX, revelando certo grau de liberdade sexual das trabalhadoras, o que escandalizava a moral vitoriana e paternalista. Sob outra perspectiva, talvez tenha sido a própria visão vitoriana – sob o olhar masculino - que deturpou o sentido destas interações.

Entretanto, foge aos objetivos deste trabalho discorrer longamente sobre estas questões em solo europeu, pois todas as companhias inglesas instaladas em Minas também se serviram em grande escala do trabalho feminino cativo, forro e livre. É preciso buscar responder às diversas e interligadas questões sobre o trabalho feminino na Companhia da Passagem: as mulheres realizavam outras funções além da lavagem da areia aurífera? Quais eram os salários e a jornada de trabalho das mulheres? Qual o percentual do braço feminino no montante da força de trabalho? Havia meninas e adolescentes entre elas? As mulheres exerceram algum tipo de liderança política no local de trabalho? Dentre outras.

Douglas Libby chega a afirmar que “o uso da mão-de-obra feminina é uma herança da mineração escravista que soube muito bem encontrar usos produtivos para as

³⁶⁸ Id. Ibid. p. 278.

³⁶⁹ ZOLA, Émile. *Germinal*. Trad. Francisco Bitemcourt. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p. 49.

³⁷⁰ Id. Ibid. p. 34.

escravas”.³⁷¹ Na verdade, o uso da mão-de-obra feminina na mineração moderna não é uma herança exclusiva do escravismo, pois no continente europeu as mulheres eram largamente ocupadas na mineração de ribeiros e minas, há séculos. Em diversas regiões da África as mulheres também se dedicavam à mineração.

É certo que os negros Mina, trazidos para as Gerais no século XVIII eram, segundo Eduardo Paiva, “tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais”. Paiva destaca que a “preferência” de muitos proprietários que se dedicavam exclusiva ou principalmente às atividades mineradoras pelos escravos e escravas Mina, fundava-se também em seu místico poder de descobrir ouro.³⁷² Antes dele, Gilberto Freyre (1984), já havia feito afirmações similares, além de destacar a preferência pelas mulheres Minas devido à sua beleza.

Pierre Vilar enumera que as principais regiões mineradoras da África, de onde provavelmente provieram muitos negro(a)s trazidos para o Brasil estendiam-se “desde o Senegal até o Sudão”, além das minas da Núbia (Alto Egito). Mas, o ouro não era extraído somente perto da costa, originava-se também “do país ‘ashanti’ ou ‘mossi’ (Alto Volta) e às vezes de mais longe, do ‘Bor Mali’, trazido por mercadores mandingas em tropas de mulas”. Havia ouro também na “Serra Leona, Gâmbia, Senegal, Mauritânia e Marrocos”. Era prodigiosa a riqueza dos reinos de Gana e Mali. Quando Diego Gomes chegou à Gâmbia no século XV encontrou “praças onde os homens procuram a areia aurífera, que as mulheres lavam, mas também, existem poços de ‘laterita’ com galerias de 20 metros”.³⁷³

Suzanne Preston Blier ao estudar o reino Ashanti concluiu que “as mulheres monopolizavam o trabalho de faiscação do ouro, desde a prospecção até o transporte do metal recolhido, passando pela peneiração da lama aurífera e pela lavagem das pepitas soltas”.³⁷⁴ Foram nestes rios auríferos e minas que o(a)s negro(a)s acumularam o *know-how* tão útil aos portugueses na América nos séculos XVIII e parte do XIX. Portanto, fica evidente que os africanos possuíam experiência e conhecimento técnico prévios de extração do ouro aluvional e subterrâneo. Na África, as mulheres trabalhavam principalmente na lavagem das areias dos rios.

³⁷¹ LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit. 1988, p. 282.

³⁷² PAIVA, Eduardo Franca. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo Franca; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2002, p. 187.

³⁷³ VILLAR, Pierre. Op. Cit. 1980, passim.

³⁷⁴ BLIER, Suzanne Preston. *L'art Royal africain*. Paris: Flammarion, 1998, p. 139. Apud PAIVA, Eduardo Franca. Op. cit. 2001, p. 189.

Eduardo Paiva assinala que seria dos africanos e das africanas a introdução da bateia e da técnica de manipulá-la corretamente, assim como da canoa e o conhecimento de ervas cujo sumo lançado nas águas tinham a propriedade de fazer precipitar as partículas de ouro flutuante. Paiva acredita que às mulheres coube igualmente o papel de “introdutoras e gerenciadoras de técnicas e de ferramentas de mineração que elas dominavam em algumas regiões da África”, como a bateia.³⁷⁵

O afrocentrismo é tão impróprio quanto o eurocentrismo. Aceitar que a bateia seja um instrumento africano e que sua introdução tenha sido feita, necessária e exclusivamente, por estes em Minas Gerais é um grave equívoco. Os europeus, inclusive portugueses e espanhóis, já conheciam e manipulavam-na com destreza desde o século XV, talvez antes. A obra de Georgius Agricola, *De Re Metallica* (1556) é ricamente ilustrada com desenhos deste singular instrumento (além de canoas e cadinhos), inclusive com homens manobrando-a, onde se percebe o movimento rotatório da água em seu bojo (**Figuras 19 a e b**). A origem deste instrumento pode ser também árabe ou chinesa. O emprego de couro e/ou tecido na lavagem da areia aurífera era feito desde a mais remota antiguidade no continente europeu.

Figura 19a - Instrumentos de mineração, séc. XVI.
Fonte: AGRICOLA, 1950, p. 157.

Figura 19b - Mineiro usando a bateia, séc. XVI.
Fonte: AGRICOLA, 1950, p. 326. Detalhe.

³⁷⁵ PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2001, p. 198.

Neste debate, endossamos a posição defendida por Flávia Reis para quem a origem da bateia e de outros instrumentos de mineração é muito antiga e difícil de determinar, sendo preferível “considerar então que, nas minas da América portuguesa, a bateia poderia ter sido introduzida por diferentes vias e agentes; mais ainda, poderiam ter (co) existido diferentes ‘modelos’ de bateia que, por sua vez, teriam sido readaptados às condições e conveniências da exploração”.³⁷⁶ Ocultar estas diferentes influências equivale a negar a própria tese do trânsito cultural de que Eduardo Paiva é defensor. Reconhecer e validar a contribuição africana para a técnica mineratória não deve implicar em “inversão de boçalidade” para os europeus e outros povos.

Retomemos o debate anterior. Rickard mostrou que no Egito, Roma e Grécia antigos predominava a divisão sexual e etária do trabalho escravo na mineração.³⁷⁷ Criminosos e prisioneiros de guerra com toda sua família eram enviados ao trabalho nas minas. Os homens mais fortes eram ocupados na abertura das galerias e movimentação das noras. As crianças deviam retirar a terra ou rochas para fora e triturá-las com a ajuda de homens com idade superior a trinta anos. As mulheres e idosos estavam encarregados dos moinhos de pulverização final da matéria. Os melhores escravos, os mais inteligentes e menos viciosos eram empregados nos serviços domésticos. Esta organização do trabalho vigorou durante milhares de anos não por fatores culturais, mas por condicionantes técnicas, instrumentais e físicas delimitadas pela natureza das funções exercidas que exigiam maior ou menor força muscular. Os conhecimentos técnicos dependiam, principalmente, dos contramestres encarregados dos trabalhos, visto que nem todos os escravos detinham conhecimentos prévios.

O trabalho feminino livre e o trabalho familiar nos ribeiros e minas da Europa medieval e moderna eram uma constante onde continuava vigorando esta mesma divisão sexual de tarefas. Na obra de Agrícola, as mulheres aparecem principalmente nos trabalhos de transporte, triagem do minério, lavagem das areias concentradas nos tecidos e/ou peles e nas canoas e raramente retirando material do subsolo. Contudo, não são vistas no leito dos rios, no engenho e nas fornalhas ou operando qualquer instrumento ou maquinismo.

Na maioria absoluta das ilustrações que retrata o mundo do trabalho de extração aurífera em Minas, Goiás e mesmo na Amazônia, predomina esta mesma divisão e a quase exclusividade masculina nos séculos XVIII e primeira metade do século XIX.

³⁷⁶ REIS, Flávia Maria da Mata. Op. cit. 2007, p. 80.

³⁷⁷ RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 87 e 165.

Na imagem feita por Rugendas (**Figura 20**) nota-se a presença de mulheres na extração do ouro em Vila Rica na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma extração de duplo tipo: aluvional e subterrânea onde a divisão sexual do trabalho baseia-se tanto na habilidade quanto na força física de homens e mulheres. Observe que não há nenhuma mulher dentro d'água a manejar a bateia ou a manobrar o malho na fratura das rochas. Nem por isso estavam protegidas dos perigos que rondam a mineração. Duas escravas dirigem-se para a boca da mina para reabastecer suas gamelas. No caminho há duas pontes de madeira improvisadas e o(a)s escravos(a)s precisam passar sobre rochas úmidas e escorregadias. Um escravo, temendo atravessar a primeira ponte, é coagido pelo chicote do feitor.

Figura 20 - Lavagem de ouro (perto do Itacolomi), século XIX. Fonte: RUGENDAS, 1979, p. 181.

Na mineração de tipo inglesa a presença de mulheres escravas, forras e livres é uma constante e eram ocupadas em diversificadas tarefas, exceto no subsolo. A menor força física associada à crença que sua presença atraía desgraças eram fatores limitantes. Somente na *Imperial Brazilian Mining Association* foi possível encontrá-las dentro da mina em 1831 onde trabalhavam 13 mineiras escravas nos serviços subterrâneos (a fonte não indica as tarefas por elas realizadas); enquanto 28 escravas eram ocupadas na lavagem do ouro.³⁷⁸

Na mina de Cata Branca, Suzannet não falou de mulheres trabalhando no subsolo. Ali, “as mulheres fazem a triagem do minério, colocam-no nas rodas d’água, retiram e lavam a areia aurífera”.³⁷⁹ Da mesma forma, na Mina da Passagem as mulheres foram ocupadas somente na superfície (principalmente nas mesas de lavagem da areia aurífera). Não encontramos nenhum registro de mulheres cativas, forras ou livres no subsolo.³⁸⁰ Dentre as livres, não conseguimos detectar se as imigrantes européias, tais quais as brasileiras também trabalharam na Mina da Passagem.

Portanto, os dados confirmam que o departamento de redução era o espaço feminino por excelência nas minas inglesas. Neste departamento, suas funções incluíam, dentre outras: manutenção dos pilões (troca das cabeças de trituração), regulação da água que movimentava os engenhos, introdução do minério nos pilões e lavagem dos couros que recolhiam a lama aurífera. O curtume, que pertencia a este departamento, empregava quase que exclusivamente mulheres escravas. Na equipe encarregada do transporte do minério para este setor havia também mulheres cativas e livres. Outras eram ocupadas no cuidado das crianças do plantel, na cozinha, hospital, costura, armazém e nas residências dos ingleses. A **Figura 21** flagra o exato momento quando é feita a contagem dos escravos da Mina de Morro Velho. Embora haja predominância masculina, o número de mulheres é bastante significativo.

³⁷⁸ Dados que Libby (1998, p. 301) extraiu do Censo Populacional de 1831.

³⁷⁹ SUZANNET, Conde de. Op. cit. 1954, p. 122.

³⁸⁰ Sendo assim, como esta condição propiciadora da promiscuidade (o convívio de homens e mulheres no subsolo), os fatores explicativos dos filhos ilegítimos em Passagem devem ser buscados em outros determinantes. A ilegitimidade em Passagem está relacionada principalmente à grande concentração de homens atraídos para o trabalho na mina. É evidente que a presença de muitos homens solteiros incentivou a prostituição e favoreceu a taxa de ilegitimidade. Apesar disso, a ilegitimidade não está relacionada apenas ao meretrício, mas também a relações consensuais não legitimadas, a uniões ocasionais e estupros. Entre 06 de setembro de 1891 e 22 de novembro de 1926 ocorreram 2628 nascimentos no distrito de Passagem. Dentre estes, em 180 casos (6,84%) não constam o nome do pai no registro.

Figura 21 – The fortnightly slave muster at the Casa-grande, Morro Velho. Fonte: BURTON, 1869.

Além da disciplina, organização e uniformização flagrantemente perceptíveis na imagem há um extenso bananal no centro da tela. Isto sugere que algumas mulheres escravas e homens idosos eram deslocados para os serviços agrícolas subsidiários destinados à alimentação coletiva. Caso contrário, quem plantaria, cuidaria e colheria os frutos desta plantação?

Ernest de Courcy nos dá a conhecer que em 1886, na *The Ouro Preto Gold Mines*, havia 15 “operários” (sic) ocupados em triturar os blocos de minério extraídos dos dois poços inclinados. Entre eles havia uma negra

De braços nervosos, o peito quase nu, tem um cachimbo na boca e fuma enquanto trabalha, tem uma fisionomia feroz. Parece, no entanto, que se trata de uma excelente mulher; uma criança de 4 ou 5 anos, nu como um verme, está deitada de barriga para baixo no chão junto dela: é seu filho que ela ama apaixonadamente; de um negro de ébano, com sua grande cabeça crespa, esticado como está no chão, parece mais um pequeno urso que um ser humano.³⁸¹

Este comentário, eivado de preconceitos raciais típicos do século XIX, revela uma importante face do trabalho feminino na mina. Esta mãe negra trabalhava com os seios seminus e mantinha consigo o hábito de fumar enquanto trabalhava acompanhada pelo filho, permanecendo fiel a seus costumes africanos. Sua fisionomia “feroz” certamente deve-se ao

³⁸¹ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 81.

cansaço provocado pela dureza e rotina das funções que exercia dividida entre os cuidados dispensados ao seu pequeno filho.

O importante a observar nesta descrição é a presença de uma criança no local de trabalho junto à mãe. O fato revela a existência da família estabelecida nessa propriedade e o direito (por concessão ou conquista) de a mulher ter o filho a seu lado enquanto trabalhava. De onde Courcy extraiu a informação que ela o amava apaixonadamente? da evidência de ser mãe? A ele foi comunicado de alguma forma ou de qualquer manifestação de carinho e cuidado que presenciara e que não foi descrita? Ficamos sem saber. É preciso frisar que a separação de mãe e filhos estava legalmente impedida após a **Lei do ventre livre de 1871** (art. 1º § 5º) por isso, legalmente, a criança não podia ser escrava.

Ainda de acordo com Courcy, o processo final de batear a areia aurífera era feito por “quatro ou cinco mulheres e um velho negro de barba branca”.³⁸² Fica claro que, no trabalho de superfície, eram empregados tanto mulheres quanto homens idosos, ainda capazes de realizar funções menos árduas se comparadas com a extração no subsolo.

Na *The Ouro Preto Gold Mines*, ao tempo de Paul Ferrand, a divisão sexual do trabalho (exclusivamente livre) no serviço de preparação mecânica observava a seguinte estruturação em números totais nos setores de triagem, britagem e lavação, amalgamação, cloretação e serviços acessórios:

Tabela 14 - Organização do pessoal da usina da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1894)

Serviços	Homens	Mulheres
Preparação Mecânica	59	27
Amalgamação	6	6
Cloretação	9	0
Acessórios	20	0
Total 1	94	33
Total 2	127	

Fonte: FERRAND, 1998, p. 309ss.

Deste total de mulheres, 24 eram operárias da triagem, 5 eram lavadoras nas mesas, 4 eram lavadoras na bateia. Nenhuma delas estava ocupada nos pilões (um serviço perigoso e ruidoso). O percentual feminino era então de 25,98%. A ausência de mulheres nos serviços de cloretação e serviços acessórios (laboratório, forja e oficina e carpintaria) ratifica que às mulheres cabiam as tarefas de triagem do minério e lavagem da areia aurífera na mina, não havendo nenhuma ocupada nos trabalhos do subterrâneo.

³⁸² Id. ibid. p. 81.

Em Passagem, como já foi dito, há o registro do trabalho de mulheres apenas na superfície realizando tarefas nas mãos de engenho, forno e lavagem da areia - funções que exigem menor nível de especialização. A **Tabela 15** mostra a evolução do quadro funcional feminino da *The Ouro Preto Gold Mines* entre 1897 e 1914, onde fica patente que o desenvolvimento das forças produtivas através da substituição da mais-valia absoluta pela relativa obtida pelo aperfeiçoamento tecnológico suprimiu, principalmente, a mão-de-obra feminina:

Tabela 15 – Mão-de-obra feminina da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893-1914)

Anos	Homens	Mulheres	Total 1	Percentual de feminilidade
1893	400	33	433	7,62%
1897	660(1)	220(3)	880	25%
1914	1.185(2)	10	1195(4)	0,83%
Total 2	2.245	263	2.508	

Fonte: Elaboração própria.

(1) Somando os trabalhadores da mina e da superfície

(2) Inclusive os meninos abaixo de 14 anos

(3) Inclusive as crianças (sem distinção de sexo na fonte)

(4) Exclusive os serviços privados

Fonte: Elaboração própria

No que tange à remuneração feminina, esta era menos recompensada que a masculina quando homens e mulheres exerciam funções idênticas. O salário feminino mais baixo proporciona o equilíbrio das despesas exigido pelo salário mais alto pago aos homens, quando o tipo de função pode ser executado por ambos os sexos. A contratação de homens e mulheres por uma empresa leva em consideração, sobretudo, a produtividade de cada um tendo em vista a maximização dos lucros. Portanto, a menor força física e a menor especialização feminina implicavam em menor produtividade e, por conseguinte, menores salários.

É preciso acrescentar que, numa sociedade onde o lar ainda era visto como o principal domínio feminino da família nuclear, compreendem-se as sucessivas críticas à limitação das oportunidades de encontro doméstico. Embora o trabalho feminino proporcione relativa independência em relação ao marido e/ou parentes e complemento a renda familiar, as mulheres ficam sujeitas ao assédio sexual dos colegas de trabalho e superiores imediatos, além de afastá-las do contato com os filhos durante muitas horas do dia, inclusive quando estes mais necessitam de sua insubstituível presença durante a lactação e primeira infância que, por sua vez, está relacionada à mortalidade infantil e ao prejuízo para a formação da

personalidade.³⁸³ Somente assim entendemos o posicionamento taxativo de Engels. Para ele o trabalho feminino “dissolve a família e torna as mães completamente incapazes de se dedicar às suas ocupações domésticas”.³⁸⁴

Na documentação do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana encontramos poucas mulheres identificadas como *mineiras*, todas no século XX. Não foi possível localizar qualquer outro documento que trouxesse informações detalhadas sobre quem eram essas mulheres que trabalharam na companhia. Nos registros de óbitos foram declaradas “operárias”: Cezaria Martins (50 anos, viúva, faleceu de Interite chronica); Maria Justa (47 anos, faleceu de Hemoplegia [provavelmente trata-se de Hemoplasia = menstruação por outra via que não a normal] e não deixou “bens nem filhos menores”) e Maria Raymunda (25 anos, nacional, solteira, faleceu de tuberculose pulmonar).³⁸⁵ A *causa mortis* de Cezária e Maria Raymunda reforçam a idéia das más condições sanitárias em que viviam e a ampla ação da tuberculose na mina e nos lares.

O caráter lacunar da documentação, principalmente no que se refere a mulheres no local de trabalho, impediu a identificação de casos de abuso sexual, se exerceram alguma forma de influência política e as vicissitudes de sua liberdade sexual, que não podem ser medidas apenas pelo concubinato e pela geração de filhos naturais. Não encontramos ainda qualquer indício nos registros de óbitos, se estas operárias perderam algum filho durante o parto, apesar dos vários casos de crianças natimortas que constam nesta documentação.

Assim estabelecido, observa-se que as principais funções femininas nas companhias inglesas, de maneira geral, eram realizadas na superfície em tarefas **não** menos importantes de: triagem, britagem, trituração, lavagem do minério e amalgamação, cuidados dos enfermos e preparação do alimento. Em síntese, o trabalho feminino era tão indispensável para estas companhias quanto o masculino.

³⁸³ Sobre outros abusos cometidos contra as mulheres no trabalho, cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578-606.

³⁸⁴ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, p. 282.

³⁸⁵ ACRCPM. Livro de Óbitos. Respectivamente: Livro 3, f. 137; Livro 4, f. 30 e Livro 4, f. 42v e 43.

5.2 O trabalho infantil

“aquelas crianças esqueléticas, suas carnações línfáticas, seus cabelos descoloridos, a degenerescência que até as fazia mirrar, roídas pela anemia, de uma fealdade triste de esfomeados” – ZOLA (1981, p. 100)

Através das imagens de Agrícola a presença de jovens imberbes e crianças no local de trabalho testemunham que esta atividade era tarefa de toda a família mineira na Europa medieval e moderna. A oficina, os ribeiros e a mina eram espaços de propedêutica infantil e juvenil. Estas crianças e jovens, tal qual seus pais, avôs e bisavôs, se tornariam exímios mineiros no futuro. Alguns dos quais, como vimos, foram trazidos para Minas Gerais a fim de trabalhar nas minas inglesas na primeira metade do século XIX.

A criança quando ocupa postos de trabalho numa empresa, embora nem sempre exerça as mesmas funções que o adulto, vive praticamente sob as mesmas condições de trabalho. Como sua capacidade produtiva é menor, quando a remuneração é baseada na força física, esta é igualmente menor. No entanto, seu emprego implica a não empregabilidade de um pai de família com maior capacidade de trabalho e maior remuneração. Embora o salário das crianças seja importante componente na renda familiar isto, socialmente considerado, produz queda da qualidade geral de sua vida ao afastá-la do convívio com os pais, da escola e do divertimento – fundamentais para o perfeito desenvolvimento físico, intelectual e psíquico dos indivíduos – violentando sua natureza humana. Além disso, o trabalhador infantil é o mais susceptível aos acidentes, gerando adultos incapazes ao trabalho e dependentes da família, onerando-a além de sua capacidade de renda quando nela é inserido um indivíduo incapacitado ao trabalho por lesão irreversível.

Vale acrescentar ainda que as crianças têm menor capacidade de conscientização, reivindicação e mobilização política. Não obstante, é preciso considerar que muitos pais desejavam que seus filhos trabalhassem desde cedo e que era corrente nos séculos XIX e XX a noção de que trabalhadores úteis e disciplinados somente eram possíveis de ser formados se comessem a labuta desde muito cedo, para aprenderem a controlar seus ímpetos negligentes e desregrados. No cômputo final, o trabalho infantil era muito vantajoso para o empregador.

Paul Mantoux apresenta os motivos por que os patrões preferiam as crianças: docilidade, facilidade de aprendizado e de cumprir ordens, além dos salários mais baixos. Diz ele que na Europa moderna centenas eram negociadas como mercadorias entre os administradores do imposto dos pobres e os fabricantes que as levavam para suas fábricas,

onde trabalhavam durante anos e “longe de se indignarem, os contemporâneos achavam isso admirável”.³⁸⁶

Durante a Revolução Industrial, o trabalho infantil era visto como uma das faces mais cruéis da exploração capitalista. Número cada vez maior de crianças era exigido para a realização de tarefas complementares à rotina. Crianças de 4 a 8 anos eram uma constante nas minas de ferro e carvão inglesas, onde eram ocupadas no transporte de minério e na abertura e fechamento das portas rolantes que separavam os diferentes compartimentos da mina. A menor estatura de moças adolescentes e rapazes faziam-nos úteis para as tarefas nas galerias mais baixas e estreitas. Ali estavam expostos às mesmas adversidades e riscos dos adultos: serviço exaustivo ou tedioso, exposição à umidade e calor excessivos, acidentes, enfermidades, horário de alimentação indefinido e irregular. O *Mines Regulation Act* de 1872 limitou a jornada de trabalho de adolescentes e crianças abaixo de 16 anos a 12 horas diárias. A jornada de 8 horas foi regulamentada pelo *Mines Regulation Act* de 1908.

Eric Hobsbawm chamou a atenção para as seguintes circunstâncias: “uma alta proporção de mulheres e crianças sempre demonstra um nível geral baixo de salários” e ainda que “uma proporção anormalmente alta de meninos nestas [indústrias inadequadas para mulheres e adolescentes] pode demonstrar salários deprimidos para os homens ou, mais provavelmente, uma vantagem anormal para os homens”.³⁸⁷

Os relatórios em que Engels se baseou tocam inclusive nas consequências que o trabalho nas minas trazia para as crianças e suas famílias. Chegavam exaustas em casa e dormiam sem ao menos fazer uma refeição, enquanto outras se deitavam no caminho, onde eram encontradas pelos pais. Aos domingos, passavam o dia dormindo para se recobrar do cansaço semanal. Além disso, “um número muito pequeno frequenta a igreja e a escola e os mestres queixam-se da sua sonolência e do seu desinteresse apesar de seu desejo de se instruir”.³⁸⁸

Todos estes problemas repercutiam de maneira negativa na saúde deste(a)s pequeno(a)s trabalhadore(a)s: desenvolvimento unilateral de músculos dos braços, ombros, pernas e tórax e atrofia do resto do corpo por falta de alimentação ou alimentação inadequada, atraso da puberdade (geralmente aos 18 anos para os rapazes). Engels frisa que “é principalmente na estatura, pequena e atarracada, que os efeitos mais se fazem notar;

³⁸⁶ MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo: UNESP/Hucitec, s.d., p. 34.

³⁸⁷ HOBSBAWM, Eric. Op. cit. 1981, p. 313.

³⁸⁸ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, p. 277.

quase todos os mineiros são atarracados”.³⁸⁹ Tudo isso era derivado das posições em que precisam ficar durante o trabalho. Por tudo isso, os mineiros podiam ser facilmente reconhecidos só por sua constituição física.

Peter Kirby acredita que a variação da altura humana pode ser considerada como o maior indicador do estado nutricional dos indivíduos. Este, por sua vez, está diretamente relacionado ao bem estar das classes trabalhadoras. Seu estudo “suggests that occupational environment, and not poor nutritional intake, was the major contributory factor to the comparative short stature of coal miners in the second quarter of the nineteenth century”.³⁹⁰ Em outras palavras, os mineiros eram os de menor estatura quando comparados com outras ocupações como os agricultores, embora gozassem de relativa saúde, força física e alimentação – entretanto, ele não se pergunte se a “boa dieta” dos mineiros era capaz de suprir a alta perda de calorias provocada pelo trabalho. O desenvolvimento deficiente das crianças estava, segundo ele, relacionado às pequenas dimensões das galerias, a fatores hereditários (gerações de homens de baixa estatura que se substituíam na mina) e, sobretudo, à privação da luz solar.³⁹¹

De acordo com Lucia M. A. Campos, em artigo sobre a osteoporose na infância e na adolescência, “entre os fatores de risco para um menor pico de massa óssea, incluem-se sexo feminino, raça caucasiana, puberdade tardia, baixa ingestão de nutrientes (cálcio, vitaminas, calorias), tabagismo, consumo excessivo de álcool, peso inadequado para a idade e baixa atividade física”.³⁹² A estes problemas Peter Kirby acrescenta ainda as sucessivas diarreias, a alimentação artificial, o excessivo esforço físico, a pequena idade com que muitos começavam a trabalhar e os casamentos prematuros como fatores explicativos da baixa estatura das crianças mineiras: “the age of mother is also known to affect the achieved stature

³⁸⁹ Id. Ibid. p. 277.

³⁹⁰ “Sugere que o ambiente profissional, e não a pobreza nutricional, era o principal fator contributivo à baixa estatura comparativa de mineiros de carvão no segundo quartel do século dezenove”. In: KIRBY, Peter. Causes of short stature among coal-mining children, 1823-1850. In: *Economic History Review*. Oxford. XLVIII, 4. 1995, p. 688.

³⁹¹ Sabe-se hoje que a exposição equilibrada ao sol contribui para o aumento da imunidade ao estimular o aumento dos glóbulos brancos; os ossos são fortalecidos, pois ele permite ao corpo produzir a vitamina D (a partir do pré-hormônio 17-deidrocolesterol presente na pele e na gordura) que ajuda na absorção do cálcio pelos intestinos e o depósito de cálcio nos ossos previne o raquitismo, ajuda a prevenir e a reverter a osteoporose e na diminuição da incidência de cáries dentárias; melhora o funcionamento das células sanguíneas vermelhas responsáveis pela oxigenação das células do corpo aumentando a energia; reduz os níveis de colesterol no sangue; estimula a liberação da melatonina que melhora o sono e combate a depressão; acelera a cura de feridas na pele; contribui para aliviar a dor das articulações provocada pela artrite; o câncer do seio, do cólon e da próstata são menos encontrados em pessoas que tomam sol regularmente.

³⁹² CAMPOS, Lúcia M. A. et al. Osteoporose na infância e na adolescência. In: *Jornal de Pediatria* (Rio de Janeiro), vol.79 no.6. Porto Alegre Nov./Dec. 2003, p. 23.

of children and there is na increased tendency toward shortness amont later-born member of families”.³⁹³

Verificando os registros de casamentos ocorridos em Passagem de Mariana entre 22 de fevereiro de 1894 e 22 de outubro de 1927, observamos que a faixa etária das nubentes era consideravelmente baixa, iniciando-se a partir dos 14 anos em muitos casos. Portanto, isto é um indício de que a estatura das crianças e adolescentes que trabalhavam na mina pode ser enquadrado neste padrão estudado por Kirby.

Peter Kirby considera ainda que a depressão emocional causada pela perda do pai (geralmente por meios violentos ou acidentes) e as sérias consequências econômicas geradas nas famílias por esse fato, também devem ser adotadas como fatores que afetavam a produção hormonal das crianças mineiras. Ele acredita que “the short stature of miners does not indicate a low level of welfare in relation to other occupations”.³⁹⁴ Do nosso ponto de vista, a baixa estatura é uma das consequências de suas péssimas condições de vida, pois não é um fator isolado e alguns autores tendem a nivelar por baixo o “nível de bem estar” dos trabalhadores, quando comparam suas condições de vida e trabalho a outras ocupações.

Veremos a seguir que os ingleses transportaram para Minas Gerais praticamente toda esta estrutura organizativa no que tange à distribuição de funções na mina no subsolo e na superfície por sexo e idade. Entretanto, nas minas inglesas de Minas Gerais é necessário diferenciar o trabalho de crianças livres e escravas, embora estes tenham coexistido até 1888.

A inserção da criança escrava nas atividades da *St. John d’el Rey* ocorria, segundo Douglas Libby, “entre oito e dez anos de idade (...)” os meninos, “eram treinados como mineiros enquanto muitos se tornaram ‘artesãos habilidosos’” e as meninas “fiavam e teciam algodão, costuravam e consertavam roupas”.³⁹⁵ Ele não encontrou em quais serviços os meninos livres eram ocupados, pois a Companhia sequer faz menção oficial desta espécie de mão-de-obra.

O citado autor levantou que, embora percentualmente menor, o número de crianças foi o único sempre crescente, quando comparado com os demais trabalhadores da *Imperial Brazilian Mining Association* que oscilavam entre acréscimos e decréscimos conforme os anos. Além disso, a partir de 1836, chegou a equivaler e a ultrapassar o contingente feminino. Em 1848 e 1849 superou também o de escravos adultos. Seu número

³⁹³ “A idade da mãe também é conhecida por afetar a estatura atingida pelas crianças e há um aumento na tendência de o último membro nascido na família ser o mais baixo”. In: KIRB, Peter. Op. cit. 1995, p. 696.

³⁹⁴ “A baixa estatura dos mineiros não indica um nível baixo de bem-estar em relação a outras profissões” In: KIRB, Peter. Id. ibid. 1995, p. 698.

³⁹⁵ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1998, p. 307.

total ao longo do período foi superior ao de brasileiros livres.³⁹⁶ Observe que isto ocorreu antes da interrupção do tráfico negreiro internacional em 1850 (mesmo que este fato não tenha impedido o abastecimento de escravos por meio do comércio interprovincial). Fica patente o caráter substitutivo da criança frente ao adulto, sobretudo quando a empresa enfrentava o empobrecimento do veio e a necessidade de contenção de despesas.

Na *Ouro Preto Gold Mines*, no último quartel do século XIX, meninos livres eram empregados na triagem do minério, na lavagem da areia aurífera (15), no laboratório químico e como aprendizes na forja e oficina (2). Dentre os 28 operários que trabalhavam na triagem estão inclusos os adultos e meninos, tornando impossível saber o número real destes últimos. Não havia nenhum menino ocupado nos serviços subterrâneos. Ferrand não citou a idade de nenhum destes pequenos trabalhadores. Entretanto, recorrendo a outra fonte, Gifford fala em “boys under 14 years” trabalhando na companhia. Esta idade fica situada entre a faixa média de 12 anos para as crianças mineiras da Cornualha de que nos falou Engels.³⁹⁷

A visita de Frank Vincent à mina de Morro Velho em 1889 mostra crianças sendo usadas para conduzir sacos de velas e para segurar as tochas que iluminavam o subterrâneo, embora o texto pareça sugerir que fora apenas nesta ocasião especial. É provável que este recurso tenha sido usado também em Passagem durante boa parte do século XIX.

O documento abaixo, datado de 1864, ilustra com perfeição as diversas faces do recurso ao trabalho infantil feito pelas companhias auríferas inglesas. O superintendente da *St. Jonh d’el Rey* assim se dirige ao chefe de polícia da Província:

Tenho a honra de accusar recebimento da carta Official de V. S. N.º 319 (...) acompanhada com uma copia do despacho de V. S. da mesma data N.º 869 e uma copia da carta official N.º 775 com data de 2 de Maio dirigida ao Delegado do Termo pedindo-o para revogar a ordem emitida pelo mesmo, que prohibia meninos de 12 anos de idade nas Minas d’esta Companhia. (...) Permita-me de agradecer a V. S. pela sua prompta attenção á minha communicação do dia 23 do corrente, e pela consideração mostrada para com esta Companhia, de a ter alliviado de uma restricção, que fôï rigorosa e pezadamente sentida pelos pais e parentes de muitos meninos que foram pela ordem do subdelegado excluídos de obter um emprego seguro e vantajoso no serviço d’esta Companhia, ao mesmo tempo que esta Companhia foi repentinamente privada de um numero consideravel de trabalhadores mui uteis e necessarios no prosseguimento do desenvolvimento desta propriedade mineral, que espalha beneficios tambem conhecidos e extensivos n’esta parte da Provincia.³⁹⁸

Lamentavelmente, o documento não cita as razões que levaram o delegado do Termo de Sabará a emitir tal proibição. Como expusemos, parece correto que os pais tinham

³⁹⁶ Id. Ibid. 1998, p. 297.

³⁹⁷ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, p. 274.

³⁹⁸ APM. Seção Provincial, Códice 1056, 1864, manusc. Citado por LIBBY, Douglas Cole. Op. cit, 1988, p. 323.

motivos para se ressentirem desta limitação imposta a seus filhos e, indiretamente, a eles próprios. O próprio autor do ofício, James Newell Gordon, atesta que o impedimento tinha sido “severamente sentido por muitas famílias; em muitos casos de meninos trabalhando pra sustentar suas Mães, pais ou irmãos”.³⁹⁹

Entretanto, maiores pretextos tinham os ingleses ao serem privados de considerável número de trabalhadores tão úteis, necessários e pouco dispendiosos. Revela ainda seu poder expresso no pronto atendimento da autoridade aos desejos da companhia. A oferta de empregos diretos é colocada pelo diretor como um dos grandes benefícios que a empresa proporcionava à região – típico argumento de uma mentalidade empresarial e promotora do progresso. Argumentos que serão repetidos à exaustão pelas autoridades nos séculos XIX e XX.

Faltam dados indicativos da taxa de natalidade e mortalidade das crianças escravas das minas inglesas. A única referência direta vem da *Imperial Brazilian Mining Association*. Seu relatório de 1830 discorre sobre as vantagens do estabelecimento e os benefícios introduzidos para os escravos em geral, ““numa tentativa de melhorar as condições de vida desses indivíduos””: limpeza, roupas, alimentos que ‘tem contribuído tanto para sua saúde quanto para sua tranquilidade’, além disso, diz que adotou ‘meios para o melhoramento de seus sentimentos morais e da educação de seus filhos’. Seu ‘tratamento brando e bondoso que estimulou a observação e admiração dos brasileiros’ fez com que ‘das 45 crianças nascidas desde a chegada do Capitão Lyon a Gongo, 40 estavam vivas no 1º de janeiro próximo passado; enquanto antes da sua chegada apenas uma criança nasceu viva. Esse fato é uma prova convincente do valor que os pais agora dão à vida’”.⁴⁰⁰

O relato indica que havia grande taxa de natimortos na mina e que a causa disso seria, provavelmente, os métodos abortivos de mães que, anteriormente, segundo seu prisma, não davam valor à vida. Este número, mesmo que tenha sido reduzido pelo relator, indica uma taxa de mortalidade de 11,11%. Se considerarmos os mesmos 45 como base de cálculo para o período “pré-Lyon”, temos a estarrecedora taxa de 97,77%. Note que ele não citou nenhuma circunstância que pudesse explicar tamanha mortandade, como a eclosão de epidemias, fato que seria bastante plausível. Os abortos provocados pelas mães eram uma forma de impedir que seus filhos fossem submetidos à escravidão e ao duro trabalho na mina.

³⁹⁹ APM. Seção Provincial. Códice 1056, manuscrito, sp.

⁴⁰⁰ LIBBY. Douglas Cole. Op. Cit. 1988, p. 288.

Não sabemos também quantas crianças livres e forras que trabalharam nas minas inglesas eram órfãs. Esta pergunta é pertinente, pois crianças desamparadas foram recrutadas pelas indústrias têxteis de Minas no século XIX, muitas vezes sob a chancela legal do Estado.

O censo populacional de 1831-32 mostra que em alguns distritos de Mariana o trabalho infantil era algo bastante regular. Passagem chegava a ter um percentual de ocupação de crianças de 60,2% (o 3º maior da Comarca de Mariana).⁴⁰¹ Portanto, algumas décadas depois, os ingleses se aproveitaram de um hábito social já bastante disseminado na sociedade marianense onde a criança livre e escrava de 7 anos já era vista como apta ao trabalho.

Em termos legais, o **Decreto n. 1313 de 17 de janeiro de 1891** regulamentou o trabalho do menor no Brasil. Na avaliação de Evaristo Moraes Filho “fixava-se a idade mínima normal em 12 anos, salvo a título de aprendizado, caso em que poderia recuar a oito anos. Instituíam-se a fiscalização permanente dos estabelecimentos fabris em que trabalhassem menores, a cargo de um Inspetor-geral, subordinado ao Ministério do Interior”.⁴⁰² Somente em 1927 foi aprovado, sob forte oposição dos empresários, o Código de Menores.

O nó górdio do trabalho infantil é justamente a concessão que a lei faz ao sistema de “aprendizado”. Ou seja, em nome de uma suposta iniciação no ofício legaliza a contratação de crianças para exercerem trabalhos perigosos e insalubres. Esta flexibilidade atua também no inconsciente dos pais ao colocar a empresa como espaço de propedêutica infantil abrindo a seus filhos e para a família outra oportunidade de trabalho e renda. A lei acaba por referendar e regulamentar a prática, sem constrangê-la.

Dispomos de algumas imagens que revelam a presença de crianças em pleno exercício na *The Ouro Preto Gold Mines*. A **figura 22** mostra um grupo de meninos ao lado de alguns adultos num dos setores da companhia. A **figura 23** figura seguinte indica a presença de uma menina no local de trabalho. Apesar da má qualidade da foto, é possível perceber que ela está usando vestido.

⁴⁰¹ APM. Lista nominativa de habitantes, 1831-32. Citado por GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, Ida. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, jul. - dez. 1999, p. 15.

⁴⁰² MORAES FILHO, Evaristo. A regulamentação das relações de trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. III, n. 2, julho de 1963, p. 3.

Figura 22 - Grupo de crianças trabalhadoras da The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited. Acervo do APEMOP. Autoria e data não identificadas.

Figura 23 - Menina no canteiro de obras da The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited. Acervo do APEMOP. Autoria e data não identificadas

A criança mais jovem que consta nos registros de óbito do Cartório de Passagem como trabalhador da companhia e que faleceu por acidente de trabalho foi João Nepomuceno dos Santos com apenas 11 anos. Esse pequeno mineiro morreu no dia 14 de outubro de 1922 às 10h “na cabeceira do alargamento numero seiscentos e oitenta no interior das minas da The

Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited neste mesmo districto da Passagem (...) em consequencia de traumatismo”.⁴⁰³

Além dele, mais quatro trabalhadores de pouca idade também sofreram mortes violentas no local de trabalho. São eles: José Cyrillo Lopes, brasileiro de 14 anos, falecido no dia 23 de fevereiro de 1925 às 13h por “Fractura do Craneo”;⁴⁰⁴ Francisco de Paula, brasileiro pardo de 15 anos, falecido no dia 28 de junho de 1923 às 15h, “no ambulatório da Pharmacia da dita companhia”, “Operário da mesma alludida companhia” por “Hemorragia interna consecutiva a ruptura do figado consecutiva a queda de altura considerável”;⁴⁰⁵ Augusto Belloni, italiano de 15 anos, falecido no dia 5 de março de 1910, por “Factura do craneo proveniente de uma queda nos trabalhos da Companhia The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited”⁴⁰⁶ e, por fim, Domingos Gonçalves, brasileiro de 15 anos, cujo registro de óbito se deu no dia 17 de setembro de 1908 por “Choch traumático”.⁴⁰⁷ Todos parecem ter falecido instantaneamente, exceto Francisco de Paula, que agonizou no ambulatório da farmácia durante algum tempo depois do acidente.

Cláudio Batalha mostrou que nas indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro pós-abolição, além das crianças serem as principais vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais a cultura do trabalho implicava a prática de castigos físicos que “como parte integrante do processo educacional era aceito tanto na educação formal como na profissional, desde que não excedesse certos limites”.⁴⁰⁸ Ele sugere ainda que estes castigos variavam em função da origem étnica das crianças. Não conseguimos detectar se isso também ocorreu na Mina da Passagem, embora seja bastante provável.

Não foi possível descobrir a existência de qualquer forma de estágio de treinamento para as crianças (cativas ou livres) antes de efetivamente assumirem o trabalho. O mais certo é que a aprendizagem se fazia no convívio com os mais experientes e feitores. Eles que repassavam aos novatos todas as regras, técnicas, crenças, cuidados, termos técnicos, segredos, astúcias e códigos de sociabilização no trabalho: “códigos que definem fronteiras as quais identificam o grupo enquanto grupo”.⁴⁰⁹

⁴⁰³ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 4, f. 36 e 36v.

⁴⁰⁴ ACRCPM. Livro de Óbitos, n. 4, f. 94.

⁴⁰⁵ ACRCPM. Livro de Óbitos, n. 4, f. 54.

⁴⁰⁶ ACRCPM. Livro de Óbitos, n. 3, f. 11v e 12.

⁴⁰⁷ ACRCPM. Livro de Óbitos, n. 3, f. 1 e 1v.

⁴⁰⁸ BATALHA, Cláudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 101.

⁴⁰⁹ ECKERT, Cornélia. Op. cit. 1985, p. 246.

6 Salários e outras formas de remuneração

Novamente é preciso recorrer à divisão binária: trabalho escravo/trabalho livre e analisar antes o primeiro caso. Era prática comum nas minas inglesas o oferecimento de vantagens e compensações aos escravos. Dentre elas, o de ganho extra por produtividade. Richard Burton é o único informante que dá a conhecer o uso deste recurso já no tempo de *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1867. Diz ele: “cerca de cinqüenta homens trabalham no subsolo ao mesmo tempo; cada um tem uma tarefa de quatro a seis palmos, com pagamento extra para o trabalho extraordinário”.⁴¹⁰ O pagamento por resultados visava a aumentar a produtividade e/ou não deixá-la cair abaixo da média diária que faz o empreendimento economicamente viável. Para os escravos era uma forma de realizar trocas comerciais em Passagem conferindo-lhe uma melhoria da qualidade de vida.

Quanto ao período da vigência do trabalho livre, a remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras é bem mais complexa. Os ingleses, como qualquer patrão do século XIX, procuravam equacionar uma folha de pagamento mais baixa por horas mais longas para obter um custo mais baixo de mão-de-obra por unidade de tempo. Além disso, a produtividade estava essencialmente atrelada à mecanização combinada com a disciplina. Os incentivos eram o estímulo que movia tudo isso. Entretanto, eles sabiam que a mão-de-obra barata não era mais econômica que aquela que recebia maior remuneração e tecnicamente mais hábil e disciplinada. **A Tabela 16** traz os salários mensais dos trabalhadores da *The Ouro Preto Gold Mines* para o ano de 1893, baseada na obra de Paul Ferrand.

⁴¹⁰ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 285.

Tabela 16 – Remuneração dos trabalhadores(a)s da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)

Subsolo				
Função	Jornada Diária (Em horas e valor)	Diária	Jornada Mensal (Dias)	Salário Mensal
Marcadores			25	150\$000
Mineiros	300 réis por palmo de furação. Fazem 10 palmos por dia	3\$000	25	75\$000
Fogueteiros	200 réis por hora x 12 h	2\$400	25	60\$000
Operários	200 réis por hora x 10 h	2\$000	25	50\$000
Carreiros	250 réis por hora x 10 h	2\$500	25	62\$500
Pedreiros	300 réis por hora x 10 h	3\$000	25	75\$000
Carpinteiros	200 a 320 réis por hora x 10 h	2\$000 a 3\$200	25	50\$000 a 80\$000
Coletores	350 réis por hora x 10 ou 13 (conforme o turno)	4\$000	25	100\$000
Superfície				
Coletores	180 a 190 réis por hora x 10 ou 13 horas (conforme o turno)	2\$000 a 2\$500	25	50\$000 a 62\$500
Mecânicos	220 réis por hora	2\$500	25	50\$000
Capataz da triagem	[8h?]	4\$000	25	100\$000
Operários (nos vagonetes)*	150 a 200 réis por hora x 10h	1\$500 a 2\$500	25	37\$500 a 62\$500
Operárias (na triagem)	100 réis por hora x 10h	1\$000	25	25\$000
Capataz da moagem e lavação	12h	Nc	25	10 a 12 libras
Operários (nos pilões)	12h	4\$000	25	100\$000
Lavadores meninos (nas mesas)	100 réis por hora x 12h	1\$200	25	30\$000
Lavadoras				
Operários (nos britadores)	220 réis por hora x 12h	2\$200	25	55\$000
Lavadoras (nas bateias e nas mesas na amalgamação)	120 réis x 10h	1\$200	25	30\$000
Capataz da amalgamação	10h	Nc	25	125\$000
Amalgamador	280 réis x 10h	2\$800	25	70\$000
Peões (transporte de areia)	220 réis x 10h	2\$200	25	55\$000
Operário ustulador	300 réis x 8h	2\$400	25	60\$000
Operário empilhador na ustulação	250 réis x 10h	2\$500	25	62\$500
Manipulador na cloretação	500 réis x 10h	5\$000	25	125\$000
Químico	800 réis x 10	8\$000	25	200\$000
Menino do laboratório	250 réis x 10	2\$500	25	62\$500
Mecânico da forja	10h	Nc	25	12 libras
Auxiliar de mecânico da forja	300 réis x 10h	3\$000	25	75\$000
Ferreiro 1	350 réis x 10	3\$500	25	87\$500
Ferreiro 2	400 réis x 10h	4\$000	25	100\$000
Auxiliar de Ferreiro	250 réis x 10h	2\$500	25	62\$500
Aprendiz	0 x10h	0	25	0
Mestre carpinteiro	800 réis x 10	8\$000	25	200\$000
Carpinteiro	300 a 350 réis por hora x 10h	3\$000 a 3\$500	25	75\$000 a 87\$500

Canal				
Capataz	10h	Nc	25	12 libras
Marceneiro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500
Pedreiro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500
Operário do aterro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500
Construção				
Carpinteiro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500
Pedreiro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500
Operário do aterro	350 réis x 10h	3\$500	25	87\$500

* Válido para homens e meninos, segundo sua força.

Fonte: FERRAND, 1998, p. 245s-329.

A partir destes dados observa-se a acentuada divisão do trabalho que havia no subsolo e na superfície marcada por critérios de especialização e sexo. São 41 funções diferentes executadas por trabalhadores especializados e aprendizes, excetuando-se os cargos administrativos e do serviço médico. Um trabalhador especializado percebe 3,2 vezes mais que um aprendiz. Estes fatores colocam a mina como típico ramo da indústria moderna regida pelos mesmos princípios de racionalização e diferenciações salariais entre especializados e não-especializados. Em relação aos trabalhadores livres, os ingleses aplicaram na mina os mesmos critérios adotados nas indústrias inglesas do século XIX.

Os trabalhadores livres vendiam sua força de trabalho, inclusive os contratistas, por não controlarem os meios de produção. Estes, quanto mais sofisticados e caros, mais se concentram em poucas mãos. Nestas minas, a qualificação não está mais associada à posse dos instrumentos de trabalho. Neste momento os salários mais elevados dizem respeito à periculosidade e à especialização, seguindo a tendência internacional de serem mais altos que os não industriais ou rurais.

Também nas minas inglesas instaladas em Minas, os mineiros, assim como seus colegas europeus, recebiam salários proporcionalmente mais elevados que outros ofícios. Mas, como lembraram Marx, Thompson e Hobsbawm, apenas o fator salarial não pode ser usado como parâmetro para garantir que os mineiros tinham melhor padrão de vida que as outras profissões, devido às suas péssimas condições de trabalho, saúde e alimentação.⁴¹¹ A **Tabela 17** traz os valores pagos pela *The Ouro Preto Gold Mines* aos trabalhos de abertura de galeria e PIA's em 1893.

⁴¹¹ Sobre esta polêmica e diferença entre salário alto, salário justo e sua falta de relação com nível de vida, inclusive entre os mineiros, leia: MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Nova Cultural, 1979; THOMPSON, E. P. Op. cit, 1987 e HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Tabela 17 – Preço de execução das vias de comunicação na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)*

Locais de trabalho	Em réis
Galeria de Direção	106\$000
Galeria de Recorte	112\$000
Plano Inclinado n. 2	121\$000-130\$000
Plano Inclinado n. 1	124\$000-132\$000

*(Deduzida as despesas de Dinamite) por homem [Contratistas].

Fonte: FERRAND, 1998, p. 255.

Ferrand não anotou o custo total com mão-de-obra para o setor do desmonte. A

Tabela 18 registra os valores do setor do tratamento, abaixo resumido:

Tabela 18 - Custo do tratamento do minério na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1892-1893)

Item	Despesas Anuais (em réis)
I. Químico (6 meses)	1:180\$000
II. Amalgamação	
Mão-de-obra	7:410\$000
Mercúrio	1:589\$000
Componentes Acessórios	2:012\$000
Total	14:011\$000
III. Cloretação	
Mão-de-obra	7:514\$000
Madeira	8:484\$000
Produtos químicos	7:998\$000
Componentes	6:511\$000
Total	30:507\$000
IV. Preparação mecânica e diversos	
Mão-de-obra de triagem	21:321\$000
Mão-de-obra de trituração e lavagem	20:859\$000
Mão-de-obra de forja e oficina	7:682\$000
Mão-de-obra de carpintaria	7:990\$000
Resumo	
Químico	1:180\$000
Mão-de-obra	72:779\$000
Componentes diversos	70:993\$000
Total geral	144:952\$000

Fonte: Adaptado de FERRAND, 1998, p. 324.

Em termos de custos gerais do setor de tratamento, Ferrand lembra que “a preparação mecânica absorve mais de dois terços do custo e o restante é dividido entre os serviços de amalgamação e cloretação, à razão de um terço para a amalgamação e dois terços para a clorização”.⁴¹² O primeiro estágio exige mais dinheiro, pois todo o minério deve passar por ele, enquanto os outros tratam apenas uma pequena fração das matérias.

⁴¹² FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 323.

Por meio desta última tabela percebe-se quão elevados eram os custos com mão-de-obra na superfície. No departamento de amalgamação os salários equivaliam, aproximadamente, a 50% do total. No departamento de cloretação os gastos com equipamentos eram muito superiores àqueles dispendidos com mão-de-obra. No departamento de preparação mecânica só havia despesas com mão-de-obra, pois Ferrand não incluiu as despesas com madeira, ferro e ferramentas. Este elevado custo da mão-de-obra fez o referido autor conjecturar que “a solução está provavelmente na substituição do trabalho muscular do homem por máquinas”.⁴¹³

Mas, não foi o que aconteceu pois, ano após ano, o contingente de trabalhadores cresceu, apesar da introdução de maquinário. Na verdade, o número absoluto da força de trabalho aumentou justamente porque as máquinas, como a perfuratriz (introduzida em 1896), intensificaram o volume de material extraído e, como numa reação em cadeia, demandou mais braços para os outros setores.

Um trecho do relatório de Henry J. Gifford de 1889 traduz a relação existente entre tecnologia e redução de mão-de-obra : “A great deal has been done during the past year to reduce the cost, and the improvements introduced produced at once a very marked diminution in the number of hands employed, and reduced the cost of transport by the one-third”.⁴¹⁴

Quando Gifford fala em redução do número de mãos empregadas, está se referindo especificamente àquele setor em cuja inovação foi introduzida; isto não implicava em necessária e imediata redução do número total de trabalhadores da mina que podiam ser transferidos para outros setores. É por isto que ele afirma, no mesmo relatório, ter havido incremento de número de mãos empregadas. Exemplificando: a introdução dos vagonetes e trilhos para transporte (feita na fase da *Anglo-Brazilian Gold Company*) acelerou o processo de retirada do minério das galerias. Esta maior vazão exigia, por sua vez, tanto o aprimoramento dos pilões de socamento, como o aumento do número de trabalhadores nas frentes de trabalho no subsolo para acompanhar a nova demanda e daqueles ocupados em conduzir o minério aos referidos pilões. Em outras frentes a força de trabalho extra era exigida conforme a situação: “Besides the usual hands employed, an extra force has been

⁴¹³ Id. Ibid. p. 335.

⁴¹⁴ “Um bom plano foi feito durante o ano passado para reduzir o custo, e as melhorias introduzidas produziram de uma vez uma diminuição acentuada do número de mãos ocupadas, e reduziu em até um terço o custo do transporte”. In: *AR*. Agosto de 1889, p. 23.

kept on the watercourse”.⁴¹⁵ De onde proveio este contingente extra? De novas contratações, mas também transferidos das frentes onde se tornaram dispensáveis.

Em resumo, o lucro em geral era oriundo não da simples redução da mão-de-obra empregada, mas do “increase in quantity of ore milled, reduction in working cost per ton of ore, and a more favourable rate of exchange”.⁴¹⁶ O objetivo final era atingir o menor custo por tonelada de minério e o maior aproveitamento do ouro extraído. Gifford atribuiu inteiramente à elevação das taxas de salários o aumento das despesas (passou de 17s em 1892 para 18s.6d. por tonelada) verificado no ano de 1893. Relata então que:

Pendant les 2 ou 3 dernières années, la Compagnie avait retirée quelque bénéfice de la baisse du change, parce que les prix n’avaient pas augmenté dans la même proportion, mais aujourd’hui que le change se maintient bas depuis longtemps, le prix des provisions et des salaires suivent les fluctuations, si bien que les ouvriers indigènes qui, il y a 4 ans, recevaient 2 milreis par jour en reçoivent maintenant 4. Et même la rareté du travail indigène nous oblige à employer un plus grand nombre d’européens qui sont payés plus cher.⁴¹⁷

Ainda segundo Gifford, a simples flutuação de 1/2d por mil réis, “fait une différence de plus de £ 1,000 dans le courant de l’année pour la Companhie”.⁴¹⁸

Administrar a mina era tarefa complexa e exigia que se considerassem diversos aspectos financeiros no cômputo de sua contabilidade empresarial. Era preciso, ao mesmo tempo, estar atento às flutuações do câmbio e seu impacto no aumento dos preços dos produtos adquiridos pela companhia e pelos trabalhadores e o consequente aumento ou redução de seu poder de compra. A estabilidade do câmbio é que permitia a redução de salários e, com esta, a redução do custo da empresa. Logo, era preciso reduzir os salários numa situação de estabilidade cambial ao mesmo tempo em que se elevava o lucro da empresa sem possibilitar aos trabalhadores a percepção de seu empobrecimento, pois embora recebendo menos, seu poder aquisitivo não depauperava. Logo, não era recomendável baixar salários quando o câmbio estivesse desvantajoso para a libra ou muito oscilante (14d a 9d por mil réis, por exemplo).

⁴¹⁵ “Além das habituais mãos ocupadas, uma força extra tem sido mantida no curso d’água”. In: AR. 30 de agosto de 1890, p. 32.

⁴¹⁶ “Aumento na quantidade de minério moído, redução nos custos de trabalho por tonelada de minério, e uma taxa de câmbio mais favorável”. In: AR. 30 de agosto de 1890, p. 33.

⁴¹⁷ “Durante os 2 ou 3 últimos anos, a Companhia tinha retirado algum benefício da queda o câmbio, porque os preços não tinham aumentado na mesma proporção, mas hoje que o câmbio se mantém baixo depois de muito tempo, o preço das provisões e dos salários seguem as flutuações, embora os operários nacionais que, há 4 anos, recebem 2 mil réis por dia recebem agora 4. E mesmo a escassez do trabalho nacional nos obriga a empregar um grande número de europeus que são pagos mais caros”. In: AR. 1893, p. 36.

⁴¹⁸ “Fez uma diferença de mais de £ 1,000 no corrente ano para a Companhia” In: AR. 1893, p. 37.

Além disso para a empresa era interessante que a economia gerada com a redução salarial fosse proporcionalmente maior que o aumento do câmbio. Quanto maior a valorização da libra em relação à moeda nacional, mais barato é o custo e maior o lucro. Quanto menos se gastar no câmbio, mais se distribui em dividendos aos acionistas. A fórmula da lucratividade seria então: câmbio vantajoso + redução salarial = redução do custo da empresa = maiores dividendos pagos aos acionistas.

Vejamos uma situação concreta. Quando o câmbio permaneceu estável até maio de 1900, aproximadamente entre 11d e 12d por mil réis, os preços de provisões e artigos adquiridos pelos trabalhadores mostraram acentuada redução de preço. Por isso, “a further reduction in wages was then made, and the average cost per ton for the last three months to date of writing, has been nearly Rs 5\$ less than the average of last year”.⁴¹⁹

Outros fatores podiam interferir nas médias salariais, como a demanda por trabalhadores para a construção da nova capital de Minas no final do século XIX. “Owing, however, to large works undertaken by Government in this district, at the New City of Bello Horizonte, the railway, &c., the price of wages throughout the state has increased, and we have had to raise our rates accordingly”.⁴²⁰ A **Tabela 19** sintetiza a diferenciação salarial na mina por gêneros:

Tabela 19 – Salários do(a)s operário(a)s da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1894)

Função	Jornada diária/em horas e valor	Daria em réis
Operários (homens e meninos) ⁴²¹	150 a 250 réis por hora, segundo sua força x 10 h	1\$500 a 2\$500
Operárias	100 réis	1\$000

Fonte: FERRAND, 1998, p.

A tabela acima reproduz a mesma diferenciação salarial encontrada na Inglaterra da segunda metade do século XIX, quando as mulheres também recebiam remuneração inferior à dos homens e eram mais facilmente substituíveis.

⁴¹⁹ “Uma maior redução dos salários foi feita em seguida, e o custo médio por tonelada para os últimos três meses, até a data de escrita, tem sido quase R\$ 5 menor do que a média do ano passado”. In: *AR*. Setembro de 1901, p. 36.

⁴²⁰ “Devido, porém, às grandes obras realizadas pelo Governo neste distrito, na nova cidade de Bello Horizonte, o transporte ferroviário, & c., o preço dos salários em todo o estado aumentou, e tivemos que colocar as nossas taxas em conformidade”. In: *AR*. Setembro de 1896, p. 28s.

⁴²¹ O emprego de crianças nas funções de operários, serventes e/ou aprendizes era prática corriqueira nas minas e outros estabelecimentos industriais, como por exemplo, na fábrica de ferro de São João de Ipanema onde recebiam de 1\$000 a 1\$500 réis a diária. Cf. DUPRÉ, Leandro. Memória sobre a fábrica de ferro de S. João de Ipanema. In: *AEMOP*. Coleções de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e Filhos. 1885, n. 3, p. 77 e 85).

É preciso considerar ainda que no salário bruto dos trabalhadores incidia alguns descontos que reduziam significativamente o poder aquisitivo da família mineira. **A tabela 20** apresenta os principais abatimentos.

Tabela 20 - Gastos mensais do mineiro na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1893)

Item	Valor mensal (em réis)
Óleo e mecha das lâmpadas (trabalhadores do subsolo)	--
Hospital	1/5 do salário
Moradia	Solteiros 2\$000 Casados 2\$000*

* O valor era cobrado pelo número de quartos ocupados, que variava de acordo com o tamanho da família. A um casal sem filhos, alugava-se dois quartos. Fonte: FERRAND, 1998, *passim*.
Fonte: FERRAND, 1998, *passim*.

A mina remunerava também os trabalhadores livres por meio de contratos. Eram, portanto, trabalhadores que não pertenciam diretamente ao quadro funcional da mina. O pagamento dos contratistas era feito por metro cúbico desmontado à razão de 11\$000 réis o metro cúbico. Cabia a eles grande variedade de tarefas e deviam arcar ainda com as despesas de explosivo e iluminação.

A vantagem deste sistema residia, em primeiro lugar, como forma de reduzir os custos em sua relação com a produtividade. A remuneração por meio de somas previamente fixadas e independentes do *quantum* de trabalho realizado ao final da jornada era vista como um incentivo à indolência. Segundo, cria no local de trabalho “categorias” diferentes de trabalhadores assalariados. Se a universalidade do salário é um estímulo à solidariedade e coesão grupal, a fragmentação dos trabalhadores por forma e níveis de remuneração na execução de tarefas idênticas ou similares fraciona qualquer possibilidade de reivindicação comum que venha a agrupar todos os trabalhadores da mina. Além disso, lança mais um fator de diferenciação e separação entre nacionais e estrangeiros, visto que os contratos eram geralmente assumidos pelos segundos. Terceiro, o sistema de contratos transferia da administração da mina o ônus de pagamentos aos trabalhadores que passou a ser assumido pelos responsáveis pelas turmas de contratistas prestadores serviços à companhia.

Além disso, o sistema de contratos oferecia à companhia maior quantidade de minério extraído por mês, ausência de vínculo empregatício, redução dos gastos com hospital e maior assiduidade e disciplina dos contratistas que ganhavam por produção, ou seja,

trabalhavam estimulados por um “incentivo de lucro”. Eric J. Hobsbawm classifica esta relação como “co-exploração”, típica do capitalismo em suas primeiras fases que “se expande, e até certo ponto funciona, não tanto subordinando diretamente grandes corpos de trabalhadores aos patrões, mas subcontratando a exploração e a administração”.⁴²²

Socialmente considerado, uma de suas marcas características é a “transferência de papéis”. Aquele que assina o contrato em seu nome com a companhia transforma-se em “co-empregador” de seus colegas – para usarmos mais um termo de Hobsbawm. O fato de um chefe (não proprietário) pagar o salário de um trabalhador tornava-o um tipo superior de trabalhador. Este chefe então passa a ter direito de contratar e demitir e a obrigação de pagar. O pagamento, porém, podia sofrer relativos atrasos de acordo com sua honestidade. Mas, neste caso, diferentemente do patrão inglês, ele não estava isento de represálias diretas.

O objetivo do pagamento por resultado é baixar o custo da mão-de-obra por unidade de produção (no caso do trabalho de desmonte executado no subsolo trata-se de metro cúbico de minério extraído). Destarte, também em Passagem de Mariana é possível encontrar os três elementos principais da administração científica (não se trata ainda daquela baseada nos estudos de tempo e movimento) adotada pelos ingleses na mina:

(a) uma análise cuidadosa do processo de produção, sua divisão em segmentos e o estabelecimento de normas de trabalho para cada um; (b) um sistema de contabilidade de custos que permitisse à firma descobrir o custo da mão-de-obra de cada operação e mantê-lo sob observação constante; (c) a elaboração de sistema de incentivos ou supervisão capazes de fazer os trabalhadores trabalharem na intensidade máxima. Para fins práticos isto então significava pagamento por resultados”.⁴²³

Não sabemos a data exata da adoção do sistema de contratos na Mina da Passagem. Mas, é certo que se tornou frequente após a chegada dos imigrantes europeus depois da abolição da escravidão, pois é citado por Ferrand e também porque localizamos documentos comprovantes de que italianos e espanhóis haviam assinado contratos com a companhia já em 1884.

O não percebido por outros pesquisadores sobre o tema da mineração inglesa em Minas Gerais foi que este sistema provocava sérios conflitos entre os próprios trabalhadores.

No dia 17 de dezembro de 1884 o broqueiro austríaco Giacomo Simoni queixou-se às autoridades que fôra agredido pelo italiano Buset Leoni por ter cobrado deste “uma quantia que o mesmo havia recebido no escriptorio da Companhia delle queixoso”. O motivo da

⁴²² HOBSBAWM, Eric. Op. cit. 1981, p. 302.

⁴²³ HOBSBAWM, Eric. Op. cit. 1981, p. 362.

agressão, segundo a declaração da testemunha João Augusto de Castro Alves Guimarães, português de 37 anos e também empregado na mesma companhia foi que tendo Buseti Leone

contractado o serviço das cabeceiras de mineração da Passagem em nome delle e de outros companheiros, recebia no dia do pagamento o seu salário, e dos demais companheiros; havendo porém algumas dívidas com elles, o Director separou as cabeceiras, cabendo hua ao queixoso com mais cinco companheiros, ficando estes desligados de qualquer convenção com o dito Buseti Leone; este porém recebeu no escriptorio da Companhia salários que pertencião ao queixoso e a seu companheiro⁴²⁴

7 Atração populacional

“A história do trabalho no século dezenove é de movimento e migração”
Hobsbawm (1981, p. 51)

Uma das características da mineração em toda parte do mundo é seu forte poder gravitacional. Sua grande demanda por mão-de-obra e a oferta de salários geralmente situados acima da média conseguem atrair trabalhadores das vizinhanças, de outras regiões e países diversos. Por isso, T. A. Rickard constatou que na mineração em Freiberg por volta de 1640 “il paraît évident que les mineurs de cette époque, comme ceux d’aujourd’hui, était des migrants”.⁴²⁵

Esta característica itinerante e forasteira é marcante em todas as regiões mineradoras. Ao menor anúncio da descoberta de ouro, milhares de homens movidos pela *auri sacra famis* deslocam-se para os novos Eldorados (Hispania Romana, Potosi, Minas Gerais, Califórnia, Austrália, Alaska, Transvaal, Serra Pelada e outros). Assim foi desde os mais remotos tempos até os nossos dias. Além desta migração voluntária de “aventureiros” é preciso considerar a diáspora de escravos quando havia esta forma de relação de trabalho. E, neste caso, a fuga, ferimentos e doenças limitantes e a morte exigiam a frequente reposição da mão-de-obra perdida.

Nestas regiões, passada a fase da euforia aurisedenta (majoritariamente masculina), segue-se um momento de relativa estabilidade marcada pelo crescimento natural da população e a introdução esporádica de novos moradores – homens e mulheres. Se a jazida tiver potencial a sociedade se estabiliza, caso contrário, a maioria evade. Neste intervalo,

⁴²⁴ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 360, auto n. 7934 (1884).

⁴²⁵ “parece que os mineiros desta época, como aqueles de hoje, eram migrantes”. In: RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 226.

alguns se dedicam exclusivamente à mineração, enquanto outros se voltam para o comércio, artesanato, agricultura (se o solo permite) e ofícios diversos.

No século XIX, quando os ingleses decidiram reexplorar a jazida de Passagem de Mariana, a localidade voltou a exercer nova força centrípeta. Em virtude do caráter privado do investimento, a exploração não era franqueada a todos, pois a companhia exercia o monopólio sobre o veio de sua propriedade. A natureza do trabalho era outra - escravos e livres trabalhavam para a empresa. Só havia lugar para garimpagem independente para aqueles que tentavam recolher o ouro sobrenadante que escapava dos processos de apuração lançado no rio junto com as areias e rochas de baixo teor de concentração do mineral.

Muitos destes migrantes e imigrantes eram homens solteiros, jovens turbulentos e sem qualquer vínculo pretérito com a localidade. Aí, certamente reside um dos elementos que ajudam a entender o alto grau de criminalidade encontrado em Passagem de Mariana no período estudado, como será demonstrado adiante.

Eric Hobsbawm destacou que as expansões industriais no século XIX normalmente encontravam sua força de trabalho nas aldeias. Estes novos recrutas eram muitas vezes atraídos “pela perspectiva de melhores ganhos e outros incentivos, e em consequência, por algum tempo, mais bem contentados”, embora tivessem seu próprio ritmo de descontentamento.⁴²⁶

No último decênio do século XIX, devido às inovações técnicas e instrumentais introduzidas alguns anos antes, a *Ouro Preto Gold Mines* demandou grande contingente de mão-de-obra (escrava e livre; nacional e estrangeira). Por isso, o crescimento do número de moradores na localidade foi igualmente abrupto, sobretudo a partir de 1892 quando iniciou a chegada maciça de imigrantes (a maioria de tradição agrícola e católica) fazendo de Passagem um dos distritos mais densamente povoados de Mariana.

Entre os brasileiros, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no distrito entre 1891 e 1927 permitem vislumbrar a forte absorção exercida pela mina entre a população de outras localidades e municípios de Minas e de diferentes regiões do Brasil. Este êxodo rural atraía homens que nunca tinham trabalhado na mineração, mas vinham para Passagem em busca de emprego com melhor remuneração e não sujeito à sazonalidade, abandonando a agricultura e outras atividades em sua terra natal. Talvez aí resida mais uma das explicações para o grande número de acidentes: a inexperiência. Para muitos destes

⁴²⁶ HOBSBAWM, Eric. Op. cit. 1981, p. 152.

homens e, por extensão para sua família, o trabalho na mina certamente representou, pela primeira vez na vida, o acesso a salário e ao atendimento médico-hospitalar.

Citemos apenas dois exemplos emblemáticos: em 1887, Joaquim Elias Gonçalves e Manoel Pinto Pacheco foram para Mariana procurar emprego na “Companhia do Morro”, não acham serviço e partem para Ponte Nova.⁴²⁷ Em 1869, uma das testemunhas de um processo-crime, Manoel Caetano, disse que “veio de Congonhas para trabalhar na companhia” e que “no dia vinte nove de março elle interrogado vestio a sua roupa da mina”.⁴²⁸

Baseados na movimentação cartorial de Passagem de Mariana abarcando o período de 1891 a 1927, registramos a presença de 18 nacionalidades estrangeiras que trabalharam na mina e/ou exerceram profissões-satélites (aquelas que fornecem algum tipo de produto ou serviço à mina, a seus trabalhadores e aos habitantes do lugar). São elas: ingleses (sobretudo da Cornualha), franceses, portugueses, espanhóis, alemães, italianos, austríacos, prussianos, irlandeses, russos, belgas, suíços, turcos, húngaros, chileno (1), grego (1), dinamarquês (1) e 1 família de sírios. Esta enorme plurinacionalidade é um dos aspectos sócio-culturais mais marcantes da história de Passagem.

Algumas destas nacionalidades, como os italianos, ingleses, espanhóis alemães e portugueses, são muito representativas enquanto outras têm apenas indivíduos isolados. A presença de apenas um dinamarquês é, sem dúvida, numericamente insignificante. Mas, justamente ele esteve no centro de um conflito étnico que ocorreu na localidade em 1886 sobre o qual falaremos adiante. Os italianos foram, sem dúvida, os estrangeiros mais representativos na mina e na localidade. Vieram principalmente de regiões e províncias localizadas ao sul da Itália, como a Calábria (sobretudo, Cosenza) e Sicília, mas também de cidades como Gênova, Trento, Roma e outras.

A presença de comerciantes vindos do Oriente Médio no distrito e na cidade de Mariana atraídos pelo vigor do mercado local era motivo de preocupação para os comerciantes e para os camaristas no século XIX. Alguns negociantes chegaram a redigir uma petição à Câmara para inibir sua presença na cidade e sobretaxar seus produtos; uma delas foi encabeçada pelo italiano José Boggione residente em Passagem no ano de 1898.⁴²⁹

O texto de Flávio Rodrigues indicou que as vilas portuguesa e alemã ainda existiam na segunda metade do século XX, sobre as quais ficaram poucos registros escritos e

⁴²⁷ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 343, auto n. 7587 (1887), fl. 32

⁴²⁸ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 355, auto n. 7841 (1869), fls. 20 e 20v.

⁴²⁹ Acta da sessão ordinária da Camara Municipal de Marianna, no dia 17 de setembro de 1898, f. 152v e 153. Veja também Acta da sessão ordinária da Camara Municipal de Marianna, no dia 28 de setembro de 1899, p. 189. In: AHCM. Códice 329 – Livro de atas das sessões da Câmara (1892-1900).

relatos orais. Indagamo-nos então por que em Passagem de Mariana as colônias de estrangeiros se dispersaram e sua cultura não é tão marcante na localidade como é no Sul do Brasil. Carla Anastasia entende que isso também ocorreu nos núcleos coloniais, pois “o crescimento de Belo Horizonte e das cidades mais próximas das colônias rurais foi responsável pela incorporação do contingente de imigrantes e pela descaracterização de sua cultura”.⁴³⁰ Nas primeiras décadas do século XX ocorreu grande deslocamento de italianos de Passagem para o Estado de São Paulo. Muitos mandados de averbação chegaram ao cartório de Passagem, vindos principalmente do cartório do Ipiranga.

Mas, além disso, é preciso frisar que os mineiros não se fixam por longo tempo no trabalho, por quatro fatores principais: sua baixa vida útil na mina (morte, doenças e acidentes limitantes), o temor à morte que os leva a abandonar o trabalho, a inadaptabilidade seguida de dispensa e, por fim, a própria limitação temporal dos recursos naturais não renováveis como o ouro. Estas condições formam nos mineiros uma percepção negativa e sempre provisória de seu trabalho, mesmo que nele permaneçam por muitos anos. Além disso, não desejam este trabalho para seus descendentes, embora nem sempre seja possível evitar.

Se a indústria mineira fez com que muitos agricultores nela se engajassem, isso pode ter implicado tanto no abandono da atividade original quanto na tentativa de conciliá-las. Por outro lado, é possível que aqueles que eram originalmente mineiros também tenham se dedicado à agricultura como atividade complementar. Por isso, podemos falar da existência de agricultores-mineiros e de mineiros-agricultores em Passagem de Mariana no período de vigência do trabalho livre.

Esta inferência baseia-se na forma dupla e tripla como alguns indivíduos se identificaram nos autos dos processos-crime que cortam toda a segunda metade do século XIX. Em 1888, os italianos Antônio e Salvador Jacintho primeiro se qualificam como lavradores e, em seguida, como broqueiros. Neste mesmo processo, o austríaco Simão Jacob, qualifica-se tanto como feitor quanto lavrador.⁴³¹ Em 1895, o brasileiro Firmo Pedro Caetano faz uma tríplice identificação de si: mineiro, lavrador e jornaleiro.⁴³² Assim procederam vários outros indivíduos arrolados nos autos, ora denominando-se como empregado da companhia/jornaleiro/lavrador; ferreiro/lavrador; mineiro/lavrador e lavrador/cavouqueiro.

O agricultor-mineiro seria aquele que trabalhava na mina com o objetivo de complementar sua renda. Seu vínculo podia ser integral ou intermitente (na sazonalidade

⁴³⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. cit. 1990, p. 226.

⁴³¹ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), fls. 6, 7, 26 e 29.

⁴³² ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 209, auto n. 5231 (1895), fls. 6, 7, 26 e 29.

agrícola). Por outro lado, o mineiro-agricultor seria aquele que exercia atividades agrícolas de cunho familiar quando não estava na mina - sua principal ocupação. Seu salário constituía a parte fundamental de seus recursos e as atividades agrícolas eram adicionais. Em ambos ocorre a penetração do mundo agrícola na mineração e da mineração no mundo agrícola.

Portanto, a dupla e tripla auto-qualificação não devem ser entendidas como imprecisão pessoal ou erro de registro, mas como a expressão de um fenômeno social: a existência de trabalhadores mistos na mina, além daqueles que eram exclusivamente mineiros.

8 Perfil social dos trabalhadores livres nacionais da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1895-1897)

Nos anos de 1895 e 1897, o governo republicano ordenou que se procedesse ao alistamento eleitoral de todos os habitantes em condições de votar nas eleições federais. Os referidos *Alistamentos*⁴³³ são fruto da observância à lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892,⁴³⁴ a primeira lei eleitoral do Brasil republicano decretada pelo governo Floriano Peixoto. Nela fica definido que são eleitores os “cidadãos brasileiros maiores de 21 anos”.

Numa clara amostra de filiação ao preceito jurídico denominado *jus soli*, a referida lei entende como cidadãos aqueles “nascidos no Brasil”, ainda que de pai estrangeiro, desde que este não estivesse residindo a serviço de sua nação, assim como os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República. Esta concepção entende que o solo é o determinante e não o caráter sanguíneo, fundamento do *jus sanguinis*. Verifica-se ainda que a paternidade e não a maternidade (salvo em caso de filhos ilegítimos) é o elemento definidor da nacionalidade do filho.

Quanto aos estrangeiros, estes eram considerados cidadãos brasileiros em três circunstâncias: aqueles que estavam no Brasil no dia da proclamação da República e não manifestaram, no interregno de seis meses após a vigência da Constituição, sua intenção de conservar a nacionalidade; os residentes no Brasil que aqui possuíam bens imóveis e fossem casados com brasileira ou tiveram filhos brasileiros, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade e, por fim, os naturalizados.

⁴³³ AHCM, Códice 470 – Alistamento Eleitoral Federal de Passagem (1895-1897).

⁴³⁴ *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 14-35.

Neste ponto algumas considerações se fazem necessárias. Primeiro, entende-se por que só foram alistados homens acima de 21 anos. Segundo, elucida a razão de preponderar nomes masculinos na lacuna destinada ao preenchimento da filiação. Terceiro, esclarece o motivo da presença de nomes estrangeiros (sobretudo, italianos) e, por último, poderá revelar se o número de mineiros alfabetizados era significativo ou não, desde que saibamos o contingente total daqueles que exerciam esta profissão em Passagem de Mariana nos anos 1895 e 1897. De acordo com os *Annual Reports* redigidos por Gifford, sabemos que em 1897 a mina empregava 880 trabalhadores. Destes, 440 eram brasileiros.⁴³⁵

Os dados fornecidos pelos *Alistamentos* são extremamente ricos e revelam a composição social (faixa etária, estado civil, filiação e ocupação profissional) destes 585 moradores - sendo um retrato aproximado da divisão social do trabalho do distrito no segundo quartel do século XIX. Por outro lado, por sua natureza, não traz informações que seriam de grande valia para este estudo, como o grupo étnico a que pertenciam estes indivíduos e tampouco sua nacionalidade (embora haja nomes tipicamente italianos e ingleses, não é possível saber em quais das três circunstâncias anteriormente citadas ele se enquadram). Seguem as profissões constantes nos *Alistamentos* (**Quadro 4**):

Profissão/Ofício	Número	Profissão/Ofício	Número
Agências	6	Lavrador	18
Alfaiate	1	Machinista	1
Caixeiro	2	Marcineiro	3
Carniceiro	1	Mecânico	1
Carpinteiro	35	Mineiro	402
Carroceiro	4	Negociante	37
Carvoeiro	1	Pedreiro	25
E. Público	1	Pharmacêutico	2
Estereiro	1	Pharmac. Prático	1
Feitor	5	S. domestico	2
Ferreiro	10	Sapateiro	6
Fugueteiro	1	Serrador	1
Jornaleiro	12	Tropeiro	6

Quadro 4: Profissões e ofícios em Passagem de Mariana (1895-1897)
Fonte: AHCMM. Códice 470.

Não surpreende o fato dos **mineiros** formarem o maior contingente (402 = 69%) num universo de 585 homens listados, haja vista que neste período (1895 a 1897), a *Ouro Preto Gold Mines* estava em pleno funcionamento. Se acrescentarmos as profissões que estão diretamente relacionadas ao trabalho de mineração, como carpinteiro, feitor, punquista, ferreiro, maquinista, marceneiro, mecânico e serrador, o percentual de inscritos na lista que

⁴³⁵ AR. Setembro de 1897, p. 37.

atuava neste setor produtivo será ainda maior. Entretanto, algumas destas ocupações, como carpinteiro e ferreiro, por exemplo, não implicam, inequivocamente, que lá estavam empregados, pois podiam apenas fornecer seus serviços à mina.

Os alfaiates, caixeiros, carneiros, tropeiros, sapateiros, negociantes, dentre outros ofereciam seus serviços à mina, aos mineiros, ao restante da população da localidade e redondezas. O serviço farmacêutico da companhia só foi aberto depois de 1900.

Para os estudos de história social do trabalho, interessa observar que no estado civil de seus moradores, há relativo equilíbrio entre solteiros (50%) e casados (47%). Vale lembrar que a idade variou dos 22 aos 60 anos. Quanto aos mineiros, os dados de seu estado civil muito se aproximam destes acima apresentados: solteiros (51%) e casados (47%). Isto indica que não havia, da parte da administração da Mina, qualquer preferência ou recusa quanto ao estado civil para a escolha de seus empregados.

Este fato conferia à administração uma dupla frente de manobra. Quanto aos homens casados, o temor de perder o emprego e comprometer o sustento da família era um fator constante para sua disciplina e obediência; quanto aos solteiros, em geral mais jovens, podia nutrir-lhes a expectativa de galgar postos ocupados por mineiros mais velhos e experientes, haja vista a grande diversidade de funções existente no interior e exterior da mina que implicava em diferentes níveis salariais e *status* perante o grupo. Lembremos que a maior ou menor vulnerabilidade à demissão na atividade mineratória dependia também da qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, um homem exercendo uma função que exigia menor domínio técnico (carreiros) era mais facilmente substituído que um broqueiro ou marceneiro. A **Tabela 21** apresenta os dados referentes ao estado civil:

Tabela 21 – Estado civil dos eleitores de Passagem de Mariana (1895-1897)

Estado civil	Geral		Mineiros	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Solteiros	292	50%	204	51%
Casados	273	47%	190	47%
Viúvos	20	3%	8	2%
Total	585	100%	402	100%

Fonte: AHCMM. Códice 470.

No que tange à faixa etária da população que consta nos *Alistamentos* verifica-se, em primeiro lugar, o predomínio do grupo situado na casa de 21 a 30 anos (274 = 46%), sendo também relevante a faixa seguinte de 31 a 40 anos (202 = 35%). Enquanto o gráfico das outras profissões registra a presença de 11% de homens com mais 50 anos, inclusive os

indivíduos longevos com mais de 60 anos (6%) no gráfico dos mineiros, encontramos apenas 3% de homens acima de 50 anos e nenhum ultrapassou a casa dos sexagenários. A rigor, apenas um mineiro possuía exatos 60 anos à época.

Tabela 22 – Faixa etária dos eleitores de Passagem de Mariana (1895-1897)

Idade	Geral		Parcial *		Mineiros	
	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual
21-30	274	46%	80	44%	194	48%
31-40	202	35%	55	30%	147	37%
41-50	75	13%	27	15%	48	12%
51-60	23	4%	10	5%	13	3%
Mais de 60	11	2%	11	6%	0	0%
Total	585	100%	183	100%	402	100%

* Exclusive os mineiros. Fonte: AHCMM. Códice 470.

Tabela 23 – Faixa etária dos mineiros: subgrupo 21 a 30 anos (1895-1897)

Idade	Total	Percentual
21	10	8%
22	04	9%
23	16	9%
24	33	9%
25	18	10%
26	22	10%
27	22	11%
28	20	11%
29	15	11%
30	34	12%
Total	194	100%

Fonte: AHCMM. Códice 470.

O pequeno número de homens longevos entre os mineiros comprova tanto a alta taxa de mortalidade gerada por esta profissão quanto a incapacidade destes para o exercício de ocupações perigosas e exaustivas inerentes a ela (carreiros, choqueiros e broqueiros/operadores de perfuratriz). Da mesma forma, o alto índice de homens com plena força física situados entre 21-40 anos (341 = 85%) demonstra seu oposto. Em outras palavras, a maioria esmagadora dos mineiros era formada por indivíduos com grande capacidade de trabalho e resistência às penosas ocupações exigidas pela mineração. No primeiro sub-grupo etário de 21 a 30 anos (194 indivíduos), além de haver equilibrada proporção entre as idades, predomina o número de homens entre 26 a 30 anos (113 = 58%).

Os estudos de Friedrich Engels e Eric Hobsbawm mostraram que na Inglaterra a expectativa de vida dos mineiros se esgotava antes dos 40 anos de idade, o que pode significar

empobrecimento familiar. Esta realidade chegou à literatura na voz do mineiro Maheu que afirmou: “aos quarenta e dois anos muita gente já não presta para mais nada”.⁴³⁶

Este baixo percentual de mineiros acima de 50 anos, não obstante a presença de parentes (pai e filho ou vários irmãos) trabalhando juntos na mina indica que o critério da homologia da patrilinearidade - quando “duas ou mais gerações de pessoas estão relacionadas consanguineamente através do sexo masculino” no mesmo local de trabalho⁴³⁷ - dificilmente existiu na *The Ouro Preto Gold Mines*. A listagem nominal aponta que a organização do trabalho na mina estava assentada também sobre critérios de familiaridade: entrava-se jovem na mina e ali encontrava-se o pai, raramente o avô. A antiguidade familiar na mina, embora não fosse grande, contribuía para o estreitamento dos laços de solidariedade e de hierarquia nata. Esta proximidade sanguínea reforça a estabilidade do pessoal e a “boa imagem” da empresa na própria comunidade mineira como empregadora e responsável pelo sustento de troncos familiares que se inter cruzam em diversas relações de parentesco, apadrinhamento e hierarquia interna.

Antes de redigir o Termo de Encerramento, a Comissão Municipal traçou a “Relação dos cidadãos eleitores que foram excluídos do primeiro alistamento por terem se mudado uns e falecido outros”. A lista contém 18 nomes, assim distribuídos: 14 mineiros, 1 lavrador, 1 jornaleiro, 1 químico e 1 negociante. Dentre os mineiros, 9 (64,28%) tiveram sua exclusão motivada por falecimento, 4 por terem se mudado e 1 estava com o nome em duplicata; o jornaleiro e o lavrador também faleceram; o químico e o negociante se mudaram. Dados que ratificam a principal assertiva do parágrafo anterior: a alta taxa de mortalidade entre os mineiros e sua mobilidade espacial.

Vale ressaltar ainda que entre os 05 feitores registrados, apenas um possuía 29 anos; os outros tinham 40, 44, 52 e 62 anos, sendo 03 casados e 02 solteiros. Isso demonstra que a função de feitor, hierarquicamente superior aos mineiros propriamente ditos, era ocupada, em sua maioria, por homens pertencentes a sub-agrupamentos etários cronologicamente superiores àquele que agregava a maioria dos mineiros (21-30 anos). O feitor mais jovem era Jorge Trebilcok, filho de James Trebilcok, pelo que indica o sobrenome de ambos, era inglês - o que torna esta exceção perfeitamente compreensível. Os outros feitores eram, respectivamente, de acordo com a idade: Francisco Borges, Bertoldo

⁴³⁶ ZOLA, Émile. Op. cit. 1981, p. 25.

⁴³⁷ SCHUSKI, Ernest L. *Manual para análise de parentesco*. São Paulo, E.P.U, 1973, p. 108.

Wendebor, Elídio Thomé⁴³⁸ e Francisco das Neves. O único fugateiro, Generoso Teixeira, filho de Antônio Teixeira, tinha 51 anos e era casado.

Por conseguinte, podemos concluir que, embora o indispensável para o exercício da função de feitor fosse a confiança da administração - daí a presença de filhos de estrangeiros - critérios como idade e estado civil contribuía para o bom exercício do mando no interior da mina e o conseqüente bom andamento dos trabalhos. Entretanto, como demonstrou Yonne Grossi em seu estudo sobre a mina de Morro Velho, apenas isso não bastava. Os feitores eram homens rudes que impunham o respeito através de palavras, destemor e força física quando necessário, que sabiam explorar as divisões, o orgulho do *macho* forte e animosidades recíprocas existentes entre os mineiros.⁴³⁹

O feitor necessitava destacar-se na lide diária de uma profissão que, por sua natureza, embrutecia os homens. Assim era o capataz de Montsou, Paul Négrel da obra de Émile Zola. Apesar de sua pouca idade, 26 anos, tinha ar de pessoa curiosa, amável e era dono de uma inteligência cética, “que se transformava em brusco autoritarismo nas suas relações com os operários. Andava vestido e sujo de carvão como eles, e, para que o respeitassem, desafiava os perigos passando pelos lugares mais difíceis; era sempre o primeiro nos desabamentos e nas explosões de grisu”.⁴⁴⁰ Repare que a descrição do Capitão Grande presente no romance já citado *Morro Velho* é muito semelhante a esta:

O Capitão Grande era um velho inglês com mais de vinte anos de chafre (...) Era um gigante. Corpulento, musculoso, cabeça e barbas cor de fogo, olhar de um azul verde-mar. Pés a Carlos V, pisando vigorosamente no solo como se estivesse em terra conquistada. Falava bem o brasileiro, era tolerante e calmo, mesmo quando sua qualidade de administrador pedia energia, e isto o tornava querido de sua turma.⁴⁴¹

Outro dado revelado pelos documentos refere-se ao contingente de indivíduos com filiação ignorada. Dentre os 585 alistados, 23 ignoravam o nome de seus ascendentes e 89 (19,14%) declararam apenas o nome da mãe. Desconhecer os progenitores ou conhecer somente a mãe são duas consequências de orfandade infantil, exposição ou ainda, de relações

⁴³⁸ Provavelmente seja o mesmo Ilídio Thomé que em 1875 era feitor na *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company*. Nesta ocasião tinha 33 anos, era casado e natural de Brumado do Matto Dentro – ACSM: Crimes. 1º Ofício. Códice 345, auto n. 7615 (1875).

⁴³⁹ GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A extração do homem*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981, p. 60ss.

⁴⁴⁰ ZOLA, Émile. Op. cit. 1981, p. 57s. O caráter violento de um dos feitores da Companhia *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company*, pode ser verificado no processo-crime no qual o feitor José Mathias espancou barbaramente ao preto Theotônio Silvério em 1876, empregado da mesma companhia – ACSM: Crimes. 1º Ofício, Códice 361, auto n. 7951.

⁴⁴¹ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 66.

extraconjugais, concubinatos e mesmo estupros - tão frequentes em Minas desde o século XVIII que atravessou também o XIX.

Enfim, dentre os 402 mineiros alistados, podemos extrair o seguinte perfil geral destes trabalhadores da mina na segunda metade do século XIX: havia relativo equilíbrio tendendo para pequena maioria (4%) de homens solteiros, situavam-se na faixa etária de 21 a 30 anos e com razoável grau de alfabetização (isso, frise-se, somente em virtude do caráter do documento que excluía os analfabetos do alistamento eleitoral).

Neste perfil enquadram-se tanto o protagonista de *Germinal*, Etienne Lantier que tinha 21 anos quanto os escravos jovens (entre 16 e 26 anos) que deviam entrar na formação do fundo social das sociedades mineratórias autorizadas pela Carta Régia de 12 de agosto de 1817. Era também a faixa etária da maioria dos escravos africanos existentes em Minas em 1808 - de acordo com a pesquisa realizada por Robert Slenes (1985) - assim como da maior parte do plantel das minas inglesas.

O perfil do mineiro é o perfil do eleitor de Passagem; sobre ele incidia os discursos e barganhas eleitorais. Em 1902, o jornal *Rio Carmo* denuncia a tentativa de manipulação dos trabalhadores da mina pra fins eleitoreiros:

Os empregados superiores da companhia da Passagem acabam de dar uma excellente prova de quanto sabem respeitar os direitos de outrem, como filhos de um Paiz liberal.

Assim é que impertinentemente solicitados para obrigarem os empregados inferiores a votar em certos e determinados candidatos, abstiveram-se formalmente.⁴⁴²

Outro importante dado social fornecido pelos *Alistamentos* refere-se à alfabetização destes indivíduos. O significativo número de homens alfabetizados na faixa etária mais jovem (21-30 anos) face à mediana (31-40) e à mais avançada (mais de 50) de certa maneira revela o avanço da alfabetização que vinha ocorrendo entre a população masculina. E ainda, era este fator (saber ler e escrever) que permitia aos “cidadãos” maiores de 21 anos o exercício do direito de voto. Por sua vez, a exigência deste critério certamente excluiu a maioria da população masculina de Passagem em virtude do elevado nível de analfabetismo que grassava em todo o Brasil no século XIX, do qual certamente esta localidade não era exceção. Por fim, se a mina possuía 880 empregados em 1897 e o alistamento do mesmo ano traz 402 mineiros, daí se deduz que o índice de alfabetização destes era bastante significativo (45,68%). Entretanto, alguns nomes que constam nestas listas

⁴⁴² *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 19 de novembro de 1902. Ano II, n. 27, p. 2.

apresentavam-se como analfabetos, quando necessitavam fazer algum tipo de registro no cartório local, fato que coloca em dúvida o rigor destes *Alistamentos*.

Este é o caso, por exemplo, do mineiro Vicente Pantuso. A Comissão de alistamento finalizou seus trabalhos em 23 de maio de 1897 onde ele consta como alfabetizado). No entanto, quatro meses depois, Vicente registrou o óbito de sua filha (onde o escrivão anotou que ele era analfabeto). Se somente os alfabetizados podiam ser alistados, por que foi considerado analfabeto na posterior ocasião do registro de sua filha? Certamente porque o critério de alfabetização exigido pela lei não era tão rigorosamente observado pelas autoridades republicanas locais em nome de projetos político escusos.

Maturidade, cidadania brasileira, trabalho e instrução foram os quatro critérios definidos pelos políticos da Primeira República para formar a base sobre a qual se assentaram o direito ao voto nas eleições brasileiras. Ao mesmo tempo em que excluiu o critério censitário, não universalizou este direito, pois diversos segmentos sociais como mulheres, analfabetos e mendigos continuaram afastados desta forma de participação política. A proibição do direito de voto a estes segmentos sociais assentou-se nos fatores de utilidade, virilidade, nacionalidade e razão.

CAPÍTULO IV – O OURO GOSTA DE SANGUE

1 Acidentes de trabalho

“Dans ces rochers
Nous sommes exposés
Malgré le danger,
Il nos faut travailler.”⁴⁴³

O número 6 da *Revista Industrial de Minas Geraes* de 1894 traz instigante observação acerca da estimativa da produção total de prata e ouro em todas as minas do mundo desde a descoberta da América até o ano de 1892 extraída do *Economista Europeu*. A estatística supõe que tenha sido, respectivamente, 233.949.972 e 12.358.932 kilos. Curiosamente, sugere que: “haveria uma estatística interessante a fazer também – a dos hectolitros de sangue humano que essa exígua massa de metal amarelo tem feito derramar desde igual data”.⁴⁴⁴

Este levantamento, evidentemente, é impossível de ser levado a efeito. Milhões de homens morreram na lide mineratória sem que se fizesse a mínima referência. O mais antigo relato de que se tem conhecimento de morte no local de trabalho talvez seja o ocorrido nas minas “pré-históricas” situadas em Spiennes na Bélgica onde “on a découvert le squelette d’un mineur, tué sans doute par la chute d’un rocher, ayant à ses côtés la pioche à double pointe en corne de daim avec laquelle il travaillait”⁴⁴⁵

Os mineiros europeus cognominaram as minas de *mangeuses d’hommes*. Émile Zola, por mais de uma vez descreve a mina de Voreux sob esta imagem antropofágica: “durante meia hora o poço devorou essa carga humana com suas fauces mais ou menos gluttonas (...) e isso sem descanso, sempre esfomeado, com tripas gigantes, capazes de digerir todo um povo”.⁴⁴⁶ Tragédias familiares se sucediam como na de Maheu, que tinha um avô enfermo, um filho manco em consequência de desabamento e uma filha que morreu de fome

⁴⁴³ “Nestes rochedos estamos expostos. Apesar do perigo, é necessário trabalhar”. Fragmento de canção de mineiros franceses. Fonte: Manuscritos da Biblioteca Nacional, tomo III, p. 483. Apud. SÉBILLOT. Op. cit. 1894, p. 585.

⁴⁴⁴ *RIMG*. 15 de março de 1894, Anno I, n. 6, p. 141. Obs.: Hectolitro é uma medida de capacidade, equivalente a 100 litros.

⁴⁴⁵ “descobriu-se o esqueleto de um mineiro, morto sem dúvida pela queda de uma rocha, tendo a seu lado a picareta dupla em chifre de gamo com a qual ele trabalhava”. In: RICKARD. T. A. Op. cit. 1938, p. 32.

⁴⁴⁶ ZOLA, Émile. Op. cit. 1981, p. 32s.

durante a greve. Seu avô recebera o apelido de “Boa-Morte” justamente por trazer consigo sequelas de diversos acidentes:

(...) seu pai, Nicolas Maheu, conhecido como o Ruivo, com apenas quarenta anos de idade, ficara na Voreux, que nesse tempo estava sendo aberta: um desabamento e ele ficara completamente achatado, com o sangue bebido e os ossos engolidos pelas rochas. Dois dos seus tios e seus três irmãos ali também havia deixado a pele, mais tarde. Ele Vincent Maheu, que conseguira sair mais ou menos inteiro, apenas com as pernas em mau estado, passava por astucioso. Mas que fazer? Era preciso trabalhar.⁴⁴⁷

O tema das condições de trabalho foi muito candente no século XIX e serviu de esteio para a fundamentação da teoria socialista e a necessidade de suplantação do capitalismo. É justamente aí, que a superexploração do homem pelo homem mostrava sua face mais selvagem. Em Karl Marx, as péssimas condições de trabalho dos índios nas minas ficaram como o principal símbolo da exploração espanhola na América.

Após descrever um exaustivo quadro nosológico dos mineiros ingleses, Engels passa a enumerar os acidentes que os vitimavam: explosões (a mistura entre hidrocarboneto e ar forma um composto altamente explosivo ao contato com a chama da lanterna), asfixia (causada pelo óxido de carbono), desmoronamentos, ruptura dos cabos dos elevadores. Por fim, cita a estatística, extraída do *Mining Journal*, da ocorrência de 1400 mortes ao ano causadas por estas razões (= 4,86 ao dia de trabalho considerando 6 dias úteis por semana). De fato, diversas edições do *Mining Journal* entre 1890 a 1902 que consultamos, trazem notícias de graves acidentes ocorridos nas minas inglesas espalhadas pelo mundo.

A história social do trabalho nas minas inglesas de Minas Gerais no período enfocado esbarra em dificuldades maiores que a enfrentada por P. E. H. Hair no que se refere ao campo estatístico do registro dos acidentes e doenças ocupacionais.⁴⁴⁸ Inexistem relatos de comissões parlamentares ou de médicos. Não obstante, os registros de óbitos do ACRCPM, os relatos dos viajantes, notícias de jornais e depoimentos de ex-mineiros contribuíram para resgatar esta face da história que se encontra igualmente soterrada.

A história da mineração em Minas Gerais desde o final do século XVII vem sendo descrita como uma sucessão de feitos heróicos dos descobridores, tecnicamente fria, sem suor e sem sangue, sem enfermidades e sem mortes. Uma história ileso e asséptica. A perspectiva adotada nesta obra é outra: indicar como milhares de “João Ninguém” morreram na mina e fora dela como consequência direta de seu trabalho. Na verdade, estamos retomando a antiga

⁴⁴⁷ Id. Ibid. 1981, p. 17.

⁴⁴⁸ HAIR, P. E. H. Mortality from violence in British coal-mines, 1800-50. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXI, n. 3, december 1968, p. 545-561.

tese de José Honório Rodrigues segundo a qual “a história do Brasil foi muito mais cruenta que a escrita e ensinada (...) os alicerces da civilização mestiça foram construídos no Brasil sob sangue”.⁴⁴⁹

De acordo com T.A Rickard,⁴⁵⁰ os romanos consideravam o trabalho das minas conveniente somente aos escravos porque era de um tipo inferior: fastidioso, malsão e perigoso. Calistrato via os condenados às minas como os seres que estavam submetidos à pena mais severa depois da pena de morte: “*proxima morti poena metalli coercitio*”. Veremos a seguir o quanto esta constatação aproxima-se da realidade do trabalho da mineração em Minas Gerais nos séculos XVIII ao XX.

Para extrair esta riqueza dos rios, encostas e subsolo, homens fizeram-se necessários. Homens verdadeiros, para que com o uso de sua força bruta, os materiais e técnicas disponíveis em cada época retirassem o metal reluzente que fez a alegria de poucos e a desgraça de muitos. Embora algumas doenças e fatalidades acompanhem os mineiros por milênios, o avanço das forças produtivas adotadas na mineração inglesa alterou também as condições de trabalho e, conseqüentemente, os tipos de enfermidades e acidentes.

Enquanto hipótese, é válido suspeitar que muitos dos escravos lesionados retratados nos ex-votos mineiros do século XVIII tiveram seus ferimentos provocados pelas adversas condições de trabalho a que estavam submetidos. Da mesma forma, se fosse possível levantar uma “taxa de ferimentos não fatais” entre os mineiros das minas inglesas, isso já serviria como um guia das verdadeiras condições de trabalho nestes locais.

Desde os primórdios da extração a céu aberto nos ribeiros, quando os paulistas recorriam à mão-de-obra indígena para este trabalho, já pode ser verificada a grande mortandade. Em carta a el-Rei de julho de 1693, o então governador-geral de São Paulo Antônio Luís da Câmara Coutinho, defendia aqueles das acusações de provocarem a morte de índios que trabalhavam nas águas dos rios “por cuja causa lhes morrem muitos”, uma vez que lhes pagavam a devida remuneração, em conformidade com a legislação da Coroa.⁴⁵¹ Os exploradores paulistas e seus escravos índios foram também os primeiros a sofrer as conseqüências desta insalubre atividade.

A larga experiência do cirurgião Luís Gomes Ferreira que atuou nas primeiras décadas do século XVIII em Minas fê-lo concluir que as pontadas pleurísticas – “o flagelo que mais tem destroçado os mineiros destas Minas” - estupores, parezias, catarrão, tosse

⁴⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. História sangrenta. In: *História da história do Brasil*. p. 319.

⁴⁵⁰ RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 213s.

⁴⁵¹ O documento está citado in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. 1977. p. 262.

rebelde, peripneumonias e tísica eram as principais doenças que atingiam, indistintamente, brancos, negros e mulatos, livres ou escravos que trabalhavam nos ribeiros e minas. Todos estes males se referem a problemas do aparelho respiratório e estão diretamente relacionados com a exposição contínua de corpos mal nutridos às gélidas águas dos ribeiros, à umidade das minas, ao uso prolongado de roupas molhadas de água, orvalho e suor e ao fato de andarem sempre descalços em pedras frias. Ferreira cita outra enfermidade corriqueira que atingia os escravos, conhecida como formigueiro que “nascem nas solas dos pés dos pretos mineiros (...) fazendo nelas buracos redondos e fundos, com comichão e dores grandes que os não deixam andar sem grande moléstia; outros há que nascem nos braços, mãos e pernas, assim dos pretos como dos brancos”.⁴⁵²

Na mineração subterrânea, embora houvesse uma regulamentação preventiva, ela não conseguiu evitar a perda de inumeráveis vidas. O Regimento de 1603 previa que aqueles que houvessem de cavar minas: “primeiro que nellas metão gente, as segurarão e desmontarão de modo, que não haja perigo nos que nella entrarem a trabalhar; e não o fazendo assim incorrerão nas penas, que por direito merecerem, e pagarão todo o damno que d’ahi resultar às Partes”.⁴⁵³ Cabia ao Provedor, com um oficial mineiro prático, descer nas minas para fiscalizar os trabalhos de lavra e segurança para evitar danos aos que nela trabalhavam e às minas vizinhas.

Mas, no afã da busca do ouro, escravos e homens livres eram constantemente soterrados pelos frequentes desmoronamentos ocasionados pela negligência, imprudência e imperícia dos administradores e proprietários no quesito da segurança. Muitos que cortejavam o coração da terra morreram sufocados: “e sendo preciso a algum destes furos para a respiração de trabalhar, se lhe permita ainda que o outro não consinta; e se lho deve conservar por força, por ser preciso e de necessidade para a luz da candeia e respiração da gente, que por falta desta têm morrido alguns abafados”.⁴⁵⁴

Os sarilhos foram uma das primeiras formas de sondagem e extração do ouro de encostas. Um relatório de 1740 narra os perigos e acidentes que ocorriam nos poços verticais e minas. Quanto aos primeiros, ao descer pela corda sucedendo quebrar “‘o mais que acontece é se ficar em pedaços’ (...) Nestes buracos morrem muitos negros sufocados com o cheiro dos

⁴⁵² FERREIRA, Luís Gomes. Op. cit. 2002, vol. 2, pp. 229 e 567.

⁴⁵³ Revisão dos Regimentos das Minas do Império do Brasil, com Notas e Observações do Guarda-mor Geral das Minas na Província de Minas Geraes. In: *RAPM*. Anno VII. Fascículo III e IV, julho a dezembro de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1902, p. 840.

⁴⁵⁴ *CCM*. Doc. 57. Citado por OLIVEIRA. Op. cit. 1977. n. 17, p. 54.

metais e com a pouca segurança da terra”; quando a mina ‘sucede cair, mata toda quanta gente há nela’”.⁴⁵⁵

A “*Memória*” de José Vieira Couto apresenta as dificuldades, riscos de vida, acidentes e mortes ocorridas nas minas do século XVIII: “o horror de se soterrar um homem em uma mina por todo um dia, de se despedir ao nascer do sol de sua brilhante luz, e de só se guiar pelo fraco clarão de uma candeia, de ouvir estalar a cada instante a montanha sobre a cabeça, esperar a cada passo pela morte” (**Figura 24**).⁴⁵⁶

Figura 24 - Pl. 41: Extração de *diamante*. Minas Gerais, séc. XVIII. Fonte: JULIÃO, 1960. Observe o precário escoramento feito na boca da mina.

O cirurgião Luís Gomes Ferreira em mais de uma ocasião foi chamado para cuidar de fraturas causadas por desabamentos. Foi o que ocorreu no ano de 1711 na Vila Real do Sabará a treze escravos do capitão-mor Custódio da Silva Serra que trabalhavam nas lavras de talho aberto ou catas quando

em cima de todos correu um morro de terra e pedras, andando os ditos escravos tirando ouro em uma lavra que tinha a parede sessenta palmos de alto ao pé do dito

⁴⁵⁵ Citado por LIMA JUNIOR. Op. cit. 1978, p. 48.

⁴⁵⁶ COUTO, José Vieira. Op. cit. 1994, p. 64.

morro (...) e os que ficaram na lavra, que foram treze, ficaram debaixo das ruínas, donde se tiraram quatro mortos, e os mais, uns com braços quebrados, outros com as pernas, outros as costelas metidas com as pontas para dentro, outros com os ossos da fúrcula do pescoço feitos em miúdos pedaços; uns com as vértebras do espinhaço deslocadas em duas partes, outro lançando sangue pela boca, narizes e ouvidos e algumas pingas por um olho, em ambos tão vermelhos como o mesmo sangue (...) uns com gemidos tão sentidos que moveriam à compaixão o mais duro coração que houvesse, outros sem dizerem nada por estarem na outra vida (...) e se a vizinhança não acudisse com seus escravos a cavar a terra para tirar os miseráveis, poucos se tirariam com vida (...) e, acudindo muita gente, vendo o triste espetáculo, ficaram atônitos e admirados por se não ter visto caso tão lastimoso entre tantos que têm sucedido nestas Minas.⁴⁵⁷

Em 1789 a Câmara de Mariana apresentou ao Rei as causas determinantes da redução da contribuição das cem arrobas de ouro. Dentre elas, figuram os sucessivos acidentes provocados pela imprudência de mineiros que não observavam as mínimas condutas de segurança. Diz o texto:

cecídeo também, que outros mais afortunados, e menos prudentes de que os de hoje, nas minas, que darão, não tomando medidas de fortificação, falindo assentar abobe das de hum grande monte sobre pequenas, e débeis madeiras, que confundidas alma cela podridão, e cedendo outras ao grande peso que sobre ela carregava, darão com faisqueiras preciosas em alma eterna sepultura, e com ela por maior desgraça enterrarão muitos escravos; ficando d'este modo não só a impossibilidade para o lavor daquela mancha, mas abete para as contíguas, e que ficarão debaixo das mesmas minas.⁴⁵⁸

Para sanar este e outros problemas, os camaristas propuseram que se estabelecesse, às custas do Subsídio Literário, “uma corporação de inteligentes Mechanicos, e praticos Mineiros, que, à imitação da Suecia, e Alemanha, inventem, acordem, e dêem os meios, sendo para isso rogados de qualquer particular de vencer quaesquer difficuldades no trabalho das minas”.⁴⁵⁹ Entretanto, não foi possível levantar se isto se efetivou.

Ameaças representavam também a abertura das represas para contenção das águas dos córregos e rios. Quando estas eram abertas, tocava-se uma buzina, ao soar da qual, todos deviam se retirar do leito. Caso contrário, podiam ser arrastados e morrer afogados.

A mineração, com suas inúmeras perfurações feitas nas encostas dos morros, provocava outro singular tipo de acidente. Com a estrutura abalada, as chuvas torrenciais de verão provocavam deslizamentos que levavam consigo os barracos ali dependurados. Alexander Caldcleugh quando visitou Vila Rica em 1821 percebeu que o Morro de Vila Rica

⁴⁵⁷ FERREIRA, Luís Gomes. Op. cit. 2002, p. 479s.

⁴⁵⁸ Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Camara de Marianna. In: *RAPM*. Anno VI. Fascículo I, janeiro a março de 1901. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1901, p. 144s.

⁴⁵⁹ Idem, p. 148.

em direção a Mariana “foi tão perfurado que não é de se espantar que á alguns anos uma grande parte de uma das encostas tenha deslizado e causado um número assustador de mortes”.⁴⁶⁰

É curioso notar que este fato corriqueiro, os acidentes que impediam o funcionamento das minas e lavras, jamais foi citado pela historiografia como um dos fatores explicativos para a queda da arrecadação dos impostos.

No século XIX prosseguem as mesmas adversas condições de trabalho. Eschwege opina que estes serviços transformaram morros inteiros “em escavações profundas, que tornaram os trabalhos perigosos, em virtude das íngremes paredes, que, pela frialdade e fendilhamento da rocha, se desmoronam muitas vezes, sepultando os negros que trabalham próximos”. Foi o que ocorreu em Antonio Pereira, onde “os trabalhos foram conduzidos com tão pouca segurança e sovinice, que os serviços desmoronaram logo depois, soterrando feitores e escravos”.⁴⁶¹

A gravura de Rugendas anteriormente citada mostra que os ribeiros ofereciam outros tipos de perigos: travessia em pontes estreitas, escorregadias e improvisadas, imersão prolongada nas águas frias causadoras de inúmeras enfermidades nos pés, na pele e nas vias aéreas superiores. O árduo processo de extração do ouro aluvional, denominado *mergulhar*, assim foi descrito por Eschwege:

Esse trabalho é dos mais fatigantes e penosos, além de muito prejudicial à saúde dos escravos, pois, enquanto os membros superiores ficam expostos longas horas aos ardentes raios do sol, a parte inferior deve suportar a sensível frialdade das águas. Poucos negros, por esta razão, prestam-se para o trabalho, que só os mais robustos podem suportar.⁴⁶²

O mesmo Eschwege adverte que o penoso trabalho de transporte de pedaços de rochas nos carumbés sobre as cabeças de negros e negras trazia prejuízos à saúde: “esse esforço é causa das hérnias e pneumonias, tão freqüente entre eles, que por este motivo raramente atingem idade avançada”⁴⁶³ (**Figura 25**). Por tudo isso, ele fixa a média de 7 anos de vida útil aos escravos ocupados na mineração.⁴⁶⁴ Isso é facilmente comprovável, pois em qualquer

⁴⁶⁰ CALDCLEUGH, Alexander. Op. cit. 2000, p. 132.

⁴⁶¹ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. 1979, vol. 1, pp. 174 e 176.

⁴⁶² Id. Ibid. Vol. 1, p. 170.

⁴⁶³ Id. Ibid. Vol. 2, p. 128.

⁴⁶⁴ Nas minas da Nova Espanha, onde às vezes se trabalhava a 500 metros de profundidade, os índios carregadores, chamados *tenateros*, subiam e desciam escadas íngremes pelos planos inclinados e estreitos “carregando às costas pesados sacos com os minérios a serem tratados. O peso desses sacos subia a mais de 100 quilos” (Humboldt. Apud SIMONSEN, 1978, p. 257). A descrição das condições de trabalho nas minas de prata feita por Bakewell (1999, p. 126ss) enumera os desconfortos e perigos a que estavam submetidos os índios: excessivo esforço físico, pouca ventilação, má iluminação, passagens estreitas, escadas frágeis e improvisadas, descidas severas, quedas, mutilações, bruscas mudanças de temperatura do interior para o exterior de minas

levantamento de plantel de senhores de escravos que atuavam na atividade mineraria nos séculos XVIII e XIX é significativo o índice de escravos enfermos e lesionados.⁴⁶⁵

Figura 25 - Negro transportando cascalho no carumbé sobre a cabeça. Fonte: ESCHWEGE, 1979, vol. 1, p. 170.

No século XIX, casos de *mors repentina* eram frequentes em qualquer mina. Burton citou os acidentes ocorridos na mina de Carapuchu em Jaraguá, perto de SP, onde “não se deu à encosta, contudo, uma rampa suficiente, não se julgou necessário fazer uma escora, e os lados solapados, ruíram. Assim, foram esmagados alguns negros”; em Gongo Soco, “a água invadiu a mina; a matriz foi solapada em suas bases e os trabalhadores morreram afogados”.⁴⁶⁶

situadas a quase cinco mil metros de altitude que causavam doenças pulmonares, inalação das poeiras provocadas pelas explosões depois da introdução da dinamite e desmoronamentos. Na mineração de ouro os riscos eram principalmente a exposição à umidade dos rios e doenças tropicais. Já a mineração de mercúrio em Huancavelica oferecia seus mortíferos vapores tóxicos e desmoronamentos corriqueiros, pois a rocha que envolvia o minério era muito friável e, além disso, sua trituração no processo de refino levantava muito pó “que deve ter provocado silicose.” Nos estágios da amalgamação os trabalhadores ficavam expostos ao envenenamento pela epiderme ao pisarem o mercúrio com os pés descalços durante sua fusão e por vias aéreas na destilação e ustulação. Finaliza lembrando outras profundas mudanças trazidas pela mineração: a paulatina perda de sua “identidade indígena” passando à “categoria de *mestizo*”, sua “proletarização”, o “deslocamento forçado” e o consequente destroçamento da agricultura aldeã e a fome daí decorrente. A tudo isso, deve-se acrescentar a eclosão de epidemias avassaladoras. O saldo de mortos? “exatamente quantos, não se pode saber”.

⁴⁶⁵ Os Autos de sequestro dos bens dos Inconfidentes mineiros é um bom exemplo - cf. *ADIM*. Vol. VI. Veja também: SOUZA, Rafael de Freitas. Infirmas quae sera tamen. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência. Ano 5, n. 4, dez. 2007, p. 63-83.

⁴⁶⁶ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 182ss.

O desastre de maiores proporções ocorrido numa mina já registrado aconteceu em São João del Rei onde, segundo Eschwege, foram soterrados “200 negros e 11 feitores”.⁴⁶⁷

Nas minas inglesas, a *Brazilian Company Limited* em Itabira do Campo registrou dois terríveis acidentes: o primeiro antes de 1830 quando um desabamento “enterrou grande numero de mineiros” e outro em 1884 quando “o desabamento de uma grande pedra no poço vertical fez abater parte de suas paredes e fechou galerias, onde trabalhavam mais de cem operários. Depois de inumeros esforços para salvar os vivos, sepultados pela catastrophe, foi preciso inundar a mina para findar esse supplicio”.⁴⁶⁸ Antonio Olynto dos Santos Pires assim descreveu em sua *Memória* este desastre:

Conta-se que durante alguns dias ouviam-se nas entranhas duríssimas da rocha os gemidos de muitas dessas vítimas soterradas pelos desmoronamentos. Frustrados todos os serviços de socorro, quando não houve mais esperança de salvar os vivos sepultados pela catástrofe por impossibilidade absoluta de atravessar a massa rochosa que os separava de fora, a solução mais humana que se encontrou para minorar os seus sofrimentos foi inundar a mina com as águas das máquinas exteriores e fazer perecer por asfixia os que teriam de morrer por inanição angustiosíssima.

E lá estão enterradas naquele gigantesco túmulo de rocha as centenas dos mineiros infelizes que encontraram a morte perfurando as entranhas da terra para lhe aproveitar os tesouros.⁴⁶⁹

Quando a formação geológica da mina é rochosa, a queda de paredes e lajes das minas sobre os trabalhadores era denominada “choco”.⁴⁷⁰ Vimos que assim era a Mina de Passagem. Durante o período da *The Ouro Preto Gold Mines*, o mineiro Pedro Zadra, austríaco da Província de Tirol faleceu às 10h do dia 25 de agosto de 1898:

devido a uma cazualidade de que sobreveio e lhe deo a morte em um dos alargamentos da Companhia deste districto no lugar denominado Rolim, cujo incidente foi devido um chouco (sic) que lhe caio casualmente no dicto lugar. Como ficou provado por depoimento de testemunhas de toda fé que prezenciarão o facto cazual e ficou demonstrado ser verídico.⁴⁷¹

Esta “cazualidade” era muito frequente nas minas inglesas. Neste universo da incerteza da vida, a função do “choqueiro” se destacava na tentativa de prevenção dos

⁴⁶⁷ ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit. vol. 2, p. 19.

⁴⁶⁸ RIMG. 1893. Anno I, n.3, p. 68. Burton (1976, p. 164) sustenta que foram apenas “treze trabalhadores, entre os quais um inglês, foram mortos; alguns aumentam o número, que outros afirmam ser exagerado”.

⁴⁶⁹ Publicado originalmente no *Almanaque de Ouro Preto* em 1890. Citado por VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Maria Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998, p. 965.

⁴⁷⁰ Em pesquisa realizada no CECO de Ouro Preto nos registros de acidentes de trabalho e processos judiciais de indenização trabalhista encontramos diversos casos de: “soterramento”, “ferimento grave na cabeça”, “traumatismo craniano”, “mutilação”, “esmagamento do crânio” e outros tipos de lesões que vitimavam os mineiros das mineradoras de Ouro Preto e Mariana no século XX.

⁴⁷¹ ACRCPM. Livro de Óbitos nº 2, f. 18.

“chocos”. Sua tarefa era verificar a iminência da queda do teto da mina. Portando comprida haste de ferro, tocava os pontos suscetíveis de ruir sobre os trabalhadores. Às vezes, era apanhado pelo repentino desabamento que tentava evitar. Na Europa, função similar era exercida pelo *Penitent* - mineiro encarregado de prevenir as explosões de grizu portando uma tocha incandescente. Assim como seu companheiro de risco, era vitimado pela explosão que tentava prevenir.

P. E. H. Hair, analisando os principais fatores provocadores de mortes violentas constatou que “the majority were caused either by explosions or by roof-falls”.⁴⁷² Segundo ele, foram estas sucessivas explosões que levaram à invenção da lâmpada de Davy em novembro de 1815 e sua adoção nas minas a partir de 1816 (apesar de sua relativa ineficácia inicial), bem como o emprego de ventilação mecânica a partir de 1840 trazendo sensível redução da perda de vidas. No entanto, esqueceu-se de explicar que os desmoronamentos eram muitas vezes causados não apenas pelas explosões de grizu (metano em mistura com o oxigênio), mas estavam relacionados também com a formação geológica da mina e com a falta ou insuficiência dos escoramentos devido à negligência dos engenheiros e/ou contenção de despesas.

Douglas Libby (1988) enumerou alguns acidentes gerados pelos mesmos fatores nas mineradoras inglesas que estudou. Yonne Grossi aponta pelo menos três graves acidentes ocorridos em Morro Velho na segunda metade do século XIX: o incêndio seguido de desabamento de 21 de novembro de 1867 (deixando 17 escravos mortos e um inglês)⁴⁷³ e o tristemente célebre grande acidente de 10 de novembro de 1886.⁴⁷⁴ Ernest de Courcy diz ainda que dias antes de sua chegada à mina em junho de 1886 ocorrera um desmoronamento matando “uma dezena de operários” e que, por isso, “a mina de Morro Velho passa por perigosa, em consequência de desmoronamentos muito freqüentes”.⁴⁷⁵

Por suas proporções, seria negligência dizer apenas que o acidente de 1886 ceifou “muitas vítimas” como o fez Tânia Maria Ferreira de Souza, ou somente citá-lo como muitos outros fizeram. Em nome da reparação histórica, cabe ao historiador resgatar do esquecimento e desagrar. É seu dever retirar o véu do obscurantismo que cobre os trágicos acontecimentos do passado. Localizamos quatro relatos sobre o acidente de 1886: A *Revista do Arquivo Público Mineiro* diz que o acidente ocorreu “sepultando novas e numerosas

⁴⁷² “A maioria foi causada por explosões e desmoronamentos”. In: HAIR, P. E. H. Op. cit. 1968, p. 549.

⁴⁷³ A *RAPM* (1901, p. 345) registra que neste acidente “faleceram 21 escravos e 01 mineiro inglês e “onde trabalhava áquella mesma hora mais de uma centena de operarios” (...) outras [pessoas] sobreviveram mutiladas para maior infortúnio”.

⁴⁷⁴ GROSSI, Yonne de Souza. Op. cit. 1981, p. 39.

⁴⁷⁵ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 96.

victimas”; o jornal *O Estado de Minas* noticiou que “ficam soterrados 34 mineiros”; Paul Ferrand diz que aconteceu “sepultando sob os escombros diversos operários chineses empregados na mina”.⁴⁷⁶ Somente José Pedro Xavier da Veiga, nas *Efemérides mineiras*, o descreveu com maiores detalhes:

Na noite deste dia [10 de novembro de 1886] (...) deu-se repentinamente e com grande fracasso o abatimento geral da mina. Além dos prejuízos, que foram colossais, fez o pavoroso destastre numerosas vítimas, que pereceram após horrível agonia.

No interesse da exploração aurífera haviam feito, no lugar da coluna do mineral, um imenso salão inclinado medindo cerca de duzentos metros de profundidade, com dimensões horizontais de quinze metros aproximadamente. Enormes blocos de pedra desprenderam-se de um pilar de apoio horizontal que havia na rocha, no cimo da escavação; e as muralhas, então insuficientemente firmadas, desmoronaram-se, arrastando e quebrando em sua queda as vigas maciças que serviam de sustentáculo, assim como o material de extração e de esgotamento e tudo quanto havia em caminho! Tao violento foi o abalo que transmitiu-se aos poços, onde o revestimento e as peças metálicas foram em parte demolidos ou deslocados.⁴⁷⁷

Seu impacto foi gigantesco não apenas para a contabilidade da empresa como querem os historiadores. Ele foi irreparável para a história dos familiares e da cidade de Nova Lima. É quase audível e palpável o pranto das vítimas e a miséria das viúvas e órfãos deixados por esta fatalidade.

No romance *Morro Velho* ele é descrito com todas as cores de sua tragédia. Uma enorme pedra da abóbada vinha gemendo há tempos, ofegante “assim como a gente quando tem pneumonia”. O “ruído melancólico quase emudecido” como de um ser vivo atordoava os trabalhadores. Cegos pelo lucro e pela necessidade de economizar, os engenheiros negligenciaram as advertências do Capitão Grande. Os estalidos do madeirame aumentavam a cada dia. Até que “ouveu-se um urro fragoroso da abóbada, um grito estertoroso do madeiramento esfacelado e vencido, um como ululo ensurdecido da rocha vitoriosa repercutindo no abismo”.⁴⁷⁸

É surpreendente a verossimilhança existente entre esta narrativa e o relato de Courcy tocado pelo que vira e ouvira no interior da grande mina de Morro Velho, cinco meses antes deste acidente, como se estivesse prevendo a tragédia que se anunciava:

(...) estalidos sinistros escapam dos gigantescos madeiramentos que parecem ser vencidos e vergados sob o peso formidável dos 600 metros de rochas que têm a

⁴⁷⁶ Respectivamente: 1) *RAPM*. 1901, p. 346; 2) *O Estado de Minas*, 26 de abril de 1887; 3) FERRAND, Paul. Exploitations auríferes de Minas Geraes. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de outubro de 1893. Anno I, n. 1, p. 8, tradução nossa.

⁴⁷⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. Op. cit. 1998, p. 965.

⁴⁷⁸ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 188.

missão de sustentar. Seria possível julgar-se no sombrio domínio de Plutão e aí ver as almas malditas que se agitam e gemem no fundo de sua horrível morada.⁴⁷⁹

Quem teve tempo, escapou. Mas, do outro lado da muralha de pedras:

pelas frinchas da madeira, vinham gritos de desespero, exclamações agoniosas, lástimas doridas, imprecações contra os homens e contra as cousas, em diversas línguas, em vozes parecendo longínquas, mas percebidas cá fora pelos espectadores horrorizados daquele bátrio infernal. Esse estertor de mágoas, vindas do antro de dores, confundia-se com o ranger do madeiramento contorcendo-se incessantemente na agitação do gigantesco menir, removendo-se ainda, procurando conquistar repouso pelo qual lutara durante meses, anos, século, talvez.⁴⁸⁰

Como nem todos foram esmagados, muitos agonizaram durante dias. Seus gemidos “pareciam mais longínquos e mais abafados: devia ser a rarefação do ar, o calor calcinante, o óxido de carbono daquelas lâmpadas extinguindo-se à transformação do oxigênio, a transmutação da vida”. Passaram-se dias, calaram-se os gritos. Mas, “como sinal de vida parecendo muito distante, chegavam pancadas incessantes de malho sobre a abóbada assassina”. Decidiram então abreviar tamanho sofrimento. O broqueiro apelidado de Violão dizia que “ninguém morre na véspera”. Chegara então o dia. Resolveram inundar a mina.

A água descia em avalanche. As pancadas amortecidas na rocha continuavam mais e mais abafadas, depois cessaram lentamente. Era a asfixia, a morte angustiosa dos afogados: uma como compressão na garganta, pancadas dolorosas nos ouvidos e luzes ininterruptas pirilampeando ante os olhos, até que os pulmões cansados de luta se entregaram vencidos.⁴⁸¹

Indignado, Mestre Diniz exclamou: “O crime fora previsto com grande dano para milhares de pessoas e o Império não a responsabiliza [a empresa], não a pune, como se ela fosse um Estado no Estado, como se o seu empreendimento fosse algo de grande interesse público”. O Capitão Grande que, por seu desacordo com os técnicos, salvou algumas vidas, acabou “despedido e eliminado do quadro da S. João del-Rei em consequência de sua indisciplina”.⁴⁸²

O quadro de acidentes fatais ocorridos nesta mesma mina entre 1904 e 1950 elaborado por Marshall Eakin totalizando apenas 49 perdas humanas é irreal e absurdo, pois equivale a, praticamente, 1 morte ao ano.⁴⁸³ Ao contrário deste autor, entendemos que no cômputo final destas fatalidades devem ser considerados também os óbitos ocorridos fora da mina, ou seja, em casa e nos hospitais em decorrência de doenças ocupacionais como a

⁴⁷⁹ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 97.

⁴⁸⁰ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 188.

⁴⁸¹ Id. Ibid. p. 190.

⁴⁸² Id. ibid. p. 193.

⁴⁸³ EAKIN, Marshall. Op. cit. 1989, p. 126.

silicose e as infecto-contagiosas. Somente assim teremos um quadro mais fiel destes sinistros legado pelos ingleses.

Em 1890, Gifford registra, pela primeira vez, os trabalhos desenvolvidos relativos à segurança das galerias na *The Ouro Preto Gold Mines* que, resumidamente, restringiram-se à construção de pilares de alvenaria, devido à pouca utilidade da madeira para esse fim. Na seção N.E., o teto era muito mais firme. Mas, no nível 235, onde abriram uma grande galeria, exigiu a construção de um grande pilar de alvenaria.⁴⁸⁴ Em 1891, ele dedica outro trecho de seu relatório à *Security of the Mine*. Vale citá-lo na íntegra:

Though extensive excavations have been made in various places, the roof at no point has given any trouble, as a good deal of the attle broken has been utilised to build masonry pillars. Advantage has been taken of the sterile matter from bottom of fill up many of the old workings, and we have been enabled in this way to remove several pillars of lode without danger.⁴⁸⁵

O tema da segurança volta à tona somente no relatório de 1894, quando é relatado que não ocorreu nenhum desmoronamento de alguma importância. Entretanto, esta preocupação impele a administração de elaborar novo sistema de segurança para contenção do teto da mina, que consistia na construção de níveis de alvenaria e arqueamentos abertos através das escavações para, em seguida, atirar de volta toda a rocha estéril. Este plano de segurança do teto se tornou muito popular entre os contratistas, pois o quartzito era particularmente adequado a este trabalho e poupava-se os custos com a madeira.⁴⁸⁶

O relatório da Superintendência parece sugerir aparente segurança no local de trabalho no transcorrer do ano financeiro em foco (junho de 1893 a junho de 1894). Contudo, contrapondo-o aos registros de óbito de Passagem de Mariana sua veracidade não é ratificada, pois o mineiro alemão Joseph Gudsman de 29 anos e solteiro faleceu justamente no dia 08 de dezembro de 1893 à 1h30 da manhã de “comoção cerebral complicada de contusões profundas e ferimentos vastos”.⁴⁸⁷

O relatório de 1897 volta ao tema da segurança. Nele, assim como nos outros, nunca se fala em acidentes envolvendo os trabalhadores e administradores. Sua impessoalidade e frieza referem-se apenas “security of the mine” e “presents workings”. Jamais se falou em “segurança dos trabalhadores”. Fica explícito que remetente e

⁴⁸⁴ AR. 30 de junho de 1890, p. 27.

⁴⁸⁵ Embora tenham sido feitas muitas escavações em vários lugares, o teto não tem apresentado problemas e grande parte do rejeito quebrado, tem sido usado para construir pilares de alvenaria. Muitas vantagens se tem conseguido como para encher muitas das antigas explorações, e temos sido capazes, desta forma, de eliminar vários pilares do filão sem perigo. In: AR. Agosto de 1891, p. 33.

⁴⁸⁶ AR. Agosto de 1894, p. 34.

⁴⁸⁷ ACRCPM. Livro de Óbitos n.1, f. 22.

destinatários não se preocupavam com a segurança dos homens, mas com o bom andamento dos trabalhos.

No entanto, antigos trabalhos sob a 215 S.W. onde as escavações nos anos anteriores não foram preenchidas, alguns dos pilares de filão foram esmagados e vários desmoronamentos ocorreram. Isto não afetou a segurança geral da mina, nem interferiu no funcionamento, exceto na medida em que as fissuras no telhado têm permitido o vazamento de água a penetrar na mina, causando consideráveis problemas no bombeamento.⁴⁸⁸

A lacuna existente no Livro de Óbitos do Cartório de Passagem (não existem os registros situados entre 24 de Janeiro de 1895 e julho de 1897) impediu que fossem colocados face a face o relatório de Gifford e estes importantes registros para o ano financeiro de junho de 1896 a junho de 1897.

1904 foi um ano de grandes modificações no que tange às condições sanitárias e de salubridade na mina. Pela primeira vez a administração buscou solucionar os problemas de suprimento de água potável e reduzir a incidência da silicose nos mineiros que operavam as perfuratrizes. Levou água fresca de mina em torneiras até os trabalhos situados a 315 sudoeste para evitar o uso de água impura (carregada com arsênico). Trabalho que, segundo Gifford, já vinha sendo realizado gradualmente nos últimos dois anos.

Esta atitude provavelmente foi tomada para reduzir os casos de afastamento do trabalho que prejudicavam o bom andamento dos serviços, elevavam os custos com o hospital e, conseqüentemente, depreciavam o lucro. Observe à frente que na **Tabela 25 - General Expenditures** em 1904 os gastos com o hospital atingem 1.035,7,6 libras.

Outra importante inovação introduzida neste ano foi a condução de pequeno jato de água por meio de uma mangueira, dirigido aos buracos para prevenir a elevação de poeira causadora da silicose. Por tudo isso, Gifford acreditava que “the atmosphere in these ends is now totally different, and there is no doubt the conditions are vastly improved for the men working”.⁴⁸⁹ Como as perfuratrizes foram introduzidas em 1896, isso totaliza 8 anos de completa exposição dos trabalhadores à sílica livre no subterrâneo.

Quanto à segurança nas galerias, Gifford informa aos acionistas que também providenciara algumas mudanças significativas. Face ao enfraquecimento e o esmagamento dos pilares de sustentação dos poços 1 e 2 pelo peso do teto, serviu-se de armações feitas em

⁴⁸⁸ AR. Setembro de 1897, p. 28

⁴⁸⁹ “A atmosfera nestes fins é agora totalmente diferente, e não há nenhuma dúvida que as condições foram imensamente melhoradas para os homens trabalhar”. In: AR. Agosto de 1904, p. 32.

vigas de aço e algum preenchimento com pedra quartzítica plana e concreto, cessando todo o movimento de ruína.

A frequência dos acidentes como explosões descontroladas, quedas, queimaduras e lesões nas minas inglesas, é muito maior que se pensa e não se encontram nos relatos dos viajantes e superintendentes por diferentes razões. Primeiro, porque aquilo que acontece com trabalhadores comuns, sejam escravos ou livres, de uma maneira geral, não era digno de nota; segundo, porque era corriqueiro; terceiro, porque o foco de observação era outro: a riqueza e a técnica; quarto, porque isto, quando ocorre, deve ser escondido; e, por último, entre os séculos XVIII e XX a noção de direito e proteção do trabalhador era muito vaga ou nula.

A tecnologia introduzida nos séculos XIX e XX, como o maquinismo movido a água e ar, a eletricidade e a dinamite, por intensificarem o trabalho, demandou maior contingente de mão-de-obra, longas jornadas e, conseqüentemente, elevou ao mesmo tempo a produtividade e o número de acidentes. O alto risco do trabalho do mineiro continuou arrebatando diversas vidas, deixando viúvas e órfãos.

Os ex-mineiros de Passagem revelaram que o maior número de acidentes era provocado por “fogo falhado” e “choco”. O primeiro ocorria quando o operador da perfuratriz perfurava o buraco que já continha dinamite ocorrendo a explosão. Vale citar, *horribile dictu*, o infortúnio do mineiro austríaco casado, Jacob Atercoli, que faleceu aos 40 anos vitimado por “explosão de dinamite” às 21 horas do dia 16 de junho de 1903.⁴⁹⁰ Declararam ainda que, mesmo diante de um acidente fatal, não havia interrupção do serviço e que “as macas já ficavam na boca da mina” à espera do próximo acidentado. Embora estes relatos se refiram a um período posterior ao abarcado por esta pesquisa, é certo que esta situação calamitosa tem suas raízes fincadas em outros tempos.

Diversos pequenos acidentes são causados pelas condições estruturais do local de trabalho, como por exemplo, a iluminação. A luz elétrica foi introduzida na Mina da Passagem apenas em 1894, mas não em toda a extensão das galerias. Especialistas em ambiente de trabalho estimam que

80 pour cent des informations nécessaires à l'exécution d'un travail passent par l'oeil. Il est donc indispensable que le matériel, le produit et les informations concernant le travail soient parfaitement visibles si l'on veut accélérer la production, diminuer le nombre de pièces défectueuses e prévenir fatigue des yeux e maux de tête. Ajoutons qu'une visibilité insuffisante de même que l'éblouissement sont des causes fréquentes d'accident.⁴⁹¹

⁴⁹⁰ ACRCPM. Livro de Óbitos nº 2, f. 69.

⁴⁹¹ 80 por cento das informações necessárias à execução de um trabalho passam pelo olho. Portanto, é indispensável que o material, o produto e as informações referentes ao trabalho sejam perfeitamente visíveis se queremos acelerar a produção, diminuir o número de peças defeituosas e prevenir a fadiga dos olhos e dores de

Antes da luz elétrica, na profunda escuridão da mina, levemente amenizada pelas tochas, velas e, depois pelo gasômetro, como perceber com rigorosa precisão que as placas rochosas do teto estavam na iminência de se desprenderem?

Desastres de grandes proporções são mais anti-econômicos que acidentes ocasionais de indivíduos ou de pequenos grupos. Um senhor de escravos zelava pela integridade física de seu “plantel”, porque se tratava antes de tudo de capital investido e não por motivos humanitários. Da mesma forma, os ingleses zelavam minimamente pela segurança de seus operários para não prejudicar o bom andamento do trabalho; sua preocupação maior e primeira era evitar o desmoronamento ou inundação, o que podia interromper os trabalhos durante longo tempo, comprometendo os investimentos e os lucros, como ocorreu em Morro Velho - daí a necessidade de se fazer escoramento, drenagem, ventilação e outras medidas.

Entretanto, para a história social, coeficientes numéricos “frios” são pouco significativos quando se perscruta as circunstâncias destes acidentes e seus desdobramentos para os mineiros que escaparam feridos ou ilesos e para a família das vítimas.

É correto que os ingleses recorreram a estímulos para os cativos por produtividade ou bom comportamento: prêmios em dinheiro, roças para plantio, maior liberdade de ir e vir e, inclusive, manumissões. Entretanto, não se pode esquecer que castigo e coerção faziam parte do mundo do trabalho na mineração. Fatores que, evidentemente, contribuíam para alterar as condições físico-emocionais dos escravos.

Não se pode negar que havia certa preocupação com a segurança no local de trabalho, como o demonstram a legislação, os escoramentos primitivos e os ganchos dos vagonetes. Fábio Carlos da Silva descobriu o conjunto de regras estipuladas para os trabalhadores da *Sociedade de Cocaís* fundada em 1833. Em caso de acidentes, estabeleceu-se que “logo que se ouvissem gritos dentro, ou fora da mina, todos aqueles que se achassem a salvo e em segurança, eram obrigados a prestar socorros”. A omissão era punida com multas, no caso dos homens livres e açoites nos escravos. Aqueles que se mostrassem “rápidos e se distinguissem em valor e humanidades” eram recompensados.⁴⁹² Lamentavelmente, o autor não disse quais eram estas recompensas.

Quanto à proteção do corpo (vias respiratórias, pele, mãos, pés, olhos e cabeça) até o século XX não havia nenhum equipamento (**Figura 26**). Além do mais, os mineiros em

cabeça. Completamos que uma visibilidade insuficiente ou mesmo o ofuscamento são causas frequentes de acidentes. In: KANAWATY, G. (Org.). *Introduction à l'étude du travail*. Genève: Bureau International du Travail, 1996, p. 39.

⁴⁹² SILVA, Fábio Carlos da. Op. cit. 1997, p. 59.

geral, conforme demonstrou o médico Josaphat Macedo, acreditavam que a poeira era a causadora da tuberculose e não da silicose.

Fig. 26 – Operador de perfuratriz, Mina da Passagem, séc. XX. Observe a falta de equipamentos de segurança (luvas, máscara, botas, óculos, etc.). Fonte: MACEDO, 1939, p. 13.

Ao traçar breve levantamento da história dos direitos trabalhistas relacionados à segurança do trabalhador, verificamos que durante o Império o **Código Comercial de 1850** toca nos temas de acidentes de trabalho. No alvorecer da República, o **Decreto n. 1313 de 17 de janeiro de 1891** proibiu o trabalho de crianças com menos de 12 anos nas indústrias, salvo a têxtil, onde o limite era de 8 anos. Um ano depois, o Senado Mineiro submeteu à discussão a **Lei n. 31 de 28 de maio de 1892**. Seu parágrafo primeiro estabelece que: “o proprietário ou o explorador será obrigado a suspender os trabalhos quando houver perigo mais ou menos iminente para a vida dos operários ou dos moradores circumvizinhos”. O segundo parágrafo dizia que cabia ao engenheiro de minas enviar relatórios ao governo que providenciaria sobre o encerramento dos trabalhos. Dentre outras obrigações dos exploradores e direitos dos trabalhadores, constava: a) o registro do avanço cotidiano das galerias para a necessária verificação de sua segurança; b) o reconhecimento das causas e circunstâncias dos acidentes pelo engenheiro de minas; c) a manutenção de um médico e meios de salvação às expensas da empresa; d) as famílias dos operários podiam pedir indenização quando estes fossem vítimas

de acidentes “devidos à culpa e negligência”; e) era proibida a admissão de mulheres e meninos abaixo de 14 anos.

Na segunda discussão feita em plenário no dia 11 de julho de 1893, surge o substitutivo no qual constam as cláusulas de policiamento nos trabalhos de exploração, a cargo do governo por meio de seus engenheiros. As penas previstas aos concessionários das minas que se recusassem à execução dos trabalhos de escoamento das águas, ventilação e segurança dos operários consistiam em caducidade das concessões ou desapropriação.⁴⁹³ Em 1904 o Deputado Federal Medeiro de Albuquerque apresentou um projeto regulamentador dos acidentes de trabalho.

Na verdade, nada disso saltou dos anais parlamentares para a realidade, pois na primeira década do século XX sequer havia leis que subordinassem as indústrias minerais ao poder público, inexistindo inclusive a ação fiscalizadora. O Secretário de agricultura em 1916 reconhece que inexistiam, até então, regulamentos sobre as condições de trabalho que definissem as recíprocas obrigações entre o patrão e o operário. Além disso,

Muitas vezes as instalações não satisfazem as condições técnicas necessárias, e o trabalhador está exposto a acidentes lamentáveis para que precipitadamente são considerados desastres, sem conseqüências para os responsáveis. Acontece às vezes no interior das minas as condições de hygiene serem taes que os operários ficam em pouco tempo inutilizados, ou morrem cêdo, victimas principalmente da tuberculose, deixando uma geração fraca e que se cria na maior miséria.⁴⁹⁴

No campo institucional, o Departamento Nacional do Trabalho foi criado em 1918. Este órgão era responsável pela legislação do trabalho, mas permaneceu ineficaz. A preocupação com a proteção do trabalhador somente assume *corpus* jurídico em 19 de janeiro de 1919, com a aprovação do **Decreto Legislativo n. 3724**.⁴⁹⁵ Este instrumento enfatiza tanto a assistência médica quanto a indenização, pois instituiu o seguro obrigatório. A este seguiu o **Decreto federal n. 13.498** de 12 de março de 1919 e a **Lei estadual n. 752** de 26 de setembro do mesmo ano sobre acidentes de trabalho. A primeira Lei Ordinária que prescreve a

⁴⁹³ RIMG. 1893. Anno I. n. 1, p. 11-13; n.2, p. 37-40; n.3, p. 65-67.

⁴⁹⁴ *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Presidente do Estado de Minas, pelo Dr. Raul Soares de Moura, Secretário de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Públicas no anno de 1916*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1916, p. 273.

⁴⁹⁵ Armando C. Costa e Maria Vitória Breda informam que somente a partir da Lei 6.514 de 1977 e da Portaria n.3.214/78, “que baixou Normas Regulamentadoras a respeito, que o Estado Passou a intervir mais eficazmente junto às empresas, a fim de que a PREVENÇÃO DE ACIDENTES se fizesse de forma mais objetiva com vistas a diminuir os acidentes de trabalho”. Confira estes e outros marcos legislativos em MORAES FILHO, Evaristo. A regulamentação das relações de trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. III, n. 2, julho de 1963, p. 3-10. Consulte também: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1989, p.10) e ainda: COSTA, Armando Casimiro e BREDa, Maria Vitória. *Legislação de segurança e medicina do trabalho*. São Paulo: Editora LTR, 1992. 2ª ed., p. 5.

Segurança do Trabalho e o atendimento ao acidentado, com vista à indenização e à reabilitação, foi promulgada somente na década de quarenta do século XX. Em 11 de novembro de 1944 ocorre a criação da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho.

Na *St. John d'el Rey Mining Company* o uso de equipamento de segurança do trabalho só se tornou obrigatório ao longo dos anos quarenta do século XX. Esta obrigatoriedade surgiu devido à legislação trabalhista que prescrevia a segurança do trabalho e o atendimento ao acidentado.

Os empreendimentos ingleses do século XIX, por seu gigantismo, comparado com outros setores, quanto ao montante de capital investido e número de trabalhadores empregados, devem ser visto como um capítulo à parte neste quadro desolador da história do trabalho na mineração em Minas Gerais. Quanto a isso, Marshall Eakin é conclusivo: “The revolution in mining technology was a mixed blessing and did not produce a clear-cut advance in safety for miners at Morro Velho”.⁴⁹⁶ Sem dúvida alguma tal afirmativa pode ser aplicada à Mina de Passagem.

Para a história social do trabalho, a análise do avanço das forças produtivas introduzido na mineração de Minas Gerais pelos ingleses só faz sentido em sua estreita relação com as mudanças verificadas nas condições do trabalho e destas com as condições de vida e os índices de mortalidade dos trabalhadores. É ali, no seu local de trabalho que o mineiro fazia, cotidianamente, a experiência de sua finitude e de seus colegas. Quem trabalha cercado pelo perigo, pensa, vê e sente a morte rondando a cada instante. Neste sentido, Marie José Devillard argumenta que “la permanencia del peligro revierte el lugar de trabajo con una aureola de indeterminación”.⁴⁹⁷

Engels (1985) atribui a responsabilidade por todas as doenças, mortes trágicas e miséria social à ganância e egoísmo dos proprietários das minas. Para ele, todos esses fatos devem ser inscritos “no passivo da burguesia”. A resposta que esclarece um dos motivos da frequência de tantos acidentes pode ser encontrada nas palavras de Launay sobre a mineração no Transvaal, válida também para a Mina da Passagem: “O caráter geral da exploração é a preocupação dominante de andar depressa e de remunerar no menor prazo possível o capital

⁴⁹⁶ “A revolução na tecnologia de mineração foi um misto de benefícios que, no entanto, não produziu um claro avanço na segurança dos mineiros de Morro Velho”. In: EAKIN, Marshall. Op. cit. 1989, p. 126.

⁴⁹⁷ DEVILLARD, Marie José. Crisis, realidades y representaciones del espacio minero langreano em vísperas del siglo XXI. In: GARCÍA, José Luis García et al. *Los últimos mineros: un estudio antropológico sobre la minería en España*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 24

empregado.”⁴⁹⁸ Em outras palavras, é o que Engels denominou de egoísmo da burguesia ao negligenciar a adoção das mais simplórias medidas de segurança em nome do lucro rápido.

Este tipo de veredicto só poderia partir da pena de um comunista como Engels ou qualquer outro indivíduo, com o mínimo de bom senso, ao observar as condições de trabalho nas minas também chegaria a esta mesma conclusão? Exemplifiquemos então com a insuspeita opinião de Paul Ferrand sobre o acidente ocorrido na *Brazilian Company Limited* no ano 1844 que deixou 30 trabalhadores sob seus escombros.⁴⁹⁹ Nesta mina, diz ele, as escavações eram deixadas “sem preenchimento e com madeirame restrito aos pontos perigosos”. Por isso, num certo momento, uma das paredes desabou. Essa queda “foi devida a duas causas: a economia nos trabalhos e um mau método de exploração”.⁵⁰⁰ Economia nos trabalhos nada mais é que eufemismo para a negligência ditada pela ganância.

Felizmente, para os ingleses, Licurgo viveu no século III a.C. pois, quando o ganancioso Diphilus pretendeu se enriquecer e retirou os pilares de sustentação das velhas galerias das minas de Esparta, foi condenado à morte por este legislador e seus bens foram distribuídos entre os cidadãos.

A **Tabela 24** sintetiza os casos de acidentes de trabalho inquestionavelmente ocorridos na Mina da Passagem. Alguns registros frisam inclusive que o acidente ocorreu: “na mina da Companhia The Ouro Preto n'este districto” ou “falleceu neste districto da Passagem em a galeria numero oitocentos e vinte da mina da The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited”.⁵⁰¹ Todos os departamentos da mina tinham sua carga de insalubridade e perigo. Muitos dos que não morreram no local de trabalho, sucumbiram em sua própria casa ou no hospital da Companhia. Mas, os registros de óbito indicam que morrer junto aos seus foi o mais frequente.

É evidente que ao longo do período de 1891 a 1927 (36 anos) não ocorreram apenas estes 59 casos. A ausência e a imprecisão da terminologia usada para definir a *causa mortis*, a ilegibilidade e a falta da profissão da vítima impediram a detecção precisa de outros acidentes no local de trabalho. Foram excluídos deste levantamento os casos de acidentes envolvendo operários, mas que pela generalidade do registro, podem ter acontecido em qualquer outro lugar. Mas, coerentes ao nosso raciocínio, incluímos casos de morte “natural” como a que sucedeu com o operário Francisco Antonio dos Santos que “a uma hora (...)”

⁴⁹⁸ RIMG. 30 de março de 1897, Anno IV, n. 22, p. 284.

⁴⁹⁹ A RIMG. 1893. Anno I, n.3, p. 67 registra outro acidente ocorrido antes de 1830 que “enterrou grande numero de mineiros”. Afirmo que no acidente de 1844 “trabalhavam mais de cem mineiros”.

⁵⁰⁰ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 185.

⁵⁰¹ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 2, f. 86v e Livro 3, fls. 56v e 57.

achava-se ainda trabalhando no interior da mina da Companhia inglesa neste lugar e nessa hora declarou achar-se passando mal e retirou-se p.a seu quarto” no barracão dos solteiros onde residia e faleceu uma hora depois.⁵⁰²

Tabela 24 - Acidentes de Trabalho na *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1891-1927)

Acidentes	No.
Fratura/esmagamento do crânio	13
Hemorragia/congestão cerebral	20
Choco	1
“Shock traumático”	12
Acidente/desastre	3
Explosão de dinamite	1
Esmagamento por pedras	1
Natural	1
Outros (asfixia, ferimento do abdômen, etc.)	7
Total	59

Fonte: ACRCPM. Livros de Óbitos 1 a 4.

A divisão das mortes por nacionalidades acompanha, naturalmente, a proporção que cada um dos países ocupava no conjunto da força de trabalho. Não causa estranheza que as principais vítimas tenham sido brasileiros (32), italianos (9), espanhóis (4), portugueses (2), austríacos (2), ingleses (2) e nc (8). A faixa etária percorre dos 11 aos 65 anos; havendo relativo equilíbrio entre casados e solteiros.

Os registros dos acidentes são incompletos, imprecisos e genéricos na maioria dos casos. Por exemplo: as hemorragias e fraturas do crânio podem ter sido causadas por diversos fatores, como o “chôco”, o esmagamento por pedras, os acidentes e os “shocks traumáticos”; o esmagamento por pedras e a explosão de dinamite são formas diferentes de desastres.

O que importa destacar, além do interesse de ocultamento dos fatos feitos pelos médicos das companhias responsáveis pelos registros, é a natureza terrífica de todos estes acidentes que faziam o cotidiano do trabalho na mina ser marcado por episódios chocantes onde os sobreviventes presenciavam a dilaceração dos corpos dos amigos e parentes. Cenas que ficavam marcadas para sempre em suas memórias. O recolhimento dos restos mortais, segundo relatos dos ex-mineiros, cabia também ao “papai-bunda” - o mesmo que retirava as fezes do local de trabalho.

É preciso acrescentar que havia acidentes não fatais. Alguns mineiros ficavam apenas lesionados, enquanto outros saíam mutilados e definitivamente incapacitados para o trabalho ao perderem seus membros ou partes deles.

⁵⁰² ACRCPM. Livro de Óbitos n. 4, fls. 114v e 115.

Estas fatalidades acrescentavam fortes ingredientes à atmosfera infernal do trabalho no mundo subterrâneo: os gritos de desespero, choro, medo e apavoramento. Acontecimentos que reforçavam no “imaginário” de africanos, brasileiros e europeus sua sincera crença na mina como “comedora de homens”, povoada por entidades que exigiam sua dieta diária de carne humana para permitir que lhe arrancassem suas artérias douradas. No mundo do trabalho, a ficção imitou a vida e as lendas das entidades que exigiam holocaustos para ceder o ouro de suas entranhas se confirmaram também em Passagem de Mariana onde a morte apagou a lanterna da vida de centenas de mineiros. Sua boca insaciável e os dentes das máquinas pediam, cada vez mais, a carne de negros, brancos e mestiços.

A face mais perversa de qualquer forma de exploração econômica é quando ela atinge a eliminação física dos trabalhadores no seio do processo produtivo. Aí a alienação alcança seu máximo grau, privando-o não somente da vontade e da riqueza produzida, mas da própria vida.

Não foi possível identificar qualquer documento (carta, poesia, panfleto de protesto) em que um mineiro ou seus familiares expressassem com clareza e riqueza de detalhes seus sentimentos de medo ou insegurança inerentes às suas condições de trabalho sempre ladeada pela morte, sequelas e doenças. Isto só foi possível de ser captado através de uma conversa com o octogenário ex-operador de perfuratriz que relata histórias ouvidas “desde o tempo dos ingleses”. Percebe-se claramente que o medo era seu companheiro diuturno. Disse-nos que, ao escapar de um “choco” que caiu entre ele e um amigo, eles “se abraçaram e choraram” pela alegria de ainda estarem vivos.

Mas, é preciso lembrar que neste tipo de ambiente e considerando-se o contexto histórico do período marcado pela morte rotineira é provável que muitos trabalhadores tivessem uma postura de indiferença diante das sucessivas fatalidades. Este tipo de comportamento de banalização da morte é comum em profissões de alto risco, embora não signifique que era aceitável e tranquila. Por outro lado, relatos de heroicidade e bravura não chegaram às nossas mãos, mesmo nesse mundo onde “a masculinidade, enquanto ideologia sexista é significativa”.⁵⁰³

Em resumo, desde os primórdios da mineração em Minas Gerais até o período final abarcado por esta pesquisa, houve pouca ou nenhuma regulamentação e/ou fiscalização quanto à segurança dos trabalhadores. As poucas regras que vieram à luz permaneceram letra

⁵⁰³ ECKERT, Cornélia. Op. cit. 1985, p. 72.

morta. Toda esta trajetória de negligência foi sintetizada no depoimento de um mineiro da mina de Morro Velho no século XX:

Lá tem o choco que esmigalha; a queda num poço que esquarteja; o atropelamento pelas locomotivas elétricas que mutilam e esfrangalham; o fogo falhado que estilhaça; o fio elétrico que carboniza; as portas de ventilação que amassam; os elevadores que decaptam; o gás grizu que asfixia e a pneumonia fatal.⁵⁰⁴

Fica patente que desde o advento da extração aluvional no final do século XVII, passando pela exploração das encostas e minas no setecentos, chegando ao século XIX e XX com a revolução tecnológica inglesa e o consequente aumento da demanda por mão-de-obra, as condições de trabalho na mineração tornaram-se cada vez mais duras e letais.

A história dos acidentes marca a história de vida dos mineiros e das localidades mineiras como um todo. Mortes, doenças e mutilações foram as principais heranças que as minas inglesas deixaram para seus trabalhadores livres e escravos. Isto fica claro através de um pequeno trecho da obra de Richard Burton. Quando ele e Mr. Gordon visitaram a falida mina de Gongo Soco em 1867 somente encontraram entre os “remanescentes das senzalas, pretos cegos e aleijados [que] saíram para receber moedinhas de Mr. Gordon ao passarmos”.⁵⁰⁵

Portanto, é preciso abandonar de uma vez por todas a visão otimista da história da mineração, ou seja aquela que apenas vê os “benefícios” legados. Esta tendência é muito bem representada pelo brazilianista Marshall Eakin, por David Landes e, no que tange à mineração na América espanhola, por Carlos Prieto e Peter Bakewel. A linha de pensamento desta vertente pode ser sintetizada com as palavras deste último: “tampouco se deve esquecer que muitas destas vilas conservaram notáveis exemplos da arte e da arquitetura coloniais. As grandes igrejas dos centros de mineração (...) são igualmente sinais da riqueza mineral colonial e monumentos aos mineiros bem-sucedidos”.⁵⁰⁶

E. P. Thompson é crítico contumaz desta postura que “ignora os sofrimentos de uma geração em benefício do futuro. Para os que sofreram, esse consolo retrospectivo causaria indiferença”.⁵⁰⁷ Para nós também.

⁵⁰⁴ Apud GROSSI, Yonne de Souza. Op. cit. 1981, p. 66.

⁵⁰⁵ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 254.

⁵⁰⁶ BEKEWELL, Peter. Op. cit. 1999, vol. II, p. 149.

⁵⁰⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit. 1987, vol. 2, p. 176.

2 Doenças ocupacionais e epidêmicas

O trabalho no mundo subterrâneo em todos os tempos e lugares sempre expôs os mineiros a inúmeras enfermidades. Doenças ocupacionais ficavam sempre à espreita para atacar os corpos debilitados: tuberculose, silicose, pneumonia, bronquite, males cardíacos, asma, bronquite, gastroenterite, dentre outras.

Friedrich Engels dedicou um capítulo de sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* ao ‘Proletariado das Minas’. Baseado nos relatórios do Dr. Barham e do comissário Mitchell traçou amplo quadro das enfermidades que atacavam os mineiros de carvão da Cornualha e de chumbo em Northumberland e Durhan: perturbações das funções do coração (hipertrofia cardíaca, inflamação do pericárdio, espasmos dos orifícios auriculoventriculares), alterações no aparelho digestivo, desenvolvimento corpóreo insuficiente - sobretudo para aqueles que começaram a trabalhar muito cedo, envelhecimento prematuro, inflamações agudas nas vias respiratórias como asma aos 20 e 30 anos de idade (causadas pela fadiga, pelo ambiente pobre em oxigênio, saturado de poeira e pela fumaça e gases levantados pela pólvora e pela passagem do ambiente quente do subsolo para a superfície mais fria), a *black spittle* (expectoração negra), tuberculose, hérnias (devido aos esforços musculares excessivos), reumatismos (provocado pela frequente umidade), inflamação das articulações e doenças dermatológicas. Daí, concluir que havia “uma baixa muito nítida na média de vida dessas pessoas”. E também da qualidade de vida enquanto o óbito não se consuma, frise-mos.

A taxa de mortalidade por doenças das vias respiratórias (tuberculose e asma) nos distritos mineiros, variava entre 48% e 50% nos registros em que constavam a *causa mortis*. A inaptidão para o trabalho começava, geralmente, entre “os 34 e 45 anos” para os da Cornualha e “40 e os 50 anos” para os outros. Engels atribuiu esta pequena diferença de longevidade ao fato de que os mineiros de carvão começavam a descer nas galerias aos 12 anos e os de chumbo somente aos 19. Isto significava uma redução de 10 anos de vida se comparada à média de longevidade dos trabalhadores suecos (57 anos). Completa que “é extremamente raro que um mineiro possa continuar a trabalhar além dos 45 anos ou dos 50 anos (...) e um sexagenário entre eles é uma verdadeira raridade”. A menor vida útil, entretanto, cabia aos carregadores de carvão que “envelhecem aos 28 ou 30 anos”. Por isso, nas regiões carboníferas havia o ditado que “os carregadores já são velhos antes terem sido novos”. A incapacidade precoce dos pais jogava sobre as costas de filhos ainda muito novos

a responsabilidade de seu sustento e de toda a família.⁵⁰⁸ Um mineiro inglês podia facilmente ser reconhecido entre uma centena de outras pessoas somente pelo corpo, devido às diversas deformações causadas pela rotina do trabalho.

Era comum em todas as regiões mineiras da Inglaterra o prejuízo ao pleno desenvolvimento corpóreo dos mineiros. Estes, em geral, eram “de pequena estatura e, desde a idade dos 30 anos, sofrem quase todos de afecções pulmonares que acabam por degenerar em tuberculose” muito embora, tivessem braços, pernas, ombros e tórax musculosos. Como se não bastasse as subumanas condições do local de trabalho, os dormitórios davam sua valiosa contribuição para agravar este quadro, devido à sua superlotação e repugnante sujeira. As mortes causadas por afecções pulmonares atingiam as cifras de 48 a 56% e a idade média ficava entre 45 a 49 anos. Isto representava uma redução de dez anos, se comparado às taxas de mortalidade dos trabalhadores suecos que, por sua vez, era inferior à normal.⁵⁰⁹

Esta situação toma as páginas da literatura na célebre obra de Émile Zola. Etienne, o protagonista de *Germinal*, em discurso durante a greve cita as doenças dos mineiros que conhecia: “anemia, escrofulose, bronquite negra, asma sufocante, reumatismo que paralisa”.⁵¹⁰ Veremos a seguir as principais enfermidades que atingiram os mineiros da Mina da Passagem.

2.1 A tuberculose

“*Pallidus fossor redit*” – Domiciano⁵¹¹

Na primeira metade do século XVIII, encontramos Luís Gomes Ferreira no pleno exercício de seu ofício de cirurgião em Minas Gerais tratando de diversas enfermidades pulmonares que acometiam aos negros e brancos mineiros. As doenças por ele enumeradas: pleurises, estupores, parezias e peripneumonias e tísica referem-se a problemas no aparelho respiratório e estão diretamente relacionadas com a exposição contínua de corpos mal nutridos às gélidas águas dos ribeiros auríferos, bem como ao uso prolongado de roupas molhadas de água e suor. Estas e outras moléstias acompanharão todos os trabalhadores das minas no decorrer dos séculos.

⁵⁰⁸ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, passim.

⁵⁰⁹ Id. Ibid. p. 174.

⁵¹⁰ ZOLA, Émile. Op. cit. 1981, p. 16.

⁵¹¹ Pálido, o mineiro retorna.

O Conde de Suzannet visitou a mina de Morro Velho em 1845. Como era típico no século XIX preocupou-se com a qualidade do ar da mina e do vale. Notou então que “as bruscas mudanças de temperatura comprometem a saúde de todos os que lá trabalham, sejam negros ou brancos.” O médico da companhia disse-lhe ter encontrado “uma diferença de 18 graus na temperatura entre a hora que o sol se levante e o poente”. Para ele, “os miasmas provenientes da mina contribuem, sem dúvida, para corromper o ar deste vale”.⁵¹²

Dentre as diversas doenças das vias respiratórias, a mais frequente e avassaladora entre os mineiros e seus familiares foi a tuberculose. A tísica tornou-se conhecida entre os mineiros como a “doença da mina”. Em conferência realizada pelo dr. Plácido Barbosa a 14 de dezembro de 1915 na Biblioteca Nacional, fica claro por que ela adquirira este epíteto depreciativo e a razão de sua alta proliferação no ambiente subterrâneo. A tuberculose é, por excelência, uma doença de marcha crônica; seu bacilo se aproveita de organismos debilitados e se dissemina com maior facilidade em ambientes de oxigenação viciada, sujos e mal iluminados. O principal agente transmissor é o próprio homem tuberculoso através de seu escarro sanguinolento do último estágio.⁵¹³

Como evitar esta oportunidade infectante se para ela os homens deviam se dirigir para ganhar o pão de cada dia? As minas agrupam todos os elementos desta perversa equação: bacilos abundantes, corpos com baixa proteção imunológica e ambiente insalubre. Abandonando este mórbido ambiente ao fim da jornada, dirigiam-se para outros não menos favoráveis à sua proliferação: o Bom-Será e as outras modestas casas, pensões e cafuas em que jogavam seus extenuados corpos, assim como faziam os mineiros da Voreaux depois de terem parado na primeira estação dos amantes das bebidas espirituosas.

A tuberculose é uma doença social. É possível imaginar vagando em Passagem de Mariana inúmeros corpos aparentando o que os médicos denominaram *habitus phthisicus*: “o peito estreito, os ombros cahidos, a face pálida, os músculos atrofiados” a escarrar salivas avermelhadas de sangue pelas galerias da mina, ruas, quartos e quintais. É quase audível sua tosse noite a dentro expectorando os “7.200 milhões bacillos” diários.⁵¹⁴ Pálidos pela tuberculose e mais ainda pelo trabalho à sombra, carregando em seus bolsos um dos responsáveis pela proliferação do mal: o lenço de pano. O epíteto dado pelos romanos antigos aos mineiros aplica-se-lhes perfeitamente: *Pallidu*. T. A. Rickard atribui também esta palidez peculiar dos mineiros aos efeitos da Oncilostomose, doença muito comum entre os mineiros

⁵¹² SUZANNET, Conde de. Op. cit. 1954, p. 115.

⁵¹³ BARBOSA, Plácido. O problema da tuberculose no Rio de Janeiro. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. 1923. Vol. XL (1918), passim.

⁵¹⁴ Id. Ibid. p. 302.

da Itália, Espanha e Bálcãs, sobretudo naqueles que trabalhavam descalços nestes endereços malsões.⁵¹⁵

Baseado no relatório do dr. Barham, Engels diz que muitos mineiros “morrem jovens de tuberculose galopante e a maior parte na meia-idade, devido à tuberculose lenta”.⁵¹⁶

O primeiro caso de mineiro que teve a tuberculose como causa explícita de seu óbito em Passagem de Mariana foi José Zacharias, brasileiro de 22 anos aos 04 de março de 1898.⁵¹⁷ Após ele verifica-se uma vertiginosa sequência de vítimas deste implacável mal. Mas, antes dele, no dia 04 de novembro de 1891, a tuberculose mesentérica colheu a vida de Luiz em sua mais tenra infância, aos 20 meses. Luiz era filho do Thomazinho Rocco, um mineiro austríaco casado de 30 anos.⁵¹⁸ O atestado de ambos foi lavrado pelo médico da companhia, o Dr. João Baptista Ferreira Velloso. É evidente que ele fora contaminado pelo próprio pai ou algum outro membro da família.

Vimos que somente em 1904 foram introduzidas modificações tendo em vista a melhoria das condições atmosféricas na mina, ou seja, 41 anos depois de sua aquisição pelos ingleses. Para se ter uma exata noção da importância da ventilação numa mina, cumpre lembrar que o ar viciado nas minas de carvão inglesas causava a temida *Black Spittle*.

Em todo o Brasil as estatísticas em relação à tuberculose eram falhas, pois de acordo com o próprio dr. Plácido Barbosa, ao menos até 1915, não era efetivamente obrigatória a notificação da tuberculose; além disso, não se aplicavam com exatidão os processos diagnósticos e por condescendência dos médicos a lhe darem outros nomes. Nomes como bronco-pneumonia, pneumonia, bronquite, dentre outras, além da genérica morte “natural”. Em Passagem não foi diferente, não obstante o grande número de registros fidedignos de tuberculose, assinados pelos próprios médicos da companhia, João Baptista Ferreira Velloso, Gomes Freire de Andrade e José Spinelli ou pelos farmacêuticos Jacyntho Augusto de Godoy e José Firmo de Godoy.

A tuberculose em patamares epidêmicos foi a mais nefasta e destruidora herança que a companhia *The Ouro Preto Gold Mines* legou para Passagem de Mariana. É o que se deduz da leitura da tese apresentada ao Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose intitulada “*Incidência da Tuberculose entre os Trabalhadores em Mineração de Ouro do Estado de Minas Gerais*” pelo Dr. Josaphat Macedo, Diretor do Serviço Médico da Companhia Minas da Passagem. Escrita em 1939 é fruto de seu trabalho desenvolvido à

⁵¹⁵ RICKARD, T. A. Op. cit. 1935, p. 215.

⁵¹⁶ Id. Ibid. p. 274.

⁵¹⁷ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 2, f. 11v.

⁵¹⁸ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 1, f. 2v.

frente do serviço médico da Mina da Passagem, logo após sua transferência para proprietários brasileiros em 1927.

Chegando à mina em 1929, passou a apreciar as condições de trabalho considerando dois aspectos: o meio e o indivíduo. Quanto ao meio, voltou sua atenção para os fatores condicionantes da incidência da tuberculose. Resumidamente, o quadro com o que se deparou foi o seguinte: primeiro, a ventilação da mina era feita por meio de processo natural (produzido pela diferença de temperatura entre o meio externo e o interior da mina o que determinava um desequilíbrio térmico que importava em grande renovação de ar) e artificial (feito pelo bombeamento de 4.000 metros cúbicos por minuto). No entanto, nos pontos mais profundos “a ventilação é deficiente e isso faz crescer a temperatura o que torna menos favoráveis as condições de trabalho”. Para contornar este problema procurava-se “estabelecer ligações desses com outros pontos de melhores condições de arejamento”.⁵¹⁹

Segundo, a temperatura da *Ouro Preto Gold Mines* era menor que a da *St. John d’el Rey*, chegando a avizinhar-se daquela observada no meio externo; no entanto, “o elevado grau de umidade ali verificado produz sensação térmica desfavorável às boas condições de trabalho”. Terceiro, a pressão encontrada na *Ouro Preto Gold Mines* era fato inapreciável tendo em vista que seu nível mais profundo se encontrava a 450 metros acima do nível do mar, enquanto em Morro Velho o nível de maior profundidade estava a 1.650 metros abaixo do nível do mar. Quarto, a iluminação à base de acetileno rouba insignificante parcela de oxigênio do ar e é sobejamente compensada pela ventilação da mina. Por fim, o nível de emissão de partículas de poeira no ambiente de trabalho pelas máquinas pneumáticas estava bastante reduzido devido à perfuração se processar em meio úmido, empregando-se brocas de aço perfuradas através das quais circula a água sob pressão.⁵²⁰

Ao longo do texto o autor lembra que a ventilação de minas profundas é tarefa das mais complexas, pois a renovação de ar deve ser constante para assegurar ao meio de trabalho condições físicas vizinhas o quanto possível das observadas no meio externo. Este ar deve ser “fresco, puro e capaz de determinar condições de movimentação, temperatura e umidade que se expressem em conveniente sensação de conforto térmico”, pois a temperatura se eleva à medida que avança a profundidade.⁵²¹

⁵¹⁹ MACEDO, Josaphat. *Incidência da tuberculose entre os trabalhadores em mineração de ouro do Estado de Minas Gerais*: tese apresentada ao primeiro congresso nacional de tuberculose. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1939, p. 10.

⁵²⁰ Id. Ibid. p. 11.

⁵²¹ Id. Ibid. p. 10.

O autor ressalta ainda que há uma interdependência entre temperatura e umidade e que ambas influenciam a capacidade de esforço muscular dos trabalhadores. “Assim, a uma temperatura de 38 graus, se a umidade atinge a saturação, a capacidade de trabalho é quatro vezes menor que a um grau úmido de 30%”. Por outro lado, “a umidade relativa constante de 60%, sendo a temperatura de 32 graus, permite um trabalho muscular cinco vezes maior que a temperatura de 50 graus”.⁵²² Quanto maior o esforço feito, maior é a necessidade de oxigenação do organismo, de reposição hídrica e calórica. Suas observações de médico sobre os trabalhadores são enfáticas, detalhadas e coroam tudo o que foi demonstrado até então. Sob o ponto de vista da saúde dos mineiros registra que:

cem por cento [são] infestados de vermes, sempre sub-alimentados, quase todos dados ao uso habitual do álcool; marcados quase sempre pelos estigmas da sífilis e, não raro, pelo do paludismo (...) na sua vida nômade a procura de trabalho, provêm, em geral, do interior de Minas ou dos Estados vizinhos. O padrão de vida estabelece o índice educacional (...) é traço característico a imprevidência, a resignada despreocupação dos dias futuros. Noções de higiene não as têm nem mesmo elementares (...) quase nunca sabem ler. Os salários percebidos nas minas de ouro (...) são os mais elevados em confronto com as indústrias em geral. Não sabem, no entanto (...) aplicar seus vencimentos em uma alimentação conveniente ou no conforto da habitação higiênica.⁵²³

O departamento médico, colocado sob sua responsabilidade, devia “atender aos domínios da traumatologia, da clínica médico-cirúrgica geral e especializada, além de problemas da higiene, com a responsabilidade, em meio industrial, de atender ao problema epidemiológico da tuberculose”. O problema sanitário da mina clamava por atenção especial. Ali trabalhavam mais de mil operários. Todos expostos ao contágio. Diz então que “um labeu negro e atemorizador marcava a tradição das minas de Passagem. Trabalhar em Passagem, dizia-se, era expor-se, irremediavelmente, á Tuberculose!”.⁵²⁴

Comenta então um fato no mínimo curioso. Devido à produção do arsênico, “este era incriminado como o causador da ‘doença da mina’. Nós mesmos, a princípio, não dispúnhamos de elementos para desautorizar essa assertiva popular”.⁵²⁵ Posteriormente, chegou-se à conclusão que este elemento não exercia nenhuma ação predisponente à tuberculose.

Macedo inicia então seu trabalho analisando os escarros dos trabalhadores. Em apenas 17 meses (agosto de 1929 a dezembro de 1930), “notificamos e excluímos da mina 56 tuberculosos contagiantes! Eram portadores de lesão evolutiva, a baciloscopia mostrando

⁵²² Id. Ibid. p. 11.

⁵²³ Id. Ibid. p. 13s.

⁵²⁴ Ambas as citações in: Id. Ibid. pp. 15 e 20.

⁵²⁵ Id. Ibid. p. 20.

intensa disseminação”. Por duas vezes teve que “socorrer no trabalho casos de hemoptise grave [expectoração sanguinolenta da árvore respiratória que pode levar ao óbito por asfixia]”.⁵²⁶ Neste estágio, a doença pode ser transmitida pela tosse, espirro, fala e escarro.

Se o fator precípua da proliferação da tuberculose é o contágio, pode-se imaginar quão letal era o ambiente de trabalho na mina. Para chegar a este elevado percentual de doentes infectantes em pleno exercício, foi necessário uma confluência de diversos fatores que se formaram desde o tempo em que a mina ainda estava sob controle inglês. O próprio mito de sua origem, devido à inalação do arsênico, colaborou para sua proliferação. Teria este mito se originado da ignorância dos trabalhadores ou da má fé dos administradores e no antigo departamento médico que pretenderam ocultar a verdadeira fonte do mal, visto que a tuberculose é uma doença muito antiga e conhecida pelos médicos?⁵²⁷ O medo da demissão também é outro fator que certamente levou os trabalhadores a ocultarem a doença.

Corretamente, a intervenção do dr. Macedo abrangeu também as residências dos trabalhadores, local igualmente propício à proliferação do bacilo de Koch. Estas eram então “em geral, antigas, mal situadas, quasi todas coletivas, avarandadas, rentes ao solo, úmidas, em péssimas condições de insolação e arejamento”. No lar, esposas, crianças (sempre as maiores vítimas) e coabitantes vários eram tocados pelo mal. Sua conclusão é límpida e certa: “tínhamos em Passagem, Senhores membros do 1º Congresso Nacional de Tuberculose, um canto do cenário desse drama universal, - a Tuberculose no seu aspecto epidemiológico”.⁵²⁸

Enfim, desfere dura crítica à administração inglesa, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo que encontrou: “nenhuma medida eficiente oferecia obstáculos á marcha negra da ‘peste branca’ entre os mineradores de ouro de Passagem, ao tempo em que a Companhia passou à responsabilidade da atual administração. O contágio se exercia intenso e por toda parte”.⁵²⁹

Macedo encontrou homens completamente abandonados pelo serviço médico da companhia inglesa. Alguns destes trabalhadores, desesperados “nos vinham facilmente ás mãos, quasi se oferecendo á inspecção, ou pedindo nosso auxílio, trazendo impresso o diagnóstico no fácies característico”.⁵³⁰ Se por um lado as próprias características da doença, as dificuldades de diagnóstico, o temor que oculta, a ignorância quanto às formas de contágios confluíram para a formação deste triste quadro, ele deve ser visto também como fruto do

⁵²⁶ Id. Ibid. p. 20. Grifo nosso.

⁵²⁷ O microorganismo causador da tuberculose, o *Mycobacterium tuberculosis*, foi isolado pelo pesquisador alemão Robert Koch em 1822.

⁵²⁸ MACEDO, Josaphat. Op. cit. 1939, p. 21. Grifo nosso.

⁵²⁹ Id. Ibid. p. 21.

⁵³⁰ Id. Ibid. p. 22.

desprezo que o inglês nutria para com o elemento estrangeiro, sobretudo àqueles pertencentes aos estratos sociais inferiores, negros e mulatos – a maioria da força de trabalho da mina.

O **gráfico 1** aponta a incidência da tuberculose em Passagem de Mariana entre os anos 1891-1927. É preciso advertir que do levantamento foram excluídos os casos registrados como “hemorragia pulmonar”, “pneumonia”, “broncho-pneumonia”, “pleuropneumonia”, bronquite, “gangrena pulmonar”, dentre outras formas imprecisas de diagnosticar a tuberculose. Foram considerados apenas os registros explicitamente anotados como tuberculose e suas variantes, como “tuberculose pulmonar”, “tuberculose mesentérica”, “tuberculose intestinal” e “meningite tuberculosa”. Foram encontrados 217 casos de tuberculose dentre os 1412 óbitos totais do período sobredito, totalizando 15,3%.

É preciso ter em mente quais os índices utilizados pelos demógrafos do século XIX para estabelecer os níveis aceitáveis das taxas de mortalidade. Sabe-se que a razão de 30 mortes por mil em 1894 era considerada muito elevada e 24 por mil uma proporção média.⁵³¹ Portanto, o índice de tuberculose em Passagem (153 por mil) situa-se muito acima do ideal.

Gráfico 1 – Incidência de tuberculose em Passagem de Mariana/total (1891-1927)

Fonte: ACRCPM. Registros de Óbito. Livros 1 a 4.

⁵³¹ RIMG. 20 de dezembro de 1897, Anno V, n. 35, p. 155.

Observe que a curva atinge um ritmo decrescente somente após 1927, quando a mina deixa de ser propriedade inglesa.

A elaboração de gráficos discriminando a incidência da tuberculose na localidade por sexo, nacionalidade, faixa etária, profissões/ofícios e “cor” redundariam na óbvia constatação de que suas principais vítimas foram os homens (70,69%), brasileiros (59,53%), seguidos pelos italianos (9,76%), situados na faixa etária entre 21 a 50 anos (61,86%) e operários (36,74%). Quanto ao estado civil, os casados totalizaram (44,18%), os solteiros (18,60%) e os viúvos apenas (5,81%). Quanto à “cor”, em primeiro lugar é preciso frisar que a maioria absoluta dos registros (81%) não traz a etnia dos falecidos. Além disso, há muita imprecisão quanto ao que seria branco (3,25%), claro (0,46%), moreno (1,86%), pardo (7,44%) e pretos (5,11%). Não obstante, os pardos e pretos superam todos os demais.

Digno de nota é o local de óbito dos tuberculosos. Embora haja muitos casos onde não conste o local de falecimento, a maioria faleceu em sua residência (37,20%), de amigos ou parentes. Apenas 9,76% expiaram no hospital da companhia. É preciso considerar que no contingente total havia muitas crianças e recém-nascidos, mas não se pode ignorar que os cuidados de familiares nos últimos momentos da vida eram preferidos ao tratamento hospitalar e isto acabava por favorecer a proliferação do mal.

A profusão de anúncios de remédios que prometiam curar as “afecções do peito”, a “bronquite”, a “tosse crônica”, a “asthma” e a “tísica pulmonar” veiculados nos jornais e comercializados nas farmácias de Ouro Preto e Mariana revela a larga disseminação da tuberculose nestas cidades no período abordado. Dentre eles, pode-se citar: a Emulsão Scott de óleo de fígado de Bacalhau,⁵³² o Peitoral de Cereja do Dr. Ayer⁵³³ e as pílulas do Dr. Radway.⁵³⁴ A Pharmacia Brandão vendia os preparados da famosa Pharmacia e Drogaria Granado, destinados aos mesmos fins: o *Xarope de Angico e Alcatrão*, *Xarope de Urucu*, o *Anti-catarrhal cardus benedictusa* e o *Xarope para Coqueluxe*. Especialmente preparado para a tuberculose era indicado o *Vinho de Caju quinado chlorhydro phosphato de cal*.⁵³⁵

A maioria dos mineiros não teve acesso a este arsenal. Por isso, mesmo depois do corte cronológico adotado neste trabalho, a tuberculose continuou a interferir negativamente na vida útil dos trabalhadores, na durabilidade dos casamentos e na orfandade em Passagem

⁵³² *A Epocha*. Ouro Preto: 11 de julho de 1891. Anno I, n. 23, p. 4.

⁵³³ *O Liberal de Minas*. Ouro Preto, terça-feira 7 de setembro de 1869, p. 4.

⁵³⁴ *O Liberal de Minas*. Ouro Preto, sábado, 18 de setembro de 1869, p. 4.

⁵³⁵ *O Estado de Minas*. Ouro Preto, 1896. Anno VII, ns. 435, 436 e 437, 444.

de Mariana. Se a mina é um lugar “onde muito se pensa e pouco se fala”, como definiu Burton,⁵³⁶ é também um lugar onde muito se tosse e pouco se vive.

2.2 A silicose e o envenenamento por arsênico

A silicose é uma doença ocupacional que ataca os pulmões. Sua etiologia, diferentemente da tuberculose, não é infecto-contagiosa, embora seja incurável. É adquirida por meio da inalação da sílica livre que é depositada no parênquima pulmonar e, quanto maior a exposição, maior é a gravidade. A silicose leva ao óbito por asfixia e insuficiência cardíaca; além disso, debilita o organismo e “abre as portas” para doenças “oportunistas”, como a tuberculose, enfisema pulmonar e bronquite crônica.

A prevenção mais efetiva se faz pela perfuração a úmido (iniciada em 1904), pelo uso de máscaras (não fornecidas pela companhia no período em foco) e melhoria da ventilação interna por meio de respiradouros ou exaustores. Quanto a estes, Josaphat Macedo afirmou que “por muito complexos e caros, são impraticáveis; além disso, de eficiência muito discutível”.⁵³⁷

O notório subregistro desta enfermidade no cartório de Passagem de Mariana deve ser atribuído a dois fatores centrais: seu difícil diagnóstico e a pressão da empresa para que ela não fosse revelada. Por isso, encontramos apenas 14 casos tendo claramente a “pneumoconiose” como *causa mortis*. Dezenas, talvez centenas de outros estejam presentes nas genéricas formas de: “ímbolia pulmonar”, “pneumonia”, “bronquite”, dentre outras.

O tempo útil de atividade de um trabalhador do subsolo era, segundo os ex-mineiros, de um a dois anos; após este período, já apareciam os primeiros sintomas da silicose. Esta afirmativa coincide com o conhecimento científico existente sobre esta doença. René Mendes assegura que a silicose é a principal pneumoconiose do Brasil e descreve os três tipos de reação tecidual à sílica:

1. **Silicose crônica:** “caracterizada por ser uma doença de longo período de latência até o aparecimento das alterações radiológicas (normalmente após 10 anos do início da exposição) (...) Este tipo de silicose pode ser exemplificado com os casos observados na indústria da cerâmica no Brasil;
2. **Silicose subaguda:** Caracterizada por apresentar alterações radiológicas mais precoces, normalmente após cinco anos de exposição (...) É o caso da silicose observada em cavadores de poços (...) e mineiros de ouro de subsolo;

⁵³⁶ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 217.

⁵³⁷ MACEDO, Josaphat. Op. cit. 1939, p. 26.

3. **Silicose aguda:** É uma forma rara da doença, associada a exposições maciças à sílica livre, como no jateamento de areia ou moagem de pedra (...) É clinicamente limitante, podendo aparecer após exposições breves (meses até 5 anos), com uma sobrevida curta, normalmente menor que um ano”.⁵³⁸

A relação das atividades de risco é vasta e abarca tarefas realizadas na indústria extrativa mineral no subterrâneo e na superfície: corte de pedras, britagem e moagem, sendo que “a maior parte dos casos diagnosticados de silicose no Brasil é proveniente da mineração subterrânea de ouro (Minas Gerais e Bahia), cerâmicas (São Paulo) e fundições”.⁵³⁹

“As pessoas morriam estouradas de tosse”, afirmaram nossos interlocutores. Neste ponto chegamos a uma das mais surpreendentes e chocantes revelações que ouvimos dos ex-mineiros. Para abreviar o sofrimento causado pela silicose, alguns faziam um **pacto de morte**: um amigo mataria o outro quando a doença se agravasse. O senhor “A” matou, o senhor “B” no cumprimento deste acordo; “pediu aos amigos e parentes que saíssem do quarto e sufocou-o com o travesseiro”, segundo nos revelaram com muito sigilo.

Marshall Eakin percebeu a grande dificuldade de identificar com segurança a real incidência da silicose entre os mineiros de Morro Velho. Questões relativas à saúde, segurança e aposentadoria dominaram os conflitos entre companhia e trabalhadores. A mais amarga e prolongada disputa ocorreu em relação à resistência da companhia em reconhecer a existência da silicose entre os trabalhadores do subsolo. A partir de 1930, o governo começou a pressionar a administração para admitir a doença como um dos principais problemas dos mineiros, particularmente entre os broqueiros. Inicialmente, o *manager* se recusou argumentando que os mineiros “were suffering from pneumonia, bronchitis, and related lung problems, but not silicosis”.⁵⁴⁰ Em seguida, desafiou os resultados dos testes do governo e, somente depois de uma década, admitiu a difundida incidência do “white lung” na força de trabalho subterrânea. Tudo isso, porque o reconhecimento da silicose acarretaria em novos e pesados fardos na folha de pagamento da companhia.

Cumpramos agora apresentar o quadro geral dos trabalhadores da Mina da Passagem atingidos pela silicose. Dentre os 14 afetados, todos eram homens situados na faixa etária entre 26 e 75 anos. Todos faleceram entre 1902 e 1917. Quanto à nacionalidade, 10 eram

⁵³⁸ MENDES, René (org.). *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995, p. 115s. Grifo nosso.

⁵³⁹ Id. Ibid. p. 116. Embora não cite a fonte, Israel Quirino (1986, p. 67) informa que na década de trinta do século passado foram realizados estudos que revelaram a existência de 1 a cada 6 trabalhadores sofrendo de silicose na Mina da Passagem. Isto significa que 18% eram atingidos por esse terrível mal. De acordo com Bogliolo (1987, p. 225), estudo realizado em 1978 permitiu estimar em 20.000 o número de portadores de silicose na Região Sudeste do Brasil, destes, 7.400 em Minas Gerais. Certamente, boa parte deles concentrava-se em Nova Lima e Passagem.

⁵⁴⁰ “estavam sofrendo de pneumonia, bronquites, e problemas de pulmão relacionados, mas não silicose”. In: EAKIN, Marshall. Op. cit. 1989, p. 100.

brasileiros e 4 italianos; 10 eram casados, 2 solteiros, 1 viúvo e 1 não consta o estado civil. Somente 1 faleceu no hospital da companhia e dos outros não consta o local do óbito; 2 dentre eles deixaram 6 filhos órfãos, sendo 3 de cada um.⁵⁴¹

Embora este quadro não seja fiel à sua real incidência na mina, mostra o largo espectro da ação da silicose. Alguns sucumbiam ainda relativamente jovens e outros com a idade mais avançada, devido ao efeito acumulativo da doença. Além disso, a inovação introduzida em 1904 parece não ter sido muito eficiente, pois 13 casos ocorrem após este ano.

A silicose não era adquirida somente no trabalho subterrâneo. No departamento de redução onde as rochas eram trituradas pelos marreteiros (antes da introdução dos britadores) para serem colocadas nos engenhos de pilões onde trabalhavam mulheres e crianças, havia muita poeira em suspensão, assim como Burton presenciou em Morro Velho em 1867: “a poeira da pedra causa incômodo, que pode ser facilmente remediado com ventiladores”.⁵⁴² Burton escreve estas palavras no capítulo denominado “*O nascimento da criança*”, justamente no local de trabalho onde crianças viam nascer em si mesmas os primeiros sintomas de tão terrível doença.

Obstáculo impossível de ser superado foi detectar a ocorrência de envenenamento por inalação dos vapores do arsênico. O arsênico forma uma liga com o ouro cuja separação era uma operação difícil de ser realizada. Em Morro Velho, por exemplo, procedia-se à torrefação e à calcinação do minério. No entanto, segundo Richard Burton este processo foi abandonado “pois as fumaças de arsênico se mostraram perigosas e, segundo se dizia, um negro fora envenenado, quando trabalhava com uma areia de refugo”.⁵⁴³ É provável que este fosse o mesmo processo adotado em Passagem cujas consequências foram também as mesmas.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 3: fls. 13v, 18, 43v, 48, 49, 51, 55v, 59v, 61 e 61v, 63v, 65v e 66, 68v e 69, 74 e 74v, 103v e 104.

⁵⁴² BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 219.

⁵⁴³ Id. Ibid. p. 202.

⁵⁴⁴ Um ex-mineiro que trabalhou diretamente com este elemento químico relatou que conhece casos de trabalhadores que sofriam de problemas dermatológicos e outros que manifestaram hemorragia nasal, sendo por isso, afastados do trabalho.

2.3 As epidemias de varíola e cólera

Manter a aparência de normalidade, não semear o pânico e, acima de tudo, ocultar a verdade era certamente a principal função dos responsáveis pela redação dos relatórios referentes ao estado sanitário da Província. A maioria dos pronunciamentos das autoridades ao longo do período estudado (1863 e 1928), apesar da eclosão de epidemias em algumas cidades, são abertos com a seguinte frase: “foi o mais lisongeiro o estado sanitário deste Estado durante o anno findo.” Mas, é preciso ter em mente o que era considerado “satisfatório” em termos de estado sanitário para evitar a emissão de julgamentos errôneos.

Em 1863, entendia-se que epidemias “só não se desenvolvem onde não há população”.⁵⁴⁵ Quando em 1893 a epidemia de varíola atingiu somente quatro municípios mineiros, isto foi considerado satisfatório, pois antes desta data a moléstia “anualmente assolava a maior parte dos municípios do Estado fazendo numerosas victimas.”⁵⁴⁶ A situação parece ter se modificado no ano seguinte quando somente dois foram visitados pela epidemia.⁵⁴⁷ Esta redução foi considerada satisfatória e não era motivo de alarde. As medidas médico-sanitárias como a vacinação e canalização da água e do esgoto avançavam lentamente e não conseguiam acompanhar o desenvolvimento urbano e, o crescimento demográfico e os avanços mais significativos ocorriam nos maiores centros e não nos distritos.

A primeira epidemia de varíola que assolou Passagem de Mariana ocorreu em 1866, três anos depois da instalação da companhia inglesa. A Câmara de Vereadores de Mariana, em sessão extraordinária do dia 18 de maio, tomou algumas providências para frear o avanço desta perigosa enfermidade baseada na portaria expedida pelo Vice-presidente da Província em abril deste mesmo ano ordenando à Câmara

que preste sem demora os socorros necessarios aos desvalidos affectados de bexigas n'aquelle arraial, tomando todas as cautellas para evitar o desenvolvimento da epedemia, e que os cadáveres de bexiguentos sejam depositados em caixões hermeticamente feixados e sepultados em semiterios retirados da Povoação, e desinfectando-se todas as cazas invadidas pelo flagelo, sendo-lhe apresentada a conta da despeza feita com a classe pobre para effectivo pagamento.⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1863 o Conselheiro João Crispiniano Soares, Presidente da mesma Província.* Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1863, p. 9

⁵⁴⁶ MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado.* Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894, p. 3.

⁵⁴⁷ *Idem.* 1895, p. 3.

⁵⁴⁸ AHCM. Códice 229 - Atas das Sessões da Câmara Municipal (1858-1966), f. 176v.

O presidente da câmara informou ainda que o “Doutor Mochett e Thomaz Bawden tem prestado todos os socorros aquelles habitantes da Passagem, e assim parece conveniente que a Commissão deve ser composta destes dous snrs. (...) e Ignácio da Silva Maciel (...) e disignar o Morro de Santo Antonio p.a o enterramento dos corpos dos bixiguentos.”⁵⁴⁹

É provável que Thomaz Bawden fosse o diretor da *Anglo-Brazilian Gold Company*. Quanto a Mochett, sabe-se que era médico da *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company*. Não foi possível averiguar se este prestava serviços também à primeira. De qualquer forma, os ingleses auxiliaram as vítimas, muitas das quais eram, sem dúvida, trabalhadores da mina.

No dia 20 de junho de 1874 o jornal *O Bom Ladrão* noticiou a eclosão da epidemia de varíola em Ouro Preto que estava causando a morte de 8 a 10 pessoas por dia. Esta calamidade gerou pânico na cidade provocando a fuga de moradores para Mariana que ainda não havia sido tocada pela moléstia. Mas, no dia 1 de setembro, a cidade episcopal foi apanhada e apresentou 8 casos. Na semana seguinte, ela se alastrou e dezenove dias depois matava de 3 a 4 pessoas por semana. Em meados de outubro continuava “grassando com espantosa actividade”. Cinco meses depois, em janeiro do ano seguinte, “parece tocar seo fim nesta cidade”, quando havia então apenas 5 casos. A 20 de fevereiro os marianenses puderam, enfim, respirar aliviados, pois “a epidemia se acha completamente extincta”.⁵⁵⁰ Infelizmente o jornal não detalha a atividade desta enfermidade pelos distritos. Eram em situações emergenciais como estas que os camaristas, as autoridades sanitárias do governo e o médico da câmara entravam em ação. Mais uma vez a *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company* prestou auxílio aos marianenses.

Como pragas bíblicas, as epidemias continuaram ocorrendo nos anos vindouros. Em relatório de 9 de fevereiro de 1895, o dr. Gomes Freire de Andrada registrou a ocorrência de campanhas de vacinação e revacinação realizadas pela Delegacia do *Instituto Vaccinico* de Marianna. Segundo ele, “não se nota absolutamente repugnância à vacinação”.⁵⁵¹ Esta ação esteve voltada para combater o surto de varíola que grassou em Mariana e seus distritos (inclusive Passagem) no primeiro quadrimestre de 1894. Para enfrentá-la, a Câmara

⁵⁴⁹ AHCM. Códice 229 - Atas das Sessões da Câmara Municipal (1858-1966), f. 176v.

⁵⁵⁰ *O Bom Ladrão*. Marianna, 20 de junho de 1874. Anno I, n. 27, p. 4; 1 de julho de 1874. Anno I, n. 28, p. 3; 1 de setembro de 1874. Anno I, n. 34, p. 4; 6 de setembro de 1874. Anno I, n. 35, p. 3; 20 de setembro de 1874. Anno I, n. 36, p. 3; 16 de outubro de 1874. Anno II, n. 2, p. 3; 1 de janeiro de 1875. Anno II, n. 11, p. 3. 20 de fevereiro de 1875. Anno II, n. 15, p. 3.

⁵⁵¹ Relatório do Dr. Inspector de Hygiene - Relatórios dos Delegados do Instituto Vaccinico; Delegacia do Instituto Vaccinico em Marianna. In: MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes. 1894, p. 9.

despendeu a soma de 30:870\$155.⁵⁵² Tamanha deve ter sido a mortandade que exigiu inclusive a abertura de cemitério exclusivo para esta calamidade. O Superintendente da *The Ouro Preto Gold Mines* remeteu a seguinte carta ao Bispo de Mariana:

Exmo. e Rvmo. Snr.

Henry J. Gifford Superintend. The Ouro Preto Gold Mines of Brazil L.d tendo mandado erigir um cemitério no lugar denominado Chapadão – pertencente á Companhia da Passagem, para n'elle se enterrarem os catholicos fallecidos de doença contagiosa no lazareto situado no mesmo lugar, vem pedir á V. Ex. Rvma. a devida licença para se proceder a benção do dito cemitério, assegurando á V. Ex. Rvma. que providenciará em tudo, a fim de que seja elle sempre zelado em tempo algum destruído ou profanado.

E.R.M

Passagem de Marianna

16 de março de 1895

Henry J. Gifford⁵⁵³

O Cura Tobias José da Silva atestou ser verdadeiro o que dizia o suplicante em carta datada de 23 de março de 1895. A resposta da autoridade episcopal dada neste mesmo dia foi: “PP. Contanto que o Cemitério seja somente para os Catholicos, reservado lugar conveniente para os que não fazem parte do Catholicismo. O Cemitério e sem chave deve estar debaixo da direcção Parochial. Marianna.”⁵⁵⁴

Em 22 de outubro de 1895 o jornal *O Viçoso* rendeu louvores a Deus pela extinção da varíola e elogia os médicos e autoridades responsáveis por sua eliminação:

Mil louvores a Deus! Há mais de mez fechou-se e desinfectou-se a casa, que serviu de lazareto no Morro de Sant’Anna, e a 11 de outubro corrente com demonstrações de summa alegria se fechou o lazareto da Passagem de Marianna, que funcionava no sitio denominado Olaria.

Appareceu nesta cidade de Marianna alguns casos esporádicos, mas graças à solicitude do Exmo. Señr. Barão de Camargos, Presidente da Câmara, e do Señr. Dr. Gomes Freire, encarregado da hygiene, fazião-se promptos isolamentos, e foi a nossa cidade livre desse terrível flagello.

Por todas as Igrejas se levantarão ao Sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora do Rosário ferventes preces, ás quaes principalmente se deve tão palpável preservação do contagio.⁵⁵⁵

O Estado de Minas em sua edição de 31 de janeiro de 1896 traz a seguinte notícia reproduzida do *South Americam Journal* (certamente referindo-se às epidemias do ano anterior):

⁵⁵² Demonstrativo da despesa feita pela verba-socorros Públicos dos exercícios de 1894 e 1895. In: MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 112.

⁵⁵³ AEAM. Breves. Pasta 1533. Testemunhos verbais dos moradores de Passagem confirmam a existência deste cemitério. Entretanto, não foi possível encontrar nenhum vestígio no local indicado.

⁵⁵⁴ AEAM. Breves. Pasta 1533.

⁵⁵⁵ *O Viçoso*. O Viçoso – Periódico Destinado a Promover os Interesses Catholicos sem se Descuidar dos Outros Interesses da Pátria e do Povo. Marianna, 22 de outubro de 1895. Anno III, n. 4, p. 4.

Muitas perturbações tem havido em consequência da irregularidade do trabalho, causado por uma epidemia de cholera seguida de uma outra de varíola que fez com que abandonassem o trabalho a maior parte dos trabalhadores brasileiros. Graças ao auxilio e enérgicos esforços do sr. Gifford, a moléstia não se espalhou, o que teria produzido uma interrupção temporária no trabalho; o sr. Gifford merece, pois, os mais cordiaes agradecimentos dos accionistas.⁵⁵⁶

O superintendente mostrou-se aliviado no relatório de 1896: “after cessation of the small-pox epidemic in October the labour supply began to improve, and has been quite sufficient for all our requirements”.⁵⁵⁷

Em 1897, quando o processo imigratório para Minas era intenso, a varíola estendeu novamente seu pustuloso manto sobre Minas a partir de Passagem de Mariana. Acreditando no relato do Diretor de Higiene, dr. Francisco P. Barbosa, a virose foi desta vez

Importada do Rio de Janeiro em junho do anno passado por trabalhadores da companhia de mineração da Passagem, alli se desenvolveo rapidamente, sendo, por trabalhadores que se retiraram da localidade, levado o contagio aos municípios vizinhos. Foram atacados pela epidemia os municípios da capital, Santa Bárbara, Caethé, Sabará, Santa Luzia do Rio das Velhas, Sette Lagoas, Pitanguy, Abaeté, Barbacena, Peçanha, Minas Novas, S. João Nepomuceno, Alem Parahyba, Cataguazes, S. Gonçalo do Sapucahy e Patos. Nesta capital houve apenas trese casos, dos quaes só um fatal. Exceptuando o município de Peçanha, onde, segundo comunicação do vice-presidente da respectiva câmara, ainda há casos de varíola, em todos os mais está extincta a epidemia.⁵⁵⁸

A primeira frase “importada do Rio de Janeiro” deixa implícito que fora trazida por imigrantes europeus. Vimos anteriormente que a Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora tinha sido visitada por esta enfermidade nos meses de junho e outubro de 1897. Outra frase “alli se desenvolveu rapidamente” revela as condições favoráveis encontradas pelo microorganismo para sua propagação.

Gomes Freire de Andrade foi mais uma vez acionado para combater a epidemia. Auxiliado pela Câmara, pelo presidente da municipalidade – dr. Teixeira de Souza (Barão de Camargos) – e pelo médico contratado pela mesma, dr. Faustino Corrêa Brandão, procedeu-se à vacinação e revacinação de 1.513 pessoas. No Morro de Sant’Anna e na povoação da Vargem ia ela se incrementando quando, enfim, conseguiram dominá-la, vacinando todos os habitantes “com excellente lymph”, fornecida pelo Instituto Vacínico.⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ *O Estado de Minas*. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1896. Anno VII, n. 438, p. 3.

⁵⁵⁷ “depois do término da epidemia de varíola em outubro a provisão de trabalho começou a melhorar, e foi bastante suficiente para todas nossas exigências”. In: *AR*. Setembro de 1896, p. 28s.

⁵⁵⁸ Relatório do Dr. Director de Hygiene. In: MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 4.

⁵⁵⁹ Delegacias Vaccinadoras. In: MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 20ss.

Epidemias sempre traziam consigo a queda do número de trabalhadores na companhia e, conseqüentemente, a redução do ritmo de trabalho e do rendimento geral. Por isso, entendemos o grande empenho da companhia em debelar o mal.

Os moradores de Passagem, atemorizados com a mortandade, como de práxis, agarraram-se às suas crenças religiosas. Na festa realizada no dia 29 de julho de 1897 em louvor ao Sagrado Coração de Jesus e a N. S. da Glória no arraial, em cerimônia presidida pelo pe. José de Franceschi, esperava-se que seus resultados e proveitos fossem “magníficos, isto é, entre outros, attrahir as bênçãos de Nossa Senhora da Glória e do Sagrado Coração de Jesus sobre este arraial afim de que desterrem d’aqui calamidades e epidemias, e aqui faça reinar a paz e florescer a Religião e o verdadeiro progresso”.⁵⁶⁰

Esta súplica coletiva feita pela comunidade enquadra-se naquela longa tradição religiosa providencialista estudada por Keith Thomas, segundo a qual em épocas de calamidade “era normal que o clero e o povo invocassem auxílio sobrenatural (...) comuns em relação à peste, más colheitas e mau tempo, na crença confiante de que poderiam levar Deus a mostrar sua misericórdia, desviando o curso da natureza em resposta à contrição da comunidade”.⁵⁶¹

Lamentavelmente, não consta nenhum registro de óbito cuja *causa mortis* explícita seja varíola, nos registros de óbito do Cartório de Passagem entre setembro de 1891 e dezembro de 1899. Há apenas o caso de Benedicto Acieto com 2 meses de idade, filho do italiano Antonio Acieto, falecido às 24h do dia 7 de abril de 1899, sem assistência médica de “Infecção purulenta”.⁵⁶²

Quanto ao cólera encontramos somente o registro de Justa com 46 dias de idade, falecida a 26 de julho de 1894 às 20h, filha do espanhol Miguel Sanches, cuja causa declarada foi “Cholerina”. Há ainda os casos de “Dysintéria aguda” que vitimou o brasileiro de idade, paternidade e profissão ignoradas, Joaquim Sotero no dia 11 de novembro de 1891, dois de “Dearhea mucoza”, um de “Dezenteria” e outro de “Dysenterismo” que, a rigor, podem ter mais de um agente causador e não exclusivamente o cólera. Convém notar que estes dois últimos óbitos são de italianos. Respectivamente: Salvador Campanaro, falecido a 9 de fevereiro de 1898 com 5 meses, filho de Vicente Campanaro que não sabia ler nem escrever e José Spinarde que expirou no dia 12 de março do mesmo ano com 1 ano e 3 meses, filho de Miguel e Catharina Spinarde. Todos os falecidos, exceto Benedicto, tiveram seus atestados

⁵⁶⁰ O Viçoso. Marianna, quinta-feira 8 de julho de 1897. Anno IV, n. 24, p. 3.

⁵⁶¹ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*: crenças populares na Inglaterra, séculos XVII e XVIII. Trad. Denise Bottmann e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 46s.

⁵⁶² ACRCPM. Livro de Registro de Óbitos n. 2, f. 22 e 22v.

passados pelo Dr. João Baptista Ferreira Velloso.⁵⁶³ Existem diversas “mortes naturais” e “sem assistência médica” que podem ser relativas a qualquer enfermidade.

Estes atestados imprecisos vão muito além da simples indefinição nosológica. João Baptista Ferreira Velloso era o médico da mina e, por ocupar este posto, era o responsável direto por fazer registros menos alarmantes.

Infelizmente, os registros de óbito do Cartório de Passagem têm uma grande lacuna: trazem anotados apenas aqueles verificados nos dias 22 e 24 de Janeiro de 1895 e reinicia-se somente em julho de 1897. Este fato lamentável impediu que traçássemos o devido paralelo entre o que dizem os relatórios da companhia e o que apontariam os registros de óbito para o ano financeiro de 1897.

A morte continuou rondando Passagem com certa persistência. Em 1898, durante a sessão ordinária da câmara de Marianna em 17 de setembro, o senhor João Eulálio apresentou uma indicação solicitando “o auxilio de seiscentos mil reis para o augmento do cemiterio publico do districto da Passagem.”⁵⁶⁴ Isso indica que o grande morticínio dos moradores superou a capacidade do pequeno cemitério setecentista.

Até 1900, salvo o serviço médico da companhia, Passagem não tinha farmácia nem farmacêutico formado ali instalado embora sua população fosse “superior a cinco mil almas”. Isto significava um prejuízo no tratamento dos enfermos da localidade.⁵⁶⁵

É fácil compreender o porquê da rápida e destruidora proliferação destas epidemias em Mariana e seus distritos. Além da precária dieta da maioria da população, dos remédios e vacinas ainda pouco eficazes, há que levar em conta as péssimas condições da salubridade pública e higiene pessoal: falta de água e esgoto encanados, hábito de andar descalço e banhar-se nos rios, casas pequenas e mal ventiladas e a sujeira urbana.

O periódico *D. Viçoso* descreve o estado de imundície da Rua Direita de Mariana na última década do século XIX: “juncada de estercoraria ornamentação, sendo os transeuntes obrigados a caminhar sobre um tapete de excremento suíno, bovino e eqüino, não fallando na quantidade de palha, capim, cascalho, cascabelho, paus e gravetos, papeis e pannos, com tudo quanto tem de luxo o lixo”. Por tudo isso, reclama da falta de uma carroça de lixo para recolher esta sujeira de responsabilidade da intendência para que se possa “caminhar com os sapatos limpos e sem levar continuamente o lenço ao nariz”.⁵⁶⁶

⁵⁶³ ACRCPM. Respectivamente: Livro de Óbitos n. 1, f. 31 e f. 2v; Livro de Óbitos n. 2, f. 8v e 9 e f. 12.

⁵⁶⁴ AHCMM. Códice 329 - Livro de Atas das Sessões da Câmara (1892-1900), f. 153.

⁵⁶⁵ AHCMM. Códice 354 - Livro Caixa da Coletoria Municipal (1898-1902), f. 83 e 83v.

⁵⁶⁶ *D. Viçoso*. Domingo, 24 de julho de 1898. Anno V, n. 21, p. 3 e Domingo, 7 de agosto de 1898. Anno V, n. 23, p. 3.

O espaço urbano de Passagem não era diferente. Ali também transitavam homens e animais de várias espécies. O progresso do conceito de limpeza urbana e salubridade pública caminhava a passos lentos. Na Ata da Assembléia Municipal de Marianna, no dia 2 de fevereiro de 1900 há um parecer justificando o déficit orçamentário (de 1:838\$770) do Conselho distrital de Passagem que tinha

de enfrentar com serviços urgentemente reclamados a bem da salubridade publica, nesse arraial hoje tão densamente habitado, assim se justifica plenamente aos olhos da Comissão o déficit existente. Esses serviços constam de canalisação de água potável, reparos e desenvolvimento da area do cemitério publico, calçamento e limpeza de ruas, etc.”.⁵⁶⁷

Diferentemente dos outros distritos, Passagem contava como auxílio da companhia na limpeza, saneamento urbano, empréstimo de mão-de-obra e fornecimento de materiais. Esta “política sanitária pública” da mina voltada para seu próprio benefício e, consequentemente, para a comunidade rendeu ao superintendente Henry J. Gifford a plena simpatia do Conselho Distrital de Passagem. No termo de encerramento das contas no dia 3 do mês de janeiro de 1901 declarou:

dos diversos serviços relizados pelo Conselho n’este districto, durante o anno de 1900 (...) dentre elles destaca-se a reconstrucção do cemiterio publico que de proporções muito limitadas já não preenchia ás necessidades d’esta localidade, habitada por uma população bastante condensada, tornando-se portanto inadiável duplicar-se a área do mesmo cemiterio. Despendeu o conselho com a execução deste serviço cerca de 3:000\$000 réis, porem, a mais do dobro elevar-se-hia essa importancia se ao conselho não se tivesse deparado um generoso auxiliar da parte do benemérito cidadão inglez o snr. Henry Gifford, M. D. Superintendente da companhia de mineração que funciona n’este arraial, o qual sempre solícito e esforçado em promover e auxiliar todas as medidas aconselhadas a bem do progresso e do engrandecimento públicos, contribuiu com quase toda mão de obra necessária ao referido serviço. Manda a justiça e a gratidão de toda a população da Passagem que, aproveitando a oportunidade, se consigne aqui o inestimável concurso que o Snr. Gifford tem sempre dispensado ao conselho d’esde longa data no tocante a todos os ramos de serviços e melhoramentos locais, tornando-se assim credor de nossas atenções e reconhecimento e o conselho julga que não poderia melhor testemunhar esses sentimentos senão pedindo a illustrada Assembléa Municipal, se digne lançar na acta de suas sessões em voto de louvor ao mesmo benemérito Snr. Henry Gifford⁵⁶⁸

Havia inclusive um contrato assinado entre a *Ouro Preto Gold Mines* e a Câmara de vereadores de Mariana para a manutenção de limpeza de Passagem. No *Livro de Caixa de Tesouraria Municipal* de 1910-11 há diversos pagamentos efetuados à referida companhia “proveniente de serviço de um empregado no districto da Passagem na limpeza das ruas do

⁵⁶⁷ AHCM. Códice 134 - Livro de Atas das Assembléias da Câmara (1893-1904), f. 40.

⁵⁶⁸ AHCM. Códice 521 - Contas-correntes do Conselho Distrital (1896-1903), fls. 22-23.

mesmo districto relativo a 154 dias a razão de 1.500 diárias e tubos de ferro para o chafariz do mmo. Districto”, além do conserto no matadouro e outros serviços.⁵⁶⁹ É bom frisar que esta foi uma forma encontrada pela empresa tanto para reduzir a taxa de morbilidade local que prejudicava o andamento dos trabalhos, quanto para fazer voltar aos seus cofres parte do capital pago em impostos municipais. Esta “política sanitária pública” estendia-se à sede municipal e, como veremos abaixo, não era isenta de interesses financeiros e fundiários. Na sessão da Câmara de Mariana do dia 31 de janeiro de 1904 foi lavrado que

Entre os melhoramentos materiaes que a administração municipal teve a fortuna de ver realizados assignalou (...) a entrega do rego que abastece água potável a cidade pela Compa. The Ouro Preto Gold Mines of Brasil Limited que por contracto firmado com a Câmara a 25 de Março de 1900 se obrigou a, captando água potável na paragem denominada Córrego do Gamma, construir novo rego, mudando de seu antigo leito fazendo passar por traz da Serra do Bento Leite a desaguar no Valle-de-Quem-Tem, seguindo d’ahi seu antigo curso até esta cidade, ficando completamente isento do contacto de impurezas e sujidades a que estava sujeito o antigo, que passando em plano inferior ao local em que se acha installado o hospital da Companhia atravessava a população que lhe era ribeirinha, tornando-se por isso inevitável escoadouro de immundicies prejudicialissimas a hygiene e salubridade publica e particular.⁵⁷⁰

Esse importante melhoramento foi feito às expensas da referida Companhia que, em compensação e por via do contracto, obteve o aforamento do terreno denominado Vale-quem-tem, sendo estipulada a clausula do pagamento de foros da quantia de 500\$000 anuais, enquanto não fosse definitivamente concluídos os trabalhos de construção e o rego entregue à Câmara. Assim, a cidade ficou dotada de um importantíssimo melhoramento nos recursos hídricos. A entrega à municipalidade teve lugar em princípios de Dezembro, “pelo que desde o corrente exercicio cessa para a referida Companhia o ônus do pagamento dos foros”.

As entrelinhas deste importante documento indicam que, se o hospital da companhia funcionava desde meados do século XIX, isso significa que até 1904 suas “impurezas e sujidades” contaminavam uma das fontes de abastecimento de água do município tornando-a imprópria para o consumo humano.

Outro aspecto importante para a história social de Passagem de Mariana é descobrir como se comportavam as famílias inglesas abastadas que ali residiam quando epidemias tão avassaladoras como a de cólera e varíola eclodiam na localidade. Em suas memórias, Jess relata duas situações. Quando a epidemia de cólera [ocorrida pós 1892, segundo sua cronologia] atacou a localidade, “nossa cozinheira amada, Carolina, foi infectada

⁵⁶⁹ AHCM. Códice 3 - Livro de Caixa da Tesouraria Municipal (1910-1911), fls. 177, 337, 341.

⁵⁷⁰ AHCM. Códice 134 - Livro de Atas das Assembléias da Câmara (1893-1904), fls., 55-57v.

e mamãe cuidou dela até que uma ambulância a levou para um hospital de isolamento. Ficamos preocupadíssimos com mamãe porque a cólera é muito contagiante e mata em horas ou dias. Centenas morreram na vila.” Algum tempo depois, “quando houve uma epidemia de varíola, Mamãe, Dick e o Archie pegaram a febre. Quando descobriram, nós fomos ficar em Belchior, no alto da colina até que a vila estivesse livre do surto.”⁵⁷¹

Este relato mostra que as famílias inglesas não estavam incólumes à ação de enfermidades altamente contagiosas. No entanto, sua folgada situação financeira e a posse de mais de um imóvel permitia-lhes escapar à exposição contínua ao mal refugiando-se numa residência situada longe da atmosfera malsã da localidade.

3 Outras enfermidades comuns

O século XIX, quando comparado aos antecedentes, presenciou consideráveis avanços na realização de obras de infra-estrutura urbana, na obrigatoriedade do ensino primário e significativos progressos médico-farmacêuticos (como a descoberta da origem bacteriana de algumas doenças transmissíveis através da água). Não obstante, o crescimento desordenado das cidades, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, a negligência das autoridades sanitárias não deixaram que estas conquistas sociais se tornassem universais.

As enfermidades mais frequentes, além das já citadas, encontradas nos registros de óbitos de Passagem de Mariana foram aquelas relacionadas a problemas cardíacos (arteriosclerose, síncope cardíaca, insuficiência cardíaca), ao aparelho respiratório (bronco-pneumonia, pneumonia, bronquite), ao aparelho digestivo (atrepsia, enterocolite), além do tifo, sífilis, meningite, nefrite e uremia.

Dentre elas, pode-se destacar a atrepsia e a nefrite que vitimavam principalmente às crianças. A primeira caracteriza-se por um “estado de profunda desnutrição dos lactentes, que pode ser consequência de diversas afecções, mas mais freqüentemente de transtornos digestivos”. A outra, “pode decorrer no decurso de várias doenças infecciosas, em particular escarlatina e difteria, mas também salmoneloses, infecções estreptocócicas, viroses, etc”.⁵⁷² Combinadas, revelam tanto o elevado grau de insalubridade pública, os hábitos alimentares inadequados, assim como o provável curto período de lactação que possui remotas origens culturais, conforme já apontado por Gilberto Freyre (1984).

⁵⁷¹ *AJM*. Acervo do autor. S/d, s/p. Grifo nosso.

⁵⁷² COUTINHO, A. Céu. *Dicionário enciclopédico de medicina*. 3. ed. Lisboa: Ed. Argo, 1987, p. 241 e 375.

A mortalidade infantil está associada às próprias condições existenciais e de trabalho de pais e mães trabalhadores da mina. A estas, deve-se acrescentar a má qualidade da infra-estrutura local, como a ausência de redes de esgoto e de água encanada na maioria das casas; o descuido com a amamentação, com a higiene da mamadeira e com o umbigo do recém-nascido, a carência e/ou inexistência de vacinas, o vestuário, o tipo de edificação, as dimensões e número dos cômodos, a dieta e o salário da família. O número de crianças falecidas na fase mais crítica (menos de 5 anos) quando as defesas imunológicas não estão suficientemente desenvolvidas em Passagem de Mariana no período de 1891 a 1927 foi:

Tabela 25: Taxa de mortalidade infantil em Passagem (1891-1927)

Total de Óbitos	0 a 5 anos	6 a 13 anos	0 a 13 anos
1412*	636	48	684
100%	45,04%	3,37%	48,44%

Fonte: ACRCPM. Livros de Registros de Óbitos: 1 a 4.

* Inclusive adultos.

O número de crianças natimortas e abortos naturais ocorridos em Passagem entre 1893 e 1927 foi de 73 ocorrências. As *causas mortis* atribuídas a estes casos foram, de maneira geral: “natural”, “insuficiência congênita”, “nasceu morta”, “aborto natural”. Havendo apenas um caso de “syphilis hereditária” e outro de “atrepsia”.

O mais relevante seria identificar se as mães eram ou não trabalhadoras da mina para tornar inquestionável a relação destas mortes prematuras com as condições de trabalho a que estavam submetidas. Embora as lacunas existentes nas fontes impeçam esta clara associação, é inegável que muitas eram mulheres de mineiros e sofreram as consequências diretas da baixa renda familiar em seu organismo.

4 O alcoolismo entre os mineiros

“Oh, o mineiro é um tipo esperto,
E sempre de bom humor,
Ele sabe trabalhar, ele sabe também se esquivar,
Ele sabe beber a boa cerveja”⁵⁷³

A canção acima sintetiza certo arquétipo do mineiro como um tipo inclinado à bebida. O consumo de álcool parece ser para os trabalhadores, tal como entendia Engels, um “produto necessário ao seu modo de existência tão fatal como o tifo, o crime, os parasitas, o esbirro policial e outras tantas doenças sociais”.⁵⁷⁴

Nas Minas Gerais do século XVIII o consumo de aguardente era tão excessivo entre os escravos que havia legislação restritiva ao comércio das negras de tabuleiro nas áreas minerais, como o bando emitido por D. Antônio de Albuquerque em 1º de dezembro de 1710. Verdadeira panacéia, era indicado para a cura de diversos males pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira. Servida em profusão a índios e escravos, oferecida aos hóspedes como cortesia e usada para tratar desde mordeduras de insetos até em banho contra a insolação.⁵⁷⁵

No mundo do trabalho, o álcool desempenhava uma função ao mesmo tempo concreta e simbólica entre aqueles que exerciam uma profissão onde o local de trabalho é árduo e geralmente úmido. Bebia-se para “repor o suor”, para “esquentar o peito”, porque era considerado como remédio para diversos males, sobretudo aqueles provenientes da exposição prolongada à friagem e, ainda, como símbolo de virilidade. Como aponta Richard Burton, em Morro Velho o chefe da mina “pode dar um ‘pingo’ aos negros que saem do trabalho molhados”. Ele sintetiza com suma precisão o cosmopolitismo da “branquinha” entre os mineiros: “aqui os homens bebem heroicamente sua cachaça (...) não lhe poupam elogios, dizendo que a bebida refresca no calor, esquenta no frio, seca os molhados e molha os secos”. Os efeitos, porém eram “a cirrose, hidropsia e morte (...) ou brigas de bêbados, muitas vezes terminando em tiros ou facadas”.⁵⁷⁶ De maneira geral, a maioria dos mineiros bebia: escravos, livres, forros, imigrantes e ingleses.

⁵⁷³ Canção de mineiros ingleses do início do século XIX. Apud LANCIEN, Didier. Les mineurs de Grande-Bretagne au XIXe siècle (Note critique). In: *Annales, Economie, Société, Civilisations*. Paris, 36º Année, n. 6, Nov-Déc, 1981, p. 1119.

⁵⁷⁴ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, p. 86.

⁵⁷⁵ Os Relatórios do governo de Minas indicam que o combate ao consumo de bebidas alcoólicas surge apenas em 1919 por meio da elevação do imposto sobre bebidas, levando ao fechamento de centenas de tavernas e botequins e à redução do número de fábricas de bebidas alcoólicas de 4.268 em 1919 para 3.580 em 1920.

⁵⁷⁶ Ambas as citações in: Richard. Francis. Op. cit. 1976, pp. 236 e 169s.

O alcoolismo é uma doença adquirida pela ingestão contínua e elevada de bebidas alcoólicas. Entretanto, no século XIX não era entendido como patologia, apenas como vício. Os principais fatores que levam uma pessoa a beber são: o biológico (hereditariedade); o psicológico (personalidade fraca, fragilidade afetiva, baixa auto-estima) e social (estímulo do grupo e machismo). O consumo do álcool está associado ao aparecimento de algumas doenças como os tumores na boca (especialmente se associado ao fumo), hepatite, cirrose hepática, tumores no aparelho digestivo, miocardite (inflamação no músculo cardíaco), hipertensão, esofagite, gastrite e úlceras, pancreatite, diabetes, má formação fetal (deformidade cefálica e retardo do crescimento), perda progressiva da memória, depressão, nervosismo, falta de concentração, impotência sexual e deterioração da personalidade.

As relações de trabalho, familiares e sociais são prejudicadas pelo consumo excessivo de álcool, causando brigas comuns e violentas, desequilíbrio da conduta dos filhos na escola, violência doméstica, crimes contra a mulher e crianças, baixa produtividade e faltas ao trabalho. Por tudo isso, nos relatórios das autoridades policiais de Minas Gerais do período abarcado, a cachaça é considerada como um dos principais veículos da criminalidade e de transgressão de normas sociais.

Mas, neste campo é necessário fazer uma distinção fundamental entre beber e beber em demasia para não reproduzirmos acriticamente os juízos de valor destas autoridades, dos moralistas, dos viajantes e do clero. A cachaça é, por excelência, a bebida dos mais pobres. Está para o vinho assim como o violão está para o piano. Entre as classes populares, a cachaça é elemento de sociabilidade para beber junto (*social drinking*). Os menos favorecidos pela fortuna também possuem formas de convivibilidade onde a bebida se faz indispensável. O Problema, assim como entre a elite, reside justamente em tornar-se alcoólatra.

É bem provável que a assiduidade ao bar tenha sido bem maior que à igreja dentre muitos trabalhadores da mina. Muitos, antes de retornarem para casa, faziam sua via-sacra pelos bares da localidade. Ali, encontravam os amigos e, enquanto bebiam, conversavam sobre o trabalho e a vida. O bar é ponto de encontro, local certo para rever amigos, encontrar devedores, desafetos, prostitutas e para ajuste de contas pessoais. O bar é também um espaço discursivo do sexo.⁵⁷⁷

Os mineiros da Mina da Passagem, apaixonados por bebidas fermentadas tinham, ali mesmo no distrito, a fonte para sanar sua sede. Refirimo-nos à fábrica de cerveja Biela, “a mais pura e higiênica de todas as cervejas nacionaes” – segundo o anúncio dos produtores.⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ Sobre este conceito, veja FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 13. ed. RJ: Edições Graal, 1988.

⁵⁷⁸ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 9 de fevereiro de 1902. Anno II, n. 6, p. 1.

Esta fábrica foi fundada no final do século XIX pelo italiano José Boggione. Em fevereiro de 1902 foi arrendada por Carrieri e Renadi. O epíteto de *garrafeiros*, como são hoje conhecidos os moradores de Passagem, confirma o elevado consumo de álcool pelos mineiros que compunham a maioria da população.

O dia de pagamento na mina era, por excelência, o de maior consumo de bebidas alcoólicas em Passagem e está relacionado à ocorrência de confusões e crimes. Este fato corriqueiro e generalizado pode ser constatado através de um processo-crime sucedido em 1867. O africano natural de Moçambique, João da Costa, jornalista e “pessoa miserável” foi acusado de espancar sua companheira Benedita Justina Ferreira Coelho. Duas testemunhas, um oficial de ferreiro e um mineiro - provavelmente colegas de trabalho - declararam que “não sabe se elles estavam bêbados mas como era dia de pagamento e ainda existia no quarto delles uma garrafa de restilho era fácil que já tivesse bebido e “que na verdade elles estavam bebados por que era dia de pagamento”.⁵⁷⁹ Com isso, descobrimos também que o pagamento era feito no final do mês, haja vista que o crime ocorreu no dia 29 de novembro. Coincidentemente ou não, boa parte dos crimes ocorridos em Passagem se deram, de maneira geral, na última semana de cada mês e na primeira do mês subsequente.

O depoimento, prestado pela lavadeira Idalina no processo de assassinato de Pedro Chiôdo em 1888, deixa claro que o dia de pagamento na mina era muito festejado pelos trabalhadores que davam “tiros” todas as noites, quando alguns extrapolavam os limites do comportamento razoável e socialmente aceito, sobretudo se inebriados, chegando a causar incômodo e medo a outros moradores.⁵⁸⁰ Assim também era o dia de pagamento na companhia de Montsou que: “parecia estar em festa (...). Mas eram, sobretudo os cafés e os botequins que faziam uma boa fêria”.⁵⁸¹

Para o distrito de Passagem foram encontrados diversos registros de óbito por “acoolismo crônico” e “cirrose” – embora nem todos fossem mineiros, servem como indício do grau de incidência deste mal na localidade. Da mesma forma, dentre 43 crimes cometidos em Passagem de Mariana de 1866 a 1898, 14 (31,8%) entre 44 réus alegaram ou foram acusados de estar embriagados quando cometeram o delito. É possível que esta alegação, em caso de defesa, fosse usada como tentativa de justificar o ato infracional e obter alívio na penalidade. Destes 44 réus, 18 (40,9%) eram mineiros/broqueiros/jornaleiros e, dentre os 14

⁵⁷⁹ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 349, auto 7044 (1867).

⁵⁸⁰ ACSM. Crimes. Códice 358, Auto n. 7907 (1888), p. 9v e 18.

⁵⁸¹ ZOLA, Emile. Op. cit. 1981, p. 186.

embriagados, 6 (42,8%) eram mineiros. Além dos réus, 3 vítimas também estavam ébrias de acordo com os depoimentos das testemunhas.

Foi numa dessas ocasiões, à porta de uma venda em Passagem que ocorreu um conflito “inter-racial” em 1886 cujas consequências não foram graves, mas de grande significado simbólico para a análise das tensões sociais geradas pelo convívio entre nacionais e estrangeiros e entre livres e alforriados às vésperas da abolição onde a cachaça entra como elemento propulsor.

O atrito ocorreu no estabelecimento do alemão Bertoldo Wendeborn e teve início quando José Caetano pediu um copo de água ao caixeiro dinamarquês “o qual sendo velho, um pouco surdo e fallando mal a língua portuguesa, não entendeu o pedido”. Bertoldo então “disse-lhe em allemão que o denunciado havia pedido um copo d’água e que o servisse”. O denunciando “com máos modos disse-lhe em tom de mofa: fala língua que todos entendão”. Augusto Bormann interveio e disse a Antonio Caetano que Bertoldo “tinha apenas explicado a seu caixeiro o pedido que lhe fora feito e que tinha fallado língua de branco”. O réu dirigiu provocações dizendo que “os prêtos gostam muito de dar chicotadas nos brancos” e, finalmente, “enfurecendo-se elle, por isso que o queixoso lhe havia dito tbem por sua vez que os brancos sabem repellir a chicotadas quando disto há mister, avançou sobre elle com o chicote que tinha em punho e offendeu na rua publica por três vezes”. O ofendido e testemunha foram obrigados a subjugar-lo pelos braços.

Este fato constituía delito previsto no art. 206 do Código Criminal. Augusto Bormann fez a devida queixa às autoridades e “deixa de avaliar o danno causado por ser incalculável a affronta feita a seus brios, á sua honra e á sua dignidade”. Disse ainda que o réu tinha “o único fim de injurial-o, usando para isso de instrumento aviltante, e offendido-lhe em rua publica”. Ao final do processo, as partes estabeleceram um acordo uma vez que José Caetano de Faria reconheceu “sua imprudência deo a plena satisfação a Augusto Bormann, que satisfeito com tal reparação a sua honra e dignidade, consedeo-lhe perdão da offensa, com a condição de pagar todas as custas do processo”.⁵⁸²

Neste sentido, o uso que José Caetano de Faria fez do chicote para humilhar a Augusto Bormann e a expressão “sou tão bom quanto tão bom” mostram que o processo de alforrias vinha gerando um forte sentimento de igualdade numa sociedade ainda emoldurada pelo escravismo. No Brasil, assim como em todas as sociedades escravistas, a transição para a “livre” não foi abrupta, pois a manumissão era parte integrante do próprio gerenciamento da

⁵⁸² ACSM. Crimes. 1º Offício. Códice 353, auto 7795 (1886).

mão-de-obra escrava. Abrupto foi o *status* de “homem livre” adquirido pelos libertos. Assim, esses *nouveaux dégagés* foram tomados por certa euforia e por uma nova consciência de si e do outro. Se esta nova situação gerou resistência da parte daqueles que exerciam o controle social, do ponto de vista dos ex-cativos, fez brotar uma consciência de igualdade ainda não muito clara para ambos. Foi esta nova consciência de ser “tão bom” quanto o branco que lhe deu coragem para servir-se do chicote para açoitar e humilhar seu oponente que, simbolicamente, representava a sociedade que lhe escravizara embora não fosse brasileiro, mas branco que não falava “língua de negro”.

O chicote, por sua vez, representava a própria exclusão jurídica e ontológica da sociedade que o escravizou. Por isso, sua inclusão real ou fictícia na condição de homem livre deu-lhe coragem para usá-lo contra um homem branco, anulando seu antigo não pertencimento. No entanto, ele se esqueceu de que o Estado estava vigilante a estes possíveis exageros e, por isso, foi detido.

Este não foi o único caso com teor e forte significado racial ocorrido em Passagem no crepúsculo do século XIX. Em maio de 1890, Moisés Antonio de Lima, brasileiro, 66 anos, lavrador/mineiro e solteiro foi preso por estar esfaqueando a Felipe Santiago. Segundo testemunhas, o réu chamou-o de negro ao que a vítima havia respondido que “na verdade era negro, porque era da África, mais que houje (sic) era tão bom como tambom (sic)”. Outras testemunhas disseram que a discussão se prolongou porque o réu retrucou que “tambom como tambom não, você é negro e eu não sou” ao que a vítima novamente retorquiu que era “tão bom como tão bom e se já tinha sido captivo hoje estava livre e por isso erão todos iguais e d’ahi começaram a discutir”.⁵⁸³

Neste contexto, antes e depois da abolição formal de 1888, os habitantes de Passagem de Mariana passaram a conviver com os desafios políticos, econômicos, jurídicos e antropológicos abertos pela emancipação que, a qualquer momento, podiam eclodir assumindo tonalidades violentas. Nesta linha de raciocínio, Hebe Mattos afirma que “conflitos em torno de diferentes formas de exploração do trabalho, de classificação e identidades racializadas e da limitação ou ampliação de direitos de cidadania serão variáveis centrais e comuns às diversas sociedades escravistas”.⁵⁸⁴ Thomas C. Holt chama a atenção para o fato de que “para além da escravidão está a transição para uma sociedade ‘livre’ e as

⁵⁸³ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 341, auto n. 7560 (1890).

⁵⁸⁴ MATTOS, Hebe Maria. Prefácio. In: COOPER, Frederick et all. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 16.

vastas convulsões e transformações sociais provocadas por esta transição” que, frisemos, iniciam-se bem antes de maio de 1888.⁵⁸⁵

Dizer, como o fez John French,⁵⁸⁶ que a dicotomia escravo e livre possui uma relevância duvidosa, pois oriunda “de um entendimento da escravidão como um *status* de não-livre” e que livre e não-livre são “categorias ambíguas na sociedade brasileira, na qual as delimitações não são fixas” embora esteja correta à luz dos exemplos por ele citados, a rigor não condiz com toda a verdade. Na sociedade escravista brasileira havia ao menos uma delimitação imutável e essencial que o autor omitiu: os negros nunca foram senhores de escravos brancos. Esta inversão fundamental de *status* foi impossível. Neste ponto não cabe qualquer ambiguidade.

Liberdade é bem mais que conceito abstrato variável no tempo, no espaço e mesmo entre indivíduos, é uma relação social. A privação dela não o foi para os cativos, assim como a liberdade não foi abstração para os ex-escravos, nem para os livres. Embora muitos escravos fugissem para trocar de senhor ou para tentar reagrupar a família, milhares fugiram em busca da liberdade propriamente dita.

5 A política de assistência aos trabalhadores e familiares: hospital e moradia

5.1 O hospital

Todas as minas inglesas tinham seu serviço médico-hospitalar privado que era usado pelos superintendentes como uma maneira de mostrar a face humanitária dos ingleses. Todo o aparato hospitalar e farmacêutico instalado tinha a finalidade primeira de preservar o capital humano ameaçado pelos acidentes e doenças.

Ignácio F. Ferreira cita certo viajante chamado M. de L. que visitou Gongo Soco em 1826. Ele considerou o hospital desta companhia “espaçoso [e] bem distribuído” onde não tinha mais que “quatro a seis doentes ao mesmo tempo, e esses mesmos em conseqüências de contusões”. Esta circunstância, segundo ele, “falla a favor da salubridade do Gongo e da

⁵⁸⁵ HOLT, Thomas C. A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick et al. Op. cit. 2005, p. 91.

⁵⁸⁶ FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 81.

maneira humana por que são ahi tratados os escravos e os obreiros livres”.⁵⁸⁷ A *St. John d’el Rey Mining Company* também possuía um hospital que, em 1881, nas palavras de D. Pedro II, estava “bem arranjado”.⁵⁸⁸

Embora não tenha sido possível contabilizar estatisticamente os dados do hospital da Mina da Passagem, recorreremos àqueles referentes ao hospital da companhia de Morro Velho que em meados do século XIX “recebia annualmente perto de dois mil enfermos”.⁵⁸⁹ Acreditamos que a taxa de internação hospitalar de Passagem situe-se, em termos percentuais, muito próxima a esta que atingia, aproximadamente, 5,47 casos por dia.

Mostrando rara perspicácia, Suzannet duvidou da total veracidade das informações que recebeu sobre a “humanidade dos ingleses proprietários das minas”, visto que as obteve “dos próprios feitores de escravos” que, sem dúvida, tinham “interesse de dissimular diante de um francês a severidade para com os negros, mas que, em compensação, não tem nenhum interesse direto em matar de trabalho os escravos da companhia”.⁵⁹⁰

Marc Ferro lembra-nos que a construção de hospitais ou escolas é uma forma de penetração de práticas sociais, de saberes, de ciência, pois “juntamente com o professor primário, o médico serviu para legitimar a presença do colono”. A medicina estrangeira, diferentemente da nativa, era considerada “sábia”, isenta das credences locais. Na Índia, os ingleses chegaram a criar inclusive o *Indian Medical Service*. Voltado primeiro aos ingleses, este serviço passou a tratar também aqueles que trabalhavam para os colonos e, depois, toda a população, tomando “foros de epopéia”.⁵⁹¹

A existência do hospital é, por si só, um indicador da alta periculosidade e insalubridade reinantes no local de trabalho. As companhias inglesas de mineração precisavam oferecer assistência médico-hospitalar e farmacêutica a seu corpo funcional (administradores, trabalhadores livres e escravos), pois o trabalho em minas era árduo, malsão e perigoso. Além disso, a grande concentração de homens no local de trabalho e na pequena localidade criava propícias condições para a proliferação de doenças infecto-contagiosas que exigiam a construção dos setores de isolamento (para leprosos, tuberculosos, variolosos e outros).

Apesar das insistentes pesquisas, não foi possível descobrir a data de construção do hospital da Mina da Passagem, tampouco levantar suas dimensões e infra-estrutura

⁵⁸⁷ FERREIRA, Ignácio Francisco. *Diccionario Geographico das minas do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 571.

⁵⁸⁸ D. Pedro II. Op. cit. 1957, p. 82.

⁵⁸⁹ Extraído de *Almanach* de 1865, p. 214. In: *RAPM*. 1901, p. 346.

⁵⁹⁰ SUZANNET. Conde de. Op. cit. 1954, p. 122.

⁵⁹¹ FERRO, Marc. Op. cit. 1996, p. 168.

(número de leitos e equipamentos). Entretanto, ele já existia desde a época da *Anglo-Brazilian Gold Company*, pois quando Richard Burton visitou esta companhia em 1867, ele avistou o hospital e considerou-o “um prédio de bom aspecto”.⁵⁹² Mas, passou ao largo e não registrou nada sobre ele (**Figura 27**).

Figura 27 - Hospital da Mina da Passagem: meados do séc. XX. Autor não identificado. Foto cedida por Leandro H. Santos.

Sua sucessora, a *Ouro Preto Gold Mines* o manteve em funcionamento. Novamente a obra de Ferrand é aquela que oferece maiores detalhes sobre o serviço médico desta companhia. Diz ele que o hospital estava instalado “em uma casa espaçosa e bem ventilada, situada a um quilômetro da mina, na estrada de Passagem a Mariana.” Nele havia um médico, um enfermeiro e uma enfermeira. Acrescenta que “aí se tratam feridos, bem como os nativos doentes, empregados na mina, que não têm meios de se tratarem em casa.” Ficava facultado ao operário que sofreu um acidente no canteiro de obras realizar seu tratamento em casa, mas por isso, recebia “durante todo o tempo a metade de seu salário.” Estes serviços eram oferecidos “gratuitamente à disposição do pessoal e de sua família, por meio de uma contribuição de 1,5% retirado do salário”.⁵⁹³ Portanto, não era gratuito, era pago.

Dentre 1412 óbitos registrados no cartório de Passagem, 103 (7,29%) tiveram seu passamento no referido hospital no período da *Ouro Preto Gold Mines*. Isto não significa que tenham sido apenas estes que lá se verificaram, tamanho é o número de registros onde não consta o local de falecimento. O primeiro registro de óbito ocorrido dentro do hospital data de

⁵⁹² BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 281.

⁵⁹³ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 332s.

18 de novembro de 1891. Trata-se de José Alves que faleceu de “mesenterite tuberculosa aguda”. O atestado foi assinado pelo já citado Dr. João Baptista Ferreira Velloso.⁵⁹⁴

Os dados coligidos permitem inferir que o hospital realmente atendia aos familiares dos mineiros. Os registros de óbitos do cartório de Passagem apontam que a maioria absoluta das entradas era formada por homens adultos (nacionais: 76% e estrangeiros: 24%), mas acusa também a entrada de 6 mulheres e até de uma criança de 18 meses. As *causas mortis* destas mulheres foram: tuberculose pulmonar, angina, pneumonia, colapso cardíaco, peritonite e “shock operatorio causado pela operação”.

Entre 18 de janeiro de 1891 e 31 de dezembro de 1897 o hospital da companhia atendeu, segundo os registros de óbito, 103 homens. Dentre estes, 63 foram identificados como “mineiro”, “operário”, “contratista”, “funcionário da dita Companhia”, “jornaleiro”. Eram, portanto, trabalhadores da mina que usufruíram do direito ao atendimento médico no hospital. Seria por demais redundante apontar a *causa mortis* de todos eles, haja vista que já temos conhecimento das principais enfermidades e acidentes de que os mineiros eram vítimas.

Uma das mulheres que faleceu em julho de 1904 no hospital mostra que o trabalho na mina não permitia que muitos casamentos fossem duradouros. Henriqueta Cuca era uma jovem viúva italiana de 23 anos que havia se casado com o austríaco Eugênio Polanque de 29 anos que falecera em fevereiro deste ano de tísica pulmonar.⁵⁹⁵

O atendimento médico prestado ao delegado de polícia de Passagem, João Pessoa, em 1912, revela que este serviço era extensivo a homens com quem a companhia tinha interesse de manter boas relações.

É interessante notar que algumas autoridades políticas de Mariana no século XIX e XX, como o presidente da Câmara de Mariana e Senador Gomes Freire de Andrade e o Deputado João Baptista Ferreira Velloso, foram médicos neste hospital. É evidente que larga parcela de seus eleitores era composta por trabalhadores da mina que ficavam sob seus cuidados. Nota-se então que os tentáculos da empresa atingiam as raias da política local, estadual e nacional. Instalados em postos que definiam os rumos da legislação, sua atuação foi marcada pelo empenho em reduzir as taxas de impostos das companhias inglesas instaladas em Minas, unindo elos de uma cadeia de interesses que se justapunham.

Quando a mina foi vendida aos brasileiros em 1927, o então Diretor do serviço médico da *Companhia Minas da Passagem*, Dr. Josaphat Macedo disse que no segundo

⁵⁹⁴ ACRCM. Livro de Óbitos n. 1, f. 3v.

⁵⁹⁵ ACRCPM. Livro de Óbitos n. 2, p. 82v e 83.

semestre de 1929 encontrou o velho hospital “ineficiente, porque abandonado”.⁵⁹⁶ Entretanto, não forneceu nenhuma informação suplementar sobre o real nível deste abandono.

A **Tabela 26** indica as despesas com o hospital ao longo do período de 1890 a 1904 comparadas com outros gastos. Note que as saídas se elevam à medida que foram introduzidas as inovações tecnológicas e houve o aumento do contingente de trabalhadores, especialmente após 1894 com a chegada dos imigrantes. Observe ainda que a medida de melhoria da atmosfera no subsolo ocorrida em 1904 veio justamente no ano seguinte às despesas hospitalares terem atingido o mais alto patamar.

Tabela 26 - General expenditure in Brazil (1890- 1904) (1)

Custos	Mine	Mill Costs/ Milling	Administration	Taxes	Charges/Duty on Gold	Hospital	Total (2)
1890	28,269,2,6	7,891,11,9	1,051,16,6	367,10,0	1,339,15,0	165,13,11	42,190,9,8
1891	28,744,6,0	9,014,14,6	1,673,9,10	413,18,2	1,300,18,5	87,3,11	44,048,3,2
1892	-	-	-	-	-	-	-
1893	25,897,11,1	7,245,1,10	1,610,11,7	292,3,3	671,18,10	40,7,1	38,077,9,10
1894	25,398,13,8	8,525,2,3	1,850,0,10	53,6,8	791,10,11	106,4,8	38,994,4,6
1895	-	-	-	-	-	-	-
1896	34,127,1,2	11,397,1,4	2,379,1,1	84,10,11	1,680,5,10	358,14,9	54,292,15,8
1897	39,849,0,5	16,233,7,5	2,979,9,6	377,7,8	2,584,17,5	429,2,8	65,814,14,1
1898	44,635,1,2	17,272,8,3	1,866,16,0	125,17,8	3,512,15,6	274,7,6	70,425,11,3
1899	44,704,10,3	18,918,17,1	1,634,15,1	126,16,6	3,425,15,3	126,13,5	72,065,10,7
1900	-	13,361,19,6	1,646,13,9	128,2,10	3,646,1,11	248,3,11	74,359,1,1
1901	-	16,303,12,0	1,646,3,3	172,10,3	3,064,16,8	425,8,5	80,654,0,4
1902	-	16,146,1,5	1,797,6,3	194,11,7	2,987,11,4	739,14,7	81,421,4,3
1903	-	17,424,8,8	1,844,6,0	199,2,7	3,234,15,11	1,014,11,3	90,940,4,1
1904	-	14,768,7,7	2,025,7,7	204,5,11	3,187,11,6	1,035,7,6	86,383,16,8

1) Não foram incluídos todos os itens do Balanço original. Mantivemos apenas aqueles que se mostraram mais freqüentes e com denominação inalterada, a fim de estabelecer comparações com os custos do hospital. Não foram incluídos, p.ex., os gastos com a agência de Ouro Preto, com a mina de Borges, com frete e seguro do ouro, dentre outros.

(2) Corresponde ao total dos custos do Balanço original.

(3) Inclusive passagens dos trabalhadores.

⁵⁹⁶ MACEDO, Josaphat. Op. cit. 1939, p. 20. Depois de sua reestruturação na década de trinta do século XX, o hospital passou a ser considerado o melhor da região, sendo o primeiro de Minas Gerais a possuir Raio X (adquirido em 1935) e, segundo a tradição oral, já manteve exposto, dois pulmões de silicóticos.

5.2 A moradia dos escravos: a senzala

Nas minas inglesas, de maneira geral, quando ainda vigorava o regime escravista, havia uma política de fornecimento de habitação aos escravos. Francis Castelnau visitou a mina de Cata-Branca em 1843 e elogiou o aspecto robusto e saudável dos 450 escravos da mina que habitavam dormitórios “élevés, bien aérés et garnis de chaque cotê de lits disposés sur deux étages et d’une parfaite propreté”.⁵⁹⁷

Na Mina da Passagem a senzala ficava próxima à mina, não muito distante da Casa-grande e afastada da principal aglomeração das casas do distrito, no local denominado Fundão. Quando a inglesinha Jess ainda era uma criança de 3 anos, foi levada a este local pela empregada negra para “ver seu povo”. Apesar da pouca idade, Jess recorda-se que a velha senzala era, por volta de 1888-1890

the old slave quarter, white-washed one storey houses with red tile roofs; houses built three sides of a square within the centre of the square a wood frame with a piece of metal hanging, which, being knocked with a hammer, awakened the slaves to go to their work in the mines. The people now living in the Fûndaô were free: they still worked in the gold mine and used the metal as an alarm clock.⁵⁹⁸

Note que Jess emprega o plural [storey houses]. Isso indica que esta edificação, embora não fosse contígua à Casa-grande, se aproxima mais da “senzala em quadra” descrita por Rafael Marquese que dos três tipos (pavilhão, barracão e cabana) identificados por Robert Slenes (1999). Senzalas em quadra eram: “edifícios contínuos erigidos em formato retangular e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única”.⁵⁹⁹

Sua localização distante da Casa-grande deve-se ao fato de que quando adquirida, a residência senhorial não possuía o formato em U *Palladiano* com senzalas contíguas, obrigando os ingleses a se adaptarem à realidade espaço-construtiva preexistente. De qualquer forma, coaduna-se ao fato de que os ingleses não viam os escravos como um

⁵⁹⁷ “elevados, bem arejados e providos de cada lado de leitos dispostos em dois andares e com uma perfeita limpeza”. In: CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l’Amérique du Sud*, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima ao Para; par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 a 1847. Histoire du Voyage, Tome Premier. Paris: P. Bertrand, Libraire-Éditeur, 1850, p. 238.

⁵⁹⁸ “Um depósito branco com telhado vermelho. Eram casas construídas com três lados de um quadrado: no centro do quadrado um tronco de madeira com um pedaço de metal pendurado que, tocado com um martelo, acordava os escravos para trabalharem nas minas. O povo que habitava o Fundão já era livre e ainda trabalhava na mina de ouro e usava o metal como despertador.” *AJM*. Acervo do autor, sd, sp.

⁵⁹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v.13, n.2. São Paulo jul./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em 16 de outubro de 2008.

“prolongamento físico” de sua família, assim como muitos senhores brasileiros e o hiato senzala/casa-grande reitera o distanciamento social que havia entre senhores e escravos.⁶⁰⁰

Do relato de Jess, subentende-se que havia uma entrada única e que as portas eram voltadas para o pátio, mas não podemos inferir o uso de trancas e falta de janelas. O tronco de madeira, então remodelado em seu uso, outrora deve ter servido para a punição dos escravos. Por fim, as cores que ela percebeu: o branco e o vermelho sugerem que as casas eram caiadas e cobertas de telhas, mostrando que foram concebidas para moradias permanentes, o que também pressupunha “a existência de uma comunidade com relações familiares estabelecidas”.⁶⁰¹ De qualquer forma, assim como as similares paulistas, fluminenses ou cubanas, este modelo negava brutalmente a autonomia escrava em sua construção e facilitava o controle espacial e visual sobre os cativos para evitar revoltas. Por outro lado, não impedia a formação de laços conjugais estáveis e a preservação de suas orientações culturais profundas trazidas da África, como salientou Slenes.

5.3 As moradias dos trabalhadores livres

Em 1872 Friedrich Engels escreveu três artigos para o *Volksstaat* de Leipzig sobre a questão do alojamento onde polemizou com as idéias de Proudon e dos “burgueses filantropos”.⁶⁰² Consoante à sua preocupação, tentaremos responder como os ingleses resolveram a questão do alojamento para as sucessivas levas de trabalhadores que chegavam à Mina da Passagem.

A concentração de grande contingente mão-de-obra próxima ao local de trabalho é uma consequência direta da produção em larga escala. A industrialização acentuou este processo a dimensões inusitadas. A fixação dos trabalhadores próximos à empresa atende à premente necessidade empresarial de redução do tempo gasto no deslocamento, vigilância e ainda serve como mecanismo de aliciamento e chantagem quando necessário.

A construção de moradias para os trabalhadores livres fazia parte da política de fornecimento de vantagens como forma de conquistar sua fidelidade e enraizamento próximo ao local de trabalho, assim como eficaz instrumento de pressão, pois eles podiam ser

⁶⁰⁰ Sobre a conformação de plantas arquitetônicas das sedes administrativas das unidades rurais sob a influência da estética Palladiana numa perspectiva atlântica, veja MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo: v.14, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br.

⁶⁰¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit. 2005, sp.

⁶⁰² ENGELS, Fridrich. *Questão do alojamento*. Lisboa: Dinalivro, 1975.

despejados na ocorrência de qualquer contrariedade causada à empresa. Trata-se do mesmo recurso usado pelas indústrias na Inglaterra da Revolução Industrial. O despejo de trabalhadores grevistas sempre foi um expediente empregado pelos patrões, como na grande greve dos 40.000 mineiros de Northumberland e Durham de 1844, para desmoralizar a família e enfraquecer o movimento. A miséria, a fome, o medo das armas, as calúnias e a humilhante falta de teto formam obstáculos dificilmente superáveis. Como disse Engels, o sistema de *cottages* era uma necessidade e é utilizado “para melhor explorar os trabalhadores”.⁶⁰³

Moradia não é bem de consumo, é necessidade básica do ser humano. Todos precisam morar de alguma forma em algum lugar. A casa é o centro da vida familiar, o ponto de convergência do trabalhador antes e após o trabalho. É seu local de descanso, proteção às intempéries, alimentação, nascimento e recolhimento dos filhos, conagração, intimidade e, na maioria dos casos de óbitos verificados em Passagem, de morte.

A questão da moradia era tão crucial no século XIX que serviu de tema para a obra *A questão do alojamento* de Engels e ocupou também as reflexões de Karl Marx. Em outro livro, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels apoia-se nos relatórios do comissário Mitchell que visitou os dormitórios dos mineiros ingleses, que mediam “18 pés de comprimento e 13 de largura e preparado para acolher 42 homens e 14 rapazes, ou seja, 56 pessoas em 14 camas metade das quais estavam dispostas, como num navio, uma por cima das outras”. Por não haver abertura de ventilação, o ar viciado tornava o odor insuportável. Engels considerou aviltante esta condição, pois não se tratava “do porão de um navio de escravos americanos, mas da habitação de ‘britânicos nascidos livre’”.⁶⁰⁴ Situações idênticas a estas podiam ser encontradas nos bairros operários, vilas e cortiços de diferentes regiões do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.⁶⁰⁵

Quanto à Mina da Passagem, a primeira referência à existência de alojamentos coletivos, conhecidos como “Bom-será” foi encontrada na escritura de venda da *Anglo-Brazilian Gold Company* a Robert Wendeborn firmada a 9 de fevereiro de 1876. Os bens vendidos consistiam em terrenos minerais, engenhos, chácaras e “diverças cazas denominadas Bomsera edificadas a margem do corrigo que vem da olaria”.⁶⁰⁶

⁶⁰³ ENGELS, Friedrich. Op. cit. 1985, p. 283.

⁶⁰⁴ Id. Ibid. p. 275.

⁶⁰⁵ Para o caso de São Paulo no século XX, ver: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 25ss e 57-73).

⁶⁰⁶ ACSM. Livro de Notas. 1º Ofício, 81/122 (1873-1876), f. 124v.

Estas residências, se assim puderem ser classificadas, ficaram conhecidas como “Bom-será” (**Figura 28**). O nome é oriundo do chiste popular “Bom-será que não se matem vivendo juntos”, sob o qual jaz a idéia preconcebida de que os pobres são mais suscetíveis à violência, à criminalidade, à promiscuidade e à prostituição, principalmente quando amontoados. Em 1917 detectamos a existência de sete destas habitações coletivas localizadas à Rua do Bicame, Rua do Campinho e na Rua de Baixo.⁶⁰⁷

Figura 28 - Bom-Será em Passagem de Mariana. Foto: autor desconhecido

Este tipo de habitação coletiva, diferentemente das *cottages* (onde cada trabalhador tem sua casa separada das demais), impossibilitava ao trabalhador se tornar proprietário de sua casa, permanecendo sempre dependente do patrão pagando-lhe pelo eterno direito do capital.

As crescentes vagas de trabalhadores que chegavam à mina exigiam a ampliação deste fundamental serviço de assistência. Em 1889, Henry Gifford relata aos acionistas que:

The increased number of hands employed has necessitated putting up several cheap houses for workmen, and the large house named Olaria, and just purchased by the Company, is being fitted up as a barracks for men. A suitable place has also been arranged as a hospital to receive the more serious cases of sickness and will prove a great benefit to the workmen.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ AHCMM. Códice 8. Livro de Imposto Predial. 1917, f. 24 e 31v.

⁶⁰⁸ “O aumento do número de mãos empregadas obriga a colocação de várias casas baratas para os operários, e o casarão denominado de Olaria, foi comprado pela companhia, está sendo montado como barracos para os

No relatório de 1890, Gifford reafirma a necessidade da construção das casas “owing to the increased developement of the establishment, and consequent larger number of hands”, sem as quais “it being impossible otherwise to retain workmen”.⁶⁰⁹ Estas casas baratas e um grande alojamento custaram à companhia 1.300 libras neste ano, mas que “this cost, however, will be recovered in a few years from rents paid by tenants”.⁶¹⁰ Findo o prazo de cobertura dos gastos, o valor dos aluguéis passava a ser contabilizado como mais uma fonte de dividendos à empresa a contribuir para que seu saldo financeiro fosse positivo.

No ano administrativo de 30 de junho de 1890 a 30 de junho de 1891, Gifford relata que foram necessárias algumas adições para receber o aumento da demanda por acomodações. A administração viu-se então impelida a comprar a propriedade denominada Olaria: “the purchase of this property, which cost about £ 300, has been included in Construction Account. The property comprises a good deal of land and one very large house with outhouses, capable of accommodating a good number of men.”⁶¹¹ Entre 1893-94 Paul Ferrand esclarece como eram os alojamentos dos mineiros livres. Diz ele:

foram construídas casas, espécie de grandes retângulos divididos em dois, longitudinalmente, e repartidos em cômodos quadrados de quatro metros de lado, em número de 40 a 50 por casa. Cada cômodo tem uma janela e uma porta de um lado, e se comunica, do outro, com seu simétrico por meio de uma porta. Para os solteiros, aluga-se um quarto à razão de 2\$000 réis por mês. Aos casais, alugam-se vários quartos, segundo o tamanho da família, à base de 2\$000 réis por quarto; a um casal sem filhos, concedem-se dois quartos.⁶¹²

A média pessoa/habitação nestes alojamentos giraria em torno de 83,3 pessoas por Bom-será adotando-se os indicadores que considerem 3 variantes possíveis de acomodação no modelo de 50 quartos: 1) 50 solteiros - aceitando hipoteticamente apenas 1 por quarto; 2) 100 casais e 3) 100 pessoas - considerando 1 casal com 2 filhos ocupando 2 quartos por família.

Em 1896, a existência de 3 moinhos com, 20, 32 e 40 pilões, o regular funcionamento da cloretação e o uso da máquina de bombeamento Pelton dinamizaram e

homens. Um local adequado também foi organizado como um hospital para receber os casos mais graves de doenças e irá revelar um grande benefício para os operários”. AR. Agosto de 1889, p. 28.

⁶⁰⁹ “Devido ao aumento do desenvolvimento do estabelecimento, e conseqüente maior número de mãos (...) seria impossível manter operários de outra forma”. In: AR. 30 de agosto de 1890, p. 32. Grifo nosso.

⁶¹⁰ “Esse custo, porém, será recuperado em poucos anos a partir de rendas pagas pelos inquilinos”. In: AR. 30 de agosto de 1890, p. 32.

⁶¹¹ “A aquisição deste imóvel, que custou cerca de £ 300, foi incluída na Conta de Construção. A propriedade compreende uma boa porção de terrenos e uma casa muito grande com depósitos, capazes de acomodar um bom número de homens”. In: AR. Agosto de 1891, p. 39.

⁶¹² FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 333.

elevaram de maneira significativa o volume de minério triturado que exigiu da companhia maior número de braços e, por isso

To provide accomodation for the increased number of hands for construction work, and those we shall require when the new mill starts; about £ 2,000 was expended on houses and barracks for the workmen

One long barracks, divides into eight separate houses, with large dormitories, kitchens and sheds was built in a substantial manner, and provides accomodation for 50 or 60 men. Besides this, other smaller houses were built for families, but even now, many houses are overcrowded, as many of the Italians are having out their families.⁶¹³

Novamente, o aumento da extração devido aos novos maquinários (perfuratriz) e recursos técnicos adotados em 1896-1897, demandaram maior número de trabalhadores e, consequentemente,

Further accommodation had to be provide, but expenditure under this head has ceased since December, and we now have sufficient houses for the force employed. As none of the houses near the Mine were supplied with water fit for drinking purposes, and some of the sickness amongst the workmen being ascribed to this cause, two tanks with sand filters were built and the water laid on in pipes to the various groups of houses.⁶¹⁴

Em 1899, ainda de acordo com o relatório de Gifford, as casas dos trabalhadores apenas exigiram limpezas e reparos.⁶¹⁵ Na propriedade de Bucão, comprada em 1900, havia algumas casas velhas em mau estado de conservação que foram limpas, arrumadas e dispostas sob aluguel para acomodação de famílias de vários trabalhadores. O mesmo foi feito com a casa existente na propriedade de Boa Esperança, adquirida em 1901, que sempre esteve ocupada pelos trabalhadores da companhia. O custo de sua compra seria resgatado em alguns anos através dos aluguéis cobrados.⁶¹⁶

Nestes relatórios não surge nenhuma palavra quanto aos sanitários e outros espaços para higiene. Neste tópico, lamentavelmente, não encontramos auxílio esclarecedor em nenhuma outra fonte. Mas, a julgar pelas sucessivas epidemias, pelos casos de

⁶¹³ “Para prover acomodação para o aumento do número de mão-de-obra de construção, e os que iremos exigir, quando começar a nova usina; cerca de £ 2000 foram gastas em casas e barracos para os operários. Um grande barraco, dividido em oito casas separadas, com grandes dormitórios, cozinhas e hangares foi construído de forma substancial, e oferece acomodação para 50 ou 60 homens. Além desse, foram construídas pequenas casas para as famílias, mas até agora, muitas casas estão superlotadas, como muitos dos italianos estão tendo que abandonar as suas famílias”. *AR*. Setembro de 1896, p. 33.

⁶¹⁴ “Uma nova acomodação teve de ser providenciada, mas as despesas no âmbito desta categoria tinham acabado desde dezembro, e agora temos casas suficientes para a força empregada. Como nenhuma das casas perto da mina eram abastecida com água potável para fins próprios, e algumas das doenças entre os operários estavam sendo atribuídas a esta causa, dois tanques foram construídos com filtros de areia e a água foi distribuída nas pipas para vários grupos de casas”. *AR*. Setembro de 1898, p. 29.

⁶¹⁵ *AR*. Setembro de 1899, p. 30s.

⁶¹⁶ *AR*. Agosto de 1901, p. 34.

tuberculose e outras doenças infecto-contagiosas que ocorreram em Passagem e que vitimavam principalmente os trabalhadores e seus filhos, é fácil imaginar as péssimas condições de salubridade destas moradias: o consumo de água contaminada, o ar viciado e fétido, a falta de latrinas, a baixa iluminação solar e a degradação humana que produziam.

A única característica interna levantada sobre estas habitações foi a falta de privacidade dos quartos separados apenas por biombos. O mineiro pardo de 46 anos, Francisco Antonio dos Santos faleceu em 1925 no “barracão dos solteiros onde residia”. Deixou, na Vila de Piracicaba viúva, “seis filhos menores” e nenhum bem de valor. Francisco morreu “repentinamente sem assistencia medica e de morte natural”, mas foi socorrido pelos vizinhos de quarto que “treparam o biombo e parede que separam os quartos.”⁶¹⁷

As companhias inglesas, como a *St. John d’el Rey Mining Company* e a *Imperial Brazilian Mining Association*, forneciam também moradias diferenciadas para os trabalhadores ingleses. Foi nesta última que George Gardner avistou em 1840 a vila inglesa onde todas as casas

têm um andar térreo, são bem alinhadas, seguindo as ruas, isoladas e dispersas como cottages inglesas com jardins de flores e também palmeiras e outras plantas tropicais. Perto do centro da vila se ergue uma igreja, pequena, mas elegante, para os trabalhadores brasileiros livres e os escravos empregados pela companhia. Um padre católico é dedicado a seu serviço e outrora, havia também, um pastor inglês. Nessa vila residem os chefes e a maior parte dos mineradores ingleses. As operações da mina se efetuam a uma meia milha a oeste, e as casas dos escravos estão situadas perto dos trabalhos.⁶¹⁸

Passagem também possuía sua “vila inglesa”, cujas casas tinham maior volumetria e os indispensáveis jardins, situadas em sítios mais aprazíveis e com o devido distanciamento em relação aos outros habitantes do lugar.

Outra forma de habitação dos mineiros eram as denominadas cafuas: casas de apenas um cômodo, feitas de pau-a-pique e cobertas com palha. Interiormente, constituída de quase nenhum mobiliário, um fogão à lenha e, quiçá, tamborete, moringa, esteira de palha e outras quinquilharias.

Além destas três formas de habitações, havia ainda aqueles trabalhadores livres que moravam nas pensões alugadas por particulares desde o século XIX. Há estreita relação entre salário do trabalhador/tipo de habitação/número de membros da família. Quanto mais esta aumenta, diminui seu padrão de habitação; quanto maior o aluguel, a necessidade de alimento e vestuário, menor sua qualidade de vida.

⁶¹⁷ ACRCPM. Livro 4, f. 114v e 115.

⁶¹⁸ GARDNER, George. Op. cit. 1975, p. 221.

A documentação compulsada não permite responder o que ocorria com a família do mineiro, viúva e órfãos que moravam nas casas da companhia, quando aquele morria vítima de doença ou acidente de trabalho. Provavelmente teriam que abandonar a casa e depender da rede de solidariedade articulada por parentes e da ajuda fornecida pela Associação de Mútuo Socorro (fundada no final do século XIX), caso o mineiro fosse a ela associado.

A situação de penúria, levava alguns mineiros a dividirem sua casa com colegas de trabalho. Esta coabitação dava margem a crises de ciúmes e crimes passionais quando um casal abrigava sob seu teto um homem solteiro. Este foi o caso de João José de Araújo Barbosa, carpinteiro de 35 anos que trabalhava na companhia inglesa com o jornalista Manoel Caetano de 36 anos. No dia 29 de março de 1869 (no final do mês, portanto) Caetano desferiu 3 facadas em Barbosa. O réu alegou que “morando na mesma casa com João José Barbosa, depositando nelle confiança, suspeitou que elle Barbosa lhe era desleal cometendo adultério com sua mulher, e na hora de indignação, recorreio as bebidas alchoolicas que muito lhe perturbarão suas faculdades intellectuaes e neste estado aggredio a Barbosa quando elle réo já procurava outro domicilio, tendo recorrido ao préstimo de Antonio José de Abreu para alugar-lhe uma casa”.⁶¹⁹

As Moradias, o hospital, os serviços urbanos (limpeza de ruas, conserto de chafariz) e obras de infra-estrutura (fornecimento de energia elétrica) convergem para o estabelecimento de uma relação semi-totalizante da mina com os trabalhadores e a localidade. Ela só não foi completa, porque a igreja e o cemitério católicos já eram pré-existentes e a confissão religiosa dos ingleses de certa forma impedia-lhes de controlar e definir tudo o que concernia à religião católica. Caso contrário, a empresa teria também erigido o templo e escolhido os sacerdotes. Isto não significa que ela não interferia na prática religiosa dos mineiros e que os sacerdotes católicos não fossem omissos, colaboradores ou coniventes com os padrões protestantes.

Resta o fato inobjektável de que o domínio do capital ultrapassa os limites da empresa e abarca esferas fundamentais da existência dos trabalhadores: a moradia, a assistência médico-hospitalar, a salubridade urbana e a introdução de recursos modernos de grande impacto como a iluminação elétrica, como veremos adiante.

⁶¹⁹ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 355, auto n. 7841, fls. 34v e 35.

6 O vestuário de trabalho

A vestimenta e os equipamentos pessoais de trabalho são elementos da cultura material que identificam as profissões. No caso do mineiro de minas subterrâneas a vela (posteriormente a lâmpada de Davy e o lampião de carbureto ou gásômetro) e o malho são instrumentos inseparáveis de sua rotina. Os mineiros, assim como os carpinteiros e agricultores tinham uma relação de afinidade particular com suas ferramentas de trabalho.⁶²⁰ A roupa de trabalho faz parte do homem, à medida que o identifica na sociedade e na estrutura hierárquica da mina, assim como o homem faz parte dela enquanto a usa.

Vestuários adequados à função transmitem mensagens facilmente apreensíveis pelos pares e fazem parte de um código laboral que instrue tanto sobre a hierarquia quanto dá uma visão de mundo. Em cada uma das formas de vestir há diferentes expressões e linguagens que são respostas aos problemas essenciais vividos no mundo do trabalho.

O uso de roupas de trabalho na mineração, do tipo inglesa, pode ser encontrado na mais antiga delas, a *Imperial Brazilian Mining Association*. Ferrand relata que no dia 21 de janeiro de 1830 os mineiros “trouxeram da mina um chapéu de minerador cheio com cerca de 4 litros de terra aurífera” para mostrar ao capitão Lyon.⁶²¹ Douglas Libby observou que nesta mesma companhia “a lista de vestimentos fornecidos em intervalos mais ou menos regulares, por exemplo, inclui vários tipos de camisas, calças e blusões para os homens e a mesma variedade de vestidos, blusas e saias para as mulheres”.⁶²²

A figura 21, anteriormente citada, mostra a contagem dos escravos da *St. John d’el Rey Mining Company* feita quinzenalmente aos domingos. Nela percebe-se a existência de categorias distintas de vestuário. A imagem feita em preto e branco impede a distinção das cores e adornos presentes neste vestuário de trabalho. No entanto, a descrição traçada por Richard Burton permite vislumbrar com minúcias o simbolismo das roupas masculinas, femininas e infantis. As mulheres vestiam seu “uniforme domingueiro” composto de:

Saias de algodão branco, com uma fita vermelha estreita à altura do terço inferior; xale de algodão, riscado de azul e branco e um lenço de cores vivas, geralmente escarlate, cobrindo a carapinha. Ao lado direito, perpendicularmente à coluna, são colocadas ‘as mulheres de boa conduta’. O emblema do primeiro ano é uma larga tira vermelha em torno da bainha da saia branca, substituída por tiras da mesma cor

⁶²⁰ Sobre a afinidade dos trabalhadores com seus instrumentos de trabalho, cf. HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁶²¹ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 165.

⁶²² LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1998, p. 305.

e mais estreitas, uma para cada ano, até o número místico de sete, que dá a liberdade. Vimos dez mulheres e outros tantos homens candidatos à manumissão.⁶²³

A vestimenta dos homens era igualmente repleta de significados. Estes vestiam

Camisas brancas, coletes frouxos de lã azul, bonés vermelhos – turcos ou ‘glengarry’ – e calças de algodão. Os ‘homens de jaqueta’, como são chamados os de ‘boa conduta’ ficam à esquerda, em ângulos retos com o batalhão das Amazonas. Usam paletós sem manga de sarja azul, com golas e punhos vermelhos, cintos brancos, guarda-pós com riscos vermelhos nas costuras e os bonés habituais; cada um traz uma medalha com o selo da Morro Velho, como emblema da próxima liberdade.⁶²⁴

As crianças com idade de participar da revista eram “vestidas de maneira cômoda e decente, formando um grande contraste com os negrinhos que se vêem em torno”.⁶²⁵

Nas minas inglesas, além de vestir o escravo, o *planning* buscava, principalmente, uniformizar e hierarquizar. As roupas são, portanto, elementos identificadores do *status* e da função exercida por cada um no local de trabalho. Outrossim, associadas às medalhas, expõem a todos a política de premiação estabelecida pela companhia (**Figura 29**).

Fig. 29 – Medalha conferida pela *Saint John d’El Rey Mining Company Ltda* aos escravos por boa conduta. (anverso e verso). Fonte: Acervo do Museu Imperial de Petrópolis. Sd.

Richard Burton foi o primeiro a descrever a vestimenta típica do mineiro do subsolo. Ao descer na Mina de Morro Velho em 1867, “o chefe da mina nos fez calçar botas

⁶²³ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 207.

⁶²⁴ Id. Ibid. p. 207.

⁶²⁵ Id. Ibid. p. 207.

pesadas, para proteção dos calcanhares, e usar chapéus de couro duro, para proteger a cabeça contra pedras caídas ou pedaços de argila desprendidos; o resto da ‘toilette’ era constituído pelas ‘roupas antigas’”.⁶²⁶

Em 1881, D. Pedro II e Dona Teresa Cristina desceram na mesma mina, chegando a descer 457 metros. Para isso, o Imperador afirma que: “vesti-me como mineiro com minha vela pregada com argila ao chapéu” (**Figura 30**). Cinco anos depois, Ernest de Courcy, assim também foi vestido. Ao descer na mina junto com o superintendente e o capitão-geral, todos vestiram “roupas de mineradores, calça e paletó de tecido cinza, chapéu de zinco, depois fomos todos munidos de uma vela cercada de terra argilosa; essa vela assim preparada me intrigava muito, já que não podia compreender sua utilidade (...) a terra argilosa serve para fixar no chapéu a vela acesa”.⁶²⁷ Em 1889, Frank Vincent experimentou a negativa sensação de visitar as galerias desta mina e teve que usar roupas de mineiro, “especially useful as a shield against falling stones was a hat made of very stout felt. To the front of this a candle was stuck with a small lump of soft clay”.⁶²⁸

Figura 30 - D. Pedro II e D. Teresa Cristina em trajes de mineiro quando da visita à Mina de Morro Velho, em 1881. Desenho de Ângelo Agostini, publicado na *Revista Ilustrada*, do Rio de Janeiro, de 7 de maio de 1881, nº 244. Fonte: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, vol. XVIII, 1957, entre pp. 82 e 83.

⁶²⁶ BURTON, Richard. Op. cit. 1976, p. 213.

⁶²⁷ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 96.

⁶²⁸ “Especialmente útil como um escudo contra a queda de pedras foi um chapéu feito de feltro. À frente deste, uma vela foi presa com um pequeno monte de barro mole”. In: VINCENT, Frank. Op. cit. 1897, 277.

A descrição da vestimenta do mineiro feita no romance histórico *Morro Velho* aproxima-se bastante destas anteriores: “a calça e a camisa grosseira de algodão, o chapéu duro, desabado em forma de capacete romano, de cor cinzenta como a lama da mina, de uma massa rígida mortificando-me a cabeça; a vela de sobressalente além da do chapéu, o pesado malho e a broca, nada conseguira desanimar-me”.⁶²⁹

Este vestuário guarda estreitas relações com aqueles dos trabalhadores das minas européias mais antigas: chapéu (de formatos variados), vela para iluminação, calça até o joelho e camisa comprida ou até o ante-braço.⁶³⁰

As roupas usadas por D. Pedro II, Dona Teresa Cristina, Ernest de Courcy e Frank Vincent destacam-se pela simplicidade do corte. A matéria-prima empregada era grosseira, a confecção era rápida e, por conseguinte, os custos de produção eram menores. As indústrias do século XIX almejavam atingir a eficiência também através da simplificação do vestuário composto por menos elementos ou elementos mais simples.

O importante a observar é que nenhum destes relatos apresentados acima faz qualquer distinção entre o vestuário usado pelos escravos e pelos trabalhadores livres do subsolo. Nas minas inglesas o vestuário de trabalho dos escravos era fornecido pela própria companhia. Na vigência do trabalho livre, este ônus foi transferido para os próprios trabalhadores. Não identificamos qualquer referência quanto ao fornecimento de roupas aos trabalhadores livres por meio de desconto nos salários.

De acordo com o inventário de Antonio Varella Santiago, de 1768, o tempo de vida útil da roupa de seus escravos ocupados na mineração “costuma durar um ano o jaleco, e tanga, e a baeta dois”.⁶³¹ A julgar pelo estado enlameado como os mineiros saíam das minas inglesas no século XIX, é provável que suas roupas tivessem uma durabilidade aproximada.

A sujeira das roupas é um dos elementos distintivos do mineiro. Nas minas de carvão européias a aparência “escurecida” das roupas e da pele era um de seus mais claros símbolos. No caso da Mina da Passagem, a aparência dos mineiros depois do trabalho, provavelmente era mais barrenta (tonalidades de amarelo e marrom), a julgar pela cor do solo local. Esta inversão, este mascaramento crômico constitui a prova mais visível da visceral relação do mineiro com seu trabalho.

O vestuário dos trabalhadores ocupava parte da preocupação dos administradores das companhias auríferas inglesas. Observe na figura acima que não há nenhum bolso onde os

⁶²⁹ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 64.

⁶³⁰ Para melhor conhecimento dos diferentes tipos de vestimentas de mineiros, confira AGRICOLA, Georgius. *De re metallica*. New York: Dover Publications, 1950, passim e SEBILLOT, Paul. Op. cit. 1894, passim.

⁶³¹ ACPOP. Códice 310, auto 6630, 1º ofício (1768). Citado por REIS (2007, p. 219).

trabalhadores pudessem esconder ouro. O objetivo do uso de vestes simples e sem bolso era o de prevenir contra furto. Richard Burton deixou claro que o ouro solto da jacutinga, ao contrário do da pirita facilitava o furto e, por isso, exigia maior cuidado de prevenção como a confecção de um vestiário “onde ficarão as roupas que possam conter ouro”.⁶³² O ouro da Mina da Passagem enquadra-se no segundo caso. Esta é uma das razões pela qual encontramos apenas um caso de furto na Mina da Passagem (na fase da *Ouro Preto Gold Mines*) e oito na *Don Pedro North Del Rey* (geralmente ocorridos à noite nas canoas do canal) nos processos-crime analisados no período entre 1864-1899.

No ano de 1873 aconteceu um acidente fatal com Augusto Palm, feitor da Redução na *Don Pedro North Del Rey*. Seu inventário foi aberto com uma declaração redigida pelo superintendente da companhia dizendo:

No dia 27 do passado [novembro], um dos feitores da Redução, Augusto Palm, cahindo sobre a roda da máquina da Redução e ficando mortalm.e ferido e conduzido para o hospital da companhia, e por occasião de ser medicado encontrou-se em um dos bolsos do ferido uma porção de ouro, sendo algumas folhetas e ouro em pó misturado com jacotinga furtado da máquina da Redução da qual era feitor e tinha em seo poder a chave.⁶³³

Desconfiado que o volume do furto fosse maior que as 56 oitavas encontradas no bolso, John Manders (superintendente), Roberto Wendeborn (empregado encarregado da Redução) mais duas testemunhas se dirigiram para o dormitório do ferido (que depois veio a falecer) e, em buracos feitos na parede “ahi encontrarão diverços embrulhos e ainda arêa sobitrahida da máquina da Redução contendo os embrulhos ouro, que sendo pezado verificou-se ter 463 oitavas, sendo todo o ouro pelo feitor furtado da máquina onde feitorizava”⁶³⁴ O superintendente solicitou ao juízo a restituição das quantias argumentando que “o falecido estreou na Companhia empregado um ano e vencia o salário de 40\$000 mensais e chegando quando procurou emprego em estado de miserabilidade não podia obter a quantia de ouro que foi encontrada senão por meio do furto”.⁶³⁵ Se sua roupa continha bolso, era devido ao cargo de confiança que então ocupava, pois não era um mineiro propriamente dito.

Para a *Ouro Preto Gold Mines*, localizamos um caso de furto ocorrido em 1898, cujo processo não foi encontrado, mas que teve grande repercussão nos jornais de Mariana. O acusado de subtrair “14 contos mais ou menos” à companhia foi Zacharias de Tal. Em seu quintal foram encontradas “baetas auríferas e folhas de zinco de coberta.” No ano seguinte, a

⁶³² BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 283.

⁶³³ ACSM. Inventários. 1º Ofício. Códice 9, auto n. 345 (1873), f. 9.

⁶³⁴ Idem, f. 9.

⁶³⁵ Idem, f. 9v.

justiça conseguiu prender mais dois acusados (Miguel Gomes Ferreira e seu irmão Thomaz de Aquino) que haviam tentado trocar um frasco de ouro com o ourives de Sabará. Esta avultada soma de riqueza nas mãos de simples trabalhadores foi logo dilapidada em divertimentos e orgia com prostitutas. O jornal *D. Viçoso* noticiou que

há bastantes dias viviam aboletados em casa da mulher de má vida Maria vulgo *Negacione*, em grande algazarra, que motivou por duas vezes visitas policiaes. Em casa dessa mulher, que os ajudava a consumir o producto do audacioso roubo, foi encontrado um bahu com grande somma de dinheiro. Os dois gatunos, que estavam, como dissemos, desempregados, gastavam dinheiro a rodo sem que se soubesse donde lhes vinha, explicando-se só agora o mysterio das bambochadas e folias que faziam naquella casa do peccado e orgia.⁶³⁶

Para evitar os furtos, as companhias mantinham escravos ocupados no policiamento do canal aurífero. Em 1876, três escravos da *Don Pedro North Del Rey* (Antonio Gomes, Daniel Silvério e Felicíssimo Theophilo) foram acusados de ter espancado a José Bernardo da Silva “por se achar juntando areia junto com mais quatro companheiros nas Canoas de Maquine.”⁶³⁷

Para a *Ouro Preto Gold Mines*, temos a informação de que ela se servia de favores das autoridades para reprimir eventuais casos de crime ou desordem. Quando o padeiro de 24 anos, Rodolfo dos Santos, foi preso pelo inspetor de quarteirão de Passagem no dia 16 de novembro de 1896 numa taverna, ele proferiu “ameaças e injurias verbaes contra a auctoridade constituída”. Uma das testemunhas do caso, o mineiro de 21 anos chamado José Silvério da Silva declarou que “viu Rodolpho dizer que não fazia cazo do Te. Borges como authoridade e que o mesmo não era homem que o podesse prender e que era uma autoridade inepta e mesquinha e que se elle Rodolpho fosse um Tenente e Subdelegado de Policia não seria camarada de Companhia”.⁶³⁸

⁶³⁶ *D. Viçoso*. Órgão Official da Diocese de Mariana. Mariana, domingo, 13 de novembro de 1898, Anno V, n. 33, p. 4; n. 34, p. 1; n. 35, p. 3; n. 39, p. 1 e 3.

⁶³⁷ ACSM. Crimes. 1º Offício. Códice 350, auto n. 7716 (1876).

⁶³⁸ ACSM. Crimes. 2º Offício. Códice 218, auto n. 5436 (1897).

7 A alimentação dos trabalhadores

A boa alimentação está diretamente relacionada ao bem-estar geral do ser humano. O organismo depende dos nutrientes para ser bem provido de calorias, vitaminas e anticorpos. Isto é ainda mais importante em ocupações onde os trabalhadores despendam muita energia.

O estudo das práticas alimentares dos trabalhadores ocupados na mineração deve estar atento aos hábitos dietéticos regionais vigentes desde o século XVIII em Minas Gerais. Desde então, o consumo regular de verduras, legumes e frutas não era habitual entre a maioria da população mineira (escravos e livres). O leite era consumido principalmente através de seus derivados (queijo e manteiga), a galinha era prato típico de festas ou para tratamento de convalescentes e as verduras consideradas “comida de coelho.”⁶³⁹ A alimentação dos escravos e da maioria da população era composta, basicamente, por milho, feijão, carne de porco às vezes completada com a de caça e banana.

Assim, a desnutrição não está relacionada apenas aos baixos salários, mas à regularidade e variedade do abastecimento de gêneros e aos hábitos alimentares. O estudo da dieta das classes trabalhadoras (livre e escrava) para o período estudado está repleto de dificuldades devido à escassez das fontes. Parece-nos certo, porém, que a desnutrição ou a má alimentação era a norma entre os trabalhadores da mina e seus filhos.

Existem três preciosos relatos sobre a alimentação dos escravos, empregados na mineração em Minas Gerais no século XIX que apontam certo “padrão” alimentício em sua dieta. O primeiro, válido para a primeira metade do século XIX, foi legado por Antônio José Vieira de Carvalho, Cirurgião-mor do Regimento de Cavalleria Regular da Capitania de Minas Geraes, Lente de Anatomia, Cirurgia, e Operações no Hospital Real Militar de Villa Rica e tradutor da obra de Mr. Dazille:

No Brazil, especialmente em Minas Geraes usam os Negros de differente alimento por que em lugar da mandioca, elles tem o milho (...) o cozem simplesmente com agua (...) a que chamao angu, o qual he o pão ordinário para todas as suas comidas: estas são geral, e quotidianamente o feijão negro cozido, e temperado com gordura de porco; algumas vezes tambem he da sua repartição a carne; outras vezes de própria industria elles fazem huma mistura de carne com plantas emolientes, de que o Paiz abunda, como são: *o caruru, o giquiri, o orapronobis, o lobolobo, o quiabo*, etc. a qual mistura, carregada de pimenta do mesmo Paiz, chamao *jembe*.⁶⁴⁰

⁶³⁹ Sobre o tema da mesa mineira, cf. FRIEIRO, Eduardo. *Feijão angu e couve*, ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1966; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: Produção e consume de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶⁴⁰ In: DAZILLE, Mr. *Observacoes sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Trad. Antonio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801, p. 29.

O segundo, pertence a Eschwege que endossa e completa com outros ingredientes a dieta escrava no mesmo período:

Nunca varia de qualidade, porém, é sempre mal condimentado, não agradando ao paladar (...) não recebem (...) senão milho, fubá, feijão preto e um punhado de sal, a que acrescentam, uma vez por semana, um palmo de fumo de rolo para cachimbo ou rapé. Ao almoço, servem em grandes caldeirões, *angu*, isto é, uma mistura mal cozida de fubá, água e sal (...). Cada um devora sua ração, sozinha ou acompanhada daquilo que tenha comprado, caçado ou ganho de seu senhor, ou, mesmo, que lhe tenha chegado furtivamente às mãos, por intermédio de alguma barregã. Assim, um come uma banana ou qualquer outro fruto silvestre, outro um peixe ou uma ave assada em espeto de pau, enquanto um terceiro devora um pedaço de carne seca, ou, menos feliz, o *angu* puro (...) Para a segunda refeição (...) as bolotas de *angu* já estão empilhadas umas sobre as outras, ao lado o enorme caldeirão, cheio de feijão preto (...) Como o alimento que recebem é desprovido de gorduras, a maior parte recebe dos donos um pouco de toucinho, destinado a tornar mais substanciosa a magra refeição (...) Para a ceia recebem canjica, a que os gulosos misturam melado ou rapadura (...) Aos domingos, o feijão e a canjica são cozidos com tutano.⁶⁴¹

Nas minerações do tipo inglesa na segunda metade do XIX Richard Burton informou que na Mina de Morro Velho os escravos:

começam o dia com café ou chá de congonha. Recebem por semana, além de sal e legumes, 4,5 quilos de farinha de milho, 2 a 3 quilos de feijão, meio quilo de toucinho e 1 quilo de carne verde (...) Os diligentes plantam hortas e pequenas roças; criam galinhas e porcos (...). A carne seca e a farinha são distribuídas, quando o médico acha conveniente. As mulheres que amamentam recebem ração aumentada: mais seis décimos de um prato de farinha de milho, um quarto de feijão e 60 gramas de toucinho, e as crianças, quando a debilidade exige, recebem meia ração. Todos os artigos são de boa qualidade, e, se isso não ocorrer, é feita comunicação ao Gerente de Negros.⁶⁴²

Este cardápio, se comparado aos anteriores, é nutricionalmente mais rico e evidencia a racionalidade no planejamento da distribuição de alimentos ao plantel, abarcando inclusive o cuidado de reforçar a alimentação das mulheres lactantes.

Também nas minas inglesas a concessão aos escravos de uma parcela de terra, tempo para cultivo e criação de animais cumpre a função de reduzir os custos de sua manutenção, da incidência de fugas, revoltas, arruaças e ociosidade. Por outro lado, atendia à pressão exercida por eles para adquirirem certo grau de autonomia e representava ainda a possibilidade de complementar sua alimentação e de sua família (quando a tinha) e a aquisição de capital comercializando o excedente, participando diretamente no circuito do comércio local.

⁶⁴¹ ESCHWEGE, W. L. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 130s.

⁶⁴² BURTON, Richard Francis. Op. cit. p. 236.

Adotada no caribe britânico desde o final do século XVII, a prática de concessão de lotes aos escravos certamente foi incorporada nas minas, devido à sua grande eficácia. Seguindo o argumento do “padrão administrativo inglês” não incorreremos em erro se admitirmos que este mesmo método foi aplicado na Mina da Passagem.

O tema da alimentação dos homens livres é bem mais complexo e envolve muitas outras variantes. Embora o Brasil já estivesse inundado por produtos industrializados ingleses desde a abertura dos portos alterando os padrões de consumo, é na segunda metade do século XIX que as trocas comerciais e a compra de bens perecíveis se intensificam devido ao desenvolvimento industrial externo e interno e à diversificação da produção agropecuária.

A alimentação, mesmo módica, ocupa significativa parcela da renda familiar dos trabalhadores livres. Cada elevação dos preços dos gêneros alimentícios no mercado e cada redução salarial promovida pela companhia repercutiam negativamente na mesa dos trabalhadores. Não restam dúvidas que a maioria da população tinha uma dieta com graves deficiências calóricas e proteicas refletindo negativamente na saúde, na capacidade de resistência às enfermidades e no nível de concentração durante a realização de tarefas no trabalho e na escola. Organismos nutricionalmente debilitados respondem de maneira lenta e insuficiente à invasão de agentes nocivos e isto se reflete na taxa de mortalidade.

Outro fator a ser considerado é a qualidade destes alimentos, o teor de gordura da carne de porco e a forma de preparo. A carne suína rica em colesterol e as frituras formavam um cardápio que exerceu forte influência sobre as doenças cardíacas da grande maioria da população, inclusive dos mais ricos. No relatório do Presidente da Província de 1886 (referente a 1885), as lesões cardíacas aparecem como a terceira maior causa de óbitos em Minas, superadas apenas pelas infecções gastro-intestinais e doenças do aparelho respiratório.⁶⁴³ Em Passagem o número de falecimentos por estes fatores cardíacos foi de 71 casos (5,0%) dentre 1412 óbitos ocorrido entre 1891 e 1927.

Enfocando apenas o padrão de vida dos trabalhadores livres neste momento, podemos garantir que sua qualidade de vida não depende apenas de sua dieta, moradia ou nível de instrução, mas de todos os recursos adicionais produzidos pela sociedade, inclusive bens considerados supérfluos ou de mera ostentação.

⁶⁴³ *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos, Presidente da mesma Provincia, no dia 1º de agosto de 1886.* Ouro Preto: Typographia do Vinte de Agosto, 1886, p. 56.

A presença da mina inglesa em Passagem com seu grande contingente de trabalhadores remunerados em tempo integral e em contínua ascensão numérica, além do alto escalão administrativo, injetou novo ânimo no comércio local a partir de 1863.

Neste ponto é preciso estar atento para três fenômenos característicos da segunda metade do século XIX. Primeiro: o aumento da produção de bens não perecíveis (louças, objetos de cozinha, vestuário, talheres, móveis) e perecíveis de caráter supérfluo ou complementar (doces, conservas, bebidas finas); segundo, o fetichismo da mercadoria que induz ao consumo destes produtos além do necessário; por último, como dos anteriores, a tentativa dos mais pobres de absorverem os padrões de consumo das classes situadas imediatamente acima na pirâmide social.

Neste circuito, a imprensa colocava à disposição ilustrações de centenas de novos produtos contribuindo para o aumento do desejo de consumo e favorecendo o incremento das vendas. As sedutoras representações dos novos objetos de luxo e medianos veiculados pelos jornais de Ouro Preto e Mariana induziram à compra aqueles que podiam gastar parte de seu orçamento nestas novidades, contribuindo para a definição concreta e simbólica das camadas sociais. A posse de casas mobiliadas pode, por exemplo, ser usado como um índice de delimitação do tamanho das classes e do padrão de vida.

Os trabalhadores estrangeiros sentiam esta mesma falta e os comerciantes locais buscaram prover a todas estas demandas. Para amainar a saudade da terra natal os italianos residentes em Passagem tinham a alternativa de importar gêneros “tanto do solo como da indústria”, revendidos pelo armador Giacomo Cresta por intermédio de seus agentes G. Ambrosetti & Comp., instalados em Juiz de Fora no Largo da Estação, n. 2, conforme anunciado no jornal *Minas Geraes* em 1897.⁶⁴⁴

Mas, os estrangeiros residentes em Passagem de Mariana não precisavam ir tão longe buscar estas mercadorias. Bem mais próximo, havia o *Grande Armazém de Seccos e Molhados Avelino Fernandes e Companhia*, cuja matriz funcionava em Ouro Preto e tinha uma casa filial na Companhia *Don Pedro North Del Rey* em Mariana. Em 1894, este estabelecimento era o

único no seu gênero em Ouro Preto; tem correspondência directa com as principaes casas exportadoras do Rio de Janeiro e da Europa, podendo assim fornecer a preços módicos todos os generos do paiz estrangeiros. N'ellas se encontram os melhores productos do paiz e tambem bebidas finíssimas, estrangeiras dos mais conhecidos fabricantes e exportadores da Europa. Tem sempre

⁶⁴⁴ *Minas Geraes*. Ouro Preto, domingo, 5 de dezembro de 1897. Anno VI, n. 324, p. 4.

grande variedade em superiores conservas alimentícias das melhores fabricas Inglezas, Allemãs, Hollandezas, Francezas, Italianas, Hespanholas e Portuguezas.⁶⁴⁵

Por perspicácia comercial oferecia produtos de diversas nacionalidades de imigrantes instalados em Passagem, salvo a holandesa.

Sabemos que nem todos os imigrantes que vieram para Passagem foram trabalhar na mina. Alguns continuaram exercendo os ofícios originais como o de sapateiro, padeiro e outros se dedicaram ao comércio. Deles provinha o abastecimento local de gêneros de diferentes categorias e procedências. Dentre eles, podemos citar: os italianos José Boggione e Victorio Piana e o inglês Jorge Merry Moyle. O inventário deste último, feito em outubro de 1895, é bastante representativo do padrão de oferta e demanda de alimentos e outros produtos desta localidade mineira.⁶⁴⁶ O **Quadro 5** agrupa os produtos comercializados por categorias:

Gêneros	Produtos
Alimentícios:	Farinha, farinha de trigo, feijão, açúcar, toucinho, carne seca, macarrão, sal, polvilho, marmelada, passas, banha, vinagre (do reino e de caju), sardinha, manteiga, leite condensado, biscoitos (nacionais e estrangeiros), cebola, ervilha, azeitona, mostarda, abacaxi, maisena, alpiste, café e arroz.
Produtos não perecíveis:	Velas (inclusive estrangeiras), peneiras de taquara, fumo, chaminés para lampião, pólvora, caixa de lamparina, sabão, chita, rapé, papel, cadernos, envelopes, pregos, balança para balcão, maquina de amolar e cravos paulistas.
Bebidas:	Vinho, champagne, genebra nacional, cerveja nacional, cerveja nacional branca, whisky, conhaque, cerveja franciscana, cerveja pá, aguardente, laranjinha
Utensílios domésticos:	Sopeira, tigelas, pratos, vassouras, copos, pires, caldeirões de ferro, caneco, cafeteira de folha, barbante, raspadeiras para animal, campainhas de metal, bacias, lata de graxa, paus de liga de goma, agulheiros, abotoadeiras, lápis, botões, linha, dedais, cadarço, óleo de rícino e bule.
Uso pessoal:	Chapéus de palha, chapéu “casca de tatu”, pentes finos de chifre, camisas, meias, paletós, calças de algodão, ceroulas de americano, chinelos de liga, cachimbos, lenços chitados, apertadeiras para senhoras, bolsas para fumo, botinas, botinas para senhoras, chinelos para homem.

Quadro 5: Produtos comercializados por Jorge Merry Moyle (1895). Elaboração própria.

O quadro aponta que os clientes deste comerciante inglês eram, sobretudo, de baixa renda. Salvo as bebidas mais sofisticadas (Whisky, conhaque e champagne) e as latas de conserva, seus produtos são basicamente de consumo popular. Por ele vemos que os gêneros de primeira necessidade, base da alimentação dos mineiros eram: arroz, feijão, farinha, açúcar, carne seca, macarrão (principalmente para os italianos), toucinho, manteiga e maisena. Estavam dispostos nas prateleiras alguns produtos supérfluos como os biscoitos e o café. As donas de casa ali encontravam grande sortimento de utensílios para o lar, de uso pessoal, para seus maridos e filhos, além de artigos de higiene e vestuário.

⁶⁴⁵ *Opinião Mineira*. Ouro Preto, domingo, 25 de fevereiro de 1894. Anno I, n. 22, p. 4.

⁶⁴⁶ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 1, auto n. 10 (1895).

Para atender ao grande consumo de álcool entre os mineiros, ele oferecia bebidas mais baratas como a aguardente e a cerveja. Para os fumantes havia nada mais que 4 latas de fumo, 69 maços de fumo (Hygiênico, Aymorés, Blonde, Caporal e Guarany), além de rapé, bolsas para fumo e cachimbo. Isso mostra que o hábito de fumar era largamente disseminado entre os mineiros e contribuía para o debilitamento de seus pulmões, além de favorecer o aparecimento de outros males relacionados a este vício.

O inventário do comerciante Victorio Piana feito em 1907 mostra, ao mesmo tempo, o sortimento dos produtos comercializados e a rede de endividamento em que estavam envolvidos os mineiros.⁶⁴⁷ Sua lista de “devedores deversos” conta com 342 indivíduos, em sua grande maioria italianos que, somados deviam-lhe 24:953\$000 réis. A lista de “credores deversos” contém 29 fornecedores dentre particulares (inclusive o coronel João Paulo de Faria) e companhias a que ele devia 28:987\$995 réis. Vale destacar entre elas a Matarazzo & Comp. e a Klabin irmãos & Comp. Seu principal fornecedor era Ferreira Balthazar & Comp. a quem devia 4.982\$660 réis. A casa comercial de Piana vendia, além de tecidos e outros gêneros, produtos sofisticados como conservas de fageolini, “funghi”, ameixas, tomates, espargos, sardinha, azeitonas e “conserva inglesa”.

Em suas memórias Jess lamenta que “we couldn’t get English sweets at Passagem”.⁶⁴⁸ Esta frase demonstra que os britânicos tinham um determinado padrão de consumo associado à sua terra natal. Além dos livros, vinhos e do piano, necessitavam também de ser providos de produtos oriundos da Inglaterra não apenas para ratificar seu padrão social ou sua origem, mas para atender a seu nível de comodidade e satisfazer seus hábitos dietéticos. Diante da escassez e falta dos habituais seu consumo teve que se adaptar à oferta de produtos locais oferecidos por estes comerciantes.

Havia, por parte da Câmara Municipal de Mariana, rígido controle quanto à regularidade da oferta de carne verde ao distrito de Passagem, assim como do preço deste produto essencial. Por esse motivo, os camaristas recusaram sucessivas petições dos açougueiros ali residentes para que aumentassem o preço da carne bovina, suína, ovina e caprina.

Assim, pelo “Termo de Contracto que fazem Pianna Victorio e Jacob dos Santos com a Câmara Municipal desta cidade de Marianna” assinado em 1904, os açougueiros obrigam-se a vender a carne verde de gado vacum a 500rs o kilo com osso e 600rs sem osso, ficando-lhes a liberdade de vender pelo preço do mercado as carnes de outras espécies de

⁶⁴⁷ ACSM. Inventário. 1º Ofício. Códice 3, auto n. 47 (1907).

⁶⁴⁸ “Não tínhamos como conseguir doces ingleses em Passagem.”. In: *AJM*. Sd, sp.

gado. O contrato previa ainda a manutenção de um estoque, boas “condições de higiene, salubridade e effectividade do abastecimento”, a manutenção de um açougue mais ou menos no centro do arraial e outros onde lhes convier”; por outro lado, a Câmara assumia as despesas de conserto e asseio do matadouro. Os contraentes ficavam sujeitos à rescisão do contrato pela inexecução de qualquer das cláusulas acima estipuladas e multa de dez mil réis “por cada dia que deixarem de abastecer á população de carne verde de gado vacum (...) exceptuando-se as sextas-feiras e dias de preceito de abstinencia observados pela população”.

É mais que evidente que os camaristas estavam preocupados em evitar qualquer forma de “motim de fome” em caso de escassez ou da prática de preços extorsivos.⁶⁴⁹

8 A religiosidade e o mundo do trabalho

8.1 As entidades subterrâneas

As culturas religiosas das regiões mineradoras da Europa, América, África e Ásia estão repletas de espíritos benevolentes e maléficos que habitam o mundo subterrâneo. Dragões, cobras, anões, gigantes, demônios, santos, deuses, grifos, elfos, duendes, gnomos e fadas podem anunciar ou ocultar os metais, soterrar os mineiros ou avisá-los de perigos iminentes; podem ainda ser a causa de abandono aterrorizado da mina. Michel Psellus redigiu a obra *Des opérations des démons* para discorrer sobre estas atividades sobrenaturais. Prenúncios, oferendas, rituais, castigos e recompensas, canções, orações, símbolos e objetos fazem parte do universo cultural e das interações homens/entidades povoadoras das minas.

É recorrente na história das tradições de diversos países a presença de figuras maravilhosas relacionadas ao trabalho no mundo subterrâneo e das relações sociais advindas do processo extrativo dos metais preciosos. Na mitologia grega, o subsolo, guardado pelo feroz Cérbero, é a morada de Plutão; maçãs de ouro do Jardim das Espérides foram necessárias para aplacar a fúria de Gaia; os Argonautas, tripulantes da nau Argo, foram até a Cólquida em busca do Velocino de Ouro (carneiro alado cuja lã era feita de ouro e estava pendurada num carvalho sagrado até ser retirado por Jasão); o rei Midas solicitou a Dionísio que tivesse o poder de transformar em ouro tudo que tocasse. Temendo morrer de inanição,

⁶⁴⁹ AHCM. Códice 1 - Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924), pp. 42-43.

tocou as águas do rio Pactolo cujas areias imediatamente tornaram-se auríferas.⁶⁵⁰ Homero acreditava que os tremores de terra exprimiam a indignação da Sagrada Mãe Terra à intrusão dos mineiros em suas entranhas. Os latinos antigos criam no *Doemo Mettalicus*. Júpiter Dolichenus era o Deus das minas da Ásia Menor e Síria identificado com Júpiter e teve seu culto tolerado pelos conquistadores romanos. Os egípcios cultuavam Hathor, a deusa das minas a quem Snefru erigiu um templo em sua honra. Da mesma forma, na tradição cristã o inferno, o reino do Diabo, situa-se nas profundezas, nas trevas.⁶⁵¹

No *Germinal* os jovens promíscuos temiam menos as reprimendas do padre que a punição do *Homem Negro*: “o velho mineiro que volta à mina para torcer o pescoço das moças que se portam mal.”⁶⁵² Nesta obra, quando 20 mineiros foram soterrados pelo grande acidente e buscaram uma saída, diz o autor que “crenças adormecidas acordavam naquelas almas desesperadas, invocaram a terra, era a terra que se vingava, que soltava o sangue das veias, porque lhes tinham cortado uma artéria” Entre eles, um velho “balbuciava orações esquecidas, dobrando os polegares no sentido contrário das juntas, para apaziguar os maus espíritos da mina.” No auge de seu desespero quando se viu face a face com a morte Catherine jurou ter visto o homem negro e disse a Etienne: “Olha! Lá está ele (...) mais negro que a noite... Estou com medo!”⁶⁵³

No Cerro de Potosi, de acordo com a tradição pré-hispânica, vigorava o culto ao Tio, deus das minas – entidade que se mesclou ao próprio diabo da tradição cristã no decorrer da conquista.⁶⁵⁴

No Brasil, nos primeiros contatos travados entre os colonizadores portugueses na Bahia no século XVI com índios vindos do interior e que traziam notícias do Eldorado, o castelhano Felipe Guilhem narrou a El-Rei que eles “dizem que aquele metal é doença, pela

⁶⁵⁰ Sobre estes mitos, veja: BRANDÃO, Junito. *Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1993.

⁶⁵¹ Estes e outros exemplos podem ser encontrados in: RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 83s.

⁶⁵² ZOLA, Émile. Op. cit. 1981, p. 54.

⁶⁵³ Id. Ibid. p. 54, 504 e 522.

⁶⁵⁴ Prodanov (2002, p. 157) relata que “segundo as lendas, um mineiro que teve sua luz apagada e entrou em desespero, recebeu a visita do Tio que se materializou em forma de galo. Após essa aparição o mineiro saiu gritando e pulando como louco das galerias e esses gritos se converteram no ritmo da diabrada e seus saltos e voltas em coreografia da dança que marca a festividade”. Esta crença persiste em longa duração, pois “na região de Potosi, como em muitas outras de atividade mineira, ainda hoje são deixadas oferendas pelos mineiros e turistas nas bocas de minas do Cerro Rico. É comum ver as ‘cholas’ sentadas com suas velas, charutos, folhas de coca, aguardente, dinamite e outros produtos no caminho das minas. É possível ver, também, a reverência que os locais fazem a esta divindade e as oferendas que a ele dedicam (...) Este culto, de origem pré-hispânica, permanece com muita força no limiar do século XXI e foi incorporado ao folclore boliviano de várias outras regiões, especialmente no norte de Potosi e Oruro que assimilou mais essa representação em seu carnaval”.

qual razão não ousam passar a ela e dizem que muito temerosa por causa de seu resplender, e chamam-lhe Sol da terra”.⁶⁵⁵

No folclore paulista-mineiro, Câmara Cascudo registra a existência da “Mãe-do-ouro”. Esta entidade abstrata era “a égide das minas, madrinha dos veeiros, padroeira dos filões, defendendo pepitas e escondendo jazidas, só podia ter a forma de chama, lume que denunciava o metal rutilante e a um tempo o custodiava. (...) Em Minas Gerais surge sua forma como uma serpente”.⁶⁵⁶

Souza Carneiro critica os folcloristas e assegura que “o Mito da Mãe-do-Ouro, ingenuamente atribuído pelos nossos Flok-loristas a gaúchos e bandeirantes paulistas e bahianos, nos veio da África”.⁶⁵⁷ Mais precisamente, era conto dos negros Haussás. Também nesta tradição, esta entidade se transforma em serpente sagrada. A crença em anúncios luminosos noturnos mostrando onde se acham os filões é igualmente encontrada na Europa, sobretudo nos países do norte.

Richard Burton descreve a Mãe-do-ouro com linhas mais claras: “duende brasileiro, que guarda os tesouros inexplorados. É antes brincalhona do que malevolente; de vez em quando, porém, se torna assassina”. Acrescenta que os índios das Ilhas Manitulinas “acreditam que o Manitu proíbe seus filhos de procurar ouro.” Mais adiante acrescenta que “os brasileiros mencionam muitos casos aparentemente autênticos de ‘bramidos’ subterrâneos, que relacionam com a mãe-do-ouro (...) fazem os moradores exclamar: ‘Como rosnam! Como gritam!’ e fazem-nos tremer de medo”. Diz ainda que na Cornualha havia também estas lendas populares como a do “Kenidjack” ou “Menir do grito”.⁶⁵⁸ Entidade feminina paralela é encontrada na cultura mineira européia na Rainha dos Metais (**Figura 31**).

⁶⁵⁵ Apud FERREIRA, 1902, p. 551.

⁶⁵⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Livr. José Olympio, 1947, p. 369s.

⁶⁵⁷ CARNEIRO, Souza. *Os mitos africanos no Brasil*. Ilustrações de Cícero Valladares. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 351.

⁶⁵⁸ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, pp. 127 e 362.

Figura 31: La Reine des metaux et les nains – d'après Fröebom (Spamer, Editeur) Fonte: Sébillot (1894, p. 486).

Estas crenças estavam presentes também no cotidiano da mineração em Minas Gerais desde o século XVIII. Antes da chegada dos ingleses a São José d'el Rei a população local acreditava na crença segundo a qual homens do leste cruzariam os mares, escavariam o solo da serra e descobririam imensas riquezas. O avanço das perfurações faria encontrar o leito de um rio subterrâneo que ao ser liberado inundaria a cidade. A chegada da companhia fez cumprir a primeira parte da profecia e a segunda já estava em andamento.⁶⁵⁹

Eschwege relata o grande acidente ocorrido em São João del Rei na Lavra de João Cardoso e Inácio Spindola. Movidos pela cobiça, penetraram na terra negligenciando as devidas precauções de segurança. “Narram as tradições”, diz o autor, “que uma voz misteriosa os advertiu do perigo, aconselhando-os a fugir do fundo das escavações subterrâneas. Desobedientes ao aviso divino, continuaram a faina”.⁶⁶⁰ A desobediência custou a vida de 200 negros e 11 feitores. Paul Sébillot diz que “la croyance aux avertissements, aux visions et aux présages est générale dans les mines”.⁶⁶¹ Ignorar tais advertências podia ser fatal.

⁶⁵⁹ WALSH, Robert. Op. cit. p. 65.

⁶⁶⁰ ESCWEGE, W. L. Op. cit. 1979, vol. 2, p. 18s.

⁶⁶¹ “A crença nas advertências, nas visões e presságios é geral nas minas”. In: SÉBILLOT. Paul. Op. cit. 1894, p. 494.

Israel Quirino detectou a crença na Mãe-do-Ouro entre os ex-mineiros de Passagem: “Não são poucos os mineiros que afirmam tê-la visto. E afirmam com tanta convicção, descrevendo a nós detalhes tão minuciosos que chegam perto de nos convencer da veracidade do ocorrido”. Nas galerias da mina habita também o famoso fantasma do Capitão Jackers. Trata-se do espectro de um capitão de mina inglês esmagado no PIA II e que ali permaneceu a pesquisar seus filões auríferos e, às vezes, visitava os pilões, o laboratório, os arquivos técnicos da mina. Alguns mineiros afirmam que já o viram vagando pelas galerias “sempre disposto a dar dicas sobre o trabalho com seu carregado sotaque saxônico”.⁶⁶²

Paul Sébillot informa sobre a crença na morte infalível ou perda da razão daqueles que descobrem as minas de ouro e das oferendas, sacrifícios e cerimônias feitas para aplacar a cólera das divindades de que se violou o domínio. Detectamos também a existência desta crença em Passagem de Mariana. Os moradores acreditam que quem visita pela primeira vez as minas abandonadas e buracos de sarilho existentes no Morro de Santo Antônio precisa levar recipientes para trazer o ouro que porventura descubra esquecido. Caso contrário, se voltar sem levá-lo por falta de meios, ao retornar jamais encontrará o local do achado.

A crença na riqueza fugidia apresenta-se também em relação aos diamantes. No dia 23 de março de 1893, Helena Morley registrou o caso narrado por seu tio Conrado. Certo lenheiro encontrou enorme pedra na Mata dos Crioulos. Seu companheiro afirmou ser diamante e ele, por não acreditar, partiu uma lasca com o olho do machado levando o fragmento para análise em Diamantina. Face à resposta positiva, “tio Conrado levou o homem ao lugar para mostrar e procuraram até cansar e não acharam mais a tal pedra”.⁶⁶³

A origem destas crenças está associada àquela outra que funda o próprio caráter sagrado da terra, da mãe terra, que alimenta os homens cujo interior pertence às divindades. Suas riquezas, o ouro e a prata, eram guardadas por espíritos que puniam os gananciosos extratores de suas douradas veias. O disseminado culto a Sant’Ana em Minas Gerais também pode ser entendido por seu caráter de simbolizar a fertilidade, a riqueza do solo, o “veio” do qual brotou Maria e deste, seu filho Jesus.

É da maior relevância observar estas crenças sob os prismas histórico, antropológico e religioso. É possível imaginar, sem fugir ao verossímil, a atmosfera infernal

⁶⁶² QURINO, Israel. Op. cit. 1986, pp. 44 e 50. A lenda da Mãe-do-ouro ainda vive no imaginário coletivo de Minas Gerais. Em conversa do autor com moradores da setecentista localidade de Lavras Novas, situada nos arredores de Ouro Preto, ainda se fala e teme a Mãe do Ouro. Muitos afirmam que a veem passando em forma de serpente de fogo no alto dos morros e que no lugar onde ela pára há ouro; outros garantem que ela habita as antigas minas abandonadas em forma de mulher-serpente. Nenhum dos moradores teve a coragem de nos conduzir às minas desativadas ali existentes. Em Passagem de Mariana também existe esta crença.

⁶⁶³ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Instituto Nacional do livro, 1971, p. 22.

da Mina da Passagem: a escuridão, o calor, o bruxuleante fogo das velas, candeias, tochas ou lampiões de carbureto, o cheiro de enxofre, o medo, o suor do trabalho e os gemidos de dor. Por tudo isso, foi fácil ao negrinho Chico perceber sua face infernal e exclamar: “Parece o Inferno!”. Burton, igualmente impressionado, comparou-a ao inferno de Swendeborgian.

Numa das entrevistas com ex-mineiros da Mina da Passagem, um deles, ao explicar a razão de tantos acidentes, afirmou: **“O ouro gosta de sangue”**. Esta frase resgata a crença de longuíssima duração presente nas tradições de regiões mineiras de diversas partes do mundo. É como se o ouro, transmutado numa entidade vingadora, exigisse sacrifícios humanos para aplacar sua ira diante daqueles que arrancam seus loiros fios. Nas palavras de Sébillot: “rien n’a la vie dure comme une superstition, surtout lorsqu’elle est fondée sur la crainte d’un danger journalier et soudain, et sur l’aspect mystérieux des choses”.⁶⁶⁴

É fácil perceber como estes diferentes povos (africanos, brasileiros e europeus) que trabalhavam juntos no interior da mina intercambiavam suas experiências, temores e culturas. Ali, no local de trabalho, a crença nestas entidades metafísicas ganhava um vigor muito especial e sincero que acompanhava estes trabalhadores em sua faina diária ora protegendo, ora punindo-os.

Considerando que o tempo é uma esfera constitutiva da cultura, é precisamente em virtude da existência destas crenças em diversos lugares e sua permanência a longo prazo que, no caso em estudo, por inúmeros fatores entrecruzados é que torna possível falarmos numa tradição metafísica mineira comum a todos os trabalhadores da mina.

8.2 Inovações hagiográficas: o culto a Santa Bárbara e a São Miguel

“Saints de mon pays, secourez-moi.
Les saints de ce pays ne me connaissent pas”.
Briseux

A incerteza da vida a cada passo e mesmo o temor face ao desconhecido fazem brotar no homem a necessidade de proteção num mundo que ainda sequer iniciara seu processo de desencantamento. Referimo-nos aos romanos antigos que cultuavam o Deus da mina, Júpiter Dolichenus, erigindo altares em sua honra nos distritos mineiros.

⁶⁶⁴ “Nada na vida dura como uma superstição, sobretudo quando ela está baseada no temor de um perigo diário e súbito, e sobre o aspecto misterioso das coisas”. In: SÉBILLOT, Paul. Op. cit. 1894, p. 390.

No mundo cristão, Santa Bárbara é a protetora dos mineiros. Sua história é marcada pelo infortúnio de ter sua cabeça decepada pelo próprio pai que, em seguida, foi reduzido a cinzas por um raio divino. Por isso, é invocada como protetora contra a morte trágica, no perigo das explosões, raios e tempestades. A devoção a esta santa iniciou-se entre os mineiros, depois do emprego da pólvora como explosivo nas minas, pois o barulho das explosões assemelha-se ao do trovão. O uso da pólvora em operações minerais começou na Inglaterra em 1680, mas já era usada na Alemanha há mais de um século anteriormente.

Há três elementos que elucidam por que ela foi escolhida como padroeira dos homens que trabalham no subsolo. Primeiro: crescera trancada numa torre (em outra versão, apenas ficara presa por ordem de seu pai); segundo, antes de ser decapitada, Bárbara fugiu e se escondeu numa caverna no alto de uma colina (em outra narrativa, foi escondida por mineiros do Laurium em sua mina); finalmente, enquanto era açoitada, a jovem pediu a Jesus que em situações de morte iminente, todos que implorassem a Deus, por seu intermédio, a salvação, seriam atendidos. É nesta situação de perigos e próximos à morte que vivem os mineiros em seu trabalho no subsolo. Em resumo, a trajetória de sua vida está associada a ambientes fechados e escuros, a sofrimentos e à morte trágica. Na iconografia cristã é representada com os seguintes atributos: palma do martírio, cálice que simboliza a proteção aos moribundos e é ladeada por uma torre e uma espada - instrumento de seu martírio. Nos rituais africanos é Yansã.

Na América espanhola, aos pés do Cerro de Potosi, no ano de 1553, já havia uma igreja erigida em sua honra. Na América portuguesa, a devoção a esta santa existia no termo de Mariana no arraial de Santa Bárbara fundado no século XVIII.

A pesquisa exigiu a procura da origem do culto a Santa Bárbara entre os trabalhadores da Mina da Passagem. O inventário do cônego José Botelho Borges não deixa nenhuma dúvida quanto à inexistência de altares, oratórios ou nichos a ela reservados na capela da mina no século XVIII e primeiras décadas do XIX. Vale lembrar que as dez imagens ali encontradas eram tão somente de: N. S. das Neves, Santo Elesbão, Santa Ifigênia, N. S. do Rosário, N. S. da Conceição, Senhor Crucificado, São João Marcos, Senhora Santa Anna, Santa Emerenciana e Santo Antônio. Este fato indica, mas não exclui de maneira definitiva a existência de seu culto particular. Na pequena capela do arraial não havia também altar lateral ou irmandade a ela dedicados no século XVIII, mas somente a N. S. da Glória, São Vicente Ferrer, São Sebastião e Sant'Anna.

Cornélia Eckert, ao estudar o cotidiano dos mineiros de Grande-Combe na França, diz que a festa de Santa Bárbara é ali comemorada no dia 04 de dezembro. Em torno desta

santa e de seus poderes existem diversos relatos de milagres e crenças. Os mineiros do centro da França estão convencidos de que trabalhar no dia de sua padroeira pode ser a causa de grande infortúnio na vida destes trabalhadores. Em outro estudo, a autora identificou que o culto e festa em sua honra como padroeira dos mineiros de carvão em Charqueada no Rio Grande do Sul é remetido à vinda dos imigrantes europeus, no final do século XIX.⁶⁶⁵

Não foi possível identificar com precisão o ano em que o culto público e coletivo a Santa Bárbara começou a ser praticado em Passagem. Acreditamos que também tenha vindo com os primeiros imigrantes europeus no século XIX. No entanto, relatos orais indicam que sua devoção iniciou-se somente após a grande enchente ocorrida no dia 4 de dezembro de 1936 que afogou 14 trabalhadores.

A festa em sua homenagem ainda é comemorada na localidade no dia 4 de dezembro.⁶⁶⁶ Ao longo do século XX havia em Passagem solenidades religiosas associadas a seu culto: benção das galerias e dos funcionários e uma grande procissão que partia da mina em direção à igreja de N. S. da Glória. Conta-se que enquanto a mina funcionava, havia diversos pequenos altares a ela dedicados erigidos no subsolo – informações que ainda não conseguimos endossar pela via documental, tampouco se este dia era considerado feriado local, pois segundo a tradição européia assim devia ser para evitar represálias divinas. Todavia, Santa Bárbara não conseguiu destronar a antiga padroeira da localidade, Nossa Senhora da Glória. Hoje, celebram-se festas para ambas.⁶⁶⁷

Santa Bárbara, enquanto devoção exógena, mas adotada como padroeira dos mineiros tem o poder de estabelecer entre eles uma identidade “pela relação cotidiana e pela relação institucionalizada e vivenciada em grupo, por ocasião do ritual e das festividades em (sua) homenagem”.⁶⁶⁸ Para os devotos, a santa representa ao menos alguma forma de proteção, consolo e intermediação junto a Deus. Festas em louvores a santos padroeiros exercem o papel de aglutinadoras do grupo que, simbolicamente, coloca-se sob seu manto protetor. É a santa quem margeia as fronteiras devocionais e sociais do grupo. Em outras palavras, é a santa “dos” mineiros, independente de sua origem étnica e a posição ocupada no mundo do trabalho. Clifford Geertz denomina estas cerimônias totais – procissões e festas – de “realizações culturais” do grupo.⁶⁶⁹

⁶⁶⁵ ECKERT, Cornelia. Op. cit. 1985, p. 172.

⁶⁶⁶ Na fachada do escritório das *Organizações Passagem de Mariana* (atual denominação da companhia) há uma imagem de santa Bárbara. Para fins de *marketing* turístico, há outra imagem numa das galerias aberta à visitação.

⁶⁶⁷ Cornélia Eckert, Cornélia (1985, p. 174ss) mostrou que, no caso de Charqueadas no RS, Santa Bárbara sobrepujou a antiga santa padroeira, N. S. dos Navegantes, em devoção coletiva e em manifestação pública da fé.

⁶⁶⁸ ECKERT, Cornélia. Op. cit. 1985, p. 172.

⁶⁶⁹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978, p. 129.

Cornélia Eckert adverte que o papel alienante da religião e da devoção a Santa Bárbara no mundo do trabalho ocorre quando “os mineiros tendem a relativizar a responsabilidade da companhia em relação às condições de trabalho, ao transferir para o sobrenatural uma forma de controle sobre a natureza estabelecendo uma ‘dominação simbólica.’” Por esta razão, continua a autora, “a companhia, por sua vez, legitima este sistema cultural na liberação da colocação de imagens da santa padroeira (nichos) em locais estratégicos (próximos aos elevadores e nas galerias) na esfera do trabalho, bem como libera o espaço da empresa para a efetivação do ritual”.⁶⁷⁰ Então, se os acidentes acontecem, é porque a santa, e não a empresa, se descuidou ou quis se vingar de seus pecados. Assim, a luta por proteção e justiça voltam-se para a santa e não para si mesmo e para o grupo e menos ainda contra os patrões.

Em Passagem de Mariana os italianos foram responsáveis pela introdução de significativa inovação hagiográfica: o culto a São Miguel, cujo ano é possível determinar com precisão: 1890.⁶⁷¹ Assim lemos no jornal *O Viçoso*:

A 29 de setembro deste anno celebrarão os Italianos modestamente a festa deste Glorioso Príncipe das milicias celestes, festa esta que elles inaugurarão alli, há uns cinco annos.

É tradicional e mui popular na Itália esta festa, onde são consagradas magníficas Basílicas a São Miguel, e cujas solemnidades celebrão com estrondo.

Os Italianos da Passagem, saudosos da Pátria e lembrados das arrebadoras funcções religiosas desse dia lá, procurão aqui em espírito se unirem aos seus irmãos, promovendo, como podem os cultos de São Miguel Archanjo, que devem ser os da actualidade para tudo e para todos os catholicos afim de sermos defendidos nas luctas com Satanaz (...).

Resultou como fructo e monumento commemorativo desta solemnidade deste anno ter sido benta em 1º de Novembro (mez das almas) uma primorosa Imagem de São Miguel, de importância de 250\$000, que se mandou então vir do Rio com espontaneas esmolos dos Italianos e Brasileiros.

Desde a inauguração da festa de São Miguel tem sido seu incansável e zeloso Procurador o Sr. Francisco Pantulfo que ainda este anno teve de despender do seu bolso não pequena somma com estes festejos últimos; mas tanto este Sr. como seus patrícios e os demais fieis se achão possuídos de jubilo por terem na mencionada imagem mais um poderoso estímulo de sua confiança e devoção para com são Miguel.⁶⁷²

Esta atitude de incremento hagiográfico e efetiva participação nas festas e cerimônias religiosas contribuíam para reforçar o processo de cristianização e não para a

⁶⁷⁰ ECKERT, Cornélia. Op. cit. 1985, p. 201.

⁶⁷¹ O culto a São Miguel e Almas, conforme demonstrado por Adalgisa Arantes Campos (1994), era a terceira principal devoção religiosa presente em Minas. Não obstante, seu culto não se achava presente no distrito de Passagem, pois até a data acima referida, havia tão somente as irmandades de São Sebastião, Nossa Senhora da Glória, Sant’Anna e São Vicente Ferrer.

⁶⁷² *O Viçoso*. Mariana, 6 de dezembro de 1895. Anno III, n.6, p. 3.

secularização do cotidiano da comunidade. É sabido que a maioria dos italianos que veio para a localidade era, por declaração, católica.

O culto a São Miguel, cuja festa tradicionalmente é comemorada no dia 29 de setembro, passa a dividir espaço com o de N. S. do Rosário (devoção tipicamente negra) no mês de novembro que em 1895 “também foi celebrado como Mez dos Sanctos Anjos em louvor a S. Miguel pelo profícuo resultado de taes funcções, que são as que podem attrahir as bênçãos celestes sobre os povos”.⁶⁷³

A principal motivação que levou os italianos a introduzir a devoção a São Miguel em Passagem não foi o saudosismo. Ele foi o arcanjo que lutou contra Lúcifer e os anjos rebeldes. É o defensor da Igreja e dos cristãos. É aquele que pesa as almas na balança da justiça divina. É invocado quando o fiel necessita de livramento contra as ciladas do demônio (inclusive daquele que habitava na mina), dos espíritos maléficos e na proteção contra os perigos. Lúcifer, que estava ali tão próximo no mundo subterrâneo e os anjos rebeldes podiam estar, consciente ou inconscientemente, associados também aos protestantes ingleses que os oprimiam. A justiça que não viam no mundo terreno era aguardada para o mundo dos mortos.

Neste contexto, percebe-se que a atividade minerária no oitocentos trouxe consigo o incremento populacional e este, por suas peculiaridades culturais, conseguiu alterar a hagiografia e o calendário de festividades religiosas local. O mais importante é que a devoção à nova santa e ao novo santo operam inversões ontológicas essenciais: a primazia do crer sobre o ser e do esperar sobre o agir. Embora em alguns casos e contextos a religião possa servir de esteio às lutas, na maioria das vezes, continua exercendo sua função de ópio.

⁶⁷³ *O Viçoso*. Mariana, 6 de dezembro de 1895. Anno III, n.6, p. 3.

CAPÍTULO V

A VIDA FORA DA MINA

1 Passagem como “zona de contato”

A máxima de Max Weber, segundo a qual o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu continua válida. Portanto, é por meio de suas ações, na forma que atribuem significado às suas representações, valores, objetos, símbolos e referenciais e na maneira de interagir que se manifesta a cultura de cada grupo específico. Mesmo nos grupos afins há relações entre diferentes (homens e mulheres, italianos do norte e italianos do sul, ingleses diretores e ingleses mineiros). É por intermédio de seu *Ethos* (estilo de vida) e de seu *Eidos* (visão de mundo) que todos se situam no meio social e interagem. Hebe Castro, comentando o pensamento de Clifford Geertz, assinala que “é a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais”.⁶⁷⁴

À medida que as fontes permitiram, buscamos reconstruir, aproximativamente, o cotidiano, o “mundo dos mineiros” e também o “mundo da elite inglesa” em suas divisões e entrelaçamentos, isto é, a tessitura do social: os momentos de descontração (festas, jogos, dança, esportes e cinema) práticas religiosas, conflitos e outras formas de convívio social. Estes contatos foram considerados sob o ponto de vista da ação individual, de gênero ou coletiva, quando homens e mulheres de diferentes condições sócio-econômicas e nacionalidades se inter-relacionavam nesta peculiar comunidade mineira.

No universo dos entretenimentos e manifestações culturais os personagens históricos de antanho viam seu mundo nitidamente dividido entre livre, cativo e forro, negro, branco e mestiço, nacional e estrangeiro, pobres e ricos. Frente a esta heterogeneidade, o primeiro e fundamental passo é buscar entender como estes protagonistas viam a si mesmos, seu mundo e o mundo “dos outros”. Embora saibamos hoje que entre estas duas ou mais “formações” haja aquilo que os historiadores denominam “circularidade dos níveis culturais”, esta advertência prévia se faz necessária para não tombarmos em anacronismos conceituais e não entendermos o mundo como ele era entendido por seus protagonistas.

⁶⁷⁴ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 52.

Houve momentos em que estas divisões pareciam se dissolver para em seguida fundirem-se numa nova amalgama, como nas festas e quermesses; em outros, confraternizavam-se em conjunto, mas nitidamente separados por suas origens como numa partida de futebol; em outros a fronteira é mais precisa como aquela que existe entre o piano do inglês e o violão do caboclo. Assim, para Cornélia Eckert, “evidencia-se a visão de mundo e estilo de vida de um grupo social, de forma alguma cristalizados, mas, antes, dinamizados (ou dialetizados) na interpenetrabilidade da heterogeneidade, da diversidade e unidade, esboçando sua cultura”.⁶⁷⁵

Este campo de investigação da história social está também diretamente associado às condições econômicas dos trabalhadores e dos “senhores” e/ou “patrões”, conforme o caso. A renda mensal (individual e familiar) é determinante para sua alimentação, vestuário, moradia, diversão e círculo social. Devemos lembrar que não estamos abarcando apenas o cotidiano dos trabalhadores escravos e livres, mas também o dos senhores e patrões, cujas variantes são outras.

É preciso ser cauteloso para não insistirmos em considerações e conclusões tautológicas, pois os trabalhadores em geral são pobres e devemos estar atentos às gradações desta pobreza e às diferentes maneiras de conviver e reagir a ela. Da mesma forma, a dura rotina de seu trabalho interferia também em sua vida fora da mina, sobrando-lhes pouco tempo para o convívio familiar e social. Por outro lado, não tombamos no determinismo econômico face à constatação de que sua vida e seu mundo giram em torno do fato que tanto os escravos quanto os trabalhadores livres, não detinham os meios de produção e do controle efetivo de seu tempo. Se este fato não determina, ao menos limita as condições materiais e subjetivas da existência de ambos.

Seja como for, para os trabalhadores livres e escravos, mesmo fatigados e mantidos em níveis de subsistência que satisfaziam suas necessidades básicas (e algumas das supérfluas) e de sua família, cercado por um cotidiano inseguro e insalubre, a vida na localidade oferecia inúmeras possibilidades de diversão. O cotidiano do distrito era marcado pelo contínuo ir e vir dos trabalhadores para a mina.

Embora não neguemos que haja formas de controle extra-muros, o economicismo exacerbado subestima o lado irreverente e desregrado da distração e da festa com seus possíveis excessos e inversões fictícias. Foram nestes espaços e momentos que muitos brigaram, feriram-se e embebedaram-se, ficando impossibilitados de retornar ao trabalho,

⁶⁷⁵ ECKERT, Cornélia. Op. cit. 1985, p. 18.

causando muitas dores de cabeça aos superintendentes, sempre preocupados em não deixar os engenhos pararem por falta de mão-de-obra.

Historiadores já argumentaram que Minas Gerais é a síntese da Colônia. Entretanto, Passagem de Mariana possui características que a singularizam em termos culturais, econômicos e sociais. A abertura destas empresas mineradoras acrescentou outros elementos à cultura local: ingleses e imigrantes europeus de diversas nacionalidades que para ali se deslocaram. Subjacente a esta formação compósita existe grande diversidade cultural. Os homens são inseparáveis de suas culturas de origem. Trazem em sua bagagem bem mais que a ambição pelo rutilante metal e o sonho de uma vida nova num Novo Mundo. Carregam, igualmente, seus hábitos culturais, religião, canções, instrumentos musicais e de trabalho, histórias, padrões de moralidade, estilo arquitetônico, vestuário, esportes, hábitos dietéticos, crenças e símbolos. O trânsito cultural nunca é somente aditivo ou supressivo. É ambivalente.

Isto fazia de Passagem uma zona de contato por excelência. Trata-se, portanto, de noção bastante diversa daquela presente no conceito de *melting pot*, dissolvente das diferenças. Por tudo isso, Passagem pode ser considerada uma das mais singulares localidades mineradoras de Minas.

2 Esportes, lazeres, festejos e cultura popular⁶⁷⁶

Georges Friedmann define o lazer como tudo o que o indivíduo “introduz no tempo exterior ao de suas atividades ditas de trabalho”.⁶⁷⁷ Este seria então o terreno da “liberdade” sublinhado por Marx que começa somente quando cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela finalidade exteriores, situado para além da esfera de produção material propriamente dita.⁶⁷⁸

O lazer é, por excelência, um momento de “escape”, de fruição, de ócio, de relaxamento e de encontro consigo mesmo no gozo de atividades prazerosas completamente avessas às tarefas racionalizadas e fatigantes do mundo do trabalho. Instante de liberdade inclusive para escolher o que fazer, o lugar, o momento, os companheiros e o tempo que se

⁶⁷⁶ Lamentavelmente nosso trabalho não conseguiu atingir o nível de detalhamento da pesquisa realizada por Jaqueline Frisch e Pierre Louchet que, investigando os lazeres dos mineiros do norte da França, descobriram que a columbicultura era seu entretenimento favorito e destacaram significativas diferenças de comportamento entre operários do subsolo e da superfície. Cf. FRIEDMANN. Op. cit. 1972, p. 161.

⁶⁷⁷ FRIEDMANN, Georges. Op. cit. 1972, p. 155.

⁶⁷⁸ MARX, Karl. *O capital*. Tomo III, 2ª parte, cap. 48, p. 312: “o tempo livre, o tempo de que se dispõe, seja para gozar do produzido, seja para se desenvolver livremente, eis a riqueza real”.

dedicará a elas. Os lazes e *hobbies* exprimem a própria personalidade de um trabalhador e divertem o homem de si próprio, de seu vazio, de sua rotina, de sua infelicidade.

A busca por formas de entretenimento grupal em atividades culturais, esportivas e religiosas é um meio que os homens tem de entrosamento social e de melhorar sua qualidade de vida. Isto faz parte da natureza de todo ser humano em todas as sociedades e lugares e acompanham os padrões sócio-econômicos dos indivíduos. Sendo assim, numa comunidade mineira como a de Passagem, os companheiros de trabalho são, ao mesmo tempo, os vizinhos, parentes, padrinhos e parceiros nos divertimentos.

A jornada de trabalho é o principal elemento limitante para o lazer. Para Maria Cecília Forjaz,⁶⁷⁹ ela é a premissa básica numa análise sobre as formas de diversão dos trabalhadores. Isso não significa que os mais ricos, no caso, o alto escalão da companhia, gozassem do ócio na maior parte do tempo. O grande número de horas dedicadas ao trabalho reduz drasticamente o tempo disponível para a diversão tanto para os trabalhadores quanto para os administradores, embora para os primeiros o tempo e a disposição física ao final da jornada sejam mais exíguos e o lazer seja o momento da anti-heteronomia.

Ao *chairman* cabia a redação de relatórios aos acionistas, planejamento das atividades da companhia, reunir informações para o melhor gerenciamento do negócio através da leitura de jornais (como o *Mining Journal*) e livros, acompanhar as flutuações do câmbio, manter-se tecnicamente atualizado. Ele certamente se ocupava destas tarefas dedicando parcela de seu tempo “livre”, quando estava na Casa-grande. Feito isso, para um administrador da mina, como Mr. Martin que dispunha dos serviços de um ex-escravo jardineiro, sua diversão compreendia contemplar o jardim e não cuidar dele. Da mesma forma, George Chalmer da *St. John d’el Rey* podia se dedicar à caça e à admiração de suas orquídeas. D. Pedro II foi recepcionado somente pelo alto escalão da mina em 1881, não apenas porque estes eram ingleses, mas porque eles controlavam seu tempo.

Para além da diferença quantitativa do número de horas dedicadas ao serviço entre trabalhadores e administradores o que mais os distinguia era “a capacidade de maior controle sobre o próprio ritmo de vida”.⁶⁸⁰ Quanto mais alta a posição ocupada na companhia, menor a submissão a horários externamente impostos à sua vontade e, por conseguinte, maior autonomia para determinar os ritmos da vida cotidiana: viagens (principalmente as longas), lazes, *hobbies*, passeios frugais.

⁶⁷⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 6, vol. 3, fevereiro de 1988, p. 100.

⁶⁸⁰ Id. Ibid. p. 101.

A menina Jess anotou um destes bucólicos momentos de descontração da família inglesa em Passagem no ano de 1896: “at Mariana in the evenings we used to go down by the river. Mother and Father to rest on a seat while we children played in the river”. Neste mesmo ano, “When Aunt Maricotta’s niece Bébé Heilbreth was married it was a very grand affair. Mother sent to England for a brown.”⁶⁸¹ De maneira geral, o lazer da classe dominante está associado ao consumo de artigos e da cultura “de elite”. A fruição cultural sempre foi símbolo exterior de *status* seja na Inglaterra ou no Brasil.

Por outro lado, a ruptura lazer/trabalho é mais nítida para os trabalhadores. Sob o regime escravista, assim como no livre, as relações de produção alienam o livre-arbítrio dos trabalhadores. Acrescente-se que as mineiras eram sobrecarregadas com as tarefas domésticas e maternas, reduzindo ainda mais seu tempo para divertimentos fora do lar. Uma mineira livre que não dispunha de escrava (ou, após a abolição de uma empregada) tinha menor tempo livre que uma inglesa que contava com a ajuda de escravas (e, posteriormente, de empregadas livres) em sua residência. Vale lembrar que a Casa-grande de Passagem de Mariana tinha dois quartos de empregadas. Por isso, as mulheres inglesas dispunham de maior tempo para se dedicar à arte, música, literatura, teatro, aprendizado de línguas, piqueniques, viagens, passeios nos feriados e atividades sociais complementares à ocupação dos maridos.

Os afazeres dos mineiros estão, de maneira geral, associados ao sofrimento, cansaço, rotina, risco de acidentes e mortes. A idéia bíblica de trabalho como castigo para expiação dos pecados está intrinsecamente ligada a seu universo onde subsistência, repouso e entretenimento não estão plenamente garantidos pelo trabalho. Os atributos negados pelo trabalho monótono são justamente aqueles que os trabalhadores reencontram no lazer: “a variedade, a iniciativa e a responsabilidade”.⁶⁸²

A companhia, neste contexto, promovia jogos e divertimentos coletivos para seus trabalhadores. Estas “intervenções exteriores”, afirma Didier Lancien, “complètent les relations hiérarchiques propres à l’entreprise que doivent comporter une forte dose de rapports personnels, d’où l’importance donnée à toutes les techniques de relations humaines”.⁶⁸³

A primeira modalidade de diversão a ser destaca é aquela promovida pela própria companhia voltada para a fruição coletiva de seus trabalhadores enquanto vigorava a

⁶⁸¹ “Em Mariana, costumávamos descer para o rio às tardes. Enquanto nós, as crianças, brincávamos no rio, mamãe e papai se sentavam para descansar (...) quando a sobrinha da tia Maricota, Bébé Heilbreth se casou, foi um grande acontecimento. Mamãe foi até a Inglaterra buscar um vestido marrom”. In: *AJM*. S.d., s.p.

⁶⁸² FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit. 1988, p. 102.

⁶⁸³ “completam as relações hierárquicas próprias à empresa que devem comportar uma forte dose de relações pessoais, donde a importância dada a todas as técnicas de relações humanas”. In: LANCIEN, Didier. Op. cit. 1981, p. 1112s.

escravidão. No dia 23 de maio de 1871 o Procurador da Câmara Municipal de Mariana, Antonio Ferreira Ermelindo, remeteu ofício ao Delegado de Polícia através do qual denunciou Lourenço Justinianno Escobar, reconhecido por D. Lourenço, que havia “dado entre as Companhias inglesas, estabellecidas no morro de S. Anna e Passagem cinco espetáculos públicos, dos quaes auferio lucro”. Solicita então que ele seja intimado para ser processado por ter infringido, reincidentemente, o artigo 134 das Posturas Municipais que proibia a realização de espetáculos “sem pedir licença” e por ter se recusado a pagar “o imposto de 10\$000 por noute, estipulado pela Câmara”.⁶⁸⁴

Lamentavelmente, o Procurador não forneceu mais detalhes e não disse o tipo de espetáculo oferecido à platéia, o dia e a hora de sua realização. Não foi possível também encontrar o processo aberto (isto é, se foi efetivamente instaurado) contra D. Lourenço. No entanto, fica claro que as companhias inglesas uniam esforços para oferecer o *circens* a seus trabalhadores livres e escravos. Os ingleses percebiam que era necessário interromper a rotina e supri-los com a “ração” do divertimento. Esta pausa contribuía para a melhoria de suas condições psíquicas e, por conseguinte, da redução das tensões e o aumento da produtividade - resultado da relação estabelecida ente o produto obtido e os recursos utilizados para obtê-lo. Afinal, seus trabalhadores não viviam somente de pão, de roçados e do direito à constituição de uma família.

Sob o título *Festa na Mina de Passagem*, Ernest de Courcy nos dá a conhecer o grande banquete ocorrido no dia 11 de julho de 1886 organizado pelo “Sr. B.” em nome do conselho de administração para comemorar sua satisfação após a visita de inspeção aos trabalhos da mina. Para ele foram convidados “todos os capitães e oficiais de mina, bem como as pessoas importantes da localidade”. A mesa para 40 pessoas foi posta “no fundo do poço número 2 numa imensa escavação feita pela antiga empresa. Ela se encontra em plena camada aurífera que, nesse lugar, leva o nome de Buraco Seco” (**Figura 32**). A escuridão foi iluminada por centenas de velas que davam um “efeito encantador” nos pratos, flores e frutos como se estivessem à luz do dia. No auge de seu encantamento, Courcy exclama: “é difícil pintar o aspecto ao mesmo tempo impressionante e grandioso dessa reunião nas profundezas da terra” onde as piritas iluminadas pelo fogo das velas brilhavam “como inúmeras constelações”. Festa para a qual as mulheres e as filhas dos convidados foram “todas muito arrumadas”.⁶⁸⁵

⁶⁸⁴ ACSM. Processo-Crime. 2º Ofício. Códice 180, auto n. 4453 (1871).

⁶⁸⁵ COURCY, Ernest. Op. cit. 1997, p. 87s.

Figura 32 – Festa na Mina da Passagem. No destaque, o coro de mineiros italianos.
Fonte: COURCY, 1997, p. 89.

Impressionante é banquetear-se justamente onde a mina banqueteava-se de carne humana na faina antropofágica da mineração. Banquetear-se onde os trabalhadores livres não conseguiam extrair mais que o necessário para sua mera subsistência e o esforço escravo era recompensado com frugais refeições e compensações. Mais espetacular ainda eram os “coros de mineiros italianos, parecendo sair das profundezas desconhecidas da terra” que “fazem-se ouvir e dão a essa reunião um aspecto verdadeiramente estranho”.⁶⁸⁶ Certamente, porque pareciam com as vozes dos duendes e outras criaturas lendárias que residem no mundo subterrâneo trazendo à lembrança dos convivas crenças milenares.

Discursos não faltaram. O “Sr. B” agradeceu em nome da companhia a dedicação dos “homens de ciência, de devotamento e de trabalho” dizendo-lhes como seus esforços serão recompensados. Wandeborn tomou a palavra e agradeceu a confiança que a companhia nele depositou, destacou as vantagens do canal recém-inaugurado e prometeu tudo fazer para retirar os metais preciosos; em seguida “ergue sua taça, profetizando, para a companhia The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, a fortuna e renome”.⁶⁸⁷

Esta festa certamente permaneceu inesquecível para todos, principalmente quando de repente, “seis detonações de dinamite” sacudiram as abóbadas que os cobriam e fizeram “tremor as entranhas da terra”. Depois disso, “centenas de operários, que se mantinham ao longe nas galerias, responderam com vivas mil repetidos; exclama ele então: “que ecos subterrâneos e misteriosos repercutem ao infinito... É esplêndido e empolgante!” O fausto

⁶⁸⁶ Id. *ibid.* p. 88.

⁶⁸⁷ Id. *Ibid.* p. 88.

banquete durou três horas. Após o qual, ao saírem das sombrias galerias à luz de tochas foram “saudados e aclamados pela massa dos mineiros que esperavam na entrada enfeitada de flores e de arbustos, no meio do qual surgiam as bandeiras da França e da Inglaterra, cercando a do Brasil”.⁶⁸⁸

Enfim, chegou a hora do divertimento dos trabalhadores: “à noite, houve fogos de artifício e baile para todos os operários de Passagem, quando os negros e as negras puderam dançar à vontade sua cara bambula”.⁶⁸⁹ Bambula é uma dança tradicional dos negros do oeste africano acompanhada com instrumentos de percussão. Esta manifestação era encontrada também no Caribe espanhol onde havia um singular instrumento feito de bambus de diferentes comprimentos que recebe o mesmo nome.

As palavras finais da descrição feita por Courcy sugerem um tom de conagração, mesmo que distanciado pelas regras de hierarquia. Diz ele: “assim foi, em poucas palavras, essa reunião quase de família em que todos puderam tomar parte com tanto mais prazer e alegria, na medida em que se sentia que a prosperidade, em um futuro próximo, seria a recompensa dos esforços de todos.”⁶⁹⁰ Riqueza que não seria desfrutada por todos.

Courcy presenciou também a popular festa de São João comemorada no dia 24 de junho na mina de Raposos pertencente à *Ouro Preto Gold Mines*. Relata que “todas as choupanas acenderam seu fogão, em torno do qual a família, os amigos reunidos dançam, assam a cana-de-açúcar e a mandioca para a refeição da noite”. Note que ele disse choupanas, e não casas. As moradias dos trabalhadores certamente não tinham o *status* de residência ao olhar deste francês. Enquanto isso, “cantos graves e primitivos se ouvem ao longe nas matas, evocando sem dúvida as lembranças do solo natal”. Do outro lado do rio, a pequena igreja de Raposos “sobressai toda brilhante de flamas e luz em meio às trevas”. Este espetáculo, esta festa religiosa católica por excelência sabia, segundo ele, “unir na mesma comunhão de idéias todas as boas pessoas de nacionalidades diferentes: italianos, espanhóis, portugueses e africanos”.⁶⁹¹

Estas descrições reforçam a tese de Robert Slenes sobre a predominância da cultura banto entre os escravos do sudeste na segunda metade do século XIX. Alguns dos aspectos culturais que ele destaca estão presentes nestas festas descritas por Courcy: o fogo doméstico em torno do qual se realizavam danças rituais ao som de tambores, reuniões em

⁶⁸⁸ Id. Ibid. p. 88.

⁶⁸⁹ Id. Ibid. p. 90.

⁶⁹⁰ Id. Ibid. p. 90.

⁶⁹¹ Id. ibid. p. 90.

clareiras de florestas. Além disso, na festa de São João evidencia-se o que o autor denomina de processo de “creolização” - o encontro de culturas.

Estas formas de lazeres coletivos, mas seletivos estão, desde a Antiguidade até à sociedade industrial moderna, associadas à comida, à bebida, à música e à dança. Em relação à festa, Maria Cecília S. Forjaz ressalta que “a comida, a bebida e a dança são componentes universais da noção de ‘festa’, que por sua vez é uma categoria muito próxima da ideia de lazer, prazer, fruição e gozo.” As festas relatadas por Courcy foram diferentes uma da outra: um banquete subterrâneo e um baile de trabalhadores (livres e escravos), pois “comer, beber e dançar são práticas socialmente vinculadas ao prazer de uma maneira generalizada, o que não implica absolutamente nenhuma homogeneidade no modo de fazê-lo entre os distintos segmentos sociais”.⁶⁹² A noção de festa “inclui também um certo sentido de comunhão, de participação conjunta, de conagrações” onde “cada indivíduo se identificava como membro dessa mesma comunidade, mediante os atos de comer, beber e dançar conjuntamente.” Foi isso o que Courcy tentou demonstrar quando vislumbrou na festa popular uma “reunião quase de família”.⁶⁹³

Se a festa, como diz Forjaz, expressa e torna transparente “os valores, hábitos, costumes e manifestações estéticas comuns àquela comunidade”⁶⁹⁴ o que estas festas manifestaram foi, antes de tudo, o lugar que cada um ocupava na hierarquia da mina e da localidade. Não caberia aos trabalhadores participar do banquete, mas apenas prepará-lo e entreter os convidados com a música, assim como Courcy e o senhor “B” ficaram “muito tempo a contemplar tais demonstrações”, sem dela participar senão como meros espectadores. Distantes de tudo o que é popular em demasia.

Esta estratégia administrativa foi duradoura. A festa, enquanto instrumento de controle social fazia parte dos mecanismos de dominação adotados pelos ingleses onde estes assentaram as raízes de seus negócios. Festa para si mesmos enquanto senhores num sério e particular banquete. Festa para seus trabalhadores com baile, dança, comida e música de negros. No romance histórico *Morro Velho*, o personagem chamado Leão sintetiza esta liberalidade inglesa. Diz ele ao delegado Moraes: “Os ingleses gostam de liberdade total para eles e parcial para os outros; e candombe, desde que lhes não perturbe o sono, está neste número”.⁶⁹⁵

⁶⁹² FORJAZ, Maria Cecília S. Op. cit. 1988, p. 104s e 105.

⁶⁹³ Id. Ibid. p. 105.

⁶⁹⁴ Id. Ibid. p. 105.

⁶⁹⁵ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 113. Edimilson de Almeida Pereira (2003, p. 297 e 305) explica que Candombe é um “ritual e grupo devoto que integra o sistema religioso banto-católico do congado” que “consiste

No cotidiano dos ingleses de Passagem de Mariana, as formas de diversão vividas no espaço doméstico e familiar como formas de sociabilidade entre seus pares foi muito frequente. Divertir-se em casa junto à família nuclear ou extensa e com a presença de amigos era mais “nobre” e testemunhava maior padrão cultural. Novamente o olhar da jovem Jess é revelador:

At Passagem, Aunt Maricotta had her 25 Wedding anniversary where we enjoyed a dinner, then walked across the square to our house where we had a impromptu dance. Emily Hodge gave a dinner when she had 2 children christened and we had a nice time. Dr Jordan gave a 2-hour banquet and dance when his 4 children were christened. Mrs Willice gave a grand garden party and Mrs Gifford often invited us to tea: we often went to festivals at Mariana.⁶⁹⁶

Em 1908 encontramos o registro de casamento dos ingleses nascidos no Brasil Willian Walker e Clara da Luz Trebilcock realizado “na sala da casa de divertimentos pertencente a Companhia de mineração The Ouro Preto.”⁶⁹⁷ Isto significa que a empresa dispunha de um espaço físico destinado ao entretenimento. Este local era certamente para uso exclusivo dos ingleses e nunca foi aberto para casamento de não-britânicos.

O jornal *Rio Carmo* de 1902 deixa transparecer quão forte era o impacto do que ele denomina “colônia inglesa de Passagem.” A presença desta colônia alterou os tradicionais festejos de São João realizados na localidade. A festa transcorreu “seguindo o uso tradicional, que importou da terra pátria” e contou com “jogos floraes, corridas na planície, exercícios de força, corridas com obstáculos, pulos altos”. Dentre os exercícios de força o que mais agradou aos presentes foi o “*Tug of war*”. Na disputa travada contra os italianos, o prêmio coube aos brasileiros.⁶⁹⁸

Importante notar o cuidado tomado com a ornamentação do local onde se realizaram estes jogos. Achava-se ele “ornamentado com muito gosto, tendo-se hasteado em redor as bandeiras inglesa, brasileira, franceza, portugueza, italiana, suissa, etc. A iluminação

num dos ternos ou guarda que constituem o congado, mas se apresenta também sob a forma de um ritual com canto e dança originalmente religiosos, que ocorre em Minas Gerais, e se completa com a presença de instrumentos sagrados (três tambores; uma puíta de madeira; um ou dois guaiás, isto é, chocalho de cipó trançado sobre cabaça, contendo contas de lágrimas de Nossa Senhora ou sementes similares). Os cantos são constituídos segundo uma linguagem simbólica, que remete aos enigmas do sagrado e a determinados acontecimentos da vida cotidiana”.

⁶⁹⁶ “Em Passagem, tia Maricotta comemorava 25 anos de casamento e fomos ao seu jantar, depois atravessamos a praça para ir à casa onde teve um baile improvisado. Fomos a um jantar oferecido por Emily Hodge em comemoração ao Batismo de dois filhos e nos divertimos. Quando os quatro filhos do Dr. Jordan foram batizados ele ofereceu um banquete de duas horas e um baile. A senhora Willice deu uma festa no jardim e a Senhora Gifford às vezes nos convidava para o chá. Nós sempre fomos a Festivais em Mariana”. In: *AJM*. S.d., s.p.

⁶⁹⁷ ACRCPM. Livro de Casamentos n. 2, f. 115v e 116.

⁶⁹⁸ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 1 de julho de 1902. Anno II, n. 18, p. 2.

que promettia estar deslumbrante, feita por lanternas chinesas, expressamente vindas da Inglaterra, foi obstada pela chuva”. Todo o evento foi dirigido pelo pessoal da companhia “cujo superintendente, o sr. dr. Henry Gifford, sabe reunir às suas qualidades de abalizado engenheiro de minas e correcto *gentleman* as do administrador exímio, imprimindo com a sua direção o bom gosto e a jovialidade que houve durante toda a festa.”⁶⁹⁹ As danças populares e o teatro provavelmente foram impedidos pela chuva, por isso a matéria não os menciona. O número anterior do jornal supra mencionado anunciara que a festa “é toda feita às expensas da Companhia, que ahi explora as minas de ouro, prometendo esplendidas diversões aos seus convidados.”⁷⁰⁰

Isto indica que a presença inglesa em Passagem e a própria cultura de “embranquecimento” do país se associaram para sufocar as manifestações mais autênticas de negros e mestiços nas festas populares fazendo a “cara bambula” desaparecer destes momentos de conagração.

Quando os trabalhadores não estão sob o *tripallium* na companhia e/ou já se desincumbiram das obrigações domésticas inadiáveis, buscam desfrutar o tempo ocioso em atividades prazerosas, necessariamente associadas à “não-obrigação” no exercício de sua autonomia e não de heteronomia. Parece-nos exata a afirmação de Forjaz que “o ‘não fazer nada ou o ócio como forma de preencher os tempos de não trabalho é típico das classes trabalhadoras, para quem o período livre de obrigações é muito escasso, assim como o tempo para o repouso”. A autora acrescenta que “os trabalhadores não têm dinheiro para gastar com divertimento, que quase sempre implica em adquirir bens ou serviços no mercado”.⁷⁰¹

Por isso, o futebol é uma das mais populares formas de divertimento coletivo essencialmente masculino. Esta típica “inglesia” foi inicialmente um esporte de elite, mas acabou se transformando no esporte popular brasileiro por excelência. Porém, estamos numa fase quando este entretenimento ainda não havia se transformado em diversão de massa.

Os times de futebol de Minas Gerais têm a história de sua fundação ligada à presença inglesa. O Villa Nova Atlético Clube foi fundado em 28 de junho de 1908 por mineiros da companhia Morro Velho. Em Passagem não foi diferente pois, nas primeiras décadas do século XX, já contava com quatro times de futebol (**Quadro 6**).

⁶⁹⁹ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 1 de julho de 1902. Anno II, n. 18, p. 2.

⁷⁰⁰ *Rio Carmo*. Propriedade do Partido Republicano. Marianna, 20 de junho de 1902. Anno II, n. 17, p. 1.

⁷⁰¹ FORJAZ, Maria Cecília S. Op. cit. 1988, p. 108.

Municípios e districtos	Associações				
	Designação	Sede	Data da fundação	Número de sócios	Contribuição social annual
Marianna	Britanic Foot-Ball Club	Passagem	1902	22	-
	Flamengo Foot-Ball Club	Passagem	1920	32	6\$000
	Florian Peixoto Foot-Ball Club	Passagem	1916	43	12\$000
	Palestra Itália Foot-Ball Club	Passagem	1920	25	12\$000

Quadro 6 – Clubes de futebol de Passagem de Mariana – Séc. XX.

Fonte: MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. IV (Situação Social, Administrativa e Política). III - Relação e principais característicos das associações arroladas. Tomo I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926, p. 43ss.

Não foi possível encontrar a data e as razões que levaram ao desaparecimento destas equipes. Não localizamos as atas de fundação, primeira diretoria, composição dos times, partidas entre as equipes e placares dos jogos. O clube inglês destaca-se por sua antecedência frente aos demais. Ressalte-se que as agremiações desportivas eram formadas por sócios de suas respectivas nacionalidades. As equipes britânicas eram as únicas existentes em 1902, e agrupavam 22 sócios, isto implica na evidente existência de dois times que certamente disputavam entre si partidas sob atentos e curiosos olhares diante desta novidade inglesa.

Os lares ativos (aqueles em que os homens engajam com mais vigor sua personalidade) possuem estreita relação com o mundo do trabalho, com o processo de urbanização e de consolidação de sociedades competitivas. As opressões, as dificuldades e impossibilidades de ascensão, as frustrações existenciais individuais e coletivas necessitam de “válvulas de escape” compensatórias de afirmação do eu através das quais os economicamente “derrotados” possam se sentir vitoriosos. Este é, essencialmente, o papel social exercido pelo futebol e carnaval, enquanto promotores de catarse coletiva e inversão social. Além disso, o futebol insufla na sociedade um mecanismo artificial de divisão social em que os adversários esportivos acabam por se tornar inimigos figadais, dificultando ou impedindo-os de detectar seus verdadeiros inimigos de classe.

Praticar esportes exige tempo e dinheiro. Algumas modalidades esportivas são inacessíveis aos trabalhadores devido ao elevado custo dos equipamentos. Esta barreira não se encontra no futebol, talvez uma dos mais populares esportes: basta uma bola (que pode ser feita de pano, de meia usada). O uniforme e calçados adequados são plenamente desnecessários, salvo em campeonatos organizados. Do contrário, enquanto diversão é universalmente “democrático”, sendo um dos motivos de sua larga difusão pelo Brasil.

O jogo de tênis foi outro esporte de elite que os ingleses exibiram em Passagem (Figura 33). Não foi possível saber a data inicial desta prática. Mas, se na foto vemos homens como W. E. Beak nome constante na lista das pessoas que contribuíram com donativos para a festa promovida em favor da Cruz Vermelha anglo-italiana ali realizada a 2 de janeiro de 1916 podemos situar, ao menos provisoriamente, este ano como referência segura.⁷⁰² Se o gramado da Casa-grande de Morro Velho estava marcado para o tênis, conforme registro Frank Vincent, isto comprova que ali também era praticado já no século XIX.

Figura 33 - Ingleses praticantes de tênis em Passagem de Mariana (1925). Acima: H. F. (ilegível), M. O. Regan, S. Gorfield e W. E. Beak. Abaixo: (ilegível) e G. Nogueira. Foto gentilmente cedida por Leandro H. Santos.

O bilhar, invenção francesa, também era praticado pelos ingleses de Passagem assim como de Morro Velho, havendo uma grande mesa num dos cômodos da casa-grande. Flávio Rodrigues, sem precisar a data, afirma que em Passagem havia também um campo de golfe - um dos mais refinados esportes.⁷⁰³

A dedicação aos esportes manifestada pelos ingleses atesta sua “cultura somática”. Enquanto membros da elite econômica e intelectual de Passagem de Mariana nota-se que “há uma correlação entre a posição na hierarquia social e a atenção dedicada ao corpo, ou seja, ela

⁷⁰² *O Germinal*. Orgão do Partido Republicano Mineiro no Município. Gerente Francisco Claudino. Marianna, 19 de janeiro de 1916. Anno XII. N. 445, p. 2. In: AEAM. Arm. 1, prat. 4.

⁷⁰³ RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Notas históricas sobre Passagem de Mariana*. Edição do autor, 1988, p. 6.

é tanto maior quanto mais alto se está na escala da sociedade”.⁷⁰⁴ Dito de outra forma, quanto mais livre está o homem do trabalho, mais próximo ele se situa da possibilidade de se divertir e de cultivar o corpo e o espírito. Luc Boltanski ressalta que é toda uma outra percepção e relação com o corpo que é compensado em sua subutilização no trabalho.⁷⁰⁵

A prática de esportes está associada à conformação de uma imagem de elite e à preocupação com a estética. Todos os jogadores de tênis na imagem acima são esbeltos e, ao mesmo tempo, exibem austeridade com seus ternos. A elite forma para si uma auto-imagem que passa a ser adotada para toda a sociedade como a ideal.

É justamente desta austeridade e rigidez dos “bíblias” que passamos aos “entretenimentos lascivos”. É sobretudo à noite que se concentram os desfrutes mundanos, carnavais e etílicos dos trabalhadores. Em seus momentos de folga, feriados e finais de semana fazia parte dos hábitos sociais masculinos frequentar festas, bailes noturnos, bares, casas de jogos e prostíbulos. Vimos anteriormente que a dedicação às festas era tão assídua chegando a prejudicar o andamento dos trabalhos das companhias inglesas.

Estas modalidades de diversão são vivenciadas fora da esfera familiar, individualmente ou em grupos de amigos que regularmente se encontravam nos bares da localidade onde a cachaça era a bebida mais consumida devido a seu baixo preço. Local aberto às conversas obscenas e aos palavrões. Por isso, seguindo a linha de pensamento foucaultiano, o bar pode ser visto como um espaço discursivo da sexualidade. Frequentar bares e beber são os lazeres populares mais estereotipados pela elite, pelas autoridades e pela moral cristã (católica e protestante) que os associavam ao ócio mais desprezível, palco de brigas e assassinatos e motivo de falta ao trabalho devido ao excesso de bebidas.

Outra forma de entretenimento popular muito praticada e igualmente recriminada era o jogo. Ou, nas palavras dos moralistas, a jogatina. O hábito de jogar era comum até entre crianças na cidade de Mariana e Passagem nos séculos XIX e XX. O periódico *O Germinal* noticia a ocorrência de um assassinato relacionado ao jogo no ano de 1914 em Passagem. Este pequeno artigo sintetiza com suma precisão o que acabamos de dizer:

Na Passagem deu-se, há dias, mais um assassinato que a todos impressionou como quase sempre motivado pelo jogo.

Na chamada rua Debaixo, funciona ali, de tempos a esta parte, uma casa de tavolagem muito freqüentada á noite, principalmente quando há pagamento na Companhia Inglesa.

Desde bem tempo que a tal alfurja vem sendo a ruína de muita família, a desgraça de muita gente, e um ponto constante de rugas e de conflictos.

É um escândalo o que ali se vê.

⁷⁰⁴ FORJAZ, Maria Cecília S. Op. cit. 1988, p. 111.

⁷⁰⁵ BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Pobres trabalhadores perdem em poucas horas o fructo de penoso trabalho, deixando a família na penúria o resto do mez; até creanças jogam, é o que informam os do logar.

O hespanhol Francisco Fernandez Penna era um frequentador da baiúca.

Trabalhava na mina, tinha família, e era tido como homem valente e desabusado.

Entre elle e um dos parceiros, na noite do crime, originou-se seria desavença; os dois se azedaram, e elle foi as bochechas de seu contendor, e espancou-o.

A cousa não parou ahi, porque sacando de uma faca saiu para rua á proporção de numeroso grupo se ai formando diante d'elle, até o momento dado em que uma bala mais certa veio de súbito varar-lhe o ventre, e dar-lhe a morte horas depois.

A auctoridade local tomou immediatamente conhecimento do facto e deu todas as providencias para a captura do criminoso, tendo sido remetido preso para esta cidade, José Telles, que foi o individuo que fora pouco antes desfeito pela victima.

Proseguem as averiguações policiaes, tendo já dado seus depoimentos diversas pessoas.

Mais de uma vez temos pedido a attenção das nossas auctoridades para essas casas de jogo que por ahi existem. No districto da Passagem, então para onde tem affluido nestes últimos tempos uma população adventícia, que cresce de dia para dia, e que chega de todas as procedências, depois que se interromperam alguns trabalhos públicos, a maior vigilância se impõe sob pena de surgirem serias difficuldades na manutenção da ordem, de um momento para outro.⁷⁰⁶

Este artigo sintetiza enésimos aspectos do contexto histórico de então relacionados ao lazer e controle social. Em primeiro lugar, a forma estigmatizante presente nos termos adotados para se referir à diversão, ao local de frequência e aos trabalhadores expressam o esforço moralizante e disciplinador em curso. Sidney Chalhoub esclarece que essa associação revela “o projeto que a jovem República trazia para esses homens: ao chamá-los de ‘desordeiros’ e ‘vadios’, enfatizava-se novamente que urgia transformá-los em ‘morigerados’ e ‘trabalhadores’”; além disso, revela que “a tentativa de imposição de hábitos de trabalho compatíveis com os desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão”.⁷⁰⁷

Como o pagamento da companhia era efetuado no final do mês, Francisco e José Telles ainda tinham dinheiro em caixa no dia 2 de maio (provável data do crime noticiado no dia seguinte) e foram tentar a sorte numa casa de jogos da localidade (que devia funcionar também como botequim) onde encontraram outros colegas de trabalho, inclusive crianças. O jogo transcorria sob o manto da noite que melhor os acobertava dos olhares das praças policiais. Francisco é pintado como “valente e desabusado” e, por isso, causador da desavença. Porém, de acordo com o código machista de conduta, agressão não é coisa que se

⁷⁰⁶ *O Germinal*. Orgam do Partido Republicano Mineiro no Município. Mariana, 3 de maio de 1914, Anno X, n. 384, p. 1.

⁷⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 257.

leva para casa, o ofendido reagiu alvejando-o e limpando sua honra. Tudo isso ocorreu num distrito que a cada dia recebia novo fluxo de trabalhadores oriundos de diversos lugares à procura de trabalho na mina, transformando-o num local que exigia das autoridades “maior vigilância” para a “manutenção da ordem”. É interessante notar que o artigo não cita, explicitamente, o uso de bebidas alcoólicas, mas como o ponto era local de constantes “rusgas e conflitos”, deixa implícito que o consumo era frequente.

Quando o jogo de loterias foi proibido pela Constituição Federal de 1891 em seu artigo 107, a medida foi louvada como moralizadora devido às inúmeras violências e desordens sociais que este hábito propiciava. Também o jogo está relacionado àquela necessidade de inversão de que falamos e nutre a esperança de enriquecimento rápido para, enfim, libertar-se do trabalho. Repetidas decepções neste campo podem acentuar uma tendência agressiva e levar à dependência alcoólica pela frustração que fica encoberta pela insatisfação inconsciente com seu trabalho despersonalizado e pela vida de miséria e privações fora deste.

Costumbristas e culturalistas tentam mostrar o “sentido cultural profundo” das tensões sociais e se esquecem de apontar que o “modo de vida” da classe trabalhadora é muitas vezes regido pelo desemprego, doença, fome, falta de habitação, humilhações e falta de perspectivas crônicos. Esta situação trágica e desesperadora da maioria dos trabalhadores forma uma personalidade que vive uma “tensão interna contínua” que geralmente é descarregada nos familiares (sobretudo mulheres e filhos) e colegas de trabalho.⁷⁰⁸

Uma das diversões preferidas pelas crianças e jovens era tomar banho no rio e cachoeira. Brincadeira relativamente perigosa que costumava levar consigo a vida de nadadores incautos. Talvez seja por isso que encontramos diversos casos de “asfixia por submersão” entre os registros de óbito em Passagem.

A festa pagã por excelência e a mais popular é o carnaval. As reflexões usadas para entender o futebol e o jogo são perfeitamente aplicáveis a esta forma de divertimento coletivo, pois toda forma de evasão e inversão (o carnaval é a maior dentre todas), encerra um caráter patológico igualmente associado ao mundo do trabalho. A nenhum outro se emprega melhor o conceito de alienação (*entfremdung*) colocado por Hegel e reelaborado por Marx, para o efeito de um trabalho que mais parece a privação deste.

⁷⁰⁸ Posição idêntica é defendida pelo historiador William B. Taylor que procurou as “razões psíquicas” dos crimes. Não obstante, ao contrário do que ele pensa, estas “razões” não são incognoscíveis. Veja: TAYLOR, William B. *Drinking, homicide and rebellion in colonial Mexican villages*. Stanford: Stanford University Press, 1979. Apud CHALHOUB, Sidney. Op. cit. 309.

Como se comportavam os ingleses nestes quatro dias de festas? Eram refratários a este folguedo devido ao medo e à promiscuidade das classes populares? É impossível dizer que houvesse uma única postura para todos os ingleses “de cima” durante o período analisado. Mas, é provável que tenha predominado o afastamento ou apenas a contemplação distante, pois pelo menos a família de Jess a levava para os festejos carnavalescos: “I loved going to Ouro Preto before Lent to see the noted Carnivals in that very old City”.⁷⁰⁹

Os festejos religiosos (festa da padroeira, procissões, primeira comunhão das crianças, festas de casamento e batizado) era a face sagrada dos congraçamentos populares católicos. Festas como o Natal são mais intimistas e restritas ao âmbito familiar. Por outro lado, as comemorações religiosas dos protestantes resumiam-se aos aniversários de casamentos e batizados, como ficou explícito através do diário da pequena Jess, embora ela ficasse encantada com as cerimônias da semana da Páscoa, quando tinha a oportunidade de visitar em Ouro Preto.

Entre as igrejas reformadas muitas festividades importantes foram suprimidas do calendário, mantendo-se, basicamente, o domingo e Natal. Esta ética protestante do trabalho deparou-se no Brasil com uma tradição mais lânguida em sintonia com a ética católica do trabalho, regida pela observância ao grande número de feriados religiosos. Até que ponto os ingleses conseguiram impor sua própria disciplina e quando tiveram que ceder à força da tradição?

O descanso semanal de domingo é um dia estipulado pelo calendário litúrgico católico desde a Idade Média. O clero sempre estimulou que os senhores concedessem pelo menos este dia de folga aos escravos, embora nem sempre fossem atendidos. O desrespeito ao descanso semanal sempre foi motivo para a eclosão de revoltas escravas.

Ao sintetizar as informações obtidas nas minas inglesas que visitou em 1845, Suzannet conclui que, de maneira geral, “todos os negros casados têm casa separada, com um jardim que eles cultivam aos domingos, dia de repouso geral”. Mas, em Morro Velho, nem todos os administradores assim procederam. Em 1861 o padre Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva acusou o então diretor, Mr. James Newell Gordon de não respeitar a este preceito, obrigando os escravos “aos mesmos trabalhos Semanaes, quando elles, neste dia [domingo], são rigorosamente vedados aos fieis pelas leis do Creador, e da Igreja”.⁷¹⁰

⁷⁰⁹ “Eu adorava ir a Ouro Preto antes da Quaresma e ver o carnaval marcante daquela cidade tão antiga”. In: *AJM*. S.d., s.p.

⁷¹⁰ AEAM. Queixa contra o diretor da Cia. do Morro Velho. Arquivo 3, Gaveta 2, Pasta 16 (1862).

Considerando o “padrão administrativo” inglês é seguro dizer que em Passagem o descanso semanal de domingo também tenha sido a regra enquanto vigorou a escravidão. A partir dos relatos de Paul Ferrand, pode-se inferir que na Mina da Passagem também se observava o descanso dominical quando vigorava o trabalho livre.

3 A cultura material dos mineiros

Este item buscará responder à seguinte pergunta: quais eram os principais elementos da cultura material dos mineiros e quais transformações sofreram face à larga sequência de inovações tecnológicas oriundas da revolução industrial implantadas pela companhia inglesa em Passagem?

A história de Passagem de Mariana está marcada por múltiplas representações que se ancoram na história da mineração desde o início do século XVIII. Ao longo dos séculos, a cultura material dos mineiros passou por profundas modificações. A própria mina com seu gigantismo e maquinário, processos produtivos e novos instrumentos de trabalho são reflexos deste novo tempo. Não obstante, permanece ainda a mediação simbólica essencial dos homens entre si (mineiros e não-mineiros) e dos mineiros com seus principais instrumentos pessoais de trabalho identificadores do eu-trabalhador: o malho, a broca, o lampião de carbureto (gasômetro). Adiante, discorreremos sobre o significado e múltiplos usos dados à dinamite pelos mineiros, ultrapassando os limites de sua função técnica na empresa.

O termo broqueiro, com o qual é identificado o mineiro (livre e escravo) encarregado da tarefa de desmonte na linha de frente dos trabalhos subterrâneos demonstra quão importante e significativa era a broca em sua identificação. Como vimos, o jornal *A Ordem* de Ouro Preto anunciava a venda de estopins aos “Senhores Broqueiros”⁷¹¹ Em alguns processos-crime aqueles que exerciam esta função geralmente se identificavam antes como broqueiros e não como mineiros propriamente ditos, denotando que assim se reconheciam e também eram reconhecidos.

Antes da introdução da perfuratriz, a broca era, portanto, o principal equipamento identificador do mineiro de subsolo da Mina da Passagem. No entanto, ele foi perdendo, paulatinamente, este significado ao ser substituído por esta máquina quando a empresa

⁷¹¹ *A Ordem*. Ouro Preto, 19 de junho de 1890. n. 53, p. 4. ACPOP. Pasta 6.

efetivou o controle sobre os instrumentos de produção e ampliou a extração da mais-valia relativa.⁷¹²

O gasômetro é uma das inovações trazidas pela revolução industrial à mineração e, por conseguinte, tornou-se outro importante elemento identitário do mineiro. É resultado do progresso de uma série de pesquisas no campo científico, principalmente da química. As lanternas usadas para iluminar a escuridão da mina eram o principal elemento a que a própria vida do mineiro estava associada. Na Europa, em caso de acidentes, contava quantas lanternas haviam retornado. Subtraindo-se do total de homens que havia descido era possível saber quantos ficaram soterrados.

No caso deste estudo, vimos em Richard Burton e D. Pedro II que a iluminação interna ainda era feita com tochas e velas. Ao tempo de Ferrand, isso havia mudado e cada mineiro carregava consigo sua lanterna e era responsável por seu funcionamento regular. De acordo com relatos de ex-mineiros os lampiões à carbureto eram usados por eles para iluminar o caminho até suas residências quando a iluminação pública do distrito era insuficiente e as ruas e vielas eram trajetos perigosos.

Nas residências de ex-mineiros que visitamos foi possível perceber que alguns exibem com orgulho o antigo e inseparável instrumento de trabalho (**Figuras 34 e 35**). As lanternas são símbolos que mostram que ali reside ou residiu um mineiro, sintetizam seu heroísmo e bravura e, quando o ex-mineiro pode ostentá-la em suas próprias mãos, é como se exclamasse: “Eu sobrevivi”, “minha chama não se apagou”. Somente em antigas comunidades mineiras é possível encontrar este instrumento de trabalho como objeto de decoração dos lares.

⁷¹² O malho compõe o dístico da Escola de Minas de Ouro Preto fundada em 1876 que trás inscrito: “*Cum mente et malleo*” elaborado por Henry Gorceix.

Figura 34 – O ex-mineiro, sr. Antônio Pessoa, com seu gasômetro.

Figura 35 - Gasômetro do Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana.

A dinamite é outro elemento marcante do mundo do trabalho dos mineiros por seu alto poder de destrutividade. Inventada por Alfred Nobel em 1867, revolucionou o processo extrativo nas minas ao acelerar, de maneira nunca vista, o desmonte. Foi depois de sua aplicação nas minas que a demanda por mão-de-obra apresentou aumento considerável.

O que gostaríamos de destacar é a diversidade de usos dada a este explosivo nas comunidades mineiras. Equipamento caro e perigoso, era protegido em local apropriado distante das principais instalações da mina. No entanto, isto não impediu que houvesse comércio clandestino deste poderoso elemento de destruição no município de Mariana e em Passagem. Chegando às mãos de diferentes compradores foi usada para fins festivos, criminosos e inusitados.

Nos crimes passionais ocorridos no século XIX as armas geralmente empregadas eram facas, porretes, armas de fogo, veneno e outras.⁷¹³ Mas, em Passagem de Mariana, por ser uma localidade mineradora, alguns criminosos usaram a dinamite como poderosa arma para a completa e eficaz eliminação de suas vítimas. Assim ocorreu no caso do assassinato do italiano Pedro Chiôdo por José Boggione em agosto de 1888. A vítima foi encontrada em seu quarto com uma fratura na cabeça “a ponto de derramar os miolos para fora do craneo, que os

⁷¹³ Sobre este tema veja FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. Principalmente o item Os Instrumentos do crime, p. 110ss.

encontrarão espalhados por diversas partes do quarto em que habitava o morto”. A causa imediata do óbito foi “um tiro de dinamite (...) e incêndio.”⁷¹⁴

As autoridades perguntaram a Boggione por que razão “elle respondente comprou na companhia uma roda de estupim de dinamyte, não sendo elle empregado da mina?” Ele respondeu que “de facto comprou a roda de estupim para matar formigas, como tem feito, e que nunca teve em seu poder metralha e dinamyte.”⁷¹⁵ O questionamento traz implícita a idéia que era comum aos mineiros possuir dinamites, daí o estranhamento em relação a Boggione possuir o explosivo visto que era comerciante. A justificativa dada não convenceu, pois não era habitual eliminar saúvas usando dinamite.

Em sua defesa, Boggione argumenta que, contrariando o libelo do Promotor Público, provaria que “elle réo comprando o estupim na Companhia da Passagem, não foi para do mesmo (ilegível) elemento de qualquer crime e se este fosse o seu projecto não o traria a vista de todos, nem o compraria na própria companhia, visto que tinha outros meios de havel-o, sem causar suspeitas quando tivesse concebido a idéia de qualquer crime commeter”.⁷¹⁶ Fica claro então que a própria companhia comercializava o explosivo e que, além disso, havia formas ilícitas de adquiri-lo.

Em abril de 1896 ocorreu grave incidente envolvendo portugueses que trabalhavam na construção da estrada de ferro que chegara a Passagem. O fato foi narrado pelo jornal *O Estado de Minas* na edição de 15 de abril em matéria de primeira página que indagava: “Crime?”

Na noite de ante-hontem para hontem, numa cafua de turma dos trabalhadores empregados no prolongamento da E.F. Central perto da Passagem deu-se a explosão duma bomba de dynamite que matou tres portugueses e mutilou horivelmente outros dous. Attribuem essa desgraça a italianos.⁷¹⁷

Em julho de 1899 a dinamite foi usada como meio de intimidação contra o redator do jornal *D. Viçoso* “ao arrebentarem a porta de sua residência com uma dinamite na noite de 23 para 24 do corrente.”⁷¹⁸ Outros, usavam-na para a inusitada finalidade de pescaria. Divertimento que, sem o devido cuidado, podia trazer sérias consequências. O jornal *O Viçoso* noticia que “no domingo passado, um italiano de nome Carlos, residente na rua do Rosário desta cidade, emprehendeu uma pescaria á dynamite, de qual lhe resultou ficar sem

⁷¹⁴ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), p. 3ss.

⁷¹⁵ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), p. 13.

⁷¹⁶ ACSM. Crimes. 1º Ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), p. 67ss.

⁷¹⁷ *O Estado de Minas*. Ouro Preto, 15 de abril de 1896. Anno VII, n. 452, p.1. ACPOP.Pasta S/n.

⁷¹⁸ *D. Viçoso*. Órgão Oficial da Diocese de Marianna. Mariana, domingo, 30 de julho de 1899. Anno VI, n. 19, p. 1.

ambas as mãos; porque a bomba explodindo, arrancou-lhas. É mais um exemplo aos apreciadores deste perigosíssimo e extravagante divertimento.”⁷¹⁹

A presença da dinamite nas residências de Mariana e Passagem parece ter sido mais vulgar que se imagina. Em alguns casos, o descuido dos pais com seu correto acondicionamento acabava por vitimar seus filhos. Foi o que ocorreu no dia 12 de setembro de 1897 ao primogênito de José Bastos Duarte que “brincando com uma espoleta de dynamite, esta explodiu lhe nas mãos resultando dahi sérios ferimentos em uma dellas.”⁷²⁰

Por fim, durante os festejos comemorativos dos dez anos da proclamação da República, os organizadores “estouraram alguns dynamites.”⁷²¹ pelas ruas de Mariana.

Este fácil acesso a um explosivo letal é uma das características das comunidades mineiras e somente foi possível devido à presença de duas minas inglesas na cidade de Mariana (uma em Passagem e a outra no morro de Sant’Anna) que tinham grande demanda deste produto.

4 Formas de organização e resistência

“Os sindicatos, e outros frutos do excesso de população, naturalmente, são desconhecidos aqui” – BURTON (1976, p. 231).

Há vasta literatura voltada para o estudo dos mineiros europeus agrupada sob o termo *Miner’s history*. Os mineiros foram uma das categorias operárias mais importantes na Inglaterra, Bélgica e França no século XIX. Sua relevância se estendia para o campo político: os dois primeiros operários eleitos para a Câmara dos Comuns inglesa em 1874, Thomas Burt e Alexander MacDonald, eram mineiros. A Federação dos Mineiros da Grã-Bretanha também gozava de grande poder e prestígio em seu tempo. As greves mineiras quase sempre tiveram importantes consequências políticas.

Na estratificada estrutura da classe operária inglesa os mineiros representaram um dos segmentos que mais duramente sofreu as agruras da exploração capitalista. Os produtos que extraíam (carvão e minério de ferro, por exemplo) foram as mais importantes fontes de energia e matéria-prima da Revolução Industrial.

⁷¹⁹ *O Viçoso*. Mariana, 15 de julho de 1897. Anno IV, n. 25, p. 3.

⁷²⁰ *O Viçoso*. Mariana, quinta-feira, 16 de setembro de 1897. Anno IV, n. 2, p. 3.

⁷²¹ *O Viçoso*. Mariana, domingo, 19 de novembro de 1899. Anno VI, n. 32, p. 1.

Apesar do vício tipificador, o sociólogo David Lockwood classifica-os como representantes do tipo “proletário tradicional”, aquele cuja imagem da sociedade tomará a forma de um modelo dicotômico de poder: “eles” e “nós”. A natureza de sua indústria tende a concentrá-los em comunidades solidárias e a isolá-los das influências do resto da sociedade. Possuem alto grau de engajamento no trabalho e uma forte união ao grupo, além de considerável autonomia em relação aos constrangimentos de técnica e ao enquadramento. Daí, sua visão dicotômica da sociedade.⁷²²

Este modelo explicativo, este “tipo ideal” não pode ser aplicado, sem ressalvas, para analisar as “comunidades mineiras” de Minas Gerais no século XIX e parte do XX. Este tipo de “consciência proletária de unidade” é pulverizado em sociedades onde as empresas mineradoras recorreram ao trabalho escravo e livre (nacional e estrangeiros) ao mesmo tempo até 1888. Nelas, as divisões sócio-econômicas e etno-culturais mais profundas e diversificadas deformam os modelos aplicáveis a sociedades, como a inglesa. O escravismo e o plurinacionalismo dificultaram, senão impediram qualquer forma de “comunidade” mais coesa, pois havia muitos outros “nós” e “eles” entre eles. Seria melhor dizer que havia o “nós”, o “eles” e os “outros”. Nem mesmo a abolição do escravismo extirpou esta divisão pluripartite. Embora aqui também houvesse “comunidades mineiras”, estas não o foram no sentido que Lockwood as caracterizou.

Numa mina inglesa instalada em Minas no século XIX dificilmente existiria esta unidade sintética “nós” que abarcasse a ambos em todas as circunstâncias do trabalho e da vida fora da mina. Havia entre eles mais elementos solventes que aderentes, como a nação, a religião, a brancura da pele e a língua; elementos que mais os dispersavam que uniam numa “comunidade”, embora isso não prejudicasse momentos de confraternização, solidariedade grupal e enlaces conjugais mistos.

O conceito de “comunidade deferente tradicional”, elaborado por Jerome Scott e R. P. Lynton enquadra-se com mais facilidade ao caso das “comunidades mineiras” das minas inglesas aqui instaladas, salvo quanto ao caráter estritamente endógeno desta comunidade. De acordo com estes dois autores, este tipo de comunidade tinha basicamente as seguintes características: a) a empresa é implantada numa região semi-rural; b) os trabalhadores podem pertencer a famílias de camponeses e mesmo possuir pedaços de terras que cultivarão após o trabalho ou será feito por sua família, c) entra-se jovem na mina onde gerações se sucedem, d) a empresa funda sua política sobre “estruturas comunitárias”: o engajamento segue a malha

⁷²² Apud LANCIEN, Didier. Op. cit. 1981, p. 1112.

familiar e preocupa-se com a moralidade das famílias, d) observa-se a promoção dos mais velhos, e) o diretor participa da vida da comunidade, f) a empresa realiza obras sociais e de divertimento que complementam suas relações hierárquicas a fim de melhorar sua imagem, g) a organização do trabalho estava assentada sobre grupos relativamente autônomos, constituídos segundo critérios de proximidade, familiaridade e amizade.

O ponto crucial é que os trabalhadores das minas inglesas laboravam numa empresa de proporções descomunais para a região onde se instalaram. Eram companhias calcadas em avançada tecnologia e maquinismos, complexa divisão do trabalho e grande contingente de mão-de-obra especializada e não especializada livre e escrava. Portanto, este tema exige a necessária distinção entre duas fases distintas da história da mina: o pré e o pós 1888.

Antes de abordarmos o tema das organizações e rebeliões dos trabalhadores é preciso analisar o contexto político-social local, enquanto a escravidão vigorou como a principal relação de trabalho na mina. Até 1888, não foi possível verificar a ocorrência de qualquer forma de organização ou insubordinação coletiva dos escravos (revoltas ou insurreições generalizadas) ou mesmo da penetração das idéias abolicionistas nas senzalas. Detectamos apenas fugas isoladas, jamais uma rebelião de parte ou de todo o plantel. Não tivemos a felicidade de nos depararmos com personagens de perfil semelhante ao do ex-escravo Felipe Santiago ou do liberto Pio, encontrados por Maria Helena Pereira Toledo Machado na Província de São Paulo na década de oitenta do século XIX.⁷²³

Não se pode desprezar que a criminalidade é um dos reflexos sociais das duras condições de trabalho a que os mineiros estavam submetidos. Por outro lado, detectamos que a maioria das ações e reações dos escravos, ex-escravos e também dos trabalhadores assalariados da mina dirigiu-se contra os “outros” colegas de trabalho por meio de ofensas e crimes triviais. Jamais reagiram coletivamente contra os senhores ou o sistema escravista⁷²⁴ ou contra os patrões, salvo um único caso de distúrbio coletivo capitaneado pelos trabalhadores livres após 1888.⁷²⁵

⁷²³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Op. cit. 1994.

⁷²⁴ Há interessante polêmica travada entre dois autores sobre o conteúdo e significado das fugas e aquilombamento de escravos. Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 139-163. Posição diferente é defendida por RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: Id. Ibid., p. 164-192.

⁷²⁵ Exemplos desta mesma “transferência de foco” são encontrados in: CHALHOUB, Sidney. Op. cit. 2001. A violência doméstica pode ser vista como outra forma desta mesma inversão. Para este assunto, onde a violência surge como uma característica essencial dessas relações veja: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

Analisar o tema da fundação, funcionamento e propósitos das organizações coletivas dos trabalhadores surgidas depois da abolição da escravidão e a natureza dos conflitos urbanos de caráter classista (greves, protestos e outras formas de reação à exploração) exige que toquemos na delicada corda do processo de formação da classe operária brasileira e, especificamente, da categoria dos trabalhadores das minas - os mineiros.

Se a classe operária em qualquer país, como disse E. P. Thompson, “não surgiu tal como o sol numa hora determinada”, ela é fruto de longo e paulatino “fazer-se”.⁷²⁶ No caso da mineração em Minas Gerais no século XIX, o tenso e lento processo de proletarianização pelo qual passaram os ex-escravos e homens livres pobres iniciou-se com as primeiras tentativas de Eschwege arrematar trabalhadores para seus empreendimentos industriais.

A história social dos trabalhadores das minas inglesas pode ser acompanhada a partir do contexto no qual interagiram condicionamentos econômicos, culturais e políticos e o embate de suas ações de forma individual e coletiva. É importante frisar que o processo correlato da formação de sua “consciência de classe” e sua incidência em ações coletivas estrategicamente orientadas não acompanharam *pari passu* sua constituição categorial. Leandro Konder mostrou o descompasso que havia no Brasil do século XIX e primeiras décadas do XX entre as condições objetivas e subjetivas deste “fazer-se”.⁷²⁷

Todavia, a obra de E. P. Thompson impede-nos de ver as manifestações e revoltas populares espontâneas e “desorganizadas” como movimentos despolitizados. Nos anos que se seguiram ao de 1894 com a chegada dos imigrantes, a localidade passou a ter uma estratificação sócio-econômica explosiva que, no entanto, não tomou um corpo revolucionário, apenas esporadicamente revoltoso. Porém, o insucesso e fugacidade de suas lutas não invalidam o conteúdo político e classista destas iniciativas.

Em Passagem de Mariana, no ano de 1902 eclodiu uma luta coletiva dos trabalhadores livres da mina. Este fato foi presenciado por Jess que narrou:

At Passagem, there was a riot when the Brazilians, Italians and Germans refused to work and the Cavalry had to come from Ouro Preto to restore order. Dick and Fred's workmen where loyal to them and guarded their part of the works. One old

⁷²⁶ THOMPSON, E. P. Op. cit. 1987, vol. 1, p. 9.

⁷²⁷ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988. Nesta obra o autor discorre sobre a tardia chegada das obras de Marx ao Brasil em língua vernacular, bem como das dificuldades de compreensão de seu pensamento entre os intelectuais “de esquerda”. Note que a produção intelectual de Marx situa-se no segundo e terceiro quartéis do século XIX.: *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844); *Teses contra Feuerbach* (1845); *Miséria da filosofia* (1846-47); *Manifesto do Partido Comunista* (1848); *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852); *Para a crítica da economia política* (1859); *Salário, preço e lucro* (1865) e *O Capital* – vol. I (1867).

man sharpened spikes to poke attackers in the tummy if they came near the Assay Office where Fred was in charge.⁷²⁸

Embora o relato não explicita os motivos, é factível supor que a tônica tenha sido suas condições de trabalho e salariais. Fica claro, no entanto, a pronta repressão que o movimento sofreu.

Alguns fatores podem ser apontados para entender as razões da demora de organização sindical dos mineiros da Mina da Passagem. Em Primeiro lugar, a ausência de consciência de classe e sindical fez com que elegessem como inimigos os próprios trabalhadores corporificando-se na violência trivial de injúrias, homicídios e lesões corporais.

O apego à nação e a “condição social” foram outros poderosos elementos que impediram a formação de uma consciência de classe e obstaculizou ações coletivas contra o capital. Desta forma, a solidariedade grupal não atingiu o nível de solidariedade coletiva. Os fatores que os dividiam: europeu/nacional; italiano/brasileiro/inglês/alemão/francês e outras nacionalidades; branco/negro/mulato; livre/ex-escravo; católico/protestante impediram a coesão de classe quando, frise-se, e somente quando esta noção tornou-se possível de ser atingida, principalmente para aqueles que vieram da Europa. Isto, sem negligenciar as subdivisões regionais que havia entre os italianos e alemães.⁷²⁹

Estas divisões e subdivisões (que havia também entre os escravos), ao mesmo tempo que eram vantajosas para os senhores/patrões, eram desejadas e reforçadas pelos próprios mineiros como fatores de distinção, sobretudo na sociedade oitocentista quando manter-se longe da sombra da escravidão era crucial para o auto-conhecimento e para o reconhecimento do grupo. Portanto, ao analisar o “fazer-se” da classe operária, deve-se levar em consideração que a sociedade brasileira do século XIX era escravista e tornou-se pós-escravista, justamente quando ocorreu sua formação. Mesmo no período pós-escravidão, as subdivisões continuaram dividindo os trabalhadores durante longo tempo.

O nacionalismo exacerbado, típico dos últimos anos do século XIX, foi grande fator de desagregação entre os trabalhadores e seus reflexos fizeram-se sentir em Passagem de Mariana. No processo-crime de Pedro Chiodo em 1888 quando é perguntado ao réu José

⁷²⁸ “Havia uma confusão em Passagem, pois brasileiros, italianos e alemães se recusaram a trabalhar. E a cavalaria teve que vir de Ouro Preto para restaurar a ordem. O faz-tudo que trabalhava para Dick e Fred era leal e cuidava de suas tarefas. Um velho afiou estacas para atingir invasores na barriga caso se aproximassem do Assay Office (departamento de teste de qualidade), onde Fred era o encarregado”. In: *AJM*. S.d, s.p. Este fato não consta nos Relatórios dos Presidentes da Província dos anos de 1902 e 1903, tampouco nos jornais de circulação local disponíveis à pesquisa no AEAM e no ACPOP.

⁷²⁹ Cláudio Batalha (2000, p. 7) adverte para a devida distinção que os imigrantes “italianos” de São Paulo faziam entre si não se vendo como italianos, mas como vênets, lombardos, calabreses e que não falavam um idioma comum.

Boggione se era verdade que “os italianos residentes na Passagem” declararão-se todos contra ele convencidos de que era o assassino, ele respondeu que “não são todos os italianos, mas somente os Napolitanos que assim procederão” e estranhava isso porque “esses Napolitanos lhe mostravam amizade”.⁷³⁰

De considerável proporção e significado foi o sério conflito coletivo travado entre indivíduos de nacionalidade brasileira e italiana que eclodiu no dia 29 de fevereiro de 1896.⁷³¹ A causa mediata surgiu quando Izaias Silva, após comprar cerveja na casa comercial do italiano Pompeo Trivelli, se recusou a receber como troco a cédula de 500 réis sob a alegação de estar desvalorizada; o comerciante apurou então diversos níqueis entre seus conterrâneos. Insatisfeito, Izaias proferiu “nomes injuriosos contra os italianos”. Pompeo Trivelli, Antonio Raphael, A. Bettini e Domingos como represália, o espancaram e arrastaram pela rua.

Por isso, grande massa de operários brasileiros sob a direção de Raymundo Marques, Francisco Domingos e José Silva investiu contra os italianos e contra a casa de Pompeo, em que estes se abrigaram, apedrejando-a e gritando que vinham se vingar das ofensas feitas ao seu compatriota.

Atritos como esses não interessavam ao Estado, pois podiam comprometer a propaganda imigratória feita na Itália. À administração da mina, tampouco seria interessante o afloramento de ódios entre trabalhadores de diferentes nacionalidades. Por isso, para esfriar os ânimos, dissipar a multidão e “restabelecer a ordem pública” foi enviado um contingente da Brigada Policial. A força pública tratou o episódio como “delictos de multidão ou delictos collectivos”. Tão importante foi o ocorrido que tornou-se digno de registro no jornal *O Estado de Minas* em sua edição de 5 de março de 1896 sob a manchete de primeira página intitulada “Distúrbios”.⁷³²

Do relatado é curioso notar que, embora o convívio entre nacionais e estrangeiros em Passagem fosse marcado por relativa harmonia, de que brotavam diversas formas de conagraçamentos pessoais, sociais e religiosos, pequenos incidentes motivados por causas insignificantes podiam tomar maiores proporções envolvendo certa “massa de operários” e adquirir explícito significado de xenofobia. Resulta necessário considerar que, subjacente a estes conflitos está, na verdade, a explosão de um contexto altamente competitivo oriundo da inserção maciça de mão-de-obra imigrante na localidade.

⁷³⁰ ACSM. Crimes. 1º ofício. Códice 358, auto n. 7907 (1888), f. 84 e 84v

⁷³¹ Anexo C – Relatório do Dr. Chefe de Polícia. In: MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 1898, p. 34. A íntegra do processo pode ser lida in: ACSM. Processos Avulsos. 1º Ofício, códice 14, auto 280 (1896).

⁷³² *O Estado de Minas*. Ouro Preto, 5 de março de 1896. Anno VII, n. 445, p. 1.

Se aceitarmos como fidedigno o depoimento de Idalina Pimenta, lavadeira, maior de 40 anos, nascida e residente em Passagem quando inquirida no processo de assassinato do italiano Pedro Chiôdo em 1888 – do qual era testemunha-chave, começa a ficar claro uma das possíveis razões destas remotas animosidades entre “italianos” e brasileiros e por que os primeiros, segundo Richard Burton, não gozavam de boa reputação em Minas. De acordo com a lavadeira, os italianos “que parecem senhores da Passagem todas as noites, e principalmente em dia de pagamento dão tiros de maneira tais que ella testemunha com medo não se levantou, e que esse costume já cauza horrôr na Passagem”.⁷³³

Passagem era considerada uma povoação perigosa onde regularmente eclodiam tumultos coletivos, mas sem conotação classista. De abril a maio de 1898 um contingente de 15 praças sob o comando de um tenente foi para lá transferido, enquanto em Mariana ficaram apenas 3 praças, um sargento, e dois paisanos no serviço policial. O jornal *D. Viçoso* diz apenas que o motivo fora para “manter a ordem”, sem mencionar qual foi o problema ocorrido. No mês seguinte explode novo atrito. O mesmo periódico noticia então:

DISTÚRBIO – Na vizinha povoação da Passagem começaram os distúrbios. Ainda hontem, na fabrica de Cerveja do Sr. Boggione, deu-se um desses que costumam chamar a atenção da gente para o zelo da policia. – Não sabemos dos pormenores do fracasso; mas pensamos que a cousa não foi das mais finas, porque deu em resultado a prisão de quatro italianos e dois brasileiros – Se o dr. Chefe de Policia levasse em conta a necessidade de um bom destacamento em logares tão perigosos como aquelle em que são tão freqüentes as perturbações da ordem pública, alli estaria até hoje a força para garantir a paz e a tranquillidade aos moradores da Passagem e os desordeiros teriam mais respeito a autoridade – Todavia o digno subdelegado daquelle districto, o Sr. Tenente Francisco Borges, tem se mostrado na altura da confiança popular, revelando sempre muita energia e critério no desempenho do seu cargo. – É pena que o Dr. Chefe de Policia não ponha alli um destacamento regular á sua disposição!⁷³⁴

Os estrangeiros, quando instalados em grande número em terra estranha, além de reforçarem suas identidades culturais (vestuário, culinária, danças, canções, língua) tendem também a estreitar os laços de solidariedade grupal nas adversidades (evidente no caso de Pompeo Trivelli e Izaías Silva acima exposto). E. P. Thompson mostrou que assim se comportaram os irlandeses que trabalhavam nas fábricas inglesas do século XIX em que “apesar de brigarem constantemente entre si, uniam-se firmemente quando um deles fosse atacado por algum estranho”.⁷³⁵ Por outro lado, quando o incômodo comportamento de alguns chegava a “causar horror” na localidade onde viviam, a tendência dos nacionais era, como fez Idalina, julgar o todo pela parte e conferir ao grupo a pecha e rejeição devida apenas a poucos.

⁷³³ ACSM. Crimes. 1º Offício. Códice 358, Auto n. 7907 (1888), f. 9v e 18. Grifos nossos.

⁷³⁴ *D. Viçoso*. Mariana. Domingo, 12 de junho de 1898. Anno V, n. 15, p. 3. Grifo nosso.

⁷³⁵ THOMPSON, E. P. Op. cit. 1987, vol. 2, p. 333.

A repentina reunião de homens de nações diferentes e inimigas no tenso contexto europeu anterior à I Guerra Mundial não poderia deixar de produzir reflexos negativos e violentos em Passagem de Mariana. Estas divisões nacionais foram poderoso obstáculo à formação de uma consciência de classe e de coesão grupal dos trabalhadores da mina. O nacionalismo torna-se mais forte quando o homem encontra-se distante do torrão natal. Qualquer fagulha pode transformar-se em forte razão para reações violentas de nação contra nação.

Para superar esta divisão artificial construída pelas classes dominantes que transformava os trabalhadores em agentes de sua própria dominação é que o socialismo clássico cunhou o vocativo “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” Procurava demonstrar com isso que os trabalhadores de diferentes nações não eram inimigos entre si e que toda guerra nada mais era que um instrumento de divisão e extermínio de classe. Conflitos que mais interessavam aos capitalistas que aos trabalhadores que digladiavam entre si sem conhecer as verdadeiras razões políticas e econômicas de uma guerra. Em outras palavras, o nacionalismo exacerbado era uma forma de ópio político que impedia aos trabalhadores detectarem nos empregadores os verdadeiros inimigos de classe.

Eric Hobsbawm assim se expressou sobre este assunto: “a escala de consciência de classe moderna é maior que no passado, mas é essencialmente ‘nacional’, e não global: isto significa que ela atua dentro da estrutura de Estados territoriais”.⁷³⁶ Assim pensavam e se comportavam essencialmente os trabalhadores da mina: ciosos de sua “nacionalidade” e não de sua “classidade” (*classness*) – para empregarmos o termo cunhado por Theodore Shanin. Hobsbawm acredita que diferenças nacionais e linguísticas tornam mais difíceis a formação de uma consciência de classe operária embora não sejam capazes de a inibir por completo e não impeçam a formação de uma consciência política geral dos imigrantes pobres.

Quando o socialismo clássico proclamou que os trabalhadores não tinham pátria, queria dizer que as suas lutas deviam ultrapassar as fronteiras das nações em nome da união supranacional contra o capitalismo. Em outras palavras, como o capitalismo é um modo de produção internacional, sua derrota devia acontecer na mesma escala, caso contrário, um país comunista ficaria isolado no tabuleiro global e seria facilmente derrotado pela reação internacional através de guerras, sanções econômicas e boicotes aduaneiros. E mais, trabalhadores que enfrentassem dificuldades nas lutas travadas em seus países deveriam receber a solidariedade dos trabalhadores de outras nações, mesmo que supostamente

⁷³⁶ HOBBSAWM, Eric. Op. cit. 2000, p. 41s e 81.

inimigas entre si por fatores políticos, econômicos e/ou geográficos. Assim entendido este tema, fica claro por que o nacionalismo era um óbice à luta internacional dos trabalhadores e, por sua vez, à efetiva destruição do capitalismo.

É preciso considerar que existem profundas diferenças entre consciência sindical e consciência de classe. Hobsbawm acredita que a consciência de classe operária “implica a organização formal dos trabalhadores; e uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe”.⁷³⁷ Arriscamo-nos a afirmar que nenhuma das duas estavam instaladas de maneira mesmo que superficialmente entre os mineiros de Passagem, embora a mina estivesse organizada sob os moldes gerenciais e tecnológicos do capitalismo industrial desde 1863. Para isso, interferiram diversos obstáculos: a presença de escravos (até 1888), as arraigadas tradições patriarcalistas, os valores nacionalistas e a própria reação religiosa e patronal. Fatores essenciais que retardaram a fundação de seu sindicato até janeiro de 1937.

Como escreve Cláudio Batalha, a abolição da escravatura “tornou possível a organização legal dos trabalhadores proibida aos escravos, que se mostrou, ao fim de contas, um dos principais instrumentos na luta por melhores condições de trabalho e por direitos”.⁷³⁸

No campo das ideologias operárias, não foi possível encontrar qualquer indício que sugerisse a presença de comunistas ou anarquistas declarados e ativos entre os imigrantes que se instalaram em Passagem de Mariana, seja para trabalhar na mina ou não. O debate acerca da inversão essencial promovida pelos socialistas que deslocaram a ênfase sobre os direitos políticos para os econômicos não se fez presente entre os mineiros de Passagem de Mariana e nem o poderia ser devido à total ausência deste debate mesmo entre os círculos intelectuais mais avançados no século XIX em Minas Gerais e no Brasil.

Falamos anteriormente do caráter turbulento dos mineiros da Cornualha que não se fez manifestar nestas plagas. Talvez isto se explique por seu *status* diferenciado e superior frente aos mineiros nacionais. Nenhum trabalhador, nem mesmo um inglês ou italiano, de qualquer uma destas minas foi alçado à posição de liderança local capaz de aglutinar os trabalhadores em torno de suas reivindicações e ser seu porta-voz diante dos patrões ingleses e autoridades locais. Os mineiros ficaram então desorganizados, desinformados e perseguidos.

Neste contexto de grande desorganização coletiva é natural que a violência tenha se voltado mais para o colega de trabalho do que para os patrões ausentes, invisíveis e inatingíveis do outro lado do oceano ou mesmo contra seu representante direto: o

⁷³⁷ HOBBSAWM, Eric. Op. cit. 2000, p. 46.

⁷³⁸ BATALHA, Cláudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109.

superintendente. Os trabalhadores da mina certamente não faziam qualquer distinção entre o superintendente e os acionistas ingleses; muitos, talvez, até desconheciam a existência destes que, na verdade, determinavam os principais rumos da companhia – aproximando-se assim do tipo de empreendimento de patrões absenteístas, como foram muitas lavouras no Caribe.

Não havendo sindicatos, não há negociação coletiva interinstitucional com a empresa. Nem sempre a existência de sindicatos é a fagulha necessária à explosão; pelo contrário, sua ausência como entidade negociadora e representativa pode inclusive favorecer a eclosão de atritos descontrolados, mas não despolitizados e irracionais. Mas, em todo caso, os sindicatos são geralmente vistos com desconfiança pelos patrões quando não alinhados.

4.1 As associações de mútuo socorro

J. E. Williams⁷³⁹ acredita que os mineiros ingleses levavam um estilo de vida tipicamente epicurista e, por isso, necessitados de ajudas caritativas. A falta de fundos organizados pelos trabalhadores e mantidos com base em contribuições mensais para provimento em caso de acidentes fatais ou limitantes jogava os lesionados, viúvas e órfãos na mais absoluta pobreza. Por esta imprevidência sua família não podia proporcionar-lhe sequer um funeral decente. No Brasil, sua história está intrinsecamente ligada ao processo de transição do escravismo para formas assalariadas e, portanto, de formação da classe operária brasileira. Operários, como em Passagem, oriundos do campo e de países europeus se aglomeraram neste pequeno distrito numa conjuntura de extrema exploração, miséria e ebulição social.

Ao longo de todo o século XIX é inexistente a noção segundo a qual cabe à empresa e ao Estado a responsabilidade social por aqueles que trabalham e pagam impostos. Esta idéia foi se formando, paulatinamente, no século XX graças à ação dos próprios trabalhadores. Devido a essa lacuna, as Sociedades Cooperativas Operárias surgiram para proteger os mineiros e seus familiares das nefastas consequências dos acidentes de trabalho. John Benson⁷⁴⁰ demonstrou que na Inglaterra as primeiras Sociedades mineiras surgiram em Northumberland e Durhan em 1862. A partir de 1870 aumentou o número de mineiros que

⁷³⁹ Apud BENSON, John. The thrift of english coal-miners, 1860-95. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXXI, n. 3, August 1978, p. 410

⁷⁴⁰ Id. Ibid. p. 403.

buscou alguma forma de seguro (nos *Trade-Unions Funeral Funds*, na *Prudential Assurance Company* ou no *Miners' Permanent Relief Funds*). Os fundos funerais foram os mais comuns organizados pelos mineiros ingleses.

Associados, a debilidade individual dos mineiros era transformada em força coletiva de ajuda mútua, reforçando os laços de solidariedade horizontal do grupo. Normam Pounds diz que até finais do século XIX a maioria dos trabalhadores europeus “no disponían de más cobertura para hacer frente a las consecuencias de los accidentes o de las enfermedades que la que les proporcionaban las asociaciones formadas por ellos mismos”.⁷⁴¹ Trata-se, portanto, como percebeu Friedmann,⁷⁴² daquela solidariedade externa (diferente da solidariedade interna no local de trabalho, quando um ajuda ao outro na realização de tarefas e em situações de dificuldade) que ultrapassa o quadro da empresa e os diferentes matizes de origem étnica, religiosa e de nacionalidade. O que suscita este sentimento é sua condição social e sua equivalente situação de trabalhador na sociedade de que fazem parte formando uma rede de vínculos “na selva industrial”.

Mesmo diante de tantos obstáculos, os mineiros da Mina da Passagem também fundaram sua Sociedade. A necessidade, que aguça o espírito de cooperação, levou-os a ajudarem-se mutuamente.⁷⁴³ Embora não tenha sido possível localizar a documentação original, sabemos que a *Associação de Mútuos Socorros* de Passagem foi fundada em 21 de julho de 1907. Esta organização, de acordo com os relatos orais colhidos por Flávio Rodrigues, tinha entre os objetivos de seus Estatutos “prestar assistência aos sócios, a seus órfãos e viúvas, em situações de emergências, manter uma escola noturna e abrir uma biblioteca pública”.⁷⁴⁴ Esta duas últimas finalidades não chegaram a se realizar. Em 1920, a Associação contava com 83 sócios e cobrava uma contribuição social anual de 18\$000.⁷⁴⁵ Os primeiros dirigentes foram: Antonio Augusto Bretas, capitão Ignácio Antonio Vieira e major Pedro Paulo de São Romão. A Associação atuava ainda no ramo de secos e molhados, provavelmente praticando preços mais acessíveis aos rendimentos dos mineiros.

⁷⁴¹ POUNDS, Normam J. G. *La vida cotidiana: historia da la cultura material*. Traducción castellana de Jordi Ainaud. Barcelona: Editorial Crítica, 1992, p. 491.

⁷⁴² FRIEDMANN, Georges. Op. cit. 1972, p. 126.

⁷⁴³ Sobre a experiência do fenômeno associativo no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora, consulte JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Cláudia Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nome e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006, p. 285-304 e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: Id. *ibid.*, p. 305-322.

⁷⁴⁴ RODRIGUES, Flávio Carneiro. Op. cit. 1998, p. 11.

⁷⁴⁵ III – Relação e principais características das associações arroladas. Associação de Cooperação Econômica e de Classe. In: MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*. Anno I, 1921. Vol. IV. (Situação Social, Administrativa e Política). Tomo I. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926., p. 433ss.

Segundo Flávio Rodrigues, esta sociedade funcionou regularmente durante quatro anos em sua sede localizada à Rua do Meio. Em seu lugar nasceu o *Clube Recreativo Sorriso da Criança* fundado em 30 de julho de 1911 que, em 1920, reunia 56 sócios dos quais cobrava a contribuição anual de 12\$000.⁷⁴⁶ Ainda de acordo com ele, contemporânea à *Associação de Mútuos Socorros* “funcionou atrás da igreja, na Rua de Baixo, a *Junta Beneficente Operária*, com idênticas finalidades da primeira. Sua sede foi posteriormente ocupada pela Sociedade Musical São Sebastião, que dela se apropriou”.⁷⁴⁷ Esta associação, segundo o *Anuário Estatístico*, foi fundada em 1906 e, tal qual sua congênere, agrupava 83 sócios dos quais recolhia a contribuição social anual de 18\$000.

Na sessão da Câmara Municipal de Mariana realizada no dia 31 de janeiro de 1896 compareceu o italiano Sabino Ugo, mineiro e morador em Passagem, como “representante da Sociedade Cooperativa”. O presidente da Câmara “consultou á Assembléa si algum membro tinha qualquer reclamação a fazer quanto a legitimidade da constituição da mesma, e não havendo reclamação”.⁷⁴⁸ Todavia, o documento não informa a natureza desta Sociedade. É provável que se trate de uma Sociedade Cooperativa formada anteriormente pelos mineiros, pois em julho de 1895 a Coletoria Municipal de Mariana recebeu 10\$000 da “Sociedade Cooperativa Operária da Passagem de Marianna para abrir negocio na Passagem” e mais 40\$000 “de seu negocio de 1ª classe na Passagem”. Isto faz recuar no tempo o ano de fundação da primeira organização mutualista dos trabalhadores da mina.⁷⁴⁹

Em Passagem havia ainda uma associação assistencial de cunho religioso: a Sociedade São Vicente de Paulo. Fundada em 1898, agrupava 21 sócios em 1920 e a contribuição social anual era *ad libitum*.⁷⁵⁰ Sua fundação deve ser encarada como uma iniciativa implementada pela Igreja Católica para dividir e disputar a influência sobre os trabalhadores e enfraquecer a Sociedade Operária inaugurada 3 anos antes.

Cláudia Viscardi vê nas experiências mutualistas um significado político que ultrapassa o socorro às necessidades emergenciais dos trabalhadores. Para a autora, elas apontam para a formação de uma “cultura cívica brasileira” capaz de se contrapor às relações de dependência no contexto seja da escravidão ou da construção de uma república oligárquica e excludente e “pavimentou o caminho para o avanço futuro das práticas democráticas”,

⁷⁴⁶ Idem. *Associações Artísticas e Recreativas*, p. 457.

⁷⁴⁷ RODRIGUES, Flávio Carneiro. Op. cit. 1998, p. 11.

⁷⁴⁸ AHCM. Códice 134 - Livro de atas das assembléias da Câmara (1893-1904), f. 10v e 11.

⁷⁴⁹ AHCM. Códice 305 - Livro de Receita da Coletoria Municipal (1895), f. 20.

⁷⁵⁰ MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*. Anno I, 1921. Vol. IV. (Situação Social, Administrativa e Política). Tomo I. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. III – Relação e principais característicos das associações arroladas. *Associações de Assistência*, p. 433ss.

interrompidas pelo Estado autoritário varguista. Além disso, seus valores de cooperação e solidariedade chocaram-se contra aqueles relacionados à competição e ao individualismo.⁷⁵¹

Em que pese nossa especificidade, estaríamos corretos ao afirmar que, no caso de Passagem, fica evidente aquela relação lembrada por E. P. Thompson (1987) entre estas Sociedades enquanto germes dos sindicatos, pois o Sindicato dos Operários da Companhia Minas de Passagem foi fundado em 1937 na sede da Sociedade de Mútuo Socorro.⁷⁵²

O esvaziamento de muitas associações mutualistas ocorreu, sobretudo na década de 30 do século XX com a introdução de políticas públicas de proteção social e intervenção estatal, restando a muitas a constituição de espaços de lazer e sociabilidade.

Se a base do modo de produção capitalista é a combinação entre expropriação econômica e expropriação política dos trabalhadores, podemos afirmar que esta equação foi eficientemente aplicada pelos ingleses na Mina da Passagem. Não obstante, os mineiros não se mantiveram calados como o ouro incrustado na rocha. Organizaram-se e reagiram, dentro dos limites possíveis, mas reagiram.

5 O papel das igrejas católica e protestante

Fatores religiosos também devem ser levados em consideração neste debate. Como vimos, Passagem desfrutava da existência de duas confissões religiosas predominantes: a católica e a protestante. É absolutamente necessário discorrer sobre a atuação de ambas junto aos mineiros. O predomínio do catolicismo, inclusive entre os imigrantes, inculcava nos trabalhadores atitudes e pensamentos de obediência, laboriosidade e submissão aos governantes, senhores e aos patrões por intermédio dos superintendentes. Para nosso infortúnio, não foi possível colher qualquer fragmento direto ou indireto da atuação da igreja protestante no que tange à sua política social junto aos mineiros.

Por outro lado, a atuação da Igreja Católica sempre foi avessa às organizações operárias, ao anarquismo, ao socialismo e a qualquer outra forma de organização que não fosse filantrópica. Além disso, a capacidade associativa das pessoas sempre foi canalizada para a formação de irmandades e ordens terceiras, faltando interesse, informação e

⁷⁵¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit. 2006, p. 308s.

⁷⁵² A fundação do sindicato ocorreu no dia 24 de janeiro de 1937 às 12 horas. Na assembléia de eleição estiveram presentes 247 trabalhadores, sendo 233 votantes. A sessão contou com a presença do Delegado Especializado de Ordem Social e Política do Estado, Dr. Orlando Morethson. O presidente da primeira Comissão Executiva foi Raymundo Nonato Baptista. O sindicato foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 17 de setembro de 1949.

compreensão aos atores sociais para se dedicarem às formas de associativismo de classe. O espírito associativista católico não avançou e não contribuiu para a eclosão de outras formas de coesão politizada.

Observando atentamente as intervenções do clero católico no mundo do trabalho e em questões de hegemonia ideológica, percebe-se, sem nenhuma surpresa, que suas atitudes coadunam-se aos interesses da empresa, do Estado e do próprio sistema de dominação.

Henry Gifford era um administrador com alta perspicácia política e administrativa. Consciente de que não podia dar qualquer demonstração de impiedade explícita, caso contrário faria voltar contra si, a empresa e sua religião a fúria católica, mostrou-se sensível às necessidades espirituais de seus trabalhadores e contribuiu para o pleno e livre exercício do credo católico na mina e na localidade. Ele foi o intermediário para a coleta de dois contos de réis (2:000\$000) entre os trabalhadores no dia do pagamento para a compra de alfaia e paramentos a serem usados na capela de N. S. da Glória em agosto de 1897:

De accordo com o Rvd. Cura presente, o Sr. Padre Tobias José da Silva, e assentimento expresso de todos, ficou assentado que as esmolos seriam colhidas nos dias de pagamento da Companhia e por empregado della por se tornar assim mais fácil a collecta.

Neste sentido officiei ao Sr. Director, por meio dos prestimosos Amigos os Srs. Dr. João Velloso e Coronel João Paulo; e de prompto foi acceito o alvitre, cujo vantajoso resultado trago por esta via ao conhecimento de V. Exc. Rvdma., a quem muito consola tudo o que diz respeito ao progresso e prosperidade da Nossa Santa Religião.⁷⁵³

Satisfeito, o cônego Julio Bicalho diz que “fiz do púlpito da Capella da Passagem solemne publicação disto em 1º de Novembro do anno passado, e duas vezes a 11 de Julho deste anno.” Sua bajulação transparece nos termos empregados para se referir a Gifford nos jornais, “inclyto cavalheiro” e na carta endereçada ao bispo Dom Silvério Gomes Pimenta, “distinctissimo”. Roga ao bispo que “abençoe os empregados desta Companhia e operários todos para que Nosso Senhor se digne prosperal-a cada vez mais e felicitar e recompensar a quantos concorreram para empreza tão meritória: e outro sim que isto faça sempre objecto de seus ardentes votos e ferventes supplicas a Deus.”⁷⁵⁴ O prelado respondeu-lhe no dia 16 de dezembro de 1896:

queira significar a este cavalheiro [Gifford] quanto me acho penhorado com a coadjuvação por elle prestada para a manutenção e desenvolvimento do culto catholico na Passagem, e aos illustres cidadãos Dr. João Velloso e Coronel João Paulo fazer extensiva a significação do meu agradecimento e a todos os empregados

⁷⁵³ *O Viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 2.

⁷⁵⁴ *O Viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 2.

e trabalhadores, que concorreram com o seu obulo para tão santo fim, queira transmitir uma benção que do fundo do coração lhes envio.⁷⁵⁵

Dez dias depois, o Pró-vigário Capitular Monsenhor Arcediago José de Souza Telles também se pronunciou sobre a atitude de Gifford a fim de levar “a este Senhor e digno Cavalheiro meu reconhecimento e muitos agradecimentos em nome da Diocese, que interinamente estou representando”. Faz votos a Deus pela prosperidade da companhia, “cujo Director se torna digno de estima de toda consideração pelo fino trato e compreensão de sua alta missão”.⁷⁵⁶

Por essas ações: abertura de cemitério para os católicos colhidos por epidemias e contribuições para a capela, o clero marianense retribui-lhe publicamente (no púlpito e nos jornais) cobrindo-lhe dos mais respeitosa elogios vindo a consolidar sua imagem ilibada entre os trabalhadores da mina. Assim, a mina inglesa conseguiu construir duradouro conceito de amiga da religião católica em Passagem.

A estreita colaboração entre Igreja Católica/Companhia concretizou-se por meio da aquisição de um relógio para a capela de N. S. das Graças em 1897. Se os trabalhadores eram pouco assíduos era também porque a maioria não tinha internalizado em seu hábito a desejada pontualidade britânica, pois muitos eram oriundos de áreas rurais e seu tempo ainda era definido como um “tempo de natureza”. Além disso, o atraso e a falta de assiduidade representam uma resistência muda à rotinização antinaturalizadora da vida imposta pelo “tempo da fábrica”.

O relógio, assim como o apito das fábricas é elemento disciplinador de seus empregados à nova rotina de trabalho que a sociedade das máquinas exigia dos homens. Representa o discurso moral contra o ócio e o prazer, numa palavra, o desperdício de tempo. Assiduidade e pontualidade são indispensáveis para a produtividade. Tal iniciativa “aplaudida e geralmente aceita” partiu do mesmo cônego Julio Bicalho e contou com o apoio do capitão inglês João Henrique.

O relógio seria fabricado pelo padre Francisco Xavier de Souza e serviria como “regulador publico nesse populoso arraial a cujos habitantes muito importa o conhecimento das horas, visto como toda a população está adstricta ao serviço da companhia de mineração (...). O patriotismo dos habitantes da Passagem não ficará desmentido nesta empresa reconhecida de geral e palpitante necessidade.”⁷⁵⁷ Nele, não faltaria “seu sino das horas

⁷⁵⁵ *O Viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 2.

⁷⁵⁶ *O Viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 2.

⁷⁵⁷ *O Viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 3.

próprio, que se tem de comprar, com corda para oito dias. Para isso, concorreram com aquela quantia “os habitantes por meio de subscrições, o Sr. Diretor da Companhia e Conselho Districtal, tendo se lhes feito appello por meio de officios, visto como é uma empreza de benefício publico e um marco e padrão de verdadeiro progresso nesse districto.”⁷⁵⁸

O mais importante é que deixando explícito o interesse de assegurar a pontualidade dos mineiros consolida-se plenamente em Passagem de Mariana a “tirania do relógio” que nas palavras de Normam J. Pounds “seguiría siendo un rasgo distintivo del panorama industrial”.⁷⁵⁹ Este fato reforça a tese do insulamento industrial desta localidade.

Na esfera privada o relógio da igreja teve sua réplica no relógio doméstico, no despertador. O importante é perceber que a empresa e o relógio impõem, cultural e economicamente, um ritmo avassalador nas dinâmicas e vivências de todos os moradores da localidade sob os auspícios da *mater ecclesiae*.

Os padres deram também um significativo apoio ao conforto espiritual dos trabalhadores católicos da mina realizando missas em horário especial: às “4 e ½ horas da madrugada para commodidade dos fieis, que deverão estar cedo no serviço da companhia.”⁷⁶⁰

Todas essas medidas coadunaram-se ao longo da história de Passagem para que em 1924, o vigário Amando Adeus dos Santos respondesse ao questionário enviado pelo Arcebispo de Mariana, cujas respostas seriam repassadas ao Visitador Apostólico e enviadas à Santa Sé. Segundo ele, Passagem contava com aproximadamente 4.000 habitantes sendo que “todos têm emprego”, havia em funcionamento a Sociedade Beneficente de Mútuo Socorro e suas escolas ensinavam o “catecismo meia hora todos os dias”. À questão 13, que indaga sobre o número de famílias protestantes, espíritas e lojas maçônicas, estranhamente responde que não havia nenhuma delas em Passagem. A questão 15 averiguava qual era “o maximo perigo contra a fé e os costumes, na freguesia”. Sua resposta foi: “é ser a população dominada por Companhia Inglesa que apesar de inoffensiva à nossa S. Religião e até a proteger, reúne para o seo mister gente de todo o Credo e caráter.”⁷⁶¹

Passagem de Mariana passou por processo similar ao de muitas pequenas aldeias européias: o de acolher um grande empreendimento empresarial. Pequenas comunidades são mais favoráveis à religião. Além disso, o afluxo constante de migrantes e imigrantes católicos reforçou ainda mais a religiosidade local, a defesa da moral, dos bons costumes, da tradição e do espírito de cordeiros. A frequente e secular ação da Igreja Católica (através de suas

⁷⁵⁸ *O viçoso*. Marianna, 2 de setembro de 1897. Anno IV, n. 30, p. 3.

⁷⁵⁹ POUNDS, Norman J. Op. cit. 1992, p. 494.

⁷⁶⁰ *O viçoso*. Marianna, 12 de agosto de 1897. Anno IV, n. 27, p. 3.

⁷⁶¹ AEAM. Tribunal Eclesiástico. Relatório. Armário 12, pasta 3253.

irmandades, catecismos, missas e procissões) nunca deixou muito espaço para a germinação de ervas irreligiosas que pudessem ser semeadas por pessoas “de todo o Credo e caráter” que Passagem acolheu desde os primórdios e se acentuou com o desenvolvimento da mina.

Não encontramos em nenhum documento, tampouco em relatos orais que os padres de Passagem de Mariana, dado os diversos exemplos de colaboração explícita apresentados, tenham se voltado contra os ingleses ou denunciado qualquer irregularidade, como o fez o padre Ranvier da obra de Zola.

Não podemos ter a ilusão de que no Brasil tudo transcorreu como na Inglaterra, objeto de estudo de Thompson e Hobsbawm, cuja trajetória histórica de suas associações religiosas permitiram tais transições. Deve-se estar atento para as peculiaridades de cada acontecimento histórico em seu devido tempo e espaço, para não incidirmos no equívoco de adequar a realidade à teoria, como se esta fosse um molde a que tudo deve se adequar. Nem todas as análises válidas para a Inglaterra se ajustam ao contexto histórico brasileiro.

Em Minas faltou maior circulação de materiais impressos (jornais, livros, imagens, canções) indispensáveis para o despertar da criticidade mais refinada e abrangente. Além da carência destas obras, o hábito de leitura e mesmo de “ouvir ler” era menos frequente que em países de tradição protestante onde o combate pelo direito de leitura e auto-reflexão esteve subjacente à própria Reforma. O desejo de congregar-se e autogovernar-se na Inglaterra era movido por fatores ausentes à realidade histórica brasileira.

Em Minas havia a massa, mas faltava o fermento das publicações sediciosas. Especialistas da história do livro e da leitura demonstraram que a baixa taxa de alfabetização nunca foi empecilho para a organização dos trabalhadores devido às formas indiretas de acesso às teorias heterodoxas entre as camadas populares: imagens, canções, jornais, pasquins e ouvir-ler. Entretanto, Hobsbawm (2000) mostrou que o livro de Thomas Paine, *Direitos do Homem*, podia ser encontrado nas minas de estanho da Cornualha e oficinas de Sheffield onde até mesmo as mulheres idosas falavam da política e, certamente textos de comunistas e anarquistas no século XIX. Não foi possível constatar se os mineiros da Mina da Passagem tiveram acesso a textos carregados de criticidade ao sistema e à exploração.

Evidencia-se então que as formas de controle social foram mais eficazes em Minas Gerais no século XIX que na Inglaterra. A isso, deve-se acrescentar que os mineiros eram uma categoria profissional numericamente representativa; no entanto, estavam aglomerados em minas distantes muitos quilômetros umas das outras. Este duplo isolamento contribuiu para sua inexpressividade organizativa. Os ingleses, o clero e a elite local puderam viver relativamente tranquilos sem o medo da “turba”.

6 A cultura inglesa em Passagem

Coerente ao que sustentamos anteriormente para que melhor entendamos a vida dos “de baixo”, é preciso que conheçamos também o cotidiano daqueles que representam o seu contraponto, ou seja, os ingleses: os “de cima”.

Os bretões singularizaram a vida e o *locus* sócio-espacial de Passagem de Mariana. Para isso, abriram cemitério, erigiram capela e tiveram pastores próprios. Trouxeram consigo diversos elementos de sua cultura: culinária, vestuário, ética de trabalho, mobiliário doméstico, instrumentos musicais, moral sexual, esportes e máquinas.

Como se sabe, nas regiões onde penetraram, os ingleses sempre foram ciosos de sua religiosidade protestante e austeros em seus hábitos sociais muitas vezes excludentes e xenófobos. Viveram mais inclinados para o isolamento domiciliar na Casa-grande ou em arborizadas quintas localizadas em escolhidas elevações topográficas e afeitos aos casamentos endogâmicos (ou exogâmicos seletivos com a elite local). Em Passagem, isto não foi diferente. Como exemplo cabal podemos citar a forma como Henry J. Gifford registrou o nascimento de sua filha Daisy Genevieve Gifford no ano de 1896:

Declara mais que a referida criança sua filha foi nascida neste Districto da Passagem Municipio de Marianna, Estado de Minas Geraes da Republica dos Estados Unidos do Brasil e que ao fazer este registro, segundo lhe outorga as leis em vigor desta Republica fica a sua filha pertencendo as bandeiras Britanicas isto é fica registrada como subdita Inglesa.⁷⁶²

Burton percebeu que os habitantes de Minas Gerais no século XIX, manipulados pelo clero, tinham “um certo horror de todo aquele que não é católico”. No entanto, para ele o povo “é mais supersticioso que fanático (...) a tendência à perseguição não é forte.”⁷⁶³ Apesar disso, munção para o fanatismo anti-proselitista não faltava.

Depois da chegada dos ingleses a Mariana as autoridades religiosas passaram a se preocupar com a disseminação de “Bíblias falsas” entre suas ovelhas. Esta forma sutil de propagação do protestantismo foi relatada ao Papa pelo bispo marianense no *Relatório Decenal* de 5 de janeiro de 1866 (apenas três anos depois da aquisição mina). Diz ele: “começam a aparecer nestas regiões Bíblias em língua vulgar, desprovidas de anotações, e outras publicações protestantes que os Párocos mais zelosos prontamente rejeitam”.⁷⁶⁴

⁷⁶² ACRCPM. Caderno de Assentos de Nascimentos 1A, f. 59v.

⁷⁶³ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 333.

⁷⁶⁴ D. Antonio Ferreira Viçoso. *Relatório Decenal 1866*, f. 44. Tradução de Padre Flávio Carneiro Rodrigues. In: AEAM. Arquivo 1, gaveta 2, f. 44.

Em Carta Pastoral redigida a 23 de fevereiro de 1874, D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, protestou contra os pedidos daqueles que queriam a abolição do Art. 5º da Constituição do Império para que a religião católica deixasse de ser a oficial do Estado. Segundo ele, “para que todas as religiões falsas, como a dos Protestantes, Judeos, Mahometanos, Maçons e os mesmos atheos gozem dos mesmos direitos, que os catholicos na sociedade Brasileira.”⁷⁶⁵

O jornal *O Bom Ladrão*, periódico religioso publicado sob os auspícios do Bispo de Mariana, Conde da Conceição, promovia desde 1873 ampla campanha anti-maçônica e anti-protestante através de suas páginas. Além de textos doutrinários, publicava certas *Anedoctas* como a que se segue, cujo título é “FOI BUSCAR LÃ, E SAHIO TOSQUEADO”.

Encontrou certo dia nos Estados Unidos um protestante a um catholico, cujo animal acabava de morrer na estrada, querendo o tal protestante aproveitar a ocasião para metter a ridículo a confissão catholica, disse com ar de compaixão sarcástica: Então morreo-lhe o cavalo?!!! Pobre! E morreo sem confissão? É verdade, tornou-lhe o catholico: morreo como um protestante.⁷⁶⁶

Em dezembro de 1876 este mesmo periódico publicou artigo extraído do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro intitulado *Os Protestantes no Brasil*. Nele, o autor protesta contra abertura “com pompa e solemnidade” do templo da Igreja anglicana em São Paulo ocorrido a 23 do corrente. Reclama que “os protestantes tudo podem neste infeliz paiz”.⁷⁶⁷

O já citado jornal *O Bom Ladrão* destilava toda forma de intolerância e difamação contra o protestantismo, maçonismo e ateísmo. O artigo mais ácido publicado em 1875 tem o sarcástico título de: “*Os milagres de Calvino*”. Através dele, acusa Calvino de ser “um dos fundadores da chamada Reforma, chefe da mais nefanda e damnosa heresia, que surgio do fundo do inferno para combater a Egreja e infestar o mundo”.⁷⁶⁸

O periódico católico, denominado *O Viçoso*, publicou em 1894 um artigo intitulado **Bíblias falsas**. Nele, alertava os leitores para a distribuição de bíblias pelos protestantes em que faltavam vários livros do Antigo e do Novo Testamento que, segundo o artigo, falam da intercessão de santos, da oração pelos defuntos (Macabeus, Livro 2) e da existência do purgatório.⁷⁶⁹ O doutrinamento parece ter surtido o efeito esperado, pois em

⁷⁶⁵ *O Bom Ladrão*. Periódico Religioso, Litterario e Noticioso. Sob os auspícios dos Exms. Srs. Bispos de Marianna e Diamantina. Mariana. 1 de março de 1874. Anno I, número 16, p. 1.

⁷⁶⁶ *O Bom Ladrão*. Marianna, 1 de outubro de 1873. Anno I, n. 2.

⁷⁶⁷ *O Bom Ladrão*. Marianna, 10 de dezembro de 1873. Anno I, n. 8.

⁷⁶⁸ *O Bom Ladrão*. Mariana, 10 de fevereiro de 1875. Anno II, n. 14, p. 4.

⁷⁶⁹ *O Viçoso*. Periódico Destinado a Promover os Interesses Catholicos sem se Descuidar dos Outros Interesses da Pátria e do Povo. Mariana. 24 de junho de 1894. Anno II, número 9, p. 3.

1898 quando “andaram em Marianna e na Passagem, alguns vendedores de livros proibidos. O povo queimou grande quantidade desses livros inúteis e perigosos.”⁷⁷⁰

Em março de 1875, certo “Bispo protestante do Sul da América” veio a Minas para proceder às visitas de práxis, de que fazia parte a fiscalização dos livros de óbitos e o cemitério. Na mina de Morro Velho “ordenou ao Diretor”, dando-lhe licença para “dizer missa pública”, porque já o fazia em particular. Em Mariana, visitou os ingleses da *Don Pedro North Del Rey*. A notícia não diz se ele foi também à Mina da Passagem, embora seja bastante provável. O mais curioso é a versão passada pelo jornal da Diocese de Mariana acerca de seu encontro com o Bispo local. Não perdeu a oportunidade de fazer sua “guerra religiosa” para mostrar a superioridade e altivez do prelado católico.

Temendo ser mal recebido, o protestante mandou saber se o bispo o receberia. “Respondeo-lhe o Sr. Bispo com toda cortezia que o havia de receber com muito gosto. Por quanto se a Religião condemna o erro, e nesse ponto é intransigente, ensina a amar os homens sem distincção de crenças”. O encontro ocorreu na chácara do idoso e enfermo bispo marianense no dia 4 de março de 1875. O superior protestante levou consigo sua filha, pois “os protestantes aprenderão de seos fundadores Henrique 8º, Luthero etc. a ter horror do celibato” e estava acompanhado das “pessoas mais gradas dentre os inglezes”. O encontro foi considerado uma glória para a religião católica, pois ao chegar à presença de D. Viçoso, o inglês “sentio-se profundamente abalado e commovido, baixou os olhos, e inclinado com reverencia tomou entre as suas a mão do nosso Prelado, calçou-a de ósculos, quasi sem poder proferir palavra; e só depois de alguns momentos começou a conversar, mostrando a felicidade que sentia por ver-se perante um tal varão”. Disse-lhe então que “trazia aquela filha para que S. Ex. se dignasse de abençoala; e a donzella aproximando-se do Sr. Bispo com profunda reverencia beijou-lhe a mão, e recebeo a benção”. Pergunta-se o que o protestante vira no superior católico no extremo da vida e trajando “uma sotaina de lã simples, e já anciã, tão pobre, que talvez naquelle dia não tivesse de seo nem dez mil reis na gaveta” enquanto o outro “rico, percebendo uma cõngrua de oitenta contos por anno, trajando sedas e tão acompanhado” e o que o levara a tanta veneração assim como Alexandre perante o Sumo Sacerdote de Judá. Responde que foi devido à “virtude deste ancião, e mais ainda a verdade da Religião que elle ensina. Se o protestante não sentisse a força dessa verdade, não lhe teria dado taes penhores, por mais que lhe admirasse as qualidades pessoais”.⁷⁷¹ O efeito de tal

⁷⁷⁰ D. Viçoso. Órgão Official da Diocese de Mariana. Domingo, 7 de agosto de 1898. Anno V, n. 23, p. 1.

⁷⁷¹ *O Bom Ladrão*. Periódico Religioso, Litterario e Noticioso. Sob os auspícios dos Exms. Srs. Bispos de Marianna e Diamantina. Marianna, 10 de março de 1875. Anno II, n. 18, p. 2.

notícia entre os católicos e os protestantes residentes em Mariana e em Passagem deve ter sido bastante significativo, provocando admiração nos primeiros e indignação nos outros.

O casamento é um rito social de grande valia quando os pesquisadores buscam “medir” o grau de interação interracial. Por isso, vamos tentar aqui explorar algumas de suas potencialidades como indicador dos hábitos sociais dos ingleses.

Lembremos que a posição oficial da Igreja Católica oitocentista em relação aos denominados «*casamentos mixtos*» (realizados entre protestantes e católicos) era de veemente reprovação. Para sua realização eram colocadas diversas exigências aos cônjuges que deviam aceitar que a cerimônia ocorresse apenas na sacristia sem benção ou oração e ambos deviam assumir o compromisso de educar os filhos exclusivamente na fé católica.⁷⁷² Apesar disso, o casamento de ingleses com brasileiras parece não ter sido fato muito raro. Em suas andanças por Minas, Burton falou do interesse dos pais em casar suas filhas com ingleses.⁷⁷³ Apesar dos obstáculos, casamentos entre ingleses e brasileiras também ocorreram em Passagem.

Estes ingleses, e aqui esta conclusão é válida tanto para os “de cima” quanto para os “de baixo”, em termos de matrimoniais, mantiveram-se fiéis à sua férrea endogamia, ao menos em Passagem de Mariana. Não encontramos nenhum casamento entre os súditos de S.M.B. e uma brasileira ou qualquer outra nação européia em todos os registros do século XIX. O primeiro registro matrimonial de ingleses em Passagem ocorreu no dia 1 de dezembro de 1900. Casaram-se Ricardo Rowe de 31 anos, natural de St. Erth Goldsethey e a viúva Maria Izabel de 45 anos, filha de ingleses, natural de Vila Nova de Lima (portanto, nascida no Brasil – o que não implica que tenha sido registrada como brasileira).⁷⁷⁴ O primeiro casamento de um inglês com uma mulher de outra nacionalidade européia se deu no dia 28 de setembro de 1901 entre Samuel John Badge de 27 anos, natural de “St. Erth in the Country of Cornwall” e Paula Jaskolka de 21 anos (o registro não definiu a nacionalidade da noiva).⁷⁷⁵ Houve ainda o casamento de um inglês com uma italiana, também no século XX.⁷⁷⁶

Seu isolamento social neste tipo de ritual intimista se confirma, pois todas as cerimônias foram realizadas na casa dos nubentes, em casa de amigos ou “na sala da casa de divertimentos pertencente a Companhia de mineração The Ouro Preto”. Nenhum inglês se casou no Cartório de Paz da localidade.

⁷⁷² *Cruzeiro do Sul*, órgão do Instituto Católico. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1865. Anno I, n. 18. p. 3.

⁷⁷³ BURTON, Richard. Op. cit. 1976, p. 335.

⁷⁷⁴ ACRCPM. Livro de Registro de Casamentos n. 2, f. 36 e 36v.

⁷⁷⁵ ACRCPM. Livro de Registro de Casamentos n. 2, f. 47.

⁷⁷⁶ ACRCPM. Livro de Registro de Casamentos n. 2, f. 139 e 139v.

6.1 Arquitetura, hábitos sociais e a cultura material dos ingleses

O estudo da cultura material não nega o valor dos aspectos imateriais da cultura; pelo contrário, com entende Normam Pounds: “la artesanía popular y los cultos religiosos forman parte de la cultura popular en la misma medida que los asentamientos urbanos y los estilos de construcción de las casas. En realidad, todos ellos están íntimamente entrelazados”.⁷⁷⁷

Gilberto Freyre, em *Ingleses no Brasil*, alertou para a relevância dos aspectos arquitetônicos dos ingleses residentes no Brasil. Ao contrário dos portugueses, os britânicos preferiram habitar casas isoladas dos grandes centros - hábito cultural e símbolo distintivo de *status* social posteriormente assimilado pelos brasileiros abastados. Este deslocamento espacial foi, segundo ele, “uma das revoluções mais significativas causadas ou operadas pelos britânicos nos hábitos ainda coloniais e meio mouriscos, ou antes, orientais, do Brasil (...) tornando-se deselegante para o burguês fino e rico residir no centro comercial”.⁷⁷⁸

Em tons menos edulcorados, essa busca por *locus aemenu*s significava, principalmente, afastar-se da vizinhança, do convívio com os pobres e ambiente malsãos. Esta segregação espacial ratificava seu pertencimento a uma outra raça, como se dizia então. A casa permite e reitera a noção de contraste por sua volumetria, pelos elementos ornamentais internos e externos e pela posição geográfica isolada da localidade. Contribui para formar o que Roberto Cardoso de Oliveira denomina de “identidade contrastiva”, afirmando o “eu” em oposição aos “outros”.⁷⁷⁹

Mesmo habitando nos trópicos, ou por isso mesmo, faziam questão de preservar e ostentar os elementos materiais de sua cultura dita superior e refinada; numa palavra, civilizada. A casa inglesa não é um simples dormitório, mas um espaço bem equipado que se converteu em lugar prazeroso onde as pessoas gostavam de passar boa parte de suas vidas e requeriam submissão dos trabalhadores e deferência dos visitantes, base do *ethos* senhorial.

As sedes administrativas das minas inglesas em Minas Gerais conjugavam uma série de elementos arquitetônicos, ornamentais, paisagísticos e simbólicos que atendiam ao padrão inglês de habitação e implicavam na demarcação física de sua “raça”, poder e *status*. A Casa-grande era o centro de convergência e núcleo da aurocracia britânica.

⁷⁷⁷ POUNDS, Normam J. G. Op. cit. 1992, p. 10.

⁷⁷⁸ FREYRE, Gilberto. Op. cit. 1977, p. 137.

⁷⁷⁹ OLIVEIRA, Carlos Roberto. História do Trabalho. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 5.

Richard Burton visitou a *Anglo-Brazilian Gold Company* em 1867 e ficou hospedado durante três dias na Casa-grande. A sede foi descrita como uma “casa de campo” tipicamente inglesa, encravada em meio a uma “pequena aldeia de bom aspecto” onde moravam “diversos mineiros ingleses.” Considerou-a “muito confortável e agradável, com seu piano e livro, em quantidade, pra não se falar das boas bebidas”.⁷⁸⁰ A Casa-grande dos ingleses de Passagem de Mariana (**Figura 36**) segue a mesma tipicidade suntuária das “casas inglesas” do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Nova Lima e outras localidades onde houve empreendimentos dirigidos por britânicos.⁷⁸¹

Figura 36 - Casa-grande da Mina da Passagem com seu jardim. Ao fundo, instalações da Mina da Passagem. Foto de Marc Ferrez. Acervo do APEMOP.

Nota-se pela imagem que é uma típica edificação colonial portuguesa adquirida junto com a mina e demais instalações e transformada em residência dos diretores da companhia. É uma casa térrea com telhado de quatro águas, fachada simples com cinco aberturas (quatro janelas com vergas retas e uma porta com sanefas). Tendo o mesmo nome das residências dos senhores de engenho, a sede administrativa da companhia traz em seu bojo ampla carga de significados culturais e de poder.

⁷⁸⁰ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 286.

⁷⁸¹ Para conhecer a descrição da Casa-grande da *General Mining Association* habitada pelo sr. Milward em 1828, veja WALSH, Robert. Op. cit. 1985, p. 57. O interior e exterior da Casa-grande da *St. John d'el Rey* foi minuciosamente descrito por VINCENT, Frank. Op. cit. 1897, p. 277.

A inglesinha Jess, neta do capitão Richard Martin, conhecia bem essa residência onde morou (**Figura 37**). Por volta de 1890 ela registrou em seu diário, quando ali ocorreu o batizado de Archie num domingo realizado pelo ministro presbiteriano McFaklin que nela:

No glass in the three kitchen windows but wood bars. Upright bars to the back window, cross bars to the two windows overlooking the vegetable and flower garden (...). That house had 14 rooms. 2 downstairs and the rest upstairs, two verandas, garden, stable yard, saddle room, 2 servants rooms, quaint hall with a balcony high in the wall overlooking the hall and staircase, 2 rooms back to back with no windows as they were in the centre of the house.⁷⁸²

Figura 37 – Jess. Foto gentilmente cedida por Leandro Henrique dos Santos

Quando algum religioso protestante (Metodista ou Presbiteriano) chegava a Passagem ali ficava hospedado (geralmente no quarto de desenho) e a família entoava os hinos sagrados do livro de Sankey.⁷⁸³ À noite o visitante era brindado com belo solo de piano.

Os livros, o piano e as bebidas são três significativos símbolos culturais que sintetizam a erudição, bom gosto musical e boa vida de uma cultura, considerada superior

⁷⁸² Não havia vidros nas janelas, apenas barras de madeira. Barras na janela dos fundos, barras cruzadas nas janelas de frente para os canteiros de verduras e o jardim de flores (...) Aquela casa tinha 14 cômodos. 2 no andar de baixo, duas varandas, jardim, estábulo, sala de celas, 2 quartos de empregados, um salão pitoresco com uma bancada no alto da parede - com visão da sala e das escadarias -, 2 salas vizinhas de fundo sem janelas por serem no meio da casa. In: *AJM*. Acervo do autor. Sd., sp.

⁷⁸³ Ira D. Sankey (1840-1908). Cantor e compositor protestante norte-americano. Compôs e colecionou aproximadamente 1.200 canções. Seus hinos contribuíram para a propagação da reforma protestante.

instalada na América portuguesa. Os livros no século XIX ainda eram objetos raros e caros; só os ricos podiam formar uma biblioteca significativa e somente os cultos tinham esta necessidade. Burton ou qualquer outro viajante não citaram os títulos ali presentes, mas isso não impede de inferir que eram obras de cunho religioso (bíblia e canções devocionais – como os hinos de Sankey), romances, medicina e de cunho prático como engenharia.

Culturalmente, o piano é o instrumento musical mais representativo da música erudita européia; seu oposto na América portuguesa era outro instrumento de cordas, o violão – símbolo da boemia vulgar, da vagabundagem, do baixo nível e do mau gosto musical da plebe. O primeiro, ficava restrito às casas elegantes e salões; o segundo, pertencia ao universo das ruas e bares. Aprender a tocar piano era o desejável para qualquer “moça casadoira”, das famílias abastadas. No século XIX, as moças refinadas eram educadas à européia, mantidas distantes da cozinha e dos afazeres domésticos reservados às escravas. Cantar e, principalmente, tocar piano era o desejado pelos pais muitas vezes contra a vontade das filhas. Mais uma vez foi Gilberto Freyre quem melhor resumiu esta “disputa instrumental”:

O piano inglês foi, decerto, uma das peças mais importantes com que o imperialismo britânico afirmou, aos olhos e aos ouvidos de brasileiros mal saídos de um longo período de um isolamento quase chinês, sua superioridade técnica e industrial [...] mas pianos, não havia melhores que os fabricados pelos técnicos britânicos e dos quais se encheram as salas de visita ou as salas de música de muitos sobrados e casas-grandes do Império brasileiro [...] Pianos em abundância, diante dos quais foram desaparecendo das salas os antigos violões com os quais se acompanhavam modinhas.⁷⁸⁴

Quando Francis Castelnau visitou a mina de Morro Velho em 1843, passou a noite de natal na Casa-grande, um grande jantar e boa música fizeram-lhe esquecer que estava nos trópicos cercado pelos nove filhos de Madame Herring, aos quais ela soube dar “une éducation europeenne”.⁷⁸⁵ Em Diamantina, no final do século XIX quando Helena Morley redigiu seu diário, todas as galantes festas de sua família anglo-brasileira eram embaladas ao som do piano que ela própria, uma “inglesinha perfeita” como dizia seu pai, sabia tocar.

Nas casas inglesas de Congonhas, vizinha a Morro Velho no século XIX, Ernest de Courcy observou que também “dança-se, lancha-se, canta-se (...) como em todos os centros civilizados do velho continente; o piano legendário aí se aclimatou como em outras partes; o inverno tem seus *five o’clocks*, suas *soirés*, seus bailes”. Na noite do dia 13 de julho de 1886, durante o jantar na casa de João Paulo de Faria em Passagem, Courcy e outros convivas foram presenteados com o solo de piano tocado pela filha do abastado coronel, uma “bela e jovem

⁷⁸⁴ FREYRE, Gilberto. Op. cit. 1977, p. 167.

⁷⁸⁵ CASTELNAU, Francis. Op. cit. 1850, p. 251.

mulata de 21 a 22 anos (...) com expressão, talento real e de cor, as partituras de Rubinstein, de Meyerbeer, de Schumann e Chopin”. Jantar bem servido por escravos convenientemente vestidos, com flores artisticamente arranjadas e em que as damas estavam “em toalete de baile e decotadas”.⁷⁸⁶

Tocar piano e dançar no salão ou, simplesmente, ouvir uma sinfonia era para os homens de mulheres do século XIX demonstração de refinado gosto e gestos, de erudição, de pertencimento à elite. Ouvi-lo requer postura, educação e outra forma de sensibilidade estética que não aquela dos batuques e outros folguedos populares.

Pianos que os ingleses, instalados em Passagem de Mariana ou qualquer outra família de brasileiros musicalmente europeizados, quisessem copiar “inglesias” podiam encontrar à venda nos anúncios de jornais de Ouro Preto. Além do instrumento, a capital da província no final do século XIX oferecia professores de música, piano e violino e “concertadores e afinadores”.⁷⁸⁷

Do outro lado do Ribeirão do Carmo e abaixo da colina onde está situada a Casa-grande ficavam as cafuas e as moradias coletivas dos trabalhadores da mina. A musicalidade ali era regida pelos acordes do violão, do berimbau e instrumentos de percussão africanos.

Ao analisar esta diferenciação entre “cultura de elite” e “cultura popular” Umberto Eco entende que a cultura burguesa “no sentido em que a cultura ‘superior é ainda a cultura da sociedade burguesa dos últimos três séculos identifica na cultura de massa uma ‘subcultura’ que não lhe pertence, sem perceber que as matrizes da cultura de massa ainda são as da cultura ‘superior’”.⁷⁸⁸

A música proporciona espaços de sociabilidade. Seus acordes têm o poder de agregar e amenizar as diferenças. Os ingleses, seja por cordialidade ou habilidade gerencial, não se eximiram de participar destes encontros apolíneos, afinal a gerência das companhias exigia que tivessem bom trânsito entre a elite local.

⁷⁸⁶ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 99 e 103s.

⁷⁸⁷ É o que alardeia o periódico *A Província de Minas* em 1888: “Piano à venda. – Quem desejar comprar um bom piano, usado mas ainda em excellentes condições, e por preço commodo, dirija-se á esta typographia para informações” - *A Província de Minas*. Órgão do Partido Conservador. Ouro Preto, 6 de abril de 1888. Anno VIII, n. 521, p. 2. Outro piano era oferecido pelo jornal *A Epocha* em 1891: “Piano. – Vende-se um piano Pleyel, ainda em bom estado de conservação, pela quantia de 700\$000” - *A Epocha*. Ouro Preto, 11 de julho de 1891. Anno I, n. 23, p. 4. Em 1897 Justino da Conceição se apresentava como professor de música, piano e violino “habilitado em concurso perante a Escola Normal de Ouro Preto, lecciona em casas particulares e em sua residência á rua da Conceição, n. 28, Ouro Preto.” - *Minas Geraes*: Órgão Official dos Poderes do Estado. Ouro Preto, domingo, 5 de dezembro de 1897. Anno VI, n. 324 – Annuncios, p. 4. A Casa Deslandes e Irm. situada à Rua Paraná em Ouro Preto oferecia os serviços de “concertadores e afinadores” de piano - *A União* – Órgão do Partido Conservador. Ouro Preto, 21 de outubro de 1886. Anno I, n. 16.

⁷⁸⁸ ECO, Humberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 24s.

As casas do Sr. Reye, secretário da *General Mining Association* e do próprio Sr. Duval serviam de palco para estes encontros sociais na São José d'el Rei do início do século XIX. Na residência deste último, por exemplo, numa festa organizada por sua esposa, os músicos tocaram o hino inglês “God Save The King”. Walsh acredita que “estava sendo ouvido pela primeira vez naquele remoto canto do globo.” As atividades sociais desta cidade já estavam influenciadas por outras inglesas, pois nas visitas feitas à tarde “às vezes era oferecida uma xícara de chá, constituindo isso o supra-sumo da hospitalidade”.⁷⁸⁹

Foi na Casa-grande inglesa da *Don Pedro North Del Rey* que o imperador D. Pedro II e Dona Teresa Cristina tomaram chá em 1881. Evento memorável registrado por Jess para o qual “all the English Ladies were invited. So mother had breakfast with the Emperor. Many years later I visited the house and saw the long dining room with its numerous windows, beautiful pictures, huge table and quaint chairs”.⁷⁹⁰

A Casa-grande de Passagem era o espaço de sociabilidade inglesa por excelência. Ali ocorriam batizados, festas de aniversário na ampla sala no andar de baixo decorada com guirlandas de rosas feitas pelas inglesas para as quais se convidavam os amigos de Ouro Preto e Mariana e onde a senhora Gifford tomava chá com damas inglesas. Embora esta residência despertasse relativa cobiça, só encontramos uma tentativa malograda de furto no período estudado.⁷⁹¹

Enquanto vigorou a escravidão, os serviços internos e externos da Casa-grande eram realizados por escravos como a “cozinheira negra” que levou Jess até à senzala. Durante a administração de Richard Martin, a residência possuía entre os empregados um jardineiro. De acordo com as próprias palavras de Jess era um sujeito “a fine character” de quem seu avô gostava muito. Mas, “as the English were not allowed to own slaves Grandpa bought the old man and gave him his freedom and he stayed as gardener until Grandpa died. (1871)”.⁷⁹²

⁷⁸⁹ WALSH, Robert. Op. cit. 1985, p. 61.

⁷⁹⁰ “Todas as damas inglesas foram convidadas. Então minha mãe tomou o café com o Imperador. Muitos anos depois eu visitei a casa e vi uma sala de jantar longa com muitas janelas, belas figuras, mesa enorme e cadeiras pitorescas.” In: *AJM*. Sd. sp.

⁷⁹¹ ACSM. Crimes. 2º Ofício, código 231, auto 5747 (1893).

⁷⁹² “um sujeito fino (...) Como os ingleses não podiam ter escravos, vovô o comprou e o libertou e ele continuou como jardineiro até vovô morrer em 1871.” In: *AJM*. Sd. sp. Na verdade, no inventário e partilha de bens do capitão Richard Martin feitos aos 15 de junho de 1870, havia entre os bens semoventes “Hum escravo de nome Cerino de Castro, cabra, idade quarenta annos mais ou menos visto e avaliado pelos louvados Capitão Thomas Bawden e Francisco Standfield Symons pela quantia de hum conto de reis” que foi legado à sua esposa, dona Martha Martin. Certamente é a ele que Jess está se referindo – Cf. ACSM. Inventários. 1º Ofício. Código 127, auto n. 2655 (1870), fls. 3v e 6.

6.2 A capela e o cemitério dos ingleses

Há mais de cem anos Max Weber publicava a primeira versão (1904) de seu ensaio sobre o fenômeno relacional existente entre protestantismo e capitalismo. Ele observou que os proprietários do capital, empresários e trabalhadores qualificados eram, predominantemente, protestantes. Em que pese hoje as críticas quanto à concepção de “graus” de culturas, o importante a considerar é a “ética protestante” enquanto conduta de vida, como o conjunto relativamente homogêneo de *práxis* e valores de capitalista/protestante que penetra as esferas da vida doméstica e pública em sua relação com o corpo, a alma, a morte, as cerimônias religiosas, as canções e os espaços sagrados (templos e cemitérios).

A presença de capitalistas e trabalhadores especializados (mineiros, engenheiros e químicos), britânicos, protestantes reproduziu em Passagem de Mariana aquela mesma diferença de confissão religiosa coincidente com a diferença de nacionalidade, nível de especialização e controle dos meios de produção.

Foram os ingleses que alteraram a face uniforme do catolicismo no espaço urbano e universo cultural da localidade, enquanto religião publicamente aceita e praticada como a oficial do Estado até a República. Os súditos de Sua Majestade Britânica se instalaram em Passagem de Mariana, não como vassalos da monarquia católica brasileira, tampouco como trabalhadores inferiores ou “boçais” catequizáveis. Ali chegaram como proprietários e adeptos do protestantismo, gozando do direito do livre exercício de sua religião e seguros de que não seriam perseguidos. Herdeiros do empirismo lockiano não admitiram que se fizesse *tabula rasa* de sua cultura, religião e costumes. Tais privilégios estavam assegurados desde as negociações travadas entre Lord Strangford e a casa bragantina consubstanciadas nos artigos XI e XII dos respectivos Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação de 26 de fevereiro de 1810, apesar da resistência do Núncio papal ao livre comércio e à religião protestante.

Por isso, desde a primeira metade do século XIX, os ingleses tinham o direito de abrir cemitérios, erigir capelas e ter pastores próprios no Brasil. A Constituição de 1824, em seu artigo 5º ratificou a liberdade de crença: “a religião Católica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particularmente, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.⁷⁹³ Com a proclamação da República é editado o **Decreto-Lei 119A de 07 de janeiro de 1890**,

⁷⁹³ BRASIL. *Collecção das leis do Brazil, desde a independência: 1822-1825*. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1829.

que garantiu a liberdade de culto e reconheceu o estatuto jurídico das outras confissões religiosas; no entanto, ainda manteve o catolicismo como religião oficial.⁷⁹⁴

Somente a Constituição Republicana de 1891 instituiu no Brasil o princípio da separação entre Igreja e Estado e, conseqüentemente, a liberdade de crença e culto. A não existência de religião oficial, em tese, eliminou a subvenção por parte do Estado. O parágrafo 7º de seu artigo 72 estabelecia que: “nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o governo dos Estados.”⁷⁹⁵

É importante frisar que no século XIX, e ainda no XX, católicos e protestantes continuaram travando verdadeira “guerra de religiões” no que tange à ocupação de espaços sagrados, ortodoxias, rituais, divulgação de livros, manifestações públicas de fé e ereção de monumentos religiosos. A construção de cemitérios exclusivos para os protestantes deve ser entendida sob duplo aspecto. Em primeiro lugar, pela recusa da Igreja católica sepultar entre os seus os “hereges” que interfeririam na santidade da terra cemiterial. Por outro lado, os protestantes, ciosos de sua religião também quiseram e exigiram para si o direito de se enterrarem em locais onde pudessem conduzir os rituais de acordo com suas regras e, ao mesmo tempo, preservarem a originalidade de sua cultura; ou, como disse Fabiano L. Paula, ratificar a “intencionalidade de impor a força de sua cultura ante indivíduos pertencentes a castas consideradas inferiores”.⁷⁹⁶

Na primeira década do século XX o bispo Every, por exemplo, declarou que “nossa raça vê com importância o assunto dos cemitérios.”⁷⁹⁷ Esta frase evidencia a importância destes locais como marco concreto da exteriorização de sua fé em terra estranha e mais, que se viam como outros seres, uma “raça” superior que não abria mão do direito de enterrar seus mortos com dignidade e independência. Abertos, os cemitérios e igrejas contribuíram tanto para o isolamento dos protestantes como reforçaram sua identidade britânica e prosélita. Ao mesmo tempo, testemunhavam seu poder junto ao governo, apesar da resistência da Igreja católica. J. L. Brooke entende que para os ingleses “le symbolisme et les rites publics de la mort, constituent pour les membres des communautés protestantes

⁷⁹⁴ BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

⁷⁹⁵ Idem.

⁷⁹⁶ PAULA, Fabiano Lopes de. *O espaço da morte nas minerações inglesas em Minas Gerais – o exemplo de Morro Velho*. 1997. 63f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). FFLCH/USP, São Paulo, p. 54.

⁷⁹⁷ *Diocesan Gazette*. Março de 1913, p. 158. Apud SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. 427f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, p. 370. Grifo nosso.

ortodoxes, un moyen important d'affirmer leur unité face aux menaces constantes de discorde et désunion”.⁷⁹⁸

O mais antigo embate no campo do domínio do espaço sagrado em Minas Gerais entre protestantes e a Igreja Católica talvez tenha sido travado pela *General Mining Association* em São José d'el Rei na primeira metade do século XIX. Robert Walsh disse que nesta companhia, à exceção dos negros, “todos os homens contratados pela companhia são protestantes (...), sendo a maior parte deles pertencente à igreja luterana alemã.” Quando um deles ao descer na mina pelo elevador caiu no fundo do poço e morreu, abriu-se uma disputa entre a companhia e o vigário local. Foi requisitado permissão para enterrá-lo no cemitério católico, contudo “o vigário não consentiu que um herege fosse sepultado em solo consagrado”.⁷⁹⁹ A saída encontrada foi enterrá-lo no jardim da companhia. Esta recusa calou fundo no coração dos trabalhadores. Quando Walsh, que era pastor protestante, visitou a região em 1828, os amigos do falecido mostraram o desejo que ele consagrasse o local de sua sepultura ao que ele ordenou que fosse aberto o túmulo para esse fim. A cerimônia foi descrita pelo próprio Walsh:

Os mineiros reuniram-se à nove horas num salão, que transformamos numa capela. Após os serviços religiosos, seguimos em procissão até a sepultura. Cada um dos presentes apanhou um punhado de terra e, com as palavras ‘terra para a terra’, lançou-o sobre o caixão – uma forma de cumprir essa parte do serviço fúnebre que me pareceu muito tocante.⁸⁰⁰

A ausência de cemitério próprio para protestantes gerava sérios problemas de desonra pública, traumas individuais e familiares aos seus seguidores no Brasil. Eles dependiam da autorização do bispo para serem sepultados entre os católicos, mesmo assim em lugar à parte, tal como era feito com os suicidas.

Esta situação terrífica foi enfrentada pela família de Helena Morley em Diamantina no final do século XIX. Quando seu avô protestante estava enfermo, os padres, irmãos de caridade e o próprio bispo insistiram em seu batismo e confissão para ser enterrado “no sagrado”. Ele então respondia: “tôda terra que Deus fez é sagrada”. Ceder significaria renunciar à sua religião e abraçar ao catolicismo. Após sua morte, o vigário não permitiu dobrar os sinos, o que só ocorreu devido à intervenção dos homens principais da cidade que os fizeram dobrar durante todo o dia. Mas, o doutor inglês, cujo féretro foi acompanhado

⁷⁹⁸ “O simbolismo e os ritos públicos da morte constituem para os membros das comunidades protestantes ortodoxas, um importante meio de afirmar sua unidade face às constantes ameaças de discórdia e desunião”. BROOKE, J. L. Enterrement, baptême et communauté en Nouvelle-Angleterre au XVIIIe siècle (1730-1790). In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 42^e Année, n. 3, Mai-Juin, 1987, p. 653-686.

⁷⁹⁹ WALSH, Robert. Op. cit. 1985, p. 58

⁸⁰⁰ Id. Ibid. p. 59.

“pela cidade inteira” acabou sendo sepultado “na porta da Casa da Caridade e até hoje se fala nisso em Diamantina.” Para a pequena Helena ficou o trauma de sempre ouvir das colegas que seu avô foi para o “céu dos ingleses”. A garotinha anglo-brasileira lembrava que: “eu sofria muito quando as meninas diziam que ele estava no céu dos ingleses; falava a meu pai e ele dizia: ‘Responda a elas, minha filha, que é para lá que você também vai, que é o céu dos brancos e não dos africanos’”.⁸⁰¹

Quanto a Passagem de Mariana, não foi possível levantar a data precisa da abertura do cemitério protestante ali existente (não localizamos qualquer pedido de aforamento de terreno para este fim específico junto à documentação da Câmara ou autorização emitida pelo bispo), se foi abençoado por algum bispo protestante e, tampouco, se tinha o aspecto ajardinado como o de Salvador e Morro Velho. Sabemos de seu funcionamento já em 1867, quando Richard Burton foi convidado por Mr. Symons para assistir ao enterro de sua sogra. O relato deixado por Burton nos dá a conhecer importante aspecto da religião protestante no crucial instante dos rituais fúnebres:

Às três horas da tarde, reunimo-nos na capelinha arruinada que domina o estreito Vale do Rio Vermelho. Depois de passar muitos anos sem ouvir os serviços religiosos da Igreja da Inglaterra, fiquei impressionado com a frieza e a insensibilidade do rito, a ausência de consolo aos vivos e a necessidade de reconfortar os mortos, se os ‘espíritos’ falam a verdade. E o que poderia haver de adequado na ‘Lição tomada do 15º Capítulo da primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios?’ Muito melhor é o curto ‘ofício’ usado na parte ocidental mais antiga do cristianismo. Os ingleses da Cornualha pareciam dispostos a acrescentar um pouco de vida à cerimônia. Quando terminou a leitura, cantaram, com voz fanhosa, um hino comprido, que lhes deu, espero, algum conforto espiritual.⁸⁰²

A passagem bíblica a que Burton se refere discorre sobre a certeza da ressurreição de Jesus e, por conseguinte, dos mortos e explica como será a ressurreição. Este trecho era o mesmo a que todos os protestantes recorriam, quando estavam diante desta situação limite da existência e não há lugar para prantos e desespero. A teleologia protestante, ao contrário da católica, inverte o foco da morte para a vida eterna. Para Bernard Vogler, a essência da Reforma foi sua “révolte contre la prépondérance de la mort au sujet de la vie”.⁸⁰³ Essa inversão de perspectiva era essencialmente diferente do que então pregava o catolicismo.

O cortejo, entretanto, não foi suprimido pelos reformados. Sua clivagem permanece mais social que religiosa. Mas, o cortejo é igualmente simples. Michel Vovelle

⁸⁰¹ MORLEY, Helena. Op. cit. 1971, p. 77.

⁸⁰² BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 286.

⁸⁰³ “revolta contra a preponderância da morte em relação à vida”. In: VOGLER, Bernard. *Attitudes devant la mort et cérémonies fúnebres dans les églises protestantes Rhénanes vers 1600*. Apud SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. 427f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 384.

pondera que: s'il est vrai que le sort du défunt est réglé? Toute ostentation devient une concession aux restes de la superstition catholique”⁸⁰⁴

A doutrina protestante ensina que o féretro deve ser feito com modéstia, ao longo do qual medita-se sobre a brevidade da vida e a expectativa da salvação. Valoriza-se o luto de coração, interior e não as manifestações exteriores e superficiais de fé e sofrimento. É em torno das concepções soteriológicas que os rituais se fundamentam e justificam. Como muito bem assinalou Philippe Ariès, “os mortos estão sempre presentes entre os vivos, em certos lugares e a certos momentos”.⁸⁰⁵ Numa palavra, a morte e o consequente destino da alma continuam sendo o centro e o enigma de todas as religiões.

Burton presenciou o típico ritual funerário minimalista protestante que, doutrinariamente, privilegiava a simplicidade, o desprezo ao corpo do morto e a intencional desvalorização do local do enterro. Os rituais de passagem que acompanham o nascimento e a morte são dois significativos elementos religiosos no cristianismo, inclusive em sua vertente protestante. No segundo caso, limita-se ao cortejo e ao sermão fúnebre e demarcam de maneira explícita as formas como as culturas concebem o “ser-no-mundo” e o devir corpóreo e anímico; em suma, o corpo é finito e perecível, a alma é infinita e imperecível. No caso em estudo, a morte sob ritual protestante, a “necessidade de consolar os mortos” surge desta derradeira situação: a expectativa da salvação contraposta ao medo da condenação.

Para Vovelle, o ofício dos mortos é uma pedagogia para os vivos: “le prétexte d’une instruction morale sur les fins dernières”.⁸⁰⁶ Quanto ao hino, provavelmente, tratou-se do “*Mais Perto de Ti Meu Deus*”, cantado nestas ocasiões nas igrejas protestantes, “hino plangente cuja letra ressaltava o refúgio eterno em Deus, para os que morrem na comunhão de fé”.⁸⁰⁷ Sintetiza a inconciliável ruptura doutrinal entre católicos e protestantes nas práticas do pós-morte: a eliminação do purgatório e a impossibilidade de ser salvo pelas obras.

O pai de Jess foi educado por um pastor inglês e, segundo ela, costumava agir como um Anglicano em todos os funerais ingleses de Passagem. Em seu diário registrou que se lembrava da voz linda dele “leading the singing ‘Abide with me’ as the Funeral procession went up the hill to the English Cemetery”.⁸⁰⁸

⁸⁰⁴ “para que funerais se é certo que a sorte do defunto está determinada? Toda ostentação torna-se uma concessão aos restos da superstição católica”. In: VOVELLE, Michel. *La mort et l’occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983, p. 230.

⁸⁰⁵ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, vol. 1, p. 8.

⁸⁰⁶ “o pretexto de uma instrução moral sobre os fins últimos”. In: VOVELLE, Michel. Op. cit. 1893, p. 231.

⁸⁰⁷ SILVA, Elizete da. Op. Cit. 1998, p. 377.

⁸⁰⁸ “conduzindo e cantando ‘Permaneça comigo’ enquanto o cortejo seguia ladeira acima rumo ao cemitério inglês”. In: *AJM*. Acervo do autor. Sd., sp.

O hábito de enterrar seus mortos extra-muros dos templos que os ingleses repetiram no Brasil deve ter causado grande estranheza numa sociedade habituada a sepultar os cadáveres no interior e adros das igrejas, até meados do século XIX, quando o governo passou a proibir este ritual e estimulou a abertura de cemitérios laterais e outros isolados do centro urbano em nome da salubridade pública.

A cerimônia a que Richard Burton se refere foi realizada na capela protestante de Passagem (**Figura 38**), ao lado da qual ficava o cemitério. Em termos de ocupação simbólica do espaço, tinham os “hereges” anglicanos seu lugar privilegiado de culto. Podemos considerar esta edificação o marco cultural mais significativo da região que quebrou o exclusivismo arquitetônico do catolicismo no solo do bispado marianense. Elemento divisor de culturas religiosas distintas e, por vezes, antagônicas. É curioso notar que, arquitetonicamente, esta edificação não guarda qualquer relação com outros templos protestantes erigidos em diferentes regiões do Brasil, como Nova Lima, Rio de Janeiro e Bahia.

Figura 38 - Fachada da capela dos ingleses em Passagem de Mariana. Acervo do autor.

As **figuras 39 e 40** mostram que todos os túmulos do cemitério foram violados. Aqueles que tinham epitáfios gravados em metal não escaparam ao furto. Esta profanação, de acordo com a doutrina protestante, compromete a ressurreição dos mortos.

Figura 39 - Lápide do túmulo de Annie Boyle Gifford (falecida no dia 17 de julho de 1901 aos 34 anos). O túmulo foi violado à procura de objetos de valor. Acervo do autor.

Figura 40 - Lápide com epitáfio furtado. Acervo do autor .

Salvo o túmulo de Annie Gifford⁸⁰⁹ (esposa de Henry J. Gifford), todos os outros são simples lápides do tamanho do corpo. Como disse Ariès, esta tipologia de túmulos é sinal “dessa habitação invisível e esse símbolo basta. Faz parte do lajeado, confunde-se com o chão, de que é um dos elementos. É então a fronteira dura que separa o mundo de cima do de baixo” que “realça maior consciência de retorno à terra”.⁸¹⁰

O destaque, mesmo que modesto, assim como a posição central no sítio cemiterial dado ao túmulo de Annie denota sua posição hierárquica no seio da comunidade protestante e

⁸⁰⁹ Annie Boyle Gifford era filha de John Holman e Dona Evelina Holman. Faleceu às 19 horas de “Hemorragia puerperal”. O atestado foi passado por A. Maurinck Jones e Gomes Freire de Andrade (futuro presidente da Câmara de Vereadores de Mariana e advogado da companhia). Os doutores “lhe prestarão os socorros profissionais. Deixa uma filha legítima com cinco anos e treze dias, por nome Daizy Genevieve Guifford.” - ACRCPM. Livro de Registro de Óbitos. Livro 2, f. 50.

⁸¹⁰ ARIÈS, Philippe. Op. cit. 1989, vol. 1, p. 234s.

administrativa da companhia. Em Nova Lima os túmulos da família do superintendente Mr. Chalmers também ocupam a posição central no cemitério inglês.

Não há no Cemitério Protestante de Passagem nenhum mausoléu elevado acima do chão edificado com suntuosidade. Somente numa lápide de quartzito quebrada vimos algumas flores esculpidas, uma cruz celta e um símbolo (laço?) que não foi possível identificar com precisão. Elizete da Silva (1998) encontrou esta mesma modéstia em Salvador. Fabiano Lopes de Paula (1997), ao contrário, detectou no cemitério protestante de Nova Lima muitos túmulos ricamente edificados e ornamentados. Os dois primeiros estão mais coerentes com a pregação do protestantismo avessa a toda forma de fanatismo e idolatria, mantendo-se fiéis à tradição protestante européia menos figurativa da arte tumular e mais indiferentes à sepultura tal qual os reformados da *vallée d'Aigues* estudados por Michel Vovelle.

Falta ainda no cemitério dos ingleses de Passagem qualquer símbolo maçônico (pedra cúbica, esquadro e compasso), anjos e calvários decorando os túmulos como há no de Nova Lima. Se houve algum dia, foram furtados ou depredados, impedindo qualquer reflexão atual. Neste ponto, os ingleses de Passagem de Mariana parecem ter sido mais fiéis à antiga e proposital desvalorização do local do enterro do que seus compatriotas da *St. John d'el Rey Mining Company*. Nele, não se encontra ainda a numeração dos túmulos, se um dia existiram. Por outro lado, o cemitério de Passagem foi construído no alinhamento Norte Verdadeiro acompanhando o ciclo solar tal qual o de Nova Lima, conforme demonstrou Fabiano L. de Paula.⁸¹¹

Quanto aos epitáfios, apenas aquele do túmulo de Annie, por ser gravado sobre a lápide de quartzito escapou ao furto. Os outros, confeccionados em metal, não tiveram a mesma sorte. Sua inscrição revela seu estado civil, idade e traz singela manifestação de amor de Henry J. Gifford à sua esposa. Novamente Ariès é elucidativo: “a inscrição é antes de tudo uma ficha de identidade e uma oração”.⁸¹² É um diálogo entre o defunto, aquele que mandou gravá-lo e o leitor. Seu sentido edificador, neste caso, é a prova de enlace matrimonial duradouro regido pelo amor e honestidade conjugal transformado em saudade. Diz o epitáfio: “In loving memory of Annie. The dearly beloved and loving wife of Henry J. Gifford who departed this life. July 17th 1901. Aged 34 Years. Thy will be done”.⁸¹³

⁸¹¹ Esta informação do alinhamento Norte Verdadeiro do cemitério de Passagem foi recolhida *in loco* com o auxílio de uma bússola.

⁸¹² Id. Ibid. p. 232.

⁸¹³ “Em memória da amada Annie. A que amava e era amada. Esposa de Henry J. Gifford que deixou esta vida. 17 de julho de 1901. 34 anos. Tua vontade será feita”.

As sepulturas infantis ocupam lugar especial na escatologia e na organização do espaço cemiterial protestante. Por isso, foram colocadas no centro e cercadas pelo “cinturão protetor” dos túmulos dos adultos, conforme o esquema ilustrativo abaixo (**Esquema 1**):

Esquema 1: Disposição tumular do cemitério dos ingleses de Passagem. Elaboração própria

De acordo com os registros do Cartório de Passagem, no Cemitério Protestante desta localidade foram realizados 14 sepultamentos entre 1891 e 1927 (7 no século XIX e 7 no XX).⁸¹⁴ Destes, 9 eram homens, 4 mulheres e 1 não identificado. A faixa etária acompanhou a seguinte composição: 6 crianças (todas abaixo de 11 anos), 7 adultos e 1 não identificado. Entre as 6 crianças, a maioria absoluta, 5 (todas no século XIX), morreu sem ultrapassar a faixa crítica dos 5 anos. Excetuando-se o caso de eclampsia, todas as outras mortes estão relacionadas a alguma forma de infecção: pulmonar, intestinal e difteria. Catarro sufocante, por exemplo, é uma forma imprecisa de determinar as doenças das vias respiratórias, que podiam ser a tuberculose, pneumonia e outras.

O que há de relevante nestes dados relativos à mortalidade infantil é que, apesar do isolamento, os filhos dos ingleses sofreram alguns dos males que afligiam os filhos dos

⁸¹⁴ Todos os registros de óbitos aqui citados foram extraídos dos Livros de Óbitos do ACRCPM. Livros 1 a 4: 1891-1927, passim.

trabalhadores menos qualificados. A tuberculose transmitida por via aérea e a gastro-enterite pela água insalubre, às vezes, conseguiam transpor as barreiras impostas pelas condições sócio-econômicas e sanitárias mais vantajosas da elite. A água a que tinham acesso e o ar que respiravam no ambiente doméstico, para os padrões do século XIX e três primeiras décadas do seguinte, não eram totalmente isentos de microorganismos malignos. Não obstante, é importante frisar a ausência de moléstias epidêmicas como o cólera e varíola que assolaram Mariana em alguns anos do século XIX entre os sepultados neste cemitério.

A maioria dos óbitos dos cinco homens adultos está nitidamente relacionada ao mundo do trabalho e às condições de vida fora dele. Vejamos: Ernesto Beringer de 41 anos, casado, faleceu devido a “Asphixia toxica por inhalacao de vapores de chloro (...) que tinha engerido por sua imprudencia” – esta “imprudência” foi, provavelmente, resultante das precárias condições de trabalho a que estava exposto; o ferreiro Diogo Henrique Trebilcoch morreu aos 69 anos de “cachexia neoplástica” - doença caracterizada por anorexia, disfunção imune e diminuição da massa muscular; o mineiro John Frederic James Penrose Leetoze de 32 anos, solteiro, não por acaso, foi vitimado por “fractura do crâneo” num acidente ocorrido “no interior das minas da Companhia The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited”. A “Tuberculose pulmonar de forma super-aguda” ceifou a vida de Ricardo Henrique Verram de 33 anos, casado. Os ingleses não podiam e não conseguiram escapar do ambiente infeccioso, pois mesmo o exercício das funções de mando exigiam sua presença no local de trabalho e o convívio com homens infectados.

Da mesma forma, as residências inglesas não ficavam alheias à cadeia infecciosa do bacilo de Koch por isso, a viúva Izabel Maria Guy também foi colhida pela “tuberculose mesentérica”. Vimos que a tuberculose foi a doença que mais vidas ceifou em Passagem de Mariana entre os mineiros. Outras duas mulheres morreram de enfermidades causadas pela ação de microorganismos nocivos, a “Dphiteria” e a “Scepticemia”. Somente a esposa de Gifford faleceu por não resistir às complicações pós-parto.

Cumpramos destacar ainda que um inglês, William Trevorrow, casado, 34 anos e “Funcionario da dita companhia The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited” pereceu de “Sypilles cerebral”. Este óbito aponta certa promiscuidade em sua vida sexual. Nem todos os ingleses se furtavam aos prazeres mundanos que uma localidade mineradora oferecia àqueles que trabalhavam na mina, inclusive aos de sangue britânico.

O caráter lacunar da documentação registra apenas uma morte ocorrida no Hospital da Companhia entre os protestantes. Embora outros também possam ali ter expirado

- pois ela fornecia este tipo de assistência a seus funcionários e administradores - a maioria faleceu em casa, mas com assistência médica, ao contrário da simples maioria dos mineiros.

Michel Vovelle chama a atenção para uma postura específica dos protestantes diante da morte. Aqueles que redigiram seus testamentos “*en santé*” não apelavam a intercessores e desaparecem os legados, obras e serviços para a saúde de sua alma ou em remissão de seus pecados.⁸¹⁵

Este tipo de atitude, de sensibilidade existencial diante da morte foi igualmente encontrado entre os protestantes que residiram em Passagem, como no caso do capitão Richard Martin. No texto, de seu testamento, redigido a 22 de dezembro de 1866,⁸¹⁶ ele não recomenda sua alma a Jesus Cristo nem mesmo a Deus. Limita-se a apresentar sua naturalidade, nacionalidade, paternidade, estado civil de casado e pai de um casal de filhos. Nenhuma referência faz à sua sepultura ou à esperança de uma eternidade bem-aventurada, nenhuma dramatização de angústia religiosa. Preocupa-se apenas com a divisão de seus bens entre os herdeiros.

Em termos políticos, se os protestantes adquiriram o direito de ser enterrados nos cemitérios locais, em área separada, após a República, os ingleses radicados em Passagem abriram mão deste dispositivo legal ainda segregatório e continuaram enterrando seus mortos no cemitério próprio. É certo que a morte iguala os homens apenas em sua certeza, pois o cemitério é também um espaço de diferenciação sócio-econômica em sua derradeira habitação terrena. Cemitérios, com seus túmulos lápides e símbolos testemunham e imortalizam sucessos e/ou fracassos, ratificam e/ou retificam memórias e trajetórias individuais e coletivas, bem como o poderio das classes dominantes e das religiões.

O “Cemitério dos Ingleses”, o “Cemitério da Companhia” ou então o “Cemitério Protestante” e a “Capela dos Ingleses” são um *locus* atípico em Passagem de Mariana. Testemunhas de um outro povo e de outra religião, como os próprios ingleses desejavam que assim fosse. Conservam todas as características de um local sagrado, porém com um novo sentido: um lugar de sono e repouso. A mina, a Casa-Grande, o cemitério e a igreja formam a base arquitetônica símbolo da identidade patronal/inglesa/protestante em Passagem.

⁸¹⁵ VOVELLE, Michel. Op. cit. 1983, p. 227.

⁸¹⁶ ACSM. Testamentos. 1º Ofício. Códice 290, auto n. 5435 (1880).

CAPÍTULO VI O PASSIVO SÓCIO-AMBIENTAL DA MINA

Soneto VII

Onde estou? Êste sítio desconheço:
Quem fêz tão diferente aquele prado?
Tudo outra natureza tem tomado;
E em contemplá-lo tímido esmoreço

Uma fonte aqui houve; eu não me esqueço
De estar a ela um dia reclinado:
Ali em vale um monte está mudado:
Quanto pode dos anos o progresso!

Árvores aqui vi tão florescentes,
Que faziam perpétua a primavera:
Nem troncos vejo agora decadentes.

Eu me engano: a região esta não era:
Mas que venho a estranhar, se estão presentes
Meus males, com que tudo degenera!”

Cláudio Manuel da Costa⁸¹⁷

1 A concessão de privilégios estatais

“E, certamente, o público tem direito à mais completa lealdade do escritor. Não é, contudo, tarefa agradável, quando se trata de minas de ouro operadas por companhias inglesas, descrever corretamente, o sistema que as ergueu” – BURTON (1976, p. 24s).

Apesar de minucioso e regularmente crítico, neste trecho Richard Burton se omitiu a revelar tudo o que sabia sobre o escuso “sistema” responsável pelo soerguimento de companhias inglesas no Brasil. Seu silêncio provavelmente se deveu ao posto que ocupava. Sem citar exemplos concretos, restringiu-se a dizer apenas que:

Nas minas, como nas estradas de ferro, a causa do fracasso, repito, está, não nos brasileiros, mas em nós [...]. Os interesses particulares prevalecem sobre os públicos; em certos casos notórios, foi organizado um verdadeiro sistema de rapina; planos irrealizáveis foram lançados ao mercado; reles especuladores ficam ricos; a

⁸¹⁷ *Poemas de Cláudio Manuel da Costa*. Introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Ed. Cultrix, 1966, p. 39. Cronologicamente situado no século XVIII, este poema tangencia o problema da degradação paisagística do solo mineiro e do eu dividido do poeta.

economia foi de todo negligenciada e o dinheiro foi enterrado, como se esperasse que cresceria.⁸¹⁸

Tentaremos, portanto, levantar um pouco a baeta de ferro que encobre este sistema.

Muita tinta foi usada para discorrer sobre o quinto e tantos outros impostos que pesavam sobre os habitantes de Minas Gerais e para criticar, às vezes anacronicamente, a ganância e voracidade do Estado que a tudo sorvia.

Acreditamos que, para a segunda metade do século XIX, o enfoque deve ser outro. A política de isenção fiscal, as concessões e os vantajosos contratos assinados com as companhias auríferas inglesas chegou a afetar o equilíbrio das finanças e colocou o erário publico a serviço do lucro particular. Para estas empresas, o montante de imposto não arrecadado pela Fazenda régia e republicana, o volume de benefícios políticos e jurídicos desfrutados e os baixos salários tiveram peso nada desprezível na contabilização dos lucros.

A montagem deste “esquema” está relacionada a diversos fatores: a situação política e econômica da província, a idéia do papel do Estado na sociedade, as concepções tributárias, a ação dos parlamentares, as relações diplomáticas travadas entre Brasil e Inglaterra, o desenvolvimento tecnológico, as flutuações do preço do ouro no mercado internacional, a oferta de mão-de-obra, a ideologia modernizadora e a própria natureza da mineração.

Quanto a este último aspecto, é necessário frisar que a atividade minerária possui importante singularidade face aos outros ramos industriais (têxtil, gráfico, calçadista e outros). Ela é essencialmente imóvel. Isto é, a empresa está enraizada de forma absoluta no sitio onde existe o veio aurífero. Mesmo que adquira outras jazidas, ali ficará estabelecida até sua exaustão ou suspensão das atividades quando a relação tonelagem de minério estéril/grama de ouro não for mais lucrativa, variando de acordo com o preço do ouro no mercado.⁸¹⁹

Empresas de mineração não podem fazer sua relocação em busca de mercado de mão-de-obra mais vantajoso, melhor posição geográfica próxima a portos ou estradas para reduzir o custo do transporte ou fugir à pressão dos trabalhadores por melhores salários quando estes passam a agir organizadamente. Sua alternativa diante dessa limitação essencial a impele na busca de outras vantagens, tais como a redução do imposto devido à Fazenda,

⁸¹⁸ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 186.

⁸¹⁹ De acordo com SIMONSEN (1977, p. 293), antes da I Guerra a proporção de 10g/t oferecia razoável rendimento. Quando escreveu sua obra acreditava que, devido às condições do câmbio e o processo de cianuretação esta relação caiu para 4g/t. Em nota diz que “no período imediatamente anterior à guerra admitia-se como limite de explorabilidade para o ouro em filões a existência de 12 a 15g por tonelada (...)”.

isenções de taxas aduaneiras, fretes reduzidos para a importação de maquinário, assinatura de contratos para a execução de obras e, no caso da *Ouro Preto Gold Mines*, venda de energia elétrica ao município de Mariana e ao distrito de Passagem de Mariana.

A lucratividade das minas de ouro do século XIX pode ser encontrada na equação que considere os seguintes elementos principais: teor médio do ouro acima de 7gr./ton., baixo custo de mão-de-obra, elevada cubagem diária de minério útil extraído, emprego de maquinário e equipamentos avançados, baixa taxa de perda de ouro fluante no processo final de apuração, redução do índice de acidentes e incidentes graves que comprometam o funcionamento, realizar operações financeiras com taxa de câmbio vantajosa, aproveitamento dos minerais adjacentes (como o arsênico), redução do imposto devido ao Estado, além da evidente manutenção dos salários em patamares irrisórios.

Por tudo isso, Henry J. Gifford assim concluiu seu relatório de agosto de 1889: “to counterbalance this, it is necessary to reduce the cost of production to a minimum, and, by increased efficiency of the reduction process, to obtain a greater percentage of the gold contents of the ore”.⁸²⁰ A **Tabela 27** mostra quão vantajosos foram estes esforços para elevação do volume de minério extraído e do ouro aproveitado:

Tabela 27 - Retorno da *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited* (1885-1890)

	Ore milled/tons	Gold produced/oitavas
12 months to 30 June, 1886	2,662	17,451
12 months to 30 June, 1888	17,805	69,441
12 months to 30 June, 1889	23,813	84,962
12 months to 30 June, 1890	28,485	100,968

Fonte: AR. 30 de junho de 1890, p. 8.

Ignácio Ferreira diz que estas contendas judiciais eram muitas vezes transformadas em negócio político em que os ingleses “ameaçavam que fariam intervir o governo britânico”.⁸²¹ Assim, no dia 17 de janeiro de 1829, D. Pedro I isentou os brasileiros da necessária autorização para minerar em suas terras por meio de companhias e sócios nacionais e estrangeiros.

Logo em seguida, os ingleses se mobilizaram para fazer valer para si a cláusula da **Lei de 26/10/1827** que reduziu para 5% o valor do imposto devido que lhes havia excluído

⁸²⁰ “Para contrabalançar esta situação, é necessário reduzir o custo de produção ao mínimo, e, devido ao aumento da eficiência do processo de redução, para obter uma maior percentagem do conteúdo do minério de ouro”. In: AR. Agosto de 1889, p. 30.

⁸²¹ FERREIRA, Ignácio Francisco. Op. cit. 1885, p. 568.

deste benefício. Para isso, observa Cunha Matos, “argumentaram com as cláusulas do último tratado entre o governo do Brasil e o da Grã-Bretanha”.⁸²² Ele está se referindo ao tratado assinado em agosto de 1827 que estabeleceu a isonomia tributária entre portugueses e britânicos, quando os súditos de uma das nações residissem em outra.

Caso típico de pressão sobre as instituições políticas brasileiras foi a incursão de Mr. Duval, superintendente da *Imperial Brazilian Mining Association*. Seguro do consentimento da Assembléia provincial atuou em 1837 junto à Câmara e ao Senado no Rio de Janeiro, para conseguir a redução sobre o imposto de 25% a que estava obrigada desde sua fundação, enquanto das outras companhias se exigia apenas 10%. O deputado Honório Hermeto Carneiro Leão assumiu sua causa. Além de exigir a redução pleiteada pela empresa denunciou as demais de não pagarem os impostos. A pressão surtiu efeito, pois o imposto da Companhia foi reduzido para 20%, sendo ainda o dobro do que era pago pelas demais. A influência prosseguiu nos anos vindouros e “em junho de 1840 o imposto foi reduzido para 10%, passando para 5% em 1850 e, finalmente, em 1853, a *Imperial Brazilian* ficou isenta de qualquer cobrança de direitos”.⁸²³

Douglas Libby acrescenta que é quase certo que tenha conseguido também a devolução dos 100:000\$, exigidos como caução pelo governo imperial pela carta de concessão de direitos de mineração contra o pagamento de tarifas de exportação.

No entanto, Tânia M. Ferreira Souza acredita que “ao final da exploração, a companhia só pagava os 2% de direito de exploração”. Essa mesma autora lembra que a gradual redução de impostos até a isenção total a partir de outubro de 1853 foi uma medida decisiva para o sucesso de outras empresas, como a *St. John d’el Rey*. Este fato demonstra, segundo ela, “o fabuloso poder político do capital estrangeiro, que fez prevalecer seus interesses sobre os do Estado”.⁸²⁴

Vale citar um exemplo da pressão exercida pela mais poderosa das companhias inglesas instaladas em Minas, a *St. John d’el Rey*, em seu país de origem. Douglas Libby cita em nota o *lobby* por ela formado para modificar a lei de Lord Brougham de 1843.

Na sua versão original, o Ato para a Mais Efetiva Supressão do Tráfico Negreiro teria proibido ao cidadão britânico em qualquer parte do mundo possuir ou mesmo alugar escravos. Isso teria implicado a emancipação, sem indenização, de escravos pertencentes aos britânicos estabelecidos fora do Império Britânico. Ameaçada com a extinção legal da maioria de sua força de trabalho e com a proibição de sequer alugar o braço escravo, a diretoria da Saint John montou uma campanha de *lobbying*

⁸²² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Eudsp, 1981, p. 321.

⁸²³ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1998, p. 294.

⁸²⁴ SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. Op. cit. 2002, p. 147 e 157.

que visava o abrandamento do projeto. A campanha, que certamente contou com o apoio de poderosos interesses, surtiu efeito, pois o ato, tal como promulgado, proibia doravante a compra de escravos por súditos britânicos, mas as transações passadas permaneceriam intocadas e não se fez menção ao aluguel de escravos.⁸²⁵

Assegurado o direito de alugar escravos, as companhias fizeram largo uso deste recurso pelas diversas vantagens que lhes proporcionava o esquema. Assim, alguns descendentes não reconheciam os processos de coartação firmados por seus ascendentes, novos diretores não cumpriam contratos assinados pelas diretorias anteriores. Douglas Libby cita um destes contratos que foi celebrado entre a *Brazilian Company Limited* e a *St. John d'el Rey* em 1844 para o aluguel de 385 escravos. O contrato previa a libertação dos cativos após 14 anos de serviços e a emancipação de seus filhos aos 21 anos de idade. No entanto, em 1859, durante a administração de James Newell Gordon, o contrato foi renovado. Neste ano, a *Brazilian Company Limited* dependia totalmente desta renda, embora o representante alegasse que a súbita emancipação seria “uma medida inteiramente desaconselhável [...] particularmente com referência ao bem-estar dos próprios negros”. Este descumprimento gerou uma série de denúncias feitas pelo deputado Joaquim Nabuco em 1879 e expôs a *St. John d'el Rey* a um escândalo internacional. Parte dos escravos moveu um processo contra a companhia e conquistou sua libertação por ordem do Supremo Tribunal Federal em 1881.⁸²⁶

Após uma sucessão de leis que reduziram o rigor das buscas e denúncias do contrabando do ouro, o governo imperial através da **Lei de 28 de outubro de 1848** elimina o imposto de 5%, que foi substituído por uma taxa sobre as datas minerais. Em nome desta lei então em vigor, o presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim Saldanha Marinho, vetou a **Proposição 1391** enviada pela Assembléia Provincial que visava estabelecer o imposto de 2% no ano de 1867 sobre o ouro extraído das minas lavradas por mais de 50 trabalhadores, leia-se inglesas.⁸²⁷

Durante o governo de Pedro Vicente de Azevedo na presidência da Província de Minas Gerais, foi elaborada a **Lei n. 2181, de 25 de março de 1875**. Seu artigo 16 estabelecia que: “fica sujeito ao imposto de 4%, á razão de 900rs. por gramma, o ouro extrahido na Província em estabelecimentos de mineração, nacionaes e estrangeiros.”⁸²⁸

⁸²⁵ Saint John. Letter book n. 4, 1843-1846, pp. 49-55, 81-88, manusc. Apud LIBBY (1988, p. 342).

⁸²⁶ Cf. LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1998, p. 343.

⁸²⁷ *Relatório que Apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província de Minas Geraes Dr. Elias Pinto de Carvalho por Ocasião de lhe Passar a Administração em 30 de Junho de 1867 o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho*. Typographias Perseverança, 1867, p. 42s.

⁸²⁸ *AEMOP*. 1884, n. 3, p. 239. Grifos nossos.

No ano seguinte, no mandato de João Capistrano de Mello, foi promulgada a **Lei n. 2334, de 12 de julho de 1876**. Seu artigo único rezava que: “ficão isentos de todos e quaesquer impostos provinciais as machinas e materiais introduzidos na província para quaesquer empresas ou companhias industriais fundadas ou que nella se fundem.”⁸²⁹

Para a execução da **Lei n. 2181** supracitada foi aprovado o **Regulamento n. 80, de 21 de março de 1878**. O art. 3º estabeleceu que a cobrança fosse trimestral e o art. 4 determinou que “o contribuinte apresentará o ouro ao colector, que o pezará, e se quizer fazer o pagamento em espécie, deduzir-se-ha a 25ª parte. Se, porém, quizer fazel-o em dinheiro, cobrar-se-hão 36 réis por gramma.”⁸³⁰ Neste mesmo ano, o governo de Minas deu outro passo adiante na concessão de vantagens. Definiu, através da **Lei n. 2476, de 9 de novembro de 1878**, em seu parágrafo 2º que “o imposto de 4% sobre o ouro, decretado no art. 16 da lei n. 2181 será cobrado sobre o producto que obtiverem as companhias ou empresarios de mineração, deduzidas as despesas de extracção.”⁸³¹

O Dr. João Florentino M. Vasconcellos, Presidente da Província de Minas Gerais fez saber através da **Lei n. 2815, de 22 de outubro de 1881**, em seu art. 6º parágrafo 1º que “o imposto sobre o ouro de que trata a Lei n. 2181 de 25 de novembro de 1875, será cobrado na razão de 1% do producto de todo o ouro que se extrahir das minas, observando-se na sua arrecadação as disposições do Regulamento n. 80, e sendo o preço para o pagamento calculado á razão de um mil réis por gramma. No caso de fraude, incorrerá o collectado na multa de 1:000\$000 a 5:000%000, imposta pelo collector, com os recursos legais.”⁸³² Ou seja, além de elevar o valor do grama do ouro, reduziu o imposto de 4 para 1%.

Durante a República, a política oficial de concessão de privilégios às empresas era regida pela Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 e pela do Estado de Minas de 15 de junho de 1891. A mais importante foi a concessão da propriedade privada das riquezas do subsolo aos seus detentores⁸³³ apesar dos formais protestos de Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, José Higino e outros. Domingos Fleury Rocha elencou diversos fatores que, segundo ele, esclarecem as razões para esta transferência fundamental. A primeira seria desviar de si o ônus da pesquisa e da prospecção, haja vista que o Estado carecia de órgãos técnicos e recursos materiais suficientes para tal empreendimento. A segunda estava embebida no

⁸²⁹ Idem. p. 240.

⁸³⁰ Idem. p. 243.

⁸³¹ Idem. p. 246.

⁸³² Idem. p. 249s. Grifos nossos.

⁸³³ A Constituição de 1934 promoveu nova mudança legislativa neste tema. Ela restabeleceu a distinção entre propriedade do solo e do subsolo. A exploração mineral não podia ser mais concedida a estrangeiros. Deu-se, com ela, largo passo em direção à nacionalização da riqueza mineral.

“desejo de reformar, de destruir as velharias, de substituir o que provinha do regimen monárchico”. Citando as palavras de Serzedello Corrêa:

Quando nos reunimos neste recinto em Assembléia Constituinte, operou-se como uma reacção salutar contra o regimen decahido, uma verdadeira allucinacao pela federação (...) Foi em uma destas occasiões, em um destes momentos de reacção contra o systema decahido, de adoração justa pela liberdade dos Estados, que foi apresentada a idéia de que as minas seriam propriedade dos proprietários do solo.⁸³⁴

Não obstante, Alcides Medrado entendia que a concessão deste novo estatuto deu à propriedade caráter especial “sujeitando-a a limitações que a lei definiria. Ficaram assim, portanto, indeterminadas, até a decretação da lei promettida, a extensão, as condições, os predicados d’aquella propriedade *sui generis*”.⁸³⁵ Esta indefinição gerava incertezas quanto aos direitos e garantias dos empresários do setor. Gravidade maior vislumbrou Pandiá Calógeras. Para ele, esta lei “levou para as minas todos os litígios da propriedade particular e com este erro, quiçá irreparável, desferiu o golpe mais sério que se podia vibrar contra o desenvolvimento da mineração do Brasil”.⁸³⁶ De fato, houve muitos choques entre os exploradores de minas e os proprietários do subsolo. Mas, a própria Constituição impedia ao proprietário manter a mina inexplorada em detrimento da indústria extrativa, além de conferir maior segurança à propriedade.

A edição de 20 de julho de 1897 da *Revista Industrial de Minas Gerais* enumera e analisa, sob o ponto de vista jurídico, as vicissitudes desta mudança capital introduzida pela República. No texto *Legislação – A lei sobre Mineração*, o autor anônimo argumenta que o princípio proclamado foi, antes de tudo, o do direito de propriedade “em toda sua plenitude”. E mais, não se tratava de uma doação, mas de restituição. Explica que:

O Estado, logo, não pôde impor nem restricções nem clausulas ao domínio assim reintegrado, tão pouco limitar a vontade do dono [...] [Entretanto], as minas, como toda propriedade, qualquer que seja, ficam sujeitas á regra da desapropriação por utilidade publica em todos os casos previstos, desde que bem entendido se faça em virtude de processo e prévia indemnização. No regimen anterior o proprietário do solo, como não o era do subterrâneo, gosava apenas de preferênci na exploração das lavras; mas, si não as requeria, ou não as podia explorar, passavam a outros, que as licitassem e sem a menor indemnização. É a grande diferença com o regimen actual.⁸³⁷

⁸³⁴ ROCHA, Domingos Fleury. A indústria mineral e a escola de Minas. In: *AEMOP*. Ouro Preto: Oficinas da Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro. 1935. n. 26, p. 114.

⁸³⁵ MEDRADO, Alcides. Legislação de Minas. In: *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de abril de 1894. Anno I, n. 7, p.7.

⁸³⁶ MOURA, Esmeraldo B. Bolsonaro de. Higiene e segurança do trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: em torno da definição de acidentes de trabalho. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 127-128, Ago-Dez/Jan-Jul. 1992-1993, p. 96.

⁸³⁷ *RIMG*. 20 de julho de 1897, Anno V, n. 26, p. 20.

O mesmo autor argumenta que, se no regime anterior a Metrópole era a proprietária do subsolo, a cobrança do quinto não era na verdade um imposto, mas “uma conta de participação nos lucros”. Sob o novo regime, não sendo mais o dono das minas, toda quitação cobrada pelo Estado “redunda em substancias do imposto, cuja importância poderá variar combinando-se com as alternativas da industria.” Por fim, adverte que “o arbítrio cego na decretação de impostos nestes ramos de industria será effectivamente matal-a em começo, sujeita como é ella á phantasia de riquezas, que aliás não se produzem á maneira como se exaggeram.”⁸³⁸

No alvorecer do regime republicano, o Senado Mineiro submeteu ao debate a **Lei n. 31 de 1892** que concedeu privilégios aos exploradores nacionais e estrangeiros que restabelecessem minas conhecidas e abandonadas. Dentre eles constavam: prêmios pela quantidade e qualidade de metais extraídos; imunidade das minas que não poderiam ser sujeitas a embargos ou penhoras por dívidas anteriores à concessão; liberdade de pesquisa sem autorização prévia, devendo apenas comunicar, com antecedência de 30 dias, ao Estado a indicação do lugar onde pretendia fazer a investigação; permissão para explorar os minerais de aluvião existentes em seus terrenos. É também ela que, através do artigo 16, concede as minas aos proprietários da superfície. Entretanto, até abril de 1894 esta lei ainda não havia sido promulgada.

Na estrita observância aos limites interpostos por estas Cartas, o Estado de Minas Gerais elaborou a **Lei n. 148, de 26 de junho de 1895**, cujo esboço foi elaborado por João Pandiá Calógeras e Bernardino Augusto de Lima em 18 do mesmo mês e ano. Por ela, cabia ao Estado a concessão de privilégios, exceto nos casos impedidos pela Constituição Federal. Mas, nesta lei “não foram compreendidos os privilégios relativos à exploração de minas (...).” Ficava, portanto ao Congresso Mineiro a responsabilidade de “não mais adiar aquelle complemento indispensável ao corpo de nossas leis orgânicas.” A falta desta lei, tornava “inseguros e apprehensivos os capitaes e o trabalho.”⁸³⁹

Como é sabido, as instituições políticas brasileiras da Primeira República eram controladas, majoritariamente, pelos setores ligados à agropecuária. Esta mudança constitucional deve ser encarada pelo esforço que busca legalizar e ampliar mais uma esfera de ganho de capital aos proprietários de terras, nacionais e estrangeiros: o subsolo. Em outras palavras, transferiu do Estado para a iniciativa privada a posse das riquezas minerais do

⁸³⁸ RIMG. 20 de julho de 1897, Anno V, n. 26, p. 20.

⁸³⁹ Secção Segunda. Indústrias. I – Concessão de Privilégios. In: MINAS GERAES. *Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspector de Terras e Colonização Dr. Carlos Prates, em 1897*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1897, p. 165ss

subsolo. No regime monárquico era concedido o direito de exploração sem transferir a propriedade do subsolo cabendo ainda aos beneficiários pagar os impostos pertinentes. Agora, embora mantivesse a cobrança dos impostos – em outros percentuais – verificava-se a transferência do meio de produção para as mãos de particulares.

Lembremos que no século XIX vigorava a noção segundo a qual, economicamente, a vocação brasileira era a agricultura, sobretudo a cafeicultura. Os esforços estatais eram canalizados, sobretudo, para o setor primário: investimentos, empréstimos, obras viárias. O setor industrial e financeiro claudicava amparado por iniciativas isoladas como a do Visconde de Mauá.

Assim, desde a transferência da Família Real para o Brasil, devido a reiterados esforços diplomáticos, valiosas jazidas minerais “tornaram-se propriedade de poderosos grupos estrangeiros, sem nenhum objectivo de lavra imediata.”⁸⁴⁰ Não obstante, alguns destes grupos tenham iniciado a exploração de suas lavras de maneira mais ágil.

Na esfera municipal de Mariana, a *The Ouro Preto Gold Mines* intervinha buscando o apoio dos camaristas em sua cruzada pela redução dos impostos. Na sessão ordinária da Camara Municipal de Marianna, no dia 19 de junho de 1897 foi lida

uma representação do superintendente da Companhia de mineração da Passagem, pedindo apoio d'esta Camara perante o Governo do Estado afim de obter a redução do imposto de 5% que actualmente paga. A Câmara achando justíssimo o pedido que faz o referido superintendente em favor d'essa Companhia auctorizou ao Presidente da Camara a tomar as necessárias providencias sobre essa representação.⁸⁴¹

A iniciativa surtiu o resultado esperado. Na sessão seguinte, do dia 21 de junho “foi lido e assignado pelos membros presentes o officio que tem de ser dirigido ao Congresso Mineiro, relativo a representação do Superintendente da Companhia de mineração da Passagem.”⁸⁴² No ano seguinte, os administradores da *Ouro Preto Gold Mines* empenharam esforços junto ao Congresso na tentativa de reduzir o valor do imposto que fora elevado para 6%. Diz Gifford:

A regards taxation on gold, instead of there being a reduction the taxes have been raised, and we now pay 6 per cent. on all gold exported instead of 2 1/2 per cent. as formerly.

⁸⁴⁰ Id. ibid. p. 115

⁸⁴¹ ACMM. Códice 329 - Livro de Atas das Sessões da Câmara (1892-1900), f. 112.

⁸⁴² ACMM. Códice 329 - Livro de Atas das Sessões da Câmara (1892-1900), fls. 113v e 114.

Representations were again made to the Congress this year, but the budget for the ensuing year has just been voted with the same taxes on gold as for the past year, so there is no hope of any decrease for at least another twelve months.⁸⁴³

No ano seguinte, também por iniciativa da *Ouro Preto Gold Mines*, as companhias mineradoras redigiram e assinaram uma petição que foi enviada ao Congresso Estadual reivindicando a redução do imposto então de 6% (5% para o governo de Minas e 1% para a Federação). Note que tal petição foi apresentada e defendida pelo Dr. Velloso (João Baptista Ferreira Velloso) que era ao mesmo tempo “Medical Officer” da companhia e Deputado. A intervenção foi positiva, obtendo a redução de 1 ½ por cento. Gifford relata aos acionistas então que “in the export duty on gold will come into operation on 1st January next. This means a saving of over £ 1,100 per annum to the Company on the present output”.⁸⁴⁴

A atuação das mineradoras inglesas não se restringiu a esta reivindicação econômica. Passo mais largo foi dado junto ao governo de Minas. O governador reconheceu a necessidade de estimular a indústria mineira e estava disposto a considerar as visões dos mineiros neste assunto. As mineradoras obtiveram importante conquista institucional para a defesa de seus interesses. Gifford relata que:

A meeting of Mine owners and managers was convened at which the President of the State presided, and a committee was elected - in which this Company was represented by its Superintendent - to report to Government as to the most suitable measures to be taken to facilitate mining generally.⁸⁴⁵

Uma das primeiras ações do referido comitê foi usar da influência de seu chefe, a fim de pressionar o governo federal para obter deste a redução da pesada taxa de importação cobrada sobre a dinamite. Esta recomendação “is embodied in an amendment to the revenue estimates now before Congress, to the effect that machinery and materials imported directly by mining companies for their own use will pay only a registry tax of 5 per cent. and be exempt from all other customs taxes”. Aprovada, traria grande benefício a todos os

⁸⁴³ “Uma taxação fiscal sobre o ouro, em vez de uma redução dos impostos, foi levantada, e agora tem-se que pagar 6 por cento. Em vez de exportar todo o ouro em 2 ½ por cento, como antigamente. Foram efetuadas novamente representações para o Congresso este ano, mas, o orçamento para o ano seguinte acaba de ser votado com os mesmos impostos sobre o ouro, como durante o ano passado, então não há esperança de qualquer diminuição em menos de doze meses”. In: *AR*. Setembro de 1898, p. 31.

⁸⁴⁴ “um imposto sobre a exportação de ouro vai entrar em funcionamento em 1º de janeiro próximo. Isso significa uma economia de mais de £ 1100 por ano para a companhia sobre a atual produção”. In: *AR*. 1899, p. 9.

⁸⁴⁵ “Uma reunião de proprietários e gestores de Minas foi convocada, essa que o presidente do Estado presidiu, e uma comissão foi eleita – na qual esta empresa foi representada pelo seu Superintendente - para apresentar ao governo as medidas mais adequadas a tomar para facilitar a mineração em geral”. In: *AR*. Agosto de 1899, p. 34.

empreendimentos de mineração.⁸⁴⁶ Esta articulação política das mineradoras, capitaneadas pela *Ouro Preto Gold Mines* ocorreu justamente quando o custo por tonelada tratada em Passagem se elevava a 20s 8d. Ou seja, 1s. e 1d. mais alto que 1898.

A política de concessões tributárias para as companhias inglesas prossegue seu firme rumo no século XX. Em 1906 o governo estadual adota decisões para o lançamento de imposto de indústrias e profissões; no entanto, na mineração, ficaram “isentas as empresas de quaisquer espécies”.⁸⁴⁷ As mineradoras inglesas continuavam desfrutando dessas consecutivas benesses conferidas pelo Estado. O **Decreto n. 3.516, de 25 de março de 1912** concedeu à *St. John d’el Rey* privilégio para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Morro Velho e a estação de Raposos.

As mineradoras inglesas tinham ainda seus apologetas instalados nas instituições educacionais e na imprensa. Francisco de Paula de Oliveira, autor de diversos artigos publicados na *Revista Industrial de Minas Gerais*, elogiava o positivo papel exercido por estas empresas. Afirmava que além de beneficiarem o Estado com estradas de rodagem, “uma grande população acerca-se dos seus trabalhos e delles tiram a subsistência” sendo que elas “em nada são onerosas ao Estado, que, trata, como no tempo da metrópole, de tirar o melhor proveito destes trabalhos, negando-lhes as garantias de uma legislação, que as proteja e as guie; e considerando-os como verdadeiros jogadores da fortuna.”⁸⁴⁸

É muito tênue o fio que separa o elogio sincero da bajulação descarada. Havia velados laços de compromissos políticos entre pessoas, instituições e empresas. Acreditamos que esse era o caso da revista supracitada. Assim este periódico se referiu a Henry J. Gifford quando de seu retorno da Europa em 1895 para reassumir a condução dos trabalhos: “moço ainda, mas de uma energia e tino administrativo extraordinários. [...] O pessoal da companhia recebeu condignamente em seu regresso o illustre director, com indísiveis provas de admiração e sympatia, de que, de facto, é elle realmente digno.”⁸⁴⁹ Esta adulação volta à tona em 1897 quando ressalta a “comprovada competência technica do distincto engenheiro de minas, dr. Henry Gifford, honrado director da prospera companhia.”⁸⁵⁰ Para que o exemplo não fique restrito apenas a Gifford, basta lembrar que George Chalmer, superintendente da *St.*

⁸⁴⁶ “Está incorporada em uma alteração de previsões das receitas agora antes do Congresso, para o efeito que máquinas e materiais importados diretamente por empresas mineradoras para uso próprio, irão pagar apenas um registro fiscal de 5%, e estarão isentos de quaisquer outros impostos habituais”. In: *AR*. Agosto de 1899, p. 34.

⁸⁴⁷ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Salles, Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada em 1906*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1906, p. 133.

⁸⁴⁸ *RIMG*. 15 de fevereiro de 1894. Anno I, n. 5, p. 110.

⁸⁴⁹ *RIMG*. 15 de fevereiro de 1895, Anno II, n. 14, p. 72.

⁸⁵⁰ *RIMG*. 30 de março de 1897, Anno IV, n. 22, p. 285.

John d'el Rey entre 1857 e 1876, foi homenageado com a edição especial de 30 de dezembro de 1897 por esta mesma revista.

A linha editorial da referida revista é anglófila até à medula. No texto *A Lei sobre Mineração* escrito para a edição n. 27 critica aqueles que defendiam a taxaço das mineradoras estrangeiras por levarem-nos o ouro e advoga que se liberte as lavras de todo e qualquer empecilho, leia-se impostos, “por menor que seja”. Tal isenção se justificaria, pois “a mineração é de todas as indústrias a mais precária, a mais difficil e custosa, em qualquer tempo”; além disso, o custo das instalações é elevado e o retorno do investimento é muito demorado. Diz que “falta, porém, o essencial: é que o governo remova todas as objeções, e que rasgue por parte um caminho seguro ás empresas estrangeiras. Já não poucos impostos pesam sobre a mineração, directos e indirectos”. A razão para isso é que “ainda assim derrama ella enorme beneficio às povoações vezinhas, muitas das quaes teriam succumbido si não houvessem das companhias o pão quotidiano”. Exclama: “Venham as companhias, venha o capital estrangeiro, venha o trabalho para os nacionaes”. Encerra sua argumentação comparando o famigerado Quinto de outrora quando “a mineração não reclamava a somma de capitães, que hoje exige” com os “impostos actualmente pagos, e os que se projectam, dariam em consequência muito maior encargo que comparativamente os que aggravaram a industria naquelles tempos.”⁸⁵¹ Na edição de n. 36 volta à carga de maneira mais enfática:

Não parece razoável que uma industria acompanhada de maior risco especulativo do que qualquer outra, seja tolhida com impostos que realmente retardam em grau assustador o progresso dessa industria [...] e enquanto os impostos pesados e direitos existirem haverá pouca esperança de ver o Estado de Minas occupar a posição importante que deve ter entre os melhores paizes productores de ouro do mundo.⁸⁵²

No campo educacional não podemos deixar de mencionar o tema da criação de instituições voltadas para o ensino da mineração, metalurgia e engenharias. Seria preciso investigar a relação que há entre a penetração do interesse britânico na primeira metade do século XIX no Brasil e a instalação do ensino especializado em mineração somente na segunda metade deste mesmo século. Embora não tenha sido possível agrupar muitos argumentos que respondam positivamente a esta questão, apresentamos abaixo alguns indícios.

O debate sobre a fundação deste tipo de escola especializada remonta ao **Alvará de 15 de março de 1803**. Seu artigo 1º diz que a Junta Administrativa de Moedagem deveria

⁸⁵¹ *RIMG*. 20 de agosto de 1897, Anno V, n. 27, p. 38ss.

⁸⁵² *RIMG*. 30 de dezembro de 1897, Anno V, n. 36, p. 167.

“promover o estabelecimento de Escolas Mineralógicas e metalúrgicas semelhantes as de Freiberg e de Schemnitz, de que tem resultado aqueles países tão grandes e assinaladas vantagens”. Entretanto, isso não saiu do papel. A Câmara voltou a apresentar sua ideia durante a Assembleia Constituinte de 1823 sendo que também nesta casa, por algum motivo, protelava-se a ideia deste tipo de academias no Brasil.

Deixaremos como hipótese para futuras pesquisas que este “desinteresse” político pela fundação de instituições acadêmicas voltadas para esta modalidade de ensino foi motivado pela malfazeja influência britânica. Parece-nos que isto fica implícito no tímido parecer da comissão composta por Rodrigo José Ferreira Bretas, José Cesário de Faria Alvim e Ovídio João Paulo de Andrade em 1865. Após mencionarem que o curso de Estudos Mineralógicos criado pela **Lei Geral de 1832** “não tem podido tomar effectivo”, insinuam que “a industria extractiva acha-se inteiramente nas mãos d’estrangeiros. E será isto explicável sómente á falta de capitais que á elles sobrarão e á nós faltão? Parece à Comissão que essa causa por si só não explica o facto.”⁸⁵³ Para nós também não.

O relatório do Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais de 1899, Américo Werneck, pode ser considerado verdadeira apologia à política de concessão de privilégios para as mineradoras inglesas. O sistema tributário modelo seria aquele adotado na África do Sul que cobrava direitos aduaneiros muito inferiores aos aplicados no Brasil. Enquanto o segundo taxava em 100% as correntes, 40% a dinamite e 20% os maquinismos e acessórios, o país africano tributava estas mercadorias respectivamente em 7 ½, 7 ½ e 1 ½%. Do início ao fim, nada mais fez que defender as empresas dos ataques de “expoliação feita á nossa riqueza.” Estes críticos, segundo ele, faziam “uma idéia muito errônea a respeito dos trabalhos e lucros das companhias de mineração do ouro.” Enquanto seus lucros são sempre incertos, estando sujeitas ao *déficit*, elas povoam “um deserto e concentra a vida de uma localidade inteira”. Por todos os fenômenos citados abaixo, preconizava: “não embaracemos os seus trabalhos, não as desanimemos com impostos excessivos.” Suas vantagens seriam:

Valorização das propriedades, actividade do commercio, vida local, multiplicação das transações, augmento da materia tributavel, emprego do operario, conforto da família, melhoramento, producção, justiça, ensino, que tudo isso nasceu da companhia e não teria existido sem ella. Accaso o valor da mercadoria exportada,

⁸⁵³ Relatório que á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865 o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Luiz, presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typ. de Minas Geraes, 1865. Appensos ao Relatório. N. 6, p. 32.

digamos com algum lucro, supporta o paralelo com esses outros valores muito mais reais, positivos e generalizados?⁸⁵⁴

O poder das companhias inglesas atingia todas as secretarias do governo provincial. Douglas Libby registrou o episódio ocorrido por volta de 1869-70, quando a superintendência da *St. John d'el Rey* exerceu forte pressão para que a nova estrada que iria ligar Queluz a Sabará passasse por Morro Velho. Mas, o benefício não se resumiria a esta vantagem infra-estrutural. Coube ao Estado alugar à companhia os escravos usados na abertura da via. O autor suspeita que o número de alugados deva ter sido muito grande, indicando que “subsidiada pelos cofres provinciais, a companhia logrou manter em reserva uma considerável parcela de sua força cativa, inclusive muitos escravos sob contratos de aluguel prolongados.” Tamanho privilégio fez com que o deputado Cezario Gama bradasse na sessão extraordinária de 7 de novembro de 1877: “O poderoso superintendente dessa companhia (...) prevaleceu-se de sua influência para, á custa da pobre província, dar emprego a braços ociosos da companhia.”⁸⁵⁵

Quando da visita do “senhor B.” à *Ouro Preto Gold Mines* em 1886, não faltou a diplomática visita ao então presidente da Província. Na ocasião, este exprime seus interesses pelo sucesso da companhia dizendo que, “além de seu sentimento pessoal muito simpático, ele considera de seu dever, no interesse mesmo do País, tudo fazer para o secundar com sua autoridade”.⁸⁵⁶

Outros homens poderosos serviram aos interesses dos ingleses em Minas. Engenheiros formados na Escola de Minas de Ouro Preto, médicos (como João Baptista Ferreira Velloso e Gomes Freire no caso da Mina da Passagem) e advogados (como Afonso Pena – presidente do Brasil) prestaram-lhes seus serviços e influência. Fábio Carlos da Silva demonstrou que este último, embora tenha perdido a causa, defendeu a *National Brazilian Mining Association* contra o tesouro provincial no litígio aberto sobre as dívidas da empresa.⁸⁵⁷

Paul Ferrand era outro fiel defensor das isenções fiscais (licenças, taxas e impostos) e da inversão de capital estrangeiro no setor mineratório. Se o liberalismo de cunho jurídico foi veiculado em todo o Brasil pela Faculdade de Direito de São Paulo, o liberalismo

⁸⁵⁴ MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes, 1899, p. 36.

⁸⁵⁵ *Annaes da Assembléia Provincial de Minas Geraes. Segundo Anno da Vigésima-segunda Legislatura*. Sessão de 1877, Ouro Preto, Typ. J. F. da Paula Castro, 1877, p. 246. Citado por LIBBY, Douglas Cole. Op. cit, 1988, p. 341.

⁸⁵⁶ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 104.

⁸⁵⁷ SILVA, Fábio Carlos. Op. cit. 1997, p. 105.

de cunho empresarial no setor mineratório foi capitaneado pela Escola de Minas de Ouro Preto.

O poder das empresas inglesas se fazia sentir também sobre o judiciário. Embora o exemplo não se refira à Mina da Passagem, ilustra com perfeição sua influência. Trata-se de um indivíduo, cujo nome foi ocultado pela fonte, processado a requerimento da *Don Pedro North Del Rey* sob acusação de furto em 1870. Espantosamente, foi julgado sem acusador - pois este desamparou a causa, assim como sem defensor. O jornal *O Conservador de Minas* comentou que: “se assim é, s.s. offendeu ao disposto no art. 349 do reg n. 120 e nem cumprio o que é recommendado por P. e Souza n. 407, deixando de nomear advogado ao réo e ao mesmo tempo obrigando-o a ser julgado apesar de sua reclamação. Tal prepotência é escandalosa.”⁸⁵⁸

Este poderio das companhias inglesas em Minas saltou para as páginas da literatura no romance histórico *Morro Velho*. Quando o delegado ordena a busca dos “pretos lenhados” da companhia para depoimento, o subdelegado respondeu-lhe que “a companhia não retira gente do serviço por dá cá aquela palha. No fundo o Morro Velho é um Estado autônomo neste Brasil de Congonhas”. E o subdelegado voltou sem os negros, devendo conduzir o acusado para fazer o reconhecimento do negro de quem houvera recebido nota falsa dentro da sede da empresa. Mas, o subdelegado levou-o acompanhado da polícia própria da companhia, “pois, sendo ali um país autônomo, não podia funcionar a milícia do Império”.⁸⁵⁹

Entretanto, setores da elite mineira mostravam-se descontentes com a pilhagem dos recursos naturais de Minas Gerais feita pelos ingleses desde a primeira metade do século XIX. Quando a caminho de Morro Velho em 1844, Francis Castelnau recebeu estadia numa grande fazenda. O proprietário criticou o fato das companhias inglesas levarem todo o ouro da Província. Quando o viajante francês o interpela dizendo que se os ingleses deixassem sob a terra o ouro que ele tanta lamenta, os brasileiros nada lucrariam com isso, “il me répondit que leurs petit-fils ou arrière-petit-fils pourraient le faire”.⁸⁶⁰

Tamanhos e subsequentes foram os privilégios concedidos às mineradoras estrangeiras que outras vozes discordantes se levantaram contra esta política escandalosa no interior do próprio aparelho estatal. Discordância que deve ser situada em sua devida medida, pois protestava antes contra a não concessão das mesmas vantagens ao setor cafeeiro que era

⁸⁵⁸ *O Conservador de Minas*. Ouro Preto, 28 de abril de 1870. Anno I, n. 17, p. 17.

⁸⁵⁹ FÓSCOLO, Avelino. Op. cit. 1999, p. 102s.

⁸⁶⁰ “Ele me respondeu que seus filhos ou netos poderiam fazê-lo”. In: CASTELNAU, Francis. Op. cit. 1850, p. 257.

mantido sob a “pesada taxa de 9% de exportação”, enquanto o imposto do ouro fora reduzido de 5% para 3 ½ %. Carlos Pinto de Figueiredo reclamou melhor proporcionalidade tributária entre os setores, haja vista que o ouro seria o único produto a suportar sem gravame a taxa de 5% e o desenvolvimento da indústria de mineração apenas:

dá ás localidades em que é exercida uma certa apparencia de vida mas, simplesmente no commercio a retalho, na realidade ella nos empobrece, levando-nos a troco daquella mesquinha retribuição, o que temos de mais precioso e que depois precisamos pedir ao estrangeiro, á custa de sacrificios enormes.⁸⁶¹

Esta crítica não partiu da pena vermelha de um comunista inveterado. Embora seus compromissos políticos certamente fossem outros, não o impediram de criticar os escusos acordos firmados entre o Estado e as mineradoras estrangeiras que “tudo levam para os capitalistas europeus e só nos deixam o cascalho exaurido.”⁸⁶²

Cunha Matos foi mais uma das poucas vozes a criticar o processo de inserção das companhias inglesas em Minas. Segundo ele, essas sociedades eram pouco proveitosas, pois:

Pertencendo aos ingleses o ouro que lhe extraem, passa da mina para a Inglaterra, sem deixar grandes vestígios de sua existência nas mãos dos moradores dos lugares, salvo os jornais de alguns escravos alugados aos ingleses, alimentos, e bem poucos gêneros do país, que consomem. Os diretores da sociedade mandam vir da Inglaterra todas as suas máquinas e utensílios, o vestuário de que fazem uso é de manufatura inglesa; e por isto os habitantes de Minas pouco interessam diretamente na existência daqueles hóspedes. Não acontece, porém, assim a Fazenda Pública, visto que agora está recebendo grandes lucros daquelas terras, onde havia muitos anos não tirava um só real.⁸⁶³

De fato, na *Relação dos maiores contribuintes de impostos municipais do município de Marianna no exercício de 1898*, a Companhia *Don Pedro North Del Rey* pagou 1:000\$000 e a *Ouro Preto Gold Mines*, a quantia de 4:000\$000. Enquanto dentre as pessoas físicas, o maior contribuinte foi negociante José Bogione que despendeu 140\$000.⁸⁶⁴ Certo tenente Moraes, citado por Richard Burton estima que, em três anos, a *St. John d'el Rey* depositou no tesouro quase um milhão de francos.

Por outro lado, a *Ouro Preto Gold Mines* recebia também pagamento do governo do Estado nas primeiras décadas do século XX. Embora não tenha sido possível descobrir a natureza da operação que gerou a dívida, é importante registrar sua existência. Através da

⁸⁶¹ MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Salles, Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1903, p. 211s.

⁸⁶² Idem, p. 212.

⁸⁶³ MATOS, Raimundo José da Cunha. Op. cit. 1981, p. 321.

⁸⁶⁴ AHCM. Documentos Avulsos. Gentilmente fornecido por Heloísa Maria Teixeira.

Mensagem de 1913 o governo solicitou “crédito para pagamento de dívida à The Ouro Preto Gold Mines. Valor: 10:920\$000. Procedência: Executivo. Autores: Presidência da República: Hermes da Fonseca. Data da apresentação: 02/08/1913.”⁸⁶⁵

As companhias inglesas tinham alto grau de concentração da propriedade da mão-de-obra cativa. Se, por um lado, este poder de absorção representou fonte de ganhos para proprietários através do aluguel de seus cativos, por outro gerou carência de braços para a agricultura circunvizinha. É o que se deduz da avaliação feita pelo Juiz de Paz de São João do Rio das Pedras, município de Sabará em 1866: “‘a população se dedica a cultura, em pequena escala, devido á falta de braços em razão de terem as companhias Inglesas chamado a si os poucos escravos de alguns fazendeiros deste Districto.”⁸⁶⁶

Ao longo dos anos, críticas continuaram existindo. O deputado Americano do Brasil (GO) apresentou um discurso em 06 de maio de 1922 através do qual exigiu “maior atenção para as riquezas do subsolo brasileiro por parte do Serviço Geológico e Mineralógico, de forma a evitar que estas riquezas sejam entregues a estrangeiros.”⁸⁶⁷

Não dispomos de evidências para acusar a *Mina da Passagem* (englobando o período da *Anglo-Brazilian Gold Company* e da *Ouro Preto Gold Mines*) de sonegação fiscal. Tudo indica que pagaram regularmente o imposto devido aos poderes municipal, provincial (depois estadual) e federal. Contrariamente, sua congênere, a *St. John d’el Rey Mining* repetidamente colocava “sérios embaraços” à arrecadação do imposto sobre o ouro “querendo constituir-se um estado dentro d’outro (...) recusando-se a apresentar o ouro extraído a fim de ser pesado e cobrado o imposto correspondente.”⁸⁶⁸

A documentação fiscal da Câmara Municipal de Mariana é repleta de recibos de pagamentos efetuados pela Mina da Passagem ao erário público. Não obstante, a companhia encontrou um sistema eficaz e, aparentemente legal, para fazer retornar aos seus cofres as quantias pagas. A empresa firmava contratos junto à Câmara para a execução de serviços na cidade e no distrito de Passagem. Estes serviços incluíam o fornecimento de luz elétrica, a reforma de chafarizes, limpeza de ruas e fornecimento de equipamentos de metal.

Em Mariana e Passagem o fornecimento de luz elétrica ocorreu pela primeira vez através do contrato assinado entre a *Ouro Preto Gold Mines* e a Câmara Municipal a 23 de março de 1910. Por meio deste contrato a cidade de Mariana livrou-se da precária iluminação

⁸⁶⁵ *Anais da Câmara*. 1916, vol. 8, p. 719-721. Texto final: Decreto n. 3260 de 31/05/1917.

⁸⁶⁶ APM, Códice 1157, 1866, manusc. Citado por LIBBY, Douglas Cole. Op. cit, 1988, p. 432.

⁸⁶⁷ *Anais da Câmara*. 1922, vol.3, p. 269.

⁸⁶⁸ Sobre sua resistência ao Regulamento n. 80 de 23 de março de 1878, veja *Falla que o Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembleia Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1ª sessão da 24ª legislatura em o 1º de agosto de 1882*. Ouro Preto: Typ. de Carlos Andrade, 1882, pp. 17 e 83.

feita por apenas 50 lâmpadas de gás acetileno que precisavam ser acesas diariamente, salvo em noites de luar, conforme previsto no contrato anterior datado 20 de fevereiro do mesmo ano.⁸⁶⁹

O novo contrato previa que a iluminação seria feita “por meio de quatrocentas lâmpadas sendo cem com força de desesseis velas e trezentas com a de oito velas cada uma”. Além das praças e ruas, a luz elétrica atingiria as residências particulares. Era a chegada triunfal da modernidade por mãos inglesas e grande foi o impacto desta inovação no cotidiano das pessoas. A contrapartida pleiteada pela companhia deve ter sido ainda mais vantajosa, pois obteve o “direito e a faculdade de extrahir das praias marginais do ‘Ribeirão do Carmo’, compreendida da area de sesmaria do patrimonio municipal, minerios de ouro e outros quaisquer que forem encontrados, por dragagem ou outro qualquer systema de exploração”.⁸⁷⁰

A divisão do lucro proveniente da concessão da luz elétrica a particulares foi estabelecido a *fifty to fifty*, ou seja, 50% para a Companhia e 50% para a Câmara. Este contrato foi renovado no ano seguinte pelo prazo de dez anos e por mais 20 (a contar de 20 de março de 1921 a 20 de março de 1931).⁸⁷¹ Por meio desta última prorrogação foi concedido à companhia “a isenção de qualquer impostos ou taxas sobre a extracção, venda e transporte do arsênico de produção da mesma, por parte da municipalidade que não poderá crear ou lançar contribuição de espécie alguma sobre esta industria, que a contractante tenha installado ou venha a installar não só nas minas da Passagem, como em suas outras propriedades situadas no município.”⁸⁷² Em todos estes contratos, não é demais lembrar, que o presidente da Câmara era o Dr. Gomes Freire de Andrade, médico da companhia.

A população de Mariana e Passagem provavelmente tenha se regozijado com os benefícios e confortos trazidos pela luz elétrica na segurança das ruas e praças e no convívio social. Por outro lado, é igualmente certo que ignoravam as cláusulas deste contrato e como ele afetou os pequenos garimpeiros que tiravam sua subsistência do ouro que recolhiam das águas do Ribeirão do Carmo. Além disso, a isenção fiscal implicava na redução de verbas para os serviços mantidos pela Câmara.

Vimos no capítulo 1 que a *Ouro Preto Gold Mines* operou até 19 de maio de 1927, quando foi vendida ao grupo Ferreira Guimarães por R\$800.000.000. Apresentamos a seguir o resumo das propriedade desta companhia constantes no contrato de venda para que torne conhecido tudo o que ela conseguiu amearhar ao longo de seus 44 anos de funcionamento:

⁸⁶⁹ AHCMM. Códice 1 - Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924), pp. 51v a 52v.

⁸⁷⁰ AHCMM. Códice 1 - Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924), pp.52v a 55.

⁸⁷¹ AHCMM. Códice 1 - Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924), p. 56v a 58.

⁸⁷² AHCMM. Códice 1 - Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924), p. 93v a 94v.

- 1) Doze Fazendas e chácaras: 1207 alqueires;
- 2) Três partes de fazendas: 100 alqueires;
- 3) Duas minas, lavras e terrenos auríferos: uma com 5 alqueires e outra com 100m x 50m;
- 4) Dois terrenos marginais: 1 alqueire;
- 5) Benfeitorias: 13 casas, sendo uma assobradada e 1 moinho;
- 6) Minas e terrenos do Morro Santana, Mato Dentro, Chácara do Pires e Chácara do Vamos-Vamos. Todos contendo 50 alqueires, terrenos auríferos e agrícolas, aguadas, casas de moradias, Bom-serás, casas de oficinas, depósitos de madeiras, engenho, instalações, servidores ativos, mananciais, maquinismos e demais benfeitorias;
- 7) Mina do Fundão / Paredão, Engenho, Lavras do Matta Cavallos, Praia do Matta-Cavallos, Terrenos do lazareto, do Chapadão, Pasto Francisco Vieira, Pasto Candido Antonio de Souza, Terrenos José Estevão de Lima, Pasto do Bucão, Chácara da Boa Esperança, Chácara da Ponte do Bucão ou Pasto do Oliveira, Vale-Quem-Tem, Terrenos do Bicame. Todos contendo 62 alqueires mais ou menos. Ficam compreendidas dentro da área demarcada: a) 5 casas, b) os antigos moinhos convertidos em moradias, c) a antiga Chácara da Boa Esperança com 3 casas divididas em diversas habitações, d) instalações diversas: os engenhos, cobertas, barracões de zinco, máquinas diversas, instalações elétricas de luz e força, bocas de minas e galerias, depósitos, regos, canalizações, oficinas, fundição, ferraria, carpintaria, fornos de arsênico, armazéns, escritórios, casas de vivendas e muitas outras benfeitorias;
- 8) Chácara da Olaria, fazendinha do Sabino e terrenos do Morro do Cruzeiro. Todos contendo 53 alqueires mais ou menos. Ficam Compreendidas: a) a Chácara da Maria (então hospital); b) a casa de moradia da Fazendinha do Sabino e mais outras benfeitorias inclusive; c) dois Bom-serás e casas situadas à margem de Bento Leite; c) uma estrebaria e dependências; d) a casa onde funcionava a farmácia; e) a casa onde residia Perchns/Canoto; f) a oficina chamada Central; g) duas casas de moradia dos Ingleses, todas situadas à margem da estrada que vai de Mariana à Passagem; h) um grande Bom-será e mais dois na vertente para o arraial da Passagem, próximos à caixa d'água e mais outras benfeitorias anexas;
- 9) Dois Subsolos: 1 alqueire;
- 10) Um direito de uso e gozo de pastagens;
- 11) Um Contrato de fornecimento de energia elétrica assinado com a Câmara de Mariana compreendendo as instalações e materiais existentes.
- 12) Materiais móveis e semoventes (obs: pelo preço de duzentos e trinta e cinco contos de reis 235.000.000);

13) Bens, direitos, ações e servidões ativas que por ventura tenham ou possa exercer no Estado de Minas Gerais.⁸⁷³

2 Degradação sócio-ambiental

Os argumentos apresentados por historiadores “otimistas” giram em torno das vantagens legadas às localidades onde as empresas inglesas se instalaram. Citam, por exemplo, a geração de postos de trabalho, o aluguel de escravos dos senhores vizinhos, o incremento econômico local e a contribuição aos cofres públicos. Nada mais fazem que reproduzir o discurso dos proprietários e políticos. Não se pode negar que a presença das mineradoras estimulou o comércio e gerou oportunidades de renda e emprego para carpinteiros, tropeiros, ferreiros, alfaiates, negociantes, fiandeiras, lavadeiras e costureiras – pessoas que prestavam serviços e/ou vendiam produtos para a mina e seus trabalhadores.

Não negamos que o adensamento populacional de Passagem de Mariana, favorecido pela inserção da companhia contribuiu para o desenvolvimento da localidade. A própria administração da mina esteve à frente de algumas reivindicações de melhoria para a localidade, como o pedido de abertura da agência dos Correios feito ao administrador deste serviço em 1889. A petição foi encabeçada pela assinatura do próprio Henry J. Gifford.⁸⁷⁴

Se, por um lado a presença das companhias inglesas em Mariana serviu como fonte de renda aos senhores de escravos de quem alugavam os cativos, a concentração de grande número destes gerava preocupações nas autoridades quanto à segurança. Em reunião da câmara do dia 4 de dezembro de 1867 o presidente Guimarães Oliveira declarou que era

de grande necessidade officiar-se ao (ilegível) governo p.a augmentar a verba do intuito, e bem assim pedir-se pa. elevar a 12 praças o destacam.to desta cidade, por se achar ella no centro de duas companhias Inglezas cada huma das quaes tem hum grande no. de escravos, e a Policia não tem forças necessárias p.a repellir qual.r agressão que possa haver.⁸⁷⁵

O *Anuário Histórico Geográfico de Minas Geraes* editado em 1909 fornece as seguintes informações sobre Passagem, que possuía neste ano: “duas escolas públicas, agência postal de 3ª classe, hospital e lazareto da Cia. Inglesa, a escola italiana Monte Líbano,

⁸⁷³ ACSM. Livro de Notas Nº 42 do Cartório do 2º Ofício de Notas, fls. 79 a 96v. cópia gentilmente cedida por Cássio Vinício Sales.

⁸⁷⁴ AHCM. Códice 585 – Correspondência recebida (1858-1894).

⁸⁷⁵ AHCM. Códice 212 - Atas das Sessões da Câmara Municipal (1867-1871), f. 9.

uma Capella, dous cemitérios (o dos catholicos e dos protestantes), fábrica de cerveja, bebidas e águas artificiais, de massas alimentícias, casa de fundição, ferraria, lojas, armazéns, botequins, tavernas, hotel”.⁸⁷⁶

Em 1928, primeiro ano após a venda da mina aos proprietários brasileiros, o número 1 do jornal local *O Espeto* registrou que “o arraial de Passagem (...) possui um cinema, um theatrinho, importantes sociedades de beneficência, tres sociedades recreativas, uma dramática e literária, quadras de sport, duas bandas musicais, quatro escolas publicas, sendo uma nocturna, importantes casas comerciais, botequins, bars, diversas casas”.⁸⁷⁷

Do nosso ponto de vista, gostaríamos de destacar dois aspectos. Primeiro, a maioria destas iniciativas foram tomadas pelos próprios trabalhadores como forma de amenizar os problemas que enfrentavam e proporcionar-lhes melhor qualidade de vida. Segundo, os prejuízos causados à saúde e bem-estar dos trabalhadores, às crianças, à natureza e aos cofres públicos superam todos os pretensos benefícios gerados ou favorecidos pelas companhias inglesas. Veremos abaixo a tentacular e nefasta influência da Mina da Passagem sobre diversos setores da vida social da localidade.

2.1 Taxa de criminalidade

“Em Passagem havia muito assassinato”, asseguraram-nos os ex-mineiros. Indagamo-nos então se essa afirmativa poderia ser histórica e empiricamente verificável. O primeiro indício foi encontrado no depoimento da 14ª Testemunha do processo de Pedro Chiôdo em 1888, o padeiro Bernardo Antonio. Ele afirma que costuma “no arraial da Passagem, dar-se tiros a noute quase sempre.” Estes tiros podiam ser tanto de armas de fogo quanto detonações de dinamites e ocorriam geralmente nos dias de pagamento da companhia.⁸⁷⁸ Em seguida, encontramos alguns casos de homicídios provocados por arma de fogo dentre os registros de óbito do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana.

No campo da violência no mundo do trabalho, Yonne Grossi demonstrou que muitas inimizades existentes entre os mineiros eram resolvidas dentro da mina de forma violenta. Acreditamos que o inverso também era muito possível e frequente.

⁸⁷⁶ Apud RODRIGUES, Flávio Carneiro. Op. cit. 1988, p. 5.

⁸⁷⁷ *O Espeto*. Passagem de Mariana. 30 de setembro de 1928. Ano I, n. 1, p.

⁸⁷⁸ ACSM. Crimes. Código 358, Auto n. 7907 (1888), p. 9v e 18. Grifos nossos.

Os relatórios dos chefes de polícia remetidos ao governo entre 1864 e 1928 repetem sempre a mesma tônica segundo a qual o estado de segurança individual nunca fora lisonjeiro em Minas. Os crimes contra pessoas chegavam a somar mais de três quartos dos casos na segunda metade do século XIX, segundo avaliação das autoridades. Em 1876, o chefe de polícia da Província encontrava a explicação para este fenômeno em duas causas: 1) “a falta de ensino moral e religioso” que deixa a população “em estado ainda grosseiro” e, por isso, inclinada “para os hábitos viciosos, que a depravam e predispoem para os excessos do crime” e 2) “a impunidade, a qual é tão extraordinária”.⁸⁷⁹

Quando ocorreu o distúrbio entre italianos e brasileiros que trabalhavam na fábrica de cerveja de José Boggione em 1898, as autoridades transferiram para Passagem um contingente de 15 praças que ali ficou estacionado pelo menos durante 2 meses para manter a ordem. O mais importante a observar é a maneira como o jornal oficial da diocese de Mariana descreveu o distrito e censurou o chefe de polícia do município com as seguintes palavras:

Se o dr. Chefe de Policia levasse em conta a necessidade de um bom destacamento em logares tão perigosos como aquelle em que são tão freqüentes as perturbações da ordem pública, alli estaria até hoje a força para garantir a paz e a tranquillidade aos moradores da Passagem e os desordeiros teriam mais respeito a autoridade – Todavia o digno subdelegado daquelle districto, o Sr. Tenente Francisco Borges, tem se mostrado na altura da confiança popular, revelando sempre muita energia e critério no desempenho do seu cargo. – É pena que o Dr. Chefe de Policia não ponha alli um destacamento regular á sua disposição!⁸⁸⁰

A crescente concentração de trabalhadores em Passagem contribuiu para a elevação da taxa de criminalidade: agressões, furtos, homicídios, alcoolismo, conflitos sociais, além de estimular a prostituição. Portanto, estes dados reforçam a antítese ao argumento otimista dos legados positivos das minas inglesas para as localidades onde se instalaram.

A história da emigração européia para o Brasil é cercada por inúmeros triunfalismos que, por fatores políticos e diplomáticos, ocultam os problemas sociais causados pela transferência massiva de homens e mulheres que não encontraram o prometido emprego nos centros urbanos ou dele foram demitidos. Desejamos frisar aqui outros aspectos desta história oculta. Fatores sem os quais ficaria prejudicada a completa compreensão das tensões sociais da sociedade oitocentista mineira. Referimo-nos à criminalidade cujos réus eram os imigrantes pobres. O jornal marianense *D. Viçoso* de 1898 denuncia a ação de grupos de

⁸⁷⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária de 1876 pelo Presidente da mesma Provincia Barão da Villa da Barra. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1876. Anexo 3, f. 62.

⁸⁸⁰ *D. Viçoso*. Domingo, 12 de junho de 1898. Anno V, n. 15, p. 3. Grifo nosso.

italianos que há tempos “infestavam” os arredores da cidade e assaltavam os transeuntes: “vários casos graves já se tem repetido, e ainda na semana passada falleceu nesta cidade Manoel Ferreira da Rocha, que na calçada foi acommettido a tiro por três delles. A victima morreu de um dos tiros. Os bandidos não foram presos”.⁸⁸¹ Estes indivíduos eram italianos trazidos para o trabalho nas fazendas e na *Ouro Preto Gold Mines* que, por diferentes motivos, como demissão, desacordo contratual e penúria praticavam atos em desacordo com a lei.

Nas proximidades da capital, a ocorrência de crimes tendia a ser menor devido à presença de maior contingente policial (embora os militares também se envolvessem em crimes). E, Passagem, apesar de se situar entre Ouro Preto e Mariana não acompanhou esta tendência. A **tabela 28** apresenta a taxa de criminalidade encontrada no Termo de Mariana entre 1863 e 1899 organizada em ordem decrescente.⁸⁸²

Tabela 28 - Taxa de criminalidade no Termo de Mariana:
localidades com maior incidência (1863-1899)

Cidade e/ou localidade	Casos
Mariana	161
Paulo Moreira	66
Passagem	49
Barra Longa	40
Infiicionado	27
Furquim	27
São Domingos	26
Piranga	24
Morro Santana	22
Saúde	21
Camargos	18
São Sebastião	14
São Caetano	13
Boa Vista	12
São Gonçalo do Ubá	12
Cachoeira do Brumado	11
Ouro Preto	10
Total	553

Fonte: ACSM. Processos-crimes. 1º e 2º Offícios.

⁸⁸¹ D. Viçoso. Marianna, Domingo, 6 de março de 1898. Anno V, n. 2, p. 1.

⁸⁸² Os processos-crimes do 1º e 2º Offícios existentes no ACSM não ultrapassam esta data.

Foram encontradas 83 localidades onde aconteceram diversos crimes ao longo do período em destaque, totalizando 657 ocorrências (excluindo os registros onde as definições das localidades não constavam, achavam-se imprecisas ou ilegíveis). Destas, a título de amostragem, selecionamos apenas aquelas cujo número de casos atingiu dois dígitos (10 ou mais), ou seja, 17 localidades (553 processos). Sendo assim, foram excluídas 66 localidades (108 processos).

Esta amostragem, para perfeita demonstração da taxa de criminalidade do Termo de Mariana exigiria seu cotejamento com o contingente populacional de cada uma das localidades ao longo de todo o período, pois algumas com baixa densidade populacional poderiam ter altas taxas percentuais de criminalidade e vice-versa. Esta empresa, parece-nos, entretanto, impossível devido à inexistência de recenseamentos com séries contínuas e confiáveis.

Não causa nenhuma surpresa que a sede, Mariana, tenha apresentado o maior número de casos. É preciso ressaltar dois aspectos: Primeiro, embora fosse a mais densamente povoada, era também aquela onde os aparatos ideológico-repressivo do Estado estavam mais presentes, atuantes e numerosos: polícia, fiscais de quarteirão, delegado, subdelegados, jornais e clero – elementos nem sempre encontrados juntos nos arraiais mais distantes. Isto significa que, enquanto tende a ter o maior número de casos absolutos, pode também ser aquela onde a repressão ao crime tenha sido a mais eficaz, empurrando os índices para baixo. Em outras palavras, a presença do aparato jurídico e militar tende a produzir maior número de registros, enquanto sua ausência reduz a eficácia repressiva e pode elevar a taxa de criminalidade. Por isso, muitos casos certamente ficaram sem o devido registro nas localidades menores. Por conseguinte, os dados populacionais apenas balizariam o levantamento da taxa de criminalidade. Apesar disso, acreditamos que este arrolamento da taxa de criminalidade baseado nos processos-crimes, calcado em números absolutos, seja capaz de indicar ao menos uma tendência que poderá ser ratificada ou retificada em partes por pesquisas futuras.

Gráfico 2 - Taxa de criminalidade no Termo de Mariana:
localidades com maior incidência (1863-1899)

Fonte: ACSM. Processos-crimes. 1º e 2º Ofícios.

O objetivo era verificar se as localidades onde havia mineradoras inglesas estavam entre aquelas que apresentavam significativos índices de violência. Passagem e Morro de Sant'Ana ocuparam, respectivamente, a 3ª e a 8ª posições com maiores taxas de criminalidade absoluta. É importante lembrar que o Morro de Sant'Anna, onde se encontrava a sede da *Don Pedro North Del Rey*, não era um distrito, mas apenas um morro dentro da cidade de Mariana.

2.2 Taxa de alfabetização

A dura realidade dos mineiros ingleses vitimados por acidentes, doenças, baixos salários, alcoolismo e pelas péssimas acomodações descritas por Engels (1985) era ainda mais agravada pelo baixo índice de alfabetização. A árdua e longa rotina de trabalho a que estavam submetidas as crianças impedia-lhes de frequentar com assiduidade as escolas dos distritos mineradores ingleses. Diz Engels que as crianças não podiam “frequentar as escolas abertas durante a semana, as escolas noturnas e dominicais são ilusórias, os professores não têm qualquer valor”. Em relação aos adultos acrescenta que “só existe, portanto, um pequeno número de mineiros que sabem ler, e menos ainda que sabem escrever”.⁸⁸³ Indagamos então, se este quadro caótico também poderia ser encontrado em Passagem de Mariana e qual era sua relação com o trabalho infantil na mina.

⁸⁸³ ENGELS, Friedric. Op. cit. 1985, p. 282.

De maneira geral, o sistema de ensino de Minas Gerais ao longo do período destacado era mal estruturado, os professores mal remunerados, os prédios construídos ou adaptados para servirem como escolas não ofereciam mobília adequada, tampouco condições mínimas de higiene aos alunos. Muitos pais preferiam que seus filhos trabalhassem para complementar a renda familiar e o trabalho era preconizado pelas autoridades civis e religiosas como forma de disciplinamento social.

A alfabetização de adultos sofria maiores dificuldades em Mariana devido aos obstáculos criados pela própria Câmara de Vereadores. Na sessão ordinária de 15 de setembro de 1871, o vereador Paula Bernardino propôs pedir no orçamento uma quota para a criação de uma aula noturna para ampliar ou estender a instrução a todas as classes pois muitos homens não se aplicam às letras por falta de tempo ou por acanhamento de frequentarem as aulas depois de grandes “sendo pelo presidente posta esta indicação á votos, foi ella julgada boa, mas inoportuna a idea, cahindo a final a indicação”.⁸⁸⁴

No último quartel do século XIX Passagem contava com duas aulas (uma para o sexo masculino e outra para o feminino). Averiguando os “*Mappas*” dos alunos destas aulas, foi possível observar que em Passagem os índices de assiduidade eram menores, enquanto o percentual de evasão escolar era um dos maiores, quando comparados aos outros distritos de Mariana, conforme atestam as **tabelas 29 e 30**.

⁸⁸⁴ AHMM. Códice 212. Atas da Câmara Municipal (1867-1871), p. 168v.

Tabela 29 - Situação escolar no Termo de Mariana – frequência (1892-1894)

Distritos	Anos	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
		Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
Cunhas	1892	Nc	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Morro Sant' Anna	1892	48,37%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
São Sebastião	1892	24,4%	Nc	46,76%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Bôa Vista	1892	21,23%	Nc	34,83%	nc	nc	41,72%	Nc	31,93%
	1893	Nc	Nc	Nc	37,28%	nc	Nc	Nc	Nc
São Gonçalo do Ubá	1892	37,57%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1893	Nc	Nc	Nc	38,78%	nc	Nc	Nc	Nc
Bento Rodrigues	1892	49,28%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1893	Nc	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	19,35%
Inficcionado	1893	Nc	Nc	Nc	nc	nc	38,14%	Nc	Nc
Sumidouro	1893	nc	Nc	Nc	44,50%	nc	Nc	Nc	Nc
Passagem	1893	21,50%	Nc	22,76%	nc	nc	30%	Nc	Nc
São Domingos	1893	nc	19,35%	44,47%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Palmeiras (Furquim)	1893	nc	Nc	Nc	nc	40,18%	Nc	Nc	Nc
Furquim	1893	nc	Nc	Nc	37,92%	30,41%	Nc	17,10%	Nc
	1894	nc	33,51%	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Paracatu de São Caetano (mista)	1892	nc	Nc	Nc	33,40%	nc	Nc	Nc	nc
	1894	53%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Montevideo	1893	Nc	Nc	71,12%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1894	Nc	Nc	50,38%	nc	nc	Nc	16,21%	Nc
Cachoeira do Brumado	1894	27,62%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
S. Antonio das Pedras de Forquim (mista)	1894	34,19%	Nc	Nc	nc				

Fonte: AHCM. Códice 587 - Correspondência recebida. Mappas de alumnos: 50, 51, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 87A, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 103, 104; Códice 669 – Miscelânea. Mappa de alumnos: 130; Códice 672 - Miscelânea. Mappa de alumnos: 63; Códice 706 – Miscelânea. Mappa de alumnos: 1; Códice 715 - Miscelânea. Mappas de alumnos: 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 48, 54.

Tabela 30 - Situação escolar no Termo de Mariana – Evasão (1892-1894)

Distritos/localidades	Anos	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
		Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
Cunhas	1892	Nc	Nc	13,63%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Morro Sant'Anna	1892	0%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
São Gonçalo do Ubá	1892	9,61%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1893	Nc	Nc	Nc	3,2%	nc	Nc	Nc	Nc
São Sebastião	1892	12%	Nc	4%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Bôa Vista	1892	Nc	Nc	12,24%	nc	0%	0%	Nc	20,68% *
	1893	Nc	Nc	Nc	11,42%	nc	Nc	Nc	Nc
Passagem	1893	7,01%	Nc	23,21%	nc	nc	2,85%	Nc	Nc
São Domingos	1893	Nc	0	6,77%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Palmeiras (Furquim)	1893	Nc	Nc	Nc	nc	0%	Nc	Nc	Nc
Furquim	1893	Nc	Nc	Nc	3 7,69%	0%	Nc	0%	Nc
	1894	Nc	12,19%	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Paracatu de São Caetano (mista)	1892	Nc	Nc	nc	0%	nc	Nc	Nc	nc
	1894	0%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
Sumidouro	1893	Nc	Nc	Nc	14,54%	nc	Nc	Nc	Nc
Bento Rodrigues	1892	2,8%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1893	Nc	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	0
Inficcionado	1893	Nc	Nc	Nc	nc	nc	3,57%	Nc	Nc
Montevideo	1893	Nc	Nc	0%	nc	nc	Nc	Nc	Nc
	1894	Nc	Nc	11,11%	nc	nc	Nc	50%	Nc
Cachoeira do Brumado	1894	5,66%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	Nc
S. Antonio das Pedras de Forquim (mista)	1894	4,25%	Nc	Nc	nc	nc	Nc	Nc	nc

* Dentre as 6 alunas que evadiram, 5 já estavam aprovadas.

Fonte: AHCM. Códice 587 - Correspondência recebida. Mappas de alunos: 50, 51, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 87A, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 103, 104; Códice 669 – Miscelânea. Mappa de alunos: 130; Códice 672 - Miscelânea. Mappa de alunos: 63; Códice 706 – Miscelânea. Mappa de alunos: 1; Códice 715 - Miscelânea. Mappas de alunos: 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 48, 54.

Lamentavelmente, para Passagem dispomos apenas dos dados válidos para o ano de 1893, impedindo o acompanhamento da movimentação da assiduidade e evasão escolar no distrito. Note que neste ano a assiduidade é a menor dentre os meninos e meninas em relação aos outros distritos em todos os trimestres. A maior taxa de evasão escolar foi encontrada entre os meninos de Passagem de Mariana no segundo trimestre deste mesmo ano.

O relatório de Theófilo Ottoni, redigido em 1882, aponta que no ensino primário a “matrícula média por escola é de 43 alunos, e a frequência de 24”.⁸⁸⁵ Recorrendo ao *Mappa Demonstrativo* que registra o número de alunos matriculados e frequentes nas escolas da Província no ano de 1880, vemos que Passagem se encaixa justamente nesta média com 29 alunos matriculados e 24 aprovados.⁸⁸⁶ Isso indica que à medida que a mina demandou maior

⁸⁸⁵ *Falla que o Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembleia Provincial de Minas Geraes, ao instalar-se a 1ª sessão da 24ª legislatura em o 1º de agosto de 1882.* Ouro Preto: Typ. de Carlos Andrade, 1882, p. 30

⁸⁸⁶ Mappa Demonstrativo das Aulas Publicas Primarias e Secundarias da Província com declaração dos professores que as regerão até 31 de Maio de 1881 e o numero de alumnos matriculados que as frequentarão no anno de 1880. In: *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o Exm. Sr.*

contingente de crianças para o trabalho, essa assiduidade foi decaindo ao longo dos anos até atingir os índices do último quartel do século XIX acima apresentados.

Vimos que a Mina da Passagem mantinha em seu quadro funcional diversas crianças e adolescentes. O fracasso escolar não tem suas raízes fincadas somente nos mecanismos internos à escola como a infra-estrutura pedagógica deficiente (falta de livros e carteiras). As condições sócio-econômicas e culturais também refletem na história de vida dos alunos desde o período pré-natal, as condições desfavoráveis vividas por sua mãe, as doenças, os acidentes, a alimentação deficiente, a falta de um lugar adequado para estudar em casa, dentre outros. O contexto social e a miséria são fatores decisivos para a não-aprendizagem, a repetência e a evasão escolar. Associado a isso, a longa jornada de trabalho e a exaustão física afastavam-nos da escola. Crescidos, formaram o grande contingente de adultos que, conforme detectado nos registros civis do Cartório de Passagem e nos processos-crimes, não sabia ler nem escrever.

Os quadros acima compõem uma das mais contundentes contra-evidências à tese daqueles que frisam os benefícios gerados pelas companhias inglesas de mineração para as localidades de onde sorveram não apenas o ouro, mas também a vida de muitos trabalhadores e dificultaram e/ou impediram o acesso de seus filhos à educação.

Constata-se, portanto, que Passagem de Mariana seguiu trajetória similar à que Hobsbawm identificou em Durham, Gales do Sul, Worcestershire, Staffordshire, Easington, Bishop, Auckland, Barnsley, Houghton-le-Spring que, após a expansão da mineração tornaram-se áreas relativamente muito analfabetas, “ilustrando assim graficamente os efeitos chocantes da industrialização sobre as condições do povo”.⁸⁸⁷

João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1881. Mappa 1.1.

⁸⁸⁷ HOBBSAWM, Eric. Op. cit. 1981, p. 317.

2.3 A poluição e intoxicação pelo mercúrio

Na história das técnicas empregadas na purificação do ouro, o mercúrio ocupa papel de destaque no que tange aos danos provocados ao homem e à natureza. Este elemento químico foi usado em Minas Gerais desde a primeira metade do século XVIII.⁸⁸⁸ Segundo estimativas de Spix e Martius, as Casas de Fundição instaladas em Minas Gerais importaram da Europa 70 arrobas deste metal pesado entre os anos de 1753 e 1812.

Além da mineração, o mercúrio era empregado também na medicina setecentista. O cirurgião Luís Gomes Ferreira condenava aqueles que o empregavam em receitas, pois acreditava que os danos causados eram maiores que as supostas curas prometidas. Em 1851 a botica de Pedro José de Lessa em Diamantina anunciava a venda de Salsa Parrilha de Sands como “excellente remédio” na cura das “enfermidades que atacam pelo grande uzo do mercúrio”.⁸⁸⁹

No capítulo XXVI, dedicado ao “Nascimento da criança”, Richard Burton descreve com detalhes todas as cinco fases do processo que leva “do minério ao lingote de ouro”, que ficava a cargo do Departamento de Redução de Morro Velho. O uso do mercúrio compreendia duas fases: a “lavagem” da areia aurífera e a “limpeza”, ou seja, a separação do ouro da amálgama. Interessa-nos aqui ressaltar apenas dois pontos de todo o processo: o ataque à saúde dos trabalhadores e seu descarte.

Na lavagem, o trabalho era “todo feito ao ar livre”; mas, nos trabalhos posteriores eram “empregados os trabalhadores mais jovens e robustos, pois a ‘lavagem’, sem dúvida alguma, afeta a saúde.” Na limpeza (a quarta fase da separação do ouro do minério) a amálgama líquida era “passado de uma panela a outra, ambas aquecidas ao fogo, e removido o resíduo ou escória superficial, que sobe à superfície”. É neste momento que ocorre sua inalação pelos trabalhadores.

Quanto à perda de mercúrio e a seu descarte no meio ambiente, Burton informa que na *St. John d’el Rey* em 1864 “a perda mensal de azougue foi de 18 a 35 quilos (...) Em maio de 1867, foram empregadas na amalgamação 2.600 quilos, com uma perda de 47,5 quilos (...) O preço do mercúrio em Morro Velho é de apenas 3\$000 por quilo, e fica mais barato jogar fora o material estragado do que trata-lo com sódio”.⁸⁹⁰

⁸⁸⁸ CCM. Doc. 51 – Papel acerca dos danos da capitação e de propostas de arrecadação do real quinto do ouro por contrato, p. 457.

⁸⁸⁹ *O Itamontano*. Ouro Preto: Sábado, 18 de outubro de 1851, n. 401, p. 4.

⁸⁹⁰ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 222ss.

Para a Mina de Passagem, as informações disponíveis foram menores. Mas, como foi afirmado anteriormente, a respeito das semelhanças técnicas existentes nas minas inglesas, não seria impreciso se deduzirmos o emprego do mesmo processo em Passagem.

De acordo com J. H. Grossi Sad, “para o Ribeirão do Carmo há registro fidedigno: entre 1884 e 1893 (9 anos) foram lançados 576 quilos de mercúrio por ano nas águas do mesmo”.⁸⁹¹ Ronald Fleischer diz que de 1864 a 1888, foram vertidos no Ribeirão do Carmo, “nada menos que 3,6 toneladas de mercúrio[...] considerando a proporção da área lavrada no tempo de Ferrand para a área total trabalhada em 1958, o passível ambiental de Passagem, pode ser avaliado em 43,5 toneladas de mercúrio despejadas no referido ribeirão”.⁸⁹² Apesar destas elevadas somas, nenhum dos dois autores fez qualquer referência às consequências para a saúde dos trabalhadores que manipulavam este elemento químico altamente tóxico. Já criticamos anteriormente esta abordagem asséptica da história.

Sabe-se que o mercúrio lançado nos rios é ingerido pelos peixes. Ao pescar e deles se alimentar, o homem ingere indiretamente este produto químico capaz de provocar “incidência de debilidade mental e defeitos de má-formação congênita”.⁸⁹³ O mesmo pode ser afirmado, quando a contaminação ocorre pelas vias aéreas. Vimos que nos registros de óbito de Passagem havia muitos casos de bebês natimortos e mal formados. Embora falem-nos suportes documentais mais sólidos para que possamos garantir de maneira inequívoca esta correlação, fica levantada mais esta hipótese que, se confirmada por pesquisas futuras, tornar-se-á mais um argumento a favor da tese que nega os pretensos benefícios gerados pelas companhias inglesas (*Anglo-Brazilian Gold Company* e *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*) para os moradores de Passagem de Mariana.

⁸⁹¹ SAD, J. H. Grossi. Paul Ferrand e a escola de Minas. In: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 27.

⁸⁹² FLEISHER, Ronald. In: FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 38.

⁸⁹³ MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *LPH: Revista de História*. Mariana: UFOP, n. 4, 1993-1994, p. 116.

2.4 Impactos ambientais e apropriação dos recursos naturais

Toda atividade econômica feita em larga escala, de maneira geral, interfere no harmônico equilíbrio da natureza. Desde a descoberta do Brasil ocorre a implementação de atitudes predatórias da flora, fauna, solo e das riquezas do subsolo. Embora houvesse leis restritivas quanto ao desmatamento de madeiras empregadas na construção naval, não é preciso insistir que inexistia então o conceito de sustentabilidade, mas de utilidade dos recursos naturais.⁸⁹⁴

O primeiro exemplar da flora da Terra de Santa Cruz extraído até a quase exaustão foi o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) por seu elevado valor comercial no mercado europeu. Na agricultura, são por demais conhecidos os problemas gerados pela monocultura canavieira e cafeeira. Em termos técnicos, a coivara, tão largamente empregada pelos colonos, elimina inclusive os microorganismos e a mesobiota (minhocas) presentes no solo responsáveis pela decomposição da matéria orgânica e pela manutenção de sua estrutura (aeração, porosidade e ph).

A pecuária também exigiu o desmatamento para a formação de pastos ao gado vacum e cavalar. Quanto aos animais silvestres, o homem, enquanto predador supremo, a diversos deles recorreu para alimento, vestuário, medicamento, ostentação de virilidade, dentre outros fins. O excessivo desmatamento e a redução dos predadores naturais como o tamanduá ocasionou a proliferação das saúvas - insetos considerados verdadeiras pragas tropicais desde os primeiros tempos da colonização.⁸⁹⁵

Quanto à mineração, desde os tempos mais recuados, todos os distritos mineiros provocaram o desmatamento de suas vizinhanças, assorearam os rios e alteraram o regime de chuvas trazendo tempos de seca e desolação. No século IV a.C as árvores das montanhas do Laurium, na Grécia, já tinham desaparecido e era necessário a importação de madeira para os fornos. O mesmo ocorreu na Andaluzia e nas regiões mineradoras do Império romano. Diversas imagens da obra de Agricola mostram as montanhas dos distritos mineiros sem a maior parte da cobertura vegetal nativa (**Figura 41**).

⁸⁹⁴ Sobre esta temática, leia: PÁDUA, José Augusto. Mata atlântica: uma antiga história de devastação. In: *Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n. 6, p. 14-20, 2004. Veja também: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸⁹⁵ SILVA, Valéria Mara da. *Nascidas do Sol e da Chuva: Minas Gerais e o combate às saúvas*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte. Veja também: SOUZA, Rafael de Freitas e. Medicina e fauna silvestre em Minas Gerais no século XIX. In: *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 24, n. 39, 2008, p. 273-291.

Figura 41- Desmatamento provocado pela mineração. Fonte: Agrícola, 1950, p. 49.

T. A. Rickard mostrou que no mundo antigo já havia uma legislação restritiva visando a proteger a agricultura dos danos provocados pela mineração (empobrecimento do solo, obstrução dos rios e retirada da cobertura vegetal) e para proporcionar maior tempo para o desenvolvimento dos metais, pois acreditava-se que os minerais tinham o poder de se auto-reproduzirem, como defendiam sábios da envergadura de Teofrasto, Javolenus, Estrabão e Plínio.⁸⁹⁶ O mesmo autor pondera ainda que no século XVIII, mais precisamente em 1778, William Price em sua obra *Mineralogia Cornualensis* atestava que na Inglaterra vinha ocorrendo “la destruction de tout le bois que s’avoisinent des mines d’étain”.⁸⁹⁷

Na mineração brasileira verificou-se, desde o início da extração do ouro aluvional, a necessidade de intervenção no meio natural: desvio de rios, corte de morros, represamento das águas e desmatamento para limpeza de terrenos e fornecimento de madeirame para estivamento das galerias e demais instalações. Entretanto, no alvorecer do XVIII já havia uma legislação tanto permissiva quanto restritiva à extração de madeira em Minas Gerais. O **bando de 10 de fevereiro de 1714** do governador D. Braz Balthazar da Silveira autorizava aos mineiros a extrair o madeirame necessário nas propriedades vizinhas às suas datas minerais. Os proprietários destas matas não podiam se opor, sob pena de 200 oitavas de ouro.

O **bando de 13 de maio de 1736** de Gomes Freire de Andrade trouxe diversas normas referentes ao uso das madeiras, florestas e rios: proibição de queimar as madeiras com mais de 2,20m de circunferência, o desmatamento devia ser controlado, o proprietário era

⁸⁹⁶ RICKARD, T. A. Op. cit. 1938, p. 166 e 175ss. O autor diz ainda que os negros Manicaland (província do atual Zimbawe) enterravam o ouro esperando tirar maior abundância.

⁸⁹⁷ “a destruição de todas as madeiras que se avizinham das minas de estanho”. Id. ibid. p. 131.

obrigado a conservar 10% das matas de seu terreno, principalmente as matas ciliares e não podia impedir os mineradores das explorações vizinhas de cortarem as madeiras necessárias a seus trabalhos, tudo sob as mesmas penas.⁸⁹⁸

O **Alvará de 13 de maio de 1803** trazia cláusulas visando a impedir o desmatamento estabelecia que

Todos os terrenos com matas, no plano e sem proprietário, seriam doravante reservados para que seus produtos fossem utilizados nos trabalhos das minas. Quanto às florestas pertencentes a particulares, quando houvesse necessidade de retirar madeira para queima ou carvão, os proprietários tinham de fornecê-las pelo preço estabelecido pelo intendente de acordo com a administração do erário. A administração das minas e, em sua ausência, os governadores, eram responsáveis pela inspeção e conservação das matas e florestas.⁸⁹⁹

Apesar disso, os fornos de fundição devoraram toneladas da mata virgem para fundir o ouro. O frequente desrespeito às leis acabou alterando tão profundamente a paisagem que em 1816 Saint-Hilaire presenciou as consequências destas intervenções no meio. O viajante critica a imprevidência dos mineiros que “entulham os vales com a terra das montanhas; cobrem com os resíduos de lavagem terrenos que ainda não foram explorados, e que contêm também grande quantidade de ouro; obstruem o leito dos rios com areia e pedras, e comprometem freqüentemente a existência dos escravos”.⁹⁰⁰ Em 1828, Robert Walsh só pode ver em São José d’el Rei o *caput mortuum*, ou seja, a camada inerte e estéril que permaneceu após as sucessivas lavagens da terra pela água canalizada nos mundéus.⁹⁰¹

Aliado a isto, o crescimento populacional exigia madeira para os fogos domésticos, empregada no aquecimento e cozimento de gêneros alimentícios. O aprimoramento volumétrico das edificações a partir da segunda metade do século XVIII necessitou cada vez mais de tábuas e troncos de maiores diâmetros. A produção artística preferiu os espécimes de boa qualidade, como o cedro e jacarandá.

As ações e consequências da atividade predatória sobre a cobertura vegetal também não escaparam ao arguto olhar dos viajantes que registraram o desmatamento das encostas pelas queimadas e machado, a erosão, assoreamento dos rios e esterilização do solo daí decorrente, a morte e expulsão da fauna, alteração do índice pluviométrico e do clima. Saint-Hilaire constatou na primeira metade do século XIX que “os descobridores e exploradores dessas minas quiseram por a zona a descoberto e, para chegarem a tal fim,

⁸⁹⁸ Apud FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 152.

⁸⁹⁹ Id. Ibid. p. 155.

⁹⁰⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. 1974, p. 110.

⁹⁰¹ WALSH, Robert. Op. cit. 1985, p. 83.

incendiaram as florestas”.⁹⁰² Décadas adiante, Burton complementa esta frase ao afirmar que algumas nascentes “desapareceram, e as chuvas que, como é habitual nessas regiões montanhosas do Brasil, começavam em agosto, agora adiam sua chegada até novembro, sendo a causa provável o desmatamento”.⁹⁰³

As lavras nos ribeiros tornaram turvas suas águas desde a segunda metade do século XVII. Testemunha ocular, Francisco Tavares de Brito, descreveu as condições do rio das Velhas e do rio Sabará: “ambos correm turvos, porque actualmente em ambos se minera”.⁹⁰⁴ Cento e trinta e cinco anos depois, ao atravessar a ponte sobre o rio das Mortes Grande, Richard Burton percebeu que “as águas do rio estavam sujas, possivelmente em consequência da lavagem de ouro”.⁹⁰⁵ Além dele, vários outros viajantes presenciaram este contínuo turvamento das águas dos rios de minas que interfere na cadeia reprodutiva e alimentar de insetos, peixes, anfíbios e aves.

No último quartel do século XIX, a **Lei n. 31 de 28 de maio de 1892**,⁹⁰⁶ em seu artigo 14, parágrafo 2º, obrigava aos exploradores a: “restabelecer à sua custa o curso natural das águas que desviar para a realização dos trabalhos, a não prejudicar os mananciaes ao abastecimento das povoações”; enquanto o parágrafo 4º previa que cabia-lhe ainda: “dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os a seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores circunvizinhos”.

A *Ouro Preto Gold Mines* lançava diariamente toneladas de rejeitos arenosos nas águas do ribeirão do Carmo. Após o processo de triagem do minério, “os estéreis são acumulados em um canto do local e em seguida carregados por sua vez nos vagonetes, para serem despejados, por um corredor, no rio”.⁹⁰⁷ Ao final do processo de lavagem das areias auríferas a água levava “os resíduos pobres para o rio”. O carreamento deste material para o leito do rio é a principal causa de seu assoreamento.

A história da mineração do tipo inglesa torna ainda mais grave este quadro de desequilíbrio ambiental. Devido à grande demanda por madeira, Richard Burton percebeu que nas proximidades de Roça Grande, “as antigas matas desapareceram, transformadas em combustível para a Mina de Morro Velho”. O sistema de escoramento da mina de Morro Velho era tão gigantesco que o mesmo Burton o definiu como “uma vasta floresta

⁹⁰² SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. 1974, p. 48.

⁹⁰³ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 122.

⁹⁰⁴ BRITO, Francisco Tavares de. Op. cit. 1732, p. 19.

⁹⁰⁵ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 129.

⁹⁰⁶ BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

⁹⁰⁷ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 288s.

subterrânea”.⁹⁰⁸ Nesta mesma mina, Ernest de Courcy viu madeiramentos “dos maiores, dos mais fantásticos que se possa imaginar. Há árvores inteiras, gigantescas, com não menos de 1,50 metros de diâmetro, cruzando-se, entrecruzando-se, encaixando-se, superpondo-se umas às outras. É inusitado, vertiginoso”.⁹⁰⁹ Antes deles, Suzannet disse que “a quantidade de madeira empregada na mina de Gongo Sêco (sic) é assustadora”.⁹¹⁰ Por tudo isso, Ignácio Francisco Ferreira percebeu em 1885 que “a falta de madeira se faz sentir em todos os lugares onde estão estabelecidas Companhias de mineração”.⁹¹¹

Em ecologia há o conceito de erosão genética que pode ser aplicado a este contexto. No processo de retirada das árvores, geralmente seleciona-se as maiores e mais saudáveis. Visto que árvores são seres vivos, em longo prazo, isto implica numa seletividade negativa ao eliminar os exemplares geneticamente “superiores” em produtividade, altura e DAP (Diâmetro à Altura do Peito). Assim, apenas os indivíduos menores, mais frágeis e com menor produção de sementes se proliferam.

O *Anuário Estatístico de 1921* fornece dados cruciais para a observação dos índices de cobertura vegetal ainda existente em Mariana e seus distritos. A partir deles é possível vislumbrar os efeitos da ação antrópica para diversos fins construtivos e de fornecimento de lenha e da atividade mineratória desde o século XVIII. No caso de Passagem, é preciso acrescentar ainda mais este ônus da atividade industrial das companhias inglesas.

Tabela 31- Áreas em matas por municípios e distritos (1921)

Municípios	Districtos	Área em Hectares		Percentual de cobertura vegetal
		Total	Em mattas	
Mariana	Mariana	14.900	200	0,13%
	Boa Vista	12.600	1.500	11,90%
	Barra Longa	16.700	2.100	1,25%
	Cachoeira do Brumado	5.100	300	5,88%
	Camargos	13.400	2.700	20,14%
	Furquim	13.100	3.000	22,90%
	Passagem	5.100	100	1,96%
	Santa Rita Durão	15.700	600	3,82%
	S. Caetano	4.500	4.200	93,33%
	S. Domingos	10.400	3.000	28,84%
	S. Gonçalo do Ubá	10.100	900	8,9%
	S. Sebastião	6.100	100	1,63%
	Sumidouro	8.100	3000	37,03%

Fonte: MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuário Estatístico. Anno I, 1921. Vol. I. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1924, p. 152 – I.

⁹⁰⁸ BURTON, Richard Francis. Op. cit. 1976, p. 243.

⁹⁰⁹ COURCY, Ernest de. Op. cit. 1997, p. 96.

⁹¹⁰ SUZANNET, Conde de. Op. cit. 1954, p. 120.

⁹¹¹ FERREIRA, Ignácio Francisco. Op. cit. 1885, p. 570.

Não causa estranhamento ver que a sede da comarca possua a segunda maior área em hectares e o menor índice de cobertura vegetal. O adensamento populacional da primeira cidade de Minas, as queimadas, a mineração, o grande número e a volumetria das edificações são causas mais que suficientes para explicá-lo. Mas, é preciso lembrar que ali também atuou a *Don Pedro North Del Rey* entre 1862 e 1896, cuja formação geológica de jacutinga de sua mina demandou grandes quantidades de madeira para escoramento. Barra Longa possui a maior área em hectares e o segundo menor índice. Isto, talvez possa ser atribuído ao fato de ter sido um dos distritos mais populosos da antiga comarca de Mariana. Quanto a São Sebastião, seria necessário aprofundar a pesquisa para saber se houve algum evento que explique seu pequeno coeficiente de conservação.

Passagem ocupa a segunda menor área em hectares e o quarto mais elevado índice de desmatamento. Note que Cachoeira do Brumado tem a mesma área e seu coeficiente de matas é três vezes maior que o de Passagem. A pequena quantidade de mata preservada talvez não tenha sido ainda menor, porque a *Ouro Preto Gold Mines* buscava seu suprimento de madeira também em Mariana. Os dados que possuímos sobre a compra de carvão pela companhia dos fornecedores de Mariana refere-se ao ano de 1923 e pode ser usado como indicador desta rotina, embora não tenha sido possível saber exatamente quando começaram estas compras. Mas, é provável que tenha iniciado em 1900, conforme mostrou o relatório de Gifford.⁹¹² O poder da mina se revela fisicamente em sua capacidade de transformar o espaço alterando visualmente os contornos essenciais da configuração paisagística local.

Isso mostra que a vegetação do distrito de Passagem foi diretamente afetada pela extração aurífera da mina. Ferrand aponta que os fornos do setor de cloretação requeriam cerca de 10 metros cúbicos de madeira por dia.⁹¹³ No relatório de 1897 de Gifford consta que:

Belchior Property: This property acquired by the company has supplied all the small timber and boards used in the mine for some years. It is well wooded and will no doubt prove of great value in the future for the supply of firewood to the furnaces, when the existing sources become exhausted.⁹¹⁴

Em 1900, a escassez de madeira já se anunciara como fruto do contínuo processo de crescimento dos trabalhos na mina (forno, escoramento e edificações). As madeiras

⁹¹² AHCM. Códice 7 - Livro para registro de carvão vegetal exportado deste município (1923-1935), fls. 1, 23 e 25.

⁹¹³ FERRAND, Paul. Op. cit. 1998, p. 296.

⁹¹⁴ “Propriedade de Belchior: A propriedade adquirida pela empresa tem fornecido todas as pequenas tábuas e toda a madeira usada na mina durante alguns anos. Ela é bem arborizada e irá, sem dúvida, revelar-se de grande valia no futuro para o fornecimento de lenha para os fornos, quando as fontes existentes esgotarem”. In: *AR*. Setembro de 1897, p. 34.

empregadas nos vigamentos de contenção das galerias, apesar de sua dureza, possuíam vida útil limitada a três anos, aproximadamente; findo o que deviam ser substituídas

The woods in the vicinity of the Mine have become exhausted, and fuel is constantly getting dearer as the distance to the woods increases, and a treatment which would obviate the necessity of roasting would, even with a lower extraction up to a certain point, as profitable results as the present process.⁹¹⁵

Hoje, os morros que circundam Passagem estão ausentes da cobertura vegetal primária. Alguns estão expostos às intempéries e outros cobertos com o reflorestamento de eucalipto. O desaparecimento de nascentes está diretamente relacionado à retirada da vegetação do cume dos montes e da mata ciliar. O fim das nascentes ou a redução de seu volume afeta a vazão dos rios e o abastecimento de água potável para os habitantes.

Tudo isso trouxe diversas consequências ambientais e queda da qualidade de vida dos moradores das localidades onde estas minas fixaram suas máquinas: destruição da cobertura vegetal, alteração do regime de chuvas, aquecimento atmosférico, assoreamento dos rios e a consequente redução de sua piscosidade e alternativa de lazer, escassez de combustível para os fogos domésticos, fuga da fauna, enchentes, alteração do ciclo de vida de muitas espécies aquáticas e anfíbias e surgimento de voçorocas nas encostas dos morros.

Outro aspecto crucial da presença da companhia em Passagem de Mariana foi o contínuo aumento de sua propriedade fundiária. A quase totalidade dos pedidos de aforamentos de terrenos feitos pelas duas companhias, a *Anglo Brazilian Gold Company* e, depois, pela *The Ouro Preto Gold Mines* à Câmara Municipal de Mariana foi aceita. Estas concessões implicavam no controle de terras contíguas ricas em vegetação que serviam de local de caça e antigos caminhos que alteraram hábitos e rotas dos moradores.

Outra consequência destes sucessivos aforamentos foi a transferência para a companhia de importantes mananciais que serviam de abastecimento à população. Durante a sessão ordinária de 30 de novembro de 1865 (dois anos após a fundação da *Anglo-Brazilian Gold Company*), o vereador Lessa pediu a palavra exigindo informações a respeito da venda da lavra de Matta Cavallos à Companhia Ingleza, se fora feita com as respectivas águas. O presidente informou-lhe que foi feita com tudo que antes pertencia à mesma lavra. O edil comentou então “que os moradores da rua de São Gonsalo ficarão privados da água que dessa mesma lavra lhes vinha.” O presidente informou à câmara que “a Companhia continuará a

⁹¹⁵ “Os bosques nas proximidades da Mina tornaram-se esgotados, e o combustível está ficando mais caro à medida que a distância até os bosques aumenta, e um tratamento que evitaria a necessidade de torrefação teria, mesmo com uma menor extração até certo ponto, resultado lucrativo como o atual processo”. In: *AR*. Setembro de 1900, p. 29.

fornecer aquella água logo que lhe for exigida.”⁹¹⁶ Os anos transcorreram e a companhia não cumpriu o prometido. Dois anos e nove meses depois, na sessão de 10 de agosto de 1868, o presidente da câmara

fez ver aos snrs. Vereadores que conversando com o Director da Companhia Ingleza o Sr. Symons relativamente a água que corria na rua de São Gonsalo, d’aqual estava o povo de posse lhe disse elle que nenhuma duvida punha em ceder essa água, mas como a companhia tinha advogado elle se encarregaria desse negocio. O advogado da Comp.a o Sr. Dr. Benjamim em conversa disse que (ilegível) consultasse ao archivo da Câmara a ver se encontra se algum termo a esse respeito e que sendo de direito elle não se oppõe a esse domínio, mas que, não se encontrando documento algum a este respeito no archivo da Câmara consulta a Câmara, para que resolva a respeito a que julgar mais conveniente.⁹¹⁷

O vereador Paula Bernardino, provavelmente bastante indignado, fez ver que a câmara devia officiar ao diretor da companhia

que a posse dessa água data de tempo immemorial e que a interrupção que houve foi devida ao desmoronamento de huma extensão do rego que conduzia a água p.e S. Gonsalo, e que tanto he certo que ainda existe a bica collocada em hum muro na rua de S. Gonsalo, e que por tanto deve ser restituída referida água ao domínio publico, sendo approvada esta indicação assim se resolveo.⁹¹⁸

É razoável supor que os vereadores estivessem ouvindo diversas e seguidas reclamações dos moradores da rua de São Gonçalo contra esta brutal afronta a seu direito. A água, antes da chegada dos ingleses, era de serventia pública e, de repente, tornou-se um bem particular privando os moradores de um direito que usufruíam desde “tempo imemorial”. Tempo em que o direito costumeiro das gentes não necessitava de documentação burocrática para ser legítimo e inquestionável. A câmara precisou agir para evitar algum distúrbio contra esta violação.

Contudo, o problema da apropriação dos recursos hídricos em Mariana por estrangeiros não estava resolvido. Na sessão ordinária da câmara de vereadores de 20 de abril de 1877, o senhor Menezes pedindo a palavra disse que

no estado em que se acha a população desta Cidade soffrendo penúria d’agoa convinha que a Camara lançasse os meios para evitar esta calamidade uma vez que a agoa existente em occasião de secca não chegando para os chafarizes muito menos o poderá chegar para os concessionários e para obviar isto propõe para que se faça aquisição da agoa, que vinda do córrego do – Gama – na Passagem pertenceo a antiga Companhia Anglo-Brasileira e hoje pertencente ao allemão Roberto

⁹¹⁶ AHCMM. Códice 229 - Livro de Atas da Câmara (1858-1866), f. 163v.

⁹¹⁷ AHCMM. Códice 212 - Atas da Câmara Municipal (1867-1871), fls. 31 e 31v.

⁹¹⁸ AHCMM. Códice 212 - Atas da Câmara Municipal (1867-1871), fls. 31 e 31v.

Wendeborn, havendo grande facilidade para trazel-a á um dos regos d'agoa desta Cidade e assim sanar-se esta falta. Posto em discussão foi aprovado unanimemente.⁹¹⁹

Tudo indica que Wandeborn defendeu seu direito de posse deste rego comprado junto com a mina. A saída encontrada pelos camaristas na sessão de 4 de maio de 1877 foi adquirir “por um conto de réis o rego de água que pertenceu à antiga lavra de Matta-cavallos, depois à Companhia Anglo-Brasileira e agora a Roberto Wendeborn.”⁹²⁰

O abastecimento de água era vital para os trabalhos da companhia. Por isso, em julho de 1892 Gifford assinou um contrato com a câmara de Mariana “para o fim de contractar a conservação d'agua potável d'esde o Gamma onde tem seu nascimento até o mata cavallos”. A companhia comprometia-se a “substituir o bicamente da estrada e a por e manter em bom estado o rego do gamma ate a estrada na ponte, a cima do pasto de Candido Antonio de Souza, de modo a conduzir a água sufficinete para o abastecimento d'esta Cidade”. Feito isto, tinha o direito de “usar de modo que precizar para si o resto d'agua que sobrar, depois de fornecida a água de que necessita a mesma cidade”.⁹²¹

Dado o exposto é errôneo duvidar, como o fez Marshall Eakin, dos poderosos e eficazes mecanismos de pressão e abuso do poder econômico adotados pelas mineradoras inglesas junto às instituições e de sua tentacular influência sobre personalidades políticas e instituições brasileiras para fazer valer seus interesses e executar seu “esquema”.

⁹¹⁹ AHCMM. Códice 230 - Livro de Atas da Câmara (1876-1885), f. 27.

⁹²⁰ AHCMM. Códice 230 - Livro de Atas da Câmara (1876-1885), fls. 29 e 29v.

⁹²¹ AHCMM. Códice 365 - Livro de termos de arrematações públicas, fianças e outros idênticos (1863-1892), fls. 82 e 82v.

CONCLUSÃO

Encravada entre Ouro Preto e Mariana, Passagem tem uma das mais longas trajetórias econômicas associadas à extração aurífera no Brasil. Desde o século XVIII sua economia e formação sócio-cultural giraram em torno da atividade mineradora. A riqueza do veio ali descoberto possibilitou, com algumas interrupções, que a localidade presenciasse todo o processo de modernização de lavra aurífera desde os primitivos instrumentos (bateia, almocafre e carumbé), além do mais rude trabalho braçal, uso da tração animal, passando pelo emprego do pilão hidráulico até a completa mecanização do processo extrativo com a chegada dos ingleses em 1863 que ali permaneceram até 1927.

A história de Passagem de Mariana ao mesmo tempo em que se enquadrava na tipicidade de Minas Gerais, possuía elementos que singularizaram sua trajetória cultural do ponto de vista simbólico e material. O principal fator de alteração cultural, vivenciado por esta localidade mineradora, foi a chegada dos ingleses na segunda metade do século XIX. Os súditos de Sua Majestade Britânica eram os mais perfeitos e notórios representantes de uma nova sociedade e de uma nova cultura de trabalho, hábitos de vestuários, de sociabilidade e de pensamento. Além disso, sua presença provocou singular dicotomia espaço-cultural de Passagem, oriunda de sua dupla constituição: de um lado os protestantes com pastor, cemitério, moradia e, de outro, os mineiros com sua igreja católica, padre e cultura própria.

As minas foram o empreendimento pioneiro dos ingleses na *hinterland* brasileira. O poderio político e econômico destas companhias toca as raiais do absurdo. Sua pressão se fez sentir em praticamente todas as Secretarias do governo imperial e republicano. Leis foram modificadas, impostos reduzidos ou eliminados e estradas desviadas para favorecê-las. Seus defensores estavam instalados nas Câmaras municipais, provincial e federal, em instituições de ensino como a Escola de Minas, na imprensa e entre o clero católico.

A segunda metade do século XIX baliza a plena incorporação da localidade ao capitalismo industrial. A mina, sob controle inglês, marcou de maneira indelével a história do distrito e da cidade de Mariana. Em função dela se configurou a emergência do novo: nova demografia, novas edificações, novas relações de poder local e com a municipalidade, nova religião, novas línguas e novos hábitos, nova noção de tempo, novo contexto patológico, esportivo e ambiental. A mina controlou esferas fundamentais da vida pública e privada: habitação, saúde, ócio, remuneração, além de influenciar na vida religiosa de protestantes e católicos, tornando-se uma instituição hegemônica na vida dos trabalhadores e da

comunidade. A mina fez com que ex-escravos e homens livres se proletarizassem, tornando sua dependência do salário cada vez maior.

A implantação das instalações industriais com novos maquinários e tecnologias, o adensamento demográfico, o estabelecimento de um modelo capitalista de relações de trabalho, as mazelas sociais e a profunda alteração da paisagem transformaram Passagem de Mariana num enclave sócio-técnico completamente distinto das localidades vizinhas.

Os ingleses, legítimos representantes das “sociedades inovadoras” – segundo a classificação de Stuart Pigott, aquelas que estão sempre dispostas a experimentar e adotar novos avanços tecnológicos para aumentar o domínio do ser humano sobre a natureza e, por conseguinte, da rentabilidade dos empreendimentos industriais. Estas inovações e progressos introduzidos na mina passaram a fazer parte do mundo do trabalho, da cultura material e da vida cotidiana dos trabalhadores e de toda a localidade. A sociedade que representavam era a sociedade industrial, mais veloz e dinâmica que o antigo sistema de produção, embora tenha se servido do trabalho escravo enquanto possível. Estes novos tempos estavam encarnados e absorvidos em seu *modus vivendi*.

A introdução de maquinismo, o recurso ao trabalho servil, a engenhosidade dos técnicos, a ousadia dos investimentos, a visão empresarial, a organização mais racional e científica da produção, a substituição da madeira pelo ferro não devem ser entendidos apenas pelo viés econômico, necessitam também ser abarcados pelo historiador do ponto de vista cultural. Era o “futuro” varrendo vestígios do “passado” tanto no trabalho quanto na cultura. Assim se conceberam e agiram os ingleses nos trópicos.

Como qualquer empresa capitalista, na “Mina da Passagem” o trabalho era dirigido por regras precisas e eficazes que visavam à otimização da lucratividade: normas disciplinadoras e coercitivas, direção centralizada, exploração exaustiva da capacidade física dos trabalhadores, divisão e especialização das tarefas, extração da mais valia relativa com a introdução de maquinário moderno e eficiente, introdução de inovações tecnológicas e científicas, discurso moral contra o ócio e o prazer e exigência de produtividade.

Para otimizar seus lucros as duas companhias souberam catalizar o apoio da elite, dos políticos, intelectuais e do clero católico. Todos sempre à postos para auxiliá-la na solução de problemas como, por exemplo, a redução de impostos, a assinatura de contratos vantajosos com a municipalidade e para contornar a carência de mão-de-obra especializada através da importação de mão-de-obra imigrante, dentre outras.

Como se depreende do contexto histórico da trajetória da luta dos trabalhadores, ao longo do período estudado, o nível de organização, noção de segurança, salubridade e de

consciência política dos mineiros era muito incipiente e/ou inexistente. Neste contexto, era muito difícil qualquer iniciativa mais elaborada e positiva que viesse a minorar os riscos ou elevar sua qualidade de vida. Conscientes desta situação e reprodutores dela, os proprietários ingleses da companhia instalados em confortáveis poltronas auferiam grandes lucros.

A inserção de companhias auríferas estrangeiras em Minas Gerais no século XIX é, indubitavelmente, um dos capítulos mais marcantes de sua história. Eram, ao mesmo tempo, os empreendimentos mais capitalizados, com o maior número absoluto de mão-de-obra ocupada e que experimentou o maior avanço das forças produtivas com a inserção de tecnologia de ponta no setor. Tudo o que havia de mais moderno no campo tecnológico foi adotado nestas unidades extrativas.

Com elas, a mineração experimentou novo “boom” extrativo. A avançada tecnologia introduzida demandou elevado contingente de mão-de-obra gerando concentrações de trabalhadores praticamente inusitadas no Brasil escravista. Seu poder gravitacional absorveu homens e mulheres de diversas regiões do Brasil e da Europa. Nelas é possível observar todo o processo de substituição do trabalho escravo pelo livre e a proletarização de homens, mulheres e crianças submetidos ao regime de trabalho industrial e capitalista moderno com todas suas vicissitudes: rotina, assalariamento, especialização, hierarquização altamente verticalizada, mecanização do processo extrato-produtivo, inovações tecnológicas de ponta, invisibilidade patronal, dentre outras.

Neste percurso, quem melhor sintetizou o mundo do trabalho na mineração inglesa no século XIX foi o negrinho Chico. Sua emblemática frase: “Parece o inferno!” está carregada de verdade e sinceridade. Verdade é, filosoficamente um conceito cercado de polêmicas. Mas, neste caso, ela certamente está do lado dos “de baixo”.

Este avanço das forças produtivas, este “insulamento fabril” trouxe consigo mais consequências funestas que positivas para os trabalhadores e para as localidades onde se instalaram. Os ingleses se foram. Ficaram a Casa-grande, a mina, a capela e o cemitério. Considerando as frequentes burlas à legislação, o escamoteamento do volume de ouro extraído, o tráfico de influência, os impactos sócio-ambientais, as altas taxas de insalubridade e mortalidade e destruição dos recursos minerais, concordamos com Fábio Carlos da Silva que esses investimentos britânicos, ao contrário do que pensa Marshal Eakin, não foram benéficos ao Brasil e à América Latina, tampouco aos trabalhadores e trabalhadoras em geral.

Ao ver este triste quadro, as mulheres dos mineiros de Passagem de Mariana, certamente repetiriam a mesma frase pronunciada pela mulher de Maheu do romance de Zola: “apaga a vela, não quero ver a cor de meus pensamentos”.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais manuscritas

1. Arquivo da Casa dos Contos/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

1.1 - Inventário Analítico do Arquivo Criminal do Fórum de Ouro Preto

Rolo/Volume: 5104/ 894; 5129/ 1533; 5138/ 1828, 1829, 1831, 1835 e 1836; 5139/ 1837, 1838 e 1846; 5140/ 1883.

1.2 - Coleção Casa dos Contos

Rolo/Volume: 032/ 296; 046/ 0674; 166/ 2982.

1.3 - Inventário Analítico do Arquivo do Ministério da Fazenda

Rolo/Volume: 3046/340.

2. Arquivo do Cartório de Registro Civil de Passagem de Mariana

Livros de Assentos de Nascimentos: 1 a 7 (1891-1927);

Livros de Registros de Casamentos: 1 a 4 (1891-1927);

Livros de Registros de Óbitos: 1 a 4 (1891-1927);

Livro Único: Alistamento Federal da Passagem. Serviço Eleitoral (21 de abril de 1895 e 29 de junho de 1895).

3. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Breves: Pasta 1533 (1895);

Inventário de Alfaias de igrejas (1855) – Armário VII, prat. 4, n. 19.10;

Livro de Compromisso da Irmandade de São Sebastião (1792/1822) – Prat. T2;

Livro da Irmandade de São Sebastião (1798) – Armário 15, Pasta 3942;

Livro de Despesa e Receita da Irmandade de N. Sra. da Glória (1858-1889) – Prat. Ya 6;

Livro da Irmandade de Sant'Ana (1780-1832) – Prat. Ya;

Livro de Compromisso da Irmandade de Sant'Anna (1812/1832) – Prat. T3;

Livro da Irmandade de São Vicente Ferrer (1840) – Armário 15, Pasta 3944;

Livro da Irmandade de N. S. da Glória (1858-1899) – Prat. Ya, n. 6;

Livro de Óbitos de Passagem de Mariana (1899-1900) – Prat. T7;

Livro de Provisões (1892-1896);

Pastorais (1905-1918) – Armário VII, prat. 4, n. 19.9;

Provisões (1892-1896) – Armário 2, Prats. 1,2,3,4;

Registro de Pastorais e outros documentos (1870-1902) – Armário VII, prat. 4, n. 19.8;

Relatório (1924) – Armário 12, Pasta 3253.

Governos Espiscopais

D. Antônio José Ferreira Viçoso (1844-1874)

Anotações Litúrgicas (Rascunhos de sermões) – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 9;

Cartas Pastorais – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 2;

Correspondência com o Império – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 5;

Correspondência ativa – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 6 (1843-1873);

Correspondência ativa – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 7 (1843-1873);

Levantamento das Vististas Pastorias – Arquivo 3, gaveta 1, pasta 11;

Queixa Contra o Diretor da Cia. do Morro Velho – Arquivo 3, gaveta 2, pasta 16 (1862);

Relatório Decenal – Arquivo 1, gaveta 2 (1866).

Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides (1877-1896)

Relatório Decenal – Arquivo 1, gaveta 2 (1895).

4. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

Código 1 – Livro de Termos de Contratos e Fianças (1895-1924);

Código 3 – Livro de Caixa da Tesouraria Municipal (1910-1911);

Código 4 – Livro de Caixa da Tesouraria Municipal (1853-1911);

Código 5 – Livro de Impostos de Indústrias e Profissões (1919);

Código 7 – Livro para registro de carvão vegetal exportado deste município (1923-1935);

Código 8 – Livro de Imposto Predial (1917);

Código 13 – Livro de Impostos de Indústrias e Profissões (1920);

Código 14 – Livro de Imposto Predial (1916);

Código 30 – Termo de Juramento e Posse (1887-1898);

Código 31 – Lançamento do Imposto Predial (1915);

Código 33 – Lançamento do Imposto de Engenhos do Município de Mariana (1922);

Código 62 – Lançamento de Imposto de Aguardente (1919-1920);

Código 78 – Livro de Receitas (1893-1894);

Código 80 – Livro de Recietas e Despesas da Câmara (1915-1940);

Código 89 – Protocolo (1924);

Código 100 – Conta Corrente (1908-1926);

Código 105 – Livro de Registro de Guias (1926-1931);

Código 111 – Livro Caixa da Coletoria Municipal (1905-1909);

Código 119 – Lançamento dos Contribuintes do Imposto de Indústrias e Profissões (1895-1900);

Código 132 – Livro de Contas Correntes dos Distritos (1926-1930);

Código 134 – Livro de Atas das Assembléias da Câmara (1893-1904);

Código 136 – Livro de Registro de Correspondência Expedida pela Câmara (1892-1899);

Código 156 – Resoluções da Câmara (1892-1917);

Código 184 – Correspondência recebida (1830-1875);

Código 203 – Linhas da Câmara (1854-/1879);

Código 212 – Atas da Câmara Municipal (1867-1871);

Código 228 – Livro de Atas da Câmara (1872-1876);

Código 229 – Livro de Atas da Câmara (1858-1866);

Código 230 – Livro de Atas de Câmara (1876-1885);

Código 231 – Livro de Receita e Despesa da Câmara (1909-1910);

Código 233 – Livro-caixa da Segunda Coletoria Municipal (1893-1894);

- Código 235 – Livro de Atas da Câmara (1900-1915);
 Código 285 – Atas de Eleições e Instalação da Mesa Eleitoral;
 Código 290 – Lançamento do Imposto de Indústria e Profissão (1925);
 Código 305 – Livro de Receita da Coletoria Municipal (1895);
 Código 325 – Atas das Sessões da Câmara Municipal (1886-1892);
 Código 328 – Livro de Registro de Portarias da Câmara Municipal (1914-1921);
 Código 329 – Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal (1892-1900);
 Código 349 – Livro Caixa da Coletoria Municipal (1896);
 Código 354 – Livro Caixa da Coletoria Municipal (1898-1902);
 Código 470 - Alistamento Eleitoral Federal de Passagem de Marianna (1895 e 1897);
 Código 521 – Contas-corentes do Conselho Distrital (1896-1903);
 Código 585 – Correspondência recebida (1858-1894);
 Código 586 – Correspondência recebida (1830-1881);
 Código 587 – Correspondência recebida (1821-1870);
 Código 663 - Relação Nominal dos Habitantes da Passagem de Mariana do Ano de 1819;
 Código 669 – Miscelânea (1800-1900);
 Código 672 – Miscelânea (1800-1900);
 Código 676 – Correspondência recebida (1823-1886);
 Código 677 – Miscelânea (1799-1906);
 Código 683 – Miscelânea (1840-1850);
 Código 685 – Miscelânea (1767-1891);
 Código 686 – Miscelânea (1804-1883);
 Código 689 – Miscelânea (1784-1898);
 Código 690 – Correspondência recebida (séc. XIX);
 Código 692 – Miscelânea (1784-1870);
 Código 693 – Correspondência recebida (1776-1861);
 Código 694 – Miscelânea (1801-1866);
 Código 697 – Miscelânea (1784-1891);
 Código 701 – Despesas da Câmara (1825-1881);
 Código 704 – Miscelânea (1830-1895);
 Código 706 – Miscelânea (1798-1894);
 Código 707 – Miscelânea (1830-1911);
 Código 709 – Miscelânea (1795-1895);
 Código 710 – Correspondência recebida (1892-1899)
 Miscelânea (1880-1910)
 Código 711 – Miscelânea (1800-1900)
 Código 712 – Miscelânea (1730-1880)
 Código 715 – Miscelânea (1834-1899)
 Código 716 – Miscelânea (1768-1890)
 Código 719 – Correspondência recebida (1828-1889)
 Código 721 – Correspondência recebida (1788-1890)
 Código 724 – Miscelânea (1850-1890)
 Código 725 – Correspondência recebida (1824-1869)
 Código 726 – Miscelânea (1797-1889)
 Código 734 – Miscelânea (1830-1895)
 Código 735 – Miscelânea (1795-1886)
 Código 738 – Miscelânea (1797-1886)
 Código 744 – Miscelânea (1835-1899)
 Código 751 – Miscelânea (1829-1882)
 Código 782 – Imposto de aguardente e outras bebidas (1920-1922)

Código 783 – Livro de aforamentos (1886-1904)
Código 788 – Livro de imposto de indústria e profissões do município (1924)
Código 789 – Livro caixa da Coletoria Municipal (1898)
Código 792 – Livro de imposto territorial (1927-1933)
Código 798 – Imposto de bebidas (1926-1929)
Código S/n. - Relação das pessoas livres residentes no 8º. Quarteirão deste Districto, suas idades, estados, profissões e condições (15 de novembro de 1867);
- Freguesia de Mariana em 1861;
Livro S/n. - Relação das pessoas livres residentes no 8º. Quarteirão deste Districto, suas idades, estados, profissões e condições (26 de julho de 1867);
Livro S/n. - Relação dos maiores contribuintes de impostos municipaes do município de Marianna no exercício de 1898;
Série Miscelânea S/n. Procuração.

5. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Ação Cível 2º ofício

Código 316, auto 7560 (1874).

Compra e Venda de Escravos 1º e 2º Ofícios – Livros

Livro n. 2, 1º Ofício (1863-1867);
Livro n. 1, 2º Ofício (1872-1877);
Livro n. 2, 2º Ofício (1869-1872);
Livro n. 3, 2º Ofício (1877-1886).

Guardamoria

Livro n. 12, Ref. 34.003 (1853-1864);
Livro n. 13, Ref. 34.003 (1864-1865);
Livro n. 15, Ref. 34.003 (1884-1891).

Inventários 1º Ofício

BORGES, José Botelho. Código 14, auto 453 (1795) ;
BRANDÃO, Antonio Luiz (capitão-mor). Código 39, auto 900 (1786);
BRANDÃO, Antonio Luiz (e sua mulher). Código 11, auto 388 (1866);
BUZELIN, Antonio. Código 64, auto 1390 (1862);
COELHO, Matildes Fernandes. Código 498, auto 11071 (1888);
COELHO, Luis Martins. Código 108, auto 2222 (1865);
DENBY, Jorge. Código 156, auto 3271 (1866);
FARIA, Maria Caetana de. Código 123, auto 2569 (1870);
FERREIRA, Antonio dos Santos. Código 498, auto 11070 (1875);
FRANÇA, Florêncio de. Código 129, auto 2695 (1879);
FURST, Walter. Código 102, auto 2130 (1867);
MARTIN, Richard (capitão-mor). Código 127, auto 2655 (1870);
MARTINS, Ana Joaquina. Código 44, auto 1028 (1870);
MINA, Antonio. Código 86, auto 1846 (1865);
MOYLE, Jorge Merry. Código 1, auto 10 (1895);

PALM, Augusto. Códice 9, auto 345 (1873);
PIANA, Vittorio. Códice 3, auto 47 (1907);
PIMENTA, Edwiges. Códice 120, auto 2507 (1865);
PIRES, Anônio Lourenço. Códice 91, auto 1906 (1864);
REIS, Lúcio Bernardino dos (capm.); SOUZA, Leocádia Clementina de (esposa). Códice 14, auto 284 (1870-1876);
RODRIGUES, José Baptista. Códice 130, auto 2728 (1871);
SILVA, Maria Joana da. Códice 115, auto 2388 (1864);
SILVA, Maria Machado da. Códice 11, auto 2286 (1864);
STARLING, Guilherme. Códice 118, auto 2447 (1857);
TUTU, João Pereira dos Santos. Códice 3, auto 45 (1896).

Livro de Notas 2º Ofício

Livro n. 118 (1864-1868);
Livro n. 120 (1867-1872);
Livro n. 115 (1871-1882);
Livro n. 121 (1872-1873);
Livro n. 122 (1873-1876);
Livro n. 123 (1881-1887);
Livro n. 116 (1887-1889);
Livro n. 42, fls. 79 a 96v.

Processos Avulsos

A JUSTIÇA. 1º Ofício, código 14, auto 280 (1896);
A JUSTIÇA. 1º Ofício, código 15, auto 307 (1898).

Processos Crime 1º e 2º Ofícios

ALVES, João Cipriano. 1º Ofício, código 341, auto 7534 (1850);
ARAÚJO, Augusto Alves de. 1º Ofício, código 344, auto 7591 (1897);
ARAÚJO, Augusto Alves de. 1º Ofício, código 355, auto 7841 (1869);
BAPTISTA, Agostinho (escravo). 1º Ofício, código 337, auto 7457 (1875);
BATISTA, João Lourenço. 1º Ofício, código 359, auto 7922 (1889);
BATISTA, João Lourenço. 1º Ofício, código 347, auto 7669 (1890);
BARBOSA, João José. 1º Ofício, código 356, auto 7854 (1869);
BEKEM, Jorge. 1º Ofício, código 346, auto 7643 (1876);
BOGIONE, José. 1º Ofício, código 356, auto 7859 (1888);
BOGIONE, José. 1º Ofício, código 358, auto 7907 (1888);
BORMAM, Augusto. 1º Ofício, código 353, auto 7795 (1886);
BUSCHARMAN, J. C. 1º Ofício, código 360, auto 7941 (1875);
CAETANO, Manoel. 1º Ofício, código 355, auto 7837 (1869);
COSTA, João da (Africano). 1º Ofício, código 349, auto 7704 (1867);
FERNANDES, Antonio Jorge. 1º Ofício, código 352, auto 7783 (1881);
FRAGA, Telesforo. 1º Ofício, código 359, auto 7923 (1894) ;
GOMES, Antonio (e outros). 1º Ofício, código 350, auto 7716 (1876);
GOMES, Antonio (e outros). 1º Ofício, código 345, auto 7612 (1876);

OLIVANTE, Guilherme. 1º Ofício, código 351, código 7761 (1842);
A JUSTIÇA. 1º Ofício, código 339, auto 7499, (1886);
A JUSTIÇA. 1º Ofício, código 358, auto n. 7905 (1895);
A JUSTIÇA. 2º Ofício, código 183, auto n. 4565 (1879);
LIMA, Moisés Antonio de. 1º Ofício, código 341, auto 7560 (1890);
MANDERS, Jorge John. 1º Ofício, código 351, auto n. 7738 (1872);
MANOEL, José. 1º Ofício, código 345, auto n. 7615 (1875);
MARCOLINO, Manoel. 1º Ofício, código 361, auto 7959 (1869);
MOCHET, Jorge Thornton. 1º Ofício, código 346, auto 7635 (1870);
MOCHET, Jorge Thornton. 1º Ofício, código 344, auto 7608 (?);
RISPOLI, Raphael; PANTUSO, Felipe; GALLO, Antonio; GALLO, Francisco. 1º Ofício, código 344, auto 7596 (1898);
SILVÉRIO, Theotônio (Preto). 1º Ofício, código 361, auto 7951 (1876);
SIMONI, Giacomo. 1º Ofício, código 360, auto 7934 (1884);
SOARES, Raymundo. 1º Ofício, código 358, auto n. 7913 (1890);
TAL, Laurinda de. 1º Ofício, código 338, auto n. 7475 (1881);
TRINDADE, Antonio Ramos da. 1º Ofício, código 352, auto 7766 (1885);
ALVES, Raymundo (Escravo fugido). 2º Ofício, código 235, auto 5856 (1870);
AMARO. (Africano). 2º Ofício, código 231, auto 5750 (1868);
AMARO. (Moçambique). 2º Ofício, código 208, auto 5201 (1870);
FARZANE, Antonio. 2º Ofício, código 200, auto 4993 (1893);
BORGES, Mateus (e outros). 2º Ofício, código 182, auto 4541 (1883);
BRAGA, Francisco Amaro. 2º Ofício, código 188, auto 4691 (1866);
CAETANO, Firmino Pedro. 2º Ofício, código 209, auto 5231 (1895);
CÂMARA, Procurador da. 2º Ofício, código 180, auto 4453 (1871);
CÂNDIDO (e outros). 2º Ofício, código 207, auto 5191 (1891);
CATHAY, Alexandre. 2º Ofício, código 187, auto 4688, (1887);
DAMAZIO, Joaquim. 2º Ofício, código 216, auto 5405 (1897);
Delegado de Polícia. 2º Ofício, código 190, auto 4757 (1893);
GIFFORD, Henry J. 2º Ofício, código 196, auto 4910 (1893);
GIFFORD, Henry J. 2º Ofício, código 231, auto 5747 (1893);
JACÓ, Moçambique. 2º Ofício, código 201, auto 5025, (1869);
A JUSTIÇA. 2º Ofício, código 215, auto 5361 (1877);
LIMA, Henrique de. 2º Ofício, código 201, auto 5023 (1887);
LIMA, Olimpio Pereira. 2º Ofício, código 214, auto 5339 (1895);
MENDES, Izidoro. 2º Ofício, código 232, auto 5801 (1897);
MOCHET, Jorge Torton. 2º Ofício, código 212, auto 5293 (1870);
MURTA, Theotônio de Madureira. 2º Ofício, código 193, auto 4827 (1866);
NOVAIS, João de Souza. 2º Ofício, código 212, auto 5296 (1871);
PINEL, Antonio. 2º Ofício, código 191, auto 4778 (1897);
POLICARPO, Manoel. 2º Ofício, código 211, auto 5270 (1871);
RODRIGUES, Maria Vitorina. 2º Ofício, código 192, auto 4808 (1869);
SANTOS, Lucas Antonio dos (e outros). 2º Ofício, código 218, auto 5445 (1887);
SANTOS, Rodolfo dos. 2º Ofício, código 218, auto 5436 (1897);
SCARPELLI, Carmine (e outros). 2º Ofício, código 208, auto 5220 (1893);
SOUZA, Ignácio José de. 2º Ofício, código 211, auto 5263 (1876);
TEREZA, Clara. 2º Ofício, código 180, auto 4463 (1881);
TESTE, Antonio (e outros). 2º Ofício, código 200, auto 5012 (1895);
XAVIER, Ana Nepomuceno de Paula. 2º Ofício, código 211, auto 5268).
ALMEIDA, Basílio Alves de. 2º Ofício, código 229, auto 5707 (1870);

BARBOSA, Joaquim. 2º Ofício, código 236, auto 5899 (1893);
COELHO, Jacinto Martins. 2º Ofício, código 235, auto 5867 (1872);
FERREIRA, Antonio Francisco. 2º Ofício, código 204, auto 5092 (1869);
FRANÇA, Joaquim Florêncio da. 2º Ofício, código 207, auto 5188 (1866);
GOMES, José Antonio. 2º Ofício, código 207, auto 5190 (1869);
GUEDES, Antonio (e outros). 2º Ofício, código 187, auto 4684 (1877);
A JUSTIÇA. 2º Ofício, código 183, auto 4565 (1879);
NORTH D'EL REY (Companhia), 2º Ofício, código 208, auto 5205 (1870);
PEDRO, Joaquim Dias. 2º Ofício, código 22, auto 5633 (1865);
PIMENTA, Roberto Fernandes. 2º Ofício, código 180, auto 4464 (1879);
PORTO, Cassemiro de Oliveira. 2º Ofício, código 207, auto 5192 (1871);
SILVA, Galdino Gonçalves da. 2º Ofício, código 199, auto 4973 (1890);
SILVA, João Antonio da. 2º Ofício, código 184, auto 4585 (1874);
SOUZA, Otávio de. 2º Ofício, código 218, auto 5435 (1898).

Testamentaria 1º Ofício

BAWDEN, Thomaz. Número 8, fls. 12v, (1886);
BORGES, José Botelho (cônego). 1º Ofício, código 267, auto 4856 (1796);
MARTIN, Richard (Capm.). 1º Ofício, código 290, auto 5435 (1880);
MINA, Antonio. 1º Ofício, código 291, auto 5570 (1865).

6. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto

Identificação: 984 – CPProjetos – 1892/1915. Curso Esp. – Série: Caderneta de Professor (Paul Ferrand);
CPExploração Minas – 1920-1925. Curso Especial;

7. Arquivo Público Mineiro

SG 26 – Seção Provincial e Estadual – Fundo Secretaria do Governo. Registro de Correspondências referentes à agricultura, indústria, mineração e ao comércio (1864-1872);
SG 28 – Seção Provincial e Estadual – Fundo Secretaria do Governo. Registro de Correspondência referente à agricultura, indústria, mineração, ao comércio e a pesos e medidas (1872-1875);
SG 29 – Seção Provincial e Estadual – Fundo Secretaria do Governo. Correspondência recebida pela Presidência da Província referente à agricultura e indústria (1879-1885);
SA 869: Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora: Resumo da saída de imigrantes (1894-96);
SG 422 – Seção Provincial e Estadual. Secretaria de Governo. Cópia de correspondência expedida referente à mineração (1884);
SA 875: Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora: Resumo da entrada de imigrantes: 1894-1904;
SI 1590 – Relatórios referentes a epidemias – quadros de pessoas contaminadas – despesas com medicamentos (1898);
SI – 1596 – Mapas de vacinação e documentos referentes à saúde (1899).

SP 1056 - Originais de ofícios e mais papéis dirigidos ao governo sobre indústria e terrenos diamantinos (1864);
SP 1230 - Registro de títulos de Ministros de Religiões toleradas (1867-1879)

Fontes documentais impressas

AGRICOLA, Georgius. *De re metallica*. New York: Dover Publications, 1950.

Annual Reports - The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited: 1889-1904.

Annuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Rio de Janeiro: Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1915.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1992.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-28.

BRASIL. *Autos de devassa da inconfidência mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

BRASIL. *Collecção das leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, sd.

BRASIL. *Collecção das leis do Brazil de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. *Collecção das leis do Brazil, desde a independência: 1822-1825*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1829.

BRASIL. *Collecção das leis do império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tesouro Nacional, 1876.

BRASIL. *Collecção das leis do império do Brasil, desde a independência: 1832 e 1833*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1833.

BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BRASIL. *Collecção dos decretos do governo provisório do Estado de Minas Geraes expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890*. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se Procedeu no Dia 1º de Agosto de 1872* (23 vols.). Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873-1876.

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoações, lugares, villas, ontes e serras, que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro*. Sevilha: Oficina de Antonio da Sylva, 1732.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835*. Introdução: Rodolfo Garcia; Tradução Helena G. de Souza; Revisão da tradução José A. G. de Souza. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantiíferos*. Tradução Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt; nota bio-bibliográfica Augusto Meyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução David J. Junior; apresentação e notas Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

_____. *Explorations of the higlands of the Brazil; with a full account of the gold and diamond mines. Also, canoeing down 1500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea*. London: Tinsley Brothers, 18, Catherine Streete, Strand, 1869.

_____. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Trad. Américo Jacobim Lacombe. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

CALDCLEUGH, Alexander. *Viagens na América do Sul: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil*. Tradução e ensaio introdutório Julio Jeha. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta ao rei dom Manuel*. Belo Horizonte: Crizálida, 2002.

CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima ao Para; par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 a 1847. Histoire du Voyage, Tome Premier*. Paris: P. Bertrand, Libraire-Éditeur, 1850.

COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Trad. de Julio Castañon. Estudo crítico Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

CÓDICE COSTA MATOSO - Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenado por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Estudo crítico de Luciano R. A. de Almeida. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência. 2. vols.

CÓDIGO PHILIPINO. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico. 14. ed. 1870.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Debates parlamentares sobre mineração no Brasil (1889-1945)*. Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Coletânea de legislação sobre mineração no Brasil 1889-1945*. Rio de Janeiro, 1993.

DAZILLE, Mr. *Observacoes sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Trad. Antonio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Prefácio de Mário Guimarães Ferre. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

Discurso Parlamentar de 1900. Avaliação da indústria de mineração no Brasil – *Anais da Câmara*: 1900, vol.4, p. 226-232.

Discurso Parlamentar de 1923. Avaliação da indústria de mineração no Brasil. Augusto de Lima, MG. *Anais da Câmara*. Data: 16 de maio de 1923, vol.1, p. 279-290.

DOM PEDRO II. Diário da viagem do imperador a Minas (1881). Introdução de Hélio Viana. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, vol. XVIII, 1957, p. 69-118.

ESCHWEGE, W.L. von. *Pluto brasiliensis*. Prefácio Mário G. Ferri. Trad. de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

_____. *Jornal do Brasil, 1811-1817* ou relatos diversos do Brasil, coletado durante expedições científicas. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Trad. Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2000.

_____. *Brasil, novo mundo*. Trad. Domício de Figueiredo Murta; estudo crítico João Antonio de Paula. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

_____. Extrato de uma memória sobre a decadência das minas de ouro da capitania de Minas Gerais e sobre vários outros objetos montanísticos. In: *Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa*. 1816, t. IV, parte 2ª, p. 65-76.

_____. Notícias e reflexões estadísticas da província de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV, fascículos III e IV, julho a dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1900, p. 737-762.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana.

_____. A indústria de ferro no Brasil. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. Coleções de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e Filhos. 1885, n. 4, p. 165-188.

_____. Exploitations aurifères de Minas Geraes. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de outubro de 1893. Anno I, n. 1, p. 6-11.

FERREIRA, Francisco Ignácio (org.). *Repertório Jurídico Mineiro*. Consolidação alfabética e cronológica de todas as disposições sobre minas, compreendendo a legislação antiga e moderna de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral dividido em doze tratados*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 2 vols.

FREYREISS, George Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren; revisão e notas Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1980.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. Milton Amado. Apresentação de Mario G. Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1975.

GORCEIX, Claude Henri. Presente e futuro dos minerais de ouro na Província de Minas Gerais. Ouro Preto: *Diário de Minas*, 28 de setembro de 1876, p. 1-2.

_____. Prefácio. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. Coleções de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1881, n. 1.

_____. Les explorations de l'or dans le province de Minas Gerais. Brésil. In: *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*. 6(7), p. 530-543. 1876

_____. Riquezas minerais da província de Minas Gerais. Belo Horizonte: In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Imprensa Oficial. 1913, p. 19-32.

_____. Presente e futuro dos minerais de ouro na província de Minas Gerais. Ouro Preto: *Diário de Minas*, 28 de setembro de 1876. p. 1-2.

HENWOOD, William Jory. *Observation on metalliferous deposits and on subterranean temperature*. 2 vol. Penzance: Printed and Published by William Cornish, Green Market. 1871.

Leis da Província de Minas Geraes se Referindo á Mineração e á Indústria. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto; collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Leuzinger e Filhos. 1881. n. 3: p. 239-250.

- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Prof. Milton da Silva Rodrigues. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Selena B. Viana. Prefácio Mário G. Ferri. Introdução e notas Clado R. Lessa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1978.
- MINAS GERAES. Anuario Estatístico Ilustrado do Estado de Minas Geraes. Anno I. Parte I – Chronologia, informações e notas uteis. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1906.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1924.
- Minas Geraes. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. II (Situação Demographica). Bello Horizonte: Imprensa Official, 1925.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. II. Situação Econômica. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. IV. (Situação Social, Administrativa e Política). Tomo I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. IV. (Situação Social, Administrativa e Política). Tomo II. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Demographico de Minas Geraes. Anno I, 1928. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1928.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno II. 1922-1925. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1929.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Curso técnico de segurança do trabalho* - orientações gerais. Brasília: MEC; Uberlândia: UFU, 1989. 61p.
- ORBIGNI, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de David Jardim. Apresentação de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênia amado. Apresentação e notas Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 2000.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. 2ª ed. Trad. Affonso de E. Taunay. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

_____. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SEMEDO, João Curvo. *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte*. Lisboa Ocidental: Oficina Ferreyrenciana, 1720.

_____. *Polyanthea medicinal*. S/ref.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lucia Furquim Lahmayer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 3 vols.

SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de M. Castro. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

VINCENT, Frank. *Around and about south america: twenty months of quest and query*. New York: D. Appleton and Company, 1897.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

Periódicos

Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto: Anos: 1881 a 1935.

Revista do Arquivo Público Mineiro: Anos: 1896 (I, II, III, IV), 1897 (I, II, III, IV), 1898 (I, II, III, IV), 1899 (I, II, III, IV), 1902 (III e IV).

Revista do Instituto Historio e Geográfico Brasileiro: 1839 (Tomo I), 1841 (Tomo III), 1850, 1864 (Tomo XXVII), 1865 (Tomos VI e XXVIII), 1869 (Tomo IX), 1874 (Tomo XI), 1891 (Tomo IV).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: 1943-1975.

Revista Industrial de Minas Gerais: 1893 (1, 2, 3); 1894 (4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1895 (13, 14, 15, 16); 1896 (17, 18, 19, 20, 21); 1897 (22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36).

Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. 1865. Tomo VI, n. 24, janeiro de 1895, p. 455-456.

Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto: 1881 (1); 1883 (2); 1884 (3); 1885 (4); 1902 (5); 1903 (6); 1905 (7); 1906 (8); 1907 (9); 1908 (10); 1909 (11); 1910 (12); 1911 (13); 1912 (14);

1917 (15); 1920 (16); 1921 (17); 1922 (18); 1923 (19); 1924 (20); 1925 (21); 1931 (22); 1932 (23); 1933 (24); 1934 (25); 1935 (26).

Jornais

Agulha. Jornalismo destinado aos interesses da mocidade da terra. Propriedade de uma sociedade anonyma de rapazes pândegos, destemidos e independentes. Mariana. 1923 (n. 1, 5);

Aspirante, O. Ouro Preto. 1894. Anno I (n. 7);

Boletim Ecclesiástico da Diocese de Mariana. Mariana. 1902 (n. 1); 1904 (n. 4); 1905 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1907 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1908 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1909 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1910 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1911 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1912 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1913 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10); 1914 (n. 9); 1915 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1916 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1917 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1918 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1919 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1920 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1921 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1922 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1923 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1924 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1925 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1926 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1927 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12); 1928 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12);

Bom Ladrão, O. Periódico Religioso, Litterario e Noticioso. Sob os auspícios dos Exms. Srs. Bispos de Marianna e Diamantina. Mariana. 1873 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8); 1874 (n. 16, 20, 22, 27, 28, 32, 34, 35, 36); 1874 (n. 2, 3); 1875 (n. 11, 14, 15, 16, 18, 26); 1876 (n. 15, 19, 27, 34); 1876 (n. 5);

Cysne, O. Ouro Preto. 1895. Anno I (n. 9);

Conservador de Minas, O. Ouro Preto. 1870 (n. 1, 3, 5, 6, 12, 17);

Constitucional. Ouro Preto. 1868. Anno I (n. 105);

Cruzeiro do Brasil. Rio de Janeiro. 1865. (n. 22);

Cruzeiro do Sul. Rio de Janeiro. 1865. Anno II (n. 18);

Diário de Minas. Ouro Preto. 1867 (n. 280, 311, 329, 376);

Dom Viçoso. Órgão Oficial da Diocese de Mariana. Mariana. 1898 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38); 1899 (n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45);

- Ephoca*, A. Ouro Preto. 1891. Anno I (n. 23);
- Estado de Minas*, O. Ouro Preto. 1892 (n. 300, 304); 1896 (n. 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 452, 471, 477, 478);
- Espeto*, O. Órgão Independente, Crítico, litterario e noticioso. Passagem de Mariana. 1923 (n. 1, 3, 4); 1929 (n.6, 7);
- Gazeta de Ouro Preto*. Ouro Preto, 1890. Anno I (n. 3);
- Germinal*, O. Orgam do Partido Republicano no Município. Mariana. 1905 (n. 34); 1906 (n. 50); 1914 (n. 367, 373, 374, 375, 377, 379, 384, 385, 388, 391, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406); 1915 (407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443); 1916 (444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474); 1917 (475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501); 1926 (675);
- Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro. 1876. Vol. I (n. 11);
- Liberal de Minas*, O. Ouro Preto. 1869;
- Liberal Mineiro*. Ouro Preto. 1882;
- Mariannense Foot-Ball Club, O. Mariana. 1928 (n. 1);
- Minas Altiva*. Ouro Preto. 1887. Anno I (n. 3);
- Minas Geraes*. Ouro Preto. 1897 Anno VI (n. 324);
- Mining Journal, The*. Londres. 1893 a 1902;
- Nação*, A. Ouro Preto. 1881. Anno II (n. 29);
- Novo Mundo*, O. Rio de Janeiro. 1887. Vol. VII (n. 84);
- Opinião Mineira*. Ouro Preto. 1894 (n. 22);
- Opinião Municipal. Órgão Público, Catholico e Noticioso. Mariana. 1913 (n. 50);
- Ordem*, A. Ouro Preto. 1890 (n. 53);
- Província de Minas*, A. Ouro Preto, 1888. Anno VIII (n. 521);
- Repórter*, O. Ouro Preto. 1890. Anno I (n. 3 e 8);
- Rio Carmo. Propriedade do Partido Republicano. Mariana. 1901 (n. 1); 1902 (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29);
- União*, A – Órgão do Partido Conservador, Ouro Preto. 1886 (n. 16);
- Viçoso*, O – Periódico Destinado a Promover os Interesses Catholicos sem se Descuidar dos Outros Interesses da Pátria e do Povo, Mariana, 1893 (n. 15, 16, 17, 19); 1894 (n. 4, 5, 9, 16,

19, 20); 1895 (n. 4, 6); 1896 (19); 1897 (n. 3, 5, 9, 10, 11, 24, 25, 27, 30, 32, 41, 42, 44, 46); 1898 (n. 1, 2, 5, 6, 7, 11, 13, 20, 21, 22, 23, 32);
Voz do Trabalhador, A. Rio de Janeiro. 1908 (n. 1);

Fallas, relatórios, mensagens e dossiê

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1863 o Conselheiro João Crispiniano Soares , Presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1863.

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1864 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto Vice-Presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1864.

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Fidelis de Andrade Botelho, 4º Vice-Presidente da Província de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 2 de abril de 1864 o conselheiro João Crispiniano Soares. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1864.

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865 o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Luiz, presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1865.

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º Vice-Presidente Joaquim José de Sant'Anna. Ouro Preto: Typ. J.F. de Paula Castro, 1866.

Relatório que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província de Minas Geraes Dr. Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho. Typographia Perseverança, 1867.

Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinária de 1868 o Presidente da Província José da Costa Machado de Souza. Ouro Preto: Typ. J. F. de Paula Castro, 1868.

Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinária de 1869 pelo Presidente da mesma Província, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto: Typ. J. F. de Paula Castro, 1870.

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1870, o Vice-Presidente, Dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870.

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Senador Manoel Teixeira de Souza apresentou no dia 16 do corrente o Exm. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides por ocasião de passar-lhe a administração desta Província. Ouro Preto: Typographia do Minas-Geraes, 1870.

Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo Presidente o Illm. Exm. Sr. Doutor Antonio Luis Alfonso de Carvalho. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1871.

Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1871 o Vice-Presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1871.

Falla que o Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2º Vice-Presidente da Província de Minas Geraes, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da 19ª legislatura em 17 de maio de 1872. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, sd.

Relatório que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província de Minas Geraes Dr. Francisco Leite da Costa Belem por ocasião de lhe passar a administração em 20 de abril de 1872 o Dr. Joaquim Pires Machado Portela, Presidente da mesma Província. Manuscrito.

Relatório que apresentou ao Exm. Sr. Presidente da Província de Minas Geraes Dr. Joaquim Floriano de Godoy por ocasião de lhe passar a administração em 11 de julho de 1872 o Vice-Presidente Dr. Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1872.

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o Presidente da Provincia Venâncio José de Oliveira Lisbôa. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1873.

Relatorio com que o Exm. Sr. Senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 2º Vice Presidente Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem por ocasião de retirar-se paa tomar assento na Camara Vitalícia. Ouro Preto: 1873.

Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresetnou no acto da abertara da sessão ordinaria de 1874, o Vice-Presidente Francisco Leite das Costa Belem. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1874.

Relatorio com o que o Exmo. Sr. Dr. Venacio José de Oliveira Lisboa, Presidente desta Provincia, entregou a adiminstração da mesma ao 2º Vice-Presidente Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem. 1874. Manuscrito.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua installação em 9 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Provincia. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1875.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2º Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar-lhe a administração da mesma

Provincia o Exm. Sr. Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques, a 6 de março de 1875. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1875.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária de 1876 pelo Presidente da mesma Provincia Barão da Villa da Barra. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1876.

Relatorio com que ao Illm. e Exm. Sr. Senador Barão de Camargos passou a administração da Província o Illm. e Exm. Sr. Barão da Villa da Barra. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1877.

Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura dirigio o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da mesma Província em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1877.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello por S. Exc. o Sr. Senador Barão da Camargos, ao passar-lhe a administração da Provincia a 24 de janeiro de 1877. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1877.

Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 22ª segunda legislatura dirigio o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Senador Francisco de Paula da Silveira Lobo, Presidente da mesma Província em 10 de agosto de 1878. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1878.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo apresentou o Illm. e Exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a administração da Província. Ouro Preto: Typographia de José Egydio da Silva Campos, 1878.

Relatorio com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo passou a administração da Província ao 2º Vice-presidente, Exm. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, no dia 8 de novembro de 1878. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1879.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2ª sessão da 22ª legislatura, a 15 de outubro de 1879, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, Presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1879.

Relatorio com que o Exm. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, no dia 5 de janeiro de 1879. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1879.

Falla que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio, em 25 de setembro de 1880, o Exm. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente da mesma Provincia, por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 23ª legislatura. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1880.

Relatórios do Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, passando a administração da Provincia, no dia 26 de dezembro de 1879, ao Illm. e Exm. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente, e d'este ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Graciliano

Aristides do Prado Pimentel a 22 de janeiro de 1880. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1880.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente, em 24 de abril de 1880. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1880.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o Exm. Sr. João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2ª sessão ordinaria da 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1881.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos apresentou o Illm. Sr. Dr. José Francisco Netto, no acto de passar-lhe a administração da Provincia de Minas Geraes, em 4 de maio de 1881. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1881.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Conego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente, apresentou o Illm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, no acto de passar-lhe a administração da Provincia em 12 de dezembro de 1881. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1881.

Falla que o Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembleia Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1ª sessão da 24ª legislatura em o 1º de agosto de 1882. Ouro Preto: Typ. de Carlos Andrade, 1882.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni apresentou, ao passar-lhe a administração no dia 31 de março de 1882, o Exm. Sr. Conselheiro Conego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente da Província. Ouro Preto: Typ. de Carlos Andrade, 1882.

Falla que o Exm. Sr Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 24ª legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto: [ileg.].

Falla que o Exm. Sr Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1884. Ouro Preto: Typographia do Liberal Mineiro, 1884.

Falla que o Exm. Sr. Dr. Desembargador José Antonio Alves de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 25ª legislatura em o 1º de agosto de 1885. Ouro Preto: Typographia do Liberal Mineiro, 1885.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Olegário Herculano d'Aguiar e Castro passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 1º Vice-presidente Exm. Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito no dia 13 de abril de 1885. Ouro Preto: Typographia do Liberal Mineiro, 1885.

Falla que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na primeira sessão da vigésima sexta legislatura em 4 de maio de 1886. Ouro Preto: Typographia do Vinte de Agosto, 1886.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos, Presidente da mesma Provincia, no dia 1º de agosto de 1886. Ouro Preto: Typographia do Vinte de Agosto, 1886.

Falla que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, dirigio à Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigésima sexta legislatura em 5 de Julho de 1887. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1887.

Relatorio que ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-presidente da Provincia de Minas Geraes apresentou o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos, ao passar-lhe a administração da mesma Provincia, em o 1º de janeiro de 1887. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1887.

Relatorio que ao Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, Presidente da Provincia de Minas Geraes, apresentou o Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães 1º Vice-presidente da provincia, ao passar-lhe a administração em 4 de fevereiro de 1887. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1887.

Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa apresentou o 1º Vice-presidente Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães ao passar-lhe a administração da provincia em 20 de agosto de 1887. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1887.

Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa aos installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1º de junho de 1888. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1888.

Relatorio com que o Exm. Sr. Barão de Camargos, 1º Vice-presidente da provincia de Minas Geraes, entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Antonio Gonçalves Ferreira no dia 7 de dezembro de 1888. Manuscrito.

Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio, por ocasião da instalação da 2ª sessão da 27ª legislatura em 4 de junho de 1889, o 1º Vice-presidente da Provincia, Dr. Barão de Camargos. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1889.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim, Presidente do Estado de Minas Geraes em 15 de junho de 1891, pelo Dr. Antonio Augusto de Lima, ex-Governador do mesmo Estado. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1892.

Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo Vice-presidente do Estado Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Geraes, 1892.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Geraes, 1893.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinaria da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinaria da segunda^a legislatura. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1895.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua segunda sessão ordinaria da segunda legislatura. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria da segunda legislatura no anno de 1897. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1897.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinaria da segunda legislatura no anno de 1898. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1898.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinaria da terceira legislatura no anno de 1899. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1899.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua segunda sessão ordinaria da terceira legislatura no anno de 1900. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1900.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria da terceira legislatura no anno de 1901. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1901.

Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinaria da terceira legislatura no anno de 1902. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1902.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 1^a sessão ordinaria da 4^a legislatura no anno de 1903. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1903.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2^a sessão ordinaria da 4^a legislatura no anno de 1904. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sessão extraordinaria da 4^a legislatura no anno de 1904. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 3^a sessão ordinaria da 4^a legislatura no anno de 1905. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1906. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. João Pinheiro da Silva Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1907. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. João Pinheiro da Silva Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1909. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1909.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1910. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1910.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1912.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1913. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1913.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1914. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1914.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1915.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1916. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1917. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1918. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1919.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1920. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1921.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1922. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Raul Soares de Moura ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura no ano de 1923. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1923.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Raul Soares de Moura ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura no ano de 1924. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1924.

Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura no ano de 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1925.

Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura no ano de 1926. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1926.

Mensagem apresentada por Antonio Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1927.

Mensagem apresentada por Antonio Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1928.

MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado.* Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1893, 1894, 1895 (2 vols.), 1896 (2 vols.), 1897.

MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes, 1899, 1901.

MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915 (2 vols.), 1916, 1918, 1930

MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1897.

MINAS GERAES. *Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspector de Terras e Colonização Dr. Carlos Prates, em 1897*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1897.

MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898.

MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado do Interior*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1902, 1903.

MINAS GERAES. Diretoria de Agricultura, Commercio, Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário das Finanças*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, 1909, 1910.

MINAS GERAES. Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, 1911, 1912, 1918.

MINAS GERAES. Diretoria de Viação, Obras Públicas e Indústria. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1913.

MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios das Finanças. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894, 1895, 1896, 1903, 1906, 1913, 1914.

MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente da Província*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1894, 1895, 1898.

MINAS GERAES. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1903, 1904, 1915.

MINAS GERAIS. Prefeitura Municipal de Mariana. Secretaria Municipal de Cultura. *Dossiê de tombamento. Conjunto paisagístico e arqueológico Morros de Santana e Santo Antonio*. 2007.

Anuários demográficos

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1924.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. II (Situação Demographica). Bello Horizonte: Imprensa Official, 1925.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. II. (Situação Econômica). Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Vol. IV. (Situação Social, Administrativa e Política). Tomo I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Demographico de Minas Geraes. Anno I, 1928. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1928.

Páginas da web

www.uchicago.edu

www.crl.edu/content/brazil/mina.htm

www.em.ufop.br

www.liphis2.com

www.arquivi.beniculturali.it/acs/patrimonio/html

www.abphe.org.br

www.sslh.org.uk

www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs

www.etudesafricaines.revue.org.sommaire

www.scielo.br

Aunt Jess' Memories (Acervo do autor)

Livros, capítulos de livros, teses, monografias, artigos e verbetes de dicionários

ALENCASTRO, Luíz Felipe de. Sob o trópico de capricórnio (Prefácio). In: SAMPSON, Anthony. *O negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid*. Trad. Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 7-14.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: Atena Editora, 1955; São Paulo: eBooksBrasil, 2003.

ALVES, Antonio Luiz. Vicissitudes da indústria mineira (1810). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Anno III, fascículo I, janeiro a março de 1898.

ALVES, Débora B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador – Rio de Janeiro-Turingia (1852-1853). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, julho 2003, p. 155-184.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 219-227.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, 2v.

AZEVEDO, Thales. Avisos fúnebres e ritos funerários: uma leitura sócio-antropológica. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 15/2-3, 1990, p. 4-12.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. Saberb, 1971.

BARBOSA, Plácido. O problema da tuberculose no Rio de Janeiro. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. 1923. Vol. XL (1918), p. 297-308.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

_____. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 97-110.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956. 2v.

BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.3, 1967, p. 189-219.

- BEKEWELL, Peter. A mineração na América Espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Trad. Mary A. Leite Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999, vol. II, p. 99-150.
- BENSON, John. English coal-miners trade-union accident funds, 1850-1900. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXVIII, n. 3, August 1975, p. 401-412.
- _____. The thrift of english coal-miners, 1860-95. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXXI, n. 3, August 1978, p. 410-418.
- BOGLIOLO, L. et al. *Patología*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1987. 4. ed.
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Imprensa Oficial, 2002, p. 57-65.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: cultura popular, leituras de operários*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo: vol. 7, n. 54, p. 155-176, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231-255.
- BOVET, Armando de. A indústria mineral na província de Minas Gerais. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto; collecção de memórias e de notícias sobre a meneralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1883. n. 2: p. 23-102.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de nascimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRADLEY, Harriet. *Mens work, womens work: a sociological history of the sexual division of labour in employment*. Mineapolis: University of Minesota Press, 1989.
- BRANDÃO, Junito. *Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1993.

BROOKE, J. L. Enterrement, baptême et communauté en Nouvelle-Angleterre au XVIII^e siècle (1730-1790). In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 42^o Année, n. 3, Mai-Juin, 1987, p. 653-686.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 8, vol. 3, outubro de 1988, p. 20-38.

BUNSE, Heinrich, A. W. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: um estudo histórico-etnográfico-sociolingüístico*. Porto Alegre: Secret. de Energia, Minas e Comunicações, 1984.

BURT, Roger. The international diffusion of technology during the early modern period: the case of the British non-ferrous mining industry. In: *Economic, History Review*. Oxford. Second Series. Vol. XLIV, n.2, May, 1991.

CALÓGERAS, Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. 3 vols.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. Tese de doutorado. Depto. de História/USP, 1994.

CAMPOS, Carlos Augusto (Org.). *Atlas econômico de Minas Gerais*. Ilustrado por Monsã, Erico e Joaquim M. Barbosa. Mandado executar por Israel Pinheiro da Silva, Secretário da Agricultura, Indústria, Commercio e Trabalho. Brasil, 1938.

CAMPOS, Lúcia M. A.; LIPHAUS, Bernadete L.; SILVA, Clóvis A. A.; PEREIRA, Rosa M. R. Osteoporose na infância e na adolescência. In: *Jornal de Pediatria* (Rio de Janeiro), vol.79 no.6. Porto Alegre Nov./Dec. 2003.

CAMPOS, Pedro Moacy. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, t.II, v.1, 1993, p. 40-63.

CANO, Wilson. *A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)*. Contexto: São Paulo, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 6, n. 11, setembro de 1985/fevereiro de 1986, p. 63-74.

CARNEIRO, Souza. *Os mitos africanos no Brasil*. Ilustrações de Cícero Valladares. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Antonio Gontijo. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Vitória: Editora Artenova. s.d.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de minas em ouro preto - o peso da glória*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FINEP, Cia. Editora Nacional, 1978.

_____. Modernização frustrada: a política de terras no Império. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 1, março de 1981, p. 39-57.

CARVALHO, Márcio E. Rios de. O significado da instrução pública na administração da Província de Minas Gerais no século XIX. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, ano 3, n.2, dez. 2003, p. 121-146.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1947.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CASTRO, Márcia de Moura. *Ex-votos mineiros - as tábuas votivas no ciclo do ouro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 99-115.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa dos séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Edunb, 2. ed. 1998.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectivas. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 99-115.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. No mar com os devotos: o congado e o candombe como pontes culturais entre Brasil e África. In: CHAVES, Rita et all. *Brasil/Africa : como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Ed. ENESP; Edições Chá de Caxinde, 2006, p. 297-326.

CLAIR, Eduardo Flores. Inventos, tratados y cambio tecnológico em la minería novohispanica del siglo XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p.165-185.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais (1780). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: 8 (1-2), p. 399-581, jan-jun. 1903.

COHEN, Ives. Le respect, les machihes et les hommes. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 53º Année, n. 4-5, Juillet-Octobre, 1998.

- COIRA, Miguel María López. La metamorfosis de la tierra: de la sociedad campesina a la industria minera. In: GARCÍA, José Luis García et all. *Los últimos mineros: um studio antropológico sobre la minería en Espanã*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 233-294.
- COOPER, Frederick. Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. In: COOPER, Frederick et all. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 203-270.
- COLLS, Robert. "Oh happy English children": coal, class and education in the north-east. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 73, nov. 1976.
- COSTA, Armando Casimiro e BREDÁ, Maria Vitória. *Legislação de segurança e medicina do trabalho*. São Paulo: Editora LTR, 1992. 2ª edição.
- COSTA, Cláudio Manuel. *Poemas*. Introdução, seleção e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Ed. Cultrix, 1966.
- COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na primeira república. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2 (4), set. 1982, p. 217-232.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: estudos sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE, 1981.
- COUTINHO, A. Céu. *Dicionário enciclopédico de medicina*. 3. ed. Lisboa: Ed. Argo, 1987.
- COUTINHO. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo. Memória sobre as minas de ouro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1898. Tomo LXI. 1º e 2º trimestres, p. 5-37.
- CRONIN, Joseph. *A cidadela*. Trad. Genolino Amado. São Paulo: Circulo do Livro, 1974.
- CROSSICK, Geoffrey. La bourgeoisie britannique. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 53º Année, n. 6, Novembre-Décembre, 1998.
- CROWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 153-175.
- DAUNTON, M. J. Down the pit: work in the great northern and south wales coalfields. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXXIV, n. 4, november 1981, p. 578-597.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DECCA, Edgar Salvador: A ciência da produção: fábrica despolitizada. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 3, n. 6, set. 1983, p. 47-79.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DENNIS, Nerman et all. *Coal is our life: an analysis of a Yorkishire mining community*. London: Tavistock Publications, 1969.

DEVEZA, Guilherme. Política tributária no período imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.4, 1967, p. 60-84.

DEVILLARD, Marie José. Crisis, realidades y representaciones del espacio minero langreano em vísperas del siglo XXI. In: GARCÍA, José Luis García et all. *Los últimos mineros: um studio antropológico sobre la minería en Espanã*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 1-53.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15, número especial, p. 89-109.

_____. Hermenêutica do cotidiano. In: *Revista da PUC*. Nov. 1998.

DODIER, Nicolas; CAMUS, Ages. Sociologie de l'hôpital. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 52^e Année, n. 4, Juillet-Août, 1997.

DORNAS FILHO, João. *O ouro das gerais e a civilização da capitania*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

DUBY, Georges. *Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUPRÉ, Leandro. Memória sobre a fábrica de ferro de S. João de Ipanema. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. Coleções de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e Filhos. 1885, n. 3, p. 49-90.

EAKIN, Marshall C. *British enterprise in Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*. Duke University Press. Durham and London, 1989.

ECO, Humberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

EICHENGREEN, Barry; MCLEAN, Ian W. The supply of gold under the pre-1914 gold standard. In: *Economic, History Review*. Oxford. Second Series. Vol. XLVII, n.2, May, 1994.

ECKERT, Cornelia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS*. 1985. 565f. Dissertação (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). IFCH. UFRS. Porto Alegre.

_____. *Une ville autrefois minière: la Grande-Combe – étude d'anthropologie sociale*. 1991. 921f. Tèse (Anthropologie Sociale et Sociologie Comparée). Université Paris V – René Descartes: Sorbonne). Paris.

ELLIS, Myriam. A mineração no Brasil no século XIX. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.4, 1967, p. 7-18.

_____. Estudo sobre a decadência das minas, através de um documento. In: *Revista de História*.

ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Questão do alojamento*. Lisboa: Dinalivro, 1975.

ENGEMAN, Carlos. Vida cativa: condições materiais de vida nos grandes plantéis do sudeste brasileiro do século XIX. In: FRAGOSO, João Luís et al (org.). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: LCT, 2006, p. 423-446.

ENGLISH, Henry. *A general guide to the companies formed for working foreign mines...* Londres: Boosey and Sons, 1825.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FELIX, Juvenil. Práticas de Mineração na Mina de Passagem. In: FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Estudos críticos de João Henrique Grossi... Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana, p. 39-65.

FERNANDES, Neuza. *A inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FERRAZ, Luiz Caetano. Minas auríferas de D. Florisbela. In: *Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Oficinas da Casa Mattos. 1917. n. 15, p. 199-217.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem ao Brasil*. A expedição philosophica pela capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Introdução de Carlos Almaça; notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua obra por José Pereira da Silva. A iconografia da “Viagem philosophica” transcrição e comentários por Dante Martins Teixeira e Nelson Papavero. Documentos do Museu Bocage de Lisboa: Kapa Editorial, 2002, 2v.

FERREIRA, Ignácio Francisco. *Diccionario Geographico das minas do Brasil*, concatenação de notícias, informações e descrições sobre as minas, extrahidas de documentos officiaes, memórias, histórias, revistas, dictionarios, cartas geographicas, roteiros, viagens, explorações de rios, ditas de estradas de ferro e outras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII-XX*. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Stampa, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, n. 9, p. 96-110, 1993.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-188.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX). In: *América Latina en la Historia Económica*. N. 1, enero-junio de 1994, p. 41-55.

FINK, Henry. The golden age of Latin America. In: *Economic, History Review*. Oxford. Second Series. Vol. XLI, n.1, February, 1988.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. 2006. 202f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

FLEISCHER, Ronald. O ouro em Minas Gerais: aspectos geológicos. In: FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Estudos críticos de João Henrique Grossi... Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana, p. 31-38.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 6, vol. 3, fevereiro de 1988, p. 99-113.

FOSCOLO, Avelino. *Morro Velho*. Edição, apresentação e notas Letícia Malard e José Américo Miranda. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 13. ed. RJ: Edições Graal, 1988. 3 vols.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2.ed.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 75-96.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*, formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 23. ed.. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

_____. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

FRIEDMAN, Georges. Qu'est-ce le travail? In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 15^o Année, n. 4, Nov-Déc, 1981, p. 684-701.

_____. Sciences sociales et sociologie du travail. In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 16^o Année, n. 3, Mai-Juin, 1961, p. 477-496.

_____. Sciences sociales et sociologie du travail (II). In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 16^o Année, n. 5, Sep-Oct, 1961, p. 908-921.

_____. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão angu e couve*, ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1966.

FRÓES, Abreu. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da inconfidência mineira 1788-9. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GARCÍA, José Luis García. Mineros alleranos: de los diferentes segmentos sociales a la construcción de la comunidad. In: GARCÍA, José Luis García et all. *Los últimos mineros*: um studio antropológico sobre la minería en Espanã. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 55-110.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. As representações populacionais de Richard Francis Burton – uma análise do processo de constituição do discurso sobre populações não-europeias no século XIX. In: *Revista de História*. São Paulo. 149 (2^o 2003), p. 181-209.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

GERBER, Henrique. *Noções geográfica e administrativas da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1863.

GODOY, Scarlett O'Phelan. Señor de sus cédulas: os índios capitanes de las mitas de Huancavelica y Potosí, siglo XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p.229-243.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As margens da liberdade: alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: *LPH: Revista de História*, Mariana, n.6, p. 200-208, 1996.

_____. Legislação e condição social de escravos e libertos na sociedade mineira. In: *Termo de Mariana*. p. 218-220. 1998.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Difel, 1980

GRAHAN, Richard. Brasil-Inglaterra. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.4, 141-152.

_____. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A extração do homem*. Rio de Janeiro: Editora paz e Terra, 1981.

GRUZINSKY, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Mineiros de la Montaña Roja*. El trabajo de lso índios en Potosí, 1545-1650. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 139-163.

GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, Ida. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, jul. - dez. 1999.

HAIR, P. E. H. Mortality form violence in British coal-mines, 1800-50. In: *The Economic Historic Review*. Second Series. vol. XXI, n. 3, december 1968, p. 545-561.

HARRISON, T. R. *Medicina interna*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1992.

HALBWACHS, M. L'alimentation des travailleurs. In: *Annales d'Histoires Economique et Sociale*. Paris, 9^o Année, n. 44, Mar, 1937, p. 205-207.

HEENSON, A. J. et all. Coal, class and education in the nort-east. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 90, February 1981, p. 136-151.

HO, Samuel P.S. Protoindustrialisation, protofabriques et désindustrialisation: une analyse économique. In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 39^o Année, n. 5, Sep-Oct, 1984, p. 882-895.

HOBBSAWN, Eric. En Angleterre: révolution industrielle et vie matérielle des classe populaires. In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 17^o Année, n. 6, Nov-Déc, 1962, p. 1046-1061.

_____. *Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Trad. Mariana L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. São Paulo: Difel, T.I, v.2, 1985 (a), p. 228-258

_____. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. São Paulo: Difel, T.I, v.2, 1985 (b), p. 259-310.

_____. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, t.II, v.1, 1993, p. 9-39.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

HOLT, Thomas C. A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick et all. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 91-130.

IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, t.II, v.3, 1967, p. 297-319.

IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

_____. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, t.II, v.2, 1967, p. 364-412.

JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no século XX*. Rio de Janeiro: Gomes irmãos e cia. 1911.

_____. *Collectanea de scientistas estrangeiros (assumptos mineiros)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922, 3 vols.

JEANNIN, Pierre. La protoindustrialisation: développement ou impasse? In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 35^o Année, n. 1, Jan-Fév, 1980, p.52-65.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006, p. 285-304.

JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*. Introdução histórica e catálogo descritivo por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

KANAWATY, G. (Org.). *Introduction à l'étude du travail*. Genève: Bureau International du Travail, 1996.

KING, Steven. Pauvreté et assistance: la politique locale de la mortalité dans l'Angleterre des XVIIIe et XIXe. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 61^o Année, n. 1, Janvier-Fevrier, 1977.

KIRB, Peter. Causes of short stature among coal-mining children, 1823-1850. In: *Economic History Review*. Oxford. XLVIII, 4 (1995), p. 687-699.

KRUIJT, Dirk; VELLINGA, Menno. *Estado, classe obrera y empresa transnacional, el caso de la mineria peruana 1900-1980*. México: Siglo Veintiuno, 1983.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANCIEN, Didier. Les mineurs de Grande-Bretagne au XIXe siècle (Note critique). In: *Annales, Economie, Societé, Civilisations*. Paris, 36^o Année, n. 6, Nov-Déc, 1981, p. 1111-1136.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LARA, Silvia Hunold. Ecravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto História*. Puc/SP. São Paulo: n. 16, fev. 1998, p. 25-38.

LANGER, John. O mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI). In: *Revista de História*. São Paulo. n. 136, 1^o sem. de 1997, p. 25-40

LEE, Robert. Class, industrialization and the church of England: the case of Durhan Diocese in the nineteenth century. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 191, may 2006, p. 165-188.

LEITÃO, Cândido de Melo. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Memória sobre a utilidade publica em se extrahir o ouro das Minas, e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que minerão actualmente no Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes. Anno I, fascículo 3^o, jul. a set. 1896. p. 417-426.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. são Paulo: Símbolo, 1979).

LEVINE, David. Industrialization and the proletarian family in England. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 123, may 1985, p. 168-203.

LIBBY, Douglas Cole. *O trabalho escravo na mina de morro velho*. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1979.

_____. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil, o casa de Morro Velho*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 1984.

_____. Estudo crítico. In: COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Trad. de Julio Castañon. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Habilidade, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73.

LIMA, Bernardino de. Legislação de Minas. In: *Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typographia d'O Regenerador. 1911. n. 13, p. 57-86.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda. 1973. v. 1.

LOBO, Eulália Maria L. O estado e a política agrícola no Brasil no século XIX (resumo da pesquisa intitulada história política administrativa da agricultura Brasileira no século XIX) In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2(3), março de 1982, p. 19-31.

_____. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.

LOMBARD, Louis. Note sur les exploitations des mines d'or anciennes aux environs de S. João D'El Rey, Tiradentes et Prados. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto, 15 de março de 1894 (a). Anno I, n. 6, p. 133-135.

_____. A mineração nos municípios de S. João D'El Rey, Tiradentes e Prados no Estado de Minas Geraes. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de julho de 1894 (b), Anno I, n. 10, p. 243-246.

LOPES, José Sérgio Leite. *Anotações em torno do tema condições de vida na literatura sobre a classe operária*. Museu Nacional, UFRJ, novembro de 1981.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

LUZ, Nícia. As tentativas de industrialização no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.4, 1967, p. 28-41.

LYON, Martyn. La culture littéraire des travailleurs: autobiographies ouvrières dans l'Europe du XIXe siècle. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 53^e Année, n. 6, Novembre-Décembre, 2000.

MACEDO, Josaphat. *Incidência da tuberculose entre os trabalhadores em mineração de ouro do Estado de Minas Gerais*: tese apresentada ao primeiro congresso nacional de tuberculose. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1939.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo; Ed. Brasiliense: 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 8, n. 16, mar.-ago. 1988, p. 143-160.

_____. A sensualidade como caminho. Notas sobre diários e viagens. In: *Revista da USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social, n. 1, mar./mai. 1989, p. 134-147.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. O descontínuo na história da cultura colonial e pós-colonial: acidente ou fatalidade? In: *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo. N. 141, terceira série, 2º semestre de 1999a, p. 151-159.

_____. O olhar imperial sobre a América. In: *História: Fronteiras*. XX Simpósio Nacional da ANPUH. Florianópolis. 1999b, p. 437-451.

_____. A literatura de viagem como fonte da história social: uma análise crítica resenha do livro de Miriam Moreira Leite, *Livros de viagem*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 238-240, 1999c.

_____. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. 2005. Tese (Livre Docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade do quilombo do Jabaquara na Santos pós-emancipação. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia (orgs). *Quase cidadãos: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 2007.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

MAGALHÃES, Guido. Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-89). In: *Revista de História*. São Paulo. Dep. de História da USP. n. 148, 1º sem. de 2003, p. 125-156.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: Produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume, 2004.

MAIA, Andréa Casa Nova. *Memória e cotidiano operário: Morro Velho no tempo de Vargas*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

MANCHERSTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo: UNESP/Hucitec, s.d.

MARCONI, Marina de Andrade. *Garimpos e garimpeiros em Patrocínio Paulista*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARCONDES, Renato Leite; COSTA, Iraci del Nero da. “Racionalidade econômica” e escravidão brasileiro: uma nota. In: *Estudos de História*. Franca, v.9, n.1, p. 249-256, 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v.13 n.2 São Paulo jul./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em 16 de outubro de 2008.

_____. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo: v.14 n.1 São Paulo jan./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em 16 de outubro de 2008.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN. N. 27. 1974. 2 vols.

MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *LPH: Revista de História*. Mariana: UFOP, n. 4, 1993-1994, p. 107-119.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

_____. *A história da mineração no Brasil*. Trad. Isabel Murat Burbridge e Suzan L. Koslowski. São Paulo: Empresa das Artes. 1989. Edição bilíngüe.

MARX, Karl. *O capital*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Nova Cultural, 1979.

MAZZIEIRO, João Baptista. Alcoolismo e trabalho: vozes de criminólogos (São Paulo e Rio de Janeiro 1880-1920). In: *Revista de História*. São Paulo. Departamento de História da USP. n. 140, 1º sem. de 1999, p. 43-60.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Eudsp, 1981.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João L. et al (org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-162.

_____. Prefácio. In: COOPER, Frederick et all. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-38.

MEDRADO, Alcides. Legislação de Minas. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de abril de 1894. Anno I, n. 7, p.7.

MENDES, René (org.). *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995.

MONTENEGRO, Túlio Hostilio. *Tuberculose e literatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1949.

MORAES FILHO, Evaristo. A regulamentação das relações de trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. III, n. 2, julho de 1963, p. 3-10.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ediotra; Instituto Nacional do livro, 1971.

MOTT, Luís. Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760. In: *Revista Depto. História*. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, n. 9, p. 96-120, 1989.

MOURA, Esmeraldo B. Bolsonaro de. Higiene e segurança do trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: em torno da definição de acidentes de trabalho. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 127-128, Ago-Dez/Jan-Jul. 1992-1993, p. 163-180.

MUÑOZ, Adelina García. Los montes públicos y la crisis de la minería del carbón en el Bierzo Alto. In: GARCÍA, José Luis García et all. *Los últimos mineros*: um studio antropológico sobre la minería en Espanã. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 295-341.

NASH, June. *We eat the mines and the mines eat us-dependency and exploitation in bolivian tin mines*. New York, Columbia University Press, 1979.

NOVINSKI, Anita. Ser marrano em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-176. 2001.

OLINTHO, Antonio. Memória histórica. In: *Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typographia Lima e Comp. 1905. n. 7, p. 9-111.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. *História do Trabalho*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de Paula. Exploração das minas de galena do ribeirão do chumbo, afluente do abaeté; estudo da zona percorrida de Ouro Preto até esse lugar. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. Collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1881, n. 1, p. 39-105.

_____. Valor das jazidas metallíferas no Brazil: Estado de Minas. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de dezembro de 1893. Anno I, n. 3, p. 67-68.

_____. Valor das jazidas metallíferas no Brazil: Estado de Minas. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de janeiro de 1894 (a). Anno I, n. 4, p. 89-92.

_____. A pequena industria extractiva mineral. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de janeiro de 1894 (b). Anno I, n. 4, p. 92-94.

_____. Valor das jazidas metallíferas no Brazil; Estado de Minas. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de fevereiro de 1894 (c). Anno I, n. 5, p. 108-110.

_____. Valor das jazidas metallíferas no Brazil: Estado de Minas. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de maio de 1894 (d). Anno I, n. 8, p. 184-187.

_____. Valor das jazidas matallíferas no Brasil. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 15 de setembro de 1894 (e), Anno I, n. 12, p. 300-303.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Tarquínio Barbosa de. *Ouro nas Minas Gerais*. In: XVII Semana de Estudos: Simpósio sobre o ouro. Sociedade de Intercâmbio Cultural e Estudos Geológicos. 1977. n. 17, p. 17-58.

OTTONI, José Eloi. Memória Sobre o Estado Actual da Capitania de Minas Geraes, Estando em Lisboa no Anno de 1798. In: *Annaes de Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional. 1912. Vol. XXX, (1908), p. 301-318.

PÁDUA, José Augusto. Mata atlântica: uma antiga história de devastação. In: *Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n. 6, pp. 14-20, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais 1717-1789. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

_____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 187-207.

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, t.II, v.1, 1993, p. 64-99.

PAULA, Fabiano Lopes de. *O espaço da morte nas minerações inglesas em Minas Gerais – o exemplo de Morro Velho*. 1997. 63f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAULA, João Antônio de. *O Prometeu do sertão: economia e sociedade da capitania das Minas do Mato Dentro Gerais*. Tese (Doutorado). FFLCH/USP, 1988.

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Descobrimento e devasamento do território de Minas Gerais. In: *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1902. Ano VII, fasc. 3º e 4º, p. 549-594.

PÉREZ, Nieves Herrero. Paisajes de una mina a cielo abierto. In: GARCÍA, José Luis García et all. *Los últimos mineros: um studio antropológico sobre la minería en Españã*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 169-231.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, T.II, v.3, 1967, p. 274-296.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. 2 vols. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/MEC, 1979.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A mineração: riquezas mineraes (Memória). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Anno VIII. Fascículo III e IV, julho a dezembro de 1903. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1903, p. 881-1037.

_____. Viagem aos terrenos diamantíferos do Abaeté. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. Collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Luzinger e Filhos. 1885, n. 4, p. 91-164.

PLUMB, John H. The new world of children in eighteenth-century Englandy. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 67, May 1975, p. 64-95.

PORTAL, Maria da Glória Alves. Os altos rendimentos da mineração na Hispânia Romana (206 a.C. – 166 a. C.). In: *Revista de História*. São Paulo. Jul.-Set. Vol. LVI, N. 111, Ano XXVIII. 1977, p. 3-17.

POUNDS, Normam J. G. *La vida cotidiana: historia da la cultura material*. Traducción castellana de Jordi Ainaud. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

PRATT, Mary Louise. *Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

PRIETO, Carlos. *A mineração e o novo mundo*. Trad. Amaro Lanari Júnior. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

PRIORE, Mary del. Deus dá licença ao diabo: a contravenção nas festas religiosas e igrejas paulistas no século XVIII. In: VAINFAS, Ronaldo. *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Cultura e sociedade mineradora: Potosi (1569-1670)*. São Paulo: Annablume; Feevale, 2002.

QUIRINO, Israel. *Galerias*. Belo Horizonte: Ed. Arte Quintal, 1986.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 164-192.

RAVEN, James. British history and the enterprise culture. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 123, may 1989, p. 178-204.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: exploração do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1701-1762)*. 2007. 299f. Dissertação (Mestrado em História). FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

REYES, Javier Escalera; BALLESTEROS, Esteban Ruiz; LORENZO, Rocio Alonso. Transformaciones de la minería y proceso social en la cuenca de Riotinto. In: GARCÍA, José Luis García et al. *Los últimos mineros: un estudio antropológico sobre la minería en España*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2002, p. 111-167.

RENGER, Friedrich E. Direito mineral e mineração no Códice Costa Matoso (1752). In: *Varia História*, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, número especial. Códice Costa Matoso, p. 156-170, 2000.

_____. Paul Ferrand e o ouro em Minas Gerais. In: FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Estudos críticos de João Henrique Grossi... Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana, p. 15-20.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RICE, Edward. *Sir Richard Francis Burton: o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe as mil e uma noites para o Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICKARD, T. A. *L'homme et les metaux*. Trad. F. V. Laparra. Paris: Gallimard, 1938.

RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. *De que adoecem e morrem os trabalhadores*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de trabalho, 1984.

RIBEIRO, João. *Obras poéticas de Cláudio Manoel da Costa* (Glaucete Saturnio). Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1903.

RIPPY, J. F. *The evolution of international business (1800-1945): british investments in Latin America, 1922-1949*. London: Routledge, 2000.

ROCHA, Domingos Fleury. A indústria mineral e a escola de Minas. In: *Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Oficinas da Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro. 1935. n. 26, p. 108-123.

ROCHA, Joaquim José da. Memória histórica da capitania de Minas Geraes. In: *Revista do arquivo Público Mineiro*. Anno II, fascículo 3º, julho a setembro de 1897.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Notas históricas sobre Passagem de Mariana*. Edição do autor, 1988.

RODRIGUES, José Honório. História sangrenta. In: *História da história do Brasil*. p. 319-356.

ROYCE, Turner. *Coal was our life: an essay on life in Yorkshire pitdown (learning and society)*. London: Paperback, 2000.

RUSSELL-WOOD. Technology and society: the impact of gold mining on the institution of slavery in Portuguese America. In: *Journal of Economic History*, 37, março de 1977.

_____. O ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Trad. Mary A. Leite Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999, vol. II, p. 471-511.

SAD, J. H. Grossi. Paul Ferrand e a escola de Minas. In: FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Estudos críticos de João Henrique Grossi... Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. Coleção Mineiriana, p. 21-30.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Diccionario geographico, historico e descriptivo do império do Brasil*. 2 vols. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

SALAZAR-SOLER, Carmen. Innovaciones técnicas, mestizajes y formas de trabajo em Potosí del siglo XVI y XVII. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 141-163.

SALVADOR, Frey Vicente do. *História do Brasil*. In: Annaes de Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1888. Vol. XIII, (1885-1886).

SAMPSON, Anthony. *O negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid*. Trad. Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SANTOS, Lúcio José dos. O trigésimo aniversário da Escola de Minas. In: *Annaes de Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typographia Medeiros. 1906. n. 8, p. 7-13.

- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Mercantilização, decadência e dominância. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Imprensa Oficial, 2002, p. 67-75.
- SCARANO, Julita. Algumas considerações sobre o alimento do homem de cor no século XVII. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 123-124, Agosto-Julho 1990-1991, p. 71-80.
- SCHUSKI, Ernest L. *Manual para análise de parentesco*. São Paulo, E.P.U, 1973.
- SCORZA, Manuel. *Bom dia para os defuntos*. Trad. Hamilcar Garcia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- SCOTT, Rebecca J. Raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, Frederick et all. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 131-200.
- SÉBILLOT, Paul. *Les travaux publics e les mines dans les traditions e les superstitions de tous les pays*. Paris: J. Rothschild Éditeur. 1894.
- SECCOMBE, Wally. Working-class fertility decline in Britain. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 126, February, 1990, p. 151-188.
- SENA, Joaquim Candido da Costa. Viagem de Estudos Metallurgicos no centro da província de Minas. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. Collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1881, n. 1, p. 106-143.
- _____. Noticia sobre a mineralogia e geologia de uma parte do norte e nordeste da província de Minas Gerais. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. Collecção de memórias e de notícias sobre a mineralogia, a geologia e as explorações das minas no Brasil*. Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1883, n. 2, p. 111-133.
- _____. Mineração dos arredores de Ouro Preto. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. 20 de dezembro de 1897, Anno V, n. 35, p. 143.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 4 vols.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. 1998. 427f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a companhia inglesa de Macaúbas e Cocais (1828-1912)*. 1997. 150f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Manoel da Redenção. *Subsolo brasileiro e a mineração*. Brasília: DNPM, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercados de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 147-164.

SILVA, Valéria Mara da. Nascidas do Sol e da Chuva: Minas Gerais e o combate às saúvas. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: *Cadernos IFCH*. Campinas: UNICAMP, 1985.

_____. As provocações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: IFCH – UNICAMP, n. 2, 1995/96, p. 271-294.

_____. A árvore de Nsanda Transplantada: cultos Kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 273-314.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996, 2 vols.

SOMMER, Frederico. *Guilherme Luís, Barão de Eschwege, patriarca da geologia brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

SORJ, Bila. *O processo de trabalho como dominação: um estudo de caso*. In: Trabalho e Cultura no Brasil. Recife; Brasília, ANPOCS/CNPq, 1981. Ciências Sociais Hoje, n. 1.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Anotações de Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1862. 6. vols.

SOUZA, Alan Nardi de. *Crime e castigo: a criminalidade em Mariana na primeira metade do século XIX*. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciência Humana, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

SOUZA, Breno Luis de. Imigração e indesejáveis. In: *Revista do Brasil*. São Paulo: vol. IX, anno IX, p. 133-166.

SOUZA, José Rodrigues de. As minas de ouro de Morro Velho. Belo Horizonte: Edição particular, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. *Norma e conflito*, aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

_____. Conclusão. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.); SOUZA, Laura M. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v.1. SP: Cia das Letras, 1997. p. 221-274.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: *Revista de História*. São Paulo: n. 152, 1º semestre de 2005, p. 79-98.

SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. *Onde o sol nunca brilha: uma história dos investimentos britânicos e da mudança tecnológica na mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX*. 2002. 251f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A018.pdf. Acessado em 16 de outubro de 2008.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1992, 4. ed. v.1, p. 585-597.

TANDETER, Enrique. Forced and free labour in late colonial Potosi. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 93, November 1981, p. 98-136.

TAVARES, Chrispiniano. *Richesse Aurifère de la province de Minas Gerais*. Brésil: Journal Officiel de l'empire du Brésil. 01 de Janeiro de 1883, p. 1, C 1-3.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. A labuta sem ciranda: crianças pobres e trabalho em Mariana (1850-1900). Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminários/semináriodiamantina/2006/D06A051.pdf. Acessado em 21/05/2008.

THIRÉ, Arthur. L'État de Minas Geraes et sa situation économique actuelle. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de julho de 1894, Anno I, n. 10, p. 241-243.

_____. L'immigration et colonisation dans l'Etat de Minas Geraes. In: *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de abril de 1895, Anno II, n. 16, p. 150-153.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVII e XVIII*. Trad. Denise Bottmann e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vols.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THUILLIER, Guy. Une source documentaire à exploiter: les 'voyages métallurgiques' des élèves-ingénieurs des mines. In: *Annales, Economie, Société, Civilisations*. Paris, 17^e Année, n. 1, Jan-Fév, 1962, p. 302-307.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais (1821-1825)*. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira; estabelecimento de texto e índices José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima; Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro/ IEPHA/MG, 1998.

TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

URSEL, Charles d'. *Sud-Amérique*. Séjour et voyages au Brésil, à la Plata, au Chile, en Bolivie et au Pérou. 2. ed. Paris: E. Plon et Cie., 1879.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

_____. Caminhos e descaminhos da história. In: _____. *Domínios da história*, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 441-508.

_____. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALENCE, Deborah. Womens work and the dairy industry c. 1740-1840. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 130, February 1991, p. 142-169.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre as minas de ouro do Brazil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 266-278.

VARGA, L. En Amérique espagnole: métaux précieux, prix et travail forcé. In: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Paris, 8^e Année, n. 42, Novembre, 1936, p. 570-574.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed. Tomo IV. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Resumo da História da Archidiocese de Marianna. Marianna: Typographia Archiepiscopal, 1919. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. V. 1900.

_____. Breve descrição geographica, physica e política da capitania de Minas Geraes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*,. Anno VI, Fascículos III e IV, julho a dezembro de 1901.

VASCONCELOS, Salomão de. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VEDRA, Basílio Teixeira de Sá. Informação da capitania de Minas Geraes (1805). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Anno II, fascículo 4º, outubro a dezembro de 1897.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Maria Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998, 2 vols.

VICENTE, Gil. Alto da Alma. In: *Três autos*. Rio de Janeiro: Ediouro, sd.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história: 1450-1920*. Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

VILLALTA, Luís Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. v.1, p. 331-385.

VIRGILIO. *Eneida*. Trad. J.C. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1952.

VISCARDI. Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Cláudia Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nome e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006, p. 305-322.

VOLPATO, Terezinha. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. 1982. Dissertação (Mestrado). UFSC.

VOVELLE, Michel. *La mort et l'occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

WAPPAEUS, J. E. *A geographia physica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger e Filhos, 1884.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ed. José Marcos M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOODS, Robert; SECCOMBE, Wally. Working class fertility decline in Britain. In: *Past & Present: a Journal of Historical Studies*. Oxford: University Press. n. 134, February 1992, p. 200-211.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história. In: *Ambiente & Sociedade*. Vol V, n. 2 ago./dez. 2002; vol. V, n. 1, jan./jul. 2003, p. 23-44.

WRIGLEY, Chris. Continuidade no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 177-191.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo. 1951. 275f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

ZETLIN, Jonathan. From labour history to the history of industrial relations. In: *Economic, History Review*. Oxford. Second Series. Vol. XL, n.2, May, 1987.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Trad. Francisco Bitemcourt. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ANEXOS

ANEXO A - Escravidão do reverendo chantre José Botelho Borges (1795)

Nome	Idade	Observação	Avaliação em 1795
Ambrosio Mina	55 anos	“com falta de hum olho”	50\$000
Bento Mina	60 anos	-	40\$000
Rafael Angola	25 anos	-	120\$000
Pedro Banguela	20 anos	-	125\$000
Caetano Angola	30 anos	-	110\$000
Benedito Angola	22 anos	-	120\$000
João Crioulo	10 anos	-	65\$000
Sebastião Angola	30 anos	-	120\$000
Vicente Crioulo	40 anos	“aleijado de hum braço”	40\$000
Christovão Angola	35 anos	-	95\$000
Antonio Angola	30 anos	-	125\$000
Agostinho Mina	55 anos	“quebrado de ambas as vrilhas	30\$000
João Mendes Nagô	55 anos	-	115\$000
Joaquim Bamba	35 anos	-	110\$000
Francisco Banguela	32 anos	-	110\$000
Jacinto Angola	25 anos	-	120\$000
Manoel Angola	30 anos	-	120\$000
Antonio Calito Angola	30 anos	-	110\$000
Manoel Criolo	35 anos	-	40\$000
João Angola	25 anos	-	125\$000
Antonio Angola	30 anos	-	110\$000
Joaquim Banguela	20 anos	-	100\$000
Domingos Mina	70 anos	-	10\$000
André Congo	40 anos	“doente de morfêa”	0
Manoel Angola	35 anos	-	100\$000
Francisco Mendes Angola	70 anos	-	15\$000
Antonio Banguela	50 anos	-	45\$000
João Banguela	60 anos	-	40\$000
Elias Mina	60 anos	“calhabola”	25\$000
João Angola	40 anos	-	125\$000
João Rebolo	30 anos	“calhabola”	100\$000
Paulo Angola	40 anos	-	100\$000
Matheus Angola	50 anos	-	12\$000
Matheus Angola	nc	“que se acha fugido”	0
Manoel Mina	nc	“que também se acha fugido”	0
Bartolomeu Mina	60 anos	-	25\$000
Anna Angola	25\$000	-	80\$000

ANEXO B - Arrematação da Lavra da Passagem por Eschwege a 12 de março de 1819

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, oitocentos, e dezenove aos doze dias do mês de Março do dicto anno na praça publica, que ás portas das casas de sua residência (jazia?) o Desembargador Provedor Bartholomeo Paulo Alvares da Costa, ali pelo dito Ministro foi determinado ao Porteiro do Auditório José Luiz Marques Moço metesse a pregão de venda, arrematação todos os bens avaliados neste Inventário do falecido Chantre Doutor José Botelho Borges para serem arrematados a que por elles mais der; ao que satisfazendo este, entrou ao pregão em voz alta, clara, e intelligivel que quem nos dictos bens quisesse lançar, a elle se chegasse (ilegível) lança; e que repetindo muitas vezes, a elle se chegou o Illustrissimo Guilherme Barão de Eschwege, como Inspector geral da Sociedade da mineração de Vila Rica, lançou quatro mil réis sobre as avaliações dos escravos, **Antonio Congo** avaliado em cem mil reis, **Antonio Banguela** avaliado em cem mil reis, **Martinho Crioulo** avaliado em cento e quarenta mil reis, **Rafael Angola** avaliado em oitenta mil reis, **Theodosio Crioulo** avaliado em secenta mil reis, **João Rebolo** avaliado em cem mil reis, **Pedro Angola** avaliado em cento e vinte mil reis, **Manoel Angola** avaliado em cento e dez mil reis, **Narcizo Crioulo** avaliado em cento e cinquenta mil reis, **Ludovino Angola** avaliado em cento e cinquenta mil reis, **Antonio Mofunbe** avaliado em cem mil reis, **Christovão Angola** avaliado em secenta mil reis, **Sebastião Angola** avaliado em secenta mil reis, **Domingos Mina** avaliado em secenta mil reis, **Caetano Angola** avaliado em um mil reis, **João Angola** avaliado em um mil reis, // **Domingos Crioulo** avaliado em cento e cinquenta mil reis, outro **Sebastião Angola** avaliado em oitenta mil reis, **Benedito Angola** avaliado em cento e vinte mil reis, **Vicente Crioulo** avaliado em trinta mil reis, **Joaquim Angola** avaliado em cem mil reis, outro **Joaquim Angola** avaliado em trinta mil reis, **Francisco Angola** avaliado em quarenta mil reis, **Manoel Ferreiro** avaliado em cento e quarenta mil reis; com cujo lança perfaz a quantia de dois contos, duzentos e secenta e quatro mil reis a vista; e da mesma forma lançou vinte mil reis sobre as avaliações treze alabancas com o peso de vinte nove libras avaliadas em dois mil cento e settenta e cinco reis, três ditas grandes com o peso de trinta e nove libras em dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reis, nove marretas com o peso de vinte e nove libras em dois mil cento e settenta e cinco reis, quatro brocas com peso de onze libras em oito centos e secenta e dois reis e meio, seis almocafres com o peso de treze libras em novecentos settenta e cinco reis, cento e doze chapas de ferro de roca com o peso de tres libras e meia cada hua em secenta mil reis, quatro aguilhoes de ferro com o peso de duas arrobas e sette libras (ilegível) e seiscentos reis, dois (ilegível) com (ilegível) de ferro com o peso de vinte e oito libras em dois mil e cem reis alias dois mil e sette centos reis, oito cavilhas de ferro com o peso de nove libras em seis centos settenta e cinco reis, quatro machados com o peso de quatro libras em dois mil e cem reis, duas fouces com o peso de três libras e meia em duzentos secenta e dois reis e meio, oito enxadas com o peso de vinte e três libras em mil quinhentos settenta e cinco reis, quatro corrente com o peso de quarenta e duas libras em seis mil e trescentos reis, seis collares de ferro com o peso de oito libras e meio em mil duzentos e oitenta e cinco reis, dois grillhões com o peso de seis libras em mil e duzentos reis, duas algemas de ferro com o peso de duas libras em duzentos e vinte cinco reis, hum tronco de campanha com o peso de oito libras de ferro em mil e duzentos reis, hum ganxo de pescoço com o peso de três libras de ferro em duzentos e vinte e cinco reis, onze cadeados de ferro com o peso de seis libras em quatro centos e cinquenta reis, dois picoens de ferro com o peso de cinco libras em trezentos e settenta e cinco reis, três bigornas de ferro com o peso de três arrobas e meia em trinta e três mil e trescentos reis, um torno de ferro com o peso de doze libras em três mil e seis centos reis, dois foles de ferreiro em deseseis mil reis, hum martelo com o peso de tres libras e (ilegível) em cento e dous reis e meio, três malhos de ferro com o peso de deseseis libras em dois mil e quatrocentos reis, quatro tenases com o peso de vinte e

sete libras em quatro mil cento e vinte cinco reis, três (craveiros?) de ferro com o peso de quatro libras e meia em tresentos trinta e sete reis e meio, hua (enxó?) com o peso de três libras em tresentos reis, hum ferro de mão em quatro centos e cincoenta reis, hum (ilegível) com o peso de hua libra em tresentos reis, três formoens de carpinteiro em duzentos vinte e cinco reis, dois (trados ?) de ferro com o peso de quatro libras em seis centos reis, hum serrote de ferro em tresentos reis, hum taxo grande de cobre com o peso de hua arroba e oito libras em quinze mil reis, hum dito usado com o peso de sete libras em dois mil e cem reis, três caldeiroens de cobre com o peso de vinte e quatro libras em sette mil e dusetos reis, nove pratos de estanho com o peso de três libras em quatro centos e cincoenta reis, hua (caixa?) de estanho com o peso de duas libras em tresentos reis, duas balanças, hua de ganxo e outra de pesar oiro em quatro centos e dois reis e meio, duas colheres de ferro com o peso de hua libra e meia em cento e dose reis e meio, duas correntes de ferro com o peso de duas libras em cento e cincoenta reis, dois (soquetes?) de ferro com o peso de duas libras em cento e cincoenta reis, dois ganxos de ferro de puxar o rosario com o peso de três libras em quatro centos e cincoenta reis, hua trempe de ferro com o peso de onze libras em mil e oito centos reis, hua colher de cobre de sucir oiro com o peso de hua quarta e meio em cento e dose reis e meio, hua gamela grande de (sais?) de couro em mil e dusetos reis, duas ditas pequenas em tresentos reis, uma mesa (ovada?) em três mil reis, três ditas velhas em nove centos reis, duas cadeiras de encosto em dois mil e quatro centos reis, hum catre de jacarandá em mil e dusetos reis, dois ditos de madeira branca em mil e dusetos reis, hum armário velho em seis centos reis, dois caixoens de por mantimentos em quatro mil e oito centos reis, hum sino quebrado com o peso de vinte e oito libras em oito mil e quatro centos reis, hum Oratório com tres Imagens, hua de **Nossa Senhora das Neves**, outra de **Santo Elesbão** e outra de **Santa Ifigênia** em dose mil reis, hua caixa de Presépio com seo vidro e três Imagens, hua de **Nossa Senhora do Rosario**, outra de **Santo Elesbão** e outra de **Santa Ifigênia** em seis mil reis, hua Imagem de **Nossa Senhora da Conceição** com sua Coroa de Oiro que pesa cinco oitavas e meia em dose mil reis, hua dita do **Senhor Crucificado** de marfim com seu Diadema e titulo de prata em seis mil reis, quatro imagens, hua de **São João Marcos**, **Senhora Santa Anna**, **Sancta Emerenciana** e **Santo Antonio** com seos resplendores de prata, todos em seis mil reis, quatro castiçais de pau pintados em quatro mil e oito centos reis, dois ditos de estanho com o peso de hua libra em cento e cincoenta reis, hum preguiceiro de couro cru em nove centos reis, nove barris com seos aros de ferro em dois mil e sette centos reis, desesette libras de ferro velho em mil dusetos setenta e cinco reis, hum tronco de pau com sua ferragem em mil e quinhentos reis, seis tina de ferreiro em nove centos reis, huma bomba de ferreiro em tresentos reis, hua talhadeira com o peso de hua libra de ferro em settenta e cinco reis, hua mesa que se (ilegível) na Capella com sua gaveta em seis centos reis, duas mãos novas de peroba para o engenho em dose mil reis, hua morada de casas cobertas de telhas com todos os seos pertences sita no Alto da Passagem em cem mil reis, **hua lavra de minas de buraco com todas as terras mineraes, e suas agoas respectivas, Regos metidos constantes de seos títulos com seos Engenhos de socar pedra, e outro de (ilegível) com sua Carpintaria, Casas de vivenda no alto do Fundão com sua Capella, tudo coberto de telhas** em dois contos e quatro centos mil reis, com cujo lanço perfaz a quantia de dois contos, oito centos e hum mil e sette centos, noventa e dois reis e meio; com a declaração segue os Escravos Narciso Crioulo, Martinho Crioulo, Antonio Congo, Joaquim Angola era (posse?) do Illustrissimo Doutor Luis José Godoy Torres, tudo o mais para a referida Sociedade; e de serem pagos os ditos dois contos, hum mil e sette centos, noventa e dois reis e meio a dusetos mil reis no fim de cada hum anno nos três primeiros anno; e dali em diante a quatro centos mil reis no fim de cada hum anno até se completar realmente a predita quantia, e a vista os seos lanços, e apregoados (ilegível) muitas vezes de hum para outro lado na Praça, por não haver quem mais de fé, nem melhor condição offeresse, mandou o dito Ministro

affrontar (tomada?) com os pagamentos e declaração mencionada paga em seos termos os competentes (ilegível) pelo Rematante: logo o dito Porteiro affrontou, rematou e deo ao lançador um (panno?) verde; com cuja solenidade presidida os mais de direito lançou o dito Ministro esta rematação por boa firma e (realisa?) na forma expressada.

E para constar mandou fazer este auto, em que se assigna com o Rematante, Porteiro e commigo Gonçalo da Silva Lima, Escrivão da Provedoria de Ausentes que (ilegível) e assigno, declarou mais que o escravo Manoel Angola de cento e dez mil reis era para o Capitão Manoel José (ilegível) Lima e assigna na forma dita.

Conçalo da Silva Lima
Guilherme, Barão d'Eschwege
Como Inspector Geral da Sociedade de Mineração de V.a Rica.

Fonte: ACSM. Inventário 1º Ofício. Caixa 14, auto n. 453, 1795, p. 87v-91.

ANEXO C - Transição proprietária da Mina da Passagem (1784-1927)

Ano	Histórico
Fins de julho de 1784	A Lavra da Passagem pertence a Luís Brandão.
Julho de 1784	É adquirida pelo cônego José Botelho Borges.
12 de março de 1819	É adquirida por Eschwege que funda a Sociedade Mineralógica da Passagem .
1843?	A Lavra do Paredão** é vendida à Anglo Braziliam Gold Company por intermédio de Thomas Bawden.
12 de abril de 1850	A Lavra do Fundão* é vendida a Thomas Bawden e Antonio Buzelin.
01 de junho de 1859	A Lavra da Pasagem é adquirida por Thomas Bawden
26 de novembro de 1863	A Lavra da Passagem é vendida a Thomas Treloar.
26 de novembro de 1863	A Anglo Brazilian Gold Company Limited entra na posse das três lavras (Mineralógica, Fundão e Paredão).
Janeiro de 1864	Início das atividades da Anglo-Brazilian Gold Company .
30 de setembro de 1865	A Lavra de Mata-Cavalos*** é adquirida pela Anglo-Brazilian Gold Company.
Fevereiro de 1873 a 1883	Paralisação das atividades.
1875	A Anglo-Brazilian Gold Company foi adquirida por Robert Wandeborn
24 de março de 1883	A Anglo-Brazilian Gold Company é vendida a Robey Partidge/ The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited.
1883	Aquisição das minas de Raposos, Espírito Santo e Borges.
Abril de 1884	Início das atividades da The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited .
1901	Aquisição da Santa Anna Gold Mining Company (englobava as minas de Maquiné e Santa Anna).
19 de maio de 1927	A The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited é vendida ao grupo Ferreira Guimarães, sendo criada a Companhia Minas da Passagem .
1954-1960	Paralisação das atividades.
1960-1966	Tentativas infrutíferas de reabertura.
1967-1973	Paralisação das atividades.
19 de dezembro de 1973	O grupo Companhia Anglo-Brasileira de Construções adquiriu o controle acionário da companhia.
Setembro de 1976	Retorno do controle acionário a Walter Rodrigues.
1984	Encerramento definitivo das atividades extrativas.

ANEXO D - Legislação

- 1) Alvará de 13 de maio de 1803** – Traz estímulos aos mineradores, reduz o quinto ao décimo, abole o giro do ouro em pó e estabelece Casas de Moeda na Capitania Minas Geraes. Segundo Eschwege “Está este Alvará fundado sobre verdadeiros princípios montanísticos, mas o Plano he tão gigantesco, e em m.tos artigos impraticável no Brasil de odo q’. conhecendo-se as difficuldades de pólo em pratica, ficou sem effeito, entretanto sobre elle se deve formar huma Lei mais econômica, e mais adequada para os Estados do Brasil” – In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900.
- 2) Lei de 13 de maio de 1803** – Estabelece Casas de Permuta.
- 3) Carta Régia de 23 de janeiro de 1808** – Abre os portos do Brasil ao comércio estrangeiro
- 4) Lei de 1º de abril de 1808** – Alvará que promove a liberdade de manufaturas e indústrias em todo o Brasil, revogando o alvará de 05 de janeiro de 1785.
- 5) Decreto de 13 de maio de 1808** – Cria a Real Fábrica de pólvora de Minas
- 6) Alvará de 28 de junho de 1808** – Cria o Erário Régio e o Conselho da Fazenda
- 7) Decreto de 4 de agosto de 1808** – Manda estabelecer nesta cidade um banco para permutação das barras de ouro existentes em mãos particulares
- 8) Alvará de 1º de setembro de 1808** – Proíbe a circulação do ouro em pó como moeda e determina a circulação moedas de ouro , prata, e cobre nas capitanias do interior. Segundo Eschwege, “Este Alvará pela maior parte não foi posto em pratica principalmente pela falta de fundos metálicos, e por este motivo sahio o Alvará seguinte” - In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900.
- 9) 10 de outubro de 1808** – Autorização para estabelecimento da fábrica de ferro.
- 10) Alvará de 12 de outubro de 1808** – Manda que circulem na Capitania de Minas Gerais os pesos espanhóis depois de marcados com os cunhos das armas reais, fazendo-se também bilhetes impressos para o troco do ouro em pó nas Casas de Permuta. Segundo Eschwege, “Foi este Alvará q’. muito prejuízo tem cauzado a R.l Faz.da, não só por ter aberto maior caminho ao extravio, mas tambem pela perda q’. se sofria nos trocos, e nos imensos bilhetes falso, que logo forão introduzidos” - In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900.
- 11) Alvará de 12 de outubro de 1808** – Cria um Banco Nacional no Rio de Janeiro
- 12) Alvará de 5 de novembro** – Sobre o ouro em pó e para correrem patacas espanholas em Minas Gerais.
- 13) Decreto de 25 de novembro** – Autoriza que no Brasil se possam conceder sesmarias a estrangeiros.

14) Alvará de 12 de fevereiro de 1810 – Acerca da importação de ouro em pó no Brasil.

15) Decreto de 18 de outubro de 1810 – Manda que só paguem 15% de direitos de entrada as mercadorias inglesas.

16) Carta de Lei – de 26 de Fevereiro de 1810: Ratifica o Tratado de Amizade e Aliança entre o Príncipe Regente de Portugal e ElRey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assignado no Rio de Janeiro aos 19 deste mez e anno.

Artigo IX

“Não se tendo até aqui estabelecido, ou reconhecido no Brazil a Inquisição, ou Tribunal do Santo Officio, Sua alteza Real O Principe Regente de Portugal guiado por uma illuminada e liberal Politica aproveita a oportunidade que Lhe offerece o Presente Tratado, para declarar espontaneamente no Seu Proprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Successores, que a Inquisição não será para o futuro estabelecida nos Meridonaes Dominios Americanos da Corôa de Portugal...”

Artigo XII

“Sua Alteza Real O Principe Regente de Portugal declara e se obriga no seu próprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Successores, a que os Vassallos de Sua Magestade Britannica residentes nos Seus Territórios e Domínios não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da Sua Religião, mas antes terão perfeita liberdade de Consciencia, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino em honra ao Todo Poderoso Deus, quer seja dentro de suas Casas particulares, quer nas suas particulares Igrejas, e Capellas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre, graciosamente lhes Concede a permissão de edificarem, e manterem dentro dos Seus dominios. Com tanto porém que as Sobreditas Igrejas e Capellas serão construidas de tal modo que externamente se assemelhem a Casas de habitação; e também que o uso dos Sinos lhes não seja permittido para o fim de annunciarem publicamente as horas do Serviço Divino. De mais estipulou-se, que nem os Vassallos da Grande Bretanha, nem outros quaesquer Estrangeiros de Commnhao differente da Religião Dominante nos Domínios de Portugal, serão perseguidos, ou inquietados por materias de Consciencia tanto nas Suas Pessoas como nas Suas propriedades, em quanto elles se conduzirem com Ordem, Decência, e Moralidade, e de uma maneira conforme aos usos do Paiz, e ao Seu Estabelecimento Religioso, e Político. Porém se se provar, que elles pregão ou declamão publicamente contra a Religião Catholica, ou que elles procurão fazer Proselytas, ou Conversões, as Pessoas que assim delinquirem poderão, manifestando-se o seu Delicto, ser mandados sahir do Paiz, em que a Offensa tiver sido commettida. E aquelles que no Publico se portarem sem respeito, ou com impropriedade para com os Ritos e Ceremonias da Religião Catholica Dominante, serão chamados perante a Policia Civil, e poderão ser castigados com Multas, ou com prisão em suas próprias casas. E se a Offença for tão grave, e tão enorme que perturbe a tranquillidade Publica, e ponha em perigo a segurança das Instituições da Igreja, e do Estado, estabelecidas pelas Leis, as Pessoas que tal Offensa fizerem havendo a devida prova do facto, poderão ser mandadas sahir dos Domínios de Portugal. Permittir-se-ha tambem enterrar os Vassallos de Sua Magestade Britannica, que morrerem nos Territorios de Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal, em convenientes Lugares, que serão designados para este fim. Nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo, os Funeraes, ou as Sepulturas dos Mortos. Do mesmo modo os Vassallos de Portugal gozarão

nos Domínios de Sua Magestade Britannica de uma perfeita e illimitada Liberdade de Consciência em todas as matérias de Religião, conforme ao Systema de Tollerancia que se acha nelles estabelecido. Elles poderão livremente praticar os Exercicios da sua Religião publica, ou particularmente nas Suas próprias Casas de habitação, ou nas Capellas, e Lugares de Culto designados para este objecto, sem que se lhes ponha o menor obstaculo, embaraço, ou difficuldade alguma, como para o futuro”.

17) Carta Régia de 5 de setembro de 1811 – Aprova a subscrição para o estabelecimento de uma fábrica de ferro na Capitania de Minas Gerais.

18) Alvará de 1º de outubro de 1811 – Recomenda a criação de companhias para a exploração regular as minas, com a ajuda de máquinas próprias para esta indústria (Ferrand, 1998, p. 156).

19) Decreto de 25 de janeiro de 1812 – Cria um laboratório químico-prático no Rio de Janeiro.

20) Decreto de 6 de junho de 1812 – Manda estabelecer uma fábrica de lapidar diamante.

21) Alvará de 17 de novembro de 1813. Amplia a *Lei Trintena*, privilegiando aos Mineiros que se ocupavam na extração do ouro efetivamente, não obstante não terem 30 escravos, ampliando o Decreto de 19 de Fevr.o de 1752. Segundo Eschwege, “Todos os Privilégios q’. prejudicão a terceiro são nocivos, e principalmente este q’. faz perder o credito dos Mineiros” - In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900.

22) Alvará de 1814 – Amplia a lei Trintena

23) Carta Regia de 4 de dezembro de 1816 - Ordena a abertura de estradas da Capitania de Minas para a do Espírito Santo. Trata também da distribuição das terras de Mineração que se encontrarem naquele Sertão.

24) Carta Régia de 16 de janeiro de 1817 - Estatutos para Companhia de Mineração do Cuiabá. De acordo com Eschwege, “esta Carta Regia só feita p.a aquelle loal, e não tem applicação para outras partes” - In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900. Foi a primeira medida adotada para a exploração racional de uma mina.

25) Carta Régia 12 de agosto de 1817 – Estatutos para as sociedades de lavras de minas de ouro em Minas Gerais.

26) Dezembro de 1819 – Criação do Banco Filial para a compra de ouro em pó, e das barras. Comentário de Eschwege: “Esta creação ampliou quazi o R.l Quinto, augmentou as Desp.as e abriu mais portas p.a o extravio, e como os fundos maiorm.te erão remettidos embilhetes desapareceu todo o metálico, de sorte q’. em muitas partes do interior não querião acceitar os bilhetes e em outras querião hum rebate de 6 p.r %. O peor que tudo he q’. não obstante a creação do Banco Filial que faz supérfluo todas as desp.as das Cazas de Fundições, estão estas ainda no mesmo pé como se o Real Quito ainda rendesse 100 arrobas” - In: RAPM. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. 1900.

27) Lei de 12 de agosto de 1817

“D. Manuel de Portugal e Castro, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais. Amigo. EU EL-REI vos envio muito saudar. Havendo-ME sido presente o estado de decadência em que estão nessa Capitania os trabalhos das Minas de Ouro, tornando-se cada mais dispendiosos os serviços, não só porque já se acham lavrados a maior parte dos terrenos, que eram fáceis de trabalhar, porém ainda mais porque os mineiros não possuem os conhecimentos práticos da mineração, que tão úteis tem sido em outros países onde há minas de muito menor valor, as quais, apesar desta grande diferença, dão suficientes lucros aos empreendedores que as lavram; e querendo Eu animar este importantíssimo ramo de industria e riqueza nacional, promovendo nessa Capitania a adoção do método regular da arte de minerar, e o uso das maquinas de que se servem os mineiros da Europa, por meio das quais tem mostrado a experiência que obtêm grandes resultado naqueles trabalhos com pequena despesa, e com muito menor numero de braços do que soa necessários, fazendo-se a mineração pelo método ordinário que se segue nessa Capitania: Hei por bem determinar, que aí se formem sociedades compostas de ações, com que poderão entrar quaisquer indivíduos que nelas queiram ser admitidos, cujos fundos habilmente empregados, debaixo da direção de um Inspetor Geral, pessoa inteligente na ciência montanística e metalúrgica, que Eu for servido nomear, serão aplicados ao estabelecimento de lavras regulares e metódicas, por conta das mesmas sociedades, as quais lavras servirão, ao mesmo tempo, para instrução pública, patenteando-se assim aos habitantes dessa Capitania as grandes vantagens que resultam do método científico dos trabalhos montanísticos: e as mesmas sociedades se regularão pelos estatutos que com essa se os remetem, assinados por Tomás Antonio de Villa-Nova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Confio do vosso zelo e inteligência, eu vos ocupareis logo que receberdes esta, em promover o estabelecimento da sobreditas sociedades, dando-Me conta anualmente do seu resultado pela Secretaria de Estado competente e pelo Meu Real Erário. O que Me pareceu participar-vos para que assim se execute, não obstante quaisquer regulamentos ou ordens em contrário. Escrita no PALÁCIO DO RIO DE JANEIRO, em 12 de Agosto de 1817.

Rei”

“Para D. Manuel de Portugal e Castro.

ESTATUTOS para as sociedades das lavras das minas de ouro, que se hão de estabelecer na Capitania de Minas Gerais, e a que se refere a carta régia acima.

I – Estabelecer-se-ão na Capitania de Minas Gerais sociedades para fazerem a exploração das minas de ouro, ou seja, em terrenos e rios minerais que novamente se descubram, ou nos que serão estabelecidos com autoridade do Governador e Capitão General da Capitania.

II – Enquanto se não mandar criar a Junta administrativa em Vila Rica, como ordena o alvará de 1803, haverá um Inspetor Geral das lavras de todas as sociedades, nomeado por Sua Majestade; o qual será pessoa inteligente na ciência montanística, e lhe pertencerá privativamente a escolha dos terrenos e a direção dos trabalhos sem que algum dos acionistas que entrar na Sociedade possa intrometer-se no governo dela, exceto se for ele consultado. E sendo necessário ao Inspetor separar-se do lugar das lavras de uma sociedade, para ir assistir a outra, ou tendo qualquer outro impedimento, poderá nomear uma pessoa hábil que fique fazendo as suas vezes durante a sua ausência, com aprovação do governador.

III – O fundo das sociedades será formado com ações de 4000\$000 cada uma, em dinheiro, ou de três escravos moços e sem defeitos de 16 a 26 anos de idade, que serão aprovados pelo Inspetor Geral, não podendo o número de escravos de cada sociedade exceder a 1.008, como ordena o alvará de 1803.

IV – Cada sociedade constará pelo menos de 25 ações, não devendo exceder a 128 ações, indicado limite no alvará de 1803, determinando-se o número destas pelo Inspetor Geral do ato do estabelecimento, segundo ele julgar que os trabalhos a que se vai proceder pedem maior ou menor capital.

V – Os terrenos minerais que de novo se descobrirem, serão com preferência concedidos às sociedades, como já ordenou o mencionado alvará; ficando daqui em diante proibido ao Guarda-Mor das Minas fazer distribuição daqueles terrenos e das águas correspondentes, sem primeiro participar ao Inspetor, que logo procederá aos exames necessários, e formará a respectiva sociedade no prazo de 6 meses e para chegar à notícia de todos, o Inspetor, por ordem do Governador e Capitão General, mandará pôr os editais nas principais povoações, determinando o número de ações, e as condições debaixo das quais se quer formar uma sociedade, segundo o artigo 7º & 1 do alvará; findo o qual prazo, não estando a sociedade estabelecida, o Guarda-Mor poderá fazer a distribuição na forma do costume, enquanto não se estabelecer a Junta Administrativa.

VI – Quando o Inspetor Geral houver participado ao Guarda-Mor que porção de terreno é precisa para estabelecer uma sociedade, se procederá a medição e demarcação e das águas que forem necessárias à sociedade; e quando esta deixe de lavrar o terreno no espaço de 6 meses, ficará a data sem efeito, e se poderá distribuir a quem o pedir, com preferência se darão aos mineiros que a uma reconhecida experiência na arte de minerar unirem maiores posses, ou maior número de escravos, sem que por motivo algum se possam compreender na referida repartição as pessoas ausentes ou as que não possuem escravos, nem exercitam a ocupação de minerar, segundo o artigo 6º & 1 do dito alvará. E a respeito da quantidade e extensão do terreno, se regulará no que for aplicável, pela disposição do mesmo alvará, & 3º.

VII – O descobridor dos terrenos minerais que venham a ser concedidos a qualquer sociedade receberá em prêmio os lucros correspondentes ao valor de uma ação, como se estivesse entrado com ela para a sociedade.

VIII – Como o objeto principal destas sociedades consiste no aproveitamento dos terrenos utilizados, e no melhoramento do método atual de mineração, quando convier formar sociedades para lavrar estes terrenos, pertencendo eles a proprietários, que os possuam com títulos legais, será intimado aos possuidores, por do Governador Capitão General, que hajam de estabelecer serviços correspondentes à extensão do terreno, dentro de 6 meses, contados da data de intimação, debaixo de pena de perderem o direito que tinham a ele, ficando livre em benefício da sociedade que se propuser lavrá-lo, à qual se passará a competente carta de data, com declaração das águas que lhe forem precisas; reservando-se porem para o possuidor antigo os lucros correspondentes ao valor de uma terça ou duas partes, ou de uma ação inteira, conforme a riqueza e extensão do terreno. Se, porem, as terras e águas forem possuídas por compra ou herança, ou em premio de algum serviço, serão avaliadas por peritos, passados que seja o prazo de seis 6 meses, e compradas por seu valor; ou se considerará este como fundo com que entra o proprietário para a sociedade, da mesma forma que seria se efetivamente houvesse entrado com dinheiro ou escravos, segundo ele escolher, não perdendo contudo então o direito de propriedade do terreno para o caso de extinção da sociedade.

IX – Havendo Sua Majestade mandado vir da Alemanha, à custa de sua Real Fazenda, diversos mestre mineiros, com o fim de difundir entre os seus vassalos o conhecimento dos trabalhos que sejam empregados em benefício das sobreditas sociedades, sendo sempre pagos à custa da Real Fazenda; e para ser indenizada dessa e mais outras despesas que ela fizer em benefícios das sociedades, reservar-se-ão os lucros correspondentes ao valor de uma ação, ou duas ações para a Real Fazenda, segundo for a sociedade composta de menos ou de mais de 64 ações.

X – O Inspetor Geral estabelecerá os serviços, dirigirá os trabalhos e a construção dos engenhos e máquinas que forem necessárias. Organizará o plano para o governo particular e economia de cada uma das sociedades, com atenção às circunstancias locais dela, e com tal método, que sejam utilmente administrados os fundos, havendo a maior clareza na sua contabilidade, tudo fundado nos princípios estabelecidos nestes estatutos; e convindo à administração, e sendo aprovado pelo Governador, ficará servindo o mesmo plano de regra para se observar impreterivelmente, enquanto não houver ordem em contrário.

XI – Esta sociedade terá uma administração separada, que será composta do Inspetor Geral, de um Tesoureiro Pagador, e de um ou mais diretores dos trabalhos, conforme for a extensão das lavras que se houverem de fazer: o Tesoureiro Pagador será nomeado por uma comissão dos sócios à pluralidade de votos: os Diretores serão escolhidos e nomeados pelo Inspetor Geral, como pessoa competente, que poderá julgar da capacidade do individuo par estes emprego; devendo um e outro ser aprovados pelo Governador e Capitão General, ouvindo a Comissão, e com a mesma formalidade serão demitidos quando servirem mal. Os feitores serão da escolha do Inspetor, Tesoureiro e Diretor. Haverá um cofre com três chaves para arrecadar os fundos e lucros da sociedade, o qual estará em casa do Tesoureiro Pagador. Este terá uma chave, e Diretor mais antigo terá outra, e a terceira te-la-á o Inspetor Geral ou quem fizer as suas vezes. O Tesoureiro Pagador pagará aos sócios um recibo do dinheiro, ou escravos de cada uma das ações que entrarem; e à vista deste lhe será dada uma apólice assinada pelos três Administradores, os quais também nomearão Escrivão do Tesoureiro Pagador para ter o seu cargo a escrituração.

XII – Logo que se acharem completos os fundos para uma sociedade os escravos e tudo o mais que a ela pertencer serão da exclusiva responsabilidade dos administradores nomeados. O número dos escravos que no estabelecimento da sociedade se julgar necessário para os trabalhos que se houverem de fazer, deverá estar sempre completo, substituindo-se os que faltarem por outros que a administração comprará; tendo o cuidado de reservar sempre alguns fundos para esta compra; e enquanto a não efetua, alugará os jornaleiros que foram precisos, para que não se suspendam os trabalhos das lavras.

XIII – Acontecendo que morram a maior parte dos escravos, de maneira que os fundos da sociedade não chegem para comprar outros, e não querendo os sócios nestas circunstâncias concordarem em reformarem as suas ações com a quantia necessária para este fim, nesse caso se dissolverá a sociedade, intervindo a autoridade do Governador e Capitão General; assim como no caso em que o Inspetor Geral reconheça e declare que o produto da lavra não corresponder à despesa que com ela se faça então se venderá em hasta pública tudo o que existir pertencente à sociedade para se dividir o seu produto pelos acionistas, que houverem entrado com dinheiro ou escravos, e o terreno ficará devoluto, ou se entregará ao proprietário que dantes o possuísse, por título de herança ou compra.

XIV – Quando o Inspetor Geral julgar necessário aumentar os trabalhos a ponto que não bastam para este aumento os fundos da sociedade estabelecida, nesse caso ele fará, juntamente

com os mais Administradores, e com autoridade do Governador e Capitão General, uma exposição dos trabalhos já feitos e que se devem fazer, assim como um exposição das vantagens, que se podem esperar de um tal aumento de fundos, para ser presente aos sócios, os quais poderão reforçar as suas ações com a quantia que for necessária, se nisso concordarem; aliás se poderão admitir novas ações para preencher aquela quantia, arbitrando-se porém neste caso as somas com que devem entrar os novos acionistas, além dos 400\$000, a fim de compensar as despesas já feitas pela sociedade, e para poderem ficar igualadas nos lucros. O arbitramento será feito pelo Inspetor Geral juntamente com os mais administradores.

XV – Os acionistas, uma vez estabelecida a sociedade, não poderão retirar o dinheiro ou escravos com que hajam entrado, mas ser-lhes-á permitido transferir as suas ações a que bem lhes parecer, endossando as apólices que tiverem recebido dos Administradores, fazendo porém logo participação desta transação aos mesmos Administradores; e ainda que as ações passem a outra pessoa por título de venda, penhora ou herança, não poderá o novo possuidor, mesmo quando venham a pertencer à Real Fazenda, ou ao Juiz de Órfãos, Defuntos e Ausentes, retirar as ações senão no caso em que se dissolva a sociedade, e só poderá ter direito aos lucros, que de tais ações provirem.

XVI – Querendo Sua Majestade animar o estabelecimento e progresso dessas sociedades, como um meio de melhorar este importante ramo de administração, e de ocorrer ao extravio do ouro; concederá estas sociedades a diminuição do Real Quinto, reduzindo-o ao décimo do ouro que se extrair, depois de dois anos, contados do dia em que principiarem os trabalhos de cada sociedade, no caso de se darem as provas necessárias de que todos os trabalhos daquela lavra foram feitos pelo método científico e com as máquinas e engenhos determinados; e para se proceder com segurança da Real Fazenda para a mercê e verificação desta graça deverá a administração apresentar os seus livros ao magistrado ou pessoa que o Governador e Capitão General nomear para este exame, mostrando-se-lhe legalmente que todo o ouro que se extraiu, ou por lavagem, ou por amalgamação, ou por fundição nos anos antecedentes, pagou o quinto, o qual haverá de pagar também o que existir em cofre quando a graça for obtida. E tendo Sua Majestade concedido a referida mercê, então se principiará a fazer nas Casas das Fundições a redução do quinto ao décimo do ouro que se extrai pela maneira indicada neste artigo; sendo obrigada a mostrar todos os anos que não entrou na fundição menor porção de ouro da lavra no decurso dos anos sobreditos.

XVII – No fim de cada ano se extrairá um balanço demonstrativo do estado em que se acham os fundos de cada sociedade, a fim de que o Inspetor Geral, de acordo com os outros administradores, possa determinar o respectivo dividendo; e será publicado este balanço pela maneira que for mais conveniente para os acionistas mandarem receber o que lhes tocar; sendo permitido a qualquer sócio examinar os livros e documentos de que se extraiu o balanço. Da mesma forma entregarão os administradores uma cópia do balanço e do estado de cada sociedade ao Governador e Capitão General, o qual fará participação disso à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, propondo ao mesmo tempo, o que convier para os progressos da sociedade.

XVIII – Os administradores, feitores e camaradas, ou quaisquer empregados no serviço das sociedades, não poderão se empregados em outro qualquer serviço militar ou civil, não sendo oficiais de soldo.

XIX – Os ouvidores das câmaras, como superintendentes das minas, serão os juizes conservadores destas sociedades; eles julgarão breve e sumariamente as suas causas, devendo decidir quaisquer embargos dos trabalhos de mineração das sociedades.

XX – Para exato cumprimento destes estatutos, e bem assim para a solução de qualquer dúvida que se ofereça, se recorrerá ao Governador e Capitão General, o qual dará os auxílios e providências que forem justas.

PALÁCIO DO RIO DE JANEIRO, em 12 de agosto de 1817.

Tomás Antônio Vila-Nova Portugal.”

Comentário de Eschwege: “He a execução deste Estabelecimento o único meio de resurreição (sic) da mineração, de acabar com o extravio, mas seria necessário ampliar mais os Estatutos, e animar a criação das Sociedades” - In: *RAPM*. Anno IV. Fascículos III e IV. Julho a Dezembro de 1899. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1900.

28) Carta Régia de 02 de setembro de 1818 – Trata de Caixas filiais do Banco do Brasil para o comércio do ouro em pó.

29) Lei de 30 de outubro de 1823 -

30) Constituição de 25 de março de 1824

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

V. Ninguém póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

31) Decreto de 16/09/1824 – Permite que estrangeiros (Eduardo Oxenford, negociante em Londres) se estabeleça em Minas e forme empresa.

Autoriza o estabelecimento de estrangeiros para formarem empresas de extração de ouro.

32) Lei de 6 de abril de 1827 – Reduz o imposto sobre o ouro de 20% para 5% e permite a circulação do ouro em pó como mercadoria nas comarcas de mineração até certa quantia; e a do ouro em barra, em todo o império, estabelecendo certas condições.

33) Lei de 26/10/1827 – Reduz para 5% o imposto sobre a mineração, exceto o que foi manifestado pelas sociedades estrangeiras.

34) Decreto de 27 de janeiro de 1829 – “Declara que os súditos do Império não precisavam de autorização para empreender a mineração nas terras de sua propriedade por meio de companhias de sócios nacionais e estrangeiros”. Declara também que as companhias de mineração seriam obrigadas a pagar não somente os impostos já estabelecidos, mas também aqueles que posteriormente fossem determinados. Obs: considerado inconstitucional em 1866.

35) Decreto de 21 de julho de 1830: Aprova a organização da *Sociedade de Mineração* formada por Eduardo Oxenford, o Marquês de Queluz e o Barão de Catas Altas.

36) Lei de 28 de novembro de 1831 – o parágrafo 3º cria as intendências e Casas de Fundição com as repartições competentes para o recebimento do imposto sobre o ouro.

37) Lei de 24 de outubro de 1832 – Declara livre o curso e giro do ouro em todas as províncias.

38) Decreto n. 478 de 12 de outubro de 1846 – Determina que o ouro em pó tinha livre curso e giro na Províncias que o produziam e, na outras, só poderia correr depois de transformado em moedas e barras na Casa da Moeda.

39) Lei n. 514 de 28 de outubro de 1848 – Elimina o imposto direto de 5%, que foi substituído por uma taxa sobre as datas minerais. A isenção do imposto de 5% não é extensiva ao ouro extraído pelas companhias de mineração que se acharem incorporadas em virtude de concessões especiais ou contratos, cujas condições continuarão a ser observadas.

40) Lei n. 601 de 18 de dezembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Assegura a situação do minerador como dono do terreno da lavra, na qualidade de posseiro. O §4 do art. 16 sujeita às disposições das leis gerais quaisquer minas que se descubram. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia.

41) Resolução de 19 de agosto de 1865 expedida por aviso do Ministério da Agricultura de 22 de outubro de 1865 – Decide que as minas não são regalias do Estado.

42) Lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867 – O artigo 23 estabelece que todos os estrangeiros, sem distinção de nacionalidade, podem requerer e obter concessão de datas. As concessões de minas ficam sujeitas a uma taxa proporcional de 2% do rendimento da mina, líquido da despesa de extração e autoriza o governo a expedir um regulamento que submeterá à aprovação do legislativo, classificando as minas de qualquer natureza existentes, que na superfície, que no interior do solo, e marcando a forma e condições das que forem susceptíveis de concessão, e as obrigações dos concessionários para com os particulares, e para com o Estado.

43) Aviso 339, de 24 de setembro de 1868 – Declara pertencerem ao domínio nacional os terrenos diamantinos e as minas.

44) Lei n. 1762 de 4 de abril de 1871 – Autoriza a construção de estradas de ferro pelas companhias inglesas do Morro de Sant'Anna e de Passagem de Mariana.

45) Decreto n. 5.955 de 23 de junho de 1875 -

46) Lei n. 2670 de 20 de outubro de 1875 - Autoriza e destina 60:000\$000 para a criação na Província de Minas de uma Escola de Minas. Este regulamento foi aprovado pelo **Decreto n. 6026 de 6/11/1875.**

47) Lei n. 2181 de 25 de novembro de 1875 – Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1876 a 1877. O artigo 16 estabelece o imposto de 4% sobre o ouro. Foi regulamentada pelo **Regulamento n. 80 de 21 de março de 1878.**

Art. 16 – fica sujeito ao imposto de 4%, á razão de 900 rs. por gramma, o ouro extrahido na Província em estabelecimentos de mineração, nacionaes e estrangeiros.

48) Lei n. 2334 de 12 de julho de 1876 – Isenta de impostos as machinas e materiaes introduzidos na Província para quaesquer empresas ou companhias industriaes.

49) Lei n. 2438 de 14 de novembro de 1877 – Orça a receita e fixa a despesa da Província para o anno financeiro de 1878 a 1879. Obs: foi regulamentada pelo **Regulamento n. 80 de 21 de março de 1878**.

Art. 26 – O imposto estabelecido pelo art. 16 da Lei n. 2181 será cobrado trimensalmente pelos collectores sobre as bases da legislação actual, dando-se aos contribuintes recurso para a thesouraria e Presidente de Província.

50) Regulamento n. 80 de 21 de março de 1878 – Regulamenta a cobrança do imposto sobre o ouro.

51) Lei n. 2476 de 9 de novembro de 1878 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1879 a 1880

§ 2º O imposto de 4% sobre o ouro decretado no art. 16 da Lei n. 2181 será cobrado sobre o producto que obtiverem as companhias ou empregarios de mineração, deduzidas as despesas de extracção.

52) Lei n. 2716 de 18 de dezembro de 1880 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1881-1882

Art. 7º § 3º Do imposto sobre o ouro terão os collectores 6% e os seus escrivães 3% das quantias que arrecadarem, cabendo-lhes igual porcentagem pelo que cobrarem da divida activa.

53) Lei n. 2800 de 3 de outubro de 1881

Artigo único. A Lei n. 2334 de 12 de julho de 1876 só compreehende as machinas e matérias destinadas ás indústrias agrícolas e manufactureira; revogadas as disposições em contrario.

54) Lei n. 2815 de 21 de outubro de 1881

Art. 6º § 1º O imposto sobre o ouro de que trata a Lei n. 2181 de 25 de novembro de 1875 será cobrado na razão de 1% do producto de toto o our que se extrahir das minas, observando-se na sua arrecadação as disposições do Regulamento n. 80, e sendo o preço para o pagamento calculado á razão de um mil réis por gramma.

No caso de fraude, incorrerá o collectado na multa do 1:000\$ a 5:000\$, imposta pelo collector, com os recursos legaes.

Obs: Foi regulamentado pelo **Regulamento n. 95 de 10 de dezembro de 1881**.

55) Lei n. 2819 de 24 de outubro de 1881 – Incentiva a substituição do elemento servil pelo imigrante europeu e concede favores pecuniários aos proprietário de terras. Adota o sistema de contratos de locação de serviços.

O § 1º dispõe que o imposto será cobrado na razão de 1% do produto de todo ouro, que se extrair das minas, observando-se na sua arrecadação as disposições do regulamento n. 87, e sendo o preço para o pagamento calculado à razão de mil réis por grama.

Esta lei foi parcialmente revogada pela **Lei n. 3117 de 17 de outubro de 1883**.

56) Lei n. 2892 de 6 de novembro de 1882 – Seu artigo 15º regulamenta a cobrança do imposto sobre o ouro.

57) Lei n. 3117 de 17 de outubro de 1883 - Orça a receita e fixa a despesa provincial para o exercício de 1884 a 1885.

58) Lei n. 2819 de 1887 – Autoriza o governo a dispor auxílio aos imigrantes, a criar núcleos coloniais e a contruir a Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora.

59) Aviso circular n. 89 de 20/10/1887 – Regula o serviço de mineração.

60) Regulamento n. 108 de 20 de janeiro de 1888 – Regula o serviço de introdução e estabelecimento de imigrantes na Província de Minas Gerais.

61) Decreto n. 4 de 7 de dezembro de 1889 – suprime a inspetoria de imigração.

62) Decreto n. 58 de 14 de dezembro de 1889 – Providencia sobre a naturalização de imigrantes residentes na República.

63) Decreto 119A de 7 de janeiro de 1890

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

64) Lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890 – Institui o casamento civil na República com as instruções constantes no **decreto n. 233 de 27 de fevereiro de 1890**, entrou em execução no dia 25 de maio deste ano.

65) Decreto n. 288, de 29 de março de 1890 – Torna intransferíveis as concessões de lavras de minas e de exploração de terrenos minerais. Modificou o Aviso circular n. 89 de 20/10/1887.

66) Decreto n. 396 de 15 de maio de 1890 – Providencia sobre a naturalização de imigrantes residentes na República.

67) Decreto n. 479 de 13 de junho de 1890 – Estende o prazo da naturalização dos imigrantes até 31 de dezembro deste ano.

68) Decreto n. 321 de 26 de junho de 1890 – Proíbe as cerimônias religiosas matrimoniais antes de efetuadas as civis. Este impedimento desapareceu com a publicação da Constituição que no § 3º e 4º facultou o livre exercício das confissões religiosas, não sendo mais possível a aplicação das penas impostas aos transgressores apontados pelo citado decreto.

69) Decreto n. 789 de 27 de setembro de 1890 – Estabelece a secularização dos cemitérios, ficando a sua direção a cargo das municipalidades.

70) Decreto n. 1313 de 17 de janeiro de 1891 – Proíbe o trabalho de crianças com menos de 12 anos nas indústrias, salvo a têxtil, onde o limite era de 8 anos. É considerado o primeiro mecanismo legal de proteção ao trabalho do menor no Brasil.

71) Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 - Confere ao proprietário do solo a propriedade do subsolo

Art. 72 § 17 - “As minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações que forem estabelecidas por lei á bem da exploração deste ramo de indústria”. Este regime de acesso foi confirmado pelo Código Civil de 1916 e permaneceu até 1934.

72) Constituição Republicana de Minas Gerais de 15 de junho de 1891

73) Lei n. 12 de 13 de novembro de 1891 – Cria o Instituto Vacínico na capital.

74) Lei n. 16 de 19 de novembro de 1891 – Taxa em 3 ½ % o imposto de exportação do ouro;

75) Lei n. 31 de 28 de maio 1892 - Concede diversos privilégios aos exploradores nacionais e estrangeiros que restabelecessem minas conhecidas e abandonadas. Estabelece normas de segurança do trabalho nas minas.

76) Lei n. 32 de 18 de julho de 1892 - Traça as normas para a introdução de imigrantes. Autoriza o Estado a subvencionar a introdução e localização de imigrantes em Minas. Estabelece também as vantagens concedidas a particulares ou empresas que introduzirem imigrantes.

77) Decreto n. 612 de 6 de março de 1893 - Regulamenta a lei n. 32 de 18 de julho de 1892.

78) Decreto n. 777 de 1º de setembro de 1894 – Aprova o regulamento das colônias do Estado.

79) Decreto n. 786 de 15 de outubro de 1894 - Determinou que as passagens dos imigrantes fossem integralmente pagas pelo Estado

- 80) Lei n. 148, de 26 de julho de 1895** - Regulamenta a Concessão de Privilégios para as explorações industriais. Esta lei reservou para decreto especial os privilégios relativos à exploração das minas.
- 81) Lei n. 147, de 23 de julho de 1895** – Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1896.
- 82) Regulamento de 30 de março de 1897** - Regulamenta a Concessão de Privilégios.
- 83) Lei n. 285 de 18 de setembro de 1899** - [Foi reformada pela Lei n. 54 de 19 de setembro de 1911 e seu regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.732]
- 84) Emenda n. 11 ao projeto n. 110 de 1899** – Incentivo às empresas de mineração.
- 85) Emenda n. 61 ao projeto n. 70 de 1900** – Incentivo às empresas de mineração.
- 86) Emenda ao projeto n. 290 de 1901** – Incentivo às empresas de mineração de ouro mediante acordo sobre o fornecimento de ouro ao governo.
- 87) Lei n. 344, de 15 de setembro de 1902** – Autoriza o Governo a conceder privilégio para exploração de minerais no leito dos rios do domínio do Estado, e contém disposições a respeito.
- 88) Projeto n. 240 de 1902** – Autorização para criação do Banco Brasileiro da Mineração
- 89) Projeto n. 218 de 1902** – Acordo entre o governo e as empresas nacionais de mineração de ouro.
- 90) Lei n. 387 de 13 de setembro de 1904** – Estabelece que a concessão de terrenos minerais somente poderia ser feita em hasta pública.
- 91) Lei n. 374 de 19 de setembro de 1904** -
- 92) Emenda n. 20 ao projeto n. 327 de 1906** – Imposto sobre exportação de ouro amoldado ou em barra. Incentivos às empresas de mineração de ouro.
- 93) Decreto n. 1637 de 5 de janeiro de 1907** – Dispõe sobre os sindicatos profissionais e cooperativas.
- 94) Decreto 6.323 de 10 de janeiro de 1907** – Criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, vinculado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.
- 95) Decreto Federal n. 6.455, de 19 de abril de 1907** – Transfere o serviço de imigração para o governo federal.
- 96) Projeto n. 131 de 1908** - Imposto sobre exportação de ouro amoldado ou em barra. Incentivos às empresas de mineração de ouro.
- 97) Projeto n. 235 de 1909** - Imposto sobre exportação de ouro amoldado ou em barra. Incentivos às empresas de mineração de ouro.
- 98) Emenda n. 39 ao projeto 235 de 1909** - Incentivos às empresas de mineração de ouro.

99) Projeto n. 285 de 1910 - Imposto sobre exportação de ouro amoldado ou em barra. Incentivos às empresas de mineração de ouro.

100) Lei n. 148 – Lei de privilégios (não citou o ano)

101) Lei n. 533 de 24 de setembro de 1910 – Concede isenção de impostos.

102) Decreto n. 2.680 de 3 de dezembro de 1909 – Concede terras devolutas

103) Lei n. 574 de 19 de setembro de 1911 – Regulamenta o serviço de mineração no Estado. Foi revista, pois não distinguia com nitidez o que eram trabalhos de exploração e trabalhos de pesquisa.

104) Decreto n. 3.516, de 25 de março de 1912 - Concede à *St. John d'El Rey Mining Company* privilégio para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Morro Velho e a estação de Raposos. O contrato foi celebrado aos 11 de outubro do mesmo ano.

105) Decreto n. 3.732 de 10 de outubro de 1912 – Regulamentou a Lei n. 574 de 19 de setembro de 1911 e estabeleceu normas e princípios para a exploração de minerais.

106) Decreto n. 2933 de 06 de Janeiro de 1915 (Lei Pandiá Calógeras): “buscou atenuar o rígido princípio da acessão, estabelecendo os casos e condições, segundo os quais a mina poderia ser explorada por terceiros, que não pelo proprietário da superfície [se este não manifestasse tal interesse no prazo de um ano]. Ao limitar o direito do proprietário rural, ela tentou minimizar os conflitos entre as duas atividades – a rural e a extrativa mineral. Com a proposta básica de regular a propriedade das minas, esta Lei, em seu Título I, Capítulo II – Da Propriedade das Minas, das Pesquisas e da Lavra, estabelece um novo conceito de domínio: ‘Art. 7º - *As minas pertencem à União, aos Estados, ou ao proprietário do solo com as limitações estabelecidas nesta lei*’”. Esta lei ficou comprometida pelo Código Civil de 1916, correspondente à Lei n. 3.071 de 01 de janeiro do mesmo ano, restaurado o antigo sistema de acessão (arts. 526, 527 e 528) (Souza, 2002, p. 128).

Obs: De acordo com o relatório do Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, de 1915, esta lei não foi regulamentada nem teve execução.

107) Lei n. 727 de 30 de setembro de 1918 – Cria e regulamenta a fiscalização das indústrias extrativas em Minas Gerais.

108) Lei n. 3724 de 15 de janeiro de 1919 (lei federal) – Primeira tentativa de codificar o direito operário no país.

109) Decreto n. 13.498 de 12 de março de 1919 (estadual) – Regulamenta a aplicação da lei n. 3724 de 15 de janeiro de 1919.

110) Lei n. 751 de 26 de setembro de 1919 (estadual) – Acidentes de trabalho.

111) Emenda n. 35 ao projeto n. 251 de 1920 – Incentivos às empresas de mineração.

112) Emenda à proposição n. 244 de 1920 - Incentivos às empresas de mineração

113) Decreto n. 4265 de 15 de janeiro de 1921 (Lei Simões Lopes): “Tentou-se reafirmar a possibilidade de terceiros não proprietários da superfície virem a ter acesso às riquezas do

subsolo. Considerado por muitos como o primeiro Código de Minas (...) O texto da lei, portanto, além de garantir o acesso de terceiros à exploração das jazidas, viabilizou o investimento estrangeiro, na fase de pesquisa e lavra, desde que realizado por residentes no país, nos termos da Constituição de 1891. Torna-se interessante observar que o artigo 17, embora determine algum tipo de restrição para a pessoa natural estrangeira, não o faz para pessoa jurídica, cuja única determinação consiste em estar legalmente constituída no país. Por outro lado, o texto permitiu também ao proprietário, não interessado na lavra da minas, receber indenização, prevista em lei, acrescida de porcentagem nos lucros líquidos da exploração ou uma cota por tonelada extraída do minério ou material” (Souza, 2002, p. 129s).

114) Emenda n. 16 ao projeto n. 60 de 1921 – Cria incentivos às empresas de mineração

115) Emenda n. 25 ao projeto n. 60 de 1921 – Cria incentivos às empresas de mineração e ouro e carvão.

116) Emenda n. 63 à proposição n. 127 de 1921 – Cria incentivos à instalação de oficina para tratamento de minérios auríferos.

117) Decreto n. 22.096, de 16 de novembro de 1921 – Focaliza a situação dos operários das minas, referente à assistência e previdência social.

118) Emenda n. 11 ao projeto n. 130 de 1922 – Cria incentivos às empresas de mineração e ouro e carvão.

119) Projeto n. 289 de 1922 – Cria incentivos à instalação de oficina para tratamento de minérios auríferos.

120) Lei n. 857 de 31 de outubro de 1923 – Discrimina quais são os trabalhos considerados de pesquisa os de plena exploração. Os primeiros dependiam apenas de licença e os segundos de concessão. Criou o Serviço e o Conselho de Minas com funções exclusivamente consultivas e incumbido de estudar e emitir parecer sobre as questões técnicas e econômicas que necessitavam de maior exame.

121) Emenda n. 5 à proposição 119 de 1923 – Cria incentivos à instalação de usinas para tratamento de minérios auríferos.

122) Emenda n. 57 à proposição 123 de 1923 – Cria incentivos às empresas de mineração e ouro e carvão.

123) Emenda n. 11 ao projeto n. 198 – Cria incentivos às empresas de mineração e ouro e carvão.

124) Constituição de 1926 – “Determinou emenda à Constituição de 1891 que, aprovadas pelo Congresso Nacional, preservaram o sistema de acesso, mas impuseram restrições à participação de estrangeiros na exploração mineral, numa tentativa de garantir os interesses soberanos do país” (Souza, 2002, p. 130).

125) Decreto 20.223 de 17 de julho de 1931 – “Suspendeu todos os atos de alienações de qualquer jazida, criando-se, assim, o regime de concessão de pesquisa e lavra à permissão governamental” (Felix, 1998, p. 59).

126) Decreto n. 27.979 de 08 de março de 1934 – Criação do Departamento Nacional da Produção Mineral.

127) Lei n. 24.642 de 10 de julho de 1934 – Altera a Lei Simões e incorpora “ao patrimônio da nação, como propriedade imprescindível e inalienável, tanto as jazidas desconhecidas quanto as descobertas (...) Inaugurou o princípio da competência exclusiva da União de legislar sobre as minas” (Souza, 2002, p. 130).

128) Decreto de 08 de junho de 1938 - Aprova a Convenção relativa ao emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas, firmada em Genebra, em julho de 1935, com adesão do Brasil.

ANEXO E – Escravaria da Lavra da Passagem a 3 de fevereiro de 1819

Nome	Idade	Observação	Avaliação em 1819 (Réis)
Antonio Congo	50 anos		100\$000
Antonio Banguela	46 anos		100\$000*
Martinho Crioulo	32 anos		140\$000
Rafael Angola	50 anos		80\$000
Theodozio Crioulo	60 anos		60\$000
João Rebollo	48 anos		100\$000
Pedro Angola	40 anos		120\$000
Manoel Angola	44 anos		110\$000
Narcizo Crioulo	37 anos		150\$000
Luduvino Angola	18 anos		150\$000
Antonio Mofumbe	50 anos		100\$000
Christovão Angola	52 anos	“com erezipela nas pernas”	60\$000
Sebastião Angola	50 anos	“quebrado”	60\$000
Domingos Mina	50 anos	“quebrado”	60\$000
Caetano Angola	60 anos		100\$000
João Angola	58 anos	“quebrado”	80\$000
Domingos Crioulo	35 anos		150\$000
Sebastião Angola	40 anos	“doente”	80\$000
Benedito Angola	48 anos		120\$000
Vicente Crioulo	60 anos	“com aleijão no braço esquerdo”	30\$000
Joaquim Angola	46 anos		100\$000
Joaquim Angola	64 anos	“doente de hum joelho”	30\$000
Francisco Angola	70 anos		40\$000
Manoel ferreiro	53 anos		140\$000

Fonte: Inventário. 1º Offício. Códice 14, auto n. 453 (1795), p. 74ss.

ANEXO F - Estatística de pedidos de imigrantes no Estado durante o anno de 1894

Número de ordem dos pedidos	Quantidade de imigrantes	Nacionalidade	Signatário do pedido	Estabelecimento a que se destinam os imigrantes	Município	Data do pedido	Data da ordem de introdução	Observações
56	4 indivíduos, família de Miguel Quartalio	Italianos	Superintendente da Companhia de mineração da Passagem	Companhia de Mineração	Mariana	14/08/1894	24/08/1894	Pessoas da família de empregado da Companhia
57	3 indivíduos, família de Antônio Grego	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
58	3 indivíduos, família de Luiz Rosa	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
59	4 indivíduos, família de Salvador Respo	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
60	2 indivíduos, família de Nic. Zupa	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
61	1 indivíduo, família de S. Poncio	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
62	2 indivíduos, família de Miguel Dechico	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
63	3 indivíduos, família de Visoni Baluta	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
64*	8 indivíduos	Idem	Alfonso Santoro	Idem	Idem	Idem	27/08/1894	Pessoas de sua família
65*	2 indivíduos	Idem	Gaiga Francisco	Idem	Idem	11/08/1894	27/08/1894	Idem
128	11 indivíduos	Idem	Director da Companhia de Mineração da Passagem	Mineração	Idem	02/10/1894	15/10/1894	Chamados por empregados da Companhia
129	30 indivíduos		O mesmo director	Idem	Idem	Idem		Auctorizou-se o fornecimento na hospedaria
141	31 indivíduos	Austríacos	João J. Martins, director da Companhia de Mineração da Passagem	Idem	Idem	31/10/1894	08/11/1894	Chamados por parentes empregados na mesma Companhia
157	3 indivíduos	Italianos	Pedro Muzetti		Idem	22/11/1894	28/11/1894	Chamados por parentes
Total	97**							

Repartição de terras e colonização, 20 de fevereiro de 1895. – O chefe da 1ª secção, Luiz José de Oliveira.

* O documento não informa que vieram para a Mina da Passagem, apenas para Mariana. ** Excluídos aqueles dos números de ordem 64 e 65.

Fonte: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1895. Vol. II. Anexos, pp. 70ss

Anexo G – Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora. Mappa Demonstrativo do Número de Imigrantes Recolhidos a esta Hospedaria e Distribuídos por Agricultores do 1º Distrito de Imigração, no Mez de Setembro de 1894 de Conformidade com os Pedidos Encaminhados pelo Respectivo Fiscal.

Nome	Idade	Número das pessoas da família	Estado	Nacio - nalidade	Religião	Profissão	Proce - dência	Nome do navio	Data chegada	Data Sahida	Destino Logar	Nomes do Com - tractante
Motteran Ottino	37	6	casado	Italiana	Catholica	Agricultor	Gênova	Colombo	09/11/1894	16/11/1894	Ouro Preto	Passagem
Ferragutti Leandro	45	3	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Munaran Antonio	37	5	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Calvagni Luigi	34	3	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Viotto Francesco	24	1	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Fontana Giovanni	33	6	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Arielo Luigi	21	1	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Lorenzale Giovanni	45	4	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Ameri Luigi	45	6	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Battaglinio Francesco	27	11	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Alaoti Pietro	41	2	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Cuniati Maddalenna	82	5	Viúva	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Saracco Carlo	42	4	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Sguizzardi Antonio	56	5	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Masiero Luigi	25	1										
Total	15	63	Sub-total: 78									
Conferido. – Juiz de Fora, 2 de janeiro de 1895 – Estevam de Oliveira												

Fonte: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais. 1895. Vol. II. Anexo A – Relatório do 1º Districto de Imigrantes, pp. 14ss.

ANEXO H – Extração de ouro da Mina da Passagem (1881-1915)

Ano	Minério Triturado (em toneladas)	Barra de Ouro Produzida (em Gramas)	Média de Rendimento Gr./ton.	Custo Total (por ton. de minério)
1881	-	-	-	22s.
1882	-	-	-	17s. 3d.
1883	-	-	-	19s. 2d.
1884	-	-	-	-
1885	3.424	54.582	15,9	-
1886	2.662	62.584	23,5	-
1887	10.916	173.681	16	-
1888	18.086	259.249	14,3	33s.
1889	23.813	308.894	13	30s. 6d.
1890	28.485	370.022	12,7	25s. 6d.
1891	37.543	448.840	12	22s.
1892	36.979	348.525	9,4	17s.
1893	37.229	348.602	9,4	18s. 6d.
1894	37.119	403.066	10,8	19s. 10d.
1895	-	-	10,8	19s. 7 ½d.
1896	47.198	572,362*	12,1	22s. 5 ½d.
1897	52.952	615,218	11,6	22s. 10d.
1898	68.606	644,638	9,4	19s. 7d.
1899	69.400	658,512	9,48	20s. 8d.
1900	65.644	741,781	11,3	22s. 6d.
1901	64.079	718,591	10,1	25s. 1d.
1902	67.792	691,043	9,75	23s. 10 ½d..
1903	75.809	740,510	9,24	22s. 7 ½d.
1904	74.372	722,745	9,16	21s. 11 ½d.
1905	73.998	748,075	11,95	-
1906	72.303	717,293	11,74	-
1907	69.989	787,211	11,26	-
1908	73.166	738,398	11,23	-
1909	75.612	798,137	11,48	-
1910	69.680	726,788	11,31	-
1911	32.435	358,293	11,96	-
6 month to (31/12)				
1912	68.486	783,422	12,41	-
1913	66.139	663,23	10,92	-
1914	80.138	842,359	11,16	-
1915	85.400	939,327	10,40	-

Os dados referentes ao intervalo 1885-1893 foram extraídos de FERRAND , 1998, p. 338. Para este período, a média geral da produção de ouro por tonelado foi de 11,9 (taxa bastante considerável). Estes mesmos dados, com algumas modificações podem ser encontrados in: *RIMG*. 15 de março de 1894. Anno I, n. 6, p.146. Os dados referentes ao intervalo 1905-1915 foram extraídos do *Relatório da Secretaria de Agricultura*. 1916, p. 290s.

A *RIMG* de 30 de março de 1897. Anno IV, n. 22, p. 285 informa que : “em 1894-1895 foram extrahidas 15. 267 onças de ouro, de 48.522 toneladas de minério, dando um valor médio de lb. 14s.9d por tonelada, comparada com 17.755 onças obtidas em 1895-1896 de 51.583 toneladas, ou uma média de lb 16s. 6d, dando-se um augmento de 10s. 9d por tonelada. O custo total do tratamento do minério elevou-se de 19s. em 1895 a 21s. em 1896”.

* Os dados apresentados pelos *AEMOP*. 1897, ano VI, n. 22, p. 285 são divergentes, pois apontam 592.674 gramas.